

JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL
CENTRO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS

BOLETIM
DE
FILOLOGIA

TÔMO II—FASCÍCULO 1



IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA
1933

Sumário:

José Maria Rodrigues, <i>Sobre o uso do infinito pessoal e do pessoal em «Os Lusíadas»</i> (conclusão)	1
Agostinho da Silva, <i>Interpretação de Mérimée</i>	3
Rodrigues Lapa, <i>O significado da cultura trovadoresca</i>	31
Arnando de Lacerda, <i>Fonética experimental. A labiografia e os seus métodos de investigação</i>	48
Paulo Mercê, <i>Curitel. A propósito das reflexões de Fray Martin Sarmiento</i>	63
Miscelânea	69
<i>Livros e Revistas</i>	71

Assinatura anual:

Portugal e Espanha	30\$00
Colónias e estrangeiro	35\$00
Fascículo avulso	7\$50

Redacção e Administração:
Centro de Estudos Filológicos

Rua da Quintinha, 25, 1.º

Lisboa

JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL
CENTRO DE ESTUDOS FILOLÓGICOS

BOLETIM
DE
FILOLOGIA

TÔMO II



IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA
1933-1934

Índice do Tômoo II

Estudos e Miscelânea:

Lacerda (Armando de), <i>Fonética experimental. A labiografia e os seus métodos de investigação</i>	48-62
— <i>Fonética experimental. A interpretação de curvas simultâneas e o problema da delimitação</i>	193-206
— <i>Fonética experimental. A delimitação articulatória dos quimogramas</i>	329-346
Leite de Vasconcellos (José), <i>Nomes de sítios</i>	275-277
Merêa (Paulo), <i>Caritel. A propósito das reflexões de Fray Martín Sarmiento</i>	63-68
• Piel (Joseph M.), <i>Os nomes germânicos na toponímia portuguesa</i> 105-140; 224-240	289-314
Rodrigues (José Maria), <i>Sôbre o uso do infinito impessoal e do pessoal em «Os Lusíadas» (conclusão)</i>	1-2
— <i>Anotações ao texto e ao conteúdo de alguns sonetos camonianos</i>	97-104
Rodrigues Lapa, <i>O significado da cultura trovadoresca</i>	31-47
— <i>O escudeiro Joan de Gaia</i>	69-70
— <i>A «Vida e feitos de Julio Cesar»</i> 207-223;	315-328
Rübecamp (Rudolf), <i>A linguagem das Cantigas de Santa Maria, de Afonso X o Sábio. Glossário (conclusão)</i>	141-152
Sá Nogueira (Rodrigo de), <i>Subsídios para o estudo da assimilação em português (continuação)</i> 153-172;	241-274
Silva (Agostinho da), <i>Interpretação de Mérimée</i>	3-30
Silva Correia (João da), <i>Associação vocabular natural</i>	347-373

Livros e Revistas:

Cotarelo Valledor (Armando), <i>Encol do nome de Martín Codax [Rodrigues Lapa]</i>	192
Cotarelo Valledor (Armando), <i>Los hermanos Eans Mariño, poetas gallegos del siglo xii</i> [Rodrigues Lapa]	382-384
Dumesnil (René), <i>Gustave Flaubert, l'homme et l'œuvre</i> [Agostinho da Silva]	76-80
<i>Emerita</i> , I (1933), n.º 1 [F. Rebêlo Gonçalves]	287-288

Grammont (Maurice), <i>Traité de Phonétique</i> [Rodrigo de Sá Nogueira]	83-84
Jordan (Iorgu), <i>Introducere în studiul limbilor romanice</i> [Manuel de Paiva Boléo]	71-75
Lang (Henry R.), <i>The Text of a Poem by King Denis of Portugal</i> [Rodrigues Lapa]	181-184
Marouzeau (J.), <i>Lexique de la terminologie linguistique</i> [Rodrigo de Sá Nogueira]	80-83
Meier (Harri), <i>Beiträge zur sprachlichen Gliederung der Pyrenäenhalbinsel und ihrer historischen Begründung</i> [Joseph M. Piel]	185-191
Nascentes (Antenor), <i>Dicionário etimológico da língua portuguesa</i> [F. Rebêlo Gonçalves]	282-287
<i>Palaestra Latina</i> [F. Rebêlo Gonçalves]	94-95
Peixoto (Afrânio), <i>Ensaio camonianos</i> [F. Rebêlo Gonçalves]	84-94
Pellegrini (S.), <i>I Lusitani</i> [José Maria Rodrigues]	374-382
<i>Revista de Philologia e de Historia</i> , II (1933), fasc. 2.	96
Rodrigues (José Maria), <i>As frases do tipo: «Tenho dó de si», «vou consigo»</i> [Rodrigo de Sá Nogueira]	180-181
<i>Romania</i> (1932), n.º 230, 231, 232	95
Sachs (Georg), <i>Die germanischen Ortsnamen in Spanien und Portugal</i> [Rodrigues Lapa]	173-180
Silva Gaio (Manuel da), <i>Bucolismo. I. Bernardim Ribeiro; II. Crisóstão Falcão</i> [Hernâni Cidade]	278-281
<i>Volkstum und Kultur der Romanen</i> (1932), 4. Heft.	96

Notas finais:

Rodrigues Lapa, <i>O escudeiro Joan de Gaia</i>	288
---	-----

Boletim de Filologia

publicado pelo

Centro de Estudos Filológicos

Tômo II

1933

Fascículo 1

Sôbre o uso do infinito impessoal e do pessoal em *Os Lusíadas*

(Continuado do n.º 1, p. 181)

D)

Apêndice

O primitivo imperfeito do conjuntivo com a aparência de infinito¹.

É sabido que, no português, o imperfeito do conjuntivo latino se atrofiou e foi substituído pelo mais que perfeito do mesmo modo. É assim que o *amarem* latino o traduzimos por *eu amasse*, que é o derivado de *amassem* (por *amavissem*). Mas isto não impediu que a forma *eu amar*, derivada de *amarem*, lutasse com a que provinha de *amassem* e em certo número de casos resistisse e se consolidasse, subsistindo ainda hoje, embora reduzida à 3.ª pessoa do singular.

Em Fernão Lopes, por exemplo, se encontra este passo: «A esto nom minguava quem *rresponder* muitas rrazões» (*Crón. de D. João I*, 1.ª parte, cap. 178, ed. de Braamcamp).

Hoje dizemos *quem respondesse*, ainda que não seria erro a forma usada pelo cronista.

As vezes as duas formas aparecem uma ao lado da outra, como neste lugar do *Palmeirim de Inglaterra*, de Francisco de Moraes: «O seluage d'espantado nã sabia que *dissesse*. E na verdade, se a

¹ Veja-se sôbre este assunto o meu opúsculo *O imperfeito do conjuntivo e o infinito pessoal no português*, Coimbra, 1914, separata do *Boletim da segunda classe da Academia*, vol. VII.

razam ou entendimento não fora nelle tam grosseiro, bẽ achara *que dizer* e de *que se espantasse*. (Ed. de 1786, t. 2, p. 189). «Que dissesse» e «do que se espantar» poderia também ter escrito o autor do *Palmeirim*.

Como é fácil de ver, o *amar* derivado de *amarem*, confunde-se morfológicamente com o presente do infinito. É o que acontece nos dois passos de *Os Lusíadas* em que ficou exemplificada aquela forma.

Vejamo-los:

a) Em iv, 48, D. João I,

... não tendo a quem vencer na terra,
Vai cometer as ondas do Oceano.

Como se vê, *vencer* é aqui o imperfeito do conjuntivo, equivalente a *vencesse*: Não tendo a quem vencesse.

Nestes imperfeitos deixou de ser obrigatória a correspondência dos tempos e desapareceu o plural. Assim, diz-se no presente: «tenho que estudar», «tinha que estudar», «terei que estudar»; embora o *estudar* seja originariamente um pretérito. «Eu tenho que estudar», nós temos que estudar», etc., sem desinência que indique o número. Mas na 3.^a pessoa do plural, pode citar-se êste exemplo do *Palmeirim*: «As tristezas dos outros homẽs soffremos cõ esperar que algũ ora terã fim, as minhas sam sem elle: e nam mo dã ami tã pouco por terẽ em quẽ mostrarẽ sua força» (t. II, cap. 87, p. 73). Hoje, como se vê, diríamos «em quem mostrar», equivalente de «em quem mostrem».

Com a preposição é ainda freqüente no século xvi a 3.^a pessoa do plural do primitivo imperfeito do conjuntivo: «Determinou el rey dom Manuel ... de mandar fazer hũa fortaleza na ilha de Sam Lourenço ... *pera que* as naos da carga da especiaria, indo pera a India, *fazerẽ* ali agoada e *irẽ* por fora das ilhas» (Castanheda, *Historia do descobrimento*, etc., liv. iv, cap. 79). Hoje: «para que fizessem e fôssem», ou «para fazerem e irem», com o desaparecimento das formas derivadas do imperfeito do conjuntivo latino (*fazerem* e *irem*).

b) O outro caso encontra-se em x, 9:

Vão os anos decendo e já do Estio
Ha pouco que passar até o Outono.

Isto é: Há pouco (tempo) que se passe daqui até o outono. Ou, com a preposição e o infinito: para passar, para se passar.

DR. JOSÉ MARIA RODRIGUES.

Interpretação de Mérimée

1.

Houve um desgosto que acompanhou Mérimée durante toda a vida: o de não ter sido premiado no *Concours général* dos alunos dos liceus franceses; nem lhe serviu de consolação o ter a recompensa ficado na família, atribuída a seu primo Henrique Mérimée: antes parece que este facto ajudou a que as relações entre os dois não tivessem chegado nunca a um excelente grau de amizade. Do resto, não havia motivo para revolta, nem parece que Mérimée tenha culpado os professores: em todo o curso secundário foi um aluno medíocre, ou porque se interessasse sempre, como tantas vezes acontece, por assuntos diferentes dos que estavam explicando os mestres, ou porque o gosto pelo desenho e pela pintura lhe fizesse descurar as restantes disciplinas.

O seu curso de Direito foi ainda porventura mais vago e pálido do que o liceal; mas soube reconhecer a falta de cultura e, enquanto os companheiros, mais zelosos do futuro ou menos inteligentes, devoravam com devoção os códigos e os preceitos processuais, dedicava-se ele a estudos de literatura e de história. Começou por fortificar os conhecimentos de grego e de latim; depois, lançou-se às línguas e literaturas modernas, com predilecção especial pela castelhana; um professor amigo e hispanizante fornecia-lhe indicações de textos e gramáticas, aclarava-lhe as dúvidas e incitava-o a prosseguir no intento. Ao mesmo tempo, interessava-o a história de França que procurou conhecer, não através de manuais e resumos, mas pelos textos originais; compulsou cronistas, poetas e prosadores das épocas que mais o prendiam — Idade-Média e Renascimento —, folheou documentos inéditos, habituou-se a examinar os monumentos, familiarizou-se com a linguagem e os costumes do passado. Por volta dos 20 anos, com uma cultura clássica regular, um bom conhecimento da literatura peninsular e uma aturada frequência da história francesa, Mérimée podia-se considerar o mais erudito dos moços que se interessavam pela literatura.

Encontrou grande parte deles no salão em que recebia Delécluze, pintor cuja obra mais valiosa é o *Diário* em que arquivou as suas impressões sobre Stendhal e o grupo de amigos que o rodeava;

o salão de Delécluze opunha-se ao de Nodier; ao passo que neste último se reuniam os românticos católicos e realistas, com suas grandes cabeleiras e palavrosos entusiasmos, e começava a surgir a corrente que havia de ter Hugo por chefe,—no cenáculo rival, dominado pela tradição de Voltaire e Montesquieu, havia mais ironia e mais crítica do que odes e coletes vermelhos; por essa altura, Stendhal publicara os estudos de história da música e entretinha-se em expor as ideias do *Racine et Shakespeare*; construíam-se castelos de teorias, ora-se contra o Rei e contra o Papa.

Todos estavam de acôrdo em reclamar uma reforma dos processos e doutrinas literárias. A tragédia clássica, com os seus reis autoritários, as princesas apaixonadas, as confidentes discretas, a luta entre a paixão e o dever, as eternas tiradas descritivas, ia caindo cada vez mais num lamentável plágio de plágios; havia ainda, certamente, para as aplaudir com ardor e discutir as situações e os versos, um grupo de académicos de cabeleira empoada que supunha as peças novas do mesmo género e do mesmo valor que as de Corneille e Racine, e se enfurecia só com o nome de Shakespeare; mas o fim estava próximo. Stendhal, sempre apoiado na *logique*, remédio para todos os males, propunha um teatro nacional, fundado no estudo e imitação dos teatros estrangeiros, teatro em prosa, que trouxesse à cena assuntos de maior interesse do que as intrigas greco-latinas; insistia na necessidade de observar a vida, de preferência a observar as regras e de a dissecar, de isolar os *petits faits vrais*; às insulas personagens da tragédia pseudo-clássica urgia substituir os tipos fortes de humanidade, aqueles em que brilhava a divina centelha da Energia.

De resto, o gosto geral começava a responder aos esforços dos mais inteligentes e audaciosos. Publicava-se em Paris uma coleção de peças traduzidas do teatro estrangeiro: o fundo, constituíam-no naturalmente as obras de Shakespeare e as dos comediógrafos espanhóis desde o século xvi ao século xviii; Ramón de la Cruz e Moratín não eram menos apreciados que Lope ou Calderón. Por outro lado, desde que tinham aparecido os poemas ossianescos, o bardo estava em moda e quasi todos os dias um entusiasta surgia de um canto do universo, com o seu volume de poesias «primitivas»: Walter Scott publicara baladas escocesas, Fauriel lançara os cantos de guerra e as poesias pastoris da Grécia moderna, outros vinham com os cancioneros alemães e o *Romancero* do Cid obtinha um êxito completo; por toda a parte, uma inundação de «energia» stendhaliana.

É então que se dá em Mérimée uma interferência, de resultados curiosos, entre a sua erudição e as ideias dominantes no cenáculo de Delécluze. Das fichas, dos apontamentos laboriosos, fecundados pela vivacidade e pelo entusiasmo de Stendhal, surgem duas obras — *Théâtre de Clara Gazul* e *La Guzla* — que geralmente são tomadas apenas como mistificações engenhosas, mas que merecem talvez para o conhecimento de Mérimée um pouco mais de atenção. Parece-me, com efeito, que a mistificação, neste caso, não foi intencional; o propósito de Mérimée, ao publicar os volumes, não era o de que aceitassem como autêntica a comedianta espanhola e tomassem as baladas eslavas como tendo sido na realidade recolhidas na Ilíria da boca do próprio Maglanovitch; se Mérimée não os assinou, foi para evitar, por um lado, qualquer conflito com a policia da Restauração, por outro lado a suspeita que o conhecimento de ter elle forjado as peças e as canções, viria lançar sobre tôdas as suas futuras obras de erudição; desde início, Mérimée é e quere ser um erudito, um homem de estudo preocupado com as suas filologias, os seus documentos e as suas histórias: a literatura é um acidente, o resultado do desejo de comprazer aos amigos, de ser bem visto e estimado nos salões que freqüentava.

É conveniente insistir desde já sobre este ponto: *Clara Gazul* e *Guzla* são trabalhos de cenáculo lidos a um grupo reduzido de amigos, criticados, imediatamente ou em jornais, pelos amigos e que produzem grande impressão nos amigos. Tôdas as obras de Mérimée vão ser marcadas indelêvelmente por esta estreiteza de auditório; o que nelas há de bom e de mau se poderia explicar sem grande violência pela natureza e pelo número dos destinatários. Na batalha romântica, Mérimée intervém com duas obras de erudito em que, pacientemente e com certo ar de superioridade, explica aos companheiros de salão o que são verdadeiramente o teatro espanhol e as poesias populares dos eslavos; as peças da actriz andaluza e as composições do rapsodo ilírio são menos obras de literatura do que de critica literária: numa, aparecem as qualidades e defeitos dos dramaturgos espanhóis, na outra as belezas inegáveis e as ingenuidades, o exagêro dos cantores «primitivos»; numa compendiou, para uso dos literatos, as situações e processos principais do teatro peninsular, na outra, pôs em relevo o fundo comum a todos os cancioneiros populares — dos Highlands ou de Castela, das montanhas da Ilíria ou «dos sitios onde foi Esparta».

De facto, o *Théâtre de Clara Gazul* é um resumo perfeito das comédias e dramas espanhóis; Mérimée escolheu tudo o que de es-

sencial, de característico, encontrou nas peças de Calderón, de Tirso de Molina, de Lope de Vega, de Cervantes, de Ruiz de Alarcón, de Moratín e de Ramón de la Cruz; é de notar, porém, que se inclinou mais para o teatro do século XVIII do que para o dos séculos XVI e XVII; as peças mais sérias têm sempre um tom de sainete; e o ar total da obra de Mérimée exagera a «impressão de bailado» que deixa na memória o teatro espanhol. Incapaz de grandes entusiasmos, Mérimée vê-lhe claramente os defeitos e é com uma certa ironia que imita as cenas inverosímeis, os desenlaces bruscos e providenciais, e acumula mortos sobre mortos.

Havia ali de que satisfazer uma legião de românticos: inquisidores terríveis, instrumentos de tortura, carrascos e execuções, assassinios à punhalada e a tiro, suicídios de meninas apaixonadas, gargalhadas satânicas e monólogos melancólicos; Mérimée concentrou em meia dúzia de peças tudo o que de horrível e de extravagante encontrou nos autores espanhóis. No entanto, o êxito da sua obra foi extremamente reduzido; o grande público manteve-se indiferente, do lado de Nodier houve uns aplausos amáveis, do lado de Delécluze mais censuras do que elogios. Este quasi fracasso deu-se principalmente por duas razões: Mérimée viu do romantismo o exterior, não lhe penetrou nem compreendeu os móveis íntimos; parece ter julgado idênticos o romantismo de um Pixérécourt e o romantismo de Stendhal; pelo que respeita à técnica, enganou-se ao pensar que a cõr local era a aspiração máxima do romantismo; bastantes anos mais tarde o erro persistia e Mérimée continuava a olhar o romantismo como uma afirmação da cõr local. E veremos como é sua característica esta inaptidão para ver o fundo, o íntimo das personagens, das situações ou das doutrinas; o que se lhe desenha no espírito e apreende com firmeza é o exterior, o gesto.

Por outro lado, o romantismo é um movimento político e religioso e não pode ser compreendido apenas sob um ponto de vista estreito de literatura; em todas as grandes obras românticas há uma intenção política, social ou religiosa, quer se trate do realismo e do catolicismo da primeira fase de Hugo e seus amigos, quer da impiedade e oposição sistemáticas de Stendhal. Ora, Mérimée, fiel à sua psicologia de erudito, fica indiferente a estas questões; tem-se querido ver ataques à Igreja e à Monarquia em certas peças de Clara Gazul; não creio que os haja e os contemporâneos, pelo menos, não deram por elles: de resto, a obra foi elogiada por M. de Chateaubriand; e Stendhal não se cansava de incitar Mérimée

a abandonar as suas preocupações de sábio, a entrar na acção, o que, no vocabulário stendhaliano, significa «tomar partido».

Mas decidir-se entre as opiniões diferentes e dedicar-se a uma é privilégio dos fortes e dos que têm um espírito verdadeiramente original e poderoso. Ora, para se fazer idea do que neste ponto sucedia com Mérimée, basta atentar no que deu o seu encontro com o teatro espanhol. Ao passo que Corneille, à leitura das *Mocedades* de Castro, reagia com a criação do *Cid* em que exprimia todo o seu ideal de racionalismo e de auto-domínio, ao passo que Hugo, com um conhecimento muito vago do castelhano e da Espanha, escreveu certas poesias das *Orientais*, *Hernani* e *Rui Blas*, que, apesar de todos os defeitos vivem pela força da imaginação e pelo vigor lírico do poeta, Mérimée, bem versado na língua e na literatura espanholas, produz um trabalho de erudição, de imitador, com muitas notas, muitas citações, e um trabalho de salão, com alusões discretas aos defeitos dos conhecidos e às intrigas de damas mediocrementemente interessantes. A obras de significação universal, corresponde, sob o mesmo choque, à acção do mesmo excitante, uma outra que, para ser plenamente compreendida, necessita o conhecimento dos mínimos actos e dos mínimos ditos dos amigos de Delécluze e dos amigos de Nodier.

Com a *Guzla*, encontramos-nos no domínio do *Folk-lore* e da etnografia. Mérimée abandona as obras literárias e consulta relações de viagem, estatísticas, relatórios de pessoal diplomático, trabalhos de Fortis, de Dom Calmet, de Porta, de Bakker; aprende meia dúzia de palavras eslavas, folheia as colecções de poesias primitivas que se continuavam a publicar; no fim, escreve elle próprio uma antologia de baladas ilíricas, anota-as, põe-lhes um prefácio em que narra a vida do bardo Maglanovitch.

Desta vez o êxito é maior, mas, notemo-lo, entre os sábios que se deixam enganar por Mérimée e os eslavos que naturalmente se interessam pelas poesias «primitivas» da sua raça. Entre os amigos, não se lhe deu maior importância do que a um entretenimento de erudito ou a uma facécia amável que se permitiu um senhor grave. E de novo esbarramos com a indiferença de Stendhal, tam entusiasta por tudo o que fôsse contrário aos *cœurs de Paris*, mas que não encontrava nas estrofes de Mérimée nem análise psicológica, nem sincera paixão pelo que contava, mas simplesmente um pitoresco fácil e uma frieza, uma «distância» real e não fingida, como muitos supõem.

É necessário, no entanto, dar relêvo a duas qualidades que se encontram na *Guzla* e que, desenvolvidas, servirão de arcabouço

e de viático de sobrevivência às obras-primas de Mérimée: uma, é a compreensão aguda e certa da maneira de ser dos que vivem fora dos grandes centros de civilização e reagem perante a vida mais vigorosa e profundamente do que o homem vulgar das cidades; a outra, a faculdade que tem Mérimée de não intervir, de se apagar, de deixar que as personagens procedam e as situações se atem e desatem sem que sintamos artifício ou plano, nem possamos determinar por elas só as intenções do autor.

*

Cedo compreendeu Mérimée que não bastava informar os seus contemporâneos sobre o teatro e a etnografia estrangeira e prègar-lhes que fora da côr local não havia salvação possível, ou estabelecer os princípios de desenvolvimento, as bases da nova literatura; que era preciso também, como a uma planta jovem, vigiar-lhe o crescimento e corrigir-lhe todos os desvios. Ora, nas mãos dos pouco cultos, dos que fiavam tudo da inspiração e da desordem e punham como juiz supremo das suas obras o público dos teatros populares, a doutrina romântica corria grande risco de produzir obras muito mais ridículas e vazias do que as dos epígonos do classicismo. O melodrama ia-se tornando francamente insuportável com o seu cortejo de namorados fatais, de amaldiçoadores eméritos, as suas tôrres misteriosas, os montes de cadáveres a cada fim de acto.

Para atacar este teatro falsamente romântico escreveu Mérimée *La famille Carvajal*. É uma história tirada da crónica dos Cenci, alimento predilecto de poetas românticos, e transportada para a América espanhola, o que permite delírios de côr local; cenas tremendas, diálogos violentos entretecidos de um praguejar perfeito, envenenamentos, agonias, batalhas ferozes entre pais e filhas, tentativas de rapto—de tudo se encontra na exemplar *Famille Carvajal*; e a peça termina por a protagonista, depois de ter assassinado o pai, correr para um bosque próximo, para que as feras a despedacem. Os índios que entram em cena têm uma linguagem florida e imaginosa, à Cooper; há um negro que foi pirata e gosta de recordar as suas abordagens; e todos berram e estrebuxam como num melodrama tipo. A paródia é, de resto, anunciada bem claramente por um trecho do pretendido cronista Ustariz e por duas cartas em que um capitão corsário e uma damisela romântica pedem ao autor que lhes escreva um drama forte. Pôde, no entanto, supor-

-se que Mérimée compôs a sério *La famille Carvajal*; uma leitura atenta e a comparação com tôdas as outras obras de Mérimée, mesmo as que menos valor têm, mostram-nos que para isso seria preciso que tivesse perdido, ao imaginá-la e redigi-la, todo o seu sentimento da medida, tôdas as suas qualidades de crítico.

Ao lado do ataque, apresentou Mérimée, no mesmo volume, o modelo duma boa peça romântica—a *Jacquerie*. Ambas as correntes do romantismo estavam de acôrdo em reclamar um drama nacional, de assunto tirado da história da França, ou, pelo menos, da história moderna dos países vizinhos, o abandono do alexandrino estafado por duas ou três gerações de péssimos poetas, e das clássicas unidades de tempo, lugar e acção que, de resto, se tinham observado em conjunto raríssimas vezes. Mas, ao passo que Hugo vem de certo modo a transigir com os adversários, o grupo stendhaliano mantém-se fiel à idea inicial; e Mérimée, cruzando mais uma vez o seu saber com as teorias do salão de Delécluze, resolve-se a indicar aos românticos o caminho que devem trilhar.

Como era de esperar de leitor tam cuidadoso dos textos medievais, a sua Idade-Média é de todo o ponto diferente da que tinham imaginado, com um desconhecimento quási absoluto das condições de vida e da mentalidade do tempo, os poetas do género *troubadour*; nem virgens louras, assomadas às ameias dos castelos, nem menestrels melancólicos que sabem canções de amor, nem altivos cavaleiros que voltam das cruzadas, empoeirados dos longos caminhos, e com as barbas brancas nobremente assentes sobre o peito brunido das couraças. E, em substituição dessa Idade-Média de balada, Mérimée deu-nos uma Idade-Média em que as raparigas fidalgas são orgulhosas e cruéis, os trovadores vagueiam miseravelmente de terra em terra e aparecem às vezes pendurados das forcas senhoriais, em que o povo vive expoliado pelos nobres, com as colheitas e as pobres casas à mercê das guerras feudais.

É neste ambiente que se desenrola a *Jacquerie*; pretende-se expor todo o desenvolvimento da revolta, desde que o procedimento mais duro e bruto dum senhor a faz explodir, até que os archeiros ingleses e a cavalaria normanda destroçam a hoste mal armada dos *Jacques*, na orla duma floresta. A peça apresenta-se-nos como uma série de cenas quási independentes umas das outras, ora na cabana dum lenhador ou entre bandidos refugiados no bosque, ora nas salas dum castelo ou na igreja dum convento. Não existe um protagonista; diferentes personagens tomam sucessivamente o primeiro lugar, sem que, no entanto, se possam distinguir com clareza, a

não ser pelos nomes e um pouco pela linguagem que empregam; quer se trate do frade ou do cortesão, do mercenário inglês ou do enviado parisiense, os sentimentos são os mesmos. Mérimée quis dar todo o ambiente da *Jacquerie*, ressuscitar uma época; o que na verdade apresentou foi um amontoado de notas de leitura, certamente pitoresco, mas sem o mínimo valor dramático. Teria ido mais de acôrdo com as suas tendências se tivesse isolado um episódio ou uma figura e, concentrando nêles tôda a sua atenção, tivesse feito por seu intermédio reviver um momento da história ou um estado de psicologia colectiva.

Por agora, porém, Mérimée continua dominado pela ambição de construir obras vastas que dêem o conjunto de uma época e fiquem para todos os românticos como exemplo do género. Este desejo, por um lado, por outro a continuação e o aprofundamento dos estudos de história levam-no a tentar o romance histórico. Com este género sucedera quasi o mesmo que com o teatro; tôda a gente se tinha julgado capaz de imitar Walter Scott, mas, em geral, mais se punham em relêvo os muitos defeitos do que as raras qualidades do mestre. Em primeiro lugar, os numerosos autores de romances históricos só superficialmente conheciam a época de que tratavam e, se acaso folheavam os textos originaes, era mais no intento de colhêr uma praga inédita ou o nome raro dum gibão do que para se penetrarem da psicologia das suas personagens e surpreenderem o espirito do tempo. Depois, insistiam na descrição duma maneira desmedida: havia capítulos inteiros para pintar uma sala, uma recepção da côrte, um duelo, uma caçada ou uma batalha; a chamada apresentação das personagens, em capítulos separados e completos, com as mínimas curvas do nariz e pormenores sôbre a maneira de andar, enchia outra boa parte do volume; com uns rudimentos de intriga e duas ou três boas espadeiradas pelas esquinas das ruelas, a obra ficava pronta.

É então que, seguro do seu talento e da sua erudição, e para mostrar como se faz um romance histórico, Mérimée compõe a *Chronique de Charles IX*. O acontecimento central do livro é, como se sabe, a Matança de S. Bartolomeu; mas há aqui um progresso sôbre a *Jacquerie*: ao passo que no drama se apresentava a revolta em todos os seus pormenores, a matança dos huguenotes é descrita, no romance, por episódios rápidos e entrelaçados na trama principal dos amores do cavaleiro protestante com Diana de Turgis. É através desta história de amor que Mérimée vai fazendo reviver tôda a época de Carlos IX; um pouco inâbilmente ainda, é certo;

a acção é rápida de mais, o que, sendo excelente para a novela que foca um episódio, não o é para o romance, constituído por uma série de episódios; muitos dos quadros — o da taberna onde chegam os *reîtres*, o do duelo, o do sermão do P.^o Lubin (este último exageradamente ridículo) — dão a impressão de terem sido introduzidos apenas para mostrarem os conhecimentos do autor; Mérimée não soube agitar todos estes elementos, confundi-los, antes se entreteve a reparti-los, como um erudito cuidadoso que separa as suas fichas por maços, conforme os assuntos; um capítulo diz-nos como entendiam os católicos o cristianismo, outro como o interpretavam os protestantes, um terceiro como se combatia; o capítulo final, em que se resume o que pensa o autor da época — condena-a porque expõe irmãos a matar irmãos — e que dá como que a moralidade da fábula testemunha pouco a favor dos méritos de Mérimée como reformador do romance histórico.

Mais do que o reformador, porém, Mérimée não o devemos esquecer, pretende ser o teórico do romance histórico; explica-se assim com facilidade o capítulo em que discute com o leitor sobre o excesso de descrições do romance vulgar, e a incerteza em que o deixa quanto ao desenlace da intriga; esta última questão interessa-o pouco, porque o que deseja é deixar assinalada, balizada a derrota que deve seguir um bom romance histórico; não teme quebrar o fio da acção para conversar com o leitor sobre um problema de estética e técnica romântica, porque é isso o que mais se discute entre os seus amigos do salão de Delécluze. É muito característico de Mérimée acompanhar uma obra de imaginação de dissertações de crítica e de história; vimo-lo no *Théâtre de Clara Gazul*, com a biografia da comediante e as notas, na *Guzla*, com a fantasia sobre Maglanovitch, na *Jacquerie*, em que a crítica é representada pela *Famille Carvajal*, havemos de encontrá-lo em *Carmen* e *Lokis*; notemos, porém, que, enquanto os prefácios e as notas de Hugo, os panfletos e os trabalhos críticos de Stendhal giram sobretudo à volta de questões de doutrina, Mérimée se inclina de preferência para o que representa erudição, para o que se pode fazer com uma simples colecção de verbetes e não demanda excessiva fertilidade de ideias.



Neste primeiro período da sua actividade literária, em que é sobretudo um discípulo aplicado, mas pouco penetrante, de Stendhal, Mérimée mostra-se já possuidor das duas qualidades essen-

ciais da sua obra. Quanto à maneira de desenvolver uma acção é capaz de o fazer com sobriedade e rapidez; se tomarmos isoladamente algumas das baladas de *Guzla*, a *Occasion*, a *Carrosse* e *l'Amour africain* do *Théâtre de Clara Gazul*, certas cenas da *Jacquerie* e dois ou três capítulos da *Chronique*, vemos como Mérimée é hábil em condensar, em eliminar o acessório, o accidental, para dar apenas, talvez um pouco nua e descarnadamente, o que constitui a espinha dorsal da acção; dentro dum âmbito restrito Mérimée pode atingir a perfeição; a sua tendência é para parcelar os grandes conjuntos, romance histórico ou drama, para tratar as cenas em separado, como nas metopas dum templo grego; se um dia, já mais livre da influência de cenáculos, se resolver a tratar episódios breves, mas intensos, o seu lugar estará assegurado dentro da literatura francesa. Por agora, como existe um desacôrdo entre os assuntos a que se abalança e os processos empregados, Mérimée, mediocre na teoria e mediocre na prática, é um romântico de terceira ordem e perde-se ante os grandes espíritos do seu tempo.

Quanto ao estilo, o hábito do *pastiche* exerceu nêlo uma acção admirável; levou-o a escrever como se fôsse outrem, de tal modo que, ao dar uma obra original, Mérimée terá à sua disposição uma linguagem sêca, despida de ornamentos e da inútil palavreira romântica, precisa e clara; o melhor estilo que poderia encontrar para descrever as personagens brutais das novelas e deixar aparecer, com todo o vigor e tôda a crueldade, as situações dramáticas, as crises que hão-de constituir o fundo das suas obras-primas. É afinal um estilo de cientista e de erudito; o entomólogo que vai estudando pata a pata o seu insecto e o filólogo que classifica as palavras, lhes segue a evolução e formula as leis lingüísticas não são mais exactos, nem mais desprendidos que Mérimée dos luxos da palavra; Mérimée não é dos que põem o *bonnet rouge au vieux dictionnaire*, é dos que lhe rapam o cabelo—militarmente.

2.

A partir de 1830, as atenções de Mérimée voltam-se de preferência para a filologia e para a etnologia; deu em aprender línguas, apenas pelo simples prazer de conhecer, pelo menos dum modo geral, os mais insignificantes dialectos; mas ficou tendo sempre uma grande predilecção pelo russo —cujo verbo, com a complicação dos aspectos não chegou nunca, de resto, a compreender perfeita-

mente —, e pela linguagem dos ciganos hespanhóis. Ao mesmo tempo, fazia viagens demoradas e minuciosas pela Córsega, pela Espanha, pela Grécia, então ainda sob o domínio turco, e pela Ásia Menor; as amizades que sabia conquistar nestes diferentes países com as suas habilidades de salão — jogos de prendas, charadas, provérbios —, o seu erudito fornecimento de anedotas e cenas pitorescas da história, o seu carácter amável e serviçal, ajudaram-no a conhecer e deram-lhe a possibilidade de estudar as características mais íntimas das diferentes raças. Os amigos levaram-no a meios onde raramente penetram estrangeiros — na Córsega ao mato em que se acoitam os bandidos, na Espanha às tabernas da ciganada e dos toureiros, na Grécia aos recantos mais ásperos da montanha.

No regresso a Paris, onde começara, por ordem do governo, a occupar-se dos monumentos históricos, encontrava Mérimée a amizade fiel de uma senhora amável, espôsa do prefeito Delessert; durante a revolução de 1830, Mérimée, bravamente, fôra sob o tiroteio buscá-la às Tulherias e, como era pessoa dedicada aos seus amigos, dormira uma noite inteira atravessado à porta do quarto de M. Delessert, para o defender de qualquer ataque dos revolucionários. Como era justo, depois de tantas provas de affecto, viviam os três em santo acôrdo; a reserva tenaz de Mérimée fazia-o passar aos olhos de todos como um homem frio, impassível, incapaz de se apaixonar; M^{me} Delessert, por seu lado, era também muito digna; de modo que o sossêgo nunca foi perturbado e Mérimée pôde, durante anos, escrever tranqüilamente para ela as suas melhores novelas. Porque, dissolvido o cenáculo de Delécluze, o escritor sentira-se bruscamente sem público a que se dirigir; faltava-lhe a assemblea restrita que tam amavelmente lhe escutava as diversões literárias e os modelos de grandes obras e, nas censuras ou nos elogios, conservava sempre o tom da amizade; é de supor que, a não ter aparecido M^{me} Delessert, Mérimée desistisse para sempre de escrever obras de imaginação e se dedicasse mais cedo às suas dissertações sôbre os portais das igrejas românicas ou sôbre a conjuração de Catilina; foi o que aconteceu mais tarde, na altura do rompimento com M^{me} Delessert. O próprio Mérimée nos diz que escrevia sempre «para alguém», que, faltando o «alguém», se sentia na impossibilidade de redigir uma página de novela; e o «vous» e o «madame», bastante freqüentes na sua obra, referem-se à espôsa do gentil prefeito.

Podemos dividir as produções que lhe dirigiu em três grandes grupos. O primeiro compreenderá tôdas as novelas que tratam de costumes de países estrangeiros: para a Córsega *Mateo Falcone*

e *Colomba*, para a Espanha *Carmen*, para a África *Tamango*; são as obras em que, para entretenimento e instrução de M^{me} Delessert, Mérimée lhe diz a psicologia estranha de gente menos subordinada a convenções, mais impetuosa e mais livre do que a população dos salões parisienses. No segundo grupo cabem as anedotas de sociedade, como a *Partie de Tric-Trac*, e as novelas de alusão a episódios das relações entre ambos, como a *Double Méprise* e *Arsène Guillot*. Finalmente, o terceiro grupo engloba as novelas de feitiçarias, de sobrenatural, como a *Vision de Charles*, *Les Âmes du Purgatoire* e *La Vénus d'Ille*, pela qual Mérimée tinha uma acentuada predilecção.

*

As suas viagens pela Córsega tinham-lhe dado a conhecer, não só episódios das eternas *vendetta* da ilha, como também alguns dos protagonistas de cenas características; se o assunto de *Mateo Falcone* é tirado, parece, de vinte linhas dum livro de Benson que Mérimée consultou como preparação para a viagem, a intriga de *Colomba* foi-lhe contada pela própria Colomba, já então bastante velha, mas com uma filha que o grave Mérimée achou bastante nova. Com isto se tem argumentado para culpar Mérimée de incapacidade de invenção, sem se reflectir que, em literatura, a invenção nada ou muito pouco tem que ver com o enredo que é o menos importante, o mais fácil de encontrar: tudo está na maneira de o aproveitar e desenvolver; não interessa, portanto, que Mérimée tirasse as suas anedotas das guias ou da própria imaginação; o que interessa é analisarmos a maneira por que o fez. Ora, ao passo que outros escritores, como, por exemplo, Stendhal, que trabalhava muito sobre dados externos, descarregam, ao choque duma simples notícia de jornal, toda a sua vida interior e dum Berthet fazem Julianio Sorel, Mérimée limitou-se a contar o que leu ou ouviu, acentuando os traços essenciais, esfumando os acessórios, corrigindo, compondo; as suas narrativas são assim, como bem notou Hytier, extremamente objectivas, mas por falta de subjectividade.

Reduzida a acção ao indispensável, Mérimée aproveitava-a para mostrar todo o seu saber, sem dar grande atenção à psicologia das personagens. A de Colomba, por exemplo, é duma simplicidade irreal, tam ridícula no fundo como a dum tirano de película americana; Ors' Anton e a inglesinha passam entretidos no seu idílio poético que data a novela do tempo dos *keepsakes*: o coronel, os inimigos de Colomba são fantoches sem personalidade,

sem vida própria. O que interessava verdadeiramente Mérimée era reunir na figura de Colomba tudo o que pudera averiguar da mentalidade corsa, sem procurar saber se exagerava ou não, se era possível encontrar num só individuo todas as características duma raça. *Colomba* é o resumo dum tratado de etnografia; em lugar de escrever uma dúzia de capítulos sobre os corsos, Mérimée, para que a leitura fôsse mais fácil a M^{me} Delessert, condensou-os numa figura que tivera ensejo de conhecer e cuja história lhe interessara; é a mesma forma de apresentar, como no *Théâtre de Clara Gazul* e na *Guzla*, sob o aspecto duma obra de imaginação, o fruto das suas tarefas de erudito.

Também a *Carmen* faz lembrar aqueles volumes sobre teatro grego ou história das religiões que têm por título *Melpômene* ou *Orfeu*; com ela nos dá Mérimée outro estudo de etnografia. Assim, não há que estranhar o longo capítulo sobre a linguagem dos ciganos que se segue à narrativa; é como que o apêndice dum livro erudito; no corpo do tratado diz-se como vivem os ciganos, como se ligam, como lutam, como passam contrabando, como são fatalistas e como adoram sobre tudo a independência; mostram-se todos os artifícios e todas as seduções das ciganas, a sua habilidade em enamorar os provincianos ingênuos e em furtar os relógios dos estrangeiros; no apêndice, registam-se observações filológicas sobre o *chipe-cali*: é tudo quanto há de mais lógico e de mais sábio. Falar das intenções filosóficas de Mérimée, da sua concepção da mulher como um ser destinado pela natureza a exercer a sua acção, a realizar-se «acima do bem e do mal», é puro trabalho de fantasia, dizer-se «o pensamento de Mérimée» quasi uma antítese. Mérimée é uma pessoa erudita e viajada que sabe cousas interessantes, anedotas, provérbios, histórias de vinganças e de contrabandistas e que tem uma habilidade especial para as contar; há pessoas de inteligência moderada que têm o talento de fazer as delicias das reuniões familiares com a perícia com que dispõem os pormenores de uma historieta e preparam o efeito dos finais: Mérimée tem com elas um parentesco estreito.

O mesmo aspecto de etnografia em acção, «à l'usage des gens du monde», apresenta o *Tamango*; aí é a brutalidade negra, uma impetuosidade de vida primitiva, um quasi animalismo que irrompe ao choque da traição dos brancos e anima toda a revolta dos escravos. Mérimée tem o cuidado de anotar superstições e costumes, de reconstituir, com a mesma discreta pormenorização de sempre, o ambiente da vida a bordo do negreiro; e quando, chacinada a

marinhagem europeia, o barco segue ao acaso, sem ter quem o manobre, e, um a um, os negros vão morrendo de fome, há verdadeiramente o triunfo da simplicidade, da frieza, da distância entre o narrador e o narrado.

*

Para evitar a possibilidade de M^{me} Delessert se vir a aborrecer de negros, corsos e ciganos andaluzes, Mérimée foi intercalando nas suas novelas etnográficas narrativas que se desenrolavam no mundo freqüentado pelas pessoas de posição. Como já acontecia com as obras da sua fase romântica, as alusões a acontecimentos e personagens contemporâneas são muito freqüentes em tôdas as novelas de sociedade; era um grande entretenimento, para quem tinha vagar, descobrir os que tinham sido visados por Mérimée que possuía grande vocação para a maledicência: porque na sua obra não há nenhuma intenção de sátira social ou moral, pensada e executada com largueza: o que se nota é um propósito bastante mesquinho de caricaturar A ou B e de os expor às zombarias dos salões amigos; e quasi sempre, o que sucedia certamente por acaso, Mérimée detinha-se com os de pouco valimento: em religião o padre da aldeia, no exército os tenentes elegantes, na sociedade os pedantes imbecis, em política os que não estavam no poder nem tinham grandes probabilidades de o vir a estar.

No conjunto, as novelas dêste grupo não constituem o mais importante da obra de Mérimée; ao passo que, tratando dum país estrangeiro, de figuras plôtóricas de fôrça, enèrgicamente dirigidas a um fim —vingança ou defesa da liberdade—, conseguia ocultar o sentimentalismo piegas e lamuriento que fazia afinal o fundo do seu carácter e que plenamente se revela nas *Lettres à l'inconnue*, o facto de tratar de assuntos contemporâneos que interessavam na maior parte a sua vida íntima leva-o a afastar-se um pouco da frieza e ironia habituais e a impregnar as suas narrativas daquela falsa ternura romântica que domina as novelas de um Sandeau; Vandérem não andava muito longe da verdade quando as classificou de *chlorotiques*. É a erupção quasi total do sentimentalismo que envolvia os amores de Ors' Anton e de Miss Nevill e que levava José Maria a deixar-se prender pelos encantos de Carmen e a submeter-se cegamente à sua vontade. Deve-se dizer, no entanto, que, quando se trata de pintar uma alma forte, de energia stendhaliana, que se mantém fiel ao dever e à honra, Mérimée se liberta das suas ternuras e é de novo o frio e impessoal narrador.

É o que sucede com a *Partie de Tric-Trac*; trata-se da aventura de jôgo dum official de marinha que, por trapacear na partida, faz perder a um holandês todo o seu dinheiro e o leva ao suicídio; tomado de remorsos e apesar das consolações dum amigo, embarca num navio que parte para um cruzeiro perigoso e que é justamente atacado pelos ingleses; travado o combate, o official faz jurar ao amigo que, ferido ou morto, o lançará ao mar; recebe, de facto, um tiro no ventre, mas o leitor tem de se resignar à ignorância do desenlace da história, porque no momento em que o narrador o ia revelar a Mérimée, a bordo dum outro navio, aparece por bom-bordo uma baleia e tôda a tripulação se dispõe a caçá-la. Parece que Mérimée se compraz por vezes em despertar fortemente o interêsse, em, como um bom narrador, atrair tôdas as atenções, para, bruscamente, cortar o fio da anedota e adquirir assim uma reputação de excentricidade, de extravagância inglesada.

A avaliarmos pelo que acontece com *Arsène Guillot*, as três restantes novelas de sociedade têm estreitas relações com os amores de Mérimée e de M^{me} Delessert. A intenção de Mérimée ao compor *Arsène Guillot* não foi a de, românticamente, fazer a apologia da cortesã, a de mostrar sob um aspecto totalmente diferente daquelle por que a costumavam ver as convenções e a moral burguesa; não há entre a novela e a *Marion* de Hugo ou a *Dama das Camélias* mais do que uma semelhança exterior. Mérimée pretendia apenas desculpar-se perante M^{me} Delessert do conhecimento que travara com uma bailarina da Ópera, Celine Cayot; a par de Arsène apparecem Max, retrato favorecido do próprio Mérimée, e M^{me} de Piennes que não é outra senão M^{me} Delessert. As relações de Max com Arsène apresentavam-se aí como uma leviandade de moço desocupado, a bailarina como uma pobre e doce rapariga, ignorante e ingénua, capaz de amar verdadeiramente e de afirmar à hora da morte que o amor é a única felicidade que se encontra na vida; M^{me} de Piennes é uma senhora respeitável, honestíssima, entretida com os seus bordados, as suas obras de caridade e as suas devoções; mas, como Max é, por seu turno, um homem extremamente bom, compassivo, inteligente, amável, corajoso, Mérimée vai até a audácia de afirmar, no dístico grego que serve de epígrafe à novela, que Heitor, embora excelente, há-de morrer às mãos do Apolo—o que significa, em vernáculo, que M^{me} de Piennes não há-de ser insensível às seducções de Max; e, no final da novela, a linha escrita a lápis sobre a pedra tumular de Arsène indica que a hipótese de Mérimée não se revelou errônea. É, pois, uma his-

tória pessoal em que, de resto, não há muito que louvar; os diálogos entre Max e M^{me} de Piennes são perfeitos, a progressão dos efeitos das qualidades de Max sobre a digna senhora bem observada; mas a lágrima e a cena deliberadamente emocionante abundam por toda a novela e tornam-na, no conjunto, um exemplar de literatura de porteira. É possível, no entanto, que a culpa esteja menos em Mérimée do que no gosto literário de M^{me} de Piennes-Delessert.

Nas duas outras novelas do grupo — *Le Vase étrusque* e *La Double Méprise* — é o mesmo par que nos aparece; Mérimée, é certo, muda um pouco de aspecto: Max era vivo, espirituoso e franco; Saint-Clair e Darcy são reservados, irónicos, frios, desdenhosos; aparentemente; no fundo, são boas almas, ternos, apaixonados, mas por cousa nenhuma deixariam transparecer os seus sentimentos íntimos; são o tipo de *gentleman* que Mérimée perseguiu durante toda a sua vida, mas de fora para dentro, convencido de que o facto de acolher mal os visitantes, de nunca sorrir, de só falar entre íntimos, de citar com indiferença e calma os acontecimentos mais terríveis, bastava para lhe fornecer uma psicologia inglesa. Mérimée teve sempre uma grande incapacidade para penetrar além dos aspectos exteriores; gestos e maneiras entende-os ele bem; mas quando se trata de investigar os móveis, as causas íntimas que determinam tal ou tal atitude, fica-se numa infantilidade de explicações, num superficialismo que não contribuem certamente para seu louvor. A britanização de Mérimée começou pelo vestuário e pela fisionomia; e, como tinha uma alma fraca, sem verdadeiro ímpeto criador, sem o poderoso sopro de vida de Stendhal, acabou por se mecanizar, por definhar e secar lamentavelmente.

E, no entanto, Mérimée entrevia os perigos a que se expunha. Na *Double Méprise*, dois seres, que poderiam ter sido felizes, separaram-se sem remédio, porque Darcy não é franco, teimosamente se reveste de um falso cinismo e, por outro lado, desconfia de tudo o que lhe dizem, sem compreender como são sinceras as palavras de Júlia, como ela lhe abre inteiramente a alma. Do mesmo modo, Saint-Clair se perde pela desconfiança e por amor dum estúpido inglesismo que não existe entre os ingleses. Mérimée, que adoptara para divisa o *Μνάσε πιστεῖν* — «Lembra-te de desconfiar» — sentia o risco, mas o gosto de impressionar os outros, de, como observou Du Camp, lhes meter medo, levou-o a perseverar na atitude escolhida.



É ela que nos vai ajudar a explicar o seu gosto pelas histórias sobrenaturais e o facto de considerar a *Vénus d'Ille* como

a sua obra-prima. Mas convém acrescentar-se que Mérimée era muito supersticioso: uma carta à «desconhecida» conta como, ao visitar as arenas de Arles, o acompanhou incansavelmente um pássaro estranho que o olhava fixamente e que ninguém tinha visto nunca na região; e toda a visita do senhor inspector dos monumentos históricos foi inquieta e desatenta, porque se lembrou da possibilidade de ter morrido a sua correspondente e a alma, representada pela ave, o ir assim seguindo de pedra em pedra; e na obra são numerosas as alusões a pressentimentos, augúrios, a todas as misteriosas comunicações que poderiam vir de um outro mundo. Mérimée, que foi sempre incapaz de sentir a seriedade do sentimento religioso, que tratava com uma ligeireza desconcertante tudo quanto se lhe refere, substituiu-o no seu espírito por um medo infantil de bruxas e de almas penadas; a darinos fê a certos testemunhos, chegara em novo a estudar e praticar a magia; tivesse-o feito ou não, o que é certo é que ocupam bom lugar nas suas novelas as cenas de feitiçaria, de esconjuros e de *buena-dicha*. E, se é verdade que o estudo cuidadoso da magia pode indicar a existência em quem o pratica de preocupações vastas e profundas, em Mérimée apenas denota puerilidade e fraqueza de espírito; nenhum desejo de apreender as relações secretas que pode haver entre todas as partes constituintes do universo, nenhuma inquietação pelos destinos do homem depois da morte, nada de sério e de elevado.

As criadas velhas que narram com sapiente e horrível pormenorização histórias de fantasmas que súbitamente aparecem nos corredores escuros, de homens que ao dar a meia-noite se transformam em lobos ou em onagros e correm a galope por montes e vales e todas as mil traças que urde Belzebú para assustar ou arrebatrar os pobres mortais, acreditam fortemente em tudo o que contam ou, se são um pouco cépticas, pedem, pelo menos, que nunca lhes apareça nada do outro mundo; mas, ao mesmo tempo, sentem uma secreta glória em terem atemorizado as crianças e em saberem que elas vão tardar certo tempo a adormecer, olhos fixos na porta, sempre na inquietação de que ela se abra silenciosamente e um espectro surja, branco e vago. O mesmo, com o desconto que se tem de fazer para um parisiense culto, acontece com Mérimée; acredita na possibilidade, embora muito rara e ténue dos prodígios: mas tem, sobretudo, um maligno prazer em meter medo às senhoras.

Na *Vénus d'Ille* há o exemplo mais perfeito do processo de Mérimée que consiste, essencialmente, na narrativa dum aconteci-

mento ambíguo que pode ter ao mesmo tempo uma explicação natural e uma explicação sobrenatural. Se a arte de Mérimée reside, no fundo, em saber contar, a *Vénus d'Ille* fica, de facto, como a sua obra-prima; há nela uma tal perfeição de técnica, uma tam habilidosa disposição dos pormenores, um entrelaçamento tam bem conduzido do aspecto natural e do aspecto sobrenatural da anedota que se torna um impossível dominar melhor aquilo a que Eça chamava o «processo». É igualmente lícito supor que o noivo foi assassinado pela Vénus — e levam-no a crer a inscrição misteriosa, a morte do trabalhador, o episódio do anel, os passos pesados que se ouvem nas escadas —, ou que o culpado é o jogador de pelota — do que são indícios o carácter violento da raça e o «Me lo pagarás» que profere depois da partida. O espírito fica suspenso, na dúvida, hesitando entre as duas hipóteses e, certamente, a novela predilecta havia de ter causado forte impressão entre as amizades femininas do autor.

As *Âmes du Purgatoire* e a *Vision de Charles IX* são já inferiores; na primeira, levado pelo gosto do pitoresco espanhol e das evocações sobrenaturais, Mérimée afastou-se da concentração que constitui a sua força; na segunda, desaparece o entrelaçamento com a realidade que fazia o grande valor da *Vénus d'Ille*: ninguém acredita no documento e, na própria descrição da cena nodal, Mérimée transpõe os limites da credibilidade, mesmo da de damas ignorantes e supersticiosas. Só um pouco mais tarde, no *Lokis*, Mérimée tornará a atingir a perfeição de processos da *Vénus d'Ille*.

É, no entanto, sua sina, desde que se possa comparar a sua obra em determinado género com a de outro autor, e não precisamos de buscar os muito grandes, ficar esmagado sob as conclusões do paralelo; vimos como Hugo e Corneille, que não são espíritos de primeiro plano, realizaram, sob a inspiração da Espanha, obras que, sob o ponto de vista da significação humana e do vigor de criação, deixou a perder de vista as imitações da *Clara Gazul* e a própria *Carmen*. O mesmo acontece com as suas novelas do sobrenatural, se pensarmos nas que escreveu Edgar Poë; como muito bem viu Unamuno, Poë é talvez mais brilhante do que profundo; mas era um homem que amava a sua arte e o pensamento, com um amor exclusivo e ardente, que lhes subordinava a vida e que, no meio duma existência de desgraça e vagabundagem, mantém, à maneira de Baudelaire, o espírito digno e puro; não pretendia meter medo a ninguém, mas, como todos os verdadeiros artistas, repetia *para si*, uma e outra vez, a tentativa de penetrar o mistério

a golpes de razão, de dominar o sobrenatural pela lógica e incansavelmente se batia contra o desconhecido. Porque foi sincero e apaixonado, porque possuía uma inteligência aguda e uma cultura que Mérimée, com toda a sua erudição, estava muito longe de atingir, é que *Ligeia* ou a *Derrocada da casa Usher* colocam na categoria de simples entretenimentos, de contos de lareira, a *L'énus* ou a *Vision de Charles IX*.



O que fere Mérimée é exactamente esta estreiteza de preocupações, a convicção de que a vida se resolve em anedotas e do que o essencial para um artista é sabê-las contar bem; por outro lado, a subordinação aos gostos e às determinações dum mundo insignificante leva-o a dar do intenso refter de paixões e de ideas, de toda a fecunda e larga agitação humana apenas os aspectos que podem ser facilmente apreendidos por um público mal preparado que toma a literatura como um divertimento, um passatempo, entre as mais graves ocupações dum jantar de cerimónia ou duma representação de caridade. Pintor excelente de atitudes e movimentos, Mérimée faz de certo modo lembrar aqueles oleiros gregos que traçavam apenas o contôrno das figuras, um risco seguro e nítido, e que as deixavam sem relevos nem modelados; é o que êle próprio vê da realidade e o que sabe que agradará mais a quem se aborrece com análises psicológicas e saltaria com prazer tudo o que se aproximasse dos monólogos stendhalianos.

O que há de notável em Mérimée é realmente a arte de contar; tudo é calculado em vista dum effeito a obter; para o conto mais pequeno fazia um plano tam minucioso como para um romance ou um poema; depois de escrita a obra, corrigia-a, com a preocupação de eliminar tudo o que não fôsse absolutamente essencial, de a resumir, de a reduzir, e fazia-o com a paciência e o cuidado daquelas pessoas estimáveis que se dedicam a copiar a Biblia numa folha de papel de cartas. Julgava Mérimée que isto era clássico e aticista e que as suas novelas ficavam com a beleza sóbria, clara e forte da columna dórica, que lhe merecia um culto especial, ao passo que reclamava os piores supplicios para os inventores do jónico e do coríntio; mas, enquanto êle se supunha clássico e natural e gozava os aplausos dos salões, Sainte-Beuve, no seu caderno de notas, escrevia que «le vrai naturel est autrement large et libre que ça».

A obra novelística de Mérimée é tècnicamente perfeita, mas dentro dela abafa-se de incompreensão, de estreiteza, de falta de ar

puro e vivo; e veremos já como, ao afastar-se M^{me} Delessert, o seu espírito vai revelar o que de facto contém: academicismo e fraqueza.

3.

Numa das suas viagens por Espanha, Mérimée travara relações, segundo parece de simples amizade, com a mãe da futura imperatriz dos franceses, Eugénia de Montijo, que, então, se encontrava internada num colégio parisiense; freqüentes vezes Mérimée a levou a passear, a sentou no colo, lhe ofereceu bolos e brinquedos. Realizado o casamento com Napoleão III, depois do golpe de estado de 2 de Dezembro, a imperatriz não esqueceu o seu amigo e fez tudo quanto era possível para lhe dar uma boa posição, na sociedade e na corte; por seu lado, Mérimée não atentou suficientemente na diferença que havia entre amimar uma criança e submeter-se às vontades duma imperatriz. De modo que se enraizou no seu cargo de inspector geral dos monumentos históricos e foi, sucessivamente, académico e senador; valia-se da influência de Eugénia de Montijo para as intrigas das eleições da Academia e ajudava o imperador a compilar documentos para a sua célebre *Histoire de César*; organizava representações de provérbios e inventava charadas para divertimento das damas da corte; acompanhava-a a Compiègne, a Fontainebleau, a Biarritz, em todas as deslocacões; tornava-se um bonapartista feroz, mais do que o próprio Napoleão, e desaprovava sempre todas as concessões feitas aos adversários; insinuava, por exemplo, que se devia fazer compreender aos pintores e escultores que não teriam subsídios nem pensões se não aderissem ao império; achava excelente a censura à imprensa, a suspensão da liberdade de reunir, via com bons olhos o militarismo crescente e tinha grande confiança no génio táctico de Napoleão; considerava nefasto e impossível de realizar-se todo o pensamento de revolução; dizia que todas aquelas a que assistira ou de que tinha notícia pela história haviam sido feitas para reparar um erro ou para remediar uma injustiça: mas agora, sob o benéfico reinado, não havia nem erros nem injustiças; e discutir o direito de propriedade — a única reclamação que distinguia claramente em toda a ideologia revolucionária — parecia-lhe tam absurdo como, é sua a expressão, pretender trocar a posição do fígado ou do baço. Ao mesmo tempo que Mérimée, senador ilustre e erudito académico, compunha as suas charadas e fazia estas brilhantíssimas considerações político-anatómicas, um homem que muitos acusaram de palavroso e insincero escrevia no

exílio os *Châtiments*; era verdadeiramente um desordeiro e um mal-educado.

Como senador, Mérimée fez parte daquela maioria silenciosa, com imenso talento, mas silenciosa, que se limitava a levantar o braço para votar as leis que o imperador tinha mandado aprovar; falou apenas duas ou três vezes e fê-lo para que se aumentasse o orçamento dos monumentos históricos ou para favorecer amigos; esta última atitude honra-o certamente pela sua forma de compreender a amizade, mas, sob o ponto de vista da política — e não estava para outra cousa no Senado — deixa-o numa situação um pouco difficil. Na Academia foi sempre igualmente discreto e profundo; redigiu e leu com muita correcção o elogio de Nodier, que não podia suportar, respondeu com muita amabilidade a discursos de recepção, organizou pequenas conspirações contra candidatos que lhe não agradavam; sabia servir-se habilmente das suas amizades femininas, intrigava com bastante subtilidade. Por fora, um *gentleman*.

A sua acção, como inspector dos monumentos, é muito para louvar; não se poupou a viagens difíceis e incômodas através de toda a França, para salvar os restos de igrejas, arcos, aquedutos, arenas, que um vandalismo de ignorantes e de insensíveis ameaçava destruir por completo; a Mérimée se deve a conservação da maior parte dos monumentos que ainda existem em França; batalhou bravamente contra os curas de aldeia, contra regedores e prefeitos que se disputavam com iguais probabilidades de triunfo a palma da imbecilidade; descobriu Viollet-Le-Duc e deu-lhe liberdade de acção; fez elle próprio desenhos, planos e cópias, propôs restaurações, soube encontrar o dinheiro necessário para elas. A sua erudição segura em assuntos de arqueologia e o seu amor por toda a pedra velha levaram-no a realizar milagres; e sobre tudo, talvez, o seu desejo de prestigiar Napoleão.

A adesão ao Império não foi sem inconvenientes para Mérimée; alguns amigos acharam que se tinha verdadeiramente excedido em zelo e deixaram de lhe escrever ou fugiam de o encontrar na rua; Mérimée, de resto, não se impressionava muito porque reconhecia, justamente, que se tratava de invejosos ou de partidários das tais mudanças de figado: em qualquer caso, indesejáveis. O pior foi quando M^{me} Delessert, que era anti-bonapartista decidida e cujo marido tinha mandado prender e conservara detido na Prefeitura o príncipe Luís Napoleão, se começou a mostrar fria e desdenhosa das atenções de Mérimée que, naturalmente, procurou uma explicação; ignoramos de que natureza teria sido: é possível que à questão

política se tivesse vindo juntar o conhecimento da parte de M^{me} Delessert do verdadeiro carácter da ternura de Mérimée: uma ternura de gato, egoísta e passiva. O que é certo é que o rompimento se deu e que Mérimée, daí por diante, se queixa em todas as suas cartas de que a vida deixou de ter interesse para elle, que tudo lhe é indiferente e declara que se nota cada vez mais misantropo. Entretanto, continua desempenhando o seu papel de «bouffon de l'impératrice», batendo-se pelos arcs romanos, tomando ares do lorde no hemicíclo senatorial e realizando na Academia as suas combinações sábias de bolas negras.

A falta de M^{me} Delessert, como destinatária de novelas, veio-o afastar da literatura de imaginação; nem a «desconhecida» nem nenhuma das damas da corte exercia sobre elle a influência e a atracção necessárias para o levar a pôr em crónica as suas fichas etnográficas ou as suas cartas de amor. Só, mais tarde, um breve reatamento de relações com M^{me} Delessert — parece que se lhe tinha abrandado a paixão política — e o domínio crescente que a imperatriz exercia sobre a sua actividade intelectual o levaram a escrever algumas novelas. Mas o espirito, ou se exerce continuamente e se bate pela realização dum ideal — seja elle de que natureza fôr, político, religioso, artístico, científico — ou se enferruja lamentavelmente e acaba por se perder sem remédio; ora Mérimée vai estagnar na erudição pura, no saber pelo saber, nas comunicações pedantes e estérteis da Academia, nas notícias literárias, na aprendizagem de línguas e numa história insignificante de arquivista.



As provas mais importantes do saber arqueológico de Mérimée encontram-se em cartas particulares, em artigos sobre dicionários de architectura e sobre outras obras especializadas, em comunicações erigadas de notas sobre expressões dos clássicos ou pormenores de arte medieval e nos relatórios que enviou ao ministro como inspector dos monumentos e que, à excepção de alguns trechos, se conservam felizmente inéditos. Sabemos o suficiente para verificar que, entretido numa investigação miúdinha, em identificações trabalhosas, preso às suas citações e ao que esta espécie de gente chama o método científico, Mérimée não era capaz nem de realizar nem de comprehender qualquer inovação; como a maioria dos eruditos, trabalhava em apurar minúcias dentro do que já estava universalmente admitido, do que não oferecia riscos nem necessitava

audácia e ideas; creio bem que, se se tivesse apresentado ocasião de o fazer, teria rido, como outros eminentes académicos e arqueólogos oficiais, das hipóteses de um Bouchez-de-Perthes. É certo que tôdas as occupações espirituais oferecem um lado fácil à presa dos rotineiros e dos coleccionadores de verbetes; a desgraça aconteceu à própria filosofia, com os que se preocupam sobretudo com os anos de nascimento e morte dos filósofos e enfileiram dez ideas de alma ou tôdas as experiências sôbre a sensibilidade da pele; mas não há dúvida de que a filologia e a arqueologia, talvez por estarem ainda em formação, talvez por exigirem sempre a ficha, atraem de preferência os que se sentem com pequenas capacidades de pensamento; e, no entanto, mesmo em arqueologia e filologia, é conveniente que se possuam intelligência e cultura. Seria atrevido talvez afirmar que Mérimée não era intelligente nem culto; custa, no entanto, a aceitar que se confunda a intelligência com um talento, uma habilidade especial, que tanto pode ser a de compor novelas como a de lavar pedra, e se confunda a cultura com o saber; ora, se a cultura é, como diz Gasset, a colaboração do passado na preparação do futuro, ninguém foi menos culto do que Mérimée: porque sistematicamente desdenhou tudo o que significava futuro.

A sua incompreensão do vivo e do grande, a sua mesquinhez de critério, o seu horror de tudo o que não estivesse bem redigido e ordenado segundo os cânones académicos, manifestam-se claramente nas opiniões que, em artigos e noticias de apresentação de traduções, em cartas ou no *Diário*, expôs sôbre literatura. Para começar pelos franceses, tinha uma aversão invencível por Hugo, causada, em parte, pelas diferenças da arte de um e de outro, em parte pelas atitudes políticas do poeta; Baudelaire — e nisto estava de acôrdo com tôdas as pessoas sérias do seu tempo — aparecia-lhe apenas como um extravagante; tinha mesmo um argumento supremo muito significativo sôbre o valor de Baudelaire: o de que o poeta tinha vivido miseravelmente e acabara num hospital; declarou a amigos íntimos que preferia a Flaubert, como menos enfadonho e mais substancial, um livro de cozinha; Renan, intolerável; e, quanto a Lamartine achava que, em lugar de escrever o *Cours Familier de Littérature*, devia ir vender aparos à porta das Tulherias; certamente o *Cours* não é uma obra-prima, mas o Senador Mérimée esquecia-se de que Lamartine o estava publicando para solver dividas que contraíra por alguma vez se ter portado na vida com dignidade e coragem. De Stendhal apanhou os aspectos exte-

riores, as anedotas, considerou-o, na brochura *H. B.*, um simples homem de espírito.

Pode-se supor por tudo isto o que êle pensaria e diria dos estrangeiros; aos alemães, Kant, Goethe, Lessing, Schiller, varria-os com a acusação de confusos — queria possivelmente dizer difíceis — e de plagiários, o que é duma simplicidade bastante grande; e Niebhur, que abria caminho a todo o trabalho moderno sobre a história romana e que, apesar de todos os exageros e tôdas as fantasias românticas sobre a epopeia primitiva, muito deixou de definitivo e teve pelo menos o mérito de pôr em termos exactos e fecundos o problema, não encontrou favor no erudito sem imaginação, escravo dos textos e das boas normas: foi, como os outros, confuso e plagiário; a mais do que os outros, louco. Quanto aos russos, é certo que Mérimée foi o introdutor em França do gosto pela literatura russa e que verdadeiramente se interessou pela língua, pela história e pela civilização do país; mas em Pushkine, o primeiro autor que traduziu e pelo qual conservou sempre uma grande predilecção, atraía-o apenas o gosto dos fantasmas, nunca percebeu *Tarass Bulba* e passou por Dostoievski como por um escritor secundário, semi-doido. Afinal o que o prendia talvez mais à Rússia era ainda o prazer de conhecer histórias de tzares, de boiardos e de mujiques o de, numa época em que tudo isto era regularmente ignorado, explicar, em termos técnicos, os samovares e as troikas.

É que Mérimée tem o vício, estranho, se se tratasse de um verdadeiro artista, de ostentar o seu saber, mesmo onde não vinha nada a propósito; adorava as epígrafos gregas para as novelas e propende-se a crer que o que escreveu com mais delícia na *Carmen* foi exactamente o capítulo do *chipe-cali*; fornece aos amigos listas de palavras do vocabulário dos ciganos, divisas e motos para *ex-libris*; e tira grande motivo de orgulho de ser, como a personagem de Eça, um dicionário que tôda a gente vem folhear com proveito. Não assimila os seus conhecimentos, não os encorpora em si, não se melhora, não se aperfeiçoa com êles; voga ao sabor duma instabilidade de diletante, esfarrapado por mil occupaões diferentes, sem força íntima nem vastidão de espírito suficiente para as englobar e fazer tôdas servir a um fim único. Isto basta para explicar suficientemente a sua incompreensão de Goethe.

E também o género especial de história a que se dedicou. Censurava os historiadores alemães pelo seu excesso de imaginação e supunha que ela se deve banir totalmente da história; creio,

porém, que por imaginação entendia a invenção de factos e não a invenção de ideias, e que a não distinguia bem da que é necessária para formular hipóteses, para reconstruir o passado, para reviver os acontecimentos e para os pensar; ora é exactamente esta imaginação que salva a história de ser uma simples colecção de documentos. Se Mérimée acertava quando se dirigia às fontes, aos textos originais e os estudava escrupulosamente, errava pela quasi total abstenção de critica aos historiadores antigos, por confiar excessivamente nas informações que nos transmitiram; por outro lado, faltava-lhe um pensamento geral e ordenador capaz de fornecer aos seus trabalhos uma espinha dorsal bastante forte e de os levar a ser alguma coisa mais do que um rosário de factos.

Como tantos outros, julgou também que a história pode ser científica à maneira da matemática ou da física e que a matemática e a física nasceram duma simples acumulação de observações; os seus livros de história pretendem, pois, ser científicos e sê-lo pela erudição e pelo respeito dos textos; causar-lhe-iam horror, se alguma vez os chegasse a compreender, a audácia hipercritica de Ettore Pais, o poder construtivo de Mommsen ou a fina intuição psicológica de Boissier. Ora aconteceu que as obras de Mérimée sobre história romana são hoje pouco menos do que ignoradas e não significam absolutamente nada na evolução da historiografia; os próprios eruditos as passam em silêncio porque, na verdade, o que elle escrevem já vem em Salústio, em Cícero, em Suetónio que sempre oferecem a vantagem de se poderem citar em latim. O mesmo se dá com o laborioso *D. Pedro* e com o esboço duma narrativa das aventuras do Dmitri que se levantou contra o tzar Boris Godunov; nenhum historiador da Espanha, nenhum historiador da Rússia se lembra de os ler; nem sequer aparecem nas bibliografias, a fazer número.

O seu valor literário é nulo também; por influência das tradições académicas, o estilo de Mérimée modifica-se bastante, perde a simplicidade das novelas e inclina-se para a ênfase e para os períodos solenes e rotundos. Por outro lado, Mérimée poderia ter tirado partido das descrições; mas, ou porque lhe fôsse difficil ver, a tam grande distância no tempo, as atitudes e movimentos das personagens, ou, mais verosimilmente, porque as considerasse impróprias de historiador que se confessava inimigo de fantasias, as descrições são insignificantes e pálidas; os criticos contemporâneos mais severos, como, por exemplo, G. Planche, não deixaram de se mostrar surpreendidos pelo súbito desaparecimento d'este talento

de Mérimée, sobretudo numa história pródiga em batalhas, em assassinios, em agitadas sessões de Senado, em tumultos no Foro, em tanto acontecimento intenso e trágico que parecia talhado propositadamente para que o descrevesse o novelista de *Mateo Falcone* e de *L'enlèvement de la redoute*. E, se Mérimée fôsse, como já se quis fazer crer, um outro Stendhal, revoltado contra a sociedade e admirador entusiasta da energia, havia de que surpreender no facto de ter seguido sobre Catilina a tradição clássica e de, na questão do procedimento de Cícero, apenas se ter demorado a investigar se foi conforme ou não às regras de direito romano.

Em resumo, a história de Mérimée é muito séria e muito escrupulosa, mas tem o grave defeito de não explicar, de não aclarar, de não ligar os factos pela trama dum raciocínio forte e amplo; a Guerra Social, que narrou num volume, a Conjuração de Catilina, que narrou noutro, não têm nada a relacioná-las entre si, aparecem como dois caprichos, como dois acasos, na vida do povo romano; é possível, mas não muito provável, que a biografia de César que meditava e de que desistiu a favor da que Napoleão empreendera, contivesse alguns capítulos de vistas de conjunto; está mais de acôrdo com o que sabemos de Mérimée supor que nela se continuava a mesma paciente recolha de documentos, com as mesmas frases vernáculas e a mesma pretensiosa ostentação de saber; devia ser um «comentário perpétuo», ilustrado de planos e moedas, do *Bellum Gallicum* e do *Bellum Civile* e para o qual se estava preparando em Cannes com lançamentos de dardo; só nos resta mostrarmo-nos reconhecidos à sua dedicação e ao seu respeito pelo imperador que o impediram de levar a cabo o projecto.



Por um momento o distraiu dos seus estudos e das suas occupa-
ções burocráticas a reaproximação de M^{me} Delessert; e, encontrada
de novo a sua auditora favorita, Mérimée escreve *Lokis*. É uma
história contada pelo professor Wittenbach, em quem, segundo pa-
rece, se retratou Mérimée; apaixonado da filologia, especialista de
dialectos balto-eslavos e das canções populares da região, o pro-
fessor é um delicioso tipo de erudito, homem de método, excelente
pessoa que tudo deixa por um manuscrito antigo, mas que se não
importa de aparecer em sociedade e colaborar em jogos de prendas
e divertimentos de salão; cuidadoso em tomar e conservar as suas
notas, é da leitura dumas páginas de *Diário* que se serve para

entreter uns amigos: essas páginas constituem *Lokis*, palavra que significa *Urso*. E é logo pelo título que principia a mostrar-se a habilidade técnica de Mérimée; depois a narrativa do rapto da condessa-mãe por um urso, o ataque de loucura que se segue, a surpresa do professor quando vê o conde trepado a uma árvore, o facto de uma ursa ter lambido carinhosamente o conde que, numa caçada, ficara à mercê do animal, um sonho que Wittenbach lhe surpreende, finalmente o assassinio da noiva—tudo leva a crer que alguma cousa de estranho se passou com a condessa na primeira caçada; mas também é natural que a condessa tivesse endoidecido apenas por se ver atacada por um urso, que seja uma simples curiosidade o que leva o conde a trepar à árvore, que haja razões mais satisfatórias para explicar o assassinio da rapariga, por exemplo, o seu carácter estouvado e irritante. Como se vê, o processo é idêntico ao empregado na *Vénus d'Ille*; mas *Lokis* é algum tanto inferior, pelo exagero com que se sublinham certas situações e porque, afinal, as extravagâncias do conde são mais difíceis de justificar por uma acção natural, humana, do que a morte de Peyrehorade na *Vénus d'Ille*.

Para M^{me} Delessert, não teve Mérimée tempo de escrever mais nada porque a reconciliação durou pouco e desta vez o afastamento foi definitivo. Mas a imperatriz exigia que Mérimée a divertisse e para ela compôs a *Chambre Bleue* e, possivelmente, também *Ijou-mâne*, *Il viccolo di Madama Lucrezia* e *Federigo*. Se exceptuarmos esta última, que é um conto popular italiano, interessante pela contaminação entre as crenças pagãs e o cristianismo, as outras novelas têm um valor muito reduzido; *Il viccolo* apresenta-se a princípio como uma história de almas penadas, mas tudo acaba por se esclarecer e por sabermos que na casa de Lucrécia não entravam espectros, mas dois namorados que tinham encontrado uma engenhosa maneira de se verem e falarem (*I suppose*, como dizia um inglês puritano); as outras duas parecem também ir conduzir a acontecimentos famosos, mas, para nosso sossêgo, tudo se reduz ao fervor britânico pelo vinho do Pôrto e ao sonho dum official cansado de uma longa marcha. Assim, todos se divertiam, tinham o seu momento de emoções fortes e podiam depois, repousadamente, sem nenhum pêso na alma, passar ao chá ou ao provérbio.



Todo este belo mundo se desfez com Sédan; e, como o imperador estava prisioneiro, a imperatriz partia para o exílio, os ale-

mães marchavam sobre a capital onde se ouviam os primeiros gritos da revolta, pareceu a Mérimée que a França estava completamente perdida e, naturalmente, com ela, uma amável civilização de charadas e academias. Atingem então o máximo o pessimismo e a melancolia que, a partir das primeiras desavenças com M^e Delessert, não tinham deixado de transparecer em todos os escritos íntimos de Mérimée; é instrutivo ver como este homem, que foi sempre um conformista, um prudente, que nunca teve confiança num projecto, que nunca teve um ideal que o guiasse por cima e para cima das flutuações da vida de todos os dias, que foi subserviente e mesquinho, literalmente morreu de desalento e de tristeza.

E o seu nome, que ainda se mantém graças às novelas, não tem grandes probabilidades de sobrevivência se a literatura fôr sendo, cada vez mais, de pensamento, se a um amor da forma clássica se substituir o amor clássico das ideias. Mesmo agora, se na literatura francesa o seu lugar é, como disse Taine, alto mas estreito, não sei se, na literatura universal, lhe poderemos conceder altura; quero-me parecer que não.

AGOSTINHO DA SILVA.

Bibliografia sumária

- Félix Chambon — *Notes sur Mérimée* — Paris, 1903.
 Auguste Dupouy — «*Carmen*» de Mérimée — Paris, 1930.
 A. Filon — *Mérimée et ses amis* — Paris, 1894.
 — *Mérimée* — Paris, 1898.
 Maurice Levaillant — *Les étapes de P. Mérimée* — *Revue Hebdomadaire*, 25 Dez. 1926 e 1 Jan. 1927.
 Lucien Pinvert — *Mérimée, notes biographiques et critiques* — Paris, 1906.
 Gustave Planche — *Mérimée* — *Revue des Deux Mondes*, 15 Set. 1854.
 P. Trahard — *Prosper Mérimée et l'Art de la Nouvelle* — Paris, 1923.
 — *La Jeunesse de Prosper Mérimée* — Paris, 1925.
 — *Prosper Mérimée de 1835 a 1853* — Paris, 1928.
 — *La Vieillesse de Prosper Mérimée (1853-1870)* — Paris, 1930.
 F. Vandérem — In *Revue de Paris*, 15 Set. 1920.
 Prefácios e notas das edições de *Obras Completas* de Mérimée publicadas por Champion e Le Divan.

O significado da cultura trovadoresca

«Entre a primeira e a segunda cruzada (1099-1147), nessa época de espantosa agitação religiosa e económica, nasceu a mais antiga mística popular da Idade-Média e logo a seguir a canção de amor trovadoresca na sua forma clássica. Esta coincidência não foi casual: à cultura mística do tempo foram buscar os líricos cortesãos o alento para o vôo espiritual do seu amor» (Wechssler, *Das Kulturproblem des Minnesangs*, 243). É assim, nesta elegante síntese, que Wechssler delinea a génese da cultura trovadoresca: em seguida aos raptos místicos duma religião novamente e experimentalmente achada pela adoração de Jesus e de Maria, a tradução dêsse fervor em poesia mundana. O romanista alemão aludia sobretudo aos dois grandes místicos da primeira metade do século XII: S. Bernardo e Hugo de S. Victor. Mas não queria significar com isso, como havemos de ver mais adiante, que a civilização trovadoresca saísse dum jacto do misticismo católico. A própria cronologia se opõe a essa hipótese. Na verdade, antes que aqueles dois cristãos se inflammassem na *charitas*, no amor divino, já o duque Guilherme IX, da Aquitânia, tinha celebrado o amor espiritual da dona e o seu poder nobilitante; já tinha inaugurado a poesia trovadoresca, de que não fôra contudo certamente o criador.

Recentemente Naumann procurou obviar a essa dificuldade cronológica, lançando as principais responsabilidades do subjectivismo trovadoresco para o espírito ascético cluniacense, dominante no século XI. Seria ele que, com a tendência para a análise implacável do *eu*, base indispensável do conhecimento de Deus, teria dado o cunho psicológico da canção dos trovadores e a humilde postura do seu amor (*Höfische Kultur*, 54-55).

Tudo isto é bem verdade, mas não basta só por si para explicar todo o complexo do fenómeno trovadoresco. Os próprios autores citados o consideram insuficiente. E para êsse movimento, que representa, em última análise, uma deslocação da cultura, torna-se preciso buscar, além doutros, um motivo social que o tivesse facilitado. Êsse motivo reside essencialmente nas condições especiais em que vivia a sociedade francesa do sul por todo o século XI.

Falta-nos — e essa falta foi sentida já por Vossler no seu estudo de Guilherme IX — uma história minuciosa da cultura provençal no século XI: mas o material até aqui ajuntado permite-nos concluir com perfeita segurança que a civilização do sul era, no geral, superior, diferente e até oposta à civilização do norte; o temperamento das duas populações vinha acentuar estas diferenças.

A actividade comercial dos portos do Mediterrâneo, arvorados em cidades livres, o desenvolvido regime municipal que permitiu a formação de poderosos focos mercantilistas, uma divisão mais racional da propriedade, um maior afrouxamento dos laços de dependência feudal, junto naturalmente a uma maior fertilidade do solo, fizeram do sul um país rico e de civilização fácil. O feitio, no mesmo tempo vibrante e pacificamente industrioso do meridional vinha contribuir para isso. É conhecido o ditado transmitido pelo cronista francês Raoul de Caen: *Franci ad bella, Provinciales ad victualia*, «os franceses para a guerra, os provençais para os comestíveis». Por isso no norte floresceu uma literatura de guerra, do tipo da canção de gesta e no sul uma literatura familiar e confidencial do tipo da canção de amor.

A situação florescente da economia privada favoreceu naturalmente a instalação de pequenos centros de cultura social, que foram adquirindo pouco a pouco extraordinária importância; nos princípios do século XII, nos condados de Anjú e de Tolosa e no ducado de Aquitânia, praticamente desligados do rei de França, a vida corria fácil e alegre; e os cronistas do tempo contam-nos maravilhas sobre a perdulária magnificência desses senhores folgazões.

Jaufré de Vigois transmite-nos o caso passado entre o conde Guilherme de Poitiers e Eble, seu vassalo e visconde de Ventadorn, bom trovador, de quem infelizmente não possuímos as canções. Um dia o visconde foi agasalhado esplendidamente em Poitiers pelo seu senhor. De volta ao seu castelo, Eble preparava-se para cear, quando lhe entra por casa o conde Guilherme, seguido de cem cavaleiros. O suzerano queria experimentar o seu vassalo. Eble não se perturba; manda trazer água aos seus convivas, envia à pressa buscar víveres, e dentro em pouco servia ao seu senhor e comitiva um festim verdadeiramente rial. Pouco depois apareceu inesperadamente um vilão. Trazia um precioso carregamento de pipas de cera. Em frente dos pictavenses, armado dum machado, começa a abri-las e a espalhar pelo chão o valioso conteúdo e diz-lhes: — Vêde, cavaleiros, como se dá cera em casa do visconde meu senhor! O próprio conde estava surpreso de tanta ostentação.

Os costumes luxuários do Oriente, introduzidos após a primeira cruzada, largamente concorrida por meridionais, teriam necessariamente influência nestas exibições; as galeras italianas não cessavam de descarregar na Europa os produtos da requintada civilização do Oriente; as relações comerciais com os portos franceses do Mediterrâneo eram muito activas; é bom porém não esquecer que elas se explicam mais facilmente por um estado excepcional de desafogo económico e pelo temperamento festivo e impressionável do provençal — designamos assim, sem rigor aliás, todo o habitante do sul da França.

Pelo exposto, vê-se que um dos fundamentos dessa nova cultura traz um sêlo caracterizadamente burguês, porque ela se alimentou de preferência das amenidades da vida, conquistadas por uma burguesia, que ombreava de resto em poder e fausto com a própria aristocracia e por vezes até a superava. Não significa isto evidentemente que a cultura trovadoresca tenha carácter burguês; sucede até que em certas cidades, como Narbona e Mompilher, redutos de burguesia preponderante, os trovadores parece terem tido acolhimento menos fervoroso. Mas a nova civilização poética não se reflecte apenas na canção lírica, nas efusões do coração enamorado, manifesta-se ainda no *serventès* (provençal *sirventés*), na poesia objectiva e satírica, e para isso é que é necessário ter presente a existência duma forte cultura burguesa, dum espírito civilista, que enforma alguns dos seus aspectos.

De resto — e é esse um dos distintivos da civilização meridional — o modesto fidalgo acotovelava o burguês nos municípios e este último estava praticamente equiparado àquele. Esta assimilação é, como veremos, um dos rasgos da cultura galego-portuguesa e uma das feições mais curiosas da civilização italiana do século XIII; com esta diferença: em Portugal e Galiza o cavaleiro pobre faz-se lavrador, na comuna italiana faz-se mercador. Esta transformação social está documentada no *Paraíso* de Dante, nos *queixumes* de Cacciaguida (canto XVI):

*Ma la cittadinanza, ch'è or mista
di Campi e di Certaldo e di Figghine,
pura vedeasi nell'ultimo artista.*

.....
*Sempre la confusion delle persone
principio fu del mal della cittade...*

Temos pois que o afrouxamento das relações feudais, a emancipação económica e um fundo tradicional de cultura clássica, ainda

não bem explorado mas justificado pela duradoura influência heleenística e pela prioridade de colonização romana, determinaram um forte individualismo e uma concepção da vida, que haviam fatalmente de brigar com as doutrinas ortodoxas da Igreja, e que por isso mesmo, por espírito negativo de reacção mais do que por convicção, haviam de provocar o aparecimento das seitas heréticas.

O clero católico não tinha no sul a grande influência de que gozava no norte; os bispos eram como que fâmulos dos grandes senhores; a doutrinação clerical deixava a desejar; por isso o cronista Adhemar de Chabannes podia dizer: «Na Aquitânia não há sciência, ninguém tem educação e quando alguém aprendeu um pouco de gramática, cuida ser um Vergílio». O cronista referia-se à educação religiosa, monacal; porque a outra, a cultura laica, virada para as mundanidades da vida, aprendida na escola das relações sociais, era muito superior no sul.

Na verdade o que marca numa cultura não é propriamente aquilo que nos diz o número e a letra dos seus produtos literários e científicos. É antes, como pretende e muito bem Bühler, a pulsação da vida real, que pressentimos através dêles ou doutros documentos do passado (*Die Kultur des Mittelalters*, 78). O que vale verdadeiramente é o ritmo da vida. Ora este ritmo da vida, superior no sul, era, pelo que vimos expondo, eminentemente favorável à criação duma cultura de lirismo em vulgar. Foi o que succedeu. Nos fins do século XI, aparece com Guilherme IX o primeiro trovador provençal; outros o teriam precedido, outros os seguiram e na segunda metade do século XII estruge no sul da França uma verdadeira primavera de cantorias trovadorescas. Estava inaugurada uma nova época na literatura da Europa ocidental; começava uma nova civilização.

Uma das singularidades da nova cultura é-nos dada pelo importantíssimo papel que nela desempenha a mulher. O cristianismo elevou indiscutivelmente a condição social da mulher, fazendo-a em teoria igual do homem. Não é menos verdade porém que praticamente a sua situação tinha sido bem precária na remota Idade-Média, pois estava exposta ao misoginismo mais ou menos feroz dos autores eclesiásticos e às brutalidades do homem a quem pertencia.

Contudo a mulher de condição nobre tinha ainda um recurso: refugiar-se num convento e aí continuar em paz, ao abrigo das necessidades, a vida livre do espírito. Não podendo, como os homens, dedicar-se à lavoura ou aos pesados trabalhos corporais, buscavam nas letras um preservativo contra as tentações da carne, e um mo-

mento houve, no século XI, em que a mulher no seu convento competia em instrução com o homem, a pontos de conhecer o seu Ovídio e o seu Vergílio melhor do que muito filólogo de hoje, como diz graciosamente Finke (*Die Frau im Mittelalter*, 30).

Precisamente no sul de França a mulher encontrou condições especialmente favoráveis para uma existência elevada. A mulher ali herdava, possuía bens próprios e, depois de casada, podia dispor deles sem o consentimento do marido. Esta igualdade jurídica, resultante da influência do direito justiniano na França meridional, teve as mais decisivas influências na génese e progresso da cultura trovadoresca, essencialmente feminina.

E se essa cultura, pela dose de ficção nela contida, nem sempre é o espelho da realidade social, teremos no entanto de admitir que ela presume, mesmo através das exagerações, um avanço inegável na condição da mulher livre. «Como expressão da sujeição amorosa do homem, o trovadorismo nasceu da inspiração e em certo modo do desejo e imposição das grandes senhoras. Foi uma reacção ideal contra a dependência social e jurídica da mulher na Idade-Média» (Wechssler, *Das Kulturproblem des Minnesangs*, 180). Estas palavras de Wechssler definem um ideal de feminismo, inerente à nova civilização; por isso já houve quem o comparasse — Seillière e o próprio Wechssler — ao feminismo precioso e um nadinha petulante do século XVII, com o qual tem com efeito pontos de contacto.

Veja-se apenas este passo do romance *Artamène*, de Scudéry, citado por Seillière (*Les origines romanesques de la morale et de la politique romantiques*, 163):

... l'amour n'est pas seulement une simple passion comme partout ailleurs, mais une passion de nécessité et de bienséance: il faut que tous les hommes soient amoureux et que toutes les dames soient aimées. Nul insensé parmi nous! On reproche cette dureté de cœur comme un crime à ceux qui en sont capables, et la liberté de cette espèce est si honteuse que ceux qui ne sont point amoureux font du moins semblant de l'être. Pour les dames, la coutume ne les oblige point nécessairement à aimer, et toute leur gloire consiste à faire d'illustres conquêtes et à ne perdre pas les amants qu'elles se sont assujettis, quoiqu'elles leur soient rigoureuses: car le principal honneur de nos belles est de retenir dans leur obéissance les esclaves qu'elles ont faits par la seule puissance de leurs charmes et non par des faveurs; de sorte que, par cette coutume, il y a presque égale nécessité d'être amant et malheureux. Il n'est pourtant pas défendu aux dames de reconnaître la persévérance de leurs amants par une affection toute pure. Au contraire, Vénus Uranie l'ordonne; mais il faut quelquefois tant de temps à acquérir le cœur de la personne que l'on aime que la peine du conquérant égale presque le prix de la conquête.



A nova cultura poética trazia, de mistura com resíduos importantes e inevitáveis do passado, algumas novidades dignas de atenção. Dentre elas merece desde já sobressair o facto de os trovadores endereçarem o seu grande amor a mulheres casadas: a *puella* da anterior poesia goliardesca dava agora lugar à *domina*; e os poetas ainda desfeminizavam o objecto das suas homenagens, adoptando o termo conhecido *midons* < mi dominus.

A explicação do facto reside essencialmente na pouca importância social da donzela, colocada sob o poder paterno e inibida portanto de influência e de irradiação. E como, no fundo, a canção trovadoresca é um louvor e um louvor as mais das vezes interessado, está bem de ver que não poderia ser endereçado à donzela, pela sua insignificância jurídica impedida de dar. *Largueza* é expressão que ocorre a cada passo na linguagem dos trovadores. De modo que poderá ver-se em muitas canções dedicadas à dona um servilismo real, um pedido de favor, que manifesta, revestida em poesia, a penúria económica dos autores.

Um outro elemento teria contribuído para dar à literatura cortês esse carácter voluntariamente adulterino, que de resto o trovadorismo alemão procurou atenuar e o português quasi totalmente desconhece. O verdadeiro amor adquire-se pela experiência psicológica, por um cotidianismo de análise interior, por uma certa madureza enfim e uma certa plenitude física e moral, que a donzela ainda não atingiu.

Mas os trovadores foram mais longe: denunciaram abertamente nas suas canções a incompatibilidade entre o amor e o casamento; e assim essa poesia, aparentemente inofensiva, pôs pela primeira vez em equação um problema social, que está preocupando gravemente a consciência da Europa moderna.

No tratado de amor de Andreas Capellanus, que resume e fixa as teorias dos trovadores, a questão de saber se entre mulher e marido pode existir amor é remetida para o julgamento da condessa Maria de Champagne, que dá por este modo a sua sentença: *Dicimus enim et stabilito tenore firmamus, amorem non posse suas inter duos jugales extendere vires. Nam amantes sibi invicem gratis omnia largiuntur nullius necessitatis ratione cogente; jugales vero mutuis tenentur ex debito voluntatibus obedire et in nullo se ipsos sibi invicem denegare.* (De Amore, p. 89. Cf. Wechssler, *Das Kul-*

turproblem, 208-210). A qual, traduzida, nos informa: «digo pois e estabeleço firmemente que o amor se não pode desenvolver entre dois casados; porque os amantes dão-se reciprocamente tudo, *de graça*, sem o menor constrangimento; ao passo que os casados se obrigam a mútua obediência, *por dívida*, e não se podem recusar cousa nenhuma».

Estamos vendo, pois, o que obsta nos laços matrimoniais ao verdadeiro amor: é o seu carácter forçado, a falta de liberdade, sem a qual não pode existir. Aparentemente imoral, a negação do casamento explica-se justamente porque o amor conjugal se apresenta ao espírito do trovador como um negócio; e nas relações entre mulher e marido, necessariamente materiais e terrenas, havia o quer que fôsse de profanação, que chocava com o conceito do amor cortês, tendido sempre para o infinito. Esse amor, sem liberdade, não poderia ser nunca uma fonte de perfeição moral. Daí o seu repúdio.

Esta concepção audaciosa, pela qual a mulher era livre de dar o seu amor a quem quisesse, acusava uma tendência revolucionária, que brigava francamente com a doutrina oficial da Igreja. E, embora as mais das vezes ela não tivesse conseqüências, devido ao seu carácter de espiritualidade e à bonacheirona complacência dos maridos, sabe-se contudo que por vezes valeu alguns embaraços ao atrevido trovador. São conhecidas as histórias em torno das vidas de Raimbaut de Vaqueiras, de Peire Vidal, de Guilhem de Cabestanh.

A dêste último é particularmente dramática. Ao serviço de Seremonda, castelã do Rossilhão, a sua gentileza e a linda arte do seu trovar agradaram à dona. Amaram-se. O marido, bravo e cioso, soube disso. Matou Guilhem, arrancou-lhe o coração e fê-lo servir assado a Seremonda. Comido o coração do amante, o marido diz à mulher a verdade. Esta, no cúmulo do desespero, atirou-se da janela à rua e morreu. Conta mais essa história cruel que o rei de Aragão, sabedor do horrível caso, mandou prender por tôda a vida o vingativo castelão e soterrar na igreja do Perpignan os dois corpos dos desventurados amantes. Esta lenda é preciosa porque nos apresenta de forma simbólica o drama de mais duma vida consagrada ao amor.

Colocados a distância do fenómeno trovadoresco, sentimos hoje dificuldade em compreender alguns dos seus mais salientes aspectos. Os contemporâneos interpretavam-no melhor. E assim atitudes — que hoje se nos afigurariam estranhas e até imorais — eram consideradas

naturais ao tempo. Contudo, aquela lenda da morte de Cabestanh e outras dizem-nos que a civilização trovadoresca teve preferentemente um carácter formal, e quando o trovador ousava elevar-se do mundo da forma, do convencional, para o mundo dos afectos, o caso era mais sério e arriscava por vezes as suas asas.

Mas, emfim, amor trovadoresco é, por via de regra, um fingimento, mais um produto da inteligência e da imaginação do que propriamente da sensibilidade: *amour de tête*, como dizem os franceses. De resto, é preciso notar que este amor imaginativo dá por vezes os tormentos do grande e verdadeiro amor.

Os termos *cuidar* e *cossirar* (considerar) traduzem bem o trabalho interior e o enlévo do poeta na adoração estéril da sua dona; as fórmulas *mentir cortés*, *fénher*, *fenhedor* não deixam dúvidas sobre a natureza fantasiosa do seu amor. De Uc de Saint-Circ se diz expressamente na sua biografia: *causós fetz de fort bonas e de bons sons e de bonas coblas; et anc no fo gaires enamorat, mas se saup féinher enamorat*: «fez muito boas canções, com boa música, e boa versificação; nunca esteve apaixonado, mas soube fingir-se enamorado» (Chabaneau, *Les biographies des troubadours*, 259).

A impostura do amor cortês está representada na tenção entre Elias Cairel e a sua senhora Isabel. O trovador decide abandonar a sua dona, a quem cantara para ganhar *honor* e *pretz*, e vai lançar-se nos braços da sua fiel e formosa amiga:

*Vos remanrez tal com la genz vos cria,
et ieu irei vezer na bell' amia
e'l sieu gen cors, graile e ben estan,
que non a cor menzonhier ni truan.*

Isabel exprobra-lhe então o fingimento do seu amor, a mentira dos seus queixumes:

*Com hom qu'is feinh de dol aver
de so dont el non sent dolor.*

Estes e outros exemplos levaram Wechssler a chamar injustamente à poesia trovadoresca *Lügendichtung*, «uma poesia de mentiras» (*Das Kulturproblem*, 197). A afirmação contém apenas uma parcela de verdade. No fundo, os dois amores de Elias Cairel eram verdadeiros; o que dedicava à sua dona não tinha o apaixonado ardor, a picante sensualidade do que consagrava à amiga; era

porém um amor de altura, um estímulo permanente de perfeição moral; os dois *sentimentos* podem existir no coração dum homem e esse singular dualismo é de facto um dos caracteres mais significativos do homem medieval.

O exaltado individualismo mundano, que caracteriza no fim de contas a cultura trovadoresca, não era naturalmente propício ao acatamento dos princípios tradicionais da Igreja. Acresce, como já dissemos, que a sociedade do sul de França não estava em condições de aceitar sem reservas o novo misticismo cisterciense e os outros que se lhe seguiram, cujos princípios de renúncia brigavam extraordinariamente com o espírito da civilização do sul, activa e aquisitiva e já fortemente secularizada. Havia pois um antagonismo fortemente acentuado entre a cultura provençal e o catolicismo. Essa hostilidade deveria explodir mais tarde nos serventeses de Cardenal e de Figueira contra o clero e contra Roma *enganairitz*.

No livro de Wechssler é freqüente a alusão ao novo conceito do mundo e da vida inaugurado pelos trovadores (*die neue höfische Weltanschauung*). Chega mesmo a dizer que «pela primeira vez das côrtes provençais partiu uma dúvida contra a religião dominante e se formou ali uma espécie de escola de livre pensamento» (*Das Kulturproblem*, 433). Todavia deverá confessar-se que essas atitudes libertárias raras vezes afectam a canção lírica e, quando o fazem, é sob esta forma: a contemplação amorosa da senhora faz esquecer ao trovador o próprio Deus. É o trovador Ponz de Chapeuil quem no-lo diz mais expressivamente:

*Per qu' eu vos am...
tan finamen que dal re nom sove,
neis quan prece Dieu, don oblît per vos me.*

«Porque eu vos amo tão finamente que não me lembro de mais nada, nem mesmo quando rogo a Deus, do qual me esqueço por amor de vós». É fácil de ver que o pensamento herético, se existe aqui verdadeiramente, é fornecido por uma atitude de êxtase, que tem afinal muito de cristã. De resto, estas inconsideradas manifestações dos trovadores provençais são água chilra comparadas às rudes investidas da poesia trovadoresca portuguesa. (Rodrigues Lapa, *Das origens da poesia lírica em Portugal*, 99-105).

Se não aceitamos pois que certas audácias de pensamento, que rompem através dos desabafos líricos, constituam um sistema de

doutrina heterodoxa, muito menos é de aceitar a velha teoria de Gabriel Rossetti, segundo a qual as canções trovadorescas seriam crónicas da opposição herética albigense. O amor cortês, pura ficção, significaria isto: o perfeito cavaleiro seria o perfeito albigense, a dona representaria a igreja cristã albigense e o marido tirânico emfim seria a encarnação de Roma e dos seus padres (Ernest Seillière, *Pour le centenaire du Romantisme*, 15-20). Este simbolismo está em flagrante contradição com o que sabemos dalguns trovadores e com a letra das próprias canções, onde, através dum espiritualismo mais ou menos ennevoado, se adivinha não raro um saboroso realismo e alusões que não nos deixam ficar dúvidas.

A hipótese acima referida foi naturalmente alimentada pelo facto de existirem no sul da França, sobretudo em Albi e Tolosa, vigorosas seitas heréticas, exterminadas violentamente na cruzada de 1209. Ora é preciso advertir que, se a doutrina católica se opunha em mais dum aspecto ao florescimento da arte trovadoresca, a moral albigense, pela sua inaudita severidade ascética, muito mais o contrariava, dado o seu repúdio por tudo quanto significasse franca alegria de viver. Além disso, as heresias radicaram sobretudo nos meios populares e burgueses, e o trovadorismo tem, como estamos vendo, carácter marcadamente aristocrático.

O que explica portanto o interesse dos trovadores e da alta aristocracia do sul pelos hereges é mais uma razão de ordem política do que propriamente religiosa. Sentiam e sentiam bem que, sob o pretexto do apuramento da ortodoxia, as hostes de Simão de Monfort desejavam destruir o poder feudal dos grandes senhores do sul e fortalecer o poder do rei de França; e isto equivaleria, como efectivamente equivalen, à supressão daquela florescente e amável cultura. Eis a razão porque quasi todos os trovadores, excepção feita de Perdigon e de Folquet de Marselha, um dos mais ardentes defensores da cruzada, já na qualidade de bispo de Tolosa, defenderam o partido dos hereges.

Foi pois principalmente o instinto de conservação que lhes ditou essa defesa. Contudo é inegável que se pode extrair da *Canção da cruzada contra os Albigenses* e dos serventeses de Cardenal e de Figueira, uma attitude de espirito francamente scismática, uma doutrina que diligenciava obter a purificação da fé à custa das mais severas reformas ecclesiásticas. No fundo, mais um produto do individualismo da cultura trovadoresca: o anseio de liberdade e o justo afan de pensar e sentir por si.



O que apontámos constitui aquilo a que poderíamos chamar as «novidades da cultura dos trovadores». No entanto não podemos deixar de reconhecer que o passado e o presente de então, com todas as suas aquisições de ordem espiritual e social, se entornaram largamente nela, e mais duma vez contraditóriamente. Vejamos, desenhado a largos traços, qual é a tradição clássica e o fundamento medieval da nova cultura.

Em meados do século x, Odo, abade de Cluny, experimentou esta visão: um vaso de prodigiosa beleza aparecia-lhe inundado de serpentes. A alegoria resolvia-se dêste modo: o vaso representava Vergílio e os encantos da sua arte, as serpentes significavam a doutrina aliciante e perigosa dos poetas antigos. A ascese cluniacense pretendia assim desviar o espírito dos homens da beleza clássica, figurando-lhes o veneno mortal do seu conteúdo. Jamais o conseguiu, porque não se destrói assim, ao arbitrio das seitas, a herança laboriosa do passado, o legado de beleza que as gerações se vão transmitindo; e o próprio Cluny se viu um momento tam enredado e tam enfeitado na formosura da civilização antiga, repudiada ao princípio, que o seu espírito relaxado teve de ser substituído pelo espírito mais severo e intransigente de Cister.

A fascinação cultural do mundo antigo, a larga projecção das suas instituições políticas e sociais são, com o espírito do cristianismo, o maior suporte da existência do homem medieval. Poderá hoje ignorar-se, em grande parte dos casos, através de que fios condutores lhe chegou o conhecimento dum ou doutro aspecto dessa cultura. Não é menos verdade que êsse conhecimento existiu e que exerceu profunda influência na atitude mental do homem da Idade-Média. A literatura trovadoresca está largamente impregnada dessa influência—sabemo-lo hoje devido aos esforços reivindicadores do romanismo contemporâneo.

A poesia lírica latina entra com alguma cousa na formação do doutrinal de amor trovadoresco. É claro que não lhe poderia ter dado aquela sêde inapagável de infinito, o anseio doloroso que se nota na poesia trovadoresca: «O abandono total e desinteressado ao amor nunca foi apanágio do romano, prudente e equilibrado» (Bühler, *Die Kultur des Mittelalters*, 17). Mas deu-lhe aquilo em que os romanos foram mestres: um formulário adequado às cir-

cunstâncias, um esqueleto de retoricismo, um feixe de observações positivas sobre a natureza e sobre os efeitos do amor.

Não é portanto de espantar, e é até bem natural, que o mimoso e precioso Ovídio gozasse de extraordinária estima durante toda a Idade-Média. As suas *Metamorfoses*, os *Amores*, as *Heroides*, os *Remédios do amor*, a *Arte de amar*, deviam seduzir, pelo jogo da fantasia um pouco libertina, a fresca imaginação dos trovadores. Chamavam-lhe os goliardos o Papa Nasão e invocavam a sua autoridade em assuntos de amor. Essa autoridade consistiu sobretudo em dar preceitos de ordem formal e estilística: a descrição dos sintomas do amor, dos seus tormentos, das noites mal dormidas, da consumpção lenta, certas imagens e expressões. Os eróticos latinos, embora filtrados através do temperamento medieval, estão realmente na raiz do movimento trovadoresco; a pontos de Vossler ter verificado que não há em Bernardo de Ventadorn, o maior poeta provençal, nenhuma subtileza ou travessura que se não encontre já em Ovídio (*Der Minnesang des Bernhard von Ventadorn*, 132).

Concebe-se que esse influxo se tivesse exercido de preferência ou pelo menos com mais eficácia no país provençal que, como diz Vedel, foi «o foco onde ardeu até ao último momento a vida intelectual da antiguidade» (*Ideales de la Edad Media*, II, 46). Aí, o substrato da antiga cultura clássica, as relações intensas com os centros da civilização mediterrânea, a abundância económica e o culto da vida fácil deviam ter favorecido essa revivescência da forma clássica, que se manifesta por exemplo na nobreza, na elegância e na regularidade da escultura provençal dos fins do século XI.

E contudo, o espírito clássico latino, pagão e sensual, que aparece sobretudo na poesia dos primeiros trovadores, não seria capaz de formar a doutrina do amor cortês, que presume em geral a dona envolvida num halo de fina espiritualidade. Outro elemento se lhe juntou: foi o princípio do amor platónico, largamente utilizado pela igreja cristã. O amor é uma fonte inesgotável de educação moral e a condição indispensável para se atingir o sumo bem e a suma beleza. Esse conceito do poder nobilitante, educativo do amor, está expresso nos versos de Walther von der Vogelweide, o grande lírico alemão:

*Swer guotes wibes minne hât,
der schämt sich aller missetât.*

«Quem tem o amor duma boa dona envergonhar-se há de toda a acção má».

E assim se compreende que o amor seja para os trovadores um estágio educativo, uma longa provação; daqui o carácter tantas vezes doloroso dessa interminável experiência. Ao fim encontrava-se o *joi*, o êxtase, a alegria suprema; mas à custa de penosos sacrifícios. Vemos pois como a concepção estoíco-cristã do sacrifício necessário se enxertou na ética dos trovadores e lhe imprimiu o seu carácter de inefável tristeza. Tristeza que tem as suas doçuras, mas ainda assim tristeza.

Mas os trovadores são ainda assim e acima de tudo homens da sua época, à qual a sugestão da forma antiga chegava em segunda mão e já adulterada pelo ambiente católico-feudal. É este que explica na verdade a maior parte das características da nova cultura; nem podia deixar de ser, porque os meios clericais eram os detentores da tradição antiga e só através deles ela poderia ser comunicada aos trovadores. De resto, o próprio cristianismo é uma síntese, onde, nem sempre com coerência, se amalgamam as mais variadas influências do passado e do presente.

Ninguém contesta hoje o fortíssimo ascendente que o idealismo cristão exerceu sobre a moral trovadoresca, onde há aliás, como vimos, elementos não cristãos. E se o amor cortês não foi precisamente, como propunha Wechssler, «uma transposição mundana do amor cristão», é inegável que a idea cristã dignificou o sentido mundano das cousas e dos seres (Naumann, *Höfische Kultur*, 51). Essa sublimação patenteia-se principalmente no culto da mulher, divinizada pelos trovadores.

É bom de ver que o real prestígio adquirido pelas senhoras da aristocracia francesa do sul, mercê das suas condições de espírito e de fortuna, se não podia transformar facilmente numa auréola de sobrenatural adoração. Intervieram nisso outros factores, que não podemos deixar de ir buscar à ideologia cristã e muito principalmente ao culto dos santos e de Maria.

Tem sido objecto de disputas a influência do culto mariano sobre a poesia trovadoresca; e isto porque os dois fenómenos parecem ser contemporâneos e portanto paralelos. Todavia é incontestável que antes do século XII já existia, senão um sistema de mística mariana, pelo menos o serviço de Maria. A Virgem era para o fiel cristão a suave medianeira entre o Céu e a Terra, a que ouvia a prece do suplicante e a transmitia ao Senhor. E há quem veja até nesta concepção religiosa, transferida para a vida social, a razão profunda do trovadorismo, o seu carácter panegírico,

o motivo emfim porque o trovador pedia à senhora e não, como era natural, ao senhor (Gennrich, *Zur Ursprungsfrage des Minnesangs*, 201).

O que não deixa de ser curioso é que há efectivamente um paralelismo perfeito entre a atitude do cristão, prosternado aos pés da Virgem, e a do amador, deitado aos pés da dona. «Os homens da Idade-Média desconhecem a maravilhosa equiparação dos seres; para eles amar significa ajoelhar e suplicar» (Vedel, *Ideales*, II, 76).

Wechssler vê neste culto ferventissimo da mulher superior um meio de libertação do homem da Idade-Média, que opunha a sua religião estética à ortodoxia católica: «A divinização da mulher foi propriamente o objectivo da nova concepção trovadoresca da vida, que representa um desvio consciente ou inconsciente da Igreja e dos ideais de vida que ela impunha, uma gradual libertação do homem medieval. Já não era Deus, mas sim mulheres requintadas que determinavam e regulavam as inclinações afectivas do homem» (*Das Kulturproblem*, 309-310).

Ora não há propriamente entre o culto de Deus e o culto da mulher, assim divinizada, a oposição que supunha Wechssler; e não há, porque os trovadores, humanizando Deus e divinizando a dona, colocaram-os afinal num mesmo plano de adoração. Eram duas potências de valor igual. O trovador preferia a dona, por intuitivas razões de ordem social e estética e não em obediência a qualquer pensamento ou disposição anti-católica.

Há ainda a considerar, na tradição medieval, a marcada influência que teve o sentimento da hierarquia feudal na formação da doutrina do amor cortês. O trovador comporta-se para com a sua dona exactamente como o vassalo, o *om liges*, se comporta para com o seu senhor; tem de a *servir* com fidelidade, de a *honrar*, depois de lhe ter prestado a *homenagem*, ajoelhado perante ela, em posição humilde. Obedecerá aos seus desejos e ainda aos seus caprichos. Não a molestará com atitudes violentas e desmesuradas, princípio da ética antiga que se insinuou, como veremos, em toda a poesia trovadoresca.

Mas o laço das relações feudais não obriga apenas o vassalo; exige reciprocidade de serviços. Os trovadores não o desconheciam e por vezes censuram a dona de, com os seus rigores, faltar aos seus deveres de protecção e ameaçam-na de mudar de senhor, visto estar quebrado o pacto. As mais das vezes porém lamentam com amargura que o descaroável procedimento da senhora lhe atraía a ela irremediável prejuízo moral, *aunta* (vergonha) e *dan* (dano).



Somados todos os elementos que a compõem, a nova cultura apresenta-se-nos como uma enérgica afirmação da natureza humana para viver uma vida livre, num tempo em que uma onda de severíssima ascese alagava toda a Europa e a Igreja procurava a todo o transe consolidar o seu domínio sobre os espíritos. O seu imenso êxito na Europa central e ocidental diz-nos que êsse movimento de liberdade correspondia a uma aspiração profunda. Não que o trovadorismo hostilizasse deliberadamente a Igreja, trilhando o caminho das heresias; mas constituiu no século XII uma reacção salutar do individualismo mundano contra a brutalidade e a injustiça de certas realidades sociais e contra a *desumanidade* do ascetismo monástico.

A cultura dos trovadores deve imenso, como vimos, ao cristianismo. A êle foi buscar o seu método psicológico, o gosto da análise interior, o fino tom das suas idealizações e por vezes a veemência da sua emoção, que a equilibrada cultura clássica não conhecera ou só imperfeitamente adivinhara. É portanto, sob êste aspecto, um verdadeiro avanço na vida moral do homem, porque foi a primeira vez que se procurou conciliar o mundo convencional das formas e os ditames da razão escolástica com os ímpetos da sensibilidade mais fremente.

Esta combinação dá uma aparência paradoxal e contraditória à cultura dos trovadores; é aquilo a que se chama o dualismo da cultura medieval, a coexistência perturbadora das tendências mais opostas: exaltação da personalidade e proibição das demasias (*mesura*), amor platónico e voluptuosidade goliardesca, delírio ascético e racionalismo burguês. O drama da Idade-Média reside justamente no conflito que estas forças hostis desencadeavam na alma dos seus homens, que viviam a verdadeira vida, cheia de prisões e de contradições. Quem quiser ver claro na Idade-Média terá de considerar esta realidade psicológica.

Por último, convém notar que o formalismo da cultura trovadoresca, parecido afinal com todos os formalismos de escola, não estorvou, como poderia à primeira vista parecer, o livre desenvolvimento da personalidade; e não, porque esta, dentro dos moldes estabelecidos, se manifestava mais em profundidade analítica do que em extensão descritiva; daqui a falta de pitoresco, a necessária monotonia, que caracterizam em geral a arte dos trovadores.

RODRIGUES LAPA.

Bibliografia

Johannes Bühler, *Die Kultur des Mittelalters*, Leipzig, Krüner, 1931. Traz boa bibliografia no final. Êste livro merecia ser vertido para português com notas referentes à nossa cultura.

Henry Osborn Taylor, *The Mediaeval Mind*, 2 vols., London, Macmillan, 4.ª edição, 1930.

Charles Homer Haskins, *The Renaissance of the Twelfth Century*, Cambridge, Harward University Press, 1928. Considera o aspecto latino da cultura. No final de cada capítulo tem uma boa bibliografia crítica.

Waldemar Vedel, *Ideales de la Edad Media*, 4 vols., Barcelona, Editorial Labor, 1925-1931. Ver em especial o tomo II: *Romántica caballeresca*. Com bibliografia, mas incompleta.

Heinrich Finke, *Die Frau im Mittelalter*, Kempten, Kösel & Pustet, 1912. Há tradução espanhola em edição da «Revista de Occidente»: *La mujer en la Edad Media*. Com bibliografia.

Ernest Seilliére, *Les origines romanesques de la morale et de la politique romantiques*, Paris, La Renaissance du Livre, 1920. Ver sobretudo de p. 44 a 101.

Hennig Brinkmann, *Zu Wesen und Form mittelalterlicher Dichtung*, Halle, Niemeyer, 1928.

Hans Kinkel, *Die kulturellen Grundlagen der provenzalischen Trobadordichtung*. In *Archiv für das Studium der Neueren Sprachen und Literaturen*, cxxii (1909), pp. 333-345.

Ed. Wechssler, *Das Kulturproblem des Minnesangs*, Halle, Niemeyer, 1909. Livro indispensável pela extraordinária riqueza de informação, embora nem todas as suas conclusões sejam de aceitar.

Hans Naumann, *Höfische Kultur*, Halle, Niemeyer, 1929.

Paul Meyer, *De l'influence des troubadours sur la poésie des peuples romans*. In *Romania*, v (1876), pp. 257-268.

Alfred Jeanroy, *La littérature provençale*. In *Histoire de la nation française*, tomo xii, vol. 1.º, Paris, Plon, 1921, pp. 249-270. É uma excelente vista de olhos sobre o conjunto da literatura provençal. Tem bonitas gravuras. O ilustre professor vai publicar brevemente a sua *História da poesia lírica dos trovadores*.

A. Restori, *Letteratura provenzale*, Milano, Hoepli, 1891. Bom manual, já esgotado. Como as obras seguintes, considera a poesia provençal «uma lenta transformação da poesia popular».

J. Anglade, *Les troubadours*, Paris, Colin, 4.ª ed., 1929. É a obra de divulgação mais conhecida sobre os trovadores.

H. J. Chaytor, *The Troubadours*, Cambridge University Press, 1912. Bom manual, ainda mais condensado que o anterior.

A. Stimming, *Provenzalische Litteratur*. In *Groebers Grundriss*, II, 2. Ver sobretudo pp. 28-34 uma síntese bem feita sobre o carácter da poesia trovadoresca.

Alfred Jeanroy, *La poésie provençale au moyen âge*. In *Revue des Deux-Mondes*, 15 de Janeiro e 1 de Outubro de 1899 e 1 de Fevereiro de 1903.

Myrrha Lot-Borodine, *Sur les origines et les fins du service d'amour*. In *Mélanges Jeanroy*, Paris, Droz, 1928, pp. 223-242.

Andreas Capellanus, *De Amore libri tres*. Texto latino com tradução catalã do século xiv. Edição de Amadeu Pagès. Castelló de la Palma, Sociedad Castellonense de Cultura, 1930.

Alfred Jeanroy, *De nostratibus medii aevi poetis qui primum lyrica Aquitaniae carmina imitati sint*. Paris, 1889. Com regular documentação da poesia de trovadores do norte e do sul de França.

Alfred Jeanroy, *Études sur l'ancienne poésie provençale*: II. *La condition de l'homme de lettres dans le Midi de la France au xii^e et au xiii^e siècles*; III. *Le contenu de la chanson, la composition, les idées, le style*; IV. *L'expansion de la poésie courtoise dans le Midi de la France jusqu'au début du xiii^e siècle*. In *Neuphilologische Mitteilungen* [Helsingfors], xviii (1927), pp. 129-146; xxix (1928), pp. 209-250; xxx (1929), pp. 1-19.

Alfred Jeanroy, *La première génération des troubadours*. In *Romania*, lvi (1930), pp. 481-525.

Karl Vossler, *Der Minnesang des Bernhard von Ventadorn*, München, 1918.

Friedrich Gennrich, *Zur Ursprungsfrage des Minnesangs*. In *Deutsche Vierteljahrsschrift*, vii (1929), pp. 187-228.

C. Chabaneau, *Les Biographies des troubadours*, Toulouse, Privat, 1885.

Os dois trabalhos de F. Diez, *La poésie des troubadours*, Paris, 1845, tradução francesa de Roisin sobre a 1.^a edição alemã de 1826 e de Fauriel, *Histoire de la poésie provençale*, Paris, 1846, 3 vols., merecem ser lidos, embora estejam naturalmente um pouco antiquados.

Fonética experimental

A labiografia e os seus métodos de investigação

A labiografia é um dos capítulos mais interessantes no campo da fonética experimental. São da maior importância os dados que nos fornece sobre a formação dos sons, principalmente dos labiais, prestando-nos, ainda, grande auxílio na interpretação dos traçados orais.

Estudos recentes, realizados com o auxílio de labiogramas, provaram a inexactidão dos resultados obtidos pelos métodos mais seguidos na delimitação dos fonemas.

Não resolvendo o problema da delimitação, a labiografia permitiu-nos, pelo menos, pôr de parte convenções existentes que não correspondiam à realidade, levando-nos a orientar, diversamente, o curso de investigações que se torna necessário realizar.

Herbert Mainig, da escola de Hamburgo, num trabalho que intitulou: «Labiographen und Lippenergographen»¹, dá-nos uma lista dos métodos então conhecidos. Distingue o autor três espécies de labiógrafos:

- I—Aparelhos de excitação labial.
- II—Aparelhos de observação e registo dos movimentos labiais.
- III—Ergógrafos labiais.

Embora todos eles possam interessar à fonética experimental, os aparelhos da 1.^a e 3.^a classe têm uma maior importância como auxiliares de estudos especializados, de ordem médica, psicológica, etc. Ao nosso estudo interessam, principalmente, os aparelhos de simples registo da actividade labial durante a fonação.

Entre os aparelhos referidos há a distinguir, ainda, os de transmissão pneumática e os de transmissão directa ou apneumática. Uns e outros têm suas vantagens e inconvenientes, devendo empregar-se

¹ *Vox*, 1928, Heft 5-6.

o método directo ou o indirecto conforme o caso que se apresentar e a espécie de investigação a realizar.

Um labiógrafo, de transmissão pneumática, muito conhecido, é o labiógrafo de Rousselot¹. Este labiógrafo permite-nos registar, ou só os movimentos do lábio inferior (como o de Rosapelly) ou os movimentos dos dois lábios, simultaneamente.

Além de outros inconvenientes, o labiógrafo de Rousselot não nos poderá dar uma figura real dos movimentos executados pelos lábios, em virtude de ser um sistema de transmissão pneumática. Os movimentos das hastes labiais são transmitidos a dois tambores, que diminuem ou aumentam de volume conforme os movimentos se executarem no sentido da oclusão ou da abertura; por sua vez,

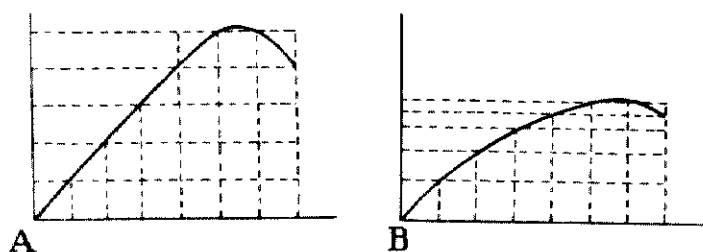


Fig. 1

os tambores estão ligados a cápsulas reveladoras. Como estas cápsulas são fechadas os movimentos labiais provocam uma maior ou menor pressão dentro do sistema, mas é claro que a curvatura da membrana que reveste a cápsula inscritora não pode provocar desvios do inscritor proporcionais aos desvios labiais. A altura da curva não é equivalente ao intervalo inter-labial; quanto maior fôr a tensão da membrana da cápsula reveladora, menor será o desvio. Em vez do traçado labial representado pela curva A teremos, por exemplo, a curva B (fig. 1).

Os traçados labiais serão, portanto, desfigurados (*verzerrt*), dando-nos valores relativos e não valores absolutos. Para conhecermos os valores absolutos teremos de aferir, primeiramente, a membrana, da mesma forma que procedemos para analisar as inscrições dos movimentos respiratórios com auxílio das cápsulas de Gansk². Tratando-se de movimentos respiratórios o aferimento só

¹ Poirot, *Phonétique Expérimentale*.

² R. Schilling, «Die Untersuchungsmethoden der Stimme und Sprache (*Handbuch der Hals-, Nasen- und Ohrenheilkunde*, Bd. 1).

nos dará a correspondência entre a altura da curva e a pressão interior do sistema, mas tratando-se de deduzir o afastamento interlabial, poderemos estabelecer, simplesmente, uma tabela de equivalências: a variados afastamentos labiais corresponderão determinados desvios dos inscritesores. Os desvios serão medidos com auxilio dum traçado de referência: linha-zero. Torna-se, porém, impossível obter um traçado real contínuo.

Além do inconveniente apontado o aferimento terá de ser repetido para cada série de experiências, visto as condições a que obedece o sistema inscriteor variarem segundo a tensão das membranas, maior ou menor comprimento dos tubos de ligação, sua elasticidade, comprimento do inscriteor, etc. As curvas duma dada série, não poderão ser comparadas com as curvas duma outra série.

Notemos, ainda, que a curva obtida sofre também uma modificação que é motivada pela inércia da massa deslocada, modificação que pode ser, neste caso, importante.

Como a maioria dos aparelhos registadores utilizados, não só na labiografia, mas, duma maneira geral, na quimografia, são de transmissão pneumática, é de grande conveniência chamar a atenção para este assunto.

Se quisermos obter um labiograma em que o afastamento dos traçados corresponda ao afastamento dos lábios, segundo a razão: 4:2, 2:1, 1:1, etc., (excluimos, propositadamente, fracções como 2:1,5, etc.), teremos de empregar um método de inscrição directa, ou sejam os labiógrafos de transmissão apneumática. Entre os mais conhecidos figuram os de Meyer e Von Wilczewski¹.

Tanto num como no outro, as hastes labiais cruzam-se de forma que ao lábio superior corresponde o inscriteor inferior e ao lábio inferior o inscriteor superior. (Para descrições pormenorizadas consultar as obras referidas). Este cruzamento (*scherenweise*) das hastes labiais é já um dos primeiros inconvenientes a apontar. Diremos, de passagem, que o labiógrafo de Von Wilczewski não é mais do que um labiógrafo de Meyer aperfeiçoado.

Além de nos dar uma inversão dos traçados, o que torna menos clara a leitura do gráfico, e não discutindo outros defeitos de ordem técnica (abertura máxima insufficiente, inutilidade dos regu-

¹ «Phonoposotische und Phonotopische Untersuchungen von Lippenlauten». Panconcelli-Calzia, *Die exp. Phonetik in ihrer Anwendung auf die Sprachwissenschaft*.

ladores, dificuldade em ajustar devidamente os inscritores, sincronização defeituosa, etc.), êste labiógrafo, assim como outros do mesmo tipo, exige completa imobilidade da cabeça do experimentador. De contrário, os movimentos que forem executados no sentido vertical são traduzidos pelas inscrições das hastes labiais, tornando o gráfico infiel. Obrigando a tomar uma posição forçada, motiva uma fonação pouco natural, sob muitos pontos de vista irregular. Os resultados são, portanto, muito discutíveis.

Empregando apenas o inscridor correspondente ao lábio inferior, o inconveniente será atenuado. Desde que o lábio superior toque a haste superior, tornada imóvel, teremos, pelo menos, um ponto de referência. Porém, a posição tomada não será, ainda, natural e haverá uma preocupação de a manter, que vai afectar a fonação. Por outro lado, a elasticidade do lábio superior não nos assegura uma completa imobilidade. Teríamos, ainda, de abstractar dos movimentos executados pelo lábio superior. Os labiogramas têm sido realizados, na sua maior parte, utilizando apenas o inscridor do lábio inferior. O método só deverá, porém, ser empregado quando de facto nos interesse apenas registar os movimentos do lábio inferior. É certo que o lábio inferior é que desempenha o principal papel, visto que só o maxilar inferior é que é móvel. Convém, todavia, desde já, não confundir a actividade maxilar com a actividade labial. Embora os movimentos maiores sejam executados pelo lábio inferior, no que é auxiliado pelo maxilar inferior, não podemos desprezar a actividade do lábio superior durante a fonação, a não ser em certos casos especiais de análise, como já dissemos. Desde que se trate de investigar a fonação, no seu sentido mais geral, teremos de analisar a resultante, neste caso a resultante dos movimentos dos dois lábios.

É curioso notar-se que Von Wilczewski, no seu trabalho sobre grau e lugar da sonoridade nos sons labiais, pretende estabelecer resultados, embora se tenha limitado a registar e analisar labiogramas uni-labiais. Vejamos como o processo é criticável:

Analisando um dado número de labiogramas do grupo *-bi-*, sirva êste caso de exemplo, notamos uma percentagem de casos em que o início da implosão nos é primeiramente revelado pelo traçado inferior, ou seja o traçado correspondente ao lábio superior. Estabelecido, inicialmente, um perfeito sincronismo e achada a correspondência dos traçados por meio dum rectificador, teremos de admitir que os movimentos dos lábios não são sempre simultâneos. Examinando os movimentos dos lábios quando pronunciamos sons

labiais em determinadas posições (antes ou depois desta ou daquela vogal) admitiremos, pelo menos, três casos:

- I—Movimento ascendente do maxilar inferior iniciando-se ao mesmo tempo que o lábio superior se alonga para baixo a fim de facilitar a oclusão.
- II—Alongamento do lábio superior antecedendo o início da subida do maxilar inferior.
- III—Relativa passividade do lábio superior.

Desde que em certos casos a implosão nos é acusada, primeiramente pelo traçado inferior, a labial terá o seu início num momento anterior ao registado pelo traçado superior, ou seja o correspondente ao lábio inferior. Tratando-se de averiguar o grau e lugar da sonoridade dum dado som labial, encontraremos, assim, valores inexactos. Relativamente à sonoridade, encontraremos um determinado valor quando na realidade essa sonoridade foi menor ou mesmo nula.

Não poderemos, portanto, partir do princípio, cómodo, de que há uma coordenação ideal nos movimentos labiais.

As hastes do labiógrafo de Wilezowski, sendo muito mais longas do que as do labiógrafo de Meyer, de forma a permitir uma maior economia de espaço (o que é para atender, muito principalmente quando se utilizam quinógrafos simples dum só cilindro) e a melhorar as condições de trabalho, entram facilmente em vibração produzindo irregularidades que por vezes nos são reveladas, tipicamente, pelos gráficos. É muito freqüente o aparecimento duma série de três ou quatro ondas de amplitude decrescente seguindo-se a uma oclusão ou explosão.

Alongando ou encurtando devidamente as hastes labiais, poderemos estabelecer uma escala de valores: a um determinado afastamento dos lábios corresponderá o mesmo afastamento das duas curvas do labiograma, ou metade, ou um terço, etc. Deverá notar-se que não é possível estabelecer uma perfeita correspondência: os pontos das hastes tocados pelos lábios não são os mesmos para variados afastamentos. Todavia, como o comprimento do raio dos arcos descritos pelas hastes que tocam os lábios é relativamente grande, pode considerar-se desprezível o erro resultante do maior ou menor afastamento das hastes terminais, em relação à posição dos lábios, por sua vez, também variável segundo a sua maior ou menor abertura.

Completaremos a lista que nos foi dada por Mainig¹, juntando-lhe três outros labiógrafos de transmissão apneumática: os Labiógrafos Eléctricos, de Gassert e de Schilling, e o Labiógrafo-Inscritor-Oral, de Lacerda.

Alfred Gassert, no seu trabalho *Stimmhaftigkeit und Länge der Verschlusslaute im Konstanzer Dialekt*, referindo-se ao labiógrafo de Wilczewski², aponta-lhe os seguintes defeitos:

O experimentador vê-se obrigado a olhar o cilindro do quimógrafo durante a experiência, o que deve ser evitado³.

Posição forçada e preocupação constante de manter a imobilidade.

Não nos permite estabelecer com precisão os limites da oclusão.

A fim de evitar os inconvenientes mencionados, Gassert applicou o método da transmissão eléctrica à labiografia. O labiógrafo eléctrico de Gassert («Ellabio») consta, essencialmente, de duas hastes paralelas, condutoras de corrente eléctrica. Os terminais (*Mundstücke*) se os lábios se fecharem, tocam-se internamente num dado ponto em que é facilitada a passagem da corrente e são isolados externamente de forma a permitirem o contacto dos lábios. A haste superior é formada de duas partes ligadas uma à outra por um elemento isolador. A parte anterior da haste, munida dum polo, recebe a corrente positiva; o polo da parte posterior da haste recebe a corrente de sinal contrário. O labiógrafo, que é afinal um interruptor de corrente accionado pelos movimentos labiais, está ligado a um magnete registador. Quando se dá o contacto dos terminais, provocado pela oclusão labial, o inscridor magnético abandona a linha-zero marcando o início da oclusão. Interceptada a passagem da corrente, fornecida por uma bateria, em virtude de se terem afastado os terminais, o inscridor do magnete registador volta à linha-zero, marcando, assim, o final da oclusão.

A terceira observação feita por Gassert⁴ a respeito do labiógrafo de Wilczewski, tem para nós uma grande importância, motivo que nos leva a descrever o método empregado na electro-labiografia.

¹ Ver também: Scripture, *Elements of Experimental Phonetics*; Rousselot, *Principes de Phonétique Expérimentale*.

² «Er sah, wie der Labiograph v. Wilczewski keine genauen Abgrenzungen der Implosion und Explosion bietet». (*Vox*, 1930, Heft 2, Konrad Henrich).

³ Panconcelli-Calzia, *Experimentelle Phonetik*, p. 56.

⁴ «Es zeigten sich nämlich keine scharfen Grenzpunkte. Diese stellten vielmehr kleine Bogen dar, die in den Verschluss ein- und von ihm ausliefen. Diese Tatsache erlaubte nicht, einen einwandfreien Verschluss zu begrenzen, und erschwerte das Arbeiten sehr». A. Gassert, *ob. cit.*

De facto, a figura obtida por meio do labiógrafo de Wilczewski para uma dada oclusiva, não nos permite estabelecer com precisão os limites da oclusão. Não é uma figura angulosa, mas sim arredondada nos seus extremos. Se a velocidade do quimógrafo for mínima, teremos um traçado como o da fig. 2 (*ABCD*). Em *B* será o início da oclusão e em *C* o seu final. Mas além de não passar dum simples artifício essa velocidade mínima favorável à inscrição do labiograma, não nos permite a inscrição simultânea de elementos microfónicos. Se o cilindro rodar com uma velocidade normal de forma a permitir a inscrição dos traçados, oral, nasal, etc., em vez da curva *ABCD*, teremos a curva *EFGH* (fig. 2). Como estabelecer os limites da oclusão?

Os labiogramas de Gassert são, na verdade, no género da curva *ABCD*; a linha descendente *CD* (tratando-se do traçado do lábio

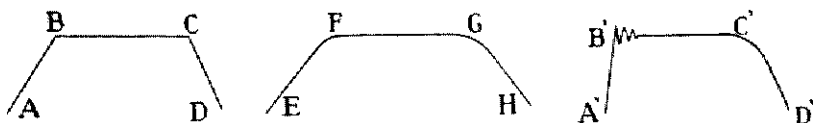


FIG. 2

inferior), contudo, não desce tão rapidamente. O inscridor magnético volta à linha-zero vagarosamente, originando uma curva *C'D'* em vez da oblíqua *CD*. A subida do traçado em *A'*, dá-se instantaneamente, na opinião de Gassert. Acrescenta ainda o referido autor que a rápida subida do traçado *A'B'*, seguido duma série de pequenas vibrações (a que já aludimos), é um facto comprovativo da exactidão do método electro-magnético aplicado à labiografia¹.

Não se nos afigura, todavia, inteiramente aceitável a razão apresentada por Gassert. Primeiramente, seria conveniente provar que o contacto se efectua no mesmo momento em que os lábios se tocam, isto é: que a passagem de corrente se inicia no momento em que os lábios se tocam e que nesse mesmo momento em que se inicia a corrente o inscridor abandona a linha-zero, dando-nos o ponto correspondente ao ponto *A'* do nosso labiograma esquemático (fig. 2).

¹ «Das langsame Fallen, verglichen mit dem jähen Aufsteigen, beweist, dass nur die Erddanziehung die Fallzeit bewirkt haben kann, welche durch die Drehung des Kymographions ein auseinandergezogenes Bild, den flachen Abstieg in die Ruhestellung, ergibt. Das steile Aufsteigen bei *A* und die registrierten Schleuderbewegungen bestätigen auch das exakte Wirken dieser Untersuchungen auf elektromagnetischem Prinzip». *ob. cit.*

Não se nos ofereceu ainda ocasião para submeter o labiógrafo de Gassert a uma série de experiências, mas os trabalhos realizados com um labiógrafo eléctrico cuja construção obedeceu a um princípio semelhante, mostraram-nos que o inscridor magnético nem sempre responde no mesmo momento em que os lábios se tocam. Além dêste inconveniente que nos levaria a pôr em dúvida todos os resultados obtidos em virtude da possibilidade do êrro, a própria figura esquemática dada por Gassert prova-nos que o labiógrafo não poderia registar duas oclusivas seguidas, a não ser muito irregularmente.

R. Schilling, notando o mesmo inconveniente, já apontado, de que o contacto eléctrico pode deixar de se efectuar no mesmo momento em que os lábios se tocam, modificou o labiógrafo de Gassert de forma a evitar os resultados provenientes da humidade da fonação¹.

Admitindo que o contacto se efectua, realmente, no mesmo momento em que os terminais se tocam, teremos de admitir, ainda, que os lábios se tocam nesse mesmo momento, o que não é muito exacto. Quando os terminais se tocam permitindo assim a passagem de corrente, os lábios não se tocaram, ainda, visto que entre eles há um afastamento pelo menos igual ao da espessura dos terminais. O momento da oclusão é posterior ao momento que nos é marcado pelo inscridor. Dá-se de facto uma oclusão, mas uma oclusão artificial que teve como auxiliar, antecipando-a, a espessura dos terminais.

Gassert aponta como um defeito o facto de os labiogramas de Wilczewski não permitirem a marcação do início e final da oclusão. Analisando melhor os movimentos labiais ao efectuar-se uma oclusão, vemos, porém, que um labiograma duma bilabial, por exemplo, deve ser de facto uma curva como a curva *EFGH*, da fig. 2, de cantos arredondados (no início e final da oclusão) e não apresentando dois ângulos levemente obtusos como a curva *ABCD*. A chamada fase oclusiva, ainda que imprópriamente, como veremos mais tarde, não corresponde, pelo menos em geral, a uma passividade labial. O traçado que lhe corresponde não poderá ser poligonal; deve ser uma curva, muitas vezes um arco abatido. Na oclusão há a distinguir duas sub-fases: uma sub-fase inicial de compressão e uma

¹ No labiógrafo de Schilling o contacto não se dá nos terminais; as molas destinadas a manter o afastamento das hastes são munidas de dois pontos de contacto, situados longe da boca. (*Bericht über die I Tagung der Internationalen Gesellschaft für experimentelle Phonetik in Bonn*, p. 44).

sub-fase final de descompressão labial, podendo ser a primeira sub-fase maior, igual ou menor que a segunda. Estas duas sub-fases não nos podem ser reveladas pelos labiógrafos eléctricos e são falseadas por todos os outros¹. Empregando uma ampola inter-labial (corrigindo os erros provenientes da transmissão pneumática) tere-

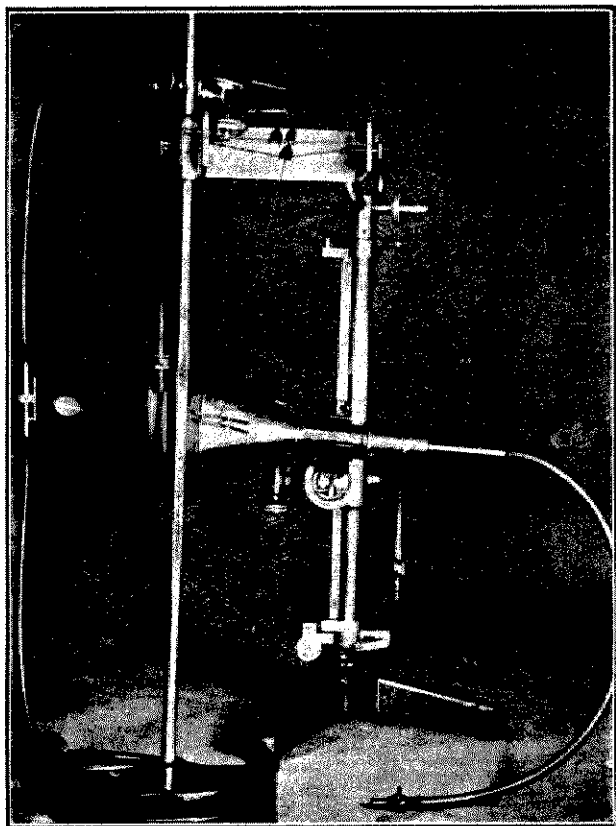


FIG. 3

mos um traçado arredondado que nos prova uma continuidade de movimento articulatório. Quando tratarmos do problema da delimitação dos fonemas veremos a importância da observação relativa

¹ Os terminais deveriam ser duma espessura mínima na parte que é tocada pelos lábios e poderem encaixar um no outro durante a oclusão; a espessura total ficaria reduzida a metade. Porém, desde que o ferro se mantenha, terá de se proceder a uma rectificação especial dos traçados da oclusão, pelo menos, sempre que se pretenda saber o verdadeiro momento do seu início.

a essa continuidade de movimento. Resumindo, vemos que os principais inconvenientes dos labiógrafos eléctricos, são:

Só registam a duração da fase oclusiva.

Exigem completa imobilidade do experimentador e a preocupação constante de a manter¹.

A inscrição simultânea dos traçados labiais e oral permite-nos esclarecer dúvidas e estabelecer novos critérios². A fim de podermos apreciar devidamente os dados que nos fornece, descrevemos um pouco mais minuciosamente o método da inscrição simultânea. Vejamos como funciona o Labiógrafo-Inscritor-Oral (fig. 3), que nos permite a inscrição simultânea do sopro fonador (elementos macro-e micro-fónicos), curva do volume de ar, etc.

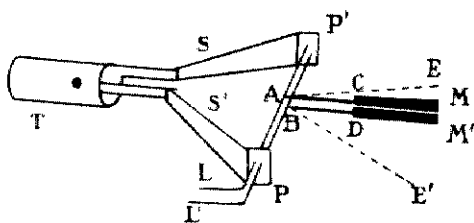


FIG. 3

Consta de quatro peças distintas:

Transmissor dos movimentos labiais.

Bocal.

Receptor do sopro nasal.

Inscritor.

Transmissor dos movimentos labiais. — Dois eixos paralelos e horizontais atravessam as placas suportes *P* e *P'* (fig. 4) de forma a poderem rodar livremente. Estas duas hastes terminam num dos lados por duas alavancas *L* e *L'* (formando ângulo recto e destacáveis) e atravessam a parede dum bocal que ficará entre a placa *P* e os cotovelos das alavancas *L* e *L'*.

Dois tubos especiais (não representados no esquema) encerrando uma massa especial, dão saída aos eixos que podem desta forma rodar livremente sem que se escape a mínima quantidade do ar

¹ Defeito comum a todos os labiógrafos descritos. Como são desprovidos de bocal, a distância dos lábios, independentemente dos seus movimentos próprios, não se poderá manter a mesma em relação às hastes transmissoras dos seus movimentos, visto não ser assegurada e facilitada pelo emprêgo do bocal, como acontece com o labiógrafo-inscritor-oral.

² Lacerda, «Die Abgrenzung der Labiallaute» (*Archives Néerlandaises de Phonétique Expérimentale*, t. VII).

empregado na fonação. (Limitamos a descrição ao essencial e de forma a poder esclarecer a interpretação dos traçados).

Dois espigões *AC* e *BD*, fixáveis nos eixos por meio de parafusos de pressão, servem de suporte às hastes terminais *CM* e *DM'*, podendo estas deslizar ao longo de *AC* e *BD*.

Duas molas em espiral, enroladas nos eixos e presas por uma das suas extremidades às placas e pela outra aos espigões, obrigam as hastes *AM* e *BM'* a afastarem-se uma da outra.

As placas *P* e *P'*, por meio dos braços *S* e *S'* fazem corpo com um tubo metálico *T*, introduzível no tubo do bocal. (O tubo *T* é perfurado em *O* para dar passagem à coluna de ar que põe em comunicação o bocal com a cápsula do inscridor oral, quando se torne necessário medir o volume do ar gasto pela fonação).

Se os lábios estiverem na chamada posição neutra, as hastes labiais ficam na posição indicada na figura; se estes se abrirem, as hastes labiais passam, por exemplo, para a posição *AE* e *BE'*, obrigando as alavancas exteriores a tomarem posições correspondentes. A transmissão efectua-se, portanto, lateralmente e de forma a permitir a solução das maiores dificuldades.

Bocal.—No intuito de conseguir a inscrição simultânea da actividade labial e do sopro oral, o construtor Schneider, de Hamburgo, adaptou um bocal de Gutzmann ao labiógrafo de Wilczewski. Porém, o labiógrafo, assim modificado, não poderia dar os resultados esperados pelo seu construtor; as experiências realizadas provaram a sua completa deficiência.

O tubo lateral dum bocal, segundo Gutzmann, permite a saída do ar durante a fonação, e o seu diâmetro está calculado de forma a darnos desvios analisáveis do inscridor oral. Aumentando sucessivamente o seu diâmetro, os desvios vão-se tornando menores e o traçado oral menos claro. A ranhura do tubo do labiógrafo de Wilczewski¹ que dá passagem às hastes labiais, já por si deixa perder uma grande parte do sopro fonador, motivando a deficiência do traçado oral que apenas nos revela os movimentos de massa mais intensos².

¹ Panconcelli-Calzia, *ob. cit.*

² Para a palavra «palmas», por exemplo, obtivemos como média dos resultados: traçado oral revelando muito indistintamente a explosão da oclusiva inicial; duas séries de vibrações, também muito indistintas, acusando o grupo «al» e a vogal final, respectivamente. Dá-se geralmente uma deslocação do labiógrafo provocada pelos movimentos articulatorios. As penas inscridoras deixam de se mover livremente e a relação dos traçados deixa de ser a estabele-

Com a adaptação directa do bocal ao labiógrafo, este ficou sujeito aos mais variados movimentos que prejudicam o gráfico, já de si deficiente, tornando-o mais inexacto.

De forma a evitar as deficiências observadas, adaptámos o transmissor dos movimentos labiais (fig. 4) a um dos bocais geralmente empregado na pneumografia. Uma gola de borracha, encerrando uma quantidade de ar graduável, permite ajustar o bocal à face do experimentador. Um bocal de Gutzmann não se adapta a todas as articulações, em virtude das suas dimensões demasiado restritas.

Receptor do sopro nasal. — Como o referido bocal abrange a boca e o nariz torna-se necessário isolar o sopro nasal. Um simples tubo ligando uma oliva nasal¹ (fig. 3) com o respectivo inscridor resolve a dificuldade, embora tenha de obedecer a uma disposição especial que de momento não nos interessa descrever. O segundo modelo de labiógrafo (fig. 5) é munido dum bocal diverso que não abrange o nariz. Diremos, porém, que o primeiro dispositivo se presta à realização de interessantes experiências sobre a nasalidade na sua relação com os movimentos labiais.

Inscridor. — Uma régua metálica dobrada nas extremidades em ângulo recto, como se vê na fig. 3, é fixável num suporte por meio dum parafuso de pressão. Os lados são perfurados em três pontos marginais. Estes três orifícios são estriados e dão passagem a três parafusos de passo apertado e perfurados nos seus extremos. Três fios elásticos ligam os parafusos dum lado aos parafusos do lado oposto.

Cada um dos fios elásticos sustenta um triângulo de película, perfurado na base como mostra a figura, desempenhando o papel de inscridor. Passando o fio elástico pelos dois orifícios da base, que deverão ser bastante apertados a fim de que o triângulo inscridor não fique solto, e ligando as extremidades do fio elástico aos orifícios terminais dos respectivos parafusos, teremos o inscridor quasi

eida inicialmente. A inscrição dos dois traçados labiais, lábio superior e lábio inferior, torna-se, absolutamente, impossível.

Como as penas inscridoras não são reguláveis, a marcação do sincronismo é muito difícil e morosa, sendo preferível marcar o assincronismo dos inscridores a estabelecer inicialmente uma perfeita relação das curvas. (O nosso ajuste das penas inscridoras teria de ser repetido de cada vez que se substituísse a tira de papel defumado do cilindro).

¹ Uma oliva fechada será introduzida na narina livre, de forma a isolar tanto quanto possível o sopro nasal. Julgamos, porém, preferível recolher o sopro nasal em ambas as narinas. (Atender às transmissões do chamado frémto).

montado. Bastará rodar os parafusos convenientemente, para que os vértices dos triângulos toquem o papel defumado.

Empregando um fio fino e resistente ligam-se os triângulos inscrites (o ponto de ligação deverá ficar a meio dos orifícios praticados na base do triângulo) às alavancas correspondentes do transmissor de movimentos labiais (L e L' , fig. 4). O triângulo inscrite médio fica livre e tem por fim dar-nos uma linha de referência (Linha-zero).

Como as alavancas dispõem de vários pontos de ligação, poderemos aumentar ou diminuir os desvios. Bastará rodar os parafusos num ou noutro sentido para que os inscrites triangulares se desloquem, o que nos permite estabelecer um perfeito sincronismo.

Como as alavancas transmissoras dos movimentos labiais descrevem arcos de círculo, os inscrites movem-se segundo uma oblíqua; a análise dos traçados exige, portanto, o emprêgo de rectificadores¹.

Um segundo modelo de labiografo-inscrite-oral é o representado pela fig. 5. Este segundo dispositivo² apresenta as seguintes e principais modificações:

— As alavancas externas, transmissoras dos movimentos labiais, terminam em arcos de círculo. Os inscrites triangulares estão ligados aos arcos de círculo de forma tal que os inscrites só poderão ser movidos segundo uma perpendicular à linha-zero. Se o cilindro estiver parado, aproximando as alavancas, os dois inscrites correspondentes traçam uma perpendicular à linha-zero. (Estabelecido o sincronismo, as duas perpendiculares encontram-se no mesmo ponto da linha de referência).

— O bocal só recebe o sopro oral; o sopro nasal é recolhido por uma oliva ligada externamente à respectiva cápsula. A posição do bocal, sustentado por um forte suporte, permite uma fonação mais natural³.

A inscrição directa permite-nos registar os movimentos no próprio momento em que são efectuados, correspondendo um determi-

¹ As suas particularidades técnicas serão notadas em trabalhos especiais, como sejam: guias de laboratório, etc. A novidade dos dispositivos obriga-nos porém a certos pormenores, em virtude de não haver, ainda, bibliografia auxiliar sobre os sistemas mais modernos de labiografia.

² Menzerath-Lacerda, *Untersuchungen über Labiallaute*.

³ Aproveitamos a figura para nos referirmos, ainda, a certas características do dispositivo utilizado no laboratório da Universidade de Bonn: O quimógrafo é duplo, permitindo um maior ou menor afastamento dos dois cilindros. A tira de papel poderá ter o comprimento máximo de 2^m,40. Para se defumar o papel

nado traçado ao traçado do tempo simultâneamente registado pelo diapasão eléctrico¹. Se os inseritores labiais e o inscridor do diapasão estiverem sincronizados, para se saber a duração correspondente a um dado espaço do labiograma, bastará baixar duas perpendiculares sôbre a linha-zero pelos pontos indicados e prolongá-las até cortarem o traçado do diapasão. Já o mesmo não sucede desde que se empregue o método de transmissão pneumática. Se reünir-

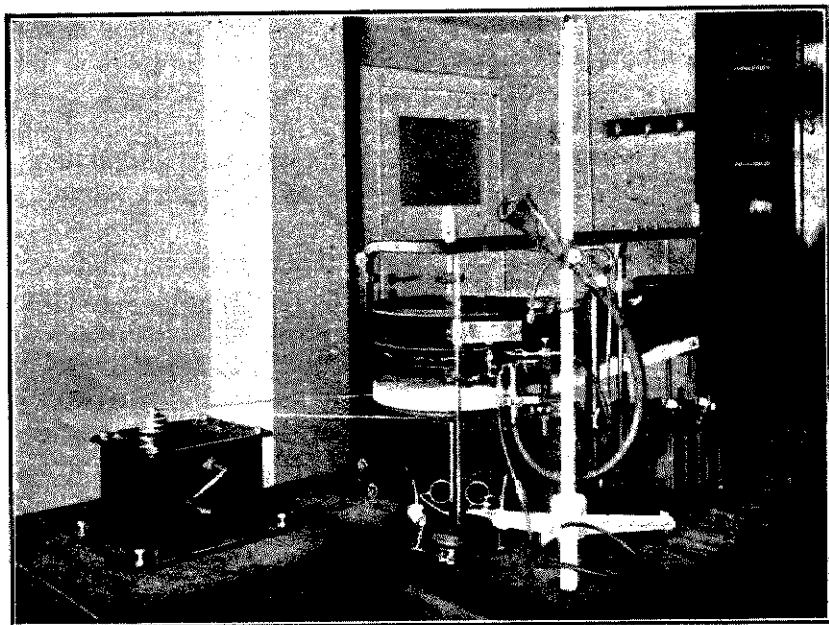


FIG. 5

mos os dois métodos de transmissão, directo e indirecto, torna-se necessário estabelecer as correspondências dos traçados e construir segundo os dados encontrados um rectificador (*Schablone*). (No dis-

basta desligar a correia transmissora do motor que se vê ao lado, e voltar o quimógrafo. Os dois cilindros podem ser colocados a diversas alturas, conforme as exigências dos trabalhos a realizar. O primeiro cilindro, muito maior que o segundo de forma a assegurar uma transmissão mais perfeita, é munido, inferiormente, de três golas de diâmetros variados. O eixo transmissor do motor (de corda ou eléctrico) é também munido duma série de golas de diâmetro diverso, de forma que podemos obter vários graus de velocidade.

¹ Como o dispositivo representado na fig. 5 não assegura uma velocidade uniforme, é necessário registar simultâneamente as vibrações dum diapasão eléctrico.

positivo representado pela fig. 5 estão reunidos os dois métodos de transmissão).

Se as experiências a realizar exigirem apenas o emprêgo dum método único e esse método fôr o pneumático, teremos, ainda, de atender ao comprimento dos tubos de ligação dos vários inscitores. Se os tubos, embora de diâmetro diverso forem todos de igual comprimento, poderá (mas nem sempre) desprezar-se o erro provocado pelas diferentes condições em que se opera a transmissão. Se o comprimento não fôr o mesmo, só poderemos encontrar as correspondências com o auxilio dum rectificador.

E preciso distinguir, claramente, a diferença que existe entre: rectificador de simples correspondências dos inscitores, rectificador de curvas e rectificador de transmissões. O primeiro, torna-se necessário se os pontos tocados pelos inscitores não estiverem todos segundo uma perpendicular; o segundo, sempre que os inscitores descrevam arcos de círculo; e o terceiro, destina-se a corrigir as diferenças de correspondência motivadas pelas diferenças de velocidade com que se effectua a transmissão nos variados sistemas registadores.

É aconselhável estabelecer inicialmente um perfeito sincronismo, o que se consegue facilmente com auxilio dum sincronizador especial, o que evitará o emprêgo de rectificadores.

*

Passando em revista todos os métodos empregados pela labiografia, vê-se que não dispomos ainda dum método completo. Nenhum dos métodos expostos nos permite a inscrição dos movimentos horizontais dos lábios.

Rousselot deu-nos um modelo da sua autoria destinado a registar êsses movimentos¹ que directamente interessam à labialização dos sons, mas além de ser imperfeito não permite a inscrição simultânea dos restantes traçados.

Não dispondo dum método completo de investigação, a labiografia forneceu-nos já, porém, dados preciosos para a solução do problema da delimitação dos sons, como veremos no nosso próximo trabalho sobre interpretação de traçados.

Bonn, 28-I-1933.

ARMANDO DE LACERDA.

¹ Peirot, *ob. cit.*

C.

Caritel

(A propósito das reflexões de Fray Martín Sarmiento)

Sobre o vocábulo *caritel*, tam freqüente nos antigos documentos galegos e portugueses, muito há ainda que dizer, tanto mais que o assunto interessa por igual à história da língua e à história do direito e em nenhum dêstes aspectos foi ainda suficientemente explorado. Desde muito que a questão me preocupa e espero poder tratá-la um dia com o merecido desenvolvimento e larga documentação, tentando então desfazer muitas dúvidas que se me têm levantado no espírito à medida que venho aprofundando as minhas investigações. Como, porém, a publicação das interessantes páginas de Fray Martín Sarmiento no tomo I dêste *Boletim* (p. 189 e ss.) veio trazer, de certo modo, actualidade ao problema, e o Prof. Rodrigues Lapa (*ibid.*, p. 188) exprime o desejo de ver o assunto esclarecido, aproveito êste ensejo para desde já dizer alguma cousa do que sei e que, como vai ver-se, conduz a rejeitar a interpretação de Sarmiento.

Há, sem dúvida, nas reflexões dêste eminente precursor bastante que aproveitar. Êle viu bem a estreita relação que existe entre *caracter*, *caritar* e *caritel*, e nas considerações que fez acêrca dêstes vocábulos e da sua comum origem mostrou, a par de nutrida erudição, aquela intuição filológica que o Prof. Rodrigues Lapa com inteira razão qualificou de genial. Não sofre sequer sombra de confronto com o nosso Viterbo, que à volta de *caritel* teve a habilidade de urdir um dos mais disparatado artigos do seu *Elucidario*!

É mesmo de notar que Sarmiento entreviu o verdadeiro sentido primordial de *caritel* quando, nas suas considerações toponímicas, admitiu que o nome de Caritel, dado a vários lugares da Galiza, derivasse de neles existirem penhascos com *caracteres*. Partindo daqui —ou da hipótese, mais provável ainda, de os *caracteres* serem os próprios penhascos¹— teria talvez chegado facilmente à boa

¹ Não faltam exemplos de marcos designados pela palavra *caracteres*: ó assim que num documento de 1017, da Igreja de Lugo, se fala em *caracteres* mandados colocar pelo rei e quebrados por Osorio Froilaz. Vid. Muñoz, *Del estado de las personas*, p. 109, n. 2. Recorde-se que a palavra *signum* também significava marco (v. g. na *Lex Visigothorum*, *passim*).

solução, se o não houvessem desnorteado os poucos documentos de que pôde dispor e nos quais a palavra *caritel* aparece já com um sentido diverso do originário, sentido que não é de modo algum aquele que lhe atribui o ilustre galego, impressionado pelo significado de *caritar*.

Como *caritar* em galego significa «ferir ou golpear a cara de alguém», imaginou Sarmiento que o direito designado por *caritel* naqueles documentos seria a coima correspondente a um tal delito, quando o sentido é bem diverso, como já vamos ver. O Sr. Rodrigues Lapa deixou-se, por sua vez, arrastar pela erudita e hábil argumentação de Sarmiento e julgou ver uma confirmação decisiva da sua opinião num passo do foral de Barcelos que Viterbo cita sob esta forma: *non pectent caritel* de nasum. Mas ainda neste ponto o autor do *Elucidario* prestou um péssimo serviço, pois que a verdadeira transcrição, segundo o Livro dos Forais Antigos de Santa Cruz de Coimbra, não é aquela, mas sim *non pectent caritel* deuasum¹, palavra esta última que eu traduzo (e vai já ver-se em que me fundo) por «devassado» ou «violado».

Caritel deriva, com toda a probabilidade, de *caractellum*, forma diminutiva de *character* (*character*)², e significa o mesmo que este último vocábulo, ou seja, originariamente, sinal, marca, como já observou Ernesto Mayer no seu notável estudo sobre o direito das obrigações³.

É precisamente esta acepção de *character*, ou melhor, dentro desta acepção genérica, o sentido mais restrito de marco, padrão, baliza, que explica, como já notei, a frequência do vocábulo *Caritel* na toponímia galega; como também é ela que fornece a explicação mais plausível do emprêgo das palavras *character* e *caritel* (esta última peculiar da região galecoportuguesa) com o significado de termo ou distrito⁴.

¹ *Port. Mon. Hist., Leges*, p. 432.

² Duma carta que sobre o assunto me escreveu Carolina Michaëlis, em 25 de Fevereiro de 1924, transcrevo: «*Caritel* (*caritellum*, *carritellum*) — talvez forma reduzida de *caratel* — *caratelo* — *caractellum* — diminutivo de *character* (*characterio*, *characterum*)... A redução da átona *a* a *i* (vogal comum de ligação) não tem nada de estranho».

³ *Altspan. Obligationenrecht, Zeit. f. vergleichende Rechtswissenschaft*, xxxviii (1920) p. 83 (= p. 66 da tradução espanhola, Barcelona, 1926).

⁴ Com o significado de «termo» pode ver-se a palavra *character* num doc. de 1120, relativo à Galiza, para o qual já chamou a atenção Viterbo, s. v. *Character*. É também este o sentido de *caritel* em vários documentos galegos mais

Assim se explica, por outro lado, que *caracter* e *caritel* se empreguem em documentos jurídicos com o sentido de sinal ou sêlo da autoridade, v. g. do rei, do juiz, equivalendo a *signum*, *sigillum*, palavras também de uso corrente nos documentos do tempo¹. Teve, pois, razão Herculano quando interpretou a expressão «pôr caritel» no sentido de arresto ou penhora, sentido que — recorde-se de passagem — não encontraria facilmente explicação dentro da hipótese de Sarmiento, conforme lealmente reconhece o Prof. Rodrigues Lapa.

Ora estas reflexões já nos permitem enxergar qual seja e como se formou o novo sentido com que a palavra *caritel* nos aparece em textos da natureza dos utilizados por Fray Martín e que são bastante numerosos, sendo de notar que em Castela se usa, em casos destes, *caracter* em vez de *caritel*.

Nestes lugares — por ex. na seguinte fórmula de coutamento, transcrita por Sarmiento: *liberi sint de pecto, petito, fossado, fossadaria, caritello et homicidio; de comestione et qualibet alia invasione* — *caritel* (ou *caracter*) é um direito real ou senhorial², e,

modernos, por exemplo num de 1251, transcrito por Hinojosa (*Documentos para la hist. de las instituciones*, p. 157), no qual se lê: «*turrem de Servian, que est in cauto Lucensi, cum suo cauto et caritello et hereditate*, etc.». É de notar que daqui se passa facilmente para o sentido de jurisdição, sendo lícita por vezes a hesitação quanto ao verdadeiro alcance da palavra.

¹ Vid. especialmente as reflexões de Mayer, *loc. cit.* Um dos exemplos mais antigos de *caracter* nesta acepção é o da curiosa versão do *Forum Legionense* que consta do *Liber Fidei* e que Sanchez Albornoz publicou na *Rev. de Filol. Esp.*, ix (1922), p. 317 ss. Através dos sécs. xi a xiii o uso das palavras *caracter* e *caritel* (esta última em documentos galegos e portugueses) com a mesma acepção de sinal ou sêlo é frequente. Em meados do séc. xiv já o termo em Portugal era obsoleto, como se vê da revisão dos foros de S. Martinho de Mouros (*Ined. da Academia*, iv, p. 581). Sobre este sentido de *caracter* cf. Ma-billon, *De re diplomat.*, lib. ii, cap. 15.

² Gama Barros, i, 150, em face dum passo dêste género onde aparece a palavra *caracter*, declarou, com a franqueza e singeleza próprias dos verdadeiros sábios, não o saber decifrar. Suspeitou no entanto que se tratasse dum encargo fiscal e alegou nesse sentido uma informação de Ducange (também já aproveitada por Sarmiento), segundo a qual se vê que a palavra *caractere* já aparece numa novela de Valentiniano com o sentido de tributo. Notarei porém a este propósito que a leitura dessa palavra na novela em questão suscita muitas dúvidas; assim, na ed. de Mommsen e Meyer (*Theodosiani libri xvi, Beroini*, vol. ii, 1905, p. 95, in *apparatu*) lê-se: «*caractere intellegi videtur carectum, locus ubi crescit carex sive spartum, fortasse item dictum carectum* (cf. glossa Agnardi apud Goetzius, vol. 5, p. 617: *carectum est locus quo lisca* [= Riedgras: Diez, *Wörterbuch der rom. Sprachen*, i, 351] *crescit*)».

conquanto nem sempre possa afoitamente dizer-se em que consistia tal direito, sendo até provável que o termo não signifique precisamente o mesmo em todos os documentos, o que em qualquer caso se pode desde já afirmar é que se trata de direitos estreitamente relacionados com o sinal da autoridade pública. Assim, em certos casos significará o próprio direito de assinalar ou selar; é o que parece resultar do confronto com certos documentos nos quais se privilegia determinada terra dizendo que nenhum oficial régio poderá impor sêlo dentro do seu termo¹. Poderá talvez noutros casos significar um emolumento cobrado pela colocação do sêlo ou sinal, por exemplo no acto da penhora². Finalmente, por *caritel* deve entender-se em muitos casos a multa ou pena pecuniária em que incorre quem viola o *caritel*, ou seja, o sinal da autoridade³, quer

¹ Vid. por exemplo, o diploma citado por Puyol, *El abadengo de Sahagun*, p. 49 nota (*nec ullum ibidem in dicta villa exerceant dominium neque jurisdictionem habeant neque imponant fiscum neque tributum nec ponant prefectum nec majorinum, nec sigillum nec sagionem nec scurronem nec alium de regio officio... neque intrent ibi per homicidio neque per roxo nec per fosatera neque per aliqua alia calumnia nec per aliqua ulla causa*).

² A esta acepção se refere o passo do *Dicionario de la Real Academia Gallega* oportunamente pôsto em relêvo pelo Prof. Rodrigues Lapa. Cf. o que diz Ducange sôbre *sigillum* no sentido de emolumento (s. v. *Sigillum*). Herculano, *Hist. de Portugal*, 8.^a ed., VII, p. 159, entendeu neste sentido um passo do feral de Viseu, mas tenho as mais fundadas dúvidas sôbre o acêrto dessa interpretação (vid. nota 1 da página seguinte).

³ São muito numerosos, tanto na Península como fora dela, os textos jurídicos que se referem à quebra ou violação do «sêlo» (note-se que tomamos sempre esta palavra num sentido lato — *signum, sigillum* — sem levantar a questão da configuração material do sêlo, a qual, de resto, não podia deixar de variar, não só com os lugares e as épocas, mas até com a categoria da autoridade respectiva, com a natureza dos actos em que o sêlo ou sinal intervinha e com as circunstâncias de facto em que tais actos se realizavam: uma qualquer marca, uma simples cruz, podia pois, em certas condições, desempenhar as funções de verdadeiro sêlo). Acrescentarei que nalguns textos, referentes a Leão e Portugal, o sêlo cuja violação se prevê e pune é precisamente denominado *caracter* e *caritel*. É particularmente digno de atenção, pelo confronto a que se prestam as duas versões conhecidas, o passo do *Forum legionense* de 1017 (?) em que se comina a multa de cem soldos contra quem britar o sêlo do rei: *et qui fregerit caracter regis* (versão primitiva, segundo o *Liber Fidei*), *et qui fregerit sigillum regis* (versão vulgata, mais erudita). A relação entre a violação do *caritel* e a coima assim também denominada (*caritel*) aparece por forma assaz clara num passo das Inquirições de 1220 (*Inquisitiones*, I, p. 151, col. 1.^a): *et ille qui dederit gallinam debet sedere quite de caritel pro toto anno, et qui non dederit illam peccabit calumpniam si fregerit caritel*.

materialmente, quebrando-o, quer desrespeitando-o ou à ordem nele simbolizada, como no caso de revelia¹. É, de resto, possível que este significado se tenha alargado até abranger outras formas de infracção de coutos ou resistência à autoridade (*Bannbusen* na terminologia dos alemães).

Não me repugna mesmo que em certos documentos a palavra *caracter* tenha o sentido genérico de jurisdição, sentido que não é difícil relacionar quer com o de sêlo quer com o de têrmo ou circunscrição². O confronto com a evolução semântica doutros vocábulos seria a este respeito muito elucidativo e nesse sentido continuo reunindo materiais que penso aproveitar para um estudo mais desenvolvido³.

Seja como fôr, parece-me ponto assente que o vocábulo *caritel* designava tanto o sinal ou sêlo da autoridade, nomeadamente o usado nas penhoras, citações e outros actos judiciários, como certos direitos relacionados com o dito sêlo, em especial a multa que

¹ Como certos actos judiciários, v. g. a citação, a penhora, eram acompanhados da solenidade da apresentação ou da aposição dum sinal da autoridade, compreende-se bem que a desobediência ou rebeldia em face d'esses actos fôsse encarada como uma ofensa ao *signum* no qual se achava simbolizado o poder; por isso mesmo a cada passo os textos em que se comina uma *Ladungebusse* fazem expressa alusão àquella solenidade. Um exemplo, entre muitos: *Et si habet rancura homo de vicino de villa ista, et demonstrant ei sigilo de saione de villa et transoetaret illo sigilo supra eum cum suis testes quod non ante paravit eum fidejussores, pectet V solidos medios in terra* (Fuero de Logroño, ap. Muñoz, *Col. de Fueros*, p. 338). É de harmonia com estas considerações que devem interpretar-se textos como este, do foral de Viseu (*Leges*, 461): *et sagion et maiordomus non ponant caritel nisi cum auctore et cum testibus: et non sit ille caritel nisi de V solidos*, passo que a meu ver se não refere a um emolumento do saião (Herculano), mas sim tem por objecto fixar o valor do sêlo e por consequência o máximo da pena correspondente à revelia (cf. *Ord. de Alcalá*, II, 4: *Que la senal ó el emplaçamiento en que cayeren en las cibdades, è villas è logares non sea mas de seis maravedis*).—Sôbre tôda esta matéria é ainda E. Mayer, *ob. cit.*, quem fornece maior soma de dados, e o que êle diz pode essencialmente aceitar-se, ao menos como construção provisória.

² Está neste caso o documento de Fernando II citado por Sarmiento a p. 195: *dono vobis characterem et vocem totam quantam habeo*. Cf. Mayer, *loc. cit.*, nota 18, e compare o que dissemos acima na nota 4 de p. 64.

³ No campo sematológico *caritel* e *caracter* podem aproximar-se, por exemplo, de *signum* (sinal, señal), palavra que também se apresenta com vários significados, tais como: marco, têrmo, citação, revelia, pena da revelia, jurisdição. . . *Sigillum* podia também significar poder ou jurisdição: Ducange, s. v. *Sigillum* 3. Cf. o que a propósito de *couto* escrevi nos meus *Estudos*, p. 109 ss.

devia pagar quem o violava ou desrespeitava. Nem o facto oferece, dentro das leis semânticas, nenhuma singularidade.

Quanto ao verbo galego *caritar*, que também deriva de *caracter*, ou, talvez melhor, de **caractum* ou **caracta*¹, compreende-se bem como passou a significar o acto de ferir alguém no rosto (cf. marcar, assinalar, riscar); é, portanto, próximo parente do *caritel*, mas não pode ser invocado para atribuir a este o significado que Sarmiento julgou poder ligar-lhe.

Coimbra, Julho de 1933.

PAULO MERÊA.

¹ É ao baixo-lat. **caracta* e **caractum*, do grego χαραττω, sinónimo de gravar, riscar, que se tem recorrido para explicar as formas francesas *caraute*, *charaute*, *caraude*, *charait*, etc. (informação de Carolina Michaëlis, que sobre o assunto me remeteu para a *Zeitschrift*, III, 263, e para a *Romania*, VIII, 629). Cf. o que sobre estas formas da baixa latinidade e seus derivados agudamente escreveu Sarmiento (p. 195).

Miscelânea

O escudeiro Joan de Gaia

É aquele azongado segrel do tempo de D. Denis, que, *seguindo* uma cantiga de vilãos, atirou uma frêchada a um tal Vicente Domingues, alfaiate do bispo de Lisboa D. Domingos Jardo, a quem o rei fizera cavaleiro (CV 1043); que fez chacota doutro cavaleiro, que serviu em seis meses três senhores (CV 1058); e que, noutra ocasião, levou a audácia a mofar dum bispo de Viseu, de pátria aragonesa, D. Miguel Vivas, *que se pagava do vinho*, utilizando no refran uma bailada popular:

Vós avêdelos olhos verdes
e matar-m'edes con eles.

(CV 1062).

Joan de Gaia despendeu a sua actividade poética nas côrtes de D. Denis e D. Afonso IV, na 1.^a metade do séc. xiv. É pois um trovador da decadência (Cf. CA, II, 468, 587-8). Folheando a Chancelaria de D. Denis, na Torre do Tombo, deparámos com a carta de legitimação de Joan de Gaia, datada de 1319, que publicamos a seguir. Tinha, escrita a lápis, a indicação *Boletim de 2.^a classe*, com letra que nos pareceu ser do falecido Pedro de Azevedo. O distinto paleógrafo, que tanta falta nos está fazendo, projectava certamente publicar essa carta no *Boletim* da Academia.

Há com efeito um grande trabalho a fazer, que D. Carolina Michaëlis não pôde realizar: o estudo das pessoas dos cancioneiros, autores ou aludidos, baseado em documentos inéditos de chancelaria. Pedro de Azevedo começou-o; haverá alguém que esteja decidido a acabá-lo? O escritor galego D. Armando Cotarelo Valledor acaba de nos dar um pequeno estudo desse género *Los hermanos Eans Mariño, poetas gallegos del siglo XIII*, a que nos referiremos mais de espaço. A investigação dos arquivos galegos e dos tombos galegos existentes no Arquivo Nacional de Madrid reservam-nos, como se vê desse trabalho, agradabilíssimas surpresas. Evidentemente que uma obra dessas oferece dificuldades, sobretudo no que respeita à destriça dos patronímicos ou nomes de localidade. Assim, nada nos garante de modo absoluto que o mencionado Joan

de Gaia seja o nosso trovador. Todavia a data e a circunstância de ser filho d'algo, junto tudo ao apelido, tornam altamente provável a hipótese. Um ou outro documento, que se encontre, pode dar-lhe absoluta confirmação. Eis a carta:

«Don Denis, pela graça de Deos, Rey de Portugal e do Algarve, a quantos esta carta virem faço saber que eu querendo fazer graça e merçee a Johan de Gaya, filho de Steve Añes de Gaya e de Tareyia Migēes, natural de Guimarāes, sen casamento, despenso cō el e faço legitimo, que el aia todalas onrras que an os outros filhos dalgo que son legitimos por mī. E mando que a ley e o derecho, que priva aqueles que legitimos non son dalgũas onrras, que nō enpeesca ao dito Johan de Gaya nē aia en el logar. En testemūyo desto mādei dar ao dito Johan de Gaya esta mha carta. Dāte en Lixbõa, xxvi dias dagosto. ElRey o mandou. Johan Dominguez a fez. Era de 1357 anos [= 1319]». — *Chancelaria de D. Denis*, liv. 3.º, fl. 127 v.

14 de Julho de 1933.

RODRIGUES LAPA.

livros e Revistas

Iorgu Iordan, *Introducere în studiul limbilor romanice. Evoluția și starea actuala a lingvisticii romanice*. [Introdução ao estudo das línguas românicas. Evolução e estado actual da lingüística românica]. Iași, Instituto de Filologia Romena, 1932, 480 páginas.

O Dr. Iorgu Iordan, Professor de Filologia Românica na Universidade de Iași (Roménia), publicou em 1924 um desenvolvido artigo crítico sobre o estado actual da glotologia românica, indicando as principais «escolas», os seus métodos e os representantes mais categorizados¹. O Autor não largou de mão o assunto, e é assim que, menos de dez anos depois e não obstante outras actividades, nos pôde oferecer um grosso volume de 480 páginas, em que trata idêntica matéria, mas em bases mais amplas.

Esta «introdução ao estudo das línguas românicas» vem prestar um valioso serviço aos romanistas, especialmente aos portugueses. Todos conhecemos, por experiência própria, a dificuldade em obter uma vista panorâmica da Filologia românica na actualidade, com as suas correntes diversas, métodos diferentes e os principais problemas que preocupam os lingüistas. Apesar dos artigos de síntese que se têm publicado de vez em quando em revistas da especialidade, não existia ainda (pelo menos com meu conhecimento) uma obra de conjunto que nos informasse sobre a evolução e o estado actual dos estudos românicos nos diferentes países. A colectânea de artigos publicada em 1925 por Nyrop com o título de *Philologie Française*, e que ainda hoje pode prestar bons serviços, refere-se apenas, com uma excepção (Diez), a lingüistas franceses; ora estes são geralmente conhecidos entre nós. A antologia de Spitzer aparecida em 1930 *Meisterwerke der romanischen Sprachwissenschaft* [Obras primas da Lingüística românica], é de âmbito muito mais vasto: abrange artigos ou capítulos de obras dos principais glotólogos nos diversos países (à excepção de Portugal — porventura porque entre nós se não encontram estudos doutrinais que sejam «obras-mestras»?...), com a vantagem de a obra trazer em apêndice preciosas observações críticas do organizador e resumida informação bibliográfica. Trata-se, porém, em ambos os casos, duma antologia, muito útil, sem dúvida (especialmente a segunda), por nos mostrar praticamente como é que os Mestres versam um problema determinado; mas ela não nos dá uma vista metódica e sistemática dos diferentes ramos da Filologia, sobretudo das ideias e métodos dominantes na actualidade e das suas figuras mais representativas.

É isto o que nos oferece a obra do Prof. Iorgu Iordan. Ela põe-nos em contacto com os problemas mais vivos e interessantes da romanística de nossos dias: leis fonéticas e discussões travadas à volta delas e da escola dos neogramáticos (p. 44 sgs.); a orientação das «palavras e coisas» (p. 73 sgs.); a linguagem afectiva e sua influência nas transformações semânticas (pp. 87, 287, n.);

¹ Publicado na *Festschrift* [Miscelânea] *Streitberg* — *Stand und Aufgaben der Sprachwissenschaft* [Estado e problemas da Lingüística], 1924, pp. 585-621.

a influência da filosofia na filologia (p. 92 sgs.) — basta notar a de B. Croce em Vossler (p. 134), a intuição bergsoniana nos problemas de estilística moderna (p. 95); a geografia lingüística, que tão profundamente renovou a Filologia românica; Atlas lingüísticos dos diferentes países, sua organização e características; dialectologia; geografia folclórica (uma das muitas conseqüências da geografia lingüística) preconizada por Menéndez Pidal (p. 311) e que pode levar, como elle próprio diz, a deduições scientificas acêrca da propagação da literatura tradicional, p. ex., do nosso romancieiro; problemas de etimologia popular, de onomasiologia, de syntaxe, etc., etc.

No primeiro capitulo da obra I. Jordan dá-nos um curto resumo da Filologia românica antes de 1900, salientando os méritos dos precursôres, tais como Raynouard, e do fundador, Diez. Refere-se a seguir à escola dos neogramáticos e aos seus dois princípios fundamentais: leis fonéticas e analogia, infermandô-nos das discussões que suscitaram e do estado actual da questão. Fala-nos dos seus dois mais categorizados representantes — H. Paul e Meyer-Lübke. Mencionam-se os estudos dialectológicos empreendidos pelo P.^o Roussetot e por Gauchat. Fala-se da escola das «Wörter und Sachen» e dos seus mais notáveis cultores: Meringer, Schuchardt, G. Baist, M. L. Wagner, G. Gingele.

O A. consagra um capitulo de 65 páginas à escola idealista ou estética de Vossler, em virtude da grande influência que as ideas dêste romanista tiveram nos estudos modernos de estilística. Nele perpassam, além de Vossler, os nomes de E. Lerch, E. Lörck, L. Spitzer e G. Bertoni.

O capitulo III, o maior de todos (156 páginas) é consagrado à geografia lingüística, aos Atlas dos diferentes países, às discussões e críticas que motivaram, aos resultados que trouxeram ao campo filológico. Esta disciplina merece-lhe uma atenção muito especial, em virtude de os trabalhos de Gilliéron e especialmente o «Atlas Linguistique de la France» (com o qual, só então, ficou definitivamente criada a geografia lingüística) constituem, depois da Gramática de Diez, o acontecimento mais notável e mais fecundo em resultados na história da glotologia românica. Neste capitulo o A. consagra algumas páginas aos principais lingüistas geógrafos dos diferentes países e às suas obras mais importantes, métodos e ideas dominantes. É assim que vemos desfilar, da França: Millardet, Bruneau, Terracher, Bloch, Dauzat; da Suíça: Morf, Gauchat, Jaberg, Jud, Hubschmied, Wartburg; da Alemanha: Gamillscheg, Spitzer, Ettmayer; da Catalunha, Grieria; da Itália: Bertoni, Terracini; da Roménia: Weigand, Caudrea, Puscaru; da Espanha e de Portugal informa-se apenas (pois por enquanto não há muito mais a dizer) que «se preparam obras semelhantes» (p. 308).

O IV e último capitulo (pp. 324-439) occupa-se da escola lingüística francesa, tomada pelo A. em sentido lato e caracterizada duma maneira geral pela tendência sociológica, devida à influência de Durkheim. Aí são estudadas com bastante pormenorização as doutrinas e as obras de F. de Saussure, de Meillet, de Vendryes, de Bally, de Secheyay, de Brunot, de Grammont, de Sainéan, de Dauzat, entre outros menores.

Como se vê por esta amostra, a obra de I. Jordan é um verdadeiro manancial de informações. As indicações bibliográficas são abundantíssimas, por vezes quasi exaustivas; o A. teve além disso a feliz idea de citar recensões feitas às obras mais discutidas. Valorizam-na ainda e tornam a sua consulta mais rápida três índices pormenorizados: um por assuntos, outro por autores e o terceiro

constituído pelo glossário. Desta forma o livro é de grande utilidade mesmo às pessoas que não estejam em condições de entender a lingua romena.

A obra de I. Iordan é ao mesmo tempo expositiva e critica. O A., duma forma clara e metódica (e auxiliado por uma disposição tipográfica que agrada ao leitor românico), costuma, numa primeira parte dos parágrafos, fazer a história e expor o estado da questão; depois apresenta a crítica, favorável e desfavorável doutros filólogos e a seguir a sua própria; por fim faz o «balanço» do que a ciência filológica ganhou dos diferentes métodos ou orientações (p. ex., leis fonéticas, escola idealista, geografia linguística). Dos autores que trouxeram ideas novas ao campo filológico o A. salienta, em relação a cada obra fundamental, as ideas directrizes (p. ex., de Vossler, de Gilliéron—pp. 183, 230), os princípios essenciais, os problemas debatidos, dando por vezes um resumo das obras, o que é muito útil mesmo a quem já as conheça.

Referindo-se a *Introducere* a numerosas escolas, orientações e linguistas, é natural que os juizes emitidos suscitem, da parte dos visados, reacções muito diversas, algumas delas certamente desfavoráveis, não devendo faltar quem proteste contra a inclusão nesta ou naquela escola, ou contra esta ou aquela omissão. Os neolingüistas, por exemplo, não gostarão talvez que se diga que elles continuam a escola dos neogramáticos, visto a cada passo acentuarem a sua opposição a esta escola. Há todavia perspicácia nesta observação, como também em notar pontos de contacto entre Bally e Sechehaye, não obstante as diferenças de método e de interesse (um dirige a sua atenção de preferência para a lingua affectiva, o outro para a lingua intellectual). O leitor não precisa, por conseguinte, de concordar com tôdas as opiniões e juizes do Autor. O que não poderá deixar de reconhecer é equilibrio na critica, certa serenidade científica, pouco frequente em trabalhos d'este género, procura de imparcialidade e sentido da justiça¹. Esta aspiração de objectividade nota-se ainda na attitude do A. quanto às suas preferências de espirito. Elas vão, visivelmente, para a escola idealista, embora declare (p. 441, n.) que, pelas suas obras, deve ser incluído entre os «positivistas». No prefácio critica aqueles que estabeleceram a equação, desmentida pelos factos: idealismo = superficialidade; positivismo = solidez. Iordan não é, porém, estreito nem exclusivista; se salienta, demoradamente, o valor das doutrinas de Vossler, não deixa de lhe apontar os defeitos

¹ É típica a nota da p. 271. O A. cita no texto uma passagem de Dauzat (*La géographie linguistique*, p. 23-4): «Chez les Allemands, au contraire, ce fut dès le début un véritable engouement: avec l'*esprit d'imitation qui les caractérise* (sublinhado por Iordan) —et aussi avec l'intuition qui leur fait reconnaître la valeur des découvertes d'autrui— ils se sont attelés, dès avant la guerre, à des travaux de géographie linguistique».

Achando injusta, pela forma como está redigida, a frase sublinhada, Iordan julgou ser do seu dever corrigi-la com a seguinte nota: «O espirito gregário do alemão, de que se fala tanto, existe na realidade somente quando se trata da multidão. As individualidades, que se distinguem em diferentes ramos da actividade intellectual, manifestam pelo contrario uma independência e originalidade de pensamento surpreendente, até mesmo excessiva. Quem conheça, um pouco que seja, a história da cultura alemã, não tem necessidade de provas em abôno desta afirmação».

ou pontos fracos (conquanto estes, acrescenta, sejam bem compensados pelas partes boas). Por outro lado reconhece sem dificuldade alguns méritos à escola dos neogramáticos e dos historicistas (ver a nota da p. 97). Iordan, como tantos outros romanistas, entende que o filólogo moderno tem de ser ao mesmo tempo «positivista» e «idealista»: positivista, por se basear em material seguro, idealista pela ideia geral, pelo fim em vista¹.

Uma omissão que todo o português nota na obra de Iordan é a de não se ter mencionado, nas diferentes escolas, nem um único dos filólogos portugueses, conquanto o A. os conheça. (Apenas, a propósito de antropofagia, se cita duas vezes Leite de Vasconcelos)². É certo que o A., como éle próprio confessa, não teve a pretensão de ser completo, e que o preocuparam de preferência as correntes novas, por serem menos conhecidas. Por outro lado os filólogos portugueses não são propriamente «romanistas», mas antes «lusitanistas», além de que pouca atenção têm prestado a problemas teóricos. Isto, porém, não impedia, quere-me parecer, que ao menos a Leite de Vasconcelos se consagrassem algumas linhas, a fim de que o leitor estrangeiro menos culto não fique com a im-

¹ P. 447: «Cu alte cuvinte, să pornim dola *positivism*, adică dela o cunoaștere cit mai profundă și mai sigură a faptelor, și să ajungem la *idealism*, în sensul etimologic al termenului, adică la idei generale, la filozofia limbajului. Aici trebuiește căutat mijlocul de împăcare a concepției tradiționale cu școlile lingvistice nouă și, deci, posibilitatea de a obține rezultate trainice, pe care să le admită toată lumea: «pozitivismul» să se învioraze cu ajutorul doctrinelor actuale, iar acestea să-și facă din adunarea unui material bogat și precis baza solidă de care au nevoie». [Por outras palavras, partamos do «positivismo», isto é, do conhecimento tanto quanto possível profundo e seguro dos factos, e esforcemo-nos por chegar ao «idealismo» no sentido etimológico do termo, isto é, à ideia geral, à filosofia da linguagem. Faz-se mister encontrar o meio de reconciliar a concepção tradicional com as escolas lingüísticas novas, e por conseguinte a possibilidade de obter resultados duradouros que sejam admitidos por toda a gente: o «positivismo» revigora-se com o auxilio das doutrinas actuais, e estas por sua vez, fazem, da reunião dum material rico e preciso, a base sólida de que necessitam].

² O Prof. Iorgu Iordan conhece a nossa língua e um pouco o nosso País, onde passou alguns dias em setembro de 1928. Seja-me permitido traduzir aqui a seguinte passagem duma carta particular escrita em março de 1932, onde se traz acidentalmente uma confirmação autorizada ao artigo de Xavier Fernandes sobre *saudade* (publicado em *A Língua Portuguesa*, 1929-30, p. 75): «As minhas recordações [de Portugal, designadamente de Lisboa e de Coimbra] são excepcionalmente belas e ainda muito vivas. O que eu não posso esquecer é acima de tudo a circunstância de aí me não ter sentido estranho. Dos numerosos países ocidentais que conheço foi este o único onde experimentei tal sensação. Isto não é, de resto, para admirar, se pensar que a nossa palavra *dor*, que nas outras línguas é intraduzível, corresponde perfeitamente ao português *saudade*. Também gostei muito da situação e da vida pacata e cheia de tradições de Coimbra, que me fez lembrar a minha Iași. Foi pena que circunstâncias de toda a ordem me impedissem de conhecer melhor o belo e exótico jardim que é para mim Portugal».

pressão de que Portugal é o único país onde os estudos românicos não têm cultores «representativos». Esta omissão já se verificara nas *Meisterwerke* de Spitzer. Quer dizer, apesar de Leite de Vasconcelos ser citado a cada passo nas obras e revistas da especialidade europeias e americanas, ele não merece ainda figurar em antologias ou obras sobre a Filologia românica. Isto mostra a necessidade de um antigo aluno da escola de Lisboa se dar ao trabalho de traçar a história da Filologia portuguesa, salientando os seus nomes mais representativos, o valor das suas obras, os resultados científicos trazidos não só ao campo especial da Filologia portuguesa mas também ao da Filologia românica, e acompanhando esse escôrgo histórico duma antologia à maneira da de Spitzer, destinada particularmente aos estudantes, para que vejam praticamente como é que os mestres trabalham. Ressaltará então mais facilmente que, nomes como o de Carolina Michaëlis no domínio linguístico-literário da publicação crítica de textos, o dum Gonçalves Viana no campo da fonética e o dum Leite de Vasconcelos no da dialectologia, bastam para marcar a um país um lugar honroso no campo da romanística.

No final da sua *Introducere*, I. Iordan resume algumas das características da Filologia românica no séc. xx; são entre outras: 1) o combate aos neogramáticos, à rigidez das leis fonéticas; 2) o golpe no historicismo, i. é, a afirmação de que nem sempre o passado (latim) ajuda a explicar o estado linguístico moderno, e que, pelo contrário, muitas vezes é o presente que ajuda a compreender o passado, o processo e as causas das transformações linguísticas; 3) a afirmação de que a principal causa destas não é tanto de natureza fisiológica, mas sim de natureza psicológica; 4) a convicção de que as transformações e inovações linguísticas não são feitas pelo povo, antes têm uma origem individual; 5) a predilecção pela língua viva, pela língua popular e pelas línguas especiais (*argote*), enquanto que a velha escola as menosprezava ou esquecia.

Ao fazer o «balanço», Iordan reconhece, com alegria e legítimo orgulho, os progressos realizados pela Linguística Românica durante este século. Ela, que começou por pedir à indo-europeística o seu método comparativo, é hoje, graças a um Schuchardt, a um Gilliéron, a um Vossler, guia e modêlo das suas irmãs¹. E numa época em que tanto se fala de paz, é grato poder registar-se que «a atmosfera de larga compreensão que hoje reina na ciência das línguas é em boa parte obra dos romanistas (p. 444).

A obra de Iordan será útil ainda aos «profanos». Aquelas pessoas — e tantas são elas ainda em Portugal! — que imaginam ser a Filologia uma ciência seca e hirta, que confundem filólogo com gramático ou supõem que aquele é um «descascador de palavras» (*aéplucheur de mots*) lhe chamou não sei quem), que folheiem ao menos esta obra, e não deixarão de votar à Filologia românica um alto apêlo, concordando plenamente que ela ocupa hoje um dos lugares mais honrosos entre as «ciências do espirito».

Hamburgo.

MANUEL DE PAIVA BOLÃO.

¹ No prefácio da obra recente *Neuenglische Stilistik* [Estilística do inglês moderno] o seu autor, Dr. Max Deutschbein, declara abertamente que deve muito aos romanistas, especialmente a Spitzer e Lerch, os quais, neste domínio, foram «muito mais longe e mais profundamente» do que os anglistas.

René Dumesnil, *Gustave Flaubert, l'homme et l'œuvre, avec des documents inédits*. Paris, Desclée de Brouwer, 1932, 530 páginas.

Dumesnil compõe, com Denorest¹ e Descharmes², uma triade de infatigáveis flaubertistas que, através de toda a espécie de documentos—cartas particulares, actos notariaes, planos de obras que ficaram por realizar, manuscritos, memórias, diários—conseguiram reconstituir de maneira suficiente a vida de Flaubert, inventariar os pontos de contacto da sua obra com a realidade, analisar o estilo e, valendo-se de mil traços dispersos, fazer como que uma *Summa* do pensamento do escritor.

O volume que René Dumesnil acaba de publicar pode considerar-se como o resumo de todos os seus trabalhos de trinta anos acêrca de Flaubert. É certamente um livro que ficará clássico nos estudos flaubertianos e ao qual se terá de recorrer sempre que se procure averiguar um pormenor da biografia do «solitário de Croisset», sempre que surjam problemas de cronologia ou de identificação de personagens, sempre que se queiram conhecer ou recordar as suas ideias essenciais sobre a arte e a vida. Mas desde já diremos que o prejudicam um pouco o tom excessivo de apologia, a sombra de polémica que passa em algumas páginas e certos exageros de documentação que traem em Dumesnil o autor da tese de 1905³. O fervor entusiástico do fiel é na verdade muito simpático; mas, em crítica, corre-se o risco de deixar todo o quadro banhado duma mesma luz de santidade, o que é, pelo menos, monótono; e nada há mais falso do que a monotonia.

Deve-se de resto dizer que é muito difícil conservar a dúvida e a desconfiança em face duma vida que foi como a de Flaubert nobre e altiva; o seu desinteresse, o desprezo sistemático das intrigas literárias, o culto quasi fanático da Arte, a ansiosa busca de Beleza, o duro trabalho a que se vergou—tudo leva o biógrafo de Flaubert a costear por mais duma vez o precipício dos *Acta Sanctorum*. Mas, na parte que se refere ao pensamento e estilo de Flaubert, encontram os corações mal-formados o suficiente para satisfazerem a sua fome de defeitos. Ora, quere-nos parecer que Dumesnil não aduziu as provas suficientes para esmagar de vez os incrédulos. Analisemos o volume.



Está um pouco em moda entre os críticos tratar os escritores como cavalos de corrida; os primeiros capitulos de todo o livro que se preza de obedecer aos cânones são sempre consagrados à ascendência materna e paterna do biografado, tal qual como os entendidos começam por expor o *pedigree* do vencedor

¹ *L'expression figurée et symbolique dans l'œuvre de Gustave Flaubert*.—Paris, Conard, 1931; e *A travers les plans, manuscrits et dossiers de Bouvard et Pécuchet*.—Paris, Conard, 1931.

² *Autour de Flaubert*, escrito de colaboração com Dumesnil. — Paris, *Mercur de France*, 1912, e edição da *Correspondance*, Librairie de France, 1922–1925.

³ *Flaubert, son hérédité, son milieu, sa méthode*.—Paris, Société Française d'Imprimerie et Librairie, 1905.

do Derby. Parece que tem grande influência na obra dum poeta ou dum romancista ter sido o quinto avô Provençal ou Normando; e, quando por acaso os pais e as mães são de províncias diferentes, então é certo que encontraremos nas obras mais representativas subtilezas dos agens de sangues antagonistas ou bons amigos e que toda uma estética ou uma *Weltanschauung* se explicará por elas.

Assim, cinquenta páginas das quinhentas que formam o livro de Dumesnil são consagradas aos ascendentes paternos de Flaubert—a linhagem de veterinários e médicos da Champagne—e aos ascendentes maternos—Normandos sólidos, com regular percentagem de glóbulos bárbaros. Dos primeiros, vêm-lhe em linha recta a ironia e a resignação perante a vida; dos segundos, a seriedade e a revolta, o persistente desejo de evasão. Mas estará bem averiguado que todos estes sentimentos se não encontram em outros homens que não têm avós da Champagne ou da Normandia? Não será provável que eles se encontrem, com maior ou menor intensidade, em todo aquele que afirma uma certa superioridade? Eis o que conviria estabelecer, antes de nos lançarmos em aventuras de psicologia étnica.

Mais seguras são talvez as páginas em que Dumesnil fala da influência que o meio de médicos do Hôtel-Dieu de Ruão exerceu sobre Flaubert, dando-lhe o gosto da análise, as preocupações científicas e a curiosidade da medicina que o escritor demonstrou por diferentes vezes. E aqui ainda não seria descabido pensar nas relações que poderá haver entre o caso de Flaubert e o de Sainte-Beuve, também impellido para a medicina, também idólatra da análise, apesar de o pai não ter sido médico e o meio em que se desenvolveu ser completamente diverso.

Mas nos colégios a atmosfera era sensivelmente a mesma: delirava-se de romantismo, as melancolias manifestavam-se copiosamente em prosa e verso, o *Werther* continuava fazendo estragos entre a mocidade sensível; Flaubert, numa carta particular, cita dois ou três companheiros que se suicidaram por desgosto da vida: e afinal toda a obra de Flaubert vai ficar marcada por este pessimismo, este desalento à *René*, esta hostilidade ao mundo e à vida que é, me parece, característica essencial do movimento romântico.

Toda a obra e, naturalmente, também toda a vida. É esse gosto da melancolia que o leva a apaixonar-se pela misteriosa Elisa Schlesinger, o «fantasma de Trouville»; como o demonstrou num livro recente Gérard-Gailly¹, Flaubert conservou-se-lhe fiel, mesmo através das ligações passageiras com a Foucaud ou com a Kutehuk Hânem e das relações mais duradouras com Louise Colet, a estranha mulher que, ao mesmo tempo, compunha suaves baladas românticas, era amável com o gravíssimo Cousin, escrevia a Flaubert cartas apaixonadas e partia a agredir Alphonse Karr. E a «coursierie» de Flaubert tem possivelmente também origem neste pessimismo misantrópico que parece ter-se agravado durante a composição de *Madame Bovary*.

É difícil dar uma ideia da riqueza de documentação, do escrúpulo e mesmo da perspicácia com que está feita toda a parte puramente biográfica do trabalho de René Dumesnil; não podemos senão admirar a sua paciência de investigador, a segurança do método e o amor da verdade a cada passo demonstrado. Mas

¹ *L'unique passion de Flaubert: «Madame Arnoux»*.—Paris, Le Divan, 1932.

teremos através de tudo isto uma construção psicológica como as fazia Sainte-Beuve? E quere-nos parecer que é afinal o que vale numa biografia; o resto são acidentes, manifestações exteriores, índices, que devemos certamente recolher e estudar, mas que não constituem de modo algum o essencial.

*

Cremos também que é tempo de abandonar as velhas divisões dos livros clássicos sobre um escritor: *A vida*, primeiro, e depois, *A obra*, como se houvesse separação entre as duas, como se não se influenciassem mutuamente, e não fossem ambas a manifestação de alguma coisa de mais profundo, de subjacente, que é afinal o que importa conhecer; o Goethe de Gundolf merecia ser lido com atenção por todos os que se ocupam de estudos literários, porque nos dá exactamente o modelo do género; é certo que o caso de Goethe é perfeito, porque se trata de um tipo de *moralista*, isto é, de homem que enforma a vida, a modela e a põe de acôrdo com as suas ideas, baseadas elas próprias na vida; mesmo, porém, naqueles artistas que têm na aparência uma vida completamente diferente da obra, há uma linha comum a ambas, um idêntico *substratum*, que igualmente explica as duas.

E, embora tivesse feito a separação, Dumesnil viu-se obrigado a escrever um capítulo intitulado *La Transmutation de la Vie en œuvre d'art*. Por outro lado, como na parte biográfica, se faz alusão à obra de mocidade e à composição dos romances, dos *Trois Contes* e da *Tentation*, o inconveniente do compartimento estanque fica um pouco atenuado; mas gostaríamos de que algum dos eruditos especialistas de Flaubert nos desse, sob o modelo de Gundolf, o livro definitivo sobre o autor de *Salammô*.

Dumesnil mostra como a *Madame Bovary* é a transposição da história do obscuro Delamare e de Delphine Couturier; como Flaubert se documentou exaustivamente sobre o mínimo pormenor (p. ex., na descrição do barrete de Charles Bovary), como respeitou a topografia; mas não se esqueceu também, e isto era essencial, para não se julgar Flaubert um fotógrafo, de citar o caso da fusão de duas personagens diferentes em M. Homais, e do aproveitamento dos traços essenciais e eternos da paisagem de Ruão. Com a mesma segura erudição, expõe-nos as fontes de *Salammô*, a parte que têm na composição da protagonista as recordações pessoais de Flaubert sobre dançarinas egípcias, e, num ponto restrito, — episódio do desfileiro do Machado —, o escrúpulo de documentação do escritor. Algumas páginas adiante, acentua, e muito bem, o valor simbólico de *Salammô* como representando a atracção misteriosa da África, a surda tristeza que o pessimismo de Flaubert soube descobrir nas suas paisagens e nos seus habitantes. Escusado será dizer que a *Éducation Sentimentale* dá ocasião a que René Dumesnil patenteie todo o seu conhecimento da vida e da época de Flaubert e insista sobre a ânsia de verdade, ou pelo menos, de verosimilhança que torturava o autor. Uma comparação verdadeiramente feliz entre uma scena da *Éducation* e outra idêntica de *La Morte* de Feuillet mostra toda a superioridade de processos e toda a honestidade artística de Flaubert.

Parece-nos que uma análise mais demorada e mais profunda do *Bouvard et Pécuchet* poderia ter revelado o sentido íntimo de toda a obra de Flaubert e permitiria a Dumesnil isolar as ideas mestras do romancista; tratá-lo simplesmente como uma sátira é, cremos, limitar-lhe bastante a significação; as dez

páginas que Dumesnil lhe consagra são bastante superficiais: e ainda teríamos que descontar tudo o que se refere a fontes e analogias, tudo o que é verbete puro.

Pelo que se refere à estética de Flaubert, não deixou o seu crítico de tratar a questão do romantismo e do realismo; sabe-se que Faguet, homem tão sábio como limitado de compreensão, encontrou numa dualidade de natureza o segredo de Flaubert¹; daí por diante, a discussão do assunto tem sido obrigatória em todos os livros sobre Flaubert. Para nós o antagonismo não existe: o romantismo é uma atitude de espírito, o realismo um processo de trabalho; entre Chateaubriand e Hugo, dum lado, e Zola e Flaubert ou Maupassant, do outro, — isto para nos limitarmos apenas à literatura francesa —, não existe irreductibilidade de pensamento, de tendências, de psicologias — o que se manifesta é uma diversidade de processos. Não é talvez extremamente ousado afirmar que todos os escritores do século XIX são românticos no mesmo grau de intensidade, apenas divergindo na forma por que apresentam esse romantismo fundamental.

A defesa do estilo de Flaubert parece-nos hoje bastante arriscada e difícil; René Dumesnil não hesitou em fazê-la e é essa evidentemente uma das partes mais fracas do seu livro. Embora tivesse afirmado por várias vezes que, para ele, idea e forma eram inseparáveis, Flaubert deixou-se arrastar pelo gosto da melodia, da harmonia própria das palavras; ora, não há nada mais falível e menos universal; só um francês poderá compreender, sentir plenamente essa música flaubertiana, porque não há nenhum estrangeiro que aprenda o ritmo duma língua, com a sua complicada disposição de breves e de longas, a ponto de pronunciar as frases como o faria um natural do país. Por outro lado, ¿que sabemos nós do ritmo duma ode de Píndaro, dum côro de Sófocles, duma égloga vergiliana? Todas as obras antigas valem apenas pelas ideas que exprimem e por aquela parte do estilo que é apenas a forma de dispor os pensamentos.

De resto, o estilo de Flaubert deixa quasi sempre uma impressão de fadiga, de sobrecarga; é uma tela coberta de camadas de tinta por um pintor que não soube logo de início surpreender e fixar o tom justo; há páginas de *Madame Bovary* quasi insuportáveis e toda a *Salammô* se desenrola com o pêso e a espessura dos veludos e púrpuras hieráticas. Todas as torturas estilísticas de Flaubert, toda a sua batalha com as palavras, transparecem na obra e causam tanto o leitor como causavam o próprio Flaubert. A *épreuve du gueuloir* foi pouco menos que inútil.

O estudo da filosofia de Flaubert ocupa no volume de René Dumesnil umas catorze páginas, o que é naturalmente pouco em comparação com as cinquenta consagradas aos veterinários da Champagne. Mas o pensamento de Flaubert resume-se também em ser pessimista e em afirmar que todo o mal dos homens provém de viverem na ilusão de que são diferentes, de se não conhecerem perfeitamente a si próprios. O que é na verdade pouco para se tomar o *bovarysme* como uma filosofia completa². E parece-nos que a discrição de

¹ Em *Flaubert*. — Paris, Hachette, 1899.

² Como fez Jules de Gaultier em *Le Bovarysme*. — Paris, *Mercure de France*, 1902.

Dumesnil se deve filiar no seu intuito, porventura subconsciente, de escrever uma *Apologia de Flaubert*.

O volume termina por uma bibliografia completa de Flaubert e por um índice de nomes que torna muito cômoda a consulta d'êste *Manual de Estudos Flaubertianos*¹.

AGOSTINHO DA SILVA.

J. Marouzeau, *Lexique de la terminologie linguistique*. Paris, Geuthner, 1933, 205 páginas.

Havia já muito tempo sentíamos a necessidade urgente da existência de um dicionário de termos filológicos e gramaticais, que nos permitisse, numa consulta rápida, ter uma noção *suficiente e clara* do valor ou valores de cada termo. Chegámos até a pensar em reunir materiais com êsse objectivo. A notícia do aparecimento do *Lexique* do Prof. Marouzeau alegrou-nos. Procurámos imediatamente adquirir êsse trabalho, mas, francamente, êle não nos agradou, ou, melhor, não correspondeu àquilo que desejávamos.

Segundo o nosso critério, que se funda na experiência, um dicionário d'êstes, por mais elementar que seja, não pode deixar de ser um compêndio alfabetado de pequenos tratados: cada artigo deve ter o desenvolvimento *bastante*, para que o consultante possa ficar com uma noção *suficiente e clara* da matéria; nêle, além da clareza da linguagem, é indispensável que haja clareza de disposição da matéria, abundância de exemplificação, e riqueza de indicações bibliográficas.

No prefácio lê-se: «Le présent Lexique est né d'abord du désir de rendre accessibles aux non spécialistes les travaux des linguistes et des grammairiens». A nosso ver, êste objectivo do A. não foi convenientemente atingido: as definições e as explicações são tam breves, a exemplificação tam pobre, e as indicações bibliográficas tam raras e incompletas, que os *não especialistas* não poderão colher daí grandes frutos.

No mesmo prefácio lê-se: «Mais un ouvrage comme celui-ci ne saurait prendre sa forme définitive qu'avec la collaboration de ceux qui auront à l'utiliser. Je serai donc très reconnaissant à ceux de mes lecteurs qui voudront bien, considérant cette édition comme une première ébauche, m'aider à la corriger et à la compléter».

Na qualidade de um daqueles que terão de utilizar freqüentemente o *Lexique*, pedimos licença ao Prof. Marouzeau para fazer os seguintes reparos ao seu trabalho:

O *Lexique*, a nosso ver, deve numa nova edição:

- 1.º Expor com mais desenvolvimento a matéria de cada artigo, tendo em vista simultaneamente os *especialistas* e os *não especialistas*;

¹ Pág. 20: defeituosa colocação de notas; 60, n. 2: 1930 por 1830; 105: toi! por moi!; 144, n. 1: indicação bibliográfica já dada anteriormente (p. 66); 128: «Louise Colet qui devint quelques jours plus tard sa maîtresse», cf. p. 174: «Un mois plus tard ils étaient amants»; 190: portait por portrait; 240: exdédie por expédie; 262: ils por il.

- 2.º Exemplificar abundantemente cada doutrina ou facto apresentados;
- 3.º Dar em cada artigo as indicações bibliográficas adequadas;
- 4.º Indicar as relações ou conexões que porventura haja, como os sinónimos, os antónimos, etc.;
- 5.º Inserir alguns termos que foram esquecidos nesta edição.

Exemplifiquemos:

Um consulente procura o termo *molle*, por exemplo, e lê: «Consonne dont l'articulation est caractérisée par un relâchement des muscles de la langue, tel que la surface de contact approximatif entre la partie supérieure de la langue et le palais se trouve élargie et se prête ainsi à un écoulement diffus de l'air expiré.

On appelle en slave *voyelles molles* celles qui déterminent une prononciation molle de la consonne précédente, *signe mou* le caractère d'écriture qui sert à noter cette prononciation».

Seguidamente procura o termo *mouillé*, não porque a leitura do primeiro artigo o tivesse remetido para ele, mas porque, suponhamos, teve necessidade de o procurar. Ali lê: «Mouillé, Mouillement: cf. Mouillure».

Procura *mouillure* e lê: «Articulation caractérisée par un léger frottement de l'air contre l'obstacle imparfait que constitue la partie molle (particulièrement le dos) de la langue rapprochée de la paroi supérieure de la cavité buccale. Si l'obstacle est entre le dos de la langue et le palais, la mouillure est un aspect de la palatalisation».

¿Com que noções fica o consulente não especialista? Num caso e noutro, com noções muito vagas, não só porque as explicações são excessivamente vagas e ao mesmo tempo técnicas, como ainda porque há uma completa falta de exemplificação.

Por outro lado o consulente não encontra referência alguma às relações existentes entre *molle* e *mouillé* ou *mouillure*. Contudo, se o acaso o leva a pisar os olhos sobre o termo *dur*, lê: «Les consonnes dures, qu'on oppose d'ordinaire aux molles ou mouillées...».

Estes exemplos mostram-nos que, de entre outros, há no *Lexique* um grande defeito, que consiste em o A. nem sempre indicar as relações de equivalência ou de oposição, quando as há, claro está, de vários vocábulos.

Estão neste caso os termos *assimilation* e *anticipation*: na explicação deste, vê-se que a *antecipação* tem relação com a *assimilação*, mas na explicação da *assimilação*, referência nenhuma se faz à *antecipação*.

Ao falar da *antecipação* seria de esperar que o A. se referisse à *inércia*, mas não o faz, nem mesmo regista este último termo na sua devida altura.

Ao falar de *doux* indica uma relação com *dur*; mas ao falar deste não se refere àquele.

Nos artigos *desinência* e *sufixo* não estabelece a diferença que há entre os dois, quando estes dois termos são extremamente confundíveis pelos não especialistas.

Generalizando: a nosso ver, quando falasse de *composição* devia referir-se à *derivação*, e *vice-versa*; quando falasse de *ênclise* devia referir-se à *próclise*, e *vice-versa*; quando falasse de *sinónimos* devia referir-se a *antónimos*, e *vice-versa*; etc.

Alguns termos faltou ao A. registrar. Assim omitiu *catastase* e *metastase*, que Grammont emprega respectivamente por *tension* e *détente*.

Ao tratar das fases de articulação (s. v. *articulation*), parece-nos indispensável que o A. acrescente em futura edição que o mesmo foneticista francês, Grammont, usa o termo *tension* como sinónimo de *tenue*; o termo *catastase* em vez de *tension*; e *metastase* em vez de *détente*; e que Paul Passy usava o termo *arrivé* em vez de *tension*.

O Prof. Leite de Vasconcellos criou o termo *Antroponímia*, e em França o facto não é desconhecido. É de estranhar que esse termo não figure no *Lexique*.



Examinemos agora outro aspecto. Vejamos o que diz o Prof. Marouzeau dos termos *aperture* e *ouverture*.

Em *aperture* lê-se: «Les sons dits ouverts étant caractérisés par l'écartement des parois du canal vocal, et le mot *ouverture* désignant d'ordinaire cet écartement d'une façon absolue, on emploie quelquefois le terme d'*aperture* quand on veut en exprimer le degré; l'*ouverture* est ainsi la qualité commune à tous les sons ouverts, et l'*aperture* le degré d'*ouverture* qui caractérise chacun d'eux».

Em *ouverture* lê-se: «Élargissement du passage offert à l'écoulement de l'air dans l'articulation d'un phonème dit ouvert. A ce terme qui, du fait qu'il s'oppose à fermeture, est exposé à signifier soit le mouvement même d'*ouverture*, soit un degré notable d'élargissement du canal vocal, on préfère quelquefois celui d'*aperture*, qui n'exprime que le fait d'être ouvert, sans préjuger du degré».

¿Com que noções fica o leitor? ¿Que é *aperture* e que é *ouverture*? ¿A *aperture* tem ou não tem que ver alguma cousa com o grau?

Compare-se isto com estas palavras de Grammont:

«Parmi les multiples nuances que peut présenter chaque type de voyelles, on en distingue essentiellement trois, auxquelles on donne les noms de *fermées*, *ouvertes* et *moyennes*. Ces appellations reposent sur l'observation du mouvement des mâchoires qui s'écartent plus ou moins l'une de l'autre pour l'émission des diverses voyelles; la mâchoire inférieure s'abaisse et forme avec la mâchoire supérieure un angle plus ou moins ouvert, qu'il est facile de mesurer entre les incisives supérieures et inférieures, par exemple au moyen d'un objet conique tel que la pointe d'un crayon. En français cet écartement va en moyenne de 1 millimètre pour l'y fermé à 10 millimètres pour l'a ouvert. Il constitue ce qu'on appelle l'*ouverture buccale*. Dans une articulation normale, exempte de toute gêne et de toute contrainte, cette ouverture correspond à l'*aperture* de la voyelle, c'est-à-dire à l'écartement des organes au point d'*articulation*». (*Traité de Phonétique*, p. 85).

Na p. 59 do *Traité* lê-se: «On désigne sous le nom d'*aperture* l'écartement des organes au point d'*articulation* pendant la tenue».

Destas palavras de Grammont vê-se que *ouverture* é a abertura mandibular, e que a *aperture* é a abertura do canal bucal no ponto de articulação. Contudo estas noções não se deduzem das palavras de Marouzeau.



Antes de terminar desejo informar o leitor de que em 1884 foi publicado em Lisboa, por António Maria de Almeida Neto, um trabalho intitulado *O Escholiaste Portuguez*, cuja 1.ª parte é um dicionário gramatical, de quasi 600 páginas.

Em 1906 foi publicado no Rio de Janeiro, em 3.ª edição, por João Ribeiro, outro trabalho intitulado *Diccionario Grammatical*.

15 de Junho de 1933.

RODRIGO DE SÁ NOGUEIRA.

Maurice Grammont, *Traité de Phonétique*. Paris, Delagrave, 1933, 480 páginas.

Pelas *Études de Phonétique Générale* de Fouché, Paris, 1927, sabíamos já que o douto foneticista e professor da Universidade de Montpellier estava preparando um tratado de fonética geral. Ansiosamente esperávamos o aparecimento dessa obra, dada a autoridade e elevação com que o Prof. Grammont domina as questões de fonética.

A nossa expectativa não foi em nada iludida: o trabalho de Grammont é um monumento. É pesado para os principiantes, e certamente em muitos pontos intangível, mas para os iniciados é um *volume-mecum*.

Consta o *Traité* de três partes: a primeira é intitulada «Phonologies»; a segunda «La Phonétique Évolutive ou Phonétique proprement dites»; e a terceira «La Phonétique Impressive».

São particularmente notáveis o cap. XII da 1.ª parte, consagrado à *Silaba*; e os caps. I-VII da 2.ª parte, consagrados aos grandes fenómenos de evolução fonética, isto é, a *assimilação*, a *diferenciação*, a *interversão*, a *dilacção*, a *dissimilação*, e a *metátese*.

O capítulo sobre a *assimilação* é, na essência, o estudo que o A. publicou em 1923, no «Bulletin de la Société de Linguistique», t. XXIV. O capítulo sobre a *dissimilação* é, também na essência, o estudo que o A. publicou em 1895, intitulado «La dissimilation consonantique dans les langues indo-européennes et dans les langues romanes».



O *Traité de Phonétique* é obra que não pode sair da cabeceira dos foneticistas: em qualquer campo da fonética, o estudioso encontra ali um guia seguro e rico de noções, mas há nele um defeito que muito lastimamos: é a pobreza de indicações bibliográficas a propósito de cada assunto tratado.

Para o foneticista iniciado, isso é defeito de pouca gravidade relativa; para o estudante das Faculdades de Letras, e para o curioso que deseja iniciarse, essa falta é muito grave. Quem estuda um assunto qualquer tem uma imperiosa necessidade de conhecer o que outros estudiosos averiguaram antes.

Se um tratado não indica fontes, o principiante é levado a convencer-se de que ninguém mais estudou os assuntos contidos nesse tratado, o que só traz desvantagens.

Dêste modo inclinamo-nos a crer que o Tratado de Grammont *ensina magistralmente* os estudantes, mas, devido ao defeito que acabamos de apontar, não os orienta convenientemente a trabalhar.

No «Avis au lecteur» diz o A.: «On n'a pas donné une bibliographie complète de la phonétique, parce qu'on a jugé qu'elle serait peu utile».

Discordamos fundamentalmente dêste critério. Pedagogicamente consideramo-lo um erro lastimável.

Expliquemos melhor e fundamentemos com um exemplo o nosso critério.

Em vários pontos o A. exemplifica com o português certas doutrinas que desenvolve, mas não cita fontes.

Assim, na p. 204 diz: «En portugais le *c* du groupe *et* s'est engagé d'abord dans la même voie qu'en espagnol, puis il a divergé. Il est devenu d'abord une spirante sonore, tout en gardant son point d'articulation normal dans le voisinage du sommet de la voûte palatine, c'est-à-dire sans être ramené en avant par l'attirance du *t*. Or le système du portugais ne comportait pas de spirantes à cet endroit; mais il en possédait du type *y* et du type *w*, sensiblement à égale distance de chaque côté. Certains parlers ont opté pour l'avant, d'autres pour l'arrière, la spirante choisie devenant voyelle second élément de diphthongue, et dans la langue commune il y a eu mélange des formes. De là: *oito* de *octo*, *outubro* de *octobre*, *noite* de *nocte*, *douto* de *docto*, *feito* de *factu*, *auto* de *actu*, *teuto* et *teito* de *tectu*, etc. Au surplus, même dans la langue commune, ce mélange n'indique pas indifférence et confusion absolues: les mots qui ont *u* sont généralement mi-savants».

Neste, como em outros pontos, não seria natural que o A. indicasse a fonte ou fontes em que bebeu para orientação do consulente? E, se porventura se trata de doutrina do próprio A., não seria conveniente que S. Ex.^a a justificasse?

Dêste modo o estudante curioso, mas inexperiente e pouco adiantado, vê-se na necessidade de procurar, mais ou menos ao acaso, sem orientação científica, as informações que lhe são indispensáveis e que o tratado lhe não forneceu.

15 de Junho de 1933.

RODRIGO DE SÁ NOGUEIRA.

Afrânio Peixoto, *Ensaïos camonianos*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, 428 páginas.

O volume que o insigne escritor e professor brasileiro Afrânio Peixoto publicou, há anos, com o sugestivo título de *Camões e o Brasil*, e que ultimamente ia sendo raro no mercado, bem merecia por seu valioso recheio as honras de segunda edição. Havia aí longa série de dissertações muito eruditas, cuja leitura se impunha a todos os estudiosos de Camões, e convinha pois que, apurado com mais atenta revisão, robustecido na parte doutrinária, acaso enriquecido de novos estudos, êle ressurgisse e encontrasse o melhor meio de ser divulgado entre portugueses e brasileiros.

Reconheceu esta necessidade a nossa Imprensa da Universidade de Coimbra, promovendo a tempo a segunda fase da vida do utilíssimo livro, que já há meses vemos honrar as livrarias e as bibliotecas públicas, com o título mais justo, se bem que menos sugestivo, de *Ensaio camonianos*.

Só merece louvores tal iniciativa. E estes devem estender-se ao A., que soube corresponder aos esforços da benemérita Imprensa coimbrigense, e à simpatia de que o seu nome goza no ambiente literário de Portugal e do Brasil, com rico prêmio à natural expectativa de novidades: os *Ensaio*s, valorizados com excelente apresentação tipográfica, aparecem como livro renovado, rejuvenescido, melhoria que lhe vem principalmente da amplificação da doutrina em vários passos, sobretudo nas notas, e da inclusão dum artigo sobre «Vergílio e Camões», que bastaria a consagrar um erudito.

Não são, porém, só as cousas novas o objecto desta recensão. Ainda que se trata de livro cuja crítica já foi assaz feita, nunca vem a mais a referência a estudos de valor sempre actual. Além disso, mesmo que o aparecimento da nova edição dispensasse, por já muito discutida a primeira, observações científicas, ainda assim, não haveria fugir à repetição de encónios perante o início e o fecho do livro: é que o ensaio de abertura sobre «Camões épico», originalmente conferência pronunciada no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, ao celebrar-se o 4.º centenário do nascimento do Poeta, e o ensaio de remate sobre «Camões e o Brasil», também na origem conferência, que o A. proferiu na Sociedade de Estudos Camonianos da mesma cidade, numa data de 10 de Junho, atestam acima de quaisquer outros o esforço de Afrânio Peixoto em prol do camonismo, e, quanto mais os lemos e relemos, mais cresce em nós o desejo de louvá-los.

Entre estes dois ensaios estão agora compreendidos os seguintes: «Camões lírico. Comemoração do IV Centenário do Nascimento do Poeta, no Brasil» (lido na Academia Brasileira de Letras, em 24 de Dezembro de 1924); «O *Par-naso*, de Camões, fonte d'*Os Lusíadas*»; «Vergílio e Camões. Homenagem camoniana ao bi-milenário do poeta latino» (lido em sessão, de 13 de Novembro de 1930, da Academia das Ciências de Lisboa, pelo Dr. José Maria Rodrigues); «O enderêço d'*Os Lusíadas*»; «O Velho do Restelo»; «Camões humorista» (lido na Sociedade de Estudos Camonianos, em 10 de Junho de 1927); «Camões médico ou a medicina dos *Lusíadas* e do *Parnaso*»; «A língua *Camões*»; «O Morgado de Mateus, editor d'*Os Lusíadas*» (lido naquela mesma Sociedade, para celebrar o Centenário de Sousa Botelho, em 1 de Junho de 1925); «*Os Lusíadas* de D. Pedro II» (lido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 10 de Junho de 1926). A tôdas estas memórias, bem como à que as precede e à que as segue, vou apor algumas notas, já resumindo a matéria e frisando pontos capitais, já corroborando opiniões de aceitação plausível, já fazendo donde a onde leves reparos, que o A. só poderá tomar à conta de muito interêsse com que o li.

1. «Camões épico. A camonologia ou os estudos camonianos».

Este estudo compreende cinco partes, que o A. intitula: a) O «honesto estudo» e a «longa experiência»; b) A «disciplina militar prestante»; c) «Deuses vãos»... «Deuses... humanos»; d) O «muito amor da pátria» e o «bem comum»; e) A moderna epopeia, a epopeia nacional.

São tôdas amostras de segura erudição, dissertações destinadas a comprovar, sucessivamente, o muito saber de que o Poeta dispôs no seu poema, o seu conhecimento da arte militar e da naval, a justeza e oportunidade da sua concepção dos deuses, o alto patriotismo que o guiou desde a primeira à última estância, enfim a exuberância dos dons que fazem dos *Lusiadas* o modelo por excelência da epopeia nacional.

Com o reconhecimento desta verdade, vem a natural conclusão sôbre a necessidade de muito se estudarem, e não apenas recitarem, os *Lusiadas*. E aí está o A. a anunciar a instituição da Cadeira de Estudos Camonianos, «para exegese e ensino de Camões», na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, gloriosa iniciativa que o seu muito amor do Poeta, de par com a benemerência dum português, tornou possível, e que só por si dá lustre ao estudo de «Camões épico».

Fica assim duplo o mérito dêste estudo: a um tempo científico, pela douta comprovação das sumas perfeições da epopeia, e histórico, pela imorredoura ligação, que obtém, com a história dos estudos camonianos.

Isto justifica o realce que acima dei ao primeiro dos *Ensaio*s, como a citação doutros méritos explicará o que dei ao último.

2. «Camões lírico».

Trata-se de um estudo com o seguinte índice: a) As festas centenárias de 1924, no Brasil; b) Iniciação amorosa: «Belisa», Isabel Tavares?; c) «Altos pensamentos»: Dona Francisca de Aragão; a Infanta D. Maria?; d) Catarina de Ataíde: «Natércia»; e) «Dinamene»: Ti-Nan-Men?; f) O constante amor: a pátria, o ideal; g) Poeta do ideal.

Desejando rematar condignamente as celebrações centenárias do provável nascimento do Poeta, que inaugurara com a conferência anterior, o A. enfeixou nesta apreciação de «Camões lírico» as considerações mais oportunas sôbre a matéria.

O seu fito primordial é concluir pela suprema idealidade do lirismo camoniano, em tôdas as suas modalidades, até no lirismo religioso. Mas, para aí chegar, segue primeiro pela via mais conhecida e mais percorrida do lirismo amoroso, e dá-nos curiosas sugestões sôbre os amores do Poeta, desde Belisa até Dinamene.

Claro que nestas sugestões há muito de mera hipótese e pontos não faltam talvez insolúveis para sempre. Mas mesmo assim subsiste boa contribuição para o estudo duma poesia amorosa, que não tem par noutro poeta do Renascimento, pelo que respeita a probabilidades biográficas.

Pontos dos mais discutíveis na dissertação afranianana são a origem dos «altos pensamentos» — tam falados recentemente a propósito da edição da *Lírica* pelos Drs. José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira — e a interpretação do nome Dinamene. Para o A. os «altos pensamentos» dirão respeito a D. Francisca de Aragão, devendo passar a plano secundário a tese infantista; e o nome Dinamene, como novo indício da pátria da mulher visada, poderá ser transposição do chinês ou cantonês «Di-Nan-Men» ou «Ti-Nan-Men», em vez de nome greco-latino, ascendente a uma Nereida já citada por Homero e Hesíodo.

3. «O Parnaso, de Camões, fonte d'Os Lusiadas».

É um dos ensaios mais eruditos de todo o livro, e mostra bem como Afrânio Peixoto conhece Camões.

Merece-me pleno assentimento a intenção do A.—provar que nas poesias líricas de Camões, no *Parnaso*, há muitos elementos de linguagem e de pensamento que passaram, fácil e naturalmente aproveitados, para os *Lusiadas*.

Com efeito, é avultado o número desses elementos, e não admira que assim suceda, porque não há nisso mais que a repetição dum facto comum aos grandes escritores, já aos próprios clássicos, e inerente à sua preparação e evolução literária: sobretudo quanto à linguagem, a estilografia assinala, de há muito, a copiosa série de dições que são peculiares aos maiores gregos e latinos — a um Platão e a um Sófocles, a um Cícero e a um Vergílio—, e que vão espontaneamente surgindo desde as primeiras às últimas das suas obras, da fase de incipiência à da maturação, contribuindo para formar o estilo definitivo.

¿Como não havia de ser assim em Camões? ¿Como não haviam de dar-se inúmeras repetições na arte de escrever e nas suas ideas, se até em aspectos da cultura camonianiana houve predilecções que se comunicaram da *Lírica* aos *Lusiadas*, e se esta — chamemos-lhe assim — longa preparação beneficiou altamente a epopeia? O exemplo melhor d'este caso é o humanismo do Poeta, acêrca do qual, num confronto entre as obras menores e a maior, ainda eu escrevi há pouco (em artigo de fundo do *Diário de Noticias*, de 10 de Junho, p. p.):

«Na verdade, em muitas composições escritas antes ou nos intervalos da elaboração do poema, encontrou Camões um como exercício espiritual, que lhe apurou o gosto estético na interpretação dos Latinos; elas serviram, por assim dizer, de crisólis em que o Poeta foi aperfeiçoando, para o remate glorioso dos *Lusiadas*, a arte de reviver as antigas normas».

4. «Vergílio e Camões».

A esta monografia chama o A., como já notei, «Homenagem camonianiana ao bi-milenário do poeta latino». Bela e bem inspirada homenagem, porque é de facto com Camões e o seu vergilianismo que a nossa cultura melhor pode honrar ao Mantuano! Igual idea teve-a o maior dos camonistas, o Dr. José Maria Rodrigues, com a sua memória *A propósito das églogas de Vergílio e de Camões*, também celebradora do bi-milenário.

O que mais preocupa o A. são confrontos de linguagem e de ideas particulares. Isto não obstante, dá um relance pela epopeia latina e pela lusitana, e pode mostrar com clareza o que esta deve àquela no delineamento: «A *Eneida* está nos *Lusiadas*». E aí temos então, muito a tempo, paralelos quanto à divisão da acção, aos vários recursos poéticos, à escolha dos episódios. Contudo, neste último ponto, havia matéria para mais larga comparação; e tenho pena de que o A. não haja dado, por exemplo, a sua opinião sobre o problema da origem vergiliana do Adamastor, admitida por um seu compatriota, M. Emílio Dantas, e por este fixada no episódio de Polifemo.

Nos confrontos especiais, feitos honestissimamente para além dos descobrimentos de Faria e Sousa e de Epifânio, há muitas vezes acêrto e segura visão. E creio que o A. os prepara bem, concitando a curiosidade do leitor com a lembrança de dois passos dos *Lusiadas* que são dos mais moldados em Vergílio, e que nem todos conhecem como devem, apesar de não lhes terem faltado comentadores: *Lus.* II, 53, inspirado na *En.* VIII, 675-8 e 685-8, e *Lus.* VIII, 87-88, inspirado na *En.* VIII, 18-25. Num caso, com a única substituição do *Laomedontius heros* pelo Gama, e com a inversão dos termos de comparação, coincide nos dois poetas a imagem duma luz trémula e flutuante, que se com-

para às incertezas do pensamento; noutro caso, concorrem e coincidem as mesmas referências a *Marie instructo*, que faz *ferver Leucate*, às *Áctias guerras*, ao *Bactra Scítico*, à *Egípcia não pudica*, pôsto que Vergílio e Camões as aproveitaram para fins diversos.

Entre as influências vergilianas que o A. notou, com verosimilhança, pela primeira vez, figuram: os versos

... e Guadiana
Atrás tornou as ondas de medroso.

(iv, 28).

inspirados pelo

Amnis et Hadriacos retro fugit Aufidus undas

da *Eneida*, xi, 405; a expressão *arar o mar*, haurida no *maris aequor arare* do poeta latino; o emprêgo, por lição da *Eneida*, dos latinismos *hospicio* (= hospitalidade) e *crástico*. Julgo, porém, arriscada e pouco convincente a comparação dos versos

Cesse tudo o que a musa antiga canta,
Que outro valor mais alto se alevanta.

(i, 3).

com os latinos

... *Malor rerum mihi nascitur ordo,*
Malus opus moueo.

(*En.*, vii, 44-45).

e bem assim a hipótese da formação do verso

Que o coração presago nunca mente

(i, 84).

pelo auxílio de dois lugares de Vergílio,

Si quid ueri mens augurat...

(*En.*, vi, 272).

Presaga mali mens...

(*En.*, i, 843).

Quanto ao primeiro caso, parece pouco natural a influência vergiliana, porque o latino não diz, como o português, que se ofusquem umas glórias para dar lugar a outras: diz, mui simplesmente, que passa a cousas de maior vulto (que as anteriores), mas não vai mais longe. No segundo caso, abstraio da mesma razão — apesar do engenho com que a admite o A. —, porque não aceito que ideias vulgaríssimas, frívolas quási, se formem de retalhos nos grandes espíritos; em conceito tam corrente como o da *mente presaga*, custa a crer que fôsse necessária a contaminação de dois versos latinos, para dar um só camoniano.

Também discordo da explicação, que o A. dá na p. 160, do emprêgo de *qual* em enumerações, v. g.,

Qual do cavallo voa, que não desce;
Qual co cavallo em terra dando, geme...

(vi, 64).

O *qual* ... *qual* (= um ... outro) não se explicará, a meu ver, por simples influência clássica, e muito menos pela de *pars* ... *pars* em versos como

Pars pedes ire parat campis, pars arduus altis...
Pars leues elypeos...

(*En.*, vii, 636-40).

Mas não desenvolvo agora a contestação, porque o assunto é vasto e o reservo para uma nota especial d'este *Boletim*.

Em nada, porém, estes pontos discutíveis deslustram o trabalho do A. Há nêle, repito, muita visão segura, e sobretudo o rol de imitações de vocabulário é utilíssimo para se ver quanto deve a Vergílio a linguagem de Camões e, *ipso facto*, o português literário do Renascimento.

5. «O enderêço d'Os Lusíadas».

É a velha questão sôbre Camões ter admitido nos *Lusíadas* um herói colectivo, os Portugueses, ou um herói principal, Vasco da Gama. Nem valeria a pena retomá-la, se não fôsse o ensejo para mais um belo trecho; já por contumácia se não querará ver a única interpretação possível!

Todo o pensamento e argumentação do A. se podem resumir nestes períodos que para aqui transcrevemos:

«Camões fez entretanto tudo para ser entendido. O enderêço patriótico, tradicional, e o profético, nacional, antes que dinástico ou pessoal, mil e uma vezes está apontado no poema. Quanto a Vasco da Gama, bem que seja imensa a honra que lhe confere, pessoalmente, há sombras no esbôço de sua figura, como se o Poeta tivesse querido, e quis, marcar que êle, ou outro lusíada, seria capaz de levar a cabo a empresa irresistível de conduzir os Portugueses às Índias».

6. «O Velho do Restelo».

O muito aprêço em que tenho êste trabalho, já o confessei no prefácio e em vários passos do estudo que recentemente publiquei, neste *Boletim*, sôbre o mesmo assunto. E tive aí ocasião de confessar que, entre outros benefícios que me trouxe, lhe devo o de me haver sugerido, juntamente com um trecho de W. Storek, a identificação da fala do Velho com os coros da tragédia clássica. Tudo isto dispensaria nova referência, se eu não quisesse agora, como quero, fazer alguns reparos que ali escaparam ou não couberam: maneira, claro está, de procurar ser útil ao A., mas ainda assim muito modesta para retribuir os serviços que êle me prestou.

a) De p. 192 a p. 195 transcreve Afrânio Peixoto um passo de Barros, que diz, e com razão, ter influenciado Camões ao escrever o discurso do Velho. Vem na *Década* 1.ª, liv. I, cap. IV, e eu próprio o tomei no meu trabalho, para o admitir como guia em certa seqüência do pensamento. Mas engana-se o Professor brasileiro quando, em nota, diz ser êsse mesmo passo o que o Dr. Leite de Vasconcellos, no livro sôbre *O Doutor Storek*, p. 192, citou a propósito do Velho do Restelo: a citação do filólogo português é outra, pois refere-se à *Década* 1.ª, liv. IV, cap. II, lugar que também se não pode dispensar de fonte do episódio camoniano.

b) Acêrca da «sublime lição de filosofia da história» que se colhe nas palavras do Velho, escreve o A. na p. 197:

«Se se reflecte nas vociferações do velho do Restelo, é uma exprobação que se ouve, além dos séculos, como as daqueles profetas bíblicos que viam no futuro. O vaticínio tem a mesma tremenda grandeza: volvido o tempo, Portugal que andou a fazer o mundo, e felicitou o mundo, não é por isso mais feliz... e não seria certamente mais infeliz se cuidara de si mais egoisticamente, «das terras e maninhos que ha no Reyno pera romper e aproveitar», em vez de, transpondo mares nunca de antes navegados, descobrir mundos...».

Se eu entendo bem o pensamento do A., há aqui mera conjectura sobre o que se pode pensar, à distância de quatro séculos, quanto ao valor do suposto discurso. E não será descabida a reflexão: vejam os moralistas no discurso um vaticínio cumprido! Agora, o que é incoerente — e já o frisei na minha citada dissertação — é descobrir nêle, como alguns camonistas têm feito, concordância com o pensamento íntimo do Poeta, modo de veladamente condenar a empresa da Índia, porque esta suposição atenta contra a própria finalidade da epopeia. Mas não vai por certo para aí a opinião do A., que, demais, sabe opor adiante à «elevação e majestade» do discurso a força de «todo o seu contraste, o poema inteiro».

c) Na p. 198 há as seguintes palavras: «Além de Castanheda e Barros, o próprio Portugal deveria ter inspirado a Camões a vociferação do velho do Restelo; certo, a tamanho humanista como ele foi, a história da Grécia e a de Roma aí estavam a sugerir reparos semelhantes. Um conservador, tal como Aristófanes, poderia deplorar a Hélade dispersa pelo Mediterrâneo, quando, concentrada na península, teria a defesa e a sobrevivência aos perigos e aos inimigos...».

¿Há aqui, nesta referência, simples resumo de ideias do comediógrafo ateniense, ou alusão a alguma frase sua? Frase especial — devo confessá-lo — não a tenho presente nesses termos precisos; não dou fê de a ter topado nas minhas leituras do poeta grego; mas será esquecimento ou ignorância, e é pelos esquecidos e pelos inscios que eu lamento a falta duma nota. Venha a citação do passo em terceira edição, que há-de tê-la o prestimoso livro!

7. «Camões humorista».

Nada há que contrariar na doutrina do A.: naturalíssimo que Camões, para de tudo ser mestre, até nos dê lições de humorismo...

Se trago êste artigo à recensão, é só para fazer digressão especial sobre um dos dizeres prefaciais.

A propósito de humorismo e do *humour* inglês, toca o A. na frivolidade dos que fazem certas palavras, e até os sentimentos que elas exprimem, privilégio dêste ou daquele povo: *saúde* lusitana, *esprit* gaulês, *Gemüt* germânico. «Como se o homem não fôsse o mesmo por toda a parte, o sentimento cosmopolita, e as vozes para exprimi-lo universais».

Terá o A. razão, ao menos em parte: se essas vozes não são, como pretende, universais, existentes com funções idênticas por toda a parte, também não serão, como outros querem, nacionais em muitos casos. E por isso não resisto a um abono facilimo, insistindo na tam decantada e tam discutida *saúde*; é mais um pequeno elemento para contestar o portuguesismo exclusivo do termo, em apoio do que disse D. Carolina Michaëlis em *A saúde portuguesa*.

Depois de já ter tido muitos e calorosos apreciadores (como tantos há ainda), a *saúde* foi exaltada por Garrett como cousa lusa por excelência: geral decerto o sentimento, mas portuguesa, inegalável, a expressão. E, como se não bastara o juízo da invocação do *Camões*, o notável romântico repetiu-o em nota ao poema, escudado agora na comparação com o fr. *regret* e o lat. *desiderium*. Pois êste mesmo vocábulo latino (para não recorrer ao *regret* francês, ao *πένθος* grego, que é tam expressivo como *saúde*, ou até a termos doutras línguas...) me dá contradição da asserção garrettiana, em que pese a muitos e ilustres contemporâneos...

Afirmando a inferioridade do *desiderium*, Garrett cita, por exemplo, ao amoroso Catulo naquilo do carne «ad passerem Lesbicae»:

Passer, deliciae meae puellas,
Quicum ludere, quem in sinu tenere,
Qui primum digitum dare adpetenti
Et aeris solet incitare morsus,
Quum *desiderio* meo nitenti
Carum nescio quid lubet locari...

E acrescenta que só a língua portuguesa poderia exprimir, com a *saúde*, «tam bello e delicadamente voluptuoso pensamento». Mas não diz a razão, e fica ao leitor adivinhá-la.

Eu só vejo aqui mero requinte de Garrett, para não dizer — exagerado e dispensável patriotismo. Se o que Catulo atribui a Lésbia é verdadeiro sentimento de *saúde*, e porque há-de ser insuficiente o termo, de que demais o crítico não investiga a história? Se Lésbia sentia precisamente esse «gosto amargo», esse «delicioso pungir» de amantes, em que o amargor excede sempre a doçura, e porque não o diria bem o *desiderium*, tam apto aliás para exprimir anseios? Onde achou Garrett razão glotológica para provar a deficiência? Só se a viu nos vários sentidos da voz latina (também era *desejo* e outras coisas) em frente a um só da portuguesa... Mas não aceito que o monossimismo institua *realizas vocabulares*...

Teremos, portanto, no *desiderium* de Catulo, como em tantos exemplos de autores latinos, perfeito equivalente de *saúde*, por sinal na modalidade mais vulgar do sentimento — a amorosa. E digo agora que não acaba aqui a excelência da palavra, porque outras modalidades do mesmo sentimento também ela as indica. Afirmação arriscada?

Se se me objecta, por exemplo, que a *saúde* não amorosa, mas grave e profunda, não sabe já exprimir-se com *desiderium*, posso oferecer a prova do contrário com um passo de Cícero. Vem no início do *Brutus*, visa a lembrança de Hortênsio recém-falecido, e é assaz expressivo para dispensar mais comentários:

«Augebat etiam molestiam, quod, magna sapientium civium bonorumque penuria, vir egregius coniunctissimusque mecum consiliorum omnium societate, alimenissimo rei publicae tempore extinctus, et auctoritatis et prudentiae suae triste nobis *desiderium* relinquerat...».

E não é tudo. Se se quere em latim a *saúde* da pátria, a nostalgia, igualmente a expressa o *desiderium*, como rezam os próprios dicionários. Um exemplo de Cícero é mesmo *desiderium patriae*.

Numa palavra: nada haverá em *saúde* que seja alheio ao termo em questão. E não lhe estranhemos esta propriedade, porque esta é ingénita, lhe vem de raiz: visto como nasceu de *desiderare*, etimologicamente «deixar de ver» (por sua vez moldado em *considerare* «observar», e antes «ver as estrelas»), o *desiderium* tinha a germinar em si, desde a origem, a ideia de anseio, e, como tal, se destinaria a significar quaisquer *saúdes*.

8. «Camões médico ou a medicina dos *Lusiadas* e do *Parnaso*».

Esta monografia compreende os seguintes parágrafos: a) Camões e a medicina; b) Medicina: anatomia e fisiologia; c) Roxos lírios; d) Brancas flores; e) «Doença crua e fria»: o escorbuto; f) Doença e moléstia; g) Vida e morte.

Já tínhamos um estudo da flora e outro da astronomia dos *Lusiadas*. Falta um da medicina, que o Professor brasileiro assim nos deu, para aproximação dessa série de memórias científicas com que se tem exalçado a cultura dos grandes épicos: tal qual Homero estudado já na botânica, na medicina, na mineralogia; tal qual Vergílio estudado na náutica.

Não explanamos aqui, para nos não alongarmos em minúcias, a matéria dos vários parágrafos. Mas de todos diremos que, apesar de científicos, os trata com amenidade a pena do A., sempre escritor de raça mesmo quando cientista. E esta qualidade chegaria para que o assunto fôsse também literário, sem necessidade da razão dada pelo A. *literariamente*: «ao menos, à comunidade duma invocação, Apolo, amante das Musas, é o deus das Artes, da Poesia e da Medicina ... ».

9. «A língua Camões».

Com este curioso título —justificado pela individualidade inconfundível que Camões deu à sua linguagem, e pelo génio com que soube impô-la aos modernos— retinui o A. uma série de nótulas muito valiosas sobre o português dos *Lusiadas* e da *Lirica*. Algumas já antes tinham aparecido em publicações especiais, como a satídosa *Revista de filologia portuguesa*, de S. Paulo.

Chamo, particularmente, a atenção dos leitores d'este *Boletim* para os que se intitulam «Latinismo», «Italianismo e hispanismo», «Numerosos» e «Fatos». E permito-me felicitar o A., em especial, pelo claro entendimento que revela na primeira, ao interpretar o exacto sentido do latinismo *repugnantes* em dois passos da epopeia:

Solte as fúrias dos ventos repugnantes

(vi, 35).

O furor vão dos ventos repugnantes

(vii, 15).

Faria e Sousa; embora citando um *pugnantibus ventis* de Lucrécio, interpretara assim o vocábulo: «porque repugnam a prisão em que estão ... querendo dizer que Neptune manda que venham com furor redobrado».

Epifânio já reconhece melhor o latinismo, porém deu-lhe o sentido, ainda não rigoroso, de «que lutam uns contra os outros, isto é, em direcções contrárias» (também assim Correia da Silva no *Ensaio sobre os latinismos dos Lusiadas*, p. 151), e com a mesma idea comentou as *cizanias repugnantes* de vii, 10 (= «que poem em guerra as pessoas umas contra as outras»).

Mas só Afrânio, a meu ver, resolve o problema, porque não aceita apenas o latinismo, mas busca e se cinge ao seu exacto valor: «*repugnare* é lutar contra, resistir, opor resistência, e *repugnans* é contraditório, oposto, contrário». E está bem: nada há nos léxicos latinos, nem, que eu o saiba, no latim literário, que autorize a juntar a reciprocidade, o complemento *uns contra os outros*, à idea fundamental de *repugnare*; e portanto, desde que o camoniano *repugnantes* é latinismo, o sentido só pode vir dessa idea simples, e temos assim *que se opoem, contrários* (cf. ainda a tam conhecida expressão *repugnante natura*).

Para mais, posso ainda buscar outro apoio: a consulta, na altura dos versos citados, de versões clássicas dos *Lusiadas* em latim, lugares onde tanta vez se esclarecem pontos duvidosos do poema. Seja a de Fr. Tomé de Faria e a de Fr. Francisco Macedo. Na primeira, nada há elucidativo, porque o *repugnantes*

não está transposto em qualquer dos dois lugares; também assim, quanto ao primeiro, na versão de Fr. Francisco Macedo, onde há apenas o dat. *ventis* sem epíteto; mas aos ventos *repugnantes* de VII, 15, já aí corresponde, em nosso abono, *ventorum adversa . . . flamina*, como se fôra *venti adversi*, «ventos que se opoem, inimigos»!

10. «O morgado de Mateus, editor d'*Os Lusíadas*».

É bem merecido panegírico dum dos mais esforçados camonistas portugueses. Saliento aqui um período final:

«Bem era . . . que, na celebração de mais um centenário do nascimento do Poeta, pouco depois, no ano imediato, se não deixasse passar o centenário da morte de um lusiada que fez ao culto da Pátria tal suprema homenagem, a de um monumento impresso e ilustrado, como é essa edição do morgado de Mateus que nos deu textos autênticos, um século antes da gravura fac-similar, agora tam divulgada».

11. «*Os Lusíadas* de D. Pedro II».

Outro elogio, não meenos justo e de não menor alcance moral. Começa por este período:

«A 15 de Novembro de 1889, deposta a dinastia, exilada a família imperial, a sorte do Brasil e da monarquia não privara a D. Pedro II, partindo para o desterro, num dia de revolução, de pedir que lhe trouxessem de Petrópolis um exemplar de livro precioso, que desejava levar consigo. Perdia tudo, e de tudo se consolava com uns *Lusíadas* . . .».

Depois é a história do destino do famoso exemplar, antes e depois de o possuir D. Pedro; a referência a um presuntivo autógrafo camoniano, que nos revelará como primeiro dono o próprio Camões; e o comentário longo da data da edição, que Afrânio Peixoto prova ser a 1.ª, de 1572. A tudo, porém (e porque não me inclino a aceitar, como o A., a certeza da posse camoniana . . .), sobreleva a memória da pertença imperial, novo exemplo comovente da devoção dum príncipe às letras. Lá está a lembrar o mais célebre a inscrição camoniana da abertura:

Lia Alexandre a Homero . . .

(v, 96).

12. «Camões e o Brasil».

Conferência, como já disse, comemorativa duma data de 10 de Junho. Está aqui o remate melhor, que um brasileiro poderia achar, para um livro sobre Camões.

É certo que «dos prodígios que fez Portugal no Mundo, dois maiores fez: Camões e o Brasil». E é evidente, por isso mesmo, que, associando estes dois nomes, se obtém «como que a fraternidade de um irmão que não morre, a outro que é imortal».

¿Qual o intento da associação? Lembrar o que Camões disse do Brasil e o que este tem dito de Camões ou feito sob a sua inspiração.

Na primeira parte há pouca cousa, como não podia deixar de ser: meia-dúzia de referências do Poeta à terra da Santa Cruz; mas, ainda assim, têm aí os brasileiros razão de desvanecimento. Na segunda parte, pelo contrário, a matéria é rica, copiosíssima, e reparte-se por elogios calorosos do Poeta, imitações de versos seus, estudos eruditos da sua vasta produção poética.

De elogios e estudos, principalmente, tem o Brasil dado farto contingente ao Poeta, bem fazendo pois Afrânio Peixoto em os salientar com têda a justiça. E não lhe vai mal, antes só o honra, que nos confesse também — ainda que indirectamente, pois dá a palavra à Revista *Lusitânia* — muito do que tem feito pelo culto de Camões: não é, nem de longe, auto-elogio, porque é simples obra de devoção, por sinal muito apagada na modéstia do A. E perante esta modéstia temos até nós outros, tem qualquer dos seus leitores direito de juntar ao artigo, por conta própria, palavras de conclusão mais justa.

O A. termina a dizer:

«quisemos, nesta comemoração anual, refinindo o disperso, referir apenas os laços maiores que prendem Camões e o Brasil. Até agora, porque o culto do amor, que tanto prende, continuará até à Posteridade...».

Eu aproveito as reticências para acrescentar:

«... continuará, mas jamais capaz de exceder a obra principal da religião de Camões, — a iniciativa de dar a esta religião, que vivia nos espiritos há séculos, um como templo para seu lustre maior, qual tem sido e qual deve ser sempre a Cadeira de Estudos Camonianos da Universidade de Lisboa».

Cheguei ao tôrmo da recensão. E o meu juízo não saíu decerto acabado, como Camões dizia, e Afrânio lembrou, que podia sair o louvor *da boca dos pequenos*. Que ao menos eu possa compensar com um desejo as minhas deficiências!

Renasceu agora em Portugal, e chegou já aos liceus, a formosa idea dos prêmios escolares literários: escolhidos entre os livros de alta lição e exemplo, e de exemplo sobretudo moral e patriótico. Ora a obra de Afrânio Peixoto, um dos melhores lusófilos, está como poucas nestas condições, porque, ensinando a amar o nosso Poeta-maior, já de si estimula o amor da Pátria. Sou por isso a desejar, com sincero empenho, que ela não fique esquecida na eleição.

F. REBÊLO GONÇALVES.

Palaestra Latina (Menstruus de latinitate commentarius): publicação da Universidade Católica de Cervera (Lérida)—Espanha.

Tenho o maior prazer em chamar a atenção dos leitores do *Boletim de Filologia* para esta curiosa Revista: não só por se tratar de publicação relacionada com os meus estudos predilectos, mas porque tem real merecimento, podendo prestar grande serviço a muitos portugueses.

Vai já entrar no quarto ano de vida, e tem contado entre a sua colaboração mais valiosa, tóda redigida em latim, uma secção de artigos literários ou glotológicos, eruditas notas gramaticais, uma secção de vulgarização scientifica intitulada «Nova et vetera», epistolografia, bibliografia, noticiário do que se passa *per orbem* quanto ao humanismo, colloquios entre escolares, exercicios de gramática, e até, para maior curiosidade, uma secção poética de grande valor artistico.

Pode assim a *Palaestra Latina* ser útil tanto aos que se iniciam como aos que já se iniciaram no latim, e ainda aos próprios mestres. Por mim, sou franca testemunha da sua utilidade, porque nas minhas lições da Faculdade

de Letras, onde não raro a aproveito para conversações latinas (deduzidas da leitura), tenho visto quanto lucram nela alunos e professor.

Na lista dos colaboradores efectivos, quasi todos sacerdotes pertencentes à Congregação do Coração de Maria ou à Sociedade de Jesus, figuram, por exemplo, os P.^{os}: Manuel Jové, autorizado latinista e director da *Palaestra*, Ildefonso González, douto latinista e helenista, Tomaz Planas, por igual humanista distinto, Henrique Martija, poeta de lingua e sensibilidade horacianas, e José Llobera, também poeta em latim, e gramático, a quem se deve um dos melhores compêndios actuais de latinidade. São, porém, generosamente convidados a colaborar humanistas e professores de todos os países; eu próprio recebi benévolo convite, que publicamente aqui agradeço.

Um reparo me merece apenas a qualidade da redacção latina.

Certo esta é no geral correcta, não faltando exemplos de estilo puro e castigado. Mas não poderei perguntar se a utilização, tantas vezes feita, na Revista, de vocabulário e sintaxe da baixa-latinidade, não será supérflua e pouco justa?

Eu não enfieiro entre os que restringem a pureza do latim, e o seu classicismo, ao exclusivo modelo ciceroniano. Esta idea, por sinal, vai-se perdendo e já surgem hoje, felizmente, conceitos mais amplos de prosa latina clássica. Entendo, todavia, que a dispensa dos melhores autores, dos que impuseram o valor da lingua nas áureas idades literárias, só se justifica quando elles não bastem.

Neste caso, sim, servem os modelos posteriores como recurso natural, e servirá até, como último, a liberdade de formar neologismos, quais os que derivam das exigências da moderna nomenclatura filológica.

F. REBÊLO GONÇALVES.

Romania. Paris, Champion, 1932, n.^{os} 230, 231, 232.

Alguns dos mais interessantes artigos desta revista, que anda, infelizmente, muito atrasada: «*Ronsasvals*», *poème épique provençal* (M. Roques), pp. 161-189.— *Le Saint Graal et les aspirations religieuses du XII^e siècle* (E. Anitchkof), pp. 274-286. É a última peça da polémica que o romanista eslavo tem mantido com M^{me} Lot-Borodine sobre as influências religiosas no Graal.— *La plus vieille citation de carole* (P. Verrier), pp. 380-421. A pp. 442-445 traz Jeanroy uma noticia critica sobre o livro de Rodrigues Lapa, *Das origens da poesia lirica em Portugal*. O illustre romanista, fiel ainda ao seu antigo ponto de vista puramente folclórico, nega alguns dos resultados do professor português, baseados na investigação médio-latinística e litúrgica. Não comprehende contudo o caso português, pelo que se deduz da opinião errada, que forma do cavaleiro vilão, que era ao mesmo tempo lavrador e soldado.— *L'évolution du groupe «ps» en provençal* (Nicholson), pp. 481-504. A p. 615 annuncia-se a fundação do Centro de Estudos Filológicos e a publicação do *Boletim de Filologia*. Informamos os directores da revista franceza, que ainda obtemos por compra, de que o *Boletim* é trimestral.

Volkstum und Kultur der Romanen. Seminar für Romanische Sprachen und Kultur, Hamburg, 1932, 4. Heft.

Publica: *Zur Erforschung der französischen Aufklärung*, II. Teil (Fritz Schalk), pp. 289-316. — *Bäuerliches Hauswesen im Gebiete zwischen Toulouse und Cahors*, I. Teil (H. Meyer), pp. 317-371. É um curioso estudo de palavras e cousas, no género dos que foram publicados na mesma revista sobre as alfaías agrícolas da Serra da Estrêla e da região de Lugo. A pp. 376-377, o Sr. Albin Eduard Beau dá uma notícia crítica sobre os dois livros de João Gaspar Simões, *Temas* e *O Mistério da Poesia*. Refere-se muito sucintamente à polémica travada há pouco entre Gaspar Simões e António Sérgio a propósito das teorias de Brémond sobre a poesia pura.

Revista de Philologia e de Historia. Rio de Janeiro, 1933, tomo II, fasc. 2.

Publica: *Obscurismo ou preciosidade literária* (Afrânio Peixoto), pp. 167-176. O autor condena, com critério demasiado simplista, o hermetismo de certas escolas literárias. Em todo o caso, não será fora de propósito acentuar que o seu e nosso bem amado Camões é um dos autores mais acreditados na *Arte de agudeza* de Gracian. — *Excerptos de notulas sobre philologia historica brasileira* (Nelson de Senna), pp. 177-185. — A pp. 255-271 vem a tradução da conferência de Leo Spitzer, efectuada na Sorbona. É um documento interessante da evolução dum filólogo dos métodos do positivismo para os princípios da escola idealista. Nêle se aponta o defeito capital do ensino universitário alemão, que é também o nosso: a confusão entre a *Forschung*, investigação científica, e a *Lehre*, preparação escolar.

Nora. — O artigo de Rodrigues Lapa, *O significado da cultura trovadoresca* (pp. 31-47), é o primeiro capítulo dum seu livro, a publicar dentro em breve. Daí o encontrar-se nêle a expressão «como veremos», que seria melhor ter omitido.

Boletim de Filologia

publicado pelo

Centro de Estudos Filológicos

Tômo II

1933

Fascículo 2

Anotações ao texto e ao conteúdo de alguns sonetos camonianos¹

I

Abre a primeira edição das *Rimas* de Camões (Lisboa, 1595) pelo soneto *Enquanto quis fortuna*, cujos tercetos são do teor seguinte:

Ó vós que Amor obriga a ser sujeitos
A diversas vontades, quando lerdos
Num breve livro casos tão diversos,

Verdades puras são e não defeitos;
E julgai que, segundo o amor tiverdes²,
Tereis o entendimento de meus versos.

a) Manteve-se este último terceto sem qualquer alteração, até que Faria e Sousa (edição póstuma das *Rimas* do nosso poeta, publicada em 1685-1689), substituiu por «Entendei» o «E julgai» do penúltimo verso. Depois fez-se dos dois tercetos uma só oração principal (Ó vós... «Entendei») e considerou-se como parêntese o antepenúltimo verso, embora sem o emprêgo do respectivo sinal gráfico, que posteriormente aparece na edição de Hamburgo (1834).

¹ De um trabalho em preparação sobre o *Texto e o conteúdo das principais líricas camonianas*.

² Isto é: segundo tiverdes o amor. Cf.: segundo o amor que tiverdes. No 1.º caso, «segundo» é conjunção; no 2.º, preposição.

E passou a ser esta a lição corrente dos dois tercetos:

Ó vós que Amor obriga a ser sujeitos
A diversas vontades, quando lerdos
Num breve livro casos tão diversos

(Verdades puras são e não defeitos),
Entendei que, segundo o Amor tiverdes,
Tereis o intendimento de meus versos.

Nada nos diz Faria e Sousa a respeito da procedência da sua emenda; podemos, portanto, inferir que ela lhe pertence. E podemos também acrescentar que era escusada, pois o texto de 1595 fica perfeitamente claro e corrente com uma ligeira elipse de que abundam os exemplos: «Ó vós... (*ficai sabendo que*) verdades puras», etc.¹

b) Oferece dificuldade a palavra «defeitos» do verso 12, pois diz pouco como contraposta a «verdades puras» do mesmo verso. Esperava-se antes um termo que exprimisse o conceito de «inexactidões», «falsidades», etc. Assim temos de recorrer mentalmente a um complemento de «defeitos» (ou faltas): defeitos de verdade, de exactidão, etc.

W. Storck propôs-se remediar o inconveniente, emendando «defeitos» para «conceitos»; e na versão alemã emprega o vocábulo *Dichtung*, «ficção»². Mas o «conceito» pode não ser, e muitas vezes não é, um mero produto da imaginação.

Comentando a palavra «defeitos», Faria e Sousa (*Rimas várias*, I, p. 3) espraia-se em um longo arrazoado, de que reproduzo estes dizeres: «En esta expresión de sus penas amorosas trata (el Poeta) de la verdad y no de cernir palabras espejadas o joyantes, porque el no atender a esto es la mayor señal de fino enamorado. Esta es la verdad; y todo lo otro es embeleco. No se hallará cosa de espiritu en hombre que ande a caza de palavras».

É natural que o Poeta, se ainda fôsse vivo, não sentisse grande entusiasmo pela defesa de Faria e Sousa.

¹ Cf. *Os Lusíadas*, II, 4:

E se buscando vás mercadoria
Que produze o aurífero Levante,
.....
Ou se queres luzente pedraria,
.....
Daqui levarás tudo tão sobejo, etc.

² *Luis' de Camoens Buch der Sonette* (1880), pp. 3 e 367.

c) Com que intuito e quando foi composto este soneto? Dos versos 10-11 é licito inferir que era destinado a servir de introdução a uma colecção de poesias ou pelo menos de sonetos amorosos, organizada por Camões.

Chegou êle a organizá-la? Tudo leva a crer que não. Mas este assunto será oportunamente estudado com o necessário desenvolvimento.

Emquanto à data da composição, vê-se pelas duas quadras que o Poeta o escreveu quando já havia desistido do seu suave pensamento «amoroso»:

Emquanto quis Fortuna que tivesse
Esperança de algum contentamento,
O gosto de um suave pensamento
Me fez que seus efeitos escrevesse;

Porém, temendo Amor que aviso desse
Minha escritura a algum juizo isento,
Escureceu-me o engenho co' o tormento,
Para que seus enganos não dissesse.

Deve datar, portanto, ou dos últimos tempos da estada no Oriente ou já em Lisboa, depois do regresso.

II

Segundo soneto da primeira edição:

Eu cantarei de Amor tão docemente,
Por uns termos em si tão concertados,
Que dois mil accidentes namorados
Faça sentir ao peito que não sente.

Farei que Amor a todos avivente,
Pintando mil segredos delicados,
Brandas iras, suspiros namorados¹,
Temerosa ousadia e pena ausente.

Também, Senhora, do desprezo honesto
De vossa vista branda e rigorosa,
Contentar-me hei dizendo a menos parte.

Porém, para cantar de vosso gesto
A composição alta e milagrosa,
Aqui falta saber, engenho e arte.

¹ *Rimas*, 2.^a edição: «magoados».

a) A respeito da «pena ausente» do v. 8, observa Storek no respectivo comentário (p. 367) que a expressão é arrojada, mas compreensível, e que deve por isso eliminar-se a vírgula que alguns editores (Juromenha e T. Braga) colocam entre as duas palavras.

Conjecturo, porém, que o Poeta escreveu «vida ausente», de conformidade com este passo da Canção XIII:

¿Pois quem pode pintar a *vida ausente*,
Com um descontentar-me quanto via,
E aquele estar longe de onde estava;

O falar sem saber o que dizia,
Andar sem ver por onde, e juntamente
Suspirar, sem saber que suspirava?

Cf. também a 1.^a quadra do soneto 36:

Julga-me tôda a gente por perdido,
Vendo-me tão entregue a meu cuidado,
Andar sempre dos homens apartado
E de humanos comércios esquecido.

b) ¿Quando foi escrito e a quem se refere este soneto?

As duas quadras reportam-nos à primeira fase da paixão de Camões pela Infanta, ao tempo em que ele, levado por

... sombras fantásticas, trazidas
De algumas temerárias esperanças,

(Canção 13)

e dando

... às cousas que via outro sentido,

(Ibid.).

se julgava correspondido por ela.

Mas no primeiro terceto já nos aparece a dura palavra «desprêzo», característica da segunda fase, embora aqui atenuada pelo qualificativo «honesto». O desprêzo que o Poeta descobre nos olhos, no aspecto, da ilustre Senhora não é senão uma consequência da honestidade desta, conciliável, portanto, com o sentimento amoroso. Era a cegueira que em breve se desvaneceu e aquele qualificativo foi substituído por outro, de significação muito diferente:

... Se então me vedes por acêrto,
Êsse áspero desprêzo com que olhais
Me torna a animar a alma enfraquecida.

(Son. 60).

c) Como se vê a fl. 44 do *Cancioneiro de Luís Franco Correia*¹, este soneto correu manuscrito com variantes que convém registrar. Deixando a omissão do indefinido «uns» no 2.º verso, que assim fica errado, encontramos no v. 6 «desejos», em vez de «segredos», que Camões pode ter escrito, como se vê pelo soneto de Petrarca que tinha presente. Cf. adiante sob a letra d).

Os versos 7 e 8 acham-se no *Cancioneiro* substituídos por estes:

Lágrimas doces, suspiros cansados,
Temor, saudades juntamente.

No primeiro destes versos o acento encontra-se na 4.ª, 7.ª e 10.ª, o que não seria caso isolado, quer em *Os Lusíadas*, quer na *Lírica*.

Cf., por exemplo, naqueles, VIII, 73, 5:

Vencendo a fôrça do líquido estranho.

E nesta, a canção 4, estrofe 2.ª, v. 1:

Era no tempo que a fresca verdura.

O v. 8 facilmente se emenda com a passagem de «Temor» para o plural.

Passemos agora aos tercetos do *Cancioneiro*:

Também de vossas duras asperezas,
Desprezos seus, favores enganosos,
Contentar-me hei dizendo a menor parte;

Porém, para dizer vossas belezas,
Airoso gesto e olhos graciosos,
Aí falta saber, engenho e arte.

Como se vê, são comuns ao soneto impresso os versos por que terminam os dois tercetos, com uma pequena diferença no 2.º («Aqui», «Aí»); os outros são inteiramente diversos. E o primeiro terceto começa por um verso que deve estar errado, mas que Juromenha e com ele T. Braga admitem, lendo, como no *Cancioneiro*:

Também de vossas duras asperezas.

Mas como combinar o «vossas» com o «seus» do verso seguinte? Creio que deve eliminar-se o «vossas» e ler «olhos»:

Também dos olhos duras asperezas.

¹ Manuscrito da Biblioteca Nacional, de que oportunamente me ocupei.

O Poeta continuaria a falar em geral e só no terceto seguinte é que individualizaria uma senhora, de cujos desprezos ainda se não queixa. Estes referem-se aos «olhos duros» que ainda não têm dona, embora dentro em pouco a venham a ter.

d) Quási pelas mesmas palavras do soneto camoniano começa o soneto de Petrarca *Io canterei d'amor sì novamente*¹. Mas não é idêntico o rumo das duas composições. Com o seu canto o poeta italiano fará chorar Laura, far-lhe há reacender na gelada mente «mille alti desiri». Os efeitos buscados restringem-se a uma pessoa. Pelo contrário, na 1.^a e 2.^a quadra de Camões fala-se em geral; depois é que vem a individuação (1.^o e 2.^o terceto do soneto impresso; 2.^o do manuscrito).

III

Terceiro soneto da *princeps*:

Tanto de meu estado me acho incerto
Que, em vivo ardor, tremendo estou de frio;
Sem causa, juntamente choro e rio;
O mundo todo abarco e nada aperto.

É tudo quanto sinto um desconcêrto;
Da alma um fogo me sai, da vista um rio;
Agora espero, agora desconfio,
Agora desvario, agora acerto.

Estando em terra, chego ao céu voando;
Numa hora acho mil anos, e é de jeito
Que em mil anos não posso achar uma hora.

Se me pergunta alguém porque assim ando,
Respondo que não sei; porém suspeito
Que só porque vos vi, minha Senhora.

Data êste soneto dos primeiros tempos da paixão do Poeta pela Infanta. A visão da ilustre Senhora deixou-o completamente fora de si. Não faltam as situações opostas, de ordem física e moral, em que sucessiva ou simultâneamente se encontra.

a) Parece que, por sua natureza, devia esta composição ter um acentuado cunho de originalidade e todavia não é assim. Basta ver os pontos de contacto que existem entre ela e o soneto de Petrarca que começa pelas palavras *Pace non trovo* (o 90 da 1.^a parte).

¹ «Sì mirabilmente. In maniera sì meravigliosa». Leopardi.

Assim ao 2.º verso português, correspondem estas palavras do 2.º italiano: «ed ardo, e son ghiaccio»; ao 4.º português, este italiano: «E nulla stringo, e tutto 'l mondo abbraccio»; ao 7.º verso português, estas palavras do 2.º italiano: «E temo e spero». O «pian-gendo rido» do v. 12 tem o seu representante no v. 3 de Camões. Confronte-se também o terceto final do soneto português com este verso por que termina o italiano: «In questo stato son, Donna, per vui».

E não foi só neste soneto que Camões imitou o do poeta italiano. Cf. o soneto 29 de Camões:

Coitado! que em um tempo choro e rio;
Espero e temo; quero e aborreço.

Estas imitações, que tantas vezes são meras traduções, e hoje se não permitiriam, eram correntes na Península, no tempo do Poeta. «La imitación de los clásicos era, no sólo un hecho corriente, sino un principio fundamental en la educación literaria de la época de Garcilaso y de todo su siglo. Recuérdese la opinión del Brocense: «Digo y afirmo que no tengo por buen poeta al que no imita a los excelentes antiguos». *Garcilaso, Obras, edición y notas de T. Navarro Tomás*. Madrid, 1924, p. LIX.

É curioso o que este editor de Garcilaso conta a propósito do comentário de Francisco Sanchez (o Brocense), publicado em 1574: «El Brocense comentó a Garcilaso como a un autor clásico, ... aclarando alusiones históricas y mitológicas y señalando los passages imitados de otros poetas latinos, italianos o españoles. La indicación de estos passages pareció mal a algunos que creían que con ello más se ofendía que honraba a Garcilaso, circulando con esto motivo un gracioso soneto, «... Descubierto se ha un hurto de gran fama — del ladrón Garcilaso», que dió lugar a explicaciones y réplicas por parte del Brocense» (p. LI).

Camões pensava e procedia como o ilustre poeta castelhano.

b) O soneto acha-se por duas vezes transcrito no *Cancioneiro* de L. Franco com as seguintes variantes: Fl. 105 v: V. 1: «Tanto do meu ser». O verso ficou errado. V. 5: «Em tudo que sinto ha des-concerto». Errado. V. 6: «um fogo sae». Falta o «me». V. 7: «desespero». Verso errado e deixa de haver o contraste com o verbo seguinte. V. 10: «e de geito». Melhor o texto impresso. V. 14: «Que só por vos não ver, minha Senhora». Pode ser em outra situação: ando assim porque vos não vejo, a par de: ando assim porque vos vi.

O soneto reproduzido a fl. 131 v pouco se afasta do impresso em 1595. É todavia digno de nota, no v. 4, o «abraço», em vez de

«abarcos», que deixa a impressão de pertencer à redacção primitiva do soneto (cf. o «abbraccio» de Petrarca). No v. 5 falta o artigo indefinido e o v. 10 começa: «Em hã ora».

IV

Soneto x da 1.^a edição:

Quem vê, Senhora, claro e manifesto
O lindo ser de vossos olhos belos,
Se não perder a vista só em vê-los,
Já não paga o que deve a vosso gesto.

Êste me parecia preço honesto;
Mas eu, por de vantagem merecê-los,
Dei mais a vida e alma por querê-los;
Donde já me não fica mais de resto.

Assi que a vida e alma e esperança
E tudo quanto tenho, tudo é vosso,
E o proveito disso eu só o levo:

Porque é tamanha bem-aventurança
O dar-vos quanto tenho e quanto posso,
Que, quanto mais vos pago, mais vos devo.

Desde Faria e Sousa, corre êste soneto com algumas modificações escusadas. Assim, no v. 3: «com ve-los»; v. 9-10: «Assi que alma, que vida, que esperança | E que quanto fôr meu»; v. 11: Mas de tudo o interesse eu so».

No *Cancioneiro* de L. Franco encontra-se êste soneto a fl. 43 v. A mudança de «perder» em «perde» no v. 3 é mètricamente inadmissível. No v. 5: «Isto»; v. 7: «Dei mais que a vida, a alma»; v. 8: «E já me não ficava mais de resto». O primeiro terceto é igual ao impresso, com a pequena variante «disto» no 3.^o verso. V. 12-13: «a bem aventurança | de darvos».

Como em tantos outros casos, a par de modificações que não são do Poeta, outras há que podem muito bem pertencer-lhe.

Nota-se por vezes a conformidade entre o texto da 1.^a edição e o *Cancioneiro* de Franco, em divergência com a lição hoje corrente, do que são exemplo típico os versos 9-10 do soneto 10.

(Continua).

DR. JOSÉ MARIA RODRIGUES.

Os nomes germânicos na toponímia portuguesa

Introdução

1. A onda das tribus germânicas que invade o império romano agonizante chega à Península ibérica no primeiro decénio do século v. É uma mistura heterogénea de povos de diferente origem: Suevos, Vândalos (Silingos e Asdingos), Alanos, Godos, etc., hoje amigos, amanhã inimigos, e que pouco mais têm de comum do que a designação extremamente vaga de «germanos». Dividem-se estes em dois grandes grupos: germanos orientais e germanos ocidentais, assim denominados segundo as primitivas regiões que ocupavam. O que nos interessa saber aqui é que os Godos pertencem à primeira família, os Suevos à segunda.

O governo do Império, tanto na Hispânia como na Itália e na Gália, é incapaz de vedar a entrada aos invasores. O imperador tem de se entender com eles. É a *ultima ratio*. À sorte distribuem entre si as diferentes províncias. Aos Suevos cabe a parte ocidental da Gallaecia que abrangia, além da Galiza e da região de entre Douro e Minho, as Astúrias com Leão e Valladolid. Os Alanos estabelecem-se na Lusitânia, ou seja a região ao Sul do Douro, e na Cartaginense, enquanto que os Vândalos ocupam o resto da Gallaecia e a Baetica¹.

Juridicamente e oficialmente, estes povos eram federados, sócios dos Romanos. É este o significado da expressão *ad inhabitandum* usada por Idácio, e foi por um verdadeiro tratado entre o rei Hermerico e o imperador Honório que os Suevos se fixaram na Gallaecia. É também significativo o facto de uma das poucas moe-

¹ *Aera CCCCLVII subversis memorata plagarum grassatione Hispaniae provinciae barbari ad pacem inundem domino miserante conversi sorte ad inhabitandum dividunt regiones.*

Gallaeciam Vandali occupant et Suevi sita in extremitate oceani maris occidua: Atani Lusitaniam et Carthaginensem provincias et Vandali cognomine Silingi Baeticam sortiuntur. (Idácio 49, ed. *Monum. Germ. Hist.*, auct. ant., tom. xi).

das suevas conhecidas, do último rei Requiário (448-456), cunhada em Braga, ter dum lado a efígie e o nome do imperador Honório¹. Mas se aparentemente os invasores eram «inquilinos» do império, não deixavam de ser os verdadeiros senhores das regiões que ocupavam, e a população romana teve de sofrer durante muito tempo as violências dos novos «aliados».

Sobre a repartição das terras nada dizem as fontes. Mas de casos análogos podemos concluir que se procedeu em virtude do *foedus* à distribuição da propriedade segundo as leis romanas da *hospitalitas*. Segundo esta lei, os *hospites* participam dos bens do proprietário romano na proporção de dois por um recebendo além disso alojamento². Foi o que sucedeu, por exemplo, com os Godos na Aquitânia³.

Dos diferentes povos germânicos que enumeramos só os Suevos e os Godos desempenharam papel de maior relêvo na Península. Os primeiros constituíram a NO. um reino independente que se manteve até 456. Na sua história⁴ podemos distinguir três períodos. No primeiro, que vai aproximadamente até a morte do rei Ermerico (441), os Suevos defendem com êxito a sua independência contra os seus vizinhos Vândalos e os Romanos. Num segundo período (441-468) passam, sob o comando do rei Rechila, à ofensiva conquistando, embora temporariamente, toda a Baetica e a Cartaginense e estendendo as suas expedições um pouco por toda parte. Estas tentativas de se apoderarem de toda a Península incompatibiliza-os com os Visigodos pelos quais são finalmente vencidos. O terceiro período (559-585) vê as últimas lutas dos Suevos pela sua independência. A única fonte para história sueva é a crónica do bispo Idácio de Aquis Flaviis (Chaves) que é tanto mais digna de fé, quanto o autor presenciou os factos e tomou parte activa neles⁵. A crónica de Fredegário e a *Historia Suevorum* de S. Isi-

¹ Vid. Sallet-Rogling, *Handbücher der Kgl. Museen zu Berlin. Die antiken Münzen*. Berlin 1909, p. 127, citado por Schmidt, *Geschichte der germanischen Stämme*, II. Abt., 2. Buch, p. 221.

² Vid. a propósito do *foedus*: Manuel Torres, «El estado visigótico», in *Anuario de historia del derecho español*, vol. III, p. 403 ss.

³ E. Gamillscheg, «Historia lingüística de los visigodos», in *Rev. Fil. Esp.*, XIX, 123.

⁴ Vid. principalmente Schmidt, *ob. cit.*, pp. 221-236 e o artigo «Suebi» de Schönfeld em *Paulys Real-Encyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*, neue Bearbeitung begonnen von Wissowa, pp. 572-575.

⁵ A crónica de Idácio é uma longa lamentação dos sofrimentos que os «árabos» infligiram à população romana. É verdade que pessoalmente tinha ra-

doro não têm valor em si. Infelizmente a crónica de Idácio acaba no ano de 457, um ano depois de os Godos terem pôsto fim ao reino suevo. Desta data em diante abre-se uma lacuna de quasi cem anos na história do reino suevo-godo. O primeiro facto de que a seguir há conhecimento no período posterior à crónica de Idácio é a conversão dos Suevos ao catolicismo por volta de 560, e isto parece mostrar que as palavras de Idácio: *Regnum destructum et finitum est Suevorum* (456) são antecipadas e que os Suevos conservaram uma certa independência depois da absorção do seu reino pelos godos¹. A existência actual de cinco povoações na Galiza chamadas *Suevos* vem em apoio desta tese.

A história dos Visigodos é mais brilhante. Depois duma breve permanência na Península, durante a qual dominaram, com auxílio romano, os Vândalos, Silingos e Alanos, fixam-se definitivamente no sul de França onde o imperador Constâncio lhes tinha marcado residência². A princípio simples «federados» dos Romanos, não tardam a alcançar a soberania e procuram estender os limites do seu novo reino, o reino Tolosano, para Norte e Sul. Na Hispânia o êxito foi completo. Desfizeram-se dos últimos competidores que lhes restavam: os Suevos. Na Gália o progresso ao princípio não foi menor. No fim do séc. v o estado visigótico ia do estreito de Gibraltar até a foz do Loire, e do Oceano aos Alpes. Mas devia ser de pouca duração. Os francos revelaram-se mais fortes. O rei Alarico é vencido duma maneira decisiva por Clovis (507). Graças à intervenção do rei ostrogodo Teodorico, os Visigodos conservam a Septimânia (Provença e Languedoc) e a Espanha. Mas também aqui as lutas internas provocam por volta de 550 a intervenção de Justiniano, que se apodera de todo o Sul. Só no primeiro terço do séc. vii os Godos conseguem retomar esta região aos Bizantinos.

ção de queixa, visto que foi preso em Chaves em 460 e pôsto em liberdade somente decorridos três meses (crónica 207 e 291). Um outro motivo que o levava a ver os Suevos com maus olhos é que estes, seguindo o exemplo dos Visigodos se haviam tornado arianos precisamente naquela altura. Impõe-se portanto uma certa reserva na aceitação do seu testemunho.

¹ O próprio Idácio diz mais adiante 181: *Suevi qui remanserant in extrema parte Gallaciae Massiliae filium nomine Maldras sibi regem constituent*. Vid. também 186, 188, 190, etc.

² Idácio diz: *Gothi intermisso certamine quod egebant per Constantium ad Gallias revocati sedes in Aquitanica a Tolosa usque ad Oceanum acceperunt* (69), mas sem dúvida fizeram isso porque lhes convinha (cf. M. Torres, *ob. cit.*, 393 ss).

O último rei ariano foi Leovegildo. O sucessor Recaredo converte-se em 586 com todo o seu povo ao catolicismo. Esta medida, apesar de banir agora o perigo das intrigas de elementos católicos com Bizâncio ou com os Francos, pouco contribuiu para consolidar o reino. O principal perigo vinha da nobreza. Visto não haver direito de sucessão, mas pelo contrário ter sido em 633 reconhecido expressamente o carácter electivo do reino, não podia ter lugar uma evolução progressiva. De 35 reis 17 foram destituídos e, na maior parte dos casos, também assassinados. Depois da nobreza foi o clero católico que assumiu importância sempre crescente, apesar de o rei ter formalmente o direito de nomear os bispos propostos pelo clero e os municípios. A história desta época é por esta razão em boa parte história eclesiástica. Sevilha e Toledo são os centros desta cultura clerical, cuja principal figura é S. Isidoro de Sevilha, enciclopedista e compilador, autor entre outras obras duma História dos Visigodos, Vândalos e Suevos. A assimilação dos elementos góticos aos autóctones fizera grandes progressos. Foi abolida a primitiva lei que proibia os matrimónios entre indivíduos das duas nacionalidades, a «Lex Romana Visigothorum», e substituída por outra válida para todas as populações da Península. Só um elemento se revelou inassimilável: os judeus. Daí as perseguições causadas menos por fanatismo religioso do que por motivos de ordem política. Sob o reinado de Egica (687-701) descobre-se uma perigosa conspiração dos judeus peninsulares com os sarracenos. O 17.º concílio de Toledo responde com uma medida draconiana: todos os judeus são reduzidos à escravidão. A situação interna do reino continua a agravar-se. Do outro lado do Estreito tinha-se constituído um novo factor histórico: o Islão. Depois de várias pequenas expedições, os sarracenos africanos dão em 711 o golpe mortal no reino visigótico que já não tinha condições de vida. O último rei godo, Roderigo, é aniquilado pelo chefe Târique na região de Medina Sidónia. Dois anos mais tarde, os Árabes são senhores de toda a Península. Só nos montes asturianos se mantém um pequeno exército cristão.

2. Se depois desta breve recapitulação histórica — uma exposição mais pormenorizada não entraria no quadro dêste estudo — examinarmos o que ficou em Portugal do domínio tri-secular dêstes dois povos, a conclusão a que chegamos é francamente negativa. Pomos de parte a questão das raças, por ser demasiado delicada e incumbir aos etnólogos. Da civilização dos invasores, incompará-

velmente inferior à romana, não ficou, se excluirmos talvez o direito medieval, vestígio algum. Da sua língua salvaram-se duas ou três dúzias de vocábulos, reunidos recentemente por E. Gamillscheg¹, e a sua lista, onde abundam os asteriscos, quer dizer, onde os étimos não são documentados mas reconstruídos, dificilmente poderá ser aumentada. O grupo III (palavras de origem gótica que só se encontram na Península) contém 22 números, alguns bastante problemáticos. Dentro do português, e nos casos mais seguros, são palavras como: ALEIVE, LASTAR, MALADO (MALADIA, MALADIO), TRÉGUA; GANSO, MARTA, LAVERCA; LUVA, ESPORA; portanto quatro expressões da terminologia jurídica, três nomes de animais e duas palavras que se relacionam com a indumentária. Que pobreza, se compararmos estes poucos vestígios ao grande número de vocábulos de origem árabe que, segundo uma avaliação muito superficial, não deve andar longe de 8 por cento da totalidade do vocabulário português respectivamente espanhol! Em face deste facto, mais ainda nos surpreende o enorme papel que desempenham os elementos germânicos na toponímia peninsular, principalmente a portuguesa.

Chegamos assim ao tema deste trabalho que limitaremos a Portugal, por motivos que justificaremos. É necessário fazer desde já duas observações fundamentais. Primeiro, — e isso já se disse várias vezes —, que os nomes germânicos da Península se encontram quasi exclusivamente na Galiza e Norte de Portugal, quer dizer, na região que corresponde mais ou menos às ocupadas pelo reino suevo². Segundo, que todos os topónimos germânicos são, sem excepção, na sua origem nomes de pessoas. Sendo assim, o estudo destes topónimos deve fazer-se dentro do estudo da respectiva antroponímia, que pode empreender-se partindo de dois pontos de vista. Primeiro o da gramática histórica portuguesa, servindo-nos

¹ «Historia lingüística de los visigodos», in *Rev. Fil. Esp.*, xix, 234 ss.

² Sachs (vid. pág. 114 desta introdução), fez o cálculo centesimal desta repartição, achando que de 2:400 nomes germânicos na Península se encontram 15,9 na provincia de Corunha, 15,3 na de Lugo, 11,7 no distrito de Braga, 10,7 no do Porto, 8,6 na provincia de Pontevedra, 6,2 na de Orense, 5,1 no distrito de Viana, 3,5 de Aveiro, 3,5 de Viseu, 2,8 na provincia de Oviedo, 2,4 no distrito de Vila Real, 1,3 no de Bragança, 1,2 na provincia de Leão, 1,1 na de Gerona, 1 na de Burgos, 1 no distrito de Coimbra, repartindo-se o resto pelas outras regiões de Portugal e Espanha. Veja-se também o belo mapa de Gamillscheg na *Rev. Fil. Esp.*, xix, 136. Estes números têm contudo de sofrer alterações bastante importantes.

dêstes nomes para esclarecer a cronologia de determinados fenómenos lingüísticos. REQUILÂES por exemplo, derivado de RIQUILA, prova que a queda do L intervocálico, visto atingir também um elemento germânico, só se pode ter dado depois das invasões, determinando-se assim para êste fenómeno o *terminus post quem*. Em segundo lugar, e aqui abrem-se-nos mais amplas perspectivas, do ponto de vista da filologia germânica. No segundo elemento do topónimo ADEGOIVA (ver o artigo 5) esconde-se um nome de que as fontes latinas dão duas formas: (VIDI-)GOIA e (VIDI-)GABIUS. Estas, por sua vez, reflectem-se nos nomes de homens português arc. GOIO (GOIUS) e GAVIO OM. A diferença de GOIA e GABIUS é devida ao facto de que pertencem a dois dialectos diferentes: a primeira forma é gótica, ou melhor visigótica, a segunda pertence a uma língua germânica ocidental, ao alemão; no primeiro caso temos um tema em -*n* (declinação fraca), no segundo um tema em -*ja* (declinação forte). A conclusão a que se chega é que GAVIO só pode pertencer a um dialecto do mesmo ramo que o alemão, que por conseguinte só pode ser de origem sueva. Procuraremos, na medida do possível, satisfazer às duas exigências.

Como é sabido, os Visigodos e, com maior razão, os Suevos que nunca desempenharam papel tam importante como os primeiros, não deixaram monumentos lingüísticos na Península. É verdade que conhecemos regularmente o gótico, mas através duma fonte não peninsular: a tradução da *Bíblia* de Ulfilas (311-382), bispo dum grupo de visigodos chamados «Goti menores» que, fugindo à perseguição dos seus patrícios pagãos, se estabeleceram na Mécia. Quanto à língua dos suevos, pouco ou nada sabemos. Há apenas um ou outro vocábulo em português que lhe podemos atribuir com alguma certeza. Brûch identificou LAVERCA «cotovia», e FELTRO como de origem sueva¹; nós tentámos fazer o mesmo para BROA².

¹ Brûch mostrou (*Revue de Linguist. Romane*, II, 31) que LAVERCA não pode ser visigótico visto o nom. sing. dos femininos «fracos» terminar nesta língua em -ô, enquanto que a terminação -a é característica para o germânico ocidental (cf. antigo alem. LÊRAHHA, moderno LERCHE). A repartição geográfica do vocábulo, que é próprio do Minho e da Galiza, vem confirmar a hipótese da origem sueva desta palavra.

O argumento de maior peso que Brûch aduz em favor da proveniência sueva de FELTRO, é a conservação do *r* inicial (o castelhano transforma-o em *n*, FERRUM > NIERRO) que é característica para o noroeste da Península (português, galego, asturo-leonês), mas isso dá-se também em outros casos, como FEO, FONDO, FALTAR.

² *Bíblia*, IX (1933), p. 254 ss.

Duvido que se passe daqui. É claro que também a toponímia contém elementos suevos, mas separá-los dos elementos góticos é cousa difficilima senão impossivel. Contudo, parece-nos que conseguimos fazê-lo nalguns casos.

3. Vimos que todos ou quási todos os elementos germânicos da toponímia peninsular são primitivamente nomes de pessoas. Justo é que digamos duas palavras sobre a sua formação e conteúdo. De modo geral elles reflectem a psicologia dum povo bastante primitivo, mas de inegável indole poética. Neste último ponto divergem profundamente da antroponímia latina caracterizada por uma ausência completa de fantasia. Não pode haver nada mais sêco, mais terra a terra, mais racional que nomes como QUINTUS, SEXTUS, SEPTIMUS, etc.¹ (numeração da prole como se se tratasse dum produto mercantil) ou como aqueles que se relacionam com particularidades puramente exteriores do individuo, como NASO «homem de grande nariz», CICERO «o do grão-de-bico», FABIVS «o do feijão». Soam bem diferentemente VOLKWIN «o amado pelo povo», GONDRAMIR «o célebre na luta», SIEGFRIED «paz vitoriosa». A grande maioria dos nomes germânicos são compostos de dois elementos, e esta maneira de formar nomes deve ascender a uma época anterior à diferenciação do grupo indo-europeu, visto encontrar-se também no grego e no celta. Assim Κλυτὸ-μυχός corresponde perfeitamente a GUNDE-MIRO «célebre na luta», Δημό-φιδος ao ant. alemão VOLK-WIN. KUON-RAT «o do conselho intrépido» tem a sua analogia perfeita em Θρασι-βουλος. Nestes nomes estão condensados os desejos e as esperanças com que os pais acompanham o nascimento dum filho, e claro é que os bens dêste mundo se resumem para um povo de instintos primitivos em: força guerreira, glória, autoridade na tribo, poder e propriedade. Estas são as ambições do antigo germano. Assim, primitivamente, todos os nomes germânicos têm um significado concreto que de algum modo exprime aquelas ambições. Um dos elementos que se nos depara com maior freqüência é WULF «lôbo». Por meio dêle exprimia o pai o desejo de que seu filho viesse a ter a força dum lôbo ou a poder bater-se com os lôbos. O lôbo representava, principalmente para povos de dominante economia pastoral, o inimigo por excelência. (Lembro também aqui o símbolo de Roma, que deve ter a mesma raiz). Em grego

¹ Os exemplos que seguem são tirados da *Deutsche Sprachgeschichte*², de F. Kluge, p. 100 ss.

temos *Λυκαμῶνης*, *Λυκάππων*, e finalmente o português LÔBO. WULF é normalmente representado na toponímia portuguesa por -UFE. Só para Portugal reñi uns 50 toponimicos em -UFE¹. Outra ambição, puramente teórica na verdade (tam teórica como a da mulher do povo que em regime republicano chama a seu filho «meu rei»), era a de que o filho chegasse a ser rei. É esta a origem dos inúmeros nomes que acabam em RIGO ou RIZ (de REIKS) que são ainda mais numerosos que os anteriores (Sachs cita 129 exemplos). E o desejo de que o filho chegasse à celebridade produziu o grande número de nomes terminados em -MIR e -MIL, de MEREIS «célebre». Sachs contou uns 125. Que a guerra e tudo o que se relaciona com ela esteja bem representada no onomástico não pode causar admiração a quem conhecer a *Germania*, de Tácito. Figuram nêles GUNTHS «espada» (GONDE, GONDOMAR, ARGONDE), HARJIS «exército» (ARGE, -AR: ARGIVAI, ARGEMIL, ANSAR, BALTAR), HATHUS «luta» (AD: ADUFE, ADÃES, GUILHADE), HILDIS «luta» (ILDE, IDE: FAGILDE), THRAS «disputa» (TRES: TRESMIL, TRESMONDE), SINTHS «expedição militar» (SINDE, SENDIM, ERMEZINDE, GOZENDE); mas, e isto pode à primeira vista parecer paradoxo apesar de ser bem compreensível, também o desejo da paz: FRITHUS «paz» (FREI: FREIRIGO, JUFREI), e da protecção: MUNDs (MONDE: MONDIM, ALMONDE, GIMONDE).

À medida que a cultura dum povo vai crescendo, a sua antroponímia enriquece progressivamente. Como a cópia dos nomes existentes não é ilimitada, produzem-se cruzamentos de dois nomes para criar um terceiro e juntam-se assim elementos cuja combinação é lógica e semanticamente impossível, como sucede com o nome FREDENANDO, FERNANDO, que à letra significa «paz audaz», o que não diz nada. Assim se explica que certos elementos como -MIRO, -UFE, -SINDE tivessem degenerado e passado a desempenhar a função de simples sufixos. Dá-se até o caso curioso de um elemento germânico se cruzar com um elemento cristão dando origem a nomes como CHRISTO-BERTO² e CRISTO-HILDIS.

¹ São os seguintes: UFE 4, FONTE DE UFE, POMARDUFE, VILAR DE UFE, CACHODUFE, CACHOUFE, BRUFE 2, BRUFA, TROUFE, TUFE, MERUFE, REGOUFE, GONDUFE, CENDUFE, RENDUFE, BROFE, ARGUFE, ROUFE, GUILHUFE 2, GALHUFE, ESTRUFE, RENDUFE, ADAUFE 3, ADOUFE 2, REDRUFE, GONDUFE, FREZULFE, SEZULFE, ARUFE 2, RENDUFE, REBUFA (?), REGUFE 2, ADUFE, GRESUFES, TROUFE, GONDUFE, TRUJUF, RENDUFE, MANHUFE.

² Cf. KLUGE, *loc. cit.*

Vejamos agora a formação gramatical do onomástico germânico. Como vimos, a sua maior parte é constituída por nomes binários que sem dúvida caracterizavam as relações de parentesco, em geral por meio da aliteração: ATALARIGO é p. ex. o filho de EUTARIGO e de AMALASWINTHA, ou pela repetição do mesmo elemento. Assim o pai de TEODORIGO chama-se TEODEMERO, seu irmão TEODEMUNDO, sua filha TEODEGOTO. Ao lado destes nomes existe porém uma outra categoria que podemos chamar nomes de mimo ou nomes abreviados. A sua origem deve procurar-se na preocupação de facilitar a sua pronúncia. São formações chamadas hipocorísticas que reduzem os nomes compostos suprimindo um dos dois elementos. Se por exemplo dois irmãos se chamavam TEUDINANDO e GUDINANDO, a parte distintiva dos seus nomes estava no primeiro elemento; se se chamavam TEUDINANDO e TEUDIMERO, esta distinção estava no segundo. Por isso criam-se no primeiro caso os hipocorismos TEUDILA e GUDILA, no segundo NANDILA e MERILA. Um dos dois elementos é portanto substituído por um sufixo. Estas formações por sufixo podem, por sua vez, ser primárias ou secundárias. As primárias mostram ou o sufixo vocálico *-ja-* (THEUDI, ALBI, WACI), ou mais freqüentemente o consonântico *-an-* (THODA, GUDA, SUNA), as secundárias (quer dizer, novas ampliações de hipocorismos por meio dum sufixo diminutivo), os sufixos *-ilan* (THEUDILA, ALBILA, GUDILA) ou, mais raras vezes, *-than* (MIRICA, CILLICA, TALICA). A evolução que acabamos de explicar seria ilustrada pela série: THEODERIC (-MER, -MUND, etc.) — Theoda, Theudi — THEUDILA. Um outro meio de formar nomes de mimo é, finalmente, a gemação de consoantes como em IBBA, ANNA, RIGO, TOTTLA¹.

4. Sobre os elementos germânicos na toponímia portuguesa há uma série de estudos, todos excelentes e que convém citar. São os seguintes: 1.º — Pedro de Azevedo, *Nomes de pessoas e nomes de lugares*², que fornece materiais bastante abundantes sobre o assunto. 2.º — W. Meyer-Lübke, *Die altportugiesischen Personennamen germa-*

¹ Veja-se a respeito deste parágrafo F. Wrede, *Über die Sprache der Ostgoten in Italien*, Strassburg 1891, pp. 190-199.

² *Revista Lusitana*, vi, 1900-1901, pp. 47-52. Falta mencionar os três estudos de J. Jungfer: *Über Personennamen in den Ortsnamen Spaniens und Portugals*, in «Wissensch. Beilage zum Jahresbericht des Friedrichgymnasiums zu Berlin», 1902; *Deutsch-spanische Ortsnamen* in «Deutsche Erde», iv, 1905, pp. 41-47; *Germanisches aus Spanien*, in «Politisch-anthropologische Revue»,

nischen Ursprungs¹. O autor recolheu dos *PMH, Dipl. et Chart.*, todos os nomes germânicos. O volume citado compreende 952 documentos que vão de 775 a 1100 e que, por serem actas de venda e doações, trazem grande número de assinaturas de testemunhas. O seu método é o seguinte. Num primeiro capítulo trata, por ordem alfabética, do primeiro elemento dos nomes compostos e procura identificá-los e explicá-los servindo-se dos materiais conhecidos sobre o visigótico. O segundo elemento é examinado noutro capítulo. Aos nomes simples, do tipo **MIRO**, e aos nomes formados com sufixos, do tipo **ANSILA**, **ARGILO**, dedica o terceiro capítulo. Trata-se, como se vê, de um trabalho que se dirige mais aos germanistas do que propriamente aos romanistas, apesar de o autor trazer também valiosas contribuições à gramática histórica portuguesa. O principal mérito de Meyer-Lübke consiste em ter pela primeira vez compreendido o valor destes nomes tanto para a história do português como para a história da língua dos povos invasores.

Um 3.º trabalho que não podemos deixar de citar é o de J. J. Nunes, intitulado *O elemento germânico no onomástico português*². Depois duma introdução notável, o autor propõe-se «procurar no *Diccionario Chorographico*, de Baptista, os toponímicos que acusam origem germânica e, auxiliado pelo *Onomástico Medieval*, de Cortesão, investigar se constam dos antigos diplomas». Os nomes pertencentes à mesma família estão reunidos por ordem alfabética.

Por fim, citaremos um trabalho recente, *Die germanischen Ortsnamen in Spanien und Portugal*, de G. Sachs³, que é a colheita de nomes germânicos mais rica que possuímos. O autor segue fielmente o método de Meyer-Lübke, em cujo estudo se inspirou largamente. Os materiais para a parte espanhola colheu-os no *Nomenclator de España*, de 1923; para Portugal, tinha à sua disposição o *Diccionario Postal e Chorographico do reino de Portugal*, de J. B. da

vi, 1907-1908, pp. 701-12. As deficiências do primeiro destes trabalhos foram apontadas por Meyer-Lübke, no estudo citado acima, p. 4. Também não se podem passar sob silêncio as contribuições de Alberto Sampaio, no cap. v do seu livro já clássico *As villas do Norte de Portugal*, in «Portugalia», 1903, que merecia mais do que ser citado numa simples nota.

¹ *Romanische Namenstudien*, I, in «Sitzungsberichte der Akademie der Wissenschaften» in Wien, phil. histor. Klasse, vol. 149 (1904).

² In *Homenaje a Menéndez Pidal*, Madrid 1925, vol. II, p. 577 ss.

³ *Berliner Beiträge zur Romanischen Philologie*, hrsg. von E. Gamillscheg, vol. II, 4, Jena e Leipzig 1932. Ver a apreciação de Leite de Vasconcellos, in *Volktum und Kultur der Romanen*, VI, 177-179.

Silva Lopes¹. Achou auxílio precioso no já citado *Onomástico Medieval Português*², auxílio de que teve de prescindir para Espanha onde não há nada que se possa comparar com esta obra. Os materiais de Sachs, cuidadosamente acarretados e inteligentemente agrupados e interpretados, foram aproveitados por E. Gamillscheg para a já citada *Historia lingüística de los Visigodos*. Como trabalho de consulta constante, embora não verse propriamente este assunto, deve indicar-se também a monumental *Antropontmia Portuguesa*, de Leite de Vasconcellos³, principalmente o capítulo sobre os patronímicos, p. 101-121.

Apesar das investigações mencionadas falta-nos contudo, para Portugal, uma lista completa e sistemática dos topónimos germânicos. Procurarei preencher esta lacuna para ver se um estudo de conjunto nos pode fornecer novas indicações. Os nomes que seguem são de freguesias e lugares colhidos no *Censo da população de Portugal*⁴, de 1911, e no *Diccionario Postal e Chorographico*⁵. É claro que o Censo mencionado não é um instrumento tão cómodo como o *Nomenclator de España*, visto os nomes virem por ordem das divisões administrativas e não por ordem alfabética. Mas com um pouco de paciência pode prestar o mesmo serviço. Limitar-me hei a Portugal, porque para a Galiza, e duma maneira geral para a Espanha, parece-me que se pode considerar a colheita de Sachs como definitiva. Infelizmente teremos de renunciar aos nomes de termo, que naturalmente deviam entrar num trabalho deste género⁶.

¹ Lisboa, Imprensa Nacional 1891, 3 vols.

² Separata d-*O Archeologo Português*, vol. VIII e seguintes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1912. Este onomástico é uma fonte inesgotável de conhecimentos que está ainda longe de dar tudo o que há de dar.

³ Lisboa, Imprensa Nacional, 1928.

⁴ Publicado pela Direcção Geral de Estatística, Lisboa, Imprensa Nacional, 1914.

⁵ Esta última obra não me era acessível quando iniciei a colheita dos materiais.

⁶ Quis contudo verificar até que ponto os nomes de termo contêm elementos germânicos, consultando as matrizes de um concelho. Como a ocasião se apresentava, fi-lo com as de Bragança, um concelho portante com uma população relativamente pouco densa, sobretudo comparada com os do Minho. Mesmo assim pude recolher um grande número de nomes germânicos. Eis o resultado que apresento sem comentário. Como desta colheita, aliás rápida, se vê, o *thesaurus* definitivo do onomástico peninsular terá de esgotar-se também esta fonte.

Megilde (freguesia de Babe), Gatão, Roimelo (Baçal)?, Vale de Godinha (Alfaião), Rei Monte (Aveleda) = Reimonde?, Failde, GERMIL (Calvelhe), Vale

Resta-me dizer duas palavras sobre a organização do trabalho. Contrariamente ao método seguido por Meyer-Lübke e Sachs, preferi a disposição alfabética e não me guiei pelas raízes germânicas, respectivamente os étimos. Assim o trabalho, que por ser publicado numa revista portuguesa se destina em primeiro lugar a um público português, alheio em geral aos complexos problemas da filologia germânica, será de mais fácil consulta. O inconveniente das freqüentes repetições, inevitáveis, não pesará tanto em face das vantagens que a disposição lexicográfica apresenta. Dedicarei portanto um artigo a cada nome, tendo o cuidado de caracterizar pelo sinal (*) os nomes ainda não tratados ou ainda não reconhecidos como de origem germânica pelos meus antecessores¹. Os nomes entre parênteses a seguir ao nome tratado são os dos respectivos concelhos, as abreviaturas as do distrito. Havendo só um nome, sem abreviatura, p. ex. Bragança, significa que a localidade se encontra no distrito e no concelho de Bragança. Nalguns casos em que me não seria possível, sem demoradíssimas buscas, desproporcionadas ao valor de tal indicação, identificar o concelho, substituí-o por um traço.

Para poupar espaço servi-me de bastantes abreviaturas. As dos nomes dos distritos são, excepto para Braga e Pôrto que por apa-

de ARUFE, VALE DO ZENDE (*sic*) = VALDOZENDE (Carragosa), GOMILO, LAMAS DE GOTO (cf. p. 110), SÃO JUMIL = SANGEMIR (Carragosa) cf. OM SANGEMIRO, SANGEMIR, Vale de SAMARIGO (Castrelos), Cortinha de OLANO?, ROMARIGOS (Castro), RANÇO (Coelhoso), ADILÃO, ARTAGIL (Deilão), Casal TRUMIL, Sabariz (Donai), Beidamil (Espinhozela), DINDALBARO (França), PERNAI? VARIGILA? (Gimonde), Lama de GODA, Pena d'AGOI (Gondezende), QUILHARFE, Vale de MIRO = VALDEMIRO, Vale de NÊU? (Gostei), GONÇALIANES, AGODINHA = a GODINHA, Lamas d'ARUFE, (Rebordainhos), GAMILO (Riofrio), TREZENDE, QUEIMIL, Vale de TONDE, GUERMUM? (Nogueira), GUIMIL (Paradinhas), ALENDE, Belegodo?, Lamas de NINE? Veiga de ENSIL (Parâmio), MEIRIGO (Quintanilha), Rio de MONDES, Vale de ARIGO (Salsas), Vale de NANFONSO (São Julião).

Pena é que não estejam recolhidos sistematicamente. O Ministério das Finanças prestaria um serviço inestimável à filologia portuguesa se mandasse recolher nas diferentes repartições de finanças das sedes de concelho a lista alfabética dos nomes de lugares que se encontram nas matrizes. Ninguém, a não ser o Estado, poderia fazer este trabalho, que de resto seria assim fácil e não representaria encargos excessivos para aquelas repartições.

¹ Faço isso principalmente no que diz respeito ao livro de Sachs apesar de a recolha dos meus materiais ser muito anterior à publicação do seu livro, aparecido em 1932.

recerem a cada passo caracterizei por uma só letra, as mesmas utilizadas por Sachs. Eis a lista:

Av = Aveiro	Lei = Leiria
Bça = Bragança	Lisb = Lisboa
Beja = Beja	PA = Portalegre
B = Braga	P = Pôrto
CB = Castelo Branco	Sant = Santarém
Coim = Coimbra	Via = Viana do Castelo
Év = Évora	Vis = Viseu
Faro = Faro	VR = Vila Real
Guar = Guarda	

As obras mais freqüentemente citadas são:

- ML = W. Meyer-Lübke, *Romanische Namenstudien*, 1 (ver p. 113-14).
 A continuação dêste trabalho é caracterizada por ML².
 v. Grienb. = von Grienberger, Crítica ao trabalho precedente in *Zeitschrift für deutsche Philologie* 37, p. 511-560, Halle 1905.
 Nunes = J. J. Nunes, *O elemento germânico no onomástico português* (ver p. 114).
 S = G. Sachs, *Die germanischen Ortsnamen in Spanien und Portugal* (ver p. 114).
 F = E. Förstemann, *Altdeutsches Namenbuch*, vol. 1, 2.^a ed., Bonn 1900.
 OM = A. A. Cortesão, *Onomástico medieval português* (ver p. 115).
Dicc. Post. = *Diccionario postal e chorographico do reino de Portugal* (ver p. 114-15).
Chor. Mod. = *Chorographia moderna do reino de Portugal*, por João Maria Baptista (ver p. 114).
Censo = *Censo da População de Portugal no 1.^o de Dezembro de 1911* (ver p. 115).
 Sch = M. Schönfeld, *Wörterbuch der altgermanischen Personen- und Völkernamen*, Heidelberg 1911.
 Wrede, *Ostgoten* = F. Wrede, *Über die Sprache der Ostgoten*, Strassburg 1891.
 Wrede, *Wandalen* = F. Wrede, *Über die Sprache der Wandalen*, Strassburg 1886.
 Bruckner, *Langobarden* = W. Bruckner, *Die Sprache der Langobarden*, Strassburg 1895.
 Leite, *Antroponímia* = J. Leite de Vasconcellos, *Antroponímia portuguesa* (ver p. 115).

Outras abreviaturas e sinais:

- ♦ = este nome não se encontra no livro de Sachs.
 * = a forma dêste nome não é documentada mas só suposta.
 [] = a origem germânica dêste nome é duvidosa ou inadmissível.

A

1. **Adães** (1. Barcelos, B; 2. Chaves, VR; 3. Oliveira de Azeméis, Av).

A forma arcaica é *OM ADALANES* 1024. A base é *ATHALA*, nome dum rei godo mítico (Sch), derivado de *ATHALS* «nobre», alto alemão *EDEL*. O *TH* gótico, constrictiva postdental como o *θ* grego e o *TH* surdo do inglês, é representado em português por *D*. Sachs considera este nome como vindo de *HATHUS* «luta», sem ver que a forma antiga, que ele próprio cita, se opõe a isso, tanto mais que faz figurar um nome como *ADALASINDO* como derivado de *ATHALS*. O sufixo *-ÃES* corresponde à forma latinizada do acusativo *-AN* da declinação gótica fraca dos substantivos em *-A*. *ADÃES* significa portanto «os *ADALAS*», como nós dizemos «os *Sousas*» para designar os da família ou os descendentes dum chamado *Sousa*. Pode também tratar-se do patronímico **ADALANIS*.

2. ***Adagoi** (1. Vila Pouca de Aguiar, VR; 2. Valpaços, VR).

O primeiro elemento é idêntico ao do nome precedente. A identificação do segundo, *-GOI*, é mais difícil. Meyer-Lübke cita uns nomes em *-OI*, como *BELOY*, *CENSOY*, *TANOY*, *VISOY* e *GUISOY*, onde quer ver *WĪHS* «santo». Sachs 100 e 116 observa que se pode tratar também de *WEIGS* «luta», que não é possível distinguir do primeiro. A dificuldade, porém, é que este último elemento está em todos os outros casos representado unicamente por *I*, *Y*, sendo «*O*» a vogal de ligação (Fugenvokal). Um **ATHALA-WEIGS* havia antes de dar **ADAOI*, **ADOI*. Por isso será preferível relacioná-lo com *GUTH* «Deus» S 64 que temos como segundo elemento em *REDIGODE* e *SABEGODE* (Corunha). Na Galiza o *D* intervocálico conservou-se naturalmente, enquanto que *-GODE*, do genetivo **-GODI*, havia de dar em português *-GOI*, sendo «*i*» a grafia fonética do «*e*» átono.

3. **Adaufe** (1. Baião, P; 2. Braga; 3. Póvoa de Lanhoso, B).

A respeito deste nome veja-se Nunes, p. 587. *ATHAVULFUS*, *ATHAULFUS* é o nome dum célebre rei visigodo. O primeiro elemento é, como nos dois nomes precedentes, *ATHALS*, o segundo *WULFS* a que já nos referimos na introdução (p. 112). Uma variante de *ADAUFE* com assimilação de *A* ao *U*, é *ADOUFE* (veja art. 6) e talvez *ADUFE* (7). O *OM* cita as formas seguintes: *ADAUFU*, *ADAULFUS*

927, ADDAULFUS 1071, ADAOFI 1258, ADOUFFI 1258, e com um *t*, grafia latinizante ou provocada talvez pelos numerosos nomes que principiam por ATA-: ATAULFI 1038, ATAULFIZ 960, ATAULFUS 926. -UFE representa o genet. -ULFI de -ULFUS.

4. Adefroia, Quinta da (Viseu).

O *Dicc. Post.* traz ADEFROJA, mas deve ser engano. Na primeira parte do nome podemos ver a raiz *HATHUS «luta» que já citámos no artigo ADÃES. A segunda parte é sem dúvida FRAUJA «senhor» S 51, veja-se o art. FROIA. Visto não se encontrar como segundo elemento, talvez seja preferível dissolver o nome em A DE FROIA, «a quinta, casa, etc., dum chamado Froia», cf. na toponímia: A DO MEIO, A DO PEREIRO, A DO MOTA, A DOS GALEGOS, etc., etc.

5. *Adegoiva (Fafe, B).

O primeiro elemento é o dos artigos 1-3 ou HATHUS «luta», que neste caso não se pode distinguir de ATHALS. O segundo nome é muito curioso. Prisciliano e Jordanes mencionam um antigo herói godo VIDIGOIA, e Amiano um rei alemão VIDIGABIUS (Sch). Em -GOIA temos a monotonguização ostrogoda do AU para ō, a forma visigoda seria por conseguinte *-GAUJA, que viria de GAWI, genet. GAUJIS (raiz em -JA: cf. Braune, *Gotische Grammatik*, § 95), que corresponde ao alto alem. mod. GAU «pagus», «comarca». Este nome masculino gót. GAUJA, alamano (suevo) GABIUS (latinizado) encontra-se várias vezes no *OM*: GAUUA n. h. 1100, GAVIIZ app. h. 1220, GAVYA 1258, GAYA 1258, GAVIO app. h. 1220, GAYO app. h. 1258 (que é o actual apelido Gaio), CASAL DE GOUVIA 1220, GOUVIAES 1220, etc. Ocupar-nos-hemos mais d'este elemento quando o encontrarmos como primeiro nome.

6. Adoufe (1. Celorico de Basto, B; 2. Vila Real, VR; 3. Feira, Av).

Ver ADAUFE (3) e ADUFE (7).

7. Adufe (Santo Tirso, P).

À primeira vista não parece haver dúvida que se trate aqui duma variante de ADAUFE e ADOUFE. Sachs 67 observa contudo que num diploma dos *PMH*, *Dipl. et Chart.* 42, se encontra ADAULFUS como nome duma, e ADULFUS como nome de outra testemunha, donde conclui que não podem ser iguais. Por isso propõe que se juntem as formas sem vogal de ligação (O ou A) a HATHUS

«luta» e não a *ATHALS*. A observação não deixa de ser muito justa, mas não se poderia tratar em *ADAULFUS* duma grafia mais arcaica de *ADULFUS*, como hoje ainda certas pessoas gostam de arcaizar a grafia dos seus nomes?

8. **Adchasco* (Vila Verde, B).

O primeiro elemento é, como nos nomes precedentes, *HATHUS*. Quanto a *-CHASCO* identifico-o ao gót. *THLAQUS* «ἀπλός», «delgado», que aparece também no nome dum príncipe rúgio *FLACCITHEUS*, (Sch 88, citando Förstemann e v. Grienberger). A evolução de *THL* para *FL* é própria do germânico ocidental. O nome **ADAFLASCUS* que podemos reconstruir seria portanto com muita probabilidade suevo. É muito interessante sob o ponto de vista da gramática histórica portuguesa a evolução de *FL* para *CH*, como em *FLAMMA* > *CHAMA*, indício de que este grupo se transformou em *CH* só depois das invasões germânicas.

9. *Adrão* (Baião, P).

Esta raiz é explicada por *ML 7* por **AD(A)RS*, correspondente a velho alto alem. *ATAR*, sax. arc. *ADRO*. Aparecem também formas com *T*: *ATRAUARIUS*, *ATRAULFUS*, aos quais quero juntar *OM ATRA 1080*, que v. Grienberger 543 considera justamente como falsas grafias de *D*, quer dizer, porque *PATREM* dava em port. «padre», o *D* português podia ser representado na ortografia latinizante por *T*. Veja-se por ex. *ATRIANO Dipl. et Chart. 56* ao lado de *ADRIANU 30*, *ADRIANI 5*. Sachs 24 supõe, visto não existirem exemplos com conservação do *A*, **ADAR*, tratar-se duma forma oblíqua correspondente ao tipo de declinação *BRÓTHAN*, genet. *BROTHERS*. Observarei que existem contudo exemplos com conservação do *A*, que em compensação perdem naturalmente o *D*: *OM Casal de AARONES 1098*, *ARAQES 1258*, *ARAOO 1258*, a não ser que se trate do nome *ARÃO*, de origem hebraica, cf. Leite, *Antropontímia*, 126 e 14.

10. **Afães* (Celorico de Basto, B).

AFÃES vem dissipar em certa medida as dúvidas que temos a respeito de *AFÃO*, ver este artigo. Como prova a terminação *-ÃES*, a base só pode ser um substantivo gótico em *-A*, acus. *-AN* (declin. fraca). O étimo *FANA* é portanto plenamente justificado. O *OM* cita das *Inquirições* a forma *AFFAES 1220*.

11. *Afão¹.

Este nome deve ser idêntico a *OM* ALFÃO (séc. XV). Para a evolução LF > F veja-se ULFE > UFE, ALFONSUS > AFONSO. Quanto à interpretação de AFÃO queria citar FANOTHEUS (Sch), nome dum chefe érulo, que deve conter no seu primeiro elemento o gót. FANA, alem. mod. FAHNE «bandeira». O primeiro elemento de AFÃO é sem dúvida, a avaliar por ALFÃO, ALLS «todo», o mesmo que em A(L)FONSO. O nome que se deixaria reconstituir seria *AL-FANUS que realmente encontro em Bruckner, *Langobarden* 220. Veja-se também EBREFANUS, F. Se tenho dúvidas sobre esta explicação é porque FANA não se encontra em outros exemplos como elemento formativo. Veja-se também FÃO.

12. *Afe (Paredes de Coura, B).

Pouco posso dizer sobre este nome. Compare-se com AFFO, AFFI, AFFA, AFFILO citados por Förstemann. Deve ser idêntico a *OM* ALFIO, sendo ALFE o respectivo genetivo *ALFII. ALFE (ALPE?) vem citado no *OM* 1048, ALFIO 1258, em Bruckner, *Langobarden* 220 encontra-se ALPHO.

13. Afife (Viana do Castelo).

É o AFFIFI 1258 do *OM*. Não posso dar nenhuma explicação deste nome, limitando-me a lembrar FIFE e FAFE.

14. *Agilda (Penafiel, P).

Sachs cita o mesmo nome para a província de Corunha. Veja-se AGILDE.

15. Agilde (Celorico de Basto, B).

O primeiro elemento é ANA, como se depreende de *OM* ANAGILDIZ 990, ANAGILDUS 1008, ANAGULFO 985. Meyer-Lübke supõe que se trata duma forma reduzida de ATHANA que encontramos em ATHANAGILDUS e ATHANARICUS (ver também *OM* VILLA ATTANAGILDI 1070). Grienberger (p. 544) prefere ver em ANA- um advérbio e relacionar ANAGILDUS com o verbo *ANA-GILDAN «attribuere», «oferecer», lembrando a antiga idea da criança ser uma oferta dos

¹ Depois de redigido este artigo não consigo localizar a povoação. Nem a *Chor. Mod.* nem o *Dicc. Post.* têm este nome. Na impossibilidade de rever todo o *Censo da População*, tenho de confessar que não está excluída a possibilidade dum engano na compilação dos materiais.

deuses, idea que encontramos em muitas variações no onomástico arcaico. Veja-se hoje os DEUSDADO, DIEUDONNÉ, etc. AGILDE representa o genet. *ANAGILDI. O segundo elemento é freqüentíssimo na toponímia. Trata-se de GILD «imposto». Veja-se GILDE. Sachs cita 34 exemplos em que entra GILD como segundo elemento. A forma com -A, AGILDA, que se encontra também na província de Corunha, deve continuar o antigo nominativo em -A.

16. *Agondela (Valpaços, VR).

Vejo neste nome ANA + GONDE + suf. românico -ELA. GONDE, de GUNTH «luta», é sem dúvida o elemento mais fértil na toponímia germânica. Veja-se a letra G. O A inicial podia também interpretar-se como artigo provocado pelo sufixo -ELA. O OM tem GONDELAES 1258. Êste sufixo parece ter substituído o suf. germânico diminutivo -ILA (cf. S 119).

[17. *Agunchos (Pêso da Régua, VR)].

É um nome muito obscuro. Contudo vejo a possibilidade de o relacionar com OM GONÇA, GUNÇA 1220 que deve representar *GUNTILA, cf. GONDILHES (GONDIA > GONÇA como VERECUNDIA > VERGONÇA, cf. o artigo ALDONÇA). Veja-se também GUNTIO Sch 119. A transformação de ç em CH poderia atribuir-se à pronúncia moçárabe ou ver-se nela uma assimilação de ç ao s final.

18. *Aião (Felgueiras, P; Resende, Via).

Para explicar êste nome temos duas possibilidades. Pode vir de AGILA, que é o nome dum rei gótico (Sch). O desaparecimento da palatal e não pode admirar na vizinhança dum I. Também aqui temos de partir da flexão fraca AGILAN (acus.). No OM encontramos a forma AGIONE n. h. 944, do *Livro Preto*, com o G conservado. A terminação -ONE representa AGILO, que pode ser a forma germânica ocidental, portanto sueva, do precedente. Como em português -ÃO representa tanto -ONE como -ANE, (LATRONE > LADRÃO, CANE > cão), pode tratar-se em Aião tanto de AGILA como de AGILO. Outras formas antigas: AIAM, AIAN 1220, AIAES, AIANIZ 1010. Quanto à interpretação desta raiz, ML pensou no verbo AGAN «ter medo» e AGJA «ponta». Se admitirmos um substantivo *AGIS «terror» derivado do verbo citado, a primeira explicação seria mais provável. Veja-se também S 25.

A outra possibilidade é de ligar Aião a OM ANILO n. m. 1080. Neste caso teríamos o elemento ANA- que é tratado no artigo AGILDE.

Emfim, podia tratar-se também de ADILA, Wrede, *Ostgoten* 114, cf. *OM ADIANIS* 1258.

19. *Airões (Felgueiras, P).

A existência de ARIALDUS, ARIARICUS (nome dum rei gótico), e ARIARITH (nome dum vândalo), todos citados por Schönfeld 25, permite-nos separar um elemento ARIA que não pode ser idêntico, como quere Sch, a HARJIS «exército», visto ser êste em português sempre representado por ARGE, ARGÍ (veja-se ARGIVAI, ARGEMIL, ARGERIZ, etc.). O *OM* vem confirmar a nossa afirmação: ARIANICI, ARIANIZ 953, ARIANIZI 1067, ARIAN, AIRAN 1220 e, num documento de 1087 da Sé de Coimbra, a forma latinizada ARIANUS (que, por razões fáceis de entrever, não pode ser um derivado de ARIUS) indicam claramente um nome fraco em -A. Não posso dar uma explicação satisfatória do nome ARIA. AIRÕES podia ser também um patronímico de ARILA citado por Förstemann.

20. Aldão (1. 2. Barcelos, B; 3. Guimarães, B; 4. Feira, Av).

Trata-se do nome ALDA, do radical ALDS «tempo», «idade dum homem», ou gót. ALTHEIS «velho» (S 27), *OM ALDAM* 1220. Como não existem formas antigas *ELDAM, é mais natural êste étimo do que HILDIS.

21. *Aldarete (Peso da Régua, VR).

Há bastante dificuldade em identificar o segundo elemento -RETE com RETHS «conselho» S 84, por o TH gótico ser representado aqui por T, ao passo que nos outros nomes desaparece ficando só -REI: RECA-REI, ESCA-REI, etc. As antigas grafias do nome hesitam entre T e D: *OM ALDEREDO* 924, ALDERETO 986, ALDEREDIZ 1076, ALDERETICI 1079. Tenho a impressão de que RETHS, -REDE, se confundiu aqui com o sufixo português -ÊTE.

22. Aldeão (1. Arraiolos, Év; 2. Guarda; 3. Marco de Canaveses, P).

Veja-se o art. ALJÃO.

23. *Aldegão (Marco de Canaveses, P).

Primeiro identifiquei ALDEGÃO com AUDECA, acus. AUDECANEM, nome dum rei suevo citado por Schönfeld 36, que se relaciona com o radical gót. AUDAGS «feliz». Podia-se ter produzido aqui um fenómeno para o qual chamei a atenção numa nota in *Biblos*, VIII, 100: «que

o L seguindo A com a mesma facilidade se vocaliza em U, como êste U regressa a um L velar». Mas esta explicação não é possível, porque a forma antiga é *ELDEGA OM* 1065; pertence portanto ao radical *HILDIS* «ajuda». Veja-se também os art. *ARDEGÃES*, *ARDEGÃO*. *ALDE*-representa, como mostraram ML e S, na maior parte dos casos um antigo *ELDE*-. ML quer ver na evolução de *EL*- para *AL*- uma influência das numerosas palavras árabes que principiam por *AL*, mas é escusado recorrer a esta explicação porque o fenómeno é muito natural: a vogal anterior sofreu um recuo no lugar de articulação sob a influência do L velar.

24. *Alderiz* (Monsão, Via).

É o genet. *ALDERICI* de *ALDERICUS*, veja-se *OM ALDERIZ*, e com vocalização do U (veja-se a êste respeito o artigo precedente) *AUDERICUS*, *AUDERIGO* 1038, *AUDERIGUS* 1068. O segundo elemento, de que ainda trataremos mais pormenorizadamente, é *-REIKS* «rei», latinizado *-RICUS*, genet. *-RICI*, port. *-RIZ*, que sem dúvida é o mais fértil da toponímia germânica. Veja-se também *ALDRIZ* e *ALDRIGO*.

25. *Aldear* (Pôrto, P).

É o *ALDOVARIUS* de ML, *OM Villa Alduarii* 944. O segundo elemento deve ser *WAR* «atento», cf. ML 81.

26. *Aldonça* (Braga).

A evolução dêste nome é a seguinte: *OM ELDEGUNDIA* 960, depois da queda do G intervocálico **ELDEONÇA*, *ELDONÇA* 1078 e *ELDOÇA* 1095. Aqui não há dúvida que *ALD*- represente *HILDIS* «luta». No segundo elemento está *GUNTHS*, com o mesmo significado. Para justificar o ç é desnecessário recorrer com ML e S a uma forma **ELDEGUNTIA* com T, porque temos também outros casos em que *DI* é representado em português por *-ç*:- *VERECUNDIA* > *VERGONÇA*, *VIRIDIA* > *VERÇA*; ver também o art. *AGUNCHOS*.

27. *Aldesinde* (Paços de Ferreira, P).

É idêntico a *OM ELDOSINDO* 1058, *ALDOZENDI* 1258. *-sinde*, mais frequentemente *-sende*, abunda na toponímia. Vem de *SINTHS* «caminho». Veja-se ML 77 e S 115.

28. **Aldrigo* (Arcos de Valdevez, Via).

Veja-se *ALDERIZ*. *ALDRIGO* é o respectivo caso oblíquo.

29. **Aldrix** (Feira, Av).

Veja-se **ALDERIZ** e **ALDRIGO**.

30. ***Alfolões** (Vila Real)

Já conhecemos o primeiro elemento **AL-** (veja-se **AFÃO**). Em **-FOLÕES** queria ver o mesmo nome que temos em **FULLOBAUDES** citado por Schönfeld que se relacionaria com o gót. **FULLS** «cheio». Realmente o **L** de **Alfolões** indica uma base com **LL**. A terminação exige um nome com decl. fraca em **-o**, **-ONEM**, **-ONES**. O nome ***ALFULLO** significaria «o todo cheio» (de qualidades?), ou «o gordo»?

31. **Alfonge** (Valpaços, VR).

Temos aqui o genetivo ***ALFONSI** de **ALFONSUS**, *OM ALFONSO* 1041. A transformação de **s** em **j**, embora não seja a normal, conhece-se de outros casos que não foram ainda suficientemente esclarecidos. Lembro o arc. **XE < SE** e **XUFRE** «enxôfre» < **SULFUR**. Alguns querem ver nesta palatalização do **s** uma aproximação à articulação da vogal (?), outros vêem nela a pronúncia árabe daquela consoante. O radical **-FUNS** pertence ao alto alem. arc. **FUNS** «pronto», «dócil». Para o primeiro elemento, **AL-**, veja-se o artigo **AFÃO**. Na província de Lugo existem mais duas povoações chamadas **ALFONJE**, cf. S 27.

32. **Algeriz** (1. Braga; 2. Valpaços, VR).

Trata-se no primeiro elemento de **HARJIS** «exército». As formas primitivas são **ARGERICI** 1072, **ARGERIZ** 1220, etc. Na forma actual o primeiro **R** dissimilou-se portanto em **L**. Veja-se também **ALJARIZ** e **ALHARIZ**. Podia-se identificar também este nome com **ARIARICUS**, rei gótico do séc. iv. Neste caso o primeiro elemento seria o mesmo que em **AIRÃES**: **ARIA**, com a diferença que o **i** não passou para a primeira sílaba. O **G** representaria por conseguinte a semivogal **i**.

33. **Alhariz** (Valpaços, VR).

Veja-se **ALJARIZ** e **ALJERIZ**. Cf. Nunes 585.

34. **Alimonde** (Bragança).

Na primeira parte temos **ALLS** «todo», na segunda **MUNDS** «protecção», que é muito frequente. O **i** é de data recente; veja-se *OM ALMUNDIS* n. h. 935 e **ALMONTE** (onde se confundiu **-MONDE** com **MONTE**). Cf. também **ML** 19.

35. *Aljão (Celorico de Basto, B).

Identifico este nome com *OM* ALDIA 939, *ALDIAM* 1050 que é o mesmo que *ALDILA* citado por *ML* 10. Sobre o elemento *ALD-* já falámos. Quanto a *-ILA*, é um sufixo diminutivo que forma o acus. em *-ILANEM*. O *L* intervocálico de *ALDIL-ANEM* caiu, dando origem ao grupo *DI* que pelo facto de estar em posição forte, quer dizer seguir a uma consoante, evolucionou como no princípio das palavras: *DIANA* > *JÃ*, *DIONYSIUS* > *GENISIO*. *ALJÃO* mostra-nos também que a queda do *L* se produziu anteriormente à redução de *DI* a *J*. Este último fenómeno pode ter-se dado até recentemente, a avaliar por *ALDEÃO*, art. 22. Se não quisermos admitir esta dupla evolução de *ALDILA*: *ALDEÃO* e *ALJÃO*, que aliás é perfeitamente compreensível e que se pode comparar com a de *ALHARIZ* e *ALJARIZ*, resta-nos para *ALJÃO* ainda outra explicação. Pode ser *ALLIA*, que é o nome dum bispo de Sigença (681, 684) citado por Förstemann 79, que deve provir da raiz gót. *ALJA-* (cf. *ALJA-KUNS*: *ALJIS* «alius», «peregrinus», um «vindo de fora»). A geminação do *L* de *ALLIA* seria hipocorística. Ver também Wrede, *Ostgoten*, 123 e 124.

36. *Almoriz (Monção, VC).

É o mesmo nome que *ARMARIZ* que encontramos duas vezes na província de Orense. O «o» provém da dissimilação do segundo *A*. O *L* é também devido à dissimilação do segundo *R*. O nome germânico que está na base de *ALMORIZ* é **ERMANARICUS*, nome dum rei ostrogodo e suevo citado por Idácio. É, como indica o asterisco, reconstruído através das numerosas formas que nos fornecem os autores latinos. São (cf. Sch 76): 1. *ERMINIRICUS* séc. v; 2. *Ἐρμενάρικος* séc. v; 3. *ERMENERICUS* séc. v; 4. *ERMENRICUS* séc. iv; 5. *ERMERICUS* a. 466; 6. *ARMINERICUS* séc. vi; 7. *ARMENARICUS*, *Ἀρμενάρικος* séc. vi. Um outro grupo de formas, que não nos interessam aqui, têm a prótese dum *H*: *HERMINIRICUS*, etc. O étimo do primeiro elemento (o segundo é naturalmente *-RICUS*, *-RICI*) reconheceu-o Müllenhoff. Pertence ao germ. *ERMEN-*, *ERMIN-*, *IRMIN-*, gr. *ἑρμενος*, got. **AIRMANS* «forte». Citei todos estes exemplos porque mostram que é antiga a tendência, que notamos em *ARMORIZ*, de transformar, sob a influência do *R* seguinte, o *E* em *A*. As formas arcaicas do *OM* apresentam tôdas *E* inicial: *ERMORIZ* villa 897, *ERMORIGO* 973, 1074, *ERMORIZI* 1013 (?), *ERMORICI* 1077, *ERMORICUS* 1061. No que diz respeito à vogal de transição, vê-se que «o» é a regra. Só em dois exemplos se conservou a vogal primitiva: *ERMERIGO* 1053 e *ERMERIZ* 1258. Ver também o artigo *ESMORIZ*.

37. *Alpande (Valpaços, VR).

No primeiro elemento dêste nome queria ver o mesmo nome que aparece também em HILPERICUS, nome de reis góticos e borguinhões, e HILPIDIUS, HELPIDIUS, ELPIDIUS, nome dum ostrogodo (Sch), de gót. HILPA, veja-se o verbo forte HILPAN «ajudar», alem. mod. HILFE «ajuda», que se poderia comparar quanto ao significado com MUNDs «protecção». No que diz respeito à evolução de ELP- para ALP- veja-se ALDONÇA < ELDONÇA, ALDOSINDE < ELDOSINDI. O segundo elemento pode identificar-se com ANTHs que temos em ANDÃO, ANTEMIL e outros e que segundo ML 13 significaria «espírito», «alma». Veja-se também S 31. Segundo v. Grienberger trata-se de ANDEIS «ponta». Veja-se o artigo ANDÃO.

38. Alvar (1. Arcos de Valdevez, Via; 2. Guimarães, B; 3. Celorico de Basto, B).

É o genet. *ALVARI de ALVARUS, ALBARUS citado por ML e representado por ÁLVARO (veja-se mais em baixo) que se decompõe em AL- de ALLS «todo» e um derivado de got. WARJAN, sax. arc. WARON, WARAN. O significado de ÁLVARO seria «o que se defende de todos».

39. *Alvarães (1. Viana do Castelo; 2. Celorico de Basto, B).

Trata-se dum derivado do nome anterior. Sobre -ães < -ANES vejamos os artigos ADÃES e ARMÃES. O OM cita ALVARAES 1220 e ALVARAM 1258.

40. Alvarenga (1. Arouca, Av; 2. Lousada, P; 3. Monforte, PA).

OM VILLA ALVARENGA 933. Sachs observou justamente (p. 9) que estamos aqui em presença dum caso isolado. De facto o sufixo -ENGO, -ENGA, não desempenha por assim dizer nenhuma função na formação do onomástico germânico peninsular. ALVARENGA deve por êste motivo datar dum tempo em que já não se falava gótico respectivamente suevo. O sufixo é contudo de origem germânica, veja-se Brück, *Revue de Linguist. Romane*, II, 51. Junta-se em português exclusivamente a radicais nominais: AVOENGO, MULHERENGO, ABADENGO, RIALENGO = REGUENGO, MOSTRENGO, SOLARENGO, etc. (cf. Nunes, *Gram. Hist. Port.*², 401).

41. ***Alvariça** (Caminha, P).

Outro derivado de **ÁLVARO**, com o sufixo românico -IÇA de -ITIA, que estranha bastante neste emprêgo. A formação dêste nome pode talvez comparar-se à de **CAVALARIÇA** «o que se relaciona, que pertence aos cavalos», **HORTALIÇA** «o que é próprio das hortas», etc. -IÇA pode ter também um significado adjectívico e **ALVARIÇA** estar por **CASA**, **QUINTA**, **ALVARITIA** «casa, etc. que pertence ou que pertenceu a um chamado **ÁLVARO**».

42. **Alvarim** (1. Águeda, Av; 2. Tondela, Vis; 3. Valença, Via; 4. Paredes de Coura, Via).

O sufixo -IM em nomes de origem germânica continua o got. -EINS que coincidiu com o suf. latino -INUS, que designa a proveniência ou a propriedade. O *OM* cita Villa **ALVARIN** 974. Em gótico o primitivo carácter deminutivo de -EINS tinha-se atenuado, o que facilitou a fusão com -INUS (cf. Sachs 120).

[43. **Alvarinha** (1. Gondomar, P; 2. Ponte da Barca, Via; 3. Felgueiras, P; 4. Fafe, B; 5. Fronteira, PA; 6. Viseu)].[44. **Alvarinhas** (1. Celorico de Basto, B; 2. Marco de Canaveses, P)].[45. **Alvarinho** (1. S. Pedro do Sul, Vis; 2. Guimarães, B; 3. Moura, B; 4. Mondim da Beira, Vis)].46. **Alvaro** (1. Oleiros, CB; 2. Baião, P; 3. Águeda, Av; 4. Alcobaça, Lei; 5. Viana do Alentejo, Év; 6. Arraiolos, Év; 7. Abrantes, Sant; 8. Moura, Beja; 9. 10. Almodóvar, Beja).

Êste topónimo, ainda vulgar hoje como nome próprio, parece conter os elementos ALLS e *WARS, cf. o art. **ALVAR**. A distribuição geográfica actual mostra que se trata de localidades de data relativamente recente. *ML* 8 cita **ALVARUS**, **ALBARUS**, o *OM* Villa **ALVARIN** 974, **ALVARAM** 1255, **ALVARAES** 1220. Ver também **ALVRE**. Cf. *ML*², 73 e S 27-28.

Sachs inclui os quatro nomes anteriores nos derivados de **ÁLVARO**. Pode ter razão. O sufixo porém é suspeito. Não seria mais simples ver nêles o nome de árvore **ALVARINHO** «alamo branco?» vindo do latim **ALBARUS** *REW*³ 318. Meyer-Lübke não cita o vocábulo português (cita-o só no artigo 317 ***ALBARIS** «branquejado» no sentido de «fraqinho») mas ouvi-o em diferentes regiões de Trás-os-Montes.

47. **Alvite** (1. Baião, P; 2. Celorico de Basto, B).

É o genetivo de **ALVITUS** citado três vezes por ML. O *OM* traz **ALVITUS** 964, **ALVITI** 867-912, **ALVIT** 1095, **ALVITICI** 1073, **ALVITIZ** 978, **ALVITIZI** 1006, **ALVITIZ** 1085 e **ALVITAES** de ***ALVITANIS**. **ALVITH** é o nome dum príncipe érulo do séc. vi, **VITIGIS** o dum rei ostrogodo da mesma época, **WITIGISCLUS** outro nome ostrogodo (Sch). A interpretação de **VIT-** causa alguma dificuldade. Sachs não acredita que se trate do mesmo elemento **WIT** que temos em **GERVIDE** e **MONDAVIDE** (Lugo), porque o **T** não se teria conservado. Mas temos também formas regulares com **v**, veja-se *OM* **VIDE** séc. xv, **VIDES** 1220 e ainda hoje **CASTELO DE VIDE** que naturalmente não pode ser **VITIS** «videira». ML. pensou também no suf. demin. **-ITTUS** que se teria juntado ao radical de **ALVARO**, mas isto seria um caso completamente isolado.

48. **Alvitelhe** (Vouzela, Vis).

Sobre a raiz veja-se **ALVITE**. **-ELHE** representa historicamente o sufixo gótico **-ILA**, que por se considerar feminino foi latinizado em **-ILUS**, que por sua vez se fundiu no sufixo latino **-ELLUS**. Deste **-ELLUS** resultou a terminação **-ELO**: **BERTELO**, **TRODELO**, **SENDELO**, etc., enquanto que o respectivo genetivo **-ELLI** deu **-ELHE** que temos em **ALVITELHE**. Outros exemplos: **BERTELHE**, **REMELHE**.

49. **Alvites** (1. Mirandela, Bça; 2. Vila Real; 3. Valpaços, VR).

Veja-se **ALVITE**. **ALVITES** é o respectivo patronímico.

50. **Alvito** (1. 2. 3. Barcelos, B; 4. Arouca, Av; 5. Pombal, Leir; 6. Óbidos, Leir; 7. Loures, Lisb; 8. Alenquer, Lisb; 9. Lisboa; 10. Beja).

Veja-se **ALVITE**.

51. ***Alvre** (Paredes, P).

Veja-se **ÁLVARO**. **ALVRE** representa o genet. **ALVARI**.

52. **Amil** Quinta de (Braga).

É esta também a forma do *OM* 1220. A interpretação é simples: ***ANA-MIRUS**, formado como **ANAGILDUS**, **ANAGASTUS** (cf. Wrede, *Ostgoten*, 107). Sobre o étimo de **ANA-** veja-se o artigo **AGILDE**. Convém citar outro étimo, também de v. Grienberger, que é o alto

alem. arc. ANO «avô». AMIL é naturalmente um genetivo. O respectivo obliquo é AMILO (Arouca, Av).

53. **Amonde** (Viana do Castelo).

Decomponho este nome em *ANA-MUNDUS, veja-se ANNEMONDUS Sch. Sobre ANA veja-se os art. AGILDE e AMIL. A evolução seria AAMONDE, AMONDE. O segundo elemento é já conhecido: MUNDUS «protecção». AMONDE representaria o genet. ANAMUNDI. Havia também a possibilidade de ver no primeiro elemento AL < ALLS ou HILDIS; veja-se OM ALMUNDIS 935, ML ALMUNDUS.

54. ***Ançariz** (Braga).

A raiz ANS- que aparece neste nome e nos seguintes ainda não foi suficientemente esclarecida; veja-se Sch 23 ANSEBERTUS, ANSEMUNDUS, ANSERICUS. Schönfeld aproxima-a de ANSIS «semideuses góticos» mencionados por Jordanes. O segundo elemento é naturalmente -RICUS, -RICI. O OM menciona as formas seguintes: ANSERICI 953, ANSERIGO 1010, etc. Ver também ANSERIZ. Sachs cita da Galiza 18 exemplos de nomes formados com ANS-: ANS DE TELLADO, ANSEAN, ANSEDE², ANSAR², ANSEMAR, ANSEMIL⁴, ANSAMONDE, ANSIMONDE, ANSOREY², ANSARIZ, ENSALDE, ANSOAR. O a em vez de e é devido à proximidade fonética destes dois sons e à vizinhança do r. A grafia injustificada com ç, ANÇERIZ, só aparece nas Inquirições de 1220.

55. **Ancede** (1. Baião, P; 2. Paredes, P; 3. Amares, B; 4. Vila Nova de Famalicão, B; 5. Ponte da Barca, Via).

Sobre o primeiro elemento veja-se o artigo anterior. ANCEDE é idêntico a OM ANSEDI (S. Tomé de), ANSIDI 1220. Cf. ANSITO n. h. 1087, ANSETO 1098. Não sou capaz de dar uma explicação do segundo nome que se esconde em -ETO, -ITO. Meyer-Lübke 63 propõe, embora com pouca convicção, decompor ANCEDE em *ANSI-HAITUS, sendo *-HAITUS o partic. perf. do verbo gótico HAITAN «nomear», «chamar». O significado do nome seria neste caso «o que foi consagrado aos antepassados». Ver também ANCIDE.

56. **Anciães** (1. Amarante, P; 2. Carrazeda de Ancyães, Bça).

Temos aqui o plural de ANCIÃO do art. seguinte: ANSILANES documentado no OM 1055-1065 ao lado de ANSILIANES. As formas posteriores são: ANSIANES 1085 e ANSIAES 1202. Sachs 23 quer explicar a presença do ç em vez de s por influência de ANCIÃO

«velho», mas parece-me inútil esta explicação porque temos também ANCEDE com ç. Deve tratar-se simplesmente de variantes gráficas que se impuseram. As formas arcaicas citadas fornecem-nos preciosas indicações sobre a cronologia do desaparecimento do L e N intervocálico. Sem querer generalizar prematuramente, pode afirmar-se que o primeiro fenómeno se produziu antes do segundo (segunda metade do séc. XI?).

57. **Ancião** (Ribeira de Pombal, Lei).

É o acus. sing. *ANSILANEM do nome precedente. Veja-se OM ANSILA 870, ANSELA séc. XI, ANSELI 1258. Pode também tratar-se, pelas razões expostas no art. Ailão, de *ANSILONEM OM, ANSIOM (Pomar de) 1258.

58. **Ancide** (1. Vila Nova de Famalicão, B; 2. Guimarães, B).

Sachs tem razão afirmando que ANCIDE é idêntico a ANCEDE (ver o art. 55) e que o I da primeira forma se explica por metáfora provocado pelo -I do genetivo.

59. **Andão** (1. Barcelos, B; 2. Porto de Mós, Lei).

ANDÃO é documentado na forma ANDANO em 1153. Meyer-Lübke faz derivá-lo duma raiz ANTHS «espírito, alma» (p. 13). Há também a possibilidade de aproximá-lo com v. Grienberger de ANDEIS *тѣло; жъцъ*, «ponta»; veja-se ANDAGIS Sch 20, nome dum ostrogodo.

60. **Andeade** Quinta de (Penafiel, P).

A forma antiga é ANDELADI (villa) OM 1071. Sachs tem dúvidas sobre a relação deste nome com os anteriores formados com AND-. ANDELADI faz logo supor que seja idêntico a ANDILA do artigo seguinte, mas o que se há-de de fazer da terminação -DE? Sendo ANDILA já, como vimos, uma redução dum nome composto, é inadmissível que -DE represente uma raiz própria. Por outro lado dificilmente se pode conceber uma forma latinizada *ANDILATUS porque não corresponderia às normas conhecidas da formação dos nomes, ao passo que -ADE é um elemento bastante frequente (ver GUILHADE, GONTADE, etc.), que representa *HATHUS «luta», de maneira que o nome, se só consideramos a forma actual ANDEADE, se deixaria decompor em ANTH + HATHUS, sendo o e vogal de ligação entre os dois elementos. Por esta razão parece-me melhor não ligar demasiada importância à forma antiga ANDELADI, citada só uma vez, onde o L poderia provir duma falsa latinização, ou se explicaria pela intervenção de ANDILA.

61. **Andião** (Ponte do Lima, Via).

O presente nome tem o seu correspondente galego em ANDEAN na província da Corunha. O primeiro elemento é o mesmo que o do nome precedente, ANDÃO, com a diferença de que se trata aqui dum diminutivo em -ILA ou -ILO, forma carinhosa dum nome composto que tinha AND- como primeiro elemento, como p. ex. ANDA-GIS que citamos no artigo ANDÃO. ANDILA é documentado na grafia ANDELA, nome do pai dum ostrogodo chamado ANDAGIS Sch 20. É claro que para explicarmos a forma ANDÃO temos de partir do acusativo ANDILANEM. O *OM* cita também ANDILA e ANDILLA (séc. XI?).

62. ***Anha** (Viana do Castelo).

Identifico este nome a *OM* ANIA 1220, ANHA séc. XV, ANNIAM (monte) 1058, ANYAM séc. XV que indica um nome *ANNILA (veja-se *OM* ANILO 1080) diminutivo de ANNA, nome dum ostrogodo em Cassiodoro, que Schönfeld explica como forma carinhosa dum nome composto com ANNA- como ANNE-MONDES, etc. A conservação do N em português parece mostrar que não se trata em NN duma simples geminação ortográfica, como quere v. Grienberger (cit. por Sch 22) e que ANNA não é idêntico à raiz AXA- que temos em AMONDE de *ANAMONDE, AGILDE, etc. O H é a grafia do I que depois da queda regular do L entrou em contacto com o A tornando-se semi-vogal. Veja-se também Ailão.

63. ***Anhões** (Monsão, Via).

Representa ANILONIS, de *OM* ANILO. Ver o artigo anterior.

64. ***Anreade** (Resende, Vis).

Afigura-se-me que este nome soava primitivamente *ARNEADE. Esta última forma explicar-se-ia facilmente por ARN + *HATHUS. Encontramos o primeiro elemento, que significa «águia» (veja-se ARGANDE), no nome ARNE na província de Oviedo.

65. ***Ansar** (Barcelos, B).

Já tratámos do primeiro elemento deste nome, ANS-, veja-se ANCEDE. O segundo, -AR, é HARSIS «exército». ANSAR aparece também duas vezes na Galiza, cf. S 29.

66. **Anseriz** (1. Braga; 2. Vila Nova de Famalicão, B;
3. Arganil, Coim).

Veja-se ANÇARIZ. Cf. Nunes 585.

67. **Antemil** (1. Guimarães, B; 2. Santo Tirso, P; 3. Sinfães, Vis).

Decompõe-se este nome em *ANTHS (vide ANDÃO) + MÊRS (MIR) «célebre». Não é necessário, como observou Sachs 31, separar as formas ANT- de AND-. Não se trata de duas raízes diferentes mas de variantes da mesma raiz. Os exemplos NANDE e NANTE (na Galiza), GONDARIZ e GONTARIZ, BALDE e BALTE, provam que o TH do gótico pode ser representado depois de N e L tanto por T como por D. ANTEMIL é o ANTEMIRI 959 e ANTIMIR 1083 do *OM*.

- [68. *Antime (Fafe, B)].

É o ANTIMI 1220, ANTIMY (Santa Maria de) 1258 do *OM*. Trata-se portanto do genetivo dum nome ANTIMUS citado realmente por Förstemann 105. Sobre ANT- veja-se o nome precedente. Não me é possível dar uma explicação do segundo elemento. Pode ser que o nome não seja de origem germânica.

69. **Antuzende** (Coimbra).

O primeiro elemento é o mesmo que encontramos em ANTEMIL (ver o art. 67). Só a vogal de ligação é diferente. O segundo elemento -ZENDE, ou melhor -SENDE, com a variante SINDE, é frequentíssimo. Trata-se de SINTHS «caminho, expedição militar».

70. *Ardãos (1. Boticas, VR; 2. Guimarães, B).

É possível que este nome seja uma variante de ALDÃO, mas é escusado recorrer a esta hipótese porque a raiz ARD- é conhecida no onomástico germânico, veja-se Sch 24 ARDA-BURES, ARDA-RICUS e anglo-sax. EARD, saxon. arc. ARD, «lugar de habitação». É verdade que se poderia também tratar de got. HARDUS, alem. mod. HART «duro», «severo». Prefiro contudo com Schönfeld a primeira hipótese. ARDÃOS é o plural de ARDAM 1059 do *OM*. Podemos portanto reconstruir um nome gótico *ARDA (ou HARDA) que, por ser formado por um só elemento e sem sufixo, seria um caso bastante isolado.

71. *Ardegães (Braga).

É idêntico a *OM* ARDAGANES (villa) 1258. Ver ARDEGÃO.

72. *Ardegão (Fafe, B).

As formas citadas pelo *OM* são: ARDEGA n. h. 1087, ARDEGAN (Santa Marina de) 1220, ARDEGAZI ap. h. 1081. ARDEGÃO representa *ARDECANEM, acusativo de ARDECA, formado com o elemento ARD

que achámos no nome reconstruído *ARDA (ver ARDÃOS) mais o conhecido sufixo diminutivo -ICA, -ECA (germ. ocidental -ico) que se encontra p. ex. em AUDECA (ver ALDEGÃO) e STILICO, o nome do célebre chefe vândalo. O nome ARDICA, ARDECA é realmente documentado como nome ostrogodo, ver Wrede, *Ostogoten* 159. Êste autor emendou-o para HARDICA vendo nêle a raiz got. HARDUS, o que, como vimos no art. ARDÃOS, não é absolutamente necessário.

73. *Argande (Fafe, B).

É o ARGANDI 1220 do OM. Temos que dividir êste nome em AR-GANDE. O primeiro elemento é ARA «águia» (alem. mod. AAR) de que já falámos, veja-se ANREADE. ARA é a forma gótica, ARN- a forma germ. ocidental (sueva) da mesma raiz. O segundo elemento, GANDE (o mesmo que em GANDARIZ, GANDUFE, etc.) não foi ainda explicado. Ver F 594, ML 86, S 56. Pode significar «lobo».

[74. Arganil (1. Santo Tirso, P; 2. Coim; 3. Mação, Sant)].

Será de origem germânica? S 33 propõe emendar OM VILLA ARGANIL 1175 para *ARGAMIL, o que é inadmissível porque nada justifica a troca de N para M e porque as formas com N são ainda as de hoje. Em -GANIL podia reconhecer-se o mesmo elemento que em Sch 102 GANNA, GANNICA, GANNICUS, mas o que se há-de fazer da terminação?

75. Argemil (1. Valpaços, VR; 2. Chaves, Bça; 3. Barcelos, B; 4. Santo Tirso, P).

Vem de *ARGI-MIRUS, cf. Sch ARGI-MUNDUS. O primeiro elemento ARGI- é HARJIS «exército», -MIL representa o genet. -MIRI de MIRUS, forma latinizada de MĒREIS «célebre». As formas do OM são ARGIMIR 1258, ARGEMIRO 990, ARGEMIR 1081, ARGEMIRIZ 1097.

76. Argivai (Póvoa de Varzim, P).

Sobre ARGI- ver ARGEMIL. -VAI é o genetivo latinizado BADI de BADU(s) «luta» (ver o art. BADIM), cf. S 37 e 105. O OM traz VILLA ARGEVADI 953, ARGIVAI 1220, cf. S 66.

77. Argemil (Guarda).

Tendo o a aqui o valor de oclusiva, temos de separar êste nome dos dois anteriores. Sachs 32 supõe tratar-se no primeiro elemento ARG- da raiz germânica ARGS (alto alem. mod. ARG), mas confessa logo que o seu significado «mau», «avarento», «covarde» etc. não

o torna muito próprio para a formação de nomes. Cita também AGROMIL, OM AGROMIRI 906 (nome geogr.) que quer identificar com ARGOMIL, dizendo que a metátese é devida a influência de AGRO «campo». Não seria mais simples proceder inversamente e ver nos poucos nomes principiando por ARG- o apelativo AGRO? ARGOMIL seria portanto AGRO MIRI «campo dum chamado Mirus», ARGUFE AGRO WULFI, etc. Assim desaparece a dificuldade que se apontou em cima. A troca de AGRO por ARGO foi naturalmente favorecida pela circunstância de tal apelativo se ter perdido.

78. *Argonça Casal do (Lousada, P).

Deve dividir-se em AR-GONÇA, sendo AR- a raiz tratada no art. ARGANDE. O segundo elemento é GUNTH «luta» S 108, cf. também o art. ALDONÇA. No concelho de Feira, há um ARGONCILHE.

79. Argonde (Felgueiras, P).

Veja-se o artigo precedente. Enquanto que -GONDA é uma formação feminina análoga a -GONDO < -GUNDU, -GONDE é o genetivo -GUNDI.

80. Argonte Quinta do (Évora).

Ver ARGONDA e ARGONDE. Sobre -NT- em vez de -ND- veja-se o art. ANTEMIL. Existe também um ARGONTE na província de Corunha.

81. Argufe (Barcelos, B).

Veja-se o artigo ARGOMIL. Sobre -UFE a introdução, p. 112.

82. Arilhe (Feira, Av).

Sachs cita uma FONTE ARILI. ARILHE seria portanto o genetivo dum nome *ARILUS, derivado da raiz ARA «águia». Veja-se o art. ARGANDE. O suf. -ILUS seria a forma latinizada de -ILO, -ILA. Meyer-Lübke 93 interpreta os nomes antigos em -ILI como femininos. Voltaremos ainda a este problema.

83. *Arimil (Fafe, B).

Veja-se o art. ARMIL.

84. Ariz (I. Marco de Canaveses, P; Pêso da Régua, P).

Perpetuou-se neste topónimo o nome talvez mais conhecido da história visigótica: ALARICO. Que se trata realmente dêste nome provam-no as formas do OM ALARIZI (villa) 1046, ALARIZ 1050, ALA-

RIQUIZI ap. h. 1070. Teòricamente podia-se, visto em português o *x* intervocálico desaparecer como o *L* intervocálico, dissolver ARIZ em *ANA-RICUS, mas não se conhecem formas antigas *ANARIZ, embora haja formas como ANAGILDUS, veja-se AGILDE. ARIZ é portanto o genet. ALARICI de ALARICUS. O primeiro elemento é AL-<ALLS «todo», que já foi tratado. Veja-se também S 28.

85. Armães (Viana do Castelo).

Êste nome vem, como reconheceu Leite de Vasconcelos, *Lingua Portuguesa*, II, 43, da raiz ERM-, de got. *AIRMANS «forte»; ver o art. ALMORIZ. O ilustre autor supõe tratar-se dum genetivo (villa) *ERMANIS «quinta dum indivíduo chamado *ERMA. Teòricamente -ÃES pode naturalmente representar o genet. -ANIS, mas se examinarmos bem os exemplos recolhidos por Meyer-Lübke, reconhecemos que os nomes que pertencem a esta classe de declinação, -A, -ANIS, formam na quasi totalidade o genetivo (patronímico) em -ANICI, -ANIZ, -AIZ, ou mesmo simplesmente em -I: MOURILILI FROYANIZ, GUMA ARIANIZI, FOFU GUDILANICI, ENEGO GUTAIZ (*ML* n.ºs 27, 28, 90, 27, ver v. Grienberger p. 557), GUNDESINDUS FROIANI, ENNEGO UEGILANI, NAUSTI UANDILANI, LUCIDUS VIMARANI (n.ºs 50, 921, 31 e 17). A mesma cousa se nota percorrendo-se o *Onomástico Medieval*. Ao lado de ANSILANES temos o patronímico ANSILIZI e não *ANSILANIS. Há uns poucos exemplos em -ANIS, como ADIANIS, mas o -IS não deve passar aqui duma variante gráfica de -IZ e o acento estará na última sílaba. Grafias como ALDROANIS, ALMUNDIS, onde o -IS é certamente -IZI. -IZ, vem confirmar esta hipótese. O genetivo latino em -IS deve ter morrido, provavelmente em concorrência de -IZ e -I. Pelas razões expostas prefiro ver em ARMÃES *ERMANES como ADÃES = ADALANES¹.

86. Armamar (Armamar, Vis).

Sobre o elemento ARM- veja-se o artigo precedente. O segundo, -MAR é novo. Para explicá-lo temos duas possibilidades. Meyer-Lübke tinha-o identificado com got. *MARHA (nord. arc. MARR, anglo sax. arc. MEARRH, alto alem. arc. *MARAH, mod. MÄHRE) que significa «cavalo», ver também Wrede, *Ostgoten*, 115 MARABADUS que corres-

¹ Depois de redigido êste artigo receio que as conclusões a que cheguei sejam um pouco precipitadas, tanto mais que não está excluída a possibilidade de OM ADALANES ser uma grafia de ADALANIS. Voltaremos a estudar êste problema mais adiante.

ponde perfeitamente ao grego *ἰππόμαχος* «o que luta a cavalo ou com os cavalos». Sachs 110 opõe-se a esta interpretação citando um nome ESTREMEIRO, na prov. de Lugo, e dizendo que, visto o got. RH dar em português RC (MARCOSENDO etc.), o resultado que se esperaria, se a base fôsse realmente -MARH, seria ESTREMARCO e não ESTREMEIRO. Esta argumentação é bastante fraca. Primeiro: admitindo mesmo que RH evoluçionasse realmente para RC (em realidade os exemplos MARCÕES, MARCOSENDE, MARCOY e MARCOBAU podem, como o próprio Sachs confessa (p. 76) pertencer com a mesma legitimidade ao got. MARCA «limite», «marco») este fenómeno estava só demonstrado para os casos em que o referido grupo se encontra no interior da palavra e não para o nosso caso, onde o H se encontra no fim. Além disso Wrede, *Ostgoten* 175 mostrou que esta consoante, primitivamente uma aspirada velar (que se pode talvez comparar ao CH do alem. ACH), se reduziu ainda no gótico ulfilano a uma simples aspiração, que no fim das palavras tende a desaparecer por completo (cf. Braune, *Gotische Grammatik*, 9.^a ed., p. 35 nota 4). Ainda mais: quem nos diz que o nome ESTREMEIRO seja idêntico a *ESTREMAR? Porque é que -MAR, de que Sachs cita 29 exemplos, havia de evolucionar num caso para -MEIRO? Por mim estou convencido de que ESTREMEIRO não passa duma derivação do latim EXTREMUS e significa «sítio que fica longe», veja-se OM ESTREMADOIRO que não é equívoco. Se, como vemos, os argumentos de Sachs não são suficientes para abalar o étimo MAR < MARH de Meyer-Lübke, há outros factores que falam em favor da explicação dele, que vê em -MÂR a forma germânica ocidental do gót. *MÊREIS «celebre». Reservo-me a discussão desta tese para outro lugar.

87. Armamil (Barcelos, B).

É o mesmo nome que OM ERMEMIRU n. h. 929. Sobre o primeiro elemento vejam-se os dois artigos anteriores.

88. Armil (Fafe, B).

OM ARMIL 1258, ARMIR (S. MARTINHO DE), VILLA ARIMIRI 968. Sobre AR-veja-se o art. ARGONDE.

89. *Armilo (Paredes de Coura, Via).

É idêntico ao nome anterior, só temos aqui a forma do caso obliquo.

90. *Armoniz (Vinhais, Bça).

Será difícil incluir este nome no grupo dos nomes que têm como primeiro elemento *AIRMANS «forte» S 25-26, veja-se ARMA-MAR, ARMA-MIL, porque a segunda parte -NIZ não se pode aproximar de nenhum dos radicais formativos que conhecemos. Como por outro lado MONIZ é ainda hoje um apelido, será mais natural decompor ARMONIZ em AR-MONIZ, sendo AR- o elemento tratado no artigo ARGANDE.

Quanto a -MONIZ não há dúvida que é o mesmo nome que OM MONIUZ, MUNIUZ, MUNIOZ ap. h. 999, MONIZI ap. h. 1048, MUNIA n. m. 919, MUNHA n. m. séc. xv (Doc. mosteiro de Lorvão 14, 63), MUNEONIS ap. h. 928, MUNHO n. h. séc. xv, MUNICONIS ap. h. 1115, MUNIIZ 1074, etc. Os diferentes tipos deste nome são *MUNIUS, MUNIA, MUNICUS, MUNINUS, etc. Sachs não trata deste elemento. Deve juntar-se a nomes como MUNI-PERHT, MUNI-FRID Förstemann 1136 que traz também a etimologia.

[91. *Arrope (Marco de Canaveses, P)].

Tenho dúvidas sobre a origem germânica deste nome. Contudo podia-se dividir em AR-ROPE, de AL-ROUPE (com assimilação do R ao L e monotonguização do OU). O primeiro elemento seria AL-«todo»; quanto ao segundo, podia aproximar-se de OM RAUPARIO 1033, RAUPEIRO 1058, ROUPERIO 1084, RAUPARICI 1045, ROUPAR 1258, ROUPARIZI, ROUPARIUS. Este elemento RAUP, ROUPE, seria o mesmo que se conservou no substantivo ROUPA do gót. RAUPA que significa primitivamente «botim». Se a construção dum nome *ALRAUPUS ou *ALRAUPIUS não é ousada demais, o significado seria «o de todo o botim». As conclusões que se poderiam tirar é que o P intervocálico gótico, que correspondia ao π grego, não era idêntico ao P românico da época das invasões (teria sido mais aspirado, como as actuais oclusivas em alemão?), ou que a sonorização das oclusivas entre vogais, pelo menos do P, já se tinha operado quando este nome entrou no onomástico.

92. Arufe (1. Baião, P; 2. Marco de Canaveses, P; 3. Sinfães, Vis).

É o genet. *ARULFI de ARULFUS que, com ARIULFUS, é bastante frequente no OM: ABULFO 906 e ARUFOS 1258. Sobre AR- veja-se ARGANDE, sobre -UFE a introdução.

93. *Arvio (Marco de Canaveses, P).

Interpreto este nome como derivando dum nome suevo *ALBILO correspondente a gót. ALBILA, nome dum ostrogodo citado por Procópio: Ἀλβίλῃ; Sch 12. -ILO (que também podia ser a forma feminina do gót. -ILA ou a forma latinizada do masc. gót. -ILA) é o sufixo diminutivo que já encontramos várias vezes. Veja-se também OM ALVIA rio 961 e ARVILI n. m. 1046. A mudança do L para R seria devida à dissimilação. O elemento ALV-, que se encontra também em ALBOIM, nome dum rei langobardo, seria idêntico ao alem. mod. ELFE «elfo», med. alto alem. ALP, cf. Sch 12-13.¹

94. Astromil (Paredes, P).

É o ASTRAMERUS, ASTROMIRUS do ML. O OM traz uns 25 exemplos de nomes formados com o elemento ASTR-: ASTRA-GURDIA, ASTRA-RIZ, ASTR-ULFO, etc. Meyer-Lübke deu a explicação desta raiz. É *AUSTR- «brilhante», a mesma palavra que aparece na designação de OSTRO-GODOS, que não significa primitivamente «godos do este» mas «godos brilhantes». A primeira interpretação é uma etimologia popular que já deu Jordanes e continua na designação alemã «Ostgoten», cf. Sch artigo AUSTROGOTI. O AU gótico é representado em ASTROMIL por A, fenómeno que ML explica pela influência do grupo inicial AS + CONSOANTE do lat. AD + s que é mais freqüente que OS + CONS. Parece-me mais simples ver nêle a dissimilação bem conhecida de AU — U (o) para A — U(o), como a observamos em AGÔSTO de AUGUSTUS, AGOIRO de AUGURIUM, arc. ASCUITAR de AUSCULTARE (cf. Meyer-Lübke, *Einführung* § 141).

95. Atães (1. Gondomar, P; 2. Vila Verde, B).

É o ATANES 950 do OM, formado dum nome ATTA com a flexão da declinação fraca em -A, acus. -AN (latinizado -ANEM) plur. ANS (latinizado -ANES). Quanto à interpretação dêste nome trata-se ou do próprio apelativo gótico ATTA que significa «pai» ou, com maior probabilidade, duma forma hipocorística dum nome em que entrava esta raiz como primeiro elemento. ATTA lembra ATTO citado por Sch. Ver também ATEÃES. ATANES é o nome duma povoação na província de Orense.

¹ A troca de -LB- para -RV- parece-me, depois de redigido este artigo, pouco provável. Será melhor ver em ARVIO o ARBIO de Förstemann 142, de got. ARBI «herança».

96. **Ataíde** (1. 2. Amarante, P; 3. Amares, B; 4. Azambuja, Lisb).

Sobre ATA- veja-se ATÃES. -IDE é *HILDIS «luta».

97. ***Atainde** (Guimarães, P).

O segundo elemento -INDE é diferente do do nome precedente. Também não pode ser *SINTHS* «caminho», «expedição», representado por -SENDE, -SENDE. Trata-se sem dúvida da raiz *CHINDA* que encontramos em *CHINDASUINTHUS* e *CHINTILA*, nomes de reis visigodos. O *CH* inicial não é outra coisa senão uma grafia do *h* gutural gótico que caiu como o *h* latino. Temos ainda no *OM* a grafia *ATAHYNDI* 1258 ao lado de *ATAINDE*. Schönfeld quer ver em *CHINDA* a raiz germânica *HENDINOS* «rei», celta *CINTO-* «primeiro».

98. **Atão**, Vilar de Atão (1. Penafiel, P; 2.—, B).

Representa **ATANEM*, veja-se o art. *ATÃES* e *OM ATAM* 1004, *ATTANE* 1059, *ATANIZ* 1016, ou *OM ATANUS* 1088.

99. **Ateães** (1. Vila Verde, B; 2. Vila Nova de Gaia, P).

A grafia justa seria *ATLÃES*, cf. *OM ATYAES* 1258, pois trata-se de *ATILANES*, plural dum nome bem conhecido na história: *ATTILA*, o célebre rei huno que desde Grimm se considera de facto como nome gótico, sendo o diminutivo de *ATTA* «pai» que já encontramos em *ATÃES*. *ATTILA*, que aliás é também o nome dum bispo de 915 citado pelo *OM*, significa portanto «paizinho». Chama-se *ATTILANUS* um bispo de Pamplona de 683, cf. S 34. Ver também Nunes 586.

- [100. ***Avintes** (Vila Nova de Gaia, P)].

A proveniência germânica deste nome é duvidosa. Cito-o por causa de *OM AVINCESINDO* que poderia ser erro de copista ou de leitura por **AVINTESINDO*. É uma simples hipótese.

(*Continua*).

JOSEPH M. PIEL.

A linguagem das cantigas de Santa Maria, de Afonso X, o Sábio

(Concluído do *Tomo I*, pág. 351)

Glossário

As abreviaturas *Canc.*, *doc.*, *Ayd.*, *Cr. Troy.*, acrescentadas aos algarismos que indicam as páginas, querem dizer que as palavras citadas se encontram nos *Cantioneiros*, nos documentos em antigo galego, nos *Mirages de Santiago de López-Aydllo* ou na *Crónica Troyana*. Onde há só algarismos, sem nenhum acrescentamento, trata-se de palavras das *Cantigas*.

A

- a, as (pron. pess.), 288.
- aa, aas, contraído a, as, (prep. a + artigo a, as), 332, 333 *Canc.*, 335 e 336 *doc.*
- abade, abbade, abat, 294, 351 *doc.*
- aboo, auco, 321, 322, 327, 328 *doc.*
- acaecer, acaescer, 311 *doc.*, 318 *doc.* e *Ayd.*, acaecido, acaycido, 318 *Cr. Troy.*; veja-se aqueecer.
- acoomiar (derivado de CALUMNIARI), 317 *Canc.*; veja-se caomiar.
- açonte, 294.
- acusar, acussar, 291, 296.
- achar, 294.
- adeante, adiante, 312 *doc.*
- adega, 316 n. 3.
- adoecer, 315.
- afan, 287 n. 1.
- afeito, 294.
- agua, 294.
- aynda, 311 *Ayd.*; veja-se ainda.
- alamaans (port. alemães), 313 *Ayd.*
- alfonsiis, alfonsijns, alfonsis, (moeda da idade-média), 313 *doc.*
- algun, algū, algūu, alguum, alguun, alguuns, alguns, 298, 299, 309 *doc.*, 246 *doc.*; veja-se um.
- ali, 288.
- aliube (port. aljube), 294.
- alto, 295.
- alumëar, alumear, alumiar, 302, 312 *Ayd.*
- alua, 296.
- allëo, 295.
- amages; veja-se omagen
- ameaçar, 315.
- amëas (port. ameia), 300.
- ameude, amiude, a myude, a mÿude, amÿudi, 302, 312 *Cr. Troy.*; veja-se mëudo.
- amigo, 295.
- amor, 297.
- ancho, 294.
- angeo, ango, anjo, 295, 320.
- anguia, 303.
- ante, 287 n. 1.
- anuidos, a enuidos, 314.
- ao, aos, oo, o, ou (prep. a + art. o), 288, 315, 315 *Ayd.*, 317 *Canc.*, 318 *doc.*
- a ora; veja-se oora.
- aorar, 315.
- Apóstolo, 288.
- apregoar, 299.
- aqueecer, aquecer, 311 *doc.*, 318 *doc.*; veja-se acaecer.

aquj, 296.
 aquisto, 348 n. 3.
 arcediago, arcediagoo, arcidiago,
 arcidiagoo, Arçidiago, 339, 340,
Canc., 341 *doc.*
 ardido, 294.
 arreigada (deriv. de raiz), 311 *Ayd.*
 arrepeender, arrepentir, 334.
 arrezar, 288.
 arrizado, 320.
 asconder, 301 n. 2.
 ascuitar, ascoitar, 316 n. 2.
 aséelar; veja-se seelar.
 asentar, assentar, 333, 335 *doc.*
 astêença, asteença, 326.
 ataude, atoude, 300, 310 e 311 *doc.*,
 321 n. 2.
 outro (< prep. a + outro), outra
 (< prep. ou art. a + outra), 351 *doc.*
 auangeo, 301; veja-se euangeo.
 Aueléera (Martin Rodrigiz da), 311
doc.
 aver; pres. 288; pret. perf. simples e
 tempos derivados, 326, 351.
 avijr; veja-se vijr.
 auodança (= auondança), 295.
 auoo; veja-se aboo.
 az, 293.

B

Badallouce, Badallouço, Badallouz,
 nome de lugar, 296.
 baesta, 300, baesteiro, 314; veja-se
 beesta, beesteiro.
 bagoo (BACUL), 341 *Ayd.*
 baixo, 296, 297, 351.
 balga; veja-se valer.
 baron, varon, 299, 322, 324 n. 4.
 barua, 294, 351.
 beeito, bēēyta, bēēyta, 324, 331 *doc.* e
Ayd.; veja-se bieito.
 bēeizer, beeizer, beeyzer, beeyçer,
 bēizer, beizer, beyzer, 316, 317
Canc., 334, 335 *Canc.*, 337 *Ayd.*; ve-
 ja-se bieigo.
 bēeicon, bēençom, 334, 335 *Canc.*
 beesta, 311 *Ayd.*; beesteyro, Bees-
 teyros (Affonso Meendez de), 317
Canc.; veja-se baesta, baesteiro.

beijar, beyiar, 297.
 ben, bēes; bēes, beens, bēes, bens,
 324, 324 n. 1, 329 *doc.*, 346, 346 *doc.*
 bescha, besta, bestia, 294, 295, 342
 n. 1, 351.
 bestigo, 339.
 bieigo, byeygo (BENÉDICO), 331 *doc.* e
Ayd.; veja-se bēeizer.
 Bieito, Bieyto, 331 *doc.* e *Ayd.*; veja-se
 beeito.
 boi, boy, 299, 310 *doc.*, *Ayd.* e *Cr.*
Troy.
 bontade; veja-se voontade.
 bōo, bōa, boa, 287, 299, 321, 322.
 braadar, 331.
 brio, briu, 302, 303.
 briosia, 303.

C

caaurýnna, 331.
 cabdal, 316 n. 3.
 cabido, cabidoo, cabýdoo, cabiido,
 cabijdo, cabidoon, 339, 339 *doc.* e
Ayd.
 cachas (CAPULAS), 339 n. 2.
 cadēa, cadea, 297, 300.
 caeda, subst., 300.
 caentar, 314.
 caente, 300.
 caer, 300, 304, 311 *doc.*, 312 *Ayd.*
 calez, 288.
 caminno, camýnno, 297, 303 n. 7.
 camisa, 306 n. 2.
 can, 324 nn. 1 e 4.
 candeas, 300.
 canonico; veja-se coengo.
 cantiga, 294.
 caomiar, caonnar, cōémar, cōénar,
 counar (CALUMNIARI), 300, 318 *doc.*;
 veja-se acoomiar.
 çapata, 294.
 capoos (port. capão), 309 *doc.*
 carçer, 294.
 casa, 296.
 Castroxerez, Castroxeriz, nome de
 lugar, 333.
 Catelinna, Cateliýnna, 297.
 cear, 302; veja-se ciada.
 cengir, 320 n. 3.

ceo, 301.
 ceoso, 302.
 cera, 295.
 certão, 331.
 certedũe, 340 *Cr. Troy.*
 certo, certo, 294, 295.
 chaga, 299.
 chama, 343 n. 2.
 chão, 300.
 chegar, 294.
 cheirar, 343 n. 2.
 che (pron. pess.), 280, 342.
 chẽo, 300.
 choro (choru), 294.
 chouer, 297.
 chus, 299.
 ciada, 302; veja-se cear.
 cidade, 299.
 cijsa, cijsa, 306.
 cinquenta, cinquaenta, cinquenta,
 cincoenta, cincoeenta, 300, 311
doc., 312 *Cr. Troy.*
 ciro, 306 n. 2.
 ciuijs, civis (CIVILES), 313.
 claustra, 297.
 cobiiça, cobijça, 322, 328 *doc.* e *Ayd.*,
 332.
 cobiiçar, cobijçar, cobiçar, 322, 328
Ayd., 332, 336 *Ayd.* (port. arc.), 334
 n. 4.
 cobijçoso, 332.
 cõello, 299.
 coengo, coõgo, cóogyo, coygo, coy-
 guo, canonico (port. cõnego), 310
doc.
 coidar, cuidar, 316, 317 *Canc.*, 341
 n. 4.
 coygo; veja-se coengo.
 coita, cuita, 288, 316 n. 2.
 coitar, cuitar, 341 n. 4.
 collar, 338.
 começar, començar, 334, 335 *Canc.*,
 337 *doc.* e *Ayd.*
 começo, subst., 334.
 comer, 295, 320, 320 *Canc.*, 320 n. 2,
 344 n. 4.
 companna, conpanna, 287, 295.
 condições, condições, concições, con-
 diçoos (plural), 309 *doc.*

confiar, 303.
 connocer, connoscer, connosçer, 294.
 contêer; pret. imperf. 314 *doc.*, part.
 pas. 312 *doc.*
 contia (subst.), 349 n. 4.
 coobra, cooura, 296, 321.
 coõgo; veja-se coengo.
 cõoma, cõomia, cõona (CALUMNIA), 310
doc.
 cõomar, cõonar; veja-se caomiar.
 coor, 321.
 coorar, 332.
 corõa, corõar, 299.
 corregger, 294, 295.
 cortes, 325.
 cousa, 297.
 creer; inf. 325, 327 e 328 *Canc.*; pres.
 300, 302, 325, 229 *doc.* e *Ayd.*;
 pret. imperf. 297, 305, 314 *Ayd.*;
 pret. perf. simples e tempos deriva-
 dos 325; fut. e cond. 334 *Canc.*; im-
 perat. 323, 325, 328 *Canc.*; part.
 pas. 302.
 crerizia, 350 n. 3.
 criar, 288.
 crischaindade, 314.
 crischão, chrischão, cristião, 298, 342
 n. 1.
 Cristouoo (Martiz), 321 *doc.* (escrita:
 xptonoo).
 cruel, 298, 324.
 crueza, 298.
 cruua, crua, 298.
 cuidar, cuita, cuitar; veja-se coi-
 dar.
 cuio, 295.
 curaçon, coração, 343.
 curame, 294.
 curraas (port. currais), 313.

D

dante (= deante), 312 *doc.*
 dar; inf. 294; pres. 288, 350 *doc.*, 350
 n. 1 e ib. *doc.*; pret. perf. simples e
 tempos derivados 301 n. 2, 305, 306,
 313 *doc.*, 324, 325, 326, 328 *Canc.*,
 330 *doc.*, 348 *doc.*
 de (prepos.), 288.

deber, 296.
 decer, 326.
 dedo, 324.
 defensões (plural), 309 *doc.*
 deytar (DEJECTARE), 333.
 deito (DEJECTU), 333 n. 6.
 demaes, demais, demas, 287 n. 1, 301.
 demon, 309 *Ayd.*
 dēostar, 315.
 dequeer (DE + CADERE), 307 *Canc.*; veja-se caer.
 direito, direito, dreito, dreituras, 348, 348 *doc.*
 derryaygar, 300.
 derreio, derrijo; veja-se rijo.
 descreer: inf. 325; pres. 323; pret. imperf. 305; pret. perf. simples 325; part. pas. 312 *Cr. Troy.*
 descreença, 325.
 desfazer, deffazer, 287.
 desjuigar, 317 *doc.*
 desnua, 298.
 detêmento, 334.
 Deus, 301.
 denisões, devisões, deujsoos (port. divisão), 309 *doc.*
 diaboo, diabo, 339.
 Diago, 303, 312 *doc.*, Diego (espanholismo), 312 *doc.*
 direito; veja-se dereito.
 dicipolo, discipulo, 294.
 dizer, 294, 296, 351.
 doer, 299, 307 *Canc.*
 doze, 296.
 domaa, 321.
 don, 322.
 doo, 321, 322, 327 *Canc.*
 door, 321.
 deorida, 332.
 dormir, 295, 302 n. 2, 342 n. 2, 350 n. 3.
 dreito; veja-se dereito.
 duita (DUCTA), 316 n. 2.

E

ebreo, ebreus, 301, 301 n. 4.
 eemigo, eemigo, enemigo, 334.

egreia, eigreia, eigresa, eglesia (espanholismo), 319 n. 2 e *ib. doc.*; veja-se igreja.
 ainda, eýnda, einde, eýnde, 310 e 311 *doc.* e *Cr. Troy.*, 317 *doc.*; veja-se aýnda.
 eixuito, 341 n. 4, 350 n. 2.
 él, el (pron. pess.), 288.
 em-, enpeecer, -peeçer, -peescer, -peesçer, -peçer, -pesçer, enpensçer, 333, 337 *doc.*, 337 *Ayd.*
 én (INDE), 288.
 en (IN), 288.
 ençimar, 332 n. 3.
 encoleito, 333 n. 6.
 encreu, 301, 301 n. 2, 339.
 endiante, 312 *doc.*
 engenýo, engeno, 295, 320 n. 3.
 enton, 322.
 enuiar, 296.
 enxerir, 296, 343.
 erdade, herdade, erdar, herdar, herdamento, erdeiro, 333, 334.
 erger, 294.
 ergo, 294.
 ergoo (port. órgão), 321.
 erigia, 350 n. 3.
 erua, 296, 297.
 escaesçer, 318 *Ayd.*
 escapar, 295.
 escarno, escarnho, 300, 344 n. 4.
 escribãas (port. escrivãos), 313 *Ayd.*
 escrito, 294.
 escoorido, 332.
 esomesmo, 330 *doc.*; veja-se mesmo.
 espadoa, 321 *Cr. Troy.*
 espello, 295.
 esposa, 297.
 esposar, 332 n. 3.
 estabeliçudo, 332 n. 3.
 estar, 296, 326 n. 4.
 éste, este (pron. demonstr.), 288.
 esterlijs, esterlijns, 304.
 Esteuão, Estenan, Estevo, Esteuoc, Sthenuão, 319, 321 *doc.* e *Ayd.*
 esto, isto, 348, 348 n. 1 e *ib. doc.*
 estranna, estrannya, estrannya, estrāya, 347, 295.
 estrannar, estrannyar, 295.

estreiro, 305 n. 1, 325.
 et, e, 296.
 eu, 301.
 Euangeo, 301; veja-se auangeo.

F

faagar, 331.
 falar, 294.
 falcon, falcõeýros, 294, 299.
 fazer: inf. 296; pres. 347, 343 n. 5
Canc.; pret. perf. simples e tempos
 derivados 296, 301 n. 5, 306 n. 2,
 326, 328 *Canc.*, 351; part. pas. 305
 n. 1, 325.
 fe, 324, 325, 327 *Canc.*, 329 *doc.*
 fealdade, 333 n. 4; veja-se fial-, fiel-
 dade.
 febre, feuer, 296.
 Febreyro, feureýro, 296.
 fêégregia, -esia, feeýgregia, freý-
 gesia, ffreýglia, fregesia, fle-
 guesya, espanholismos felegresia
 e fliguesya 318 e 319 *doc.*; veja-se
 figreje e freegesia.
 feegres, freegres, 315, 319; veja-se
 freegesia.
 fêestra, 326; veja-se fiestra.
 feijoo, 321.
 feira, 305 n. 1.
 feo, 300.
 fera, 325.
 ferir, firir, 350 n. 2, 342 n. 3.
 festa, 297.
 feuzo, fiuza, fyúza, 303, 303 n. 5 *Cr.*
Troy. e *Ayd.*, 307 *Canc.*
 fiar (FIDERE), 303.
 fiar (FIDU), 303.
 fialdade, fioldade, 333, 333 n. 3 *Ayd.*;
 veja-se fealdade.
 fiança, 303.
 fiel, 325, 333 n. 4.
 fiestra, 331 *Cr. Troy.*; veja-se fêestra.
 figreje, fíglesia, fíglesia, fíjgrisia,
 friiglesia, friglígia, fríglesia, fri-
 glisia, frígisia, fliguesya, 318 e 319
doc.; veja-se fêégregia e freegesia.
 fir, fíjr, 297, 322.
 fiz, fíjz, (San) fiz, Fíjz, Fíjs, Fiz, 296,
 297, 306, 313 *doc.*

filhus, filha, 343 n. 5, 344 n. 4.
 fin, 324 n. 4.
 firmidûe, ffirmedue, 340 *doc.*
 fiuza; veja-se feuzo.
 fíondo, 294.
 fraco, 294.
 franco, 294.
 fraqueza, 294, 295.
 freame, 303.
 freegesia, 317 *Canc.*
 frêo, 300.
 frio, fíria, 303.
 friura, 303.
 froýto; veja-se fruto.
 fror, flor, 343, 343 *Canc.*
 fruto, fruyto, fruyta, froýto, froýta,
 316 n. 5 e *ib. doc.*, 341 n. 4, 350 n. 2
 e *ib. doc.*
 frume, 343 n. 2.
 fugir, fogir, 294, 302 n. 2, 342 n. 2, 350
 n. 3.

G

gãança, 327 *Canc.*
 gaannar, gaanar, gannar, guaannar,
 guaanhar, guannar, 321, 322, 331,
 332, 334 *Canc.*, 336 *doc.*
 gafeen, 324.
 ganar, 322.
 geada, 302.
 gearaçõ, géeraçom, -õ, -zon, -zõ,
 jéeraçõ, jéerrazõ, gearazun, gear-
 razun, gierazon, 337 *doc.*
 gêeral, geeral, gearal, 334, 337 *doc.*
 gêerar, 334.
 gemer, 294, 320 n. 3.
 gente, 294, 320 n. 3.
 gentijs (GENTILES), 304.
 geo, 301.
 gëollo, 302.
 Giào, Giàá, 349 *doc.*; veja-se Juyão,
 Julláa.
 gearazun; veja-se gearaçõ.
 goýo, 296.
 gorecer, 349 n. 4 *doc.*
 gorir, 349 n. 4 *doc.*
 gornecer, 349 n. 4 *doc.*
 gorecer, 349 n. 4 *doc.*
 gostar, 294.

gradoar, 299.
granduen, 341 *Ayd.*
grão, 350.
gren, 301, 301 n. 2.
groriosa, 288.
guaannar; veja-se gaa-.
guardar, 303.
guerra, 294.
guia, 303.

H

Para as palavras escritas com **h**,
veja-se sob as vogais respectivas
que seguem o **h**.

I

igreia, ygrija, ygleia, espanholismo
iglesia, 319 n. 1 e *ib. doc.*; veja-se
egreia.
ymagen, ymageen, 338, 340 *doc.* e *Ayd.*;
veja-se omagen.
insoa, insooa, 319, 320 *Canc.*, 321 *doc.*
e *Ayd.*
ir: pres. 304, 308 *Canc.*, 312 *doc.*, 321,
326 e 327 *Canc.*, 328 *doc.*; imperat.
304.
irmão, irmao, irmau, hirmau, yrmaa,
297, 310 *doc.*, 328 *doc.*, 345 *doc.*
isto; veja-se esto.

J

iaiüar, ieiüar, 294, 298.
iaiuuns, 298.
jantar, 294.
jazer, iazer, 294, 295, 301 n. 5.
Jhesu, Ihesu 294.
Jhban, 294.
ioigar, ioiz, ioizo; veja-se jui-
Jorge, Gorge, 295.
iornal, 287 n. 1, 294.
Joseph, 294.
judeu, 294, 301 n. 2.
judgar, 317 n. 2 *Canc.*
juigar, juýgar, iuigar, ioigar, ioý-
gar, 298, 316, 316 n. 3, 349.
juiz, iuiz, iuýz, joiz, ioiz, joyz, ioyz,
298, 307 *Canc.*, 308 e 309 *doc.*

juizo, juyzo, iuizo, iuyzo, iuyzio,
ioizo, joyzo, 298, 307 *Canc.*, 308 e
309 *doc.*
julgar, iulgar, 297, 316, 316 n. 3, 317
Canc., 319 *doc.*, 348 *doc.*
Juyão, Jullão, Julláa, 296, 349, 349 *doc.*
juntar, 320 n. 3.
iurar, 294, 320 n. 3

L

lãa, 321.
lança, 294.
laurar, 295.
leal, 302.
le, li (pron. pess.), 351 *doc.*
lee, lei, leý, 305 n. 1, 323, 327 *Canc.*,
329 *doc.*, *Ayd.* e *Cr. Troy.*, 346, 346
doc.
leedor, 332.
leer, 305, 312 *doc.*, 325, 327 *doc.*
leite, 305 n. 1.
lenna, 295.
leons (port. leões), 309 *Ayd.*
leu, lleu, 301 n. 2.
lenar, 296.
lijon, 296.
limpidõe, limpidüe, 299, 338, 340, 353.
limpio, limpho, limpo, 320, 320 *Canc.*,
321 *doc.* e *Cr. Troy.*, 346, 346 *doc.*
linagêe, linagen, linageen, linajeen,
340 *Ayd.* e *Cr. Troy.*
lingoajee, lingoajeen, 340 *Ayd.*
liura, 296.
liuro, 296.
loar, louvar, 344 *Canc.*
logo, 294.
longe, 294, 295, 320 n. 3.
longe, 294.
lũa, 295, 297, 298.
luita, 316 n. 2, 341 n. 4.
luito, 316 n. 5, 341 n. 4.
lumeoso, lumioso, 312 *Cr. Troy.*

M

mäefestar, maenfestar, meenfestar,
menefestar, 314, 317 *Canc.*, 318 *doc.*
e *Ayd.*

- maenfesto, maenfestu, 314, 318 *doc.*
 maes; veja-se mais.
 maestre, maenstre, maestrescola, mestre, mestre, maestrescola, mestrescola, 300, 307 *Canc.*, 311 *doc.*, 311 e 312 *Ayd.*
 maestria, 314.
 mais, mays, maes, 301, 308 *Canc.*, 312 *doc.* e *Ayd.*
 maior, maior-domo, Maor (Alfonsi, Rodrigiz, Perez), moor, Mór, (Afonso), mor, moordomo, 296, 307 *Canc.*, 310 *doc.*, 348, 348 *doc.*, 348 n. 4 *doc.*
 malautia, maloutia, 315.
 mancebo, 294.
 manna, 295.
 mannãa, 321.
 mantêmento, mantemento, 337 *doc.*, 346 *doc.*
 manteente, mantemento, e 326 *ib.* n. 6.
 mao (MALU), 288, 300, 321, 327 *Canc.*
 mão, mao (MANU), 289, 295, 300.
 mãoello, 300.
 Maor; veja-se maior.
 mar, 295.
 Martiz, Martijz, Martiz. Martis (patronímico), 328 *doc.*
 mas, 304, 308 *Canc.*, 312 *doc.*
 matutinaas (plural), 313 *Ayd.*
 mea, meya (MEDIA), 300, 303 n. 2, 333 n. 2.
 meadade, meadad, meatade, meatad, meyadade, meetade, metade, medade, meidade, 333 e *ib.* n. 2, 335 *Cr. Troy.*, 336 e 337 *doc.*, *Ayd.* e *Cr. Troy.*, 346, 346 *doc.*
 meado, 302.
 mealla, 302, 333 n. 1.
 meante, meyante, 303 e *ib.* n. 2, 333 n. 1.
 medir, 302 n. 2.
 medade, meetade, etc.; veja-se meadade.
 meenfestar; veja-se mæefestar.
 meeren (MANERE), 311 *Ayd.*
 mesmo, mësomo, meensmo, meesme, mesmo, 325, 329 e 330 *doc.* e *Cr. Troy.*, 346, 346 *doc.*; veja-se esomesmo, miesmo.
 meestre, mestre; veja-se maestre.
 meezinna, 332.
 meya; veja-se mea.
 meyadade, meyante, veja-se meadade.
 mel, 295.
 menagen, menagee, menagêe, menageem, 340 *doc.* e *Cr. Troy.*
 menor, mëor, 287, 302.
 mercee, merce, 323, 327 *Canc.*, 329 *doc.* e *Ayd.*, 354.
 meriudo (merger), 294.
 mes (= mas, conj. advers.), 304 n. 4 *Cr. Troy.*
 mes (MENSE), 297.
 mesquynno, 297.
 mesturar, 297.
 meter, 288.
 meu, minna, 301 n. 2, 303 n. 7.
 meudo, mëudo, mjudo, 302, 312 *Cr. Troy.*; veja-se amende, amiude.
 mi, mj, min, 296, 349, 349 *doc.*
 miesmo, minesmo, espanholismos miismo, mijsmos, mismo, 325 n. 3, 330 *doc.* e *Cr. Troy.*, 330 n. 1 *doc.*, 346 *doc.*, 348 *doc.*; veja-se meesmo.
 mil, 296.
 minya, meninna, 297.
 misa, missa, 296.
 mitat (espanholismo), 336 e 337 *doc.*, 348 *doc.*
 mõeiteiro, moesteiro, -eyro, muys-teyro, moosteiro, mõeosteyro, mosteiro, -eyro, monsteiro, -eyro, 315, 316, 319 *doc.* e *Ayd.*, 346, 346 *doc.*; veja-se monasterio.
 möymento, moimento, 316.
 moyyno, moyño, moyno, muyno, 299, 309 e 310 *doc.*, 345, 345 *doc.*
 monasterio, monesterio, monsterio, 319 *doc.*; veja-se mõeiteiro.
 monge, monie, monia, monga, 295.
 moogo, 299, 309 *doc.*
 moor, mor; veja-se maior.
 morrer, 297.
 morte, 297.
 muy, 297.

muito, muyto, mvito, moito, 297, 316
n. 2, 321 n. 2, 341 n. 4, 343 n. 5
Canc., 350 e *ib. doc.*
multidũe, 340 *Cr. Troy.*
muu, mua (MULU, -A), 298.

N

nacer, nascer, 291.
nauió, naniu, 302, 303.
nen, nin, 303 n. 1.
nengun, nenguun, nengũu, neun,
neun, nehun, niun, niuun, niũa,
niũa, 298, 299, 302, 303, 307 *Canc.*,
309 *doc.*, 354.
niente (niõte), 295.
niun; veja-se nengun.
nomear, nomiar, 302, 312 *doc.*
non, 287, 295, 322.
nós, nos, nus, 288, 343 *Canc.*, 344
n. 1.
nossus (pron. poss.), 343 n. 5 *Canc.*
nouaenta, noueenta, noventa, 311
doc. e Ayd., 312 *Cr. Troy.*
nueas, 300.
novo, 295.
nunca, numca, 295.
nuu, nua, 298.
nuueado, 302.

O

o, oo, ou; veja-se ao.
oficiaas, oficias (-ALES), 313 *doc.*
offiço, 294.
oge, oie, oje, 294, 295.
oir, ouvir, 288, 344 *Canc.*
oitaenta, otaenta, oyteenta, oytenta,
300, 311 *doc. e Ayd.*, 312 *Cr. Troy.*
olho, 343 n. 5 *Canc.*
omagen, omagem, omage, amage, 338,
339; *veja-se ymagen.*
omen, ome, omme, homen, home,
homme, 338, 339 n. 1, 340 *Canc.*, 340
doc. e Ayd.
omeziado, omezieira, 303.
ongir, 320 n. 3.
oora, a ora (AD + HORA), 310, 310
doc.
oqueijon, oqueyion, 295, 297.

orden, ordin, ordim, ordõe, ordee,
ordeen, hordem, hordee, 338, 340
Canc., 340 *doc.*, *Ayd. e Cr. Troy.*
ordinado, ordiãdo, 287, 338 n. 2.
osso, 296.
ouvir; veja-se oir.

P

pa; veja-se para.
paaço, 328 *doc.*
Paayo, Paýo, Paez, Paaýz, Paýz, Paiç,
307 *Canc.*, 312 *doc. e Ayd.*, 345 *doc.*
pai, pay, 308 *Canc.*
palafre, 301 n. 5.
palavra; veja-se paravra.
pan, 304.
paonba, poomba, 300.
para, pa, pera, pora, pra, 335 e 336
doc., 336 n. 6 e *ib. doc.*, 349, 349
doc.
paraíso, 300, 311 *Ayd.*
paraúra, paraula, parauoa, palavra,
palaura, 319, 321 *doc.*, *Ayd. e Cr.*
Troy., 344, 344 *Canc.*
pasar, passar, 296.
patriarcha, patriarca, 294.
Pavha, 320 n. 5 *Canc.*, 344 n. 4 *Canc.*
pavor, 296.
paz, 296.
pe, pee, 301 n. 5, 324, 325, 327 *Canc.*,
329 *doc.*, *Ayd. e Cr. Troy.*
pëar, penar, 287.
pedir, pidir, 342 n. 2, 350 n. 3.
pëedença, 334.
peego, pelago, 300, 300 n. 3 *Ayd.*
peýdeýra, 335 *Canc.*
peýor, peor, 297, 302.
pelago; veja-se peego.
peon, 302.
pequenýnno, 297.
perder, 297, 301 n. 2.
perdõar, perdoar, 287, 322.
perdon (subst.), 322.
perfia, 300.
perigoar, perignar, 299.
perigoo, perigo, perijgoo, perijgo,
perigio, periglio, 339, 341 *Ayd. e Cr.*
Troy.

perigoosa, perigosa, perijgosa, 297, 322.

periogar, 294.

permaescer, permejszer, 311 *doc.*

pertêecer, pertecer, perteeçer, perteeşer, pertecer, perteger, pertescer, perteeşer, pertezzer, 326, 330 *doc.*, 334, 337 *doc.* e *Ayd.*, 346 *doc.*

perteença, perteenza, pertença, pertensaça, pertiença, pertijça, pertinença (deriv. de *pertêecer*), 330 *doc.*, 330 n. 3 *doc.*, 337 *doc.*

pessoa, 299.

pez, 301 n. 5.

piar, 303.

pidir; veja-se pedir.

poblar, pobrar, 295, 297, 339 n. 2.

poboo, povoo, poblo, pobro, 339, 341 *Ayd.* e *Cr. Troy.*

poder: pres. 297; pret. imperf. 295; pret. perf. simples e mais que perf. 326.

poderoso, 298.

pos, pus, (de, en) pus (rost), 343 *Canc.*, 344 n. 1 e *ib. Canc.*

pôer. pres. 299; pret. imperf. 299; pret. perf. simples 288, 351.

poo, 321, 322 n. 2.

poomba; veja-se paomba.

porta, 297.

portugese, 307.

posysoes, posissoes, posysocs, 309.

pouco, 294, 295.

povoo; veja-se poboo.

pra; veja-se para.

prazer: pret. perf. simples 351; mais que perfeito do conj. 326.

prazo, 296.

preço, 334.

preegar (PRAEDICARE), 332.

pregar (PREGARI), 332 n. 4.

pregueira, 294.

preguiçoso, preguiçoso, 294.

prender: pret. perf. simples 288, 300, 306 n. 2, 325.

prenne, 295.

prez, 301 n. 5.

primeiro, 305 n. 1.

probar, 296.

pura, 297.

pus; veja-se pos.

Q

quaes, quais (QUALES), 304, 313 *doc.*
quanto, 295, 343 n. 5.

quaraenta, quaranta, quareenta, quarenta, quoreenta, quorenta, 300, 311 *doc.*, 312 *Cr. Troy.*, 349, 349 *doc.*

quaraesma, 311 *doc.*

quareenta; veja-se quaraenta.

quatorze, 296.

que, 295, 327 *Canc.*

queijo, 294.

quem, quen, 295.

quendas (CALENDAS), 311 e 312 *Ayd.*

querer: pres. 325; pret. imperf. 350 n. 3; pret. perf. simp. e tempos derivados 294, 295, 296, 326, 328 *Canc.*, 351; fut. 295.

quinze, 296.

quoreenta; veja-se quaraenta.

quortelas, 349 *doc.*

R

rrayua; veja-se raula.

raiz, rayz, reiz, reyż, 300, 310 *doc.*, 311 *doc.*, *Ayd.* e *Cr. Troy.*, 318 *doc.*, 347 *doc.*

rainha, raynha, rainna, raynna, rayna, reinna, reina, reynna, reyna, 287, 305, 306, 306 *Canc.*, 313 *Ayd.*, 341, 341 *Canc.*

ranço, rãço, 295.

raulia, rrayua, 295, 349 n. 5 *Cr. Troy.*

razôador, 315.

razon, rrazon, razõ, 295, 296, 297, 299, 309 *doc.*, 322, 324 n. 1.

recear, 300, 302.

redêa, 320.

rêes (RENES), 324.

regooos (REGULAE), 321 *doc.*

rei, rey, 295, 305, 323, 327 *Canc.*, 329 *doc.*

reyal, 303.

reinna; veja-se rainha.
 reiz; veja-se raiz.
 relijon, 295.
 remaeszer, 311 *doc.*
 Remijdor, Remijdor, 306.
 remiir, remijr, remijr, 297, 306; part.
 pas. remeudo, reemudo, 302.
 rremuño, rremuno, 310 *Cr. Troy.*
 re (= ren), 295.
 renouar, 295.
 repentir, repintir, 342 n. 2.
 requecer (RE + CADESCERE), 311 *doc.*,
 318 *doc.*
 resucitar, resuscitar, 294.
 resurgir, 302 n. 2.
 retäer, 312 *Cr. Troy.*, 331 *doc.*
 reuoluer, 301 n. 5.
 rezar, 316 n. 3.
 rezôar, rezoar, 299.
 riba, 294.
 rico, 294.
 riir, 297.
 rijs, rrijs, rigis, de rrijs, de rrijs,
 derreio, derrijs, 295, 320.
 rio, 299 n. 3, 302, 303, 321 n. 2.
 rriso, 295.
 rodoo, roollo (ROTULU), 341 *Ayd.*
 rogar, 294.
 romeu, 287 n. 1.
 rosa, 296.
 rostro, 295.

S

sâar, 300, 321.
 saber: pres. ind. e conj. 295, 297, 320
 n. 5 *Canc.*, 325, 344 n. 4 *Canc.*, 349,
 349 *doc.*, 349 n. 5 *Cr. Troy.*, 351 *doc.*
 saeta, seeta, 300, 311 *Ayd.*, 312 *Cr.*
 Troy.
 sair, sajr, seir, sejr, 296, 307 *Canc.*,
 310 *doc.*, 311 *Ayd.* e *Cr. Troy.*, 314,
 347 *doc.*
 sâydade, 314.
 sandez, sandece, sandeçe, 296, 301
 n. 5.
 sandia, 303.
 sanna, sana, 287.
 saseenta, sateenta; veja-se ses-, se-
 taenta.

sandaçon, sandacion, 315.
 sandar, soudar, 311 *Cr. Troy.*, 315.
 sande, soude, 288, 300, 310 *doc.*, 311
 doc., *Ayd.* e *Cr. Troy.*
 seda, 294.
 see (SEDE), 323, 329 *doc.*
 seelar, seellar, aséelar, 326, 332, 336.
 seeleira, 326, 332.
 seello, seellu, seelo, sello, 326, 330,
 332.
 seer, sseer, ser: inf. 295, 326, 328
 Canc., 329 *doc.*; pres. 295, 322, 324,
 325, 326, 327 e 328 *Canc.*, 329 *Ayd.*,
 351 *doc.*; pret. imperf. 306, 308 e 308
 n. 3 *Canc.*, 313 *doc.*, 314 *doc.* e *Ayd.*,
 354; pret. perf. simples 297, 309
 doc., 309 n. 1, 351 e *ib. doc.*; fut.
 e cond. 333, 335 *Canc.*, 337 *doc.* e
 Ayd.; imperat. 324, 326, 328 *Canc.*;
 part. pres. 326, 328 *Canc.*, 329 *doc.*
 sêestro, seestro, siestro, 326, 331 *Ayd.*
 e *Cr. Troy.*
 seeta; veja-se saeta.
 Segouha, 320 n. 5 *Canc.*, 344 n. 4
 Canc.
 seguir, 294.
 segundo, 294.
 seir; veja-se sair.
 seis, 325.
 sem, sen, ssen, 295, 324, 324 n. 4.
 semelduen, 341 *Ayd.*
 senllos (SINGULOS), 295.
 sennor, 287, 295.
 sêo, 300.
 servidon, servidûe, serviduem, ser-
 viduen, 309 *Canc.*, 340 *Canc.*, 341
 Ayd. e *Cr. Troy.*
 servir, siruir, 320 n. 5 *Canc.*, 344 n. 4
 Canc., 350 n. 3.
 sesaenta, seseenta, sesenta, saseen-
 ta, sasenta, 300, 311 *doc.*, 312 *Cr.*
 Troy.
 setaenta, sateenta, 300, 311 *doc.*
 sete, 295.
 seu, sua, sa, 295, 301, 350, 350 *doc.*
 si (espanholismo, = se), 351 *doc.*
 siestro; veja-se sêestro.
 sijra (SIDERA), 304.
 sina, sinal, 304.

siruir; veja-se servir.
 sisso, 296.
 soar, 299.
 soberuia, 295.
 soer, 299.
 sofrer, soffrer, 294; suffria, 350 n. 3.
 soidade, 316.
 sombreiro, 332.
 somerger, 294.
 son, sôo (sonu), 322, 327 *Canc.*
 sonho, 344 n. 4 *Canc.*
 soo (solt), 299, 321, 322, 327 *Canc.*
 sôo; veja-se son.
 soonbra, 332 *Cr. Troy.*
 sondar, soude; veja-se sau-
 Stheuão; veja-se Esteuão.
 su (sub), 344 n. 1.

T

taamo, 321.
 tal, 295, 304.
 taoca, taboa, 319, 321 *Ayd.*
 tea (TELA), 300.
 tēente, 326.
 tēer, teer: inf. 326, 331 *doc.*; pres.
 295, 324, 325, 331 *doc.*; pret. im-
 perf. 296, 306, 308 *Canc.*, 314 *doc.*
 e *Ayd.*; mais que perf. 328 *Canc.*;
 part. pres. 326, part. pas. 302, 312
doc. e *Cr. Troy.*
 tēeuras, 326.
 tempestade, 295.
 tempo, 295.
 terminio, terminno, termino, 320, 320
 n. 1.
 teta, 296.
 teu, 301.
 Theophilo, 296.
 Thomas, 296.
 tingir, 297, 302 n. 2.
 todo, tudo, 343 *Canc.*
 toller, 296.
 tornear, 300 n. 4.
 tornão, torneio, torneyo, 300 n. 4.
 traedor, traidor, treedor, treeydor,
 314, 317 *Canc.*, 318 *doc.*, *Ayd.* e *Cr.*
Troy.
 traer, 294.

traicon, -om, -õ, trayzom, treicon,
 treyçom, -on, -õ, treizon, treeyçon,
 314, 317 *Canc.*, 318 *doc.*, *Ayd.* e *Cr.*
Troy., 346, 346 *doc.*
 treedor; veja-se traedor.
 treinta; veja-se triinta.
 tres, 297, 325 e *ib.* n. 1.
 trigo, trijo, 304, 305.
 Trijdade, trijndade, 315.
 triinta, trijnta, trinta, trjnta, espa-
 nholismos treinta, treynta, 304, 313
doc. e *Ayd.*
 trôo, 321, 322.
 tudo; veja-se todo.

U

v (= u < ubi), 297.
 um, un, ũ, ũu, uu, uun, huun, ũa,
 ũus, nuns, 298, 299, 309 *doc.*, 324
 n. 1, 346; en vum con, en huun
 con, en un cū, 309 *doc.*; veja-se
 algun.
 us, lus (todolus), art. e pron. pess.,
 343 e 344 n. 1 *Canc.*

V

Vaasco, Vasco, Uaasquez, Uasquez,
 307 *Canc.*, 312 *doc.*, 345 *doc.*
 uãidade, 314.
 varon; veja-se baron.
 valer, ualer, 295, 351 e *ib.* *doc.*
 varrer, 297.
 uea (VELA), 300.
 uêa (VENA), 300.
 veer, ueer, uer: inf. 323, 328 *Canc.*;
 pres. 323, 325, 326, 327 e 328 *Canc.*,
 330 *Ayd.*; pret. imperf. 296, 297,
 306, 308 *Canc.*, 314 *Ayd.*; pret. perf.
 simples e tempos derivados 304; fut.
 e cond. 333, 335 *Canc.*, 337 *Ayd.*;
 imperat. 323, 326, 327 e 328 *Canc.*,
 330 *Ayd.*; part. pres. 326, 328 *Canc.*,
 330 *doc.*; part. pas. 302, 348 n. 3.
 veýnte; veja-se viinte.
 ueo (VELU), 300.
 verdade, uerdade, verdat, 297, 351
doc.

uergijdade; veja-se uirgijdade.

uermen, 338.

vertude, 297.

vertuosa, 299.

uenua; veja-se viuua.

uez, 301 n. 5.

uezinna, uizia, 297.

vida, uida, 296.

vigia, 350 n. 3.

viinte, vijnte, uijnte, vinte, uinte,
vynte, espanholismos veýnte,
neeýnte, 304, 313 *doc.* e *Ayd.*

vījr, uījr, uiir, uijr, uīyr, vīyr: inf.
297, 306, 313 *doc.*; pres. 324, 329
doc.; pret. imperf. 306, 308 *Canc.*,
314 *Ayd.*; pret. perf. simples e tem-
pos derivados 305, 306, 308 *Canc.*,
326, 330 *doc.* 330, e 331 *Ayd.*; impe-
rat. 306, 313 *Ayd.*; part. pas. 303,
306, 313 *Ayd.* e *Cr. Troy.*

vinno, vynnno, vīo, uino, 287, 296, 297,
303 n. 7, 351.

virgen, virgē, virgeen, uirgen, 294,
338, 340 *doc.* e *Ayd.*

Uirgijdade, virgijndade, uirgijndade,
virgindade, uergijdade, 332, 336
Ayd.

virilla, 350 n. 3

viuua, uiuua, uenua, 302, 302 n. 3 *Cr.*
Troy., 307 *Canc.*

uuar, 299.

voontade, uoontade, vootade (= *voontade*),
vontade, uōtade (= *vontade*),
hontade, 332, 334 *Canc.*,
336 *doc.* e *Cr. Troy.*, 346 *doc.*

vus, nus, uos, 343 *Canc.*, 344 n. 1 e *ib.*
Canc.

X

xe, xi (pron. refl.), 342 e *ib.* *Canc.*

xermento (port. sarmento), 296, 342.

Y

ýrmaa; veja-se irmão.

Subsídios para o estudo da assimilação em português

(Continuado do Têmo I, p. 272)

68. Praticamente costuma-se definir o ditongo assim: «é o conjunto de duas vogais que se pronunciam com uma só emissão de voz».

Para a vista esta definição é excelente, pois que ortograficamente o ditongo é representado por duas vogais; para o ouvido ela não é má, visto que, quando proferimos *ai*, por exemplo, distinguimos nitidamente nesse ditongo a existência das duas vogais *a* e *i*; cientificamente, porém, os ditongos têm alguma coisa que os distingue do agrupamento de duas vogais seguidas, reunidas dissilâbicamente, como têm alguma coisa que os distingue das vogais puras.

69. Como é sabido, a articulação de um fonema é operação que consta de três fases: a *intensão*, a *tensão*, e a *distensão*.

A *intensão* é a fase em que os órgãos se preparam, se colocam na posição apropriada para produzir o fonema; a *tensão* é a fase em que os órgãos se conservam nessa posição apropriada; a *distensão* é a fase em que os órgãos abandonam essa posição¹.

Pois bem, se compararmos, sob o aspecto das fases de articulação, a estrutura de uma vogal com a de duas vogais reunidas dissilâbicamente, e com a de duas vogais reunidas em ditongo, notaremos que a vogal tem uma *intensão*, uma *tensão* e uma *distensão*²; que um ditongo tem também uma *intensão*, uma *tensão* e uma *distensão*³; e que duas vogais reunidas dissilâbicamente têm

¹ Cf. sobre este assunto Roudet, *Eléments*, § 88. Roudet, como já fazia Rousselot, chama às três fases *tension*, *tenue* e *détente*; Paul Passy, *Changements*, denomina-as *arrivée*, *tenue* e *détente*; Grammont, *Traité*, prefere as designações *catástase*, *tension* ou *tenue* e *metastase*; Navarro Tomás, *Manual*, adopta os termos *intensiôn*, *tensiôn* e *distensiôn*, que Oliveira Guimarães traduziu por *intensão*, *tensão* e *distensão*, e eu perfilho.

² Cf. Roudet, *Eléments*, § 42, e Grammont, *Traité*, p. 84.

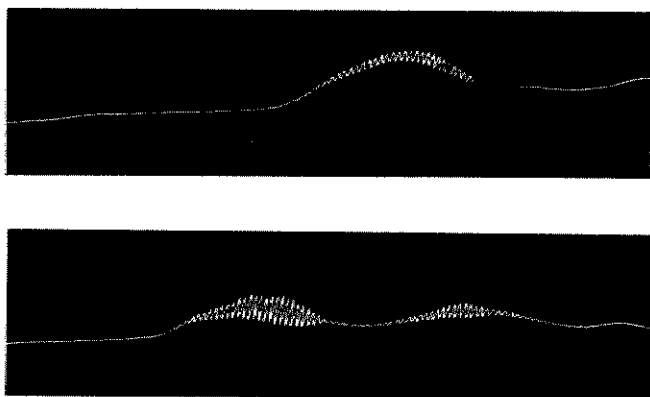
³ Cf. Grammont, *ib.*, p. 223.

duas séries das três fases de articulação, correspondendo cada uma delas a uma vogal¹.

Quere dizer: no agrupamento de duas vogais, reünidas dissilábicamente, cada vogal tem a sua *intensão*, a sua *tensão* e a sua *distensão*; no ditongo a *distensão* da primeira vogal desapareceu, como desapareceu a *intensão* da segunda, e fundiram-se as *tensões* de ambas.

Grammont, na p. 223 do seu *Traité*, para comprovar a diferença de articulação do ditongo *ái* e do agrupamento dissilábico *âi*, apresenta duas inscrições quimográficas, respectivamente do alemão *ei(n)* e do francês *(h)âi*.

Com o mesmo objectivo, a seguir apresento duas inscrições das formas portuguesas *ái* e *âi*, feitas por mim no laboratório do Centro de Estudos Filológicos. Estas duas inscrições foram feitas com pronúncia afectada, propositadamente para dar realce ao gráfico: na primeira há uma curva única, o que indica tratar-se de um som de uma só intensão, uma só tensão e uma só distensão; na segunda há duas curvas, o que indica tratar-se de dois sons apostos, cada um com a sua intensão, a sua tensão e a sua distensão.



70. Pelo que diz respeito às fases de articulação, o ditongo tem, pois, estrutura análoga à da vogal.

Isto, contudo, não quere dizer que um ditongo seja uma vogal, ou, vice-versa, que uma vogal seja um ditongo.

¹ Cf. Grammont, *ib.*, p. 223.

Sobre este assunto diz Grammont¹: «Une diphtongue est une voyelle unique, généralement longue (il en est de brèves), qui change de timbre au cours de son émission, c'est-à-dire qu'à un certain point de sa durée, d'ordinaire vers la fin du deuxième tiers, les organes et en particulier la langue se déplacent et prennent une autre position articulatoire. Pour la diphtongue toute entière il n'y a qu'une seule tension d'ensemble des organes, qui est décroissante; pour deux voyelles se succédant dans deux syllabes il y a deux tensions». Isto parece-me força de expressão, salvo o devido respeito: uma vogal, para ser pura, necessita ser produzida em condições determinadas e uniformes: uma vez que essas condições se alterem no decurso da produção dessa vogal, necessariamente não temos uma vogal pura, mas duas ou mais modalidades de fonemas, mais ou menos distintas.

Assim, o *é*, por ex., para ser puro, necessita ser produzido, durante a fase da tensão, que o caracteriza², com determinada abertura, com determinado ponto de articulação, e até com certa posição dos lábios.

Se não conservamos a abertura própria ou o ponto de articulação próprio durante essa fase, necessariamente o som resultante não é uma vogal pura: se nos limitamos a alterar a abertura, fechando-a ou abrindo-a gradualmente, o que temos é uma sucessão graduada de dois ou mais graus de abertura de uma mesma vogal; se nos limitamos a alterar o ponto de articulação, o que temos é um agrupamento de duas ou mais vogais; se alteramos a abertura bruscamente e bruscamente alteramos o ponto de articulação, o que temos é um agrupamento de vogais, ou um ditongo.

Assim, se dispusermos os órgãos para produzir o *é* (aberto), por ex., só podemos considerar que essa vogal é pura enquanto mantemos, durante a fase da tensão, inalteradas as posições tomadas; se, ainda durante a fase da tensão, diminuirmos gradualmente a abertura, deixamos de ter *é* para termos a sucessão *é, ê, ê, i*, e os graus intermédios de abertura da série palatal (cf. § 14); se, durante essa fase, alterarmos gradualmente o ponto de articulação, deixamos também de ter *é*, para termos a sucessão, por ex., *é, ê, ô, û*.

Se a alteração da abertura ou do ponto de articulação se faz gradualmente, sim, mas se se imprime maior duração às aberturas

¹ *Traité*, p. 223.

² Cf. Roudet, *Éléments*, § 42.

extremas ou aos pontos extremos de articulação, em vez de termos a sensação de uma sucessão graduada de vogais, temos a de um ditongo, mais ou menos caracterizado.

Rousselot diz que «La voyelle n'est pas un être simple: c'est, pour emprunter une image aux sciences naturelles, une colonie»¹.

Este conceito, a meu ver, traduz rigorosamente os factos: na verdade, quando pronunciamos uma vogal na linguagem corrente, não começamos a emitir a voz no momento em que a bôca atingiu a abertura precisa, nem cessamos de emitir a voz no momento em que vamos alterar essa abertura: começamos antes de atingir, e cessamos depois de alterar essa abertura. Por outras palavras: começamos com o início da intensão, e acabamos com o térmo da distensão.

Sendo assim, claro está, as vogais da linguagem corrente não são rigorosamente puras, tendo por conceito de vogal pura aquela que é proferida com determinada abertura e com determinado ponto de articulação durante a fase da tensão (cf. supra).

A análise dos factos mostra-nos isto. Contudo não devemos confundir uma vogal com um ditongo. A vogal é uma colónia, sim, mas de elementos sucessivos e graduados, sem saltos bruscos, ao passo que o ditongo é caracterizado precisamente por uma mudança brusca.

Elucidam este critério as seguintes palavras de Rousselot: «Dès lors on conçoit qu'elle (la voyelle) puisse se partager par segmentation. Qu'un retard ou un changement un peu brusque se produise en un point quelconque de cette colonie linéaire, les segments prendront une vie isolée, une nouvelle voyelle apparaîtra, la voyelle génératrice sera devenue diphtongue... La qualité de la voyelle nouvelle dépendra du point où la segmentation s'est produite»¹.

Esclarecem melhor a doutrina exposta, estas palavras de Roudet: «Entre les voyelles simples et les diphtongues bien caractérisées, il y a d'ailleurs tous les degrés de transition possibles, et la différence d'articulation entre l'élément initial et l'élément final peut être très grande ou au contraire très petite. Cela explique comment les diphtongues peuvent évoluer, et comment leur évolution peut se faire dans deux sens différents. Lorsque la différence d'articulation tend à devenir plus petite, la diphtongue tend vers une voyelle simple: la voyelle simple est atteinte lorsque la différence est devenue nulle.

¹ *Les modifications phonétiques du langage*. Cf. Roudet, *Eléments*, § 148.

C'est un phénomène d'assimilation entre deux sons contigus. Au contraire la différence entre deux éléments peut devenir plus grande: c'est un phénomène de dissimilation entre deux sons contigus ou de différenciation. Les diphtongues françaises offrent des exemples de ces deux sortes d'évolutions»¹.

71. A existência, num ditongo de uma série única das três fases de articulação, resulta do desaparecimento da distensão da primeira vogal, do desaparecimento da intensão da segunda, e da fusão das tensões das duas, se o ditongo se formou da juxtaposição de duas vogais²; se o ditongo se formou da segmentação de uma vogal, como diz Rousselot, essa série única das três fases de articulação resulta do facto de a segmentação se ter feito durante a fase da tensão, o que determinou que o primeiro elemento não tivesse chegado a ter distensão, e o segundo não tivesse chegado a ter intensão.

Daqui se conclui que a ditongação por juxtaposição é já de si um fenómeno de assimilação, que afecta as fases de articulação; e a ditongação por segmentação é já de si um fenómeno de diferenciação.

72. Os casos que estudei nos §§ 42 sgs. são de ditongação por juxtaposição.

Nesses casos o desaparecimento da distensão da primeira vogal, o desaparecimento da intensão da segunda, e a fusão das tensões das duas, representam uma notável aproximação dos dois fonemas, o que traduz certa interdependência.

Resulta daqui o fortalecimento dos dois princípios da predisposição e da inércia, e, conseqüentemente, o fortalecimento das tendências assimilatórias.

73. O que fica exposto, creio eu, justifica, num conspecto geral, como pretendia mostrar no § 67, a razão de ser dos fenómenos apontados nos §§ anteriores.

Só resta agora, chegados a este ponto, responder a esta pergunta que ocorre fazer: ¿mas, se se fortalece a tendência assimila-

¹ Roudet, *ibidem*.—Cf. Meillet, *Mémoires de la Société de Linguistique*, xii pp. 32-35, e Fouché, *Études de Phonétique Générale*, p. 18.

² Cf. Fouché, *ob. cit.*, p. 15 sgs. Fouché chama *verdadeira ditongação* à que resulta de uma vogal que se segmentou; e *ditongação aparente* à que resulta da juxtaposição de duas vogais.

tória, qual dos dois elementos do ditongo deve funcionar como elemento activo? Ou, por outras palavras: ¿se na assimilação o que domina é o mais forte, qual dos dois elementos do ditongo é o mais forte?

Grammont explica assim o problema: «Dans une diphtongue le deuxième timbre est subordonné au premier, qui est dominant parce qu'il occupe communément plus de place et surtout parce qu'il occupe une meilleure place: c'est lui qui constitue le sommet de la syllabe et qui est produit avec la plus forte tension d'ensemble. D'autre part le phénomène psychologique d'anticipation donne une prépondérance au timbre de la fin; on a vu dans les paragraphes antérieurs que la position organique d'un phonème peut s'établir, grâce à ce phénomène, déjà durant l'émission du phonème précédent; ici l'anticipation est beaucoup plus aisée parce qu'elle n'a pas à s'étendre au delà d'un même phonème»¹.

74. Vejamos agora outro aspecto do problema dos ditongos em português.

Em geral tem-se o conceito de que os ditongos portugueses são apenas estes²:

ai, ei, oi, ui; au, éu, iú, óu.
ia, ie, io, iu; úa, úe, üt, úó.

A meu ver, contudo, devemos considerar mais estes:

ü³: ävü ou ävüë (imperat. do verbo aviar).
ü: früslmü (superl. de frio).

au: süü (pres. do ind. do verbo suar).
üa: küüpärar ou küöpärar.

Os dois elementos que constituem os ditongos *ai, oi*, etc., distinguem-se facilmente pelo timbre de cada um; nos ditongos *ü* e *au* a distinção não se faz pelos timbres, visto que são iguais os dos dois elementos, mas pela altura e pela intensidade.

¹ *Traité*, p. 223.

² É aplicável aqui a doutrina da n. 1 ao § 78.

³ Cf. § 66, n. 1.

75. AS DUAS VOGAIS FORMAM DITONGO CRESCENTE. — Análogamente ao que sucede com os ditongos decrescentes (cf. § 42), quando duas vogais formam ditongo crescente, o primeiro elemento tende a aproximar-se do segundo, por antecipação (cf. § 5).

Nas suas linhas gerais essa aproximação ou assimilação afecta a abertura e o ponto de articulação, se bem que pouco perceptivelmente.

Assim, os *ii* de *piar*, *pior*, *vier*, e *miudo*, por ex., são mais abertos que os de *picar*, *licor*, *viver* e *lísura*, e os *uu* de *muar*, *suór*, *muela*, *moido* (= *müidä*) são também mais abertos que os de *mudar*, *pudor*, *puder*, *munido*.

Estes factos observam-se, claro está, na linguagem corrente e desafectada; na enfática a primeira vogal conserva a sua abertura normal, sucedendo mesmo por vezes que as duas não chegam a constituir ditongo.

76. Uma análise mais cuidadosa faz-nos ver que os *ii* de *piar*, *pior*, *viér* e *miudo* têm um timbre que denota posteriorização do ponto de articulação, e que os *uu* de *muar*, *muela*, *suór* e *moido* (= *müidä*) têm um timbre que denota anteriorização do ponto de articulação. Êste facto é provocado pela predisposição (cf. § 5) para pronunciar a vogal seguinte.

77. AS DUAS VOGAIS NÃO FORMAM DITONGO. — Quando duas vogais se encontram a seguir no corpo de uma palavra, ou em duas palavras sucessivas no corpo de uma frase, sem formarem ditongo, ora se dá a assimilação, ora não, conforme as circunstâncias.

78. CONSIDERADAS NA PALAVRA E SENDO A PRIMEIRA ÁTONA E A SEGUNDA TÓNICA¹. — Podem agrupar-se em seis casos os fenómenos que se observam nestas circunstâncias:

1.º CASO: *ä + á*, *ě + é*, *ŷ + i*, *ö + ó*, *ü + ú*. — Neste caso, sem que se altere a abertura da vogal resultante, as duas vogais contraem-se, isto é, atingem o máximo da assimilação. Exemplos:

chaáda (< *planata* -) > *chada* (e *achada*) = *x á d ä*.

graádo (< *granatu* -) > *grado* = *gr á d ü*.

¹ As vogais tónicas portuguesas podem ser abertas, médias ou fechadas: como ficou dito no § 17, represento as primeiras pelo acento agudo (´), as segundas por uma vírgula sobreposta à letra (ˊ), e as terceiras pelo acento

paída (< *panata*-) > *pada* = *p á d ä*.

saár (< *sanare*-) > *sar* (donde *sarar*) = *s á r*.

feéstra (< *fenestra*-) > *festra* (donde *fresta*) = *f é x t r ä*.

mêismo (< *metipsimu*-) > *mêsmo* = *m ê j m ä*.

teévras (< *tenebras*-) > *tevrás* (donde *trevas*) = *t é v r ä x*.

teêr (< *tenere*-) > *ter* = *t ê r*.

cobiça (< *cupuditia*-) > *cobiça* = *k ü b i s ä*.

coôr (< *colore*-) > *côr* = *k ô r*.

doôr (< *dolore*-) > *dôr* = *d ô r*.

2.º CASO: $\check{a} + \acute{e}$.—Neste caso o *a* assimila-se à vogal seguinte, e depois, sem que se altere a abertura da vogal resultante, as duas vogais contraem-se. Exemplos:

aélo (< *annellu*-) > *eélo* > *elo* = *é l ü*.

baésta (< *balesta*-) > *beésta* > *bésta* = *b é x t ä*.

maéstre (< *magistru*-) > *meéstre* > *mestre* = *m é x t r ä*.

quaraésma (< *quadragesima*-) > *quareésma* > *quaresma* = *k ü ä r é j m ä*.

raéla (< *ranella*-) > *reéla* > *rela* = *r é l ä*.

saéta (< *sagitta*-) > *seéta* > *seta* = *s é t ä*.

caêndas (< *calendas*-) > *queêndas* > *quendas* = *k ê n d ä x*.

caênte (< *calente*-) > *queênte* > *quente* = *k ê ŋ t ä*.

novaênta (< **novaginta*-) > *noveênta* > *noventa* = *n ä v ê ŋ t ä*.

taênto (< *talentu*-) > *teênto* > *tento* = *t ê ŋ t ä*.

3.º CASO: $\check{a} + \acute{o}$.—Neste caso o *a* assimila-se ao *o*, e depois dá-se a contracção, alterando-se a abertura da vogal resultante, que passa a ser aberta. Exemplos:

caónego (< *canonicu*-) > *coónego* > *cónego* = *k ó n ě g ä*.

dezabito (< *dez e oito*) > *dezoóito* > *dezóito* = *d (ě) z ó i t ä*.

maólho (< **manupulu*-) > *moólho* > *mólho* = *m ó l ä*.

circunflexo (^).—Nas regras, que vão seguir-se, indicarei, porém, só o grau aberto, para tornar mais simples e clara a exposição. Contudo, na exemplificação marcarei devidamente os graus de abertura, em conformidade com os factos.

4.º CASO: $\check{e} + i$.—Neste caso um de dois fenómenos se observa: ou a primeira se assimila totalmente à segunda e seguidamente se dá a contracção das duas sem que se altere a abertura da vogal resultante, ou a primeira se diferencia mais da segunda, passando a *a*. Exemplos:

areisco (< *areia*) > *ariisco* > *arisco* = $\check{a} r i \check{x} k \check{y}$.

leidimo (< *legitimu*-) > *liidimo* > *lidimo* = $l i d i m \check{y}$.

cafeina (< *café*) > *cafaina* (pop.) = $k \check{a} f \check{a} i n \check{a}$.

niveina > *nivatna* (pop.) = $n i v \check{a} i n \check{a}$.

reinha (< *regina*-) > *rainha* = $\bar{r} \check{a} i \check{n} \check{a}$.

5.º CASO: $\check{a} + i$, $\check{a} + \hat{a}$.—Neste caso mantém-se a diferenciação. Exemplos:

bainha (< *vagina*) = $b \check{a} i \check{n} \check{a}$.

paraíso (< *paradis*u-) = $p \check{a} r \check{a} i z \check{y}$.

raiz (< *radice*-) = $\bar{r} \check{a} i j$.

sair (< *salire*) = $s \check{a} i r$.

gráudo (< *granutu*-) = $g r \check{a} \hat{u} d \check{y}$.

saúde (< *salute*-) = $s \check{a} \hat{u} d \check{e}$.

6.º CASO: $\check{e} + \acute{a}$, $\check{e} + \acute{o}$, $\check{e} + \acute{u}$; $\check{o} + \acute{a}$, $\check{o} + \acute{e}$, $\check{o} + \acute{i}$, $\check{o} + \acute{u}$.—Neste caso o *e* reduz-se a *i*, e o *o* a *ũ*, e depois formam com a vogal seguinte ditongos crescentes. Exemplos:

creare > *criar* = $k r i \acute{a} r$.

Teófilo > *tiófilo* = $t i \acute{o} f i l \check{y}$.

teudo > *tiudo* = $t i \hat{u} d \check{y}$.

soar > *suar* = $s \check{u} \acute{a} r$.

moeda > *mueda* = $m \check{u} \acute{e} d \check{a}$.

moinho > *muinho* = $m \check{u} i \check{n} \check{y}$.

79. CONSIDERADAS NA PALAVRA E SENDO A PRIMEIRA TÓNICA E A SEGUNDA ÁTONA.—Podem agrupar-se em oito casos os fenómenos que se dão nestas circunstâncias:

1.º CASO: $\acute{a} + \check{a}$, $\acute{e} + \check{e}$, $\acute{i} + \check{i}$, $\acute{o} + \check{o}$, $\acute{u} + \check{u}$.—Neste caso as duas vogais contraem-se, como no 1.º caso do § 78. Exemplos:

máa (< *mala*-) > *má* = $m \acute{a}$.

páa (< *pala*-) > *pá* = $p \acute{a}$.

Sáa (< *Sala*) > *Sá* = $s \acute{a}$.

pée (< *pede-*) > *pé* = *pé*.

sée (< *sede-*) > *sé* = *sé*.

mihí > *mí* > *mim* = *mí*.

vii (< *vidi-*) > *vi* = *ví*.

sóo (< *solu-*) > *só* = *só*.

criu (< *crudu-*) > *crú* = *krú*.

míu (< *mulu-*) > *mu* = *mú*.

níu (< *nudu-*) > *nu* = *nú*.

2.º CASO: *á* + *e*, *ó* + *e*, *ú* + *e*.—Neste caso o *e* reduz-se a *ĩ* e este ditonga-se com a vogal precedente. Exemplos:

saes (< *sales*) > *sais* = *sáĩx*.

taes (< *tales*) > *tais* = *táĩx*.

soes (< *sodes* < **sutis*) > *sois* = *sôĩx*.

soes (< *soles*) > *sóis* = *sóĩx*.

paues (< **padules* por *paludes*) > *pauis* = *păăĩx*.

3.º CASO: *i* + *ă*.—Neste caso dois fenómenos se observam: ou as duas vogais se conservam inalteradas, ou o *i* se ditonga por segmentação (cf. § 66). Exemplos:

fuzia = *făziă* ou *făziĩă*.

judia = *jădiă* ou *jădiĩă*.

trazia = *trăziă* ou *trăziĩă*.

4.º CASO: *i* + *ě*.—Neste caso dois fenómenos também se observam: ou o *i* se ditonga por segmentação e o *e* mantém-se com o seu valor neutro de *ě*, ou o *i* se ditonga por segmentação e o *ě* se assimila a *ě*. Exemplos:

confie = *kěfiě* ou *kěfiĩ*.

envie = *ěviě* ou *ěviĩ*.

alie = *ăliě* ou *ăliĩ*.

5.º CASO: *i* + *u*.—Neste caso dois fenómenos também se observam: ou o *i* se ditonga por segmentação e o *u* se mantém indepen-

dente, ou o *i* se ditonga com o *u*. É o caso tratado no § 66. Exemplos:

frio = *friiũ* ou *friũ*.

rio = *riiũ* ou *riũ*.

6.º CASO: *ó* + *ã*.—Neste caso dois fenómenos também se observam: ou as duas vogais se mantêm inalteradas e independentes, ou o *o* se ditonga por segmentação. Exemplos:

boa = *bôã* ou *bôũã*.

voa = *vôã* ou *vôũã*.

7.º CASO: *ú* + *ã*.—Neste caso dois fenómenos também se observam: ou as duas vogais se mantêm inalteradas e independentes, ou o *u* se ditonga por segmentação, como no caso anterior: Exemplos:

lua = *lûã* ou *lûũã*.

tua = *tûã* ou *tûũã*.

8.º CASO: *é* + *ã*.—Neste caso dois fenómenos também se observam: ou as duas vogais se mantêm inalteradas e independentes, ou o *e* se ditonga por segmentação. Exemplos:

balea = *bălēã* ou *bălēĩã* ou *bălăĩã* (cf. § 42).

cea = *sêã* ou *sêĩã* ou *săĩã*.

80. CONSIDERADAS NA PALAVRA E SENDO AMBAS ÁTONAS.—Podemos agrupar em quatro casos os fenómenos que se dão nestas circunstâncias. Exemplos:

1.º CASO: *ã* + *ã*, *ẽ* + *ẽ*, *ĩ* + *ĩ*, *ô* + *ô*, *ũ* + *ũ*.—Neste caso as duas vogais contraem-se como nos 1.ºs casos dos §§ 78 e 79. Exemplos:

caaveira (< *calavaria* -) > *căveira* = *kăvêĩră* ou *kăvăĩră*.

paadeiro (< *panaturiu* -) > *pădeiro* = *pădêĩră* ou *pădăĩră*.

saadio (< *sanativu* -) > *sădio* = *sădîĩă*.

vaadio (< *vagativu* -) > *vădio* = *vădîĩă*.

meezinha (< *medicina* -) > *mêzinha* = *mêzîĩă*.

2.º CASO: *ã* + *ẽ*.—Neste caso quatro fenómenos se observam: ou se dá a contracção; ou se mantêm inalteradas e independentes as

duas vogais; ou a segunda se reduz a *i*, mantendo-se embora a independência; ou, finalmente, a segunda se reduz a *ĩ* e se ditonga com a primeira. Exemplos:

acaecer > *aqueecer* > *aquècer* = *ăkèsêr*.
abaetado = *aba-etado* = *ăbăětádă*.
aba-itado = *ăbăĩtádă*.
abaitado = *ăbăĩtádă*.

3.º CASO: *ă* + *ô*.—Neste caso as duas vogais contraem-se depois de se assimilar o *a* ao *o*. Exemplos:

aolhar > *oolhar* > *olhar* = *ôlâr*.
maorgado > *moorgado* > *morgado* = *môrgádă*.

4.º CASO: *ĩ* + *ê*.—Neste caso quatro fenómenos se observam: ou se mantêm inalteradas e independentes as duas vogais; ou a segunda se dissimila em *a*; ou a segunda se reduz a *ê*; ou a segunda se assimila à primeira e depois se contraem. Exemplos:

piedade = *pĩědádě*.
 pĩădádě.
 pĩědádě.
 pĩldádě > *pĩdádě*¹.

81. CONSIDERADAS NA FRASE E SENDO A PRIMEIRA ÁTONA E A SEGUNDA TÔNICA².—As palavras portuguesas podem terminar em uma das seguintes vogais átonas: *ă*, *ê*, *ĩ* (raramente) e *ă*; e podem começar em uma das seguintes vogais tónicas: *á*, *â*, *á*, *â*, *â*, *é*, *é*, *ê*, *ê*, *í*, *î*, *î*, *ó*, *ô*, *ô*, *ô*, *ú*, *û*, *û*. Dêste modo, podemos agrupar em cinco casos os fenómenos que se dão nestas circunstâncias.

¹ As palavras como *piedade*, *ansiedade* e outras, são pronunciadas pelos cultos *pĩědádě*, pelo povo inculto *pĩădádě*, por certos indivíduos cultos *pĩědádě*, e por outros *pĩldádě* com um *i* alongado, o que deve representar uma fase posterior de *pĩědádě*.

² A sorte em português do encontro da vogal final de uma palavra com a inicial de outra no corpo de uma frase, foi, que eu saiba, estudada por Jules Cornu e por Gonçalves Viana.

O trabalho de Cornu, intitulado «Phonologie syntactique et mesure des mots», foi publicado no t. XII da *Romania*; os de G. Viana são capítulos das

1.º CASO: $\check{a} + \acute{a}$, $\check{e} + \acute{e}$, $\check{i} + \acute{i}$, $\check{u} + \acute{u}$. — Neste caso há tendência para a contracção sem que se altere a abertura da vogal resultante, como no 1.º caso do § 78, sobretudo quando o acento da frase não cai na segunda vogal. Exemplos:

a égua anda = $\check{a} \text{ ègũ\`{a}nd\`{a}}$ ou $\check{a} \text{ ègũ\`{a}\`{a}nd\`{a}}$.

a égua anda bem = $\check{a} \text{ ègũ\`{a}nd\`{a}b\`{e}ĩ}$.

o forte erra = $\check{u} \text{ fòrt\`{e}r\`{a}}$ ou $\check{u} \text{ fòrt\`{e}r\`{e}ĩ}$.

o forte erra tanto = $\check{u} \text{ fòrt\`{e}r\`{a}t\`{a}nt\`{u}}$.

eu quasi ia = $\check{e}ũ \text{ kũ\`{a}z\`{i}\`{a}}$  ou  $\check{e}ũ \text{ kũ\`{a}z\`{i}ĩ}$.

eu quasi ia bem = $\check{e}ũ \text{ kũ\`{a}z\`{i}b\`{e}ĩ}$.

tudo urge = $tũ\`{d}\`{a}rj\`{e}$  ou  $tũ\`{d}\`{u}rj\`{e}$.

tudo urge assim = $tũ\`{d}\`{u}rj\`{e}sĩ$.

Como ficou dito, neste caso há tendência para a contracção: isto implica o conceito da existência de excepções.

A minha observação pessoal tem-me mostrado que uma das excepções afecta o artigo definido, o que, aliás, é natural, visto que, sendo a função do artigo definido determinar os substantivos, a contracção dêle com a vogal inicial da palavra seguinte equivale por vezes a anular-se essa determinação: quando falamos, ainda que com rapidez, temos sempre, mais ou menos, a preocupação de proferir o artigo com a clareza bastante, para que se faça a determinação.

O caso é perfeitamente análogo ao tratado por Pernot na p. 55 do seu trabalho «L'e muet», onde se lê: «Le sens peut influer sur le maintien ou la suppression de l'e muet. Dans une phrase comme *faites-le*, l'e final ne disparaît jamais, parce que le pronon *le* a de l'importance au point de vue du sens et que l'l seul ne mettrait pas suffisamment en relief l'idée qu'il s'agit d'exprimer».

obras já citadas *Essai*, p. 34 sgs., e *Portugais*, § 84 sgs. O trabalho de Cornu é baseado no *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Resende; os de G. Viana, na pronúncia normal de hoje. Além destes trabalhos, há outro, publicado em 1927, que não cito em especial, por não ser trabalho original. (Cf. a revista *A Língua Portuguesa*, vol. II, pp. 286-296, 374-385, 412-426).

O problema do encontro da vogal final de uma palavra e da inicial de outra no corpo de uma frase em português é vasto e complexo.

Aqui não me proponho tratá-lo em tóda a sua extensão, mas apenas dar uma idea de conjunto, e aproveitar os exemplos em que a assimilação se manifesta.

Sendo como digo, Gonçalves Viana não foi preciso na escolha dos exemplos *a arte*¹ e *o urro*², que diz serem pronunciados normalmente *ãrtẽ* e *ũrũ*.

Entre a forma *ũrũ*, pronunciada com um só *u* longo, e a expressão portuguesa *o urro*, há uma diferença notável: quando um português pronuncia a expressão *o urro*, distingue nitidamente os dois *uu*, pela preocupação de manter com suficiente clareza a determinação expressa pelo artigo.

Admitindo mesmo que a doutrina de Gonçalves Viana é certa às vezes, outras não o é, e nesse caso os dois *uu* soam distintamente sob a forma do ditongo crescente *ũũ*.

2.º CASO: *ã + é*, *ã + i*, *ã + ó*, *ã + ú*. — Aqui os fenómenos são análogos aos do caso anterior. Exemplos:

era isto = *ẽrãĩxtĩ* ou *ẽrixtĩ*.

era isto assim = *ẽrĩxtĩsĩ* ou *ẽrĩxtĩũsĩ*.

peça hervas = *pẽsãẽrvãx* ou *pẽsẽrvãx*.

peça hervas verdes = *pẽsẽrvãjvêrdẽx*.

coma ovos = *kõmãóvũx* ou *kõmóvũx*.

coma ovos moles = *kõmòvũjmólẽx*.

colha uvas = *kõlãũvãx* ou *cõlũvãx*.

colha uvas boas = *kõlũvãjbóãx*.

3.º CASO: *ẽ + á*, *ẽ + i*, *ẽ + ó*, *ẽ + ú*. — Aqui os fenómenos são análogos aos dos dois casos anteriores, mas a tendência assimilatória é mais intensa. Exemplos:

pede água = *pèdãgũã*.

pede água quente = *pèdãgũãkêntẽ*.

escreve isto = *xkrẽvĩxtĩ*.

escreve isto bem = *xkrẽvĩxtĩbãĩ*.

¹ *Portugais*, § 89. Cf. *Essai*, p. 35.

² *Portugais*, § 85.

sobe hoje = *sòbòjě*.

sobe hoje cedo = *sòbòjěsědũ* ou *sòbòxsědũ*.

pede um = *pědũ*.

pede um livro = *pědũlivrũ*.

Os brasileiros e os portugueses das Colónias não fazem geralmente a contracção, mas dão ao *ě* o valor de *i*. Deste modo pronunciam: *pědiágũđ*, *ěxkrěvĩxtě*, *sòbĩójě*, *pědiĩđ*.

Em Portugal alguns exemplos há em que se não faz a contracção, e outros em que ela se faz, mas não obrigatoriamente. Assim, diz-se:

sete anos = *sětiānũx* ou *sětānũx*.

sete horas = *sětiórđx* ou *sětórđx*.

nove ursos = *nòvũrsěx* ou *nòvĩrsěx*.

nove éguas = *nòvégũđx* ou *nòvĩégũđx*.

onze árvores = *ěziārvũrěx* ou *ězārvũrěx*.

doze erros = *dòzěřũx* ou *dòzěřũx*.

doze ilhas = *dòzĩlđx* ou *dòzĩlĩlax*.

catorze homens = *kătórziómāĩx* ou *kătórzmāĩx*.

quinze uvas = *kĩziāvđx* ou *kĩzāvđx*.

vinte anos = *vĩņtĩānũx* ou *vĩņtānũx*.

mas diz-se sempre sem contracção:

treze anos = *trěziānũx* e nunca *trězānũx*.

se ama = *sĩāmđ* e nunca *sāmđ*.

que era = *kĩérđ* e nunca *kérđ*.

4.º CASO: *ũ + á*, *ũ + é*, *ũ + i*, *ũ + ó*. — Aqui a tendência assimilatória é nítida, quando o acento da frase não cai na segunda vogal; quando cai, a tendência é para manter a diferenciação. Exemplos:

Pedro ama = *pědrũāmđ*.

Pedro ama muito = *pědrāmđmĩitě* ou *pědrũāmđmĩitě*.

isto era = *ĩxtũérđ*.

isto era assim = *ĩxtěrđsĩ* ou *ĩxtũěrđsĩ*.

o filho ia = *ũ filũĩđ* ou *ũ filũĩĩđ*.

o filho ia sempre = *ũ filĩlđsěņprě*.

o neto ora = ů *nètŭóră*.

o neto ora muito = ů *nètòrà mĕtĭtŭ*.

5.º CASO: *ĭ* + *á*, *ĭ* + *é*, *ĭ* + *ó*, *ĭ* + *ú*. — Aqui, ou o *i* se mantém, ou se reduz a *e*, seguindo então a sorte do 3.º caso. Exemplos :

quási há = *kŭázĭá* ou *kŭáză*.

quási há quem diga = *kŭázăkĕndĭgă* ou *kŭázĭăkĕndĭgă*.

quási era = *kŭázĭéră* ou *kŭázéră*.

quási era assim = *kŭázèràsĭ* ou *kŭázĭèràsĭ*.

quási ora = *kŭázĭóră* ou *kŭázóră*.

quási ora assim = *kŭázòràsĭ* ou *kŭázĭòràsĭ*.

quási usa = *kŭázĭŭză* ou *kŭázŭză*.

quási usa sempre = *kŭázŭzăsĕmprĕ* ou *kŭázĭŭzăsĕm-prĕ*.

82. CONSIDERADAS NA FRASE E SENDO A PRIMEIRA TÓNICA E A SEGUNDA ÁTONA. — Podemos agrupar em seis casos os fenómenos que se observam nestas circunstâncias :

1.º CASO: *á* + *ă*, *é* + *ě*, *i* + *ĭ*, *ó* + *ŏ*, *ú* + *ŭ*. — Neste caso há tendência para a contracção, como no 1.º caso do § 81, sobretudo quando o acento da frase não cai na segunda vogal: como no 1.º caso do § 81, quando se dá a contracção, a vogal resultante é breve; quando se não dá a contracção, as duas vogais podem formar ditongo de harmonia com a doutrina do § 74. Exemplos :

o papá arava = ů *păpăărávă*.

o papá arava muito = ů *păpărávă mĕtĭtŭ*.

o José errava = ů *jŭzĕĕrávă* ou ů *jŭzérávă*.

o José errava tanto = ů *jŭzĕĕrávătăntŭ* ou ů *jŭzérăvătăntŭ*.

o rabi irá = ů *răbĭiră*.

o rabi irá sempre = ů *răbĭrăsĕmprĕ*.

o Jacó orava = ů *jăkòórávă*.

o Jacó orava bem = ů *jăkòrávăbĕi*.

o Landru usava=š lăndrűzăvă ou š lăndrűzăvă.
o Landru usava multo=š lăndrűzăvămăitű.

2.º CASO: $\acute{a} + \check{e}$, $\acute{a} + \text{í}$, $\acute{a} + \text{ó}$, $\acute{a} + \check{u}$. — Aqui não se dá a contracção; o que se dá às vezes é a ditongação. Exemplos:

o papá errava = ů pāpāčěrávǎ ou ů pāpāčírǎvǎ.
o papá irá = ů pāpāírá ou ů pāpāírá.
o papá orava = ů pāpāōrávǎ ou ů pāpāūrávǎ.
o papá usava = ů pāpāūzǎvǎ ou ů pāpāūzǎvǎ.

3.º CASO: *é + ã, é + ÿ, é + õ, é + ẽ*.—Aqui normalmente evita-se a contração. Contudo, na linguagem rápida e despreocupada, a segunda vogal chega a contrair-se com a primeira, sobretudo se o acento da frase está muito distante dessa vogal. Exemplos:

o José amava = ǎ jǔzèǎmávǎ ou ǎ jǔzèmávǎ.
o José amava tanto = ǎ jǔzèǎmávǎtǎntǎ ou ǎ jǔzèmávǎtǎntǎ.
o José irá = ǎ jǔzèirǎ.
o José irá sempre = ǎ jǔzèirǎsǐmpǎrǎ ou ǎ jǔzèirǎsǐmpǎrǎ.
o José orava = ǎ jǔzèǎrǎvǎ.
o José orava muito = ǎ jǔzèǎrǎvǎmǎitǎ ou ǎ jǔzèǎrǎvǎmǎitǎ.
o José usava = ǎ jǔzèǎzǎvǎ.
o José usava isso = ǎ jǔzèǎzǎvǎisǎ ou ǎ jǔzèǎzǎvǎisǎ.

4.º CASO: $i + \check{a}$, $i + \check{e}$, $i + \check{o}$, $i + \check{u}$.—Aqui ou se mantém a diferenciação, ou as duas vogais formam ditongo crescente. Exemplos:

parti agora = *părtiăgóră* ou *părtiăgóră*.
parti emora = *părtițembóră* ou *părtițebóră*.
vi ossadas = *vîsădăx* ou *vîsădăx*.
vi usar = *vîăzăr* ou *vîăzăr*.

5.º CASO: $\acute{o} + \check{a}$, $\acute{o} + \check{e}$, $\acute{o} + \check{i}$, $\acute{o} + \check{u}$.—Aqui mantém-se a diferenciação. Exemplos:

o *Jacó amava* = ů. jǎk òǎmávǎ.
o *Jacó errava* = ů. jǎk òěřávǎ.

o Jacó irá = *ǎ jǎkòĩrá*.

o Jacó usava = *ǎ jǎkòũzǎvǎ*.

6.º CASO: *ú + a*, *ú + e*, *ú + i*, *ú + o*.—Aqui ou se mantém a diferenciação, ou as duas vogais formam ditongo crescente. Exemplos:

o Landru amava = *ǎ lǎndrũǎmávǎ* ou *ǎ lǎndrũǎmávǎ*.

o Landru errava = *ǎ lǎndrũěřávǎ* ou *ǎ lǎndrũěřávǎ*.

o Landru irava = *ǎ lǎndrũĩrávǎ* ou *ǎ lǎndrũĩrávǎ*.

o Landru orava = *ǎ lǎndrũórávǎ* ou *ǎ lǎndrũórávǎ*.

83. CONSIDERADAS NA FRASE E SENDO AMBAS ÁTONAS.—Podemos agrupar em cinco casos os fenómenos que se observam nestas circunstâncias.:

1.º CASO: *â + â*, *ê + ê*, *ĩ + ĩ*, *ũ + ũ*.—Neste caso a contracção é obrigatória. Exemplos:

ela amava = *èlǎmávǎ*.

ele estava = *ělěxtávǎ*.

quási irá = *kũǎzĩrá*.

peço urgência = *pèsũřjêsĩǎ*.

2.º CASO: *â + ê*, *â + ĩ*, *â + ò*, *â + ũ*.—Aqui é também obrigatória a contracção, ou melhor, a primeira vogal assimila-se totalmente à segunda. Exemplos:

ela errava = *èlěřávǎ*.

esta imagem = *èxtĩmájǎĩ*.

a filha orava = *ǎ fĩlòrávǎ*.

a velha usava = *ǎ vèlũzǎvǎ*.

3.º CASO: *ě + â*, *ě + ĩ*, *ě + ò*, *ě + ũ*.—Neste caso a assimilação total é também obrigatória. Exemplos:

pode andar = *pòdǎndǎr*.

o padre irá = *ǎ pǎdrĩrá*.

o pobre orava = *ǎ pòbròrávǎ*.

o pobre usava = *ǎ pòbrũzǎvǎ*.

4.º CASO: *ĩ + â*, *ĩ + ê*, *ĩ + ò*, *ĩ + ũ*.—Aqui ou as duas vogais formam ditongo crescente, ou a primeira se assimila totalmente à segunda. Exemplos:

quási havia = *kũǎzĩǎvĩǎ* ou *kũǎzǎvĩǎ*.

quási errava = *kũǎzĩěřávǎ* ou *kũǎzěřávǎ*.

quási obrava = *kũázĩôbrávă* ou *kũázôbrávă*.

quási usava = *kũázĩũzávă* ou *kũázăzávă*.

5.º CASO: *ũ + â, ũ + ê, ũ + i, ũ + ò*. — Aqui, como no caso anterior, ou as duas vogais formam ditongo crescente, ou a primeira se assimila totalmente à segunda. Exemplos:

Pedro amava = *pědrũămávă* ou *pědrămávă*.

espero errar = *xpěrũěfăr* ou *xpěrěfăr*.

o sogro irá = *ũ sôgrũĩrá* ou *ũ sôgrĩrá*.

o lago ondeia = *ũ làgũôndăĩă* ou *ũ làgôndăĩă*.

84. CONSIDERADAS NA FRASE E SENDO AMBAS TÓNICAS. — Podemos agrupar em seis casos os fenómenos que se observam nestas circunstâncias:

1.º CASO: *á + á, é + é, i + i, ó + ó, ú + ú*. — Neste caso dois fenómenos se observam: se o acento da frase coincide com o da segunda vogal, mantém-se a diferenciação; se não coincide, dá-se a assimilação. Exemplos:

o papá ara = *ũ păpááră*.

o papá ara bem = *ũ păpàràbăĩ*.

o José erra = *ũ jũzèéră*.

o José erra sempre = *ũ jũzèérăsêmpřě*.

o rabi ia = *ũ řàbĩiă*.

o rabi ia assim = *ũ řàbĩàsĩ*.

o Jacó ora = *ũ jăkòóră*.

o Jacó ora muito = *ũ jăkòrămăĩtũ*.

tu usas = *tũúzăx*.

tu usas isso = *tũúzăzĩsũ*.

2.º CASO: *á + é, á + i, á + ó, á + ú*. — Aqui a diferenciação mantém-se. Exemplos:

o papá erra = *ũ păpàéră*.

o papá erra sempre = *ũ păpàérăsêmpřě*.

o papá ia = *ũ păpàĩă*.

o papá ia lá = *ũ păpàĩălă*.

o papá ora = ũ pãpàóră.

o papá ora muito = ũ pãpàòrămâitũ.

o papá usa = ũ pãpàûză.

o papá usa isso = ũ pãpàũzăisũ.

3.º CASO: *e* + *á*, *e* + *i*, *e* + *ó*, *e* + *ú*. — Aqui também se mantém a diferenciação. Exemplos:

o José anda = ũ jũzèândă.

o José anda muito = ũ jũzèândămâitũ.

o José erra = ũ jũzèéră.

o José erra sempre = ũ juzèèrăsêmpřě.

o José ora = ũ jũzèóră.

o José ora bem = ũ jũzèòrăbăĩ.

o José usa = ũ jũzèûză.

o José usa isso = ũ jũzèũzăisũ.

4.º CASO: *i* + *á*, *i* + *e*, *i* + *ó*, *i* + *ú*. — Aqui as duas vogais formam ditongo crescente. Exemplos:

vi asas = vĩázăx.

vi asas brancas = vĩázăjbřănkăx.

pedi hervas = pĕdĩérvăx.

pedi hervas verdes = pĕdĩérvăjvêrděx.

vivi horas = vĩvĩórăx.

vivi horas santas = vĩvĩòrăxsântăx.

comi uvas = kũmĩăvăx.

comi uvas verdes = kũmĩũvăjvêrděx.

(Continua).

R. DE SÁ NOGUEIRA.

livros e Revistas

Georg Sachs, *Die germanischen Ortsnamen in Spanien und Portugal*, Jena-Leipzig 1932, viii-121 páginas. [*Berliner Beiträge zur romanischen Philologie*, herausgegeben von Ernst Gamillscheg. Band II, 4].

Para o estudo da toponímia galego-portuguesa há entre nós subsídios importantes, carreados por Pedro de Azevedo, Leite de Vasconcelos, J. J. Nunes, Joaquim da Silveira e Cortesão. Faltava porém um estudo de síntese, em que, sob o étimo respectivo, figurasse tôda a vegetação curiosa e instrutiva dos topónimos. O Sr. Sachs acaba de tentar êsse trabalho para os nomes locais de origem germânica. Muniu-se o filólogo alemão de todo o possível material de estudo para conduzir a bom têrmo a sua missão. Só um livro não pôde consultar, que, sem lhe dizer propriamente nada de novo com respeito a doutrina, lhe faria ver contudo que já nos meados do século xviii um estudioso peninsular se ocupou com inteligente diligência do problema da toponímia galega. Referimo-nos ao livro de Fr. Martín Sarmiento, *Onomástico etimológico de la lengua gallega*, Tuy 1923, já conhecido dos leitores dêste *Boletim*¹.

No capitulo daquela obra, intitulado *De la geografia y de las genealogias* (p. 108 ss.), trata o infatigável trabalhador o problema, e fá-lo com a penetrante originalidade de sempre. Segundo Sarmiento, a distribuição dos topónimos galegos podia reduzir-se aos seguintes grupos:

1. nomes de História Natural, exceptuando a Botânica;
2. nomes tomados dos vegetais;
3. nomes impostos pela disposição do terreno;
4. nomes impostos pela vizinhança de outros objectos;
5. nomes que se referem ao fundador ou possuidor do sítio, se foi romano;
6. nomes referidos ao fundador ou possuidor, se foi suevo ou godo;
7. nomes referidos ao fundador ou possuidor, se foi galego posterior;
8. nomes de lugares marítimos, que aludem a cousas do mar;
9. nomes que aludem a algum edificio antigo ou moderno;
10. nomes vários, que não entram em nenhuma destas classes.

Depois, em cada classe enumera alguns nomes e propõe a etimologia, a maior parte das vezes acertada². No grupo 6, compreende claramente a formação dos topónimos: *Rosende* <(casade) Rudesindi (cf. Sachs, 70, 81),

¹ *Boletim de Filologia*, I (1932-1933), pp. 185-198.

² Ex: *Buytiron*, *Buytareira* <vultur (pp. 114, 115), *Grizoa* <ecclesiola (p. 128), *Fiz*, *Fins* <Felix (p. 133), etc. Em compensação, não atinou com a origem de *Cas Cerval*, fazendo-o derivar — hipoteticamente ainda assim — de *Collis Cervis* (p. 115).

Recemil < (casale) *Recimiri* (p. 134). Todavia, como a pesquisa das algumas etimologias oferecia naturalmente dificuldades, pensava em ocasião mais oportuna dedicar-se a esse trabalho¹.

A lista numerosa de topónimos germânicos, no *Onomástico* de Sarmiento, tem para nós ainda outra importância: revela-nos muitos nomes galegos, que escaparam lamentavelmente a Sachs. Vamos dá-los em seguida, pela ordem do livro, não garantindo contudo a grafia de alguns, porque a obra de Sarmiento traz muitos erros de impressão:

Lubián, Lobanes, que deviam estar em Sachs (p. 73) sob a raíz **leuba*; *Ganade, Moialde, Crisalde, Frayalde, Goyán, Goyás, Villaambran, Leboréán, Guittillán, Golán, Gulans, Frollans, Forxán, Fefián, Fefiñans* (cf. Sachs, 48—*Fafán*), *Guimarán, Guimarai, Requián, Requiánes* (Sachs, p. 82, só aponta nomes destes em Portugal), *Ramirán, Ramirus; Cristosende* (no livro erradamente *Chistosende*), *Lesende, Truitosende, Recende, Otermesende* (cf. Sachs, 77—*Mosende*), *Gandarande* (erro por *Gonderande*? Cf. Sachs, 59-60), *Rausinde, Espasande, Guillarey, Gigerey, Agquarey, Anserey, Sigeredo, Signarey, Xobrey, Ansey, Lobrey* (cf. Sachs, 73-74—*Lubreu, Lufrei*), *Rozofrey, Christomil, Arsemil, Beemil, Seixomil, Guisamil, Veymil, Cuatromil, Graamil, Casomir, Boymir, Crescemir, Guimiz* (certamente erro por (*Guimir*), *Godemir, Tangil, Zaqueril, Sampil, Coufil, Guixilde, Brazilde, Eugilde, Ordilde, Frazilde; Diomonde, Ligonde, Saxamonde, Queizimonde, Alcimonde, Bracamonde, Hayamonde, Gaymonde, Bergondo, Bergunde* (cf. Sachs, 43), *Avegondo, Cullergondo, Crismondo, Vila Ragunte; Alperiz, Argiz, Bairiz* (cf. Sachs, 38, 42), *Boitiz, Beariz, Trasfariz* (ou *Trasariz*? Cf. Sachs, 97); *Guildulfe, Bendulfe; Gondrame, Gundivos, Fonsin* (talvez erro, por *Fonsin*. Cf. Sachs, 54); *Cutián, Gondellin, Guin, Faragoto*.

Sarmiento, além doutros, de duvidosa origem, inclui também entre os topónimos germânicos os lugares terminados em *-obre* e *-ove*.

Evidentemente que surpreende esta omissão no inventário de Sachs, ainda quando alguns dos nomes acima citados se possam encontrar nêle ligeiramente modificados². E como nem um momento podemos duvidar das informações de Sarmiento nem dos seus profundos conhecimentos de corografia galega, temos de concluir que, ou Sachs não explorou exaustivamente o *Nomenclator* espanhol (não o temos à mão para verificar), ou — o que é muito mais provável — esse índice geográfico está longe de ser completo pelo que respeita à Galiza³. Nem é para admirar, porque, no tempo de Sarmiento e ainda hoje, «na Galiza, cada rincão ou palmo de terra tem o seu nome próprio» (p. 108).

¹ «De los nombres góticos quise poner los nombres, v. g. *Recesende*, del genitivo *Recesvindi*. Pero como pienso poner la etimología gótica a muchos, v. g. de donde viene esta voz sueva o gótica *Recesvindus*, he dejado ese trabajo para mejor ocasión». — *Onomástico*, p. 143.

² O autor, de resto, confessa honestamente as imperfeições inevitáveis do seu trabalho, declarando no prefácio que lhe faltaram os nomes dos pequenos sítios, campos, rios, outeiros, fazendas e dos *despoblados* (p. 1).

³ Também pode ser que um ou outro nome da lista de Sarmiento seja tirado de documentos antigos, em latim bárbaro.

De tal modo, que o grande erudito galego calculava que houvesse em toda a região 100:000 nomes de lugares, incluindo, é claro, as repetições. Do exposto se vê que a afirmação de Sachs de que há ao todo 2:400 topónimos germânicos na Península não é bem verdadeira (p. 6).

Um trabalho como o de Sachs tem valor simultaneamente linguístico e antropológico, porque nos dá como que uma tabela da intensidade da influência germânica no noroeste da Península¹. O autor, fundado numa informação do Dr. Weinert, de Berlim, diz que entre nós faltam sobre esse fenómeno investigações antropológicas (p. 6). Há contudo subsídios para o caso especial das populações minhotas de Ricardo Severo, Fonseca Cardoso e Luis de Pina. Veja-se dêste último o estudo recente na *Revista de Guimarães*, XLII (1932), pp. 38-51: *Contribuição para a antropológia dos povos bracarense*. Os antropologistas têm desde hoje no livro de Sachs uma série de elementos estatísticos, que poderão talvez aproveitar para as suas conclusões.

Para isso seria contudo necessário que o trabalho possuísse um índice minucioso, completo. É uma falta grave, que diminui muitíssimo o valor do livro como instrumento de consulta. É certo que Sachs coloca os nomes sob as raízes germânicas, dispostas por ordem alfabética; mas isto evidentemente é um pequeníssimo auxílio; será preciso conhecer de antemão a raiz germânica ou então procurar por palpite. A dificuldade está em que nomes à primeira vista muito diferentes aparecem subordinados ao mesmo étimo: *Estragiz*, *Astromil*, *Destriz* (p. 35); *Oriz*, *Uriz*, *Ousende*, *Ulfe* (pp. 36-37); *Balde*, *Valdren* (pp. 40-41); *Garei*, *Igarei*, *Eirigo*, *Villeiriz* (p. 47); *Candemil*, *Gandufe* (p. 56); *Quende*, *Quintin*, *Cende* (p. 72); *Laboriz*, *Novegilde* (p. 73); *Sabaris*, *Javariz* (p. 92); *Valiz*, *Variz*, *Galhufe* (p. 99); *Guitriz*, *Vitiriz* (p. 101). Não se contam aqui os compostos, que, soldados por vezes intimamente, vêm aumentar a dificuldade da busca.

Pelo que respeita propriamente aos materiais de informação linguística, que mais nos interessam por agora, os elementos, ainda que mal dispostos e em número relativamente escasso, constituem subsídio importante para o estudo de certas transformações fonéticas. É preciso, naturalmente, a maior das precauções, porque se trata, em bom número de casos, de cópias posteriores da autoria de escribas não muito escrupulosos e com um instinto infantil de latinização; quer isto dizer que se encontram por vezes formas alatinadas, que não correspondem já a uma realidade linguística, à forma popular corrente. Esta portanto, quando surge, é que representa o dado mais seguro. Todavia é

¹ O professor de Sachs, o Dr. Gamillscheg, publicou na *Revista de Filologia Española*, XIX (1932), pp. 117-150, 229-260, um estudo intitulado *Historia lingüística de los visigodos*, no qual se utilizou dos materiais coligidos pelo discípulo. Nota o professor berlinês como prova de activa colonização germânica o facto de haver uns 80 lugares que trazem a designação de *godo*. Por outro lado, a raridade dos topónimos em *-ing*, característicos da colonização goda no sul da França, explicar-se há pelo facto de os visigodos terem chegado à Península em quantidades relativamente pequenas, não terem ao princípio instituído colónias próprias e terem finalmente adoptado o sistema romano na formação dos topónimos (p. 134).

necessário ponderar que a evolução das formas toponímicas não foi regular nem no tempo nem no espaço. Há regiões mais arcaizantes do que outras. A Corunha, por exemplo, oferece na sua toponímia rasgos nitidamente arcaicos. Gamillscheg notou já a singularidade da conservação do *t* medial para o topónimo corunhês *Valgote* (p. 62), concorrenciado por *Valgode* (Visen) e *Aldégode* (Pontevedra)¹. Entende que isso será devido a uma influência literária, a uma designação latinizante: *Valis Goti*. Contudo a repetição do fenómeno parece inculcar uma explicação menos simplista do que um simples capricho latinizador. Aos *Guilhade* e *Guilhada* portugueses e galegos opõe-se na Corunha *Guiliade* e aos vários *Guilhamil*, na Corunha *Villamir* (p. 102). Só nessa provincia se encontra a forma arcaica *Sanamil* a par de *Saamil* (p. 93); como só lá subsistem os arcaísmos *Gadey*, *Gadamil*, em concorrência com a forma sincopada e contracta *Gamil* < **Gaamil* < *Gadamiri*, existentes na Corunha e Pontevedra (p. 54). É interessante emfim verificar nessa região a coexistência de quatro divergentes de *Sanamiri* > *Sanamil*, *Saamil*, *Saamil*, *Samil* (p. 105). De *Cantomir*, duma hipotética raiz **ganþs*, diz Sachs (p. 57) que pode ser explicado pela assimilação do *d* (as formas existentes em Portugal e noutros pontos da Galiza só apresentam *d*) à surda inicial *c* e pela influência de *canto*. Discordamos: ou em *Cantomir* temos uma forma dissimilada de *Contomir* (hoje *Contomil*), pertencendo pois a palavra à raiz **ganþs* (pp. 59-62), ou pertence efectivamente à raiz **ganþs* e constitui, como outros topónimos corunheses, um arcaísmo conservador do *r* final, explicando-se a vogal de ligação *o* em vez de *a* pela influência da labial (cf. p. 104-5). Como quer que seja, as tendências arcaizantes do onomástico corunhês são um facto averiguado e não tem havido até agora para esse fenómeno uma explicação satisfatória.

Alguns fenómenos fonéticos, verificados na toponímia, merecem referência especial, por terem realmente importância para a história da língua. Sachs dá mesmo um quadro das transformações fonéticas experimentadas pelo vocabulário germânico entre nós (pp. 14-23).

1. A assimilação de *g* inicial à oclusiva surda do meio do vocábulo dá-se em *Kartemirus*, *Cachouze* (?), *Contomil* (p. 19).

2. No séc. xi está ultimada a evolução *eu* > *eo* > *o*.

Exemplos: *Leoderiz* 1080, *Loderiz* 1086. Diz Sachs que faltam paralelos nos nomes gregos *Eugénio*, *Eulália*, porque estes nomes sofreram a influência culta da igreja (p. 18). Ignora portanto que a pronúncia popular é ainda hoje *Ôgénio*, *Olália*, o que confirma a regra.

3. Sobre a forma *Esmolfe* de Ermulf, nome dum bispo de Coimbra, diz que a «evolução *rm* > *sm* não se conhece em mais nenhum exemplo; parece portanto ser espontânea» (p. 26). Sachs não conheceu o artigo de D. Carolina Michaëlis sobre as *gosmes*, na *Rev. Lusit.*, xiii (1910), 322-328, onde a grande romanista propõe precisamente o étimo germânico *g o r m r*.

O onomástico vem corroborar a opinião dela. Efectivamente em nomes germânicos não é tão rara como isso a passagem por dissimilação de *rm* a *sm*. *Gesmundi* é, quanto a nós, também alteração de *Germundi* (cf. p. 55), conquanto Meyer-Lübke seja de opinião contrária. E está no mesmo caso, embora

¹ *Revista de Filología Española*, xix (1932), p. 131.

aqui a evolução fôsse favorecida por uma possível influência do *z* final, *Ermo-
riz* > *Esmoriz*.

4. Exemplos da alteração de *j* em *z*, temos-os em *Frejufe* (Pôrto), *Frejulf* (Lugo) e *Frezulf* (Bragança), da raiz *frijon* (p. 52). É portanto um caso a acrescentar a *rejeito* > *reseito*¹. Em idênticas circunstâncias parece estar *Segefredi* 1057, comparado com o actual semi-literário *Sezefredo* (pp. 87-88).

5. Alguns casos pouco vulgares de dissimilação: *Gonderande* (Corunha) < *Gundenand* (p. 62) e *Sernande* < *Sesenandi* (p. 90).

6. A metafonía verifica-se em *Truite* (Braga), proveniente de *Troite* 1258 < **drauhts* (p. 47).

7. Emfim o vocábulo *Fernandus*, que ocorre num documento de 959, provém duma metátese de *Frenandus*, raiz **frijus* (pp. 52-53). Do genetivo *Frenandi* resultou *Friandi* (Braga, Pôrto).

Mas o trabalho de Sachs torna-se sobretudo valioso porque nos permite às vezes, em certos casos, datar com maior ou menor segurança o fenómeno tão característico da fonética portuguesa como é a síncope das consoantes *d*, *l*, *n* e por vezes *g*. Sob êste aspecto, nota-se no trabalho de Sachs uma grande omissão, em parte inevitável: a falta de documentos, que vão de 1101 a 1200. Ainda assim, vamos reunir o seu material e tirar dêle algumas conclusões para a história das síncopes, sem deixar de ter em consideração os prudentes reparos que em 1906 Leite de Vasconcelos fazia a esta espécie de trabalhos: «que é necessário usar de muita cautela em fixar regras cronológicas, pois que as consoantes em questão se relaxaram antes de caírem de todo: o *l* velarizou-se (*ġ*), o *d* tornou-se fricativo (*ð*) e o *n* converteu-se em ressonância nasal².

Isto é, as grafias plenas já por vezes não corresponderiam à pronúncia vulgar.

Síncope do d. — Os mais antigos documentos da síncope do *d* são, por ordem cronológica ascendente: *Osorei* 977. Se houvesse a certeza de tratar-se duma forma de *Asoreidi* 959, como pensa Sachs (p. 79), a queda precoce do *d* era cousa averiguada. E afinal perfeitamente verosímil, pois que logo em 994 nos aparece a forma *Vermui*. Por isso Sachs afirma que o *d* se sincopou antes de 994 (p. 20); mas, antes de *a* e *o*, a síncope parece ter-se dado mais tarde, supõe Sachs; e *Odorici* 1059 poderia ser um regresso à forma latina, se *Ooris* 1220 não significasse perda recente do *d* (p. 21). Ora a verdade é que o dígrafo *oo* não representa síncope recente e, com outros dígrafos *ee*, *aa*, indicou até tarde (fins do séc. xv) pronúncia aberta da vogal. De modo que pode muito bem ser que *Odorici* 1059 signifique um regresso gráfico à forma latina e que já ao tempo na pronúncia vulgar se não sentisse a dental. Parece mesmo não haver dúvidas sobre isso, porque logo a seguir encontramos atestados *Vermui* 1065 (cf. *Vermudi* 1059), *Freariz* 1065 < *Fredarici*, *Goemir* 1088, *Loiriz* 1090 (cf. *Loderiz* 1086), *Villafrey* 1096 (cf. *Villa Frede* 959), *Gundivai* 1099 (cf. *Gondivadi* 1039, *Condivadi* 1055). Se atentarmos em que a forma mais avançada que conservou o *d* nos é dada por *Rodoriz* 1096, poderemos concluir que a sín-

¹ Rodrigues Lapa, *Livro de Fulcoaria de Pero Menino*, Coimbra 1931, p. XLII.

² *Revista Lusitana*, IX (1906), pp. 393-396.

cope da dental, visível já por alturas de 950, se representou gráficamente por volta de 1100. Claro está que um ou outro exemplo que venha depois disto pouco faz ao caso¹.

Síncope do l. — Esta consoante sincopou-se, diz Sachs (p. 22), antes de 969; e aponta desta data o topónimo *Framianes* < *Framilanes*. Todavia, os exemplos aqui denotam mais irregularidade na evolução e parecem até indicar uma época mais recente para a síncope: *Framianes* 969; *Quintianes* 1014; *Ansianes* 1085; *Gomianis*, *Gumianes*, *Gomianes* 1173, 1180, 1197 (*Vim. Mon. Hist.*, II, pp. 94, 101 e 108); *Ansiões* 1202; *Daíam*, *Riquiães*, *Gomianes* (cf. *Gumilaes* 1220), *Gundiães*, *Quintiães* 1220. Falta aqui documentação do séc. XI e primeira metade do séc. XII. Sem isso, as conclusões não podem ter segurança. Contudo pode conjecturar-se desde já que a evolução da síncope foi aqui menos regular, porque aparece atestado *Gumilaes* em 1220 e uma forma *Gondelães* em 1258. Ainda hoje no distrito do Porto há um lugar chamado *Gondelães*, ao passo que em Braga há quatro localidades com a designação de *Gondiães* (pp. 59-60).

Síncope do n. — O *n* medial teria desaparecido, a acreditar em Sachs (p. 22), entre 1170 e 1200. Apoiar-se num número insuficiente de factos para emitir este juízo; se é certo que encontramos *Attanagildi* 1170, *Taagildi* 1200 (p. 34), *Ansianes* 1085, *Ansiões* 1202, não é menos verdadeiro que nos faltam documentos do séc. XII e que já no séc. XI se verificam casos de síncope: *Scapães* 1053, *Meendiz* 1100 (*Vim. Mon. Hist.*, I, 68).

Todavia parece indubitável que o *n* resistiu mais à síncope do que o *d* e *l*, aparecendo-nos nos sécs. XII e XIII numerosos casos que mantêm a consoante: *Andano* 1153, *Mifones* 1257, *Aroncs* 1258, etc. Nos exemplos, já vistos, em que ocorrem *l* e *n* mediais, o *l* parece, dum modo geral, ter oferecido menos resistência do que *n*.

Há uma circunstância, de ordem literária, que parece apoiar a hipótese de Sachs sobre a data da síncope definitiva do *n* medial: o aparecimento nas cantigas de amigo, de formas plenas como *pino*, *manhana*, *louçana*, etc., que não podem ser consideradas castelhanismos, como julgamos ter demonstrado, mas sim arcaísmos de fresca data, conservados nos temas iniciais das cantigas. De modo que a averiguação destes casos de toponímia dá também consistência à tese literária.

Síncope do g. — Os documentos sobre a síncope desta consoante não nos elucidam grandemente: *Taagilde* 1200, *Taide* 1220; *Fagildi* 1258, *Failde* 1287². Deve ainda notar-se que na toponímia moderna galego-portuguesa aparecem hoje formas com *g* e formas sincopadas: *Fail*, *Failde*, *Fagido*, *Fagilde*.

Em conclusão: se poderemos fixar com visos de certeza uma época para a síncope do *d*, ou pelo menos para a sua não representação na escrita, no que

¹ Assim *Vermudiz* 1104, 1105, mas já *Vermuiz* 1110 nos *Vimaranis Monumenta Historica*, I (2.^a ed.), pp. 70, 71 e 73. E num documento galego de 1102 *Godesindí* (Sachs, p. 65). *Vermuiz* num documento galego de 1116. — *Colección de doc. históricos* de la Acad. Gallega, Coruña, vol. III (1932), p. 1.

² Em documento de 1104 *Pelaiz*, a par de *Pelagius*, representado três vezes (*Vim. Mon. Hist.*, I, 70). Cf. as formas galegas *Casal do Rei*, *Pelaiz* em doc. de 1116. — *Colección de doc. históricos*, III, p. 1.

respeita às outras consoantes não podemos formular senão hipóteses, que o carrego de documentos do séc. XII se encarregará de consolidar ou destruir.

Algumas omissões com que demos no trabalho de Sachs, além das já apontadas no começo do artigo: esqueceu *Alvarelhos* nos derivados de *Alvar* (p. 27); sob o nome de *Espàriz* (p. 90) não incluiu o nome duma povoação portuguesa do concelho de Tábua; a par de *Viliaredi* deveria citar a forma actual *Guilharey* (p. 102); enfim, esqueceu o topónimo português *Sá*, quando tratou da sucessão de *sals (p. 85)¹.

Algumas dúvidas do autor têm fácil explicação. Não sabe por exemplo explicar a evolução do *e* para *i* em *Egaredi* > *Igareí*. Supõe que o *e* inicial tenha palatizado o *g* e este por seu turno tenha palatizado o *e* (p. 48). Explicação complicada e forçada; deverá tratar-se, quanto a nós, da conhecida passagem do *e* átono inicial a *i*, representada na grafia.

Falando de *Brandoa*, sucedâneo de *Brandana*, declara que a formação é incompreensível (p. 45). É bem simples: *Brandoa* é uma forma analógica. Cf. *leitom*, *leitão* — *leitoa*.

Sachs dá para os topónimos *Cachouze* (Braga) *Cachoufe* (Viana) o étimo germânico *gasts*, «estrangeiro» (p. 58), citando em abono as formas galegas da 2.ª p. do sing. do pret. perf., *foche* < *fusti*. Ora nestas formas o *i* final actuou certamente na palatização do grupo *st* (cf. *cristianu* > *crechão*), o que não se dá já em casos como o de *Kastosind (Sachs, p. 19). A recente explicação do Dr. José Piel é por isso muito mais de admitir: o elemento *cacho*, *cascho* representa castulum. Logo, *Cachouze* significará a fortificação de Onze, nome vulgar na toponímia portuguesa e galega (Sachs, pp. 36-37) e *Cachoufe* o castro de Oufe, Ufe ou Ulfe².

Igualmente faz vir *Trouxemil* (Coimbra) da raiz *trausti* (p. 94), declarando que a alteração *st* > [š] já se encontra em *Cachouze*. A evolução é antes *st* > [š], e se efectivamente o étimo de Sachs é verdadeiro, é necessário admitir uma grafia antiga *Trouchemil*. O fenómeno normal da palatização de *st* em português parece super sempre semivogal. Cf. G. Diego, *Gram. hist. gal.*, p. 56; Cornu, *Gram.*, p. 46; Nunes, *Gram. hist.*, 1.ª ed., p. 137, 238 e n. 3.

Em 1258 aparece a forma *Chamiro* a par de *Samiros*. Hoje na provincia de Orense *Xamirós*. Sachs comenta: *x* e *ch* são grafias para o fenómeno palatal proveniente às vezes de *s*, que hoje em Portugal e Galiza se escreve *j* e se pronuncia [ž] (p. 93). O sinal fonético deve ser *š* por [ž]. Houve aqui grande confusão, porque Sachs não soube interpretar os exemplos aduzidos por Garcia Diego, *Gram.*, p. 34, *jabon*, *jastre*, *jofre*, etc., nos quais o *j* está por *x*. Prova de que a actual ortografia galega anda bem em empregar nestes casos *x* em vez de *j*. Além disso, a grafia com *ch* (*chamiro*) indica uma pronúncia excepcional de *xamiro*. A palatização do *s* inicial em galego explicar-se há pela articulação

¹ Diz que em *Salamonde*, *Salmonde*, o étimo *sals, «casas», não satisfaz porque o *l* deveria ter caído. Com efeito caiu na forma *Saa* > *Sá*, omitida por ele. Para os casos que apresentam *l* tende a aceitar a opinião de Gamillscheg: cruzamento *sal* + *halla > *salla (p. 86).

² J. Piel, *Da evolução dos grupos consonânticos com «t»*, Coimbra 1932, pp. 11-12. Separata da revista *Biblos*, VII, n.º 11-12.

do *s* reverso surdo, como no falar trasmontano. Cf. a grafia galega *Jabariz* (leia-se *Xabariz*) correspondente à port. *Sabariz* (p. 92).

Sachs explica erroneamente o [g] de *Espòsende* como evolução de *au* após a queda do *n* (p. 90), por ter aplicado indevidamente ao caso a explicação que Leite de Vasconcelos deu para *Lòrdelo* e *lòreiro* (*Lições de Filol.*, 2.^a ed., p. 164 e n. 3). A evolução foi *Spanusindi* > **Spāosende* > *Spoosende* > *Espòsende*.

A propósito de *Sanmil* (Corunha) < *Sanamiri*, pretende que houve um fenómeno de síncope entre o *n* e o *m* (p. 105). Não nos parece. As outras formas corunhesas *Sanamil*, *Saamil*, *Samil* indicam que houve síncope do *n* medial e queda ulterior do *a* protónico: *Sanamiri* > **Sāamil* > *Sāmil* = *Sanmil*. São curiosas as quatro formas corunhesas, desde a mais arcaica *Sanamil* até à mais desenvolvida *Samil*.

Finalmente outro erro na explicação de *Vermoim* (p. 39). Diz, tendo em vista as formas galegas bissilábicas *Bermuim* e *Bermún* que *Vermuim* < *Bermudin* u é trissilábico e que a pseudo vogal tónica (*u*) se teria nasalizado por influência do *m* anterior, como em *mũ*. O caso é diferente. O topónimo português é trissilábico. Simplesmente se deu aqui a metafonia, acompanhada de retração do acento. Cf. *poínha* > *púinha* > *punha*; *moinho* > *múinho*.

9 de Maio de 1933.

RODRIGUES LAPA.

José Maria Rodrigues, *As frases do tipo: «Tenho dó de si», «vou consigo»*. A sua origem e legitimidade, Lisboa 1933, 12 páginas. Separata do *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. XIX.

O problema do emprêgo do pronome *si*, referido à 2.^a pessoa do singular, tem ocupado a atenção de muitos puristas, gramáticos e filólogos: uns defendem-no, e outros condenam-no.

Ao que parece, foi Camilo Castelo Branco quem primeiro tocou a rebate, repudiando incondicionalmente o emprêgo de *si* por *você*. Depois a doutrina grangeou prosélitos, mormente entre os gramáticos brasileiros, mas autores há que a não aceitam.

Hoje o emprêgo de *si* por *você* é um facto consumado da língua portuguesa: tanto basta para que o consideremos legítimo. Além disso, o emprêgo de *si* por *você* é perfeitamente paralelo ao de *seu* por *vosso*: se aceitamos êste, por coerência não podemos deixar de aceitar aquele.

É isto que o Sr. Dr. José Maria Rodrigues mostra no seu opúsculo, acompanhando a sua argumentação de abonações de vários escritores.

O problema foi já bastante discutido: *tenho dó de si* é um facto, é português. Voltar ao assunto, só para determinar, com abonações, a época em que a expressão começou a ser usada, ou para historiar a questão.

João Curioso publicou em 1924, no Rio de Janeiro, um opúsculo intitulado *Camilo e as caturricas dos puristas*, em que trata do assunto, transcrevendo de vários autores as opiniões sobre a matéria.

Como o trabalho de João Curioso é pouco conhecido em Portugal, a seguir extraio dali a bibliografia concernente ao problema, com alguns acrescentos meus, a fim de auxiliar o leitor que deseje conhecê-lo:

Camilo Castelo Branco, *Os críticos do Cancioneiro alegre*, p. 29; *Boémia do Espírito*, p. 419; *A Formosa Lusitania*, p. 272.—Cândido de Figueiredo, *Lições práticas da Língua Portuguesa*, I, p. 56 (7.^a ed.); *Falar e Escrever*, II, p. 73 (2.^a ed.); III, pp. 85 e 225 (3.^a ed.); *Tosquia de um gramático*, p. 17 (2.^a ed.); *O golpe de misericórdia*, p. 19 (3.^a ed.).—José Leite de Vasconcellos, *As «Lições de Linguagem» do Snr. Cândido de Figueiredo*, p. 13 (2.^a ed.); *O gralho depenado*, p. 15 (3.^a ed.); *Opúsculos*, IV, pp. 945 e 1029.—Júlio Moreira, *Estudos da Língua Portuguesa*, I, p. 23.—Augusto Epifânio da Silva Dias, *Sintaxe Histórica Portuguesa*, p. 66 (1.^a ed.).—Ribeiro de Vasconcelos, *Gramática Portuguesa*, p. 128.—Eduardo Carlos Pereira, *Gramática Expositiva*, p. 325 (8.^a ed.).—Said Ali, *Lexicologia do Português histórico*, p. 67.—Carneiro Ribeiro, *Serões gramaticais*, p. 662.—Alfredo Gomes, *Gramática Portuguesa*, p. 339 (18.^a ed.).—Pacheco e Lameira, *Gramática da Língua Portuguesa*, p. 590 (2.^a ed.).—João Ribeiro, *Gramática Portuguesa*, p. 248 (3.^a ed.).—Pacheco da Silva Júnior, *Prontuário*, p. 10.—Castro Lopes, *Artigos Filológicos*, p. 271.—Silva Bastos, *Estrangeirismos, erros e vícios da linguagem*.—João Curioso, *ob. cit.*—José Maria Rodrigues, *ob. cit.*

RODRIGO DE SÁ NOGUEIRA.

Henry R. Lang, *The Text of a Poem by King Denis of Portugal*. Reprinted from *Hispanic Review*, I (1933), No. 1.

Em 1930, durante uma estada em Paris, fizemos um pequeno estudo sobre a cantiga atribuída a D. Denis, do CV 208 e CBN 605, cujo valor poético é bem reduzido, mas cujo valor doutrinário é considerável. Aí se define o conceito da *mesura*, como o ideal de todo o bom amador. Editada pelo Dr. Lang em 1894 (*Das Liederbuch des Königs Denis*, p. 65), por Oskar Nobiling em 1903 (*Zeitschrift f. rom. Philologie*, XXVII, 189), por nós em 1930 (*Uma cantiga de D. Denis*, pp. 3-4), por J. Joaquim Nunes em 1932 (*Cantigas d'amor*, pp. 204-6) e em 1933 novamente por Lang, no trabalho que estamos analisando, ainda não está suficientemente esclarecida a sua forma, que se encontra bastante maltratada nos dois códices trovadorescos. Damos hoje, depois das considerações que nos sugere o novo comentário de Lang, nova edição da discutida cantiga, que o ilustre professor considera, certamente em atenção ao seu recheio didáctico, uma das menos convencionais e monótonas entre as cantigas d'amor.

O artigo de Lang tem por fim defender as posições ocupadas em 1894. Fá-lo com a erudição e saber de sempre, com gallardia e até com certa desenvoltura juvenil, enternecedora num homem da sua provecta idade. Entende porém introduzir agora algumas modificações na sua primeira edição. São elas:

V. 3. Substituiu *mui entom* por *muito* [bem], aditamento proposto por D. Carolina e seguido agora por J. J. Nunes. Nobiling lembrara *muy certo* e *muito já*. Nós seguimos o seu alvitre *muy certo*, pois julgamos que, posta de lado a hipótese *entom*, é esse advérbio que melhor diz com o sentido e com a forma dos códices. Além disso evita-se a repetição de *bem*.

V. 5. Substituiu *tam* por *atam*. Fica o verso sobrecarregado em mais uma sílaba. Por isso nenhum dos editores, a não ser agora Lang, ousou manter a vogal prostética, legitimada aliás pela lição dos dois códices. Se escolhermos *atam* teremos de amputar uma sílaba a *grande*: *atam gram*.

Vv. 8 e 16. Substituiu *mais*, usado até aqui por todos os editores, por *mas*, de acôrdo aliás com os códices. Sucede porém que no verso 16 aparece em *CBN* *mas*, com um *i* acrescentado depois de escrita a palavra. Lang, que se encontra longe do manuscrito, desconheceu este facto. É certo contudo que *mas* está documentado em português arcaico, embora não na obra de D. Denis.

V. 12. Substituiu o estropiado *hi bisuha* por *i tinha*, seguindo uma antiga opinião sua e de Carolina Michaëlis. Nobiling propusera *viinh'a proveito*, lição que aceitámos. Nunes editou, seguindo a lição de *CBN*, que deve ser a autêntica, *hi viinha proveito*. Lang tinha-a rejeitado, sob o pretexto de que seria necessário pospor-lhe um *de*.

V. 16. Aquele enigmático *sfrom* do final, substituído por uma cruz em *CBN*, aparece agora transformado em *sem razom*, termo alvitrado já em 1894 por Lang (*Das Liederbuch*, p. 132) e repellido por D. Carolina como inconveniente ao sentido. Esta romanista lembrara um hipotético provençalismo *sem from* ou *desfrom*, com a significação de «atrevido, descarado». Nobiling e Nunes, embora hesitando, é claro, escrevem *desfrom*. Nós propusemos *enfrom*, com o sentido de «ávido».

V. 17. Substituiu *per cedo* por *por cedo*, que é a verdadeira lição dos códices, e a que seguiram todos os outros editores.

V. 21. Manteve o verso, mas indica expressamente que se deve fazer a crase em *bo(o)m*, considerando portanto *seer* bissilábico. Nós preferimos fazer de *seer* monossílabo e de *boom* dissílabo — *bôo*. Fica d'êste modo acantelado o acento rítmico na 5.ª sílaba.

V. 22. Não considerou agora, para efeitos de contagem, a vogal final de *cham(o)*.

Pôsto isto, necessário se torna agora dizer, repetindo, o critério que entendemos seguir na restituição da cantiga: considerar em primeiro lugar que se trata duma composição regular em verso onzessílabo, com rima masculina e feminina — não se dá aqui o chamado princípio de Mussafia; e em segundo lugar que o acento rítmico recai invariavelmente na 5.ª sílaba. Esta constância de ritmo, que não é frequente na cantiga d'amor, verifica-se em geral no verso de *arte mayor*, e parece aqui ser favorecida pelo próprio carácter didáctico da cantiga. A edição de Lang não reconhece êste princípio metódico e umas vezes sobre-carrega, outras alivia de sílabas a cantiga. Assim:

1. O v. 5 aparece com doze sílabas, numa forma impossível, que terá de ser substituída no sentido proposto em 1894 por Lang, e seguido por Nobiling, por nós e por Nunes, *tan grande folgança que maior non seja*.

2. O v. 6 reaparece também com mais uma sílaba, acrescentada por Lang, cousa que nenhum dos códices legitima. Nobiling também patrocinou êsse acréscito. Precisamente a omissão da copulativa torna mais enérgico o sentido moral da sentença. Nunes cingiu-se muito bem aos manuscritos.

3. No v. 10 há falta de duas sílabas. Lang julga «plenamente satisfatório», numa cantiga de versos onzessílabos, um como êste: *bem do meu bem, eu desejava*. Não pode ser. A modificação lembrada por Nobiling, *bem pelo meu bem* não serve e ainda não basta. Propusemos uma pequena calafetação de *enton*; Nunes preferiu *muito*.

4. No v. 11 falta outra sílaba, pelo que fomos obrigado a acrescentar o advérbio *i*. Nunes acrescentou *ben*, depois de *mayor*.

5. No v. 19 outra falta de sílaba, devido ao que interpolámos *i* em 1930 e agora *eu*, seguindo Nunes. É curioso que Lang não considera aqui, como nos demais casos, o metro defeituoso. Claro que é imensamente discutível a qualidade da interpolação, mas não pode ser contestada a sua necessidade.

Todavia, apesar disto, a nova contribuição de Lang traz vantagens de ordem científica, pela documentada defesa que faz de antigos pontos de vista. Em primeiro lugar, justifica o galicismo *dama*, aduzindo três passos dos Cancioneiros (CV, 666, 762, 768), o que ainda assim não contesta que o vocábulo seja excepcional na linguagem trovadoresca e muito em especial na de D. Denis, presumido autor da cantiga. Apesar de aceitarmos a demonstração de Lang, pensamos não obstante que um escriba do século xv podia ter modificado *dona* em *dama*, assim como possivelmente *mais* em *mas*. Outras razões nos levam a isso: a rubrica posta em CBN à margem da cantiga *letra nova* (?), que pode indicar um antigo copista, diferente para esta cantiga e porventura para as seguintes, o aspecto gráfico e fonético de *boom* e *gallardam*, e muito em especial aquele *treiçom* do v. 23, que consideramos, juntamente com *gallardam*, um dos sinais mais evidentes de retoque, sofrido pelo texto no século xv.

Lang tenta defender um *traíçom* bissilábico no CA 358, v. 15; mas a verdade é que a própria Carolina Michaëlis, grafando o vocábulo com *trema*, *traíçom*, o considerava trissílabo. O outro argumento proposto pelo ilustre romanista no que respeita ao *Graal*, não colhe, pelo que concerne à configuração fonética da palavra, porque sabido é que os vocábulos trajam muitas vezes aí à moda do século xv. Mas mesmo que aparecesse em textos da época o vocábulo *traíçom* bissilábico, ainda não o encontrámos alterado em *treiçom*. E isto explica-se pelo facto de que, só depois de se ter dado francamente a sinérese, o ditongo *ai* passou para *ei*. Estas considerações, juntas ao estudo do sentido, que é de menos importância neste caso, fizeram com que tivéssemos modificado aquele *treito* de CV em *torto*. Nunes mudou *minha* em *mia*, tendo com isso ficado o verso sem uma sílaba. Evidentemente considerava aquele proclítico *minha* um modernismo do escriba.

Sobre o discutido v. 12, defende Lang o seu *tiinha proveito*, apoiado em Carolina Michaëlis. Todavia, havendo em CBN expressamente *viinha proveito*, natural é que experimentássemos essa forma, justificada além disso pelo paralelismo *vîr bem: vîr proveito*. Orientados por uma opinião de Nobiling, supusemos uma lição *viinh' a proveito*, que embora não ande registada nos Glossários, nada tem de extraordinário (cf. *vir a bem, vir a mal*), e podia ser até um galicismo de sintaxe, *a prou venir* (Cf. Lang, *Text of a Poem*, p. 8).

Contudo, a solução do caso, desde que se conhece uma variante *desejãdo* em CBN, terá de ser outra, precisamente aquela adoptada por Nunes, que supõe *viinha* bissilábico:

Ca, pois a nós ambos i viinha proveito,
tal ben desejando...

Mas a grande dificuldade é ainda aquele *sfrom* do v. 16 (CV). Digamos desde já que Lang não compreendeu o que dissemos sobre o seu alvitre *sem-razom*. Não há nisso a menor contradição, como ligeiramente se lhe afigurou: repetimos que a sua proposta, que tem o valor dum adjectivo, satisfaz melhor

à lógica do texto, que exige efectivamente uma expressão adjectiva e não um substantivo, como tinham proposto Carolina Michaëlis, Nobiling e mais recentemente Nunes.

O que diz e demonstra sôbre o costume de repetir na *finda* uma palavra rimante do corpo da cantiga tem efectivo valor, mas subsistem duas objecções: a omissão do termo em *CBN* pode indicar que se tratasse realmente duma palavra de uso pouco corrente; o sentido pede uma idea mais enérgica, que o simples *sem-razon* — segundo nos parece — não pode comportar. O confronto com os textos franceses e provençais, indispensável neste caso, elucida sôbre isso; o próprio texto português alude à «avidez prematura com que se pretende ganhar um bem que se não mereceu». Giraut de Bornelh classifica êsses desejos impuros de *mal enfrunzeza* (Cf. *Uma cantiga de D. Denis*, 23).

Se assim é, torna-se necessário procurar uma forma, que corresponda melhor à lição incompleta do manuscrito e sirva ao mesmo tempo o sentido; apesar de tôdas as reservas de ordem fonética que possamos opor, parece-nos ainda hoje que é do lado do greco-lat. *infronu* e do prov. *enfrun* que devemos procurar. Fomos parar pois a um hipotético *enfron*. Nada nos diz porém, repetimos aqui o que já dissemos, que o texto que oferecemos seja o original. Damo-lo a seguir, com as modificações aconselhadas em nova investigação, feita sôbre o texto de *CBN*, e aproveitando os resultados de Lang e de J. J. Nunes:

Pero muito amo, muito non desejo
aver da que amo e quero gran ben,
porque eu conheço [por] mui cert' e vejo
que de aver muito a min non me ven
5 tan grande folgança que maior non seja
o seu dano dela: quen tal ben deseja
o ben de sa dama en mui pouco ten.

Mas, — o que non é, e seer poderia —
se fosse assi que a ela voesse
10 ben do meu ben, eu [enton] desejaria
aver o maior que [i] aver podesse;
ea, pois a nós ambos i viinha proveito,
tal ben desejando faria direito,
o sandeu seria quen o non fizesse.

15 E quen doutra guisa tal ben desear
non é namorado mas é [mui enfron],
que sempre trabalh' i por cedo cobrar
da que non servio o meor galardom;
e de tal amor amo [eu] mais do cento
20 e non amo ãa, de que me contento
de seer servider de bõ coração.

Que pois me eu cham' e são servidor,
gran torto seria, se minha senhor
por meu ben ouvesse mal ou sen-razon.

25 E quantos ben aman assi o diran.

Harri Meier, *Beiträge zur sprachlichen Gliederung der Pyrenäenhalbinsel und ihrer historischen Begründung* (Contribuições para a divisão lingüística da Península e a sua justificação histórica), in «*Hamburger Studien zu Volkstum und Kultur der Romanen*», vol. 3, Hamburgo 1930.

Parece-me que passou despercebido ou quasi, em Portugal, este trabalho, publicado há três anos, e que sem dúvida merece uma atenção especial. No prefácio o autor diz que pretende reunir acerca de alguns fenómenos lingüísticos os materiais acarretados pela filologia histórica e pela dialectologia, estudando-os no conjunto, procurando as suas relações geográficas e determinando os factores históricos que contribuíram para a divisão lingüística da Península. Cita a seguir as palavras de Schuchardt — que certamente faz suas, atribuindo-lhes o valor dum programa — «que a língua é o produto de dois factores: da força centrífuga e da centripeta. Aquela, a primitiva e que se mantém sempre a mesma, tende a diferenciar constantemente a língua; esta manifesta-se na vida comercial, política, ecclesiástica, literária ou, o que é o mesmo, na educação ministrada pela sociedade, pelo estado, pela igreja e pela escola».

H. Meier teve a infelicidade — se me posso exprimir assim — de concluir o seu estudo em 1926, antes da publicação das *Orígenes del Español*, de Méndez Pidal, obra que sem dúvida alguma marca uma época no estudo dos dialectos peninsulares. Foi-lhe contudo possível citar e aproveitar este trabalho já depois de ter redigido o texto. Os dois livros tratam essencialmente dos mesmos problemas. As conclusões a que chegam os dois autores convergem nalguns pontos, para noutros se afastarem. Digamos de antemão que o trabalho de Meier não é de fácil leitura, mas isto devido à natureza dos assuntos tratados. Divide-se em duas partes: uma lingüística, a outra histórica. Na primeira trata de alguns fenómenos característicos e susceptíveis de fornecerem elementos para uma divisão regional: a ditongação de *é, ê*, os ditongos *ai, au, oi*, as vogais finais, os grupos consonânticos com *l* e outros. Na parte histórica estudam-se as bases geográficas e etnológicas, a romanização da Península, a época visigótica, a invasão muçulmana, a reconquista e por fim alguns aspectos histórico-geográficos.

Na ditongação de *é, ê* em espanhol accionam três factores: prolongação da pronúncia, diferenciação do timbre e finalmente a deslocação do acento dinâmico. Meier estuda escrupulosamente os diferentes aspectos (resultados) desta ditongação, extremamente complexos, e chega à conclusão de que os ditongos decrecentes *ie, ue* que se encontram ainda hoje em várias regiões do Oeste (Astúrias, Leão) são os primitivos, e que os crescentes do castelhano actual, *ié, ué* derivam daqueles. Esta tese é contrária à exposta por Pidal nas *Orígenes* (pp. 122-153 e 160-175), o qual vê em *ie, ue*, uma transformação recente de *ié, ué*. O principal argumento de Pidal, que «un diptongo acentuado sobre su elemento más cerrado es poco menos que un imposible fonológico», não se pode, como observa justamente Meier, manter. Basta olhar para a forma portuguesa dos próprios exemplos citados em apoio desta doutrina (*bául, rainha* = *bául, réina*) para notar que Pidal generalizou aqui uma tendência puramente castelhana. Segundo Meier a ditongação de *é, ê* não é um fenómeno

tipicamente castelhano, mas «espanhol», o que explica que os respectivos ditongos já se encontrem em Leão quando penetram naquela parte da Península na sua forma castelhana *ié, ué*. Este problema da ditongação das vogais tónicas abertas do latim tem uma grande importância, porque serve de critério para estabelecer as fronteiras entre o espanhol e o português-galego por um lado, e o espanhol e o catalão pelo outro. A primeira, que nos interessa particularmente, principia na costa cantábrica a E. do Navia, atravessa o «Bierzo» (a E. desta região, compreendendo Ponferrada, fala-se o leonês e no O. o galego), aproximando-se para sul bastante da fronteira administrativa da Galiza. Segue depois a fronteira portuguesa (só algumas aldeias espanholas ao N. de Bragança não conhecem os ditongos) para deixar de fora as «Terras de Miranda» que lingüisticamente pertencem a Leão¹. As formas dos ditongos, principalmente as dos reflexos de *é, ê*, são variadíssimas (*uê, uá, úa, úe*, etc.). Em mirandês existe ainda em determinadas condições *uó* ao lado de *o*. Visto este *o* ser, como pude verificar, fechado, Meier não tem razão em duvidar da explicação de Leite de Vasconcelos (*Estud. Mirand.*, I, 227) de que se trata realmente do representante legítimo dum antigo *uo* de que se assimilaram os dois elementos. Note-se que numa das povoações mirandesas, Sendim, este *o* atinge o valor de *u*! Esporadicamente a tendência de ditongar encontra-se também em Portugal, mas a natureza d'este fenómeno, visto abranger também *e* e *o* do latim, é completamente diferente da do espanhol.

No parágrafo sobre os ditongos lat. vulg. *ai, au, oi* Pidal não tinha separado suficientemente os respectivos grupos. Meier estudou-os um por um. Na cronologia da evolução de *au* para *ou* em Portugal parece-me que podemos recuar um pouco (princípios do séc. x?) a avaliar por MOURA *PMH* Dipl. 18 de 924, Lourenço Dipl. 28 de 938. A dupla evolução do *au* secundário (que provém de *alt, alb, alc*), que ora é tratado como *au* primário, ora conserva o *l*, é interpretada por Pidal como uma «ley abortada», ao passo que Meier vê nesta dupla evolução um problema histórico. Tentei numa nota explicar este fenómeno pela própria natureza do *l* velar, que se vocaliza com a mesma facilidade com que o *u*, resultante desta vocalização, regressa a um *l* velar².

Na apreciação de *ei, ai* (de *e* e *a* tónicos seguidos da semivogal *y*), Meier chega à conclusão: 1) que *air* (de *arius*) é a forma que antes da reconquista era peculiar ao Sul da Península; 2) que a forma com monotongo foi (como succedeu também com *o* de *ou*) levada da Catalunha (e Aragão) para Castela a Velha e o E. de Leão, enquanto que a Galiza e Portugal conservaram *ei*; 3) que pela reconquista o *ai* do Sul é substituído respectivamente pelo *e* e *ei* do Norte. Os ditongos *ei, ai* derivados de *e, a* seguidos por uma palatal coberta (*ect, act*), apesar da sua origem ser mais antiga do que a dos ditongos tratados anteriormente, coincidem hoje na sua repartição geográfica com a destes. Também aqui a fronteira entre o ditongo e o monotongo corre a certa distância a Oeste da fronteira galega e portuguesa.

¹ A fronteira lingüística entre o português e o espanhol separa-se depois da política unicamente na Serra da Gata, onde as aldeias Valverde, Eljas e San Martin (pelo menos) pertencem ao domínio lingüístico do português (cf. O. Fink, *Studien über die Mundarten der Sierra de Gata*), e em Olivença.

² Cf. *Bíblas*, vol. VIII, 100.

O principal capítulo sobre o consonantismo é dedicado à história dos grupos com *l*: *pl*, *cl*, *fl*. Meier mostra muita vontade de separar o último, *fl*, dos dois primeiros, dizendo que o único exemplo espanhol que mostra a evolução idêntica à dos outros é *llama* < *FLAMMA*, e que todos os vocábulos principiando por *fl* não se podem explicar como «formas cultas». No que diz respeito ao português, esta separação parece-me inadmissível. A propósito de *cheirar* e *fragrar*, Meier parece considerar o primeiro destes vocábulos como arcaico e o segundo como moderno, quando na realidade se trata do contrário. Não é, como se vê, sempre a forma arcaica que é a mais «autêntica», a mais peculiar. Percorrendo os vocábulos portugueses que principiam por *fl* não encontro nenhum, a não ser *flor*, que não tenha um cunho nitidamente livresco, literário, científico; e para *flor* sabemos que se encontram ainda hoje na toponímia e nos falares regionais um grande número de reflexos com *ch*.¹ Não terá havido intervenção da poesia trovadoresca na história desta palavra?

A respeito dos diferentes tratamentos destes grupos, que passam em certos casos para *ch* (em esp. *ll*) e noutros se conservam sem alteração, ou só com a transformação de *l* em *r* (*chor*, *frol*, *flor*), Cornu reconheceu já em tempos que se tratava de vocábulos pertencentes a diferentes camadas linguísticas. Tentei demonstrar² que estas camadas não são só de ordem cronológica, mas que, dentro da mesma época, certas formas divergentes pertencem a camadas sociais diferentes. Muitas destas formas têm a sua raiz no próprio latim. Sobre o processo fisiológico que conduziu de *cl* para *ch*, *ll*, ha várias possibilidades de explicação. Todas elas admitem que o *l* se palatalizou primeiro (cf. o italiano: *pieno*, *chiamare*, *fiamma*). A evolução posterior de *pl*, *cl*, *fl* é interpretada por Meier como assimilação do lugar de articulação da oclusiva ao da lateral palatal. O som assim obtido evoluciona depois em dois sentidos diferentes: num caso perde-se a oclusiva (Castela, E. de Leão: *l'*, *y*), no outro perde-se a lateral, dando em resultado uma fricativa (Galiza-Portugal e o resto de Leão: *č*, *š*). Dum lado a filiação seria caracterizada por *l*, *l'*, *y*, do outro por *l*, *l'*, *č*, *š* ou *ts*. Na Catalunha os grupos com *l* mantêm-se sem alteração. Em Portugal é de notar a passagem relativamente recente (séc. xvi?) de *č* (*tch*) para *š* (*ch*). A observação de p. 63: «Galizien, Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes und Beira haben die Affrikata bewahrt» não é justa nesta generalização. A conservação da pronúncia primitiva dentro destas regiões é apenas esporádica.

Sobre o grupo *cl*, no interior das palavras, sabemos que passou em toda a România para *l'*. Segundo Meier este *l'* evolucionou em Castela primeiro para *dž* e depois para *ž*, que deve ter sido a pronúncia «oficial» nos meados do séc. xvi. Este *ž* participou do processo de des-sonorização castelhana redundando em *š* (*ch*), que por sua vez foi sujeito a profundas transformações de ordem assimilatória, provocadas pelas vogais precedentes e seguintes. Resumida assim a explicação de Meier em poucas palavras, pode parecer que é um pouco forçada, o que na realidade não acontece. As provas históricas são sólidas. Há

¹ Além dos exemplos citados por Meier: *chor*, *chorado*, *chorecer* alegarei ainda *chorosa*, *chorido*, *chorume*, *choreudo*, *chorado* REW³ 3382 e o topónimo *Chorente* arc. *Chorenti* (Barcelos), que representa manifestamente o genitivo **Florentii* de *Florentius*.

² *Biblos*, vii, 1931.

povoações sujeitas a várias correntes lingüísticas que conservaram exemplos das diferentes camadas desta evolução, como Valverde na Serra da Gata, que tem ainda as quatro formas da evolução: a medieval *z*, *ž*, *l'* e *x* (constrictiva velar surda).

Depois de resumida a parte do livro meramente lingüística, (só pude focar os seus aspectos principais), vejamos a parte essencialmente histórica da obra, de leitura mais amena. Conheço poucos livros de filologia que dêem tanta atenção aos problemas puramente históricos. Meier não receia entrar logo na discussão das «bases geográficas e etnológicas», abordando um dos problemas mais delicados da história da língua. É justo considerar as chamadas regiões naturais como cadinhos das línguas que surgiram na Península, mas, no entanto, «os factores geográficos nunca podem ser as causas últimas da expansão de fenómenos lingüísticos». A sua acção é antes indirecta: influem na diferenciação das línguas em virtude de originarem agrupamentos etnológicos e políticos. Mas mesmo assim têm relativamente pouca importância, pois que muitas vezes as forças centralizadoras dum tipo lingüístico se revelam capazes de os aniquilar. Contudo temos o exemplo da Sanabria, fechada no N., S. e O. por uma grande serra, que por causa do seu isolamento conservou uma estrutura lingüística pronunciadamente arcaica.

A influência de línguas indígenas sobre idiomas adventícios manifesta-se em geral na modificação do ritmo e melodia por um lado, e na transformação de sons por outro. Os primeiros factores são os mais castiços. Mesmo falando perfeitamente uma língua, quer dizer reproduzindo sem erro os sons, as formas e a sintaxe, um estrangeiro sempre se atraiçoará pelo seu ritmo, sendo este o «critério mais característico duma individualidade lingüística regional», para citar Vossler. A substituição de determinados sons por outros é relativamente rara e em geral difícil de verificar. Um exemplo clássico fornece-o a história da evolução de *f* para *h* em espanhol, desvendada por Pidal. Mostrou êle nas suas *Orígenes* como este *h*, ao principio vulgarismo, de origem sem dúvida vasca, por estar circunscrito durante gerações à Cantábria, é repudiado pela língua literária até ao século XIII, e se impõe finalmente a toda a Castela, tornando-se pouco a pouco a pronúncia «fina». Meier tenta estabelecer um paralelo entre a etnografia pre-romana e a divisão lingüística actual. É antiga a tentativa de explicar a diferença entre o português e o espanhol por um «substratum» celta no primeiro, por exemplo no que diz respeito à nasalização ou ao aparecimento em certos falares (da Beira e dos Açores) de *ü* < *u* latino. Mas quero frisar que a natureza deste *ü* difere profundamente da do *ü* francês, que é como se sabe um dos sons mais difíceis de articular para um português, mesmo natural das regiões indicadas. A mesma coisa sucede com as vogais nasais das duas línguas, que não têm nada que ver umas com as outras¹. Se existem realmente linhas de demarcação etnológicas, são linhas impalpáveis que nenhuma erudição nos provará.

¹ Talvez esta observação seja um pouco exagerada. Existe de facto na linha geral da evolução histórica das vogais nasais um paralelo bastante surpreendente entre as duas línguas: numa e noutra há primeiro um período de nasalização incondicional, ao qual sucede outro em que a nasalização se perde nas vogais intersilábicas, com a diferença de que o francês conservou neste caso a

No parágrafo «romanização», Meier recapitula sumariamente a história da ocupação romana, lembrando a teoria de Groeber, que queria explicar a diferença das línguas peninsulares pela romanização em sucessivas épocas, o que devia também implicar uma diferença do latim introduzido nas diferentes regiões, teoria refutada já por vários autores. Mais atenção merece o problema: se determinados fenómenos regionais não reflectem tendências dialectais do próprio latim, e, principalmente, se não existem influências dos antigos dialectos itálicos. Pidal admite tal influência dialectal na Catalunha e Aragão (e também Castela-a-Velha) na passagem de *m̄b* para *m* (PALOMA de *PALŪMA) e *n̄d* para *n*. De facto estas regiões foram colonizadas por camponeses oscos, cuja memória se conservou no nome da cidade de HUESCA < OSCA. O mapa que Pidal nos apresenta nas *Origenes* (pág. 304) e que mostra a repartição actual destes fenómenos é de facto muito sugestivo, mas sendo os dois exemplos apontados os únicos vestígios duma possível intervenção do latim dialectal na formação dos dialectos peninsulares, é muito possível que se trate na Espanha e na Itália de fenómenos independentes, tanto mais que o conceito de «oscos», com que se opera, é um pouco nebuloso. Não se pode em todo caso comparar o valor da argumentação com o da argumentação acérca do fenómeno *f* > *h*. Não se deve deixar de dar razão a Schuchardt quando diz que o latim da Espanha não era dialectologicamente tam diferenciado como o latim da Itália, visto os representantes destes dialectos se terem misturado durante a época da colonização, de maneira que não se puderam fixar ou impor na Península determinadas tendências. Todas estas particularidades dialectais tinham de se assimilar, gravitando em redor da linguagem dos meios cultos, dando origem a uma espécie de «koiné». Quero citar um exemplo moderno em apoio desta tese. No português do Brasil, apesar da enorme área que ocupa, procuraremos em vão tendências dialectológicas que mereçam este nome. A refulção de elementos heterogêneos na obra de colonização não foi (e não é: isto verifica-se em todos os falares coloniais, como no francês do Canadá, no espanhol da Argentina, etc.) favorável à evolução da língua¹. A maioria dos fenómenos que distinguem hoje o brasileiro do português são fenómenos históricos desta língua (quer dizer, particularidades que entretanto o português abandonou). Retrofome aqui particularmente à diferença rítmica, provocada principalmente pelo ensurdecimento ou redução das vogais átonas *a*, *e*, *o* no português. Produziu-se no Brasil uma estagnação da língua. As forças vivas duma língua andam sempre ligadas à terra pátria.

Meier tenta explicar o antagonismo entre o Sul (Andaluzia, Castela) e o Norte da Península, que sem dúvida existia antes da invasão muçulmana, por uma diferenciação social do latim. Diz que no Sul, na Andaluzia, os Romanos

consoante nasal que o português perdeu por completo. Dois exemplos ilustrarão melhor o que quero dizer: PLANO > fr. arc. PLAÎ mod. PLAIN, ptg. arc. chão, mod. chão; LUNA > fr. arc. LŪNE, mod. LUNE, ptg. arc. LŪA, mod. LUA.

¹ Cf. Meyer-Lübke, *Das Katalanische*, p. 181: «Erfahrungsgemäss ist Kolonisation, ist flottante Bevölkerung der Sprachveränderung ungünstig. Die Mischung verschiedener Elemente einer an sich zusammengehörigen Sprachgemeinschaft bringt es mit sich, dass die da und dort auftauchenden Neuerungen und Differenzierungen wieder ausgeglichen werden».

encontraram uma civilização elevada, cujos representantes teriam aceite rapidamente o latim, e que por sua vez o teriam transmitido às populações rurais. Por esta razão teriam mantido um latim relativamente mais conservador, arcaico (conservação de *-u*, *-p*, *-t*, *-k*; *ci* em vez de *z*; *orio* em vez de *oiro*; *au*, *ai*), ao passo que no Norte se desenvolveu uma língua mais progressiva. Visto o ocidente da Península ter sido colonizado partindo do Sul, esta circunstância explicaria também o aspecto relativamente arcaico do português. Que as camadas sociais mais elevadas tivessem primeiro aceite o latim, não há dúvida. O que me parece duvidoso é que esta pequena «Oberschicht» tivesse podido impor a sua linguagem às populações urbanas e rurais.

A repartição geográfica dum determinado tipo lingüístico depende altamente das divisões administrativas. Visto a época entre o século iv e vi ser aquela em que se produziram as evoluções características das diferentes línguas românicas, principalmente no que diz respeito ao sistema fonético, interessa-nos principalmente conhecer as fronteiras provinciais d'esse tempo. Sôbre o papel desempenhado por essas fronteiras merece ser citada por inteiro a opinião de Meier: «Assim as províncias romanas tornaram-se em tódia parte os recipientes, onde as novas tendências lingüísticas convergiram e que determinaram os limites destas». . . «A divisão provincial do Império separou (na Península) pela primeira vez a população que falava latim em duas grandes regiões. Onde as relações entre os diferentes povos eram fáceis de estabelecer, favoreceu estas relações, removendo os obstáculos que era possível fazer desaparecer. Por esta razão o agrupamento regional daquela época continuou a sua acção ainda em tempos post-romanos» (p. 97).

As breves considerações sôbre a época visigótica interessam menos. À afirmação de Meier «Galizien und Portugal (südlich bis zum Tejo, östlich im Norden bis zum Navia) aber blieb im 5. und 6. Jahrhundert das Land der Sueven» observarei que os limites indicados são mais do que problemáticos e teóricos. Acêrca das influências germânicas nas línguas peninsulares deveria citar-se em primeiro lugar o onomástico medieval.

No capítulo das invasões muçulmanas Meier discute principalmente o problema dos dialectos moçárabes, que não tiveram, ao que parece, nenhuma influência na divisão lingüística posterior da Península, o que levou muitos autores a julgar que o romance tivesse morrido nas regiões arabizadas. A sua importância e vitalidade foram sem dúvida diferentes segundo as épocas e regiões. Pidal julga «que las ciudades reconquistadas a comienzos del siglo xii tenían aún densa población mozárabe», que conservava a sua língua românica (*Orígenes*, p. 447). «En cuanto al pequeño reino de Granada en los siglos xiv y xv, ya no sabemos ciertamente si conservaba mozárabes ni latín» (ibid., p. 449). Nas regiões cedo reconquistadas, os acontecimentos políticos não parecem ter influenciado a história lingüística. Também não creio ter havido grandes movimentos de população. Parece-me que podemos dizer que a região ao Norte do Douro ficou quasi intacta. No Oriente na Península a faixa que se salvou da arabização não chega tanto para o Sul. Depois da publicação das *Orígenes* não podemos duvidar de que o espanhol e português se formaram no Norte adentro destas regiões, e que se propagaram para o Sul com a reconquista. «... el uso de los rasgos castellanos en Toledo, Andalucía y demás territorios mozárabes fué de introducción tardía, como efecto de la reconquista y repoblación castellana. Cosa análoga en Portugal: los rasgos típicamente

portugueses no se introdujeron en las regiones del Sur sino por efecto de la portuguesización tardía. Los mozárabes de Lusitania, por ejemplo, no perdían la *-l-* y *-n-* intervocálicas, como hacían al Norte los portugueses del siglo XI; esto nos indican ciertos nombres toponímicos del Sur, como MÉRTOLE < *Mirtula, Myrtilis, BASELGA < basilica¹, FONTANAS, ODIANA < wadi-Ana o río Guadiana» (*Origenes*, 451-452)². As regiões ao Sul do Mondego e, até certo ponto, as entre o Douro e Mondego são lingüísticamente regiões de colonização. O português tem as suas raízes mais profundas no Minho e em Trás-os-Montes, que são as regiões com maior riqueza de vocábulos e formas. Isto não quer dizer que todas as particularidades das falas transdurienses se tivessem imposto na língua do reino, mas apenas que foram elas que lhe ministraram as forças vivas, que o moçárabe, mesmo se tivesse subsistido em toda parte até a reconquista (do que duvido muito no que diz respeito p. ex. ao Algarve) já não podia possuir. É impossível também, por uma questão de prestígio, admitir que os cristãos reconquistadores tivessem abandonado a chefia na formação da língua comum, aos «arabizados». Depois duma separação de vários séculos, duvido mesmo que a voz do sangue fôsse tam forte que lhes permitisse reconhecer nestes seus «irmãos»³. Em condições iguais é o senhor que determina como se há-de falar.

Resta-me fazer ainda duas observações a respeito de pormenores. A frase de p. 112: «... die Grafschaft Portugal, die die Städte Braga, Porto, Coimbra und das Gebiet zwischen Minho und Tejo umfasste» pode dar a impressão que as cidades mencionadas ficam fora daquele território. As diferenças fonéticas entre as falas do Norte e do Sul, onde Meier quer reconhecer vestígios moçárabes (*ð-š*, *š-v*, *t-l*, *ou-o*), não me parecem de molde a permitir tal conclusão. O que diz a p. 117 sobre a pretendida «morte dos dialectos» é justíssimo. Assim o mirandês a que Leite de Vasconcelos tinha agourado um fim próximo, não mostra nenhum indício de velhice.

Tentei, acrescentando algumas considerações minhas, fazer justiça a um trabalho que representa uma preciosa contribuição para o estudo dialectológico da Península; embora às vezes, na primeira parte, duma leitura um pouco árida, procura soluções novas para problemas antigos. O seu principal mérito é o de ter colocado o estudo filológico no seu devido quadro: a história. «A evolução da língua não é um processo causal, naturalista, mas histórico» (p. 117).

JOSEPH M. PIEL.

¹ Este exemplo não quadra bem com os outros por se tratar duma palavra esdrúxula em que o *i* inter-tónico foi suprimido antes de se ter podido produzir a queda do *l*.

² Ver mais exemplo (GRÁNDOLA, ALMÁDENA, etc.) em David Lopes, *Os árabes na História de Alexandre Herculano*, p. 43.

³ Ver a este respeito o significativo passo da *Vita Sancti Theotonii* em *PMH, Scriptores*, a pp. 84¹-85¹, e as observações de Alexandre Herculano na sua *História*, liv. VII, 60 nota.

Armando Cotarelo Valledor, *Encol do nome de Martin Codax*. Santiago, Editorial «Nós», 1933, 22 páginas. Separata do n.º 109 da revista galega *Nós*.

Cotarelo Valledor tem-se dedicado ultimamente ao estudo da antiga poesia trovadoresca galego-portuguesa. Ainda há pouco nos deu uma edição de Pai Gomes Charinho (1931), acompanhada dum estudo minucioso, a colecção das poesias dos irmãos Eanes Marinho, que noticiaremos no próximo fascículo, e este artiguinho a respeito do discutido nome do famoso jogral de Vigo.

O estudo presente versa sôbre o apelido *Codax*. Rejeita o autor, com razão, a hipótese de Vindel ou Said Armesto de que *Codax* esteja por *Codex* = Livro de Martin; de que venha duma alcunha *Codex*, que indicaria pretensões intelectuais no viguês; repele ainda o alvitro de Oviedo y Arce, inclinado a ver em *Codax*, grafia abonada nos Cancioneiros, um derivado de *cauda*—designaria aquele que segue a comitiva do senhor; e enfim põe de lado a opinião de D. Carolina Michaëlis de que *Codax* seja uma alcunha, aumentativo-pejorativo de *codo* < *cubru*, sob o pretexto de ser «sospeta sin fundanza».

Propõe Cotarelo Valledor uma outra explicação: *Codax*, *Codax* seriam grafias de *Côdas*, e este último termo, vivo ainda hoje na região de Ribadeo a Tápia, significaria simplesmente *Côdias*, alcunha com que se pretenderia indicar a situação miserável ou a grosseria do jogral.

A hipótese do estudioso galego não nos convence, por partir de premissas extremamente duvidosas, para não dizer erróneas. Se é certo que se dava já por vezes a confusão entre *s*, *x* e *z* (há exemplo nas *Cantigas de Santa Maria*), não é menos verdadeiro que se trata geralmente de palavras agudas, ou patronímicos como *Peres*, *Rodrigues*, *Nunes*, etc. De qualquer forma, não é legítimo supor que um escriba do século XIII escrevesse a alcunha *Côdas* sempre com terminação *z* ou *x*, quando escrevia normalmente *todas*, *vodas*, etc. *Codax*, *Codaz* terão de ser portanto oxítonos, e nenhuma explicação quadra ainda melhor do que a apresentada por D. Carolina Michaëlis: *Codax*—homem de braços fortes ou cotovelos salientes.

Cotarelo não cita o estudo de J. J. Nunes, *Cantigas de Martin Codax, presumido jogral do século XIII*, publicado na *Rev. Lusitana*, vol. XXIX, no qual se dão as lições de CV, CBN, de Vindel e a lição crítica.

RODRIGUES LAPA.

Boletim de Filologia

publicado pelo

Centro de Estudos Filológicos

Tômo II

1934

Fascículo 3

Fonética experimental

A interpretação de curvas simultâneas e o problema da Delimitação

No trabalho de Stanislaus von Wilczewski, sobre o lugar e grau de sonoridade dos sons labiais¹, dá-nos o autor um traçado teórico,

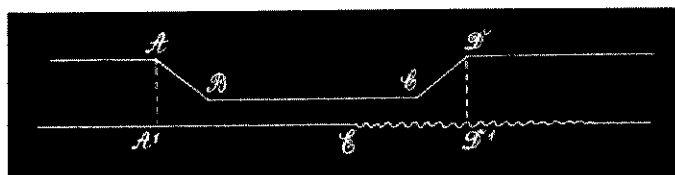


FIG. 1

elucidativo, que reproduzimos na fig. 1. Trata-se, como se vê, dum labiograma uni-labial e duma curva laríngea.

Esclarecendo como deve ser interpretado o labiograma, von Wilczewski não se afasta do critério seguido por Rousselot do qual aproveita, ainda, a terminologia².

Sabemos já que um labiograma real difere, essencialmente, da curva ABCD representada na figura. Arredondada e não angulosa³,

¹ «Phonoposotische und Phonotopische Untersuchungen von Lippenlauten».

² Rousselot, *Principes de Phonétique Expérimentale*.

³ Geralmente, o labiograma deve ser, de facto, uma curva de cantos arredondados. Consultar A. Lacerda: «A labiografia e os seus métodos de investigação» (*Boletim de Filologia*, t. II, fasc. 1).

a curva obtida por meio dum labiógrafo de Wilczewski, não nos permite estabelecer com precisão zonas delimitadas. Todavia, suponhamos que o labiograma obtido para um dado som labial foi, de facto, *ABCD*.—O ponto *A* marcará o início da implosão, em *B* dá-se a oclusão e em *C* a explosão que vai até ao ponto *D*, na opinião do autor citado. O labiograma apresentado parece, na verdade, não oferecer dificuldades de interpretação, tanto mais que se trata dum método de inscrição directa.

Procurando esclarecer que o som labial será demarcado pelos pontos *A* e *D*, o que lhe permite delimitar com a maior facilidade a parte da curva laríngea correspondente, von Wilczewski acrescenta: É fora de dúvida que a parte *C-D*, ou seja a explosão, pertence ao fonema a delimitar; o mesmo se deve dizer a respeito da oclusão *B-C* visto que, foneticamente, não teria significação alguma se não pertencesse ao som labial. Também a parte *A-B* lhe deverá ser atribuída, pois há muitos casos em que a sonoridade, em posição inicial (*Anlaut*), se inicia em *A*, ou seja no momento em que os lábios principiam a aproximar-se.

Apresentada a interpretação de Wilczewski, que é a seguida pela maioria dos foneticistas, diremos: Se a curva da actividade labial fôsse, na verdade, representada pela curva *ABCD*, supondo, portanto, que a curva do lábio, cuja actividade se não registou, nos dava os mesmos pontos delimitativos¹, poderíamos dizer, sem grande probabilidade de errar², que em *A* os lábios principiam a aproximar-se, que a oclusão se deu de *B* a *C*, que em *C* teve lugar a explosão e que o afastamento labial foi aumentando a partir de *C* até atingir o seu máximo em *D*.

Quanto à chamada fase implosiva, esta poderá ou não pertencer ao som labial; no que respeita à oclusão o exemplo apontado serve apenas para determinados casos, não permitindo generalizações visto que muitas vezes se torna impossível aplicar o mesmo raciocínio; relativamente à explosão, observamos simplesmente que não se deverá confundir um movimento de massa de ar com uma fase articulatória, não sendo exacto dizer-se que a explosão vai de *C* a *D*³.

¹ Vimos já os motivos que tornam pouco aconselhável o emprêgo de labiogramas uni-labiais (*Boletim de Filologia*, t. II, fasc. 1).

² Os movimentos horizontais dos lábios podem provocar desvios dos inscriptores labiais.

³ Esclarecemos que alguns autores designam pelo nome de implosão o momento em que se inicia a diminuição do afastamento inter-labial. Por explosão deverá compreender-se o momento em que se iniciou o movimento de massa.

A parte do labiograma que revela uma aproximação dos lábios e a que se segue a oclusão da consoante, se esta fôr inter-vocálica, pode pertencer à vogal ou à consoante; foneticamente e no caso das oclusivas inter-vocálicas apresenta quasi sempre características vocálicas. E como essas características vocálicas podem afectar a fase implosiva no seu todo ou só numa sua parte, assim também a zona do labiograma que revela diminuição do afastamento inter-labial e é seguida de oclusão, pode pertencer no seu todo ou só numa sua parte à vogal, ou no seu todo ou só numa sua parte à consoante.

Observando que na oclusão há a distinguir duas sub-fases, dissemos já que estas duas sub-fases não originam uma curva delimitável, total ou parcialmente. A parte *BC'* do labiograma, paralela

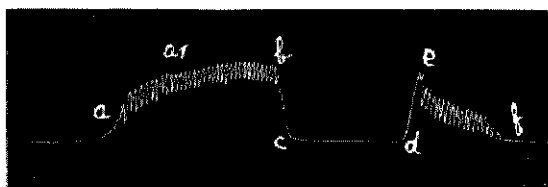


FIG. 2

à linha-zero, resulta da imperfeição do dispositivo. Foneticamente, a oclusão pode ter um valor nulo ou um valor idêntico à implosão ou ainda a uma sua parte. A duração da explosão é-nos dada pelo valor do seu efeito e um labiograma nada nos pode revelar a êsse respeito.

Não procurando resolver prontamente a questão que principiamos a discutir a fim de não complicar, vejamos agora as interpretações duma curva oral correspondente, sob o ponto de vista articulatorio. Sirva-nos de exemplo a curva oral duma bi-labial surda inter-vocálica, representada na fig. 2, interessando-nos, de momento, a parte *bode*.

Segundo a maioria dos autores, *b* marca o início da implosão, fase esta que vai até *c*; de *c* a *d* teremos a oclusão e de *d* a *e* a explosão.

Ernst A. Meyer na sua discutida crítica¹ ao livro publicado por P. Menzerath e J. M. de Olez, *Spanische Lautdauer*, depois de ter acentuado que a determinação do factor duração implica uma delimitação exacta dos traçados, apresenta como falso o princípio

¹ Vox, 1930, Heft 2.

seguido por vários foneticistas, apontando a interpretação exposta a respeito da fig. 2. Dá-nos um exemplo de delimitação do traçado oral: Suponhamos tratar-se do grupo «apo»; os lábios mantêm durante um certo tempo uma dada abertura para a vogal inicial. Num ponto α os lábios principiam a aproximar-se, no sentido oclusivo, até que num dado momento β se dá a oclusão. A oclusão dura um certo tempo e cessa num momento γ , dando-se então a explosão do ar contido pelo cerramento dos lábios.

Objectamos: Os lábios poderão, ou não, manter o mesmo grau de abertura durante a emissão da vogal inicial, mas só em casos muito especiais o grau de abertura se mantêm, mais ou menos o mesmo, durante um certo tempo também muito variável. Note-se que a actividade labial apresenta uma característica muito importante a que já nos referimos no artigo anterior: continuidade de movimento¹.

Relativamente à vogal inicial interessa observar que a curva será diversamente condicionada segundo as características dessa vogal inicial. Assim, a parte anterior da curva vai afectar a parte que se lhe segue.

Meyer acrescenta: A fase de movimento que vai desde o ponto α até ao ponto β corresponde ao *Gleitlaut* que em relação à vogal inicial será o seu *Abglitt* e em relação à consoante será o seu *Anglitt*, segundo a terminologia usual. A fase articulatória α - β é por mim (Meyer) analisada como parte constituinte da vogal, e assim procederam Rousselot, Chlumský e outros. Menzerath decompõe a fase α - β em duas partes: uma parte vocálica e uma parte consoântica, associando a primeira à vogal e a segunda à consoante.

Notamos: Considerar a fase de movimento α - β como *Abglitt* em relação à vogal ou como *Anglitt* em relação à consoante, nada esclarece e não permitiria, mesmo, formular qualquer convenção se esta se tornasse aconselhável ou necessária. Articulatòriamente a fase α - β faz parte da consoante se aceitarmos como verdadeiro o princípio das três fases em que se divide a oclusiva. Esta fase condiciona a fase final da vogal que no grupo a antecede, mas não deixa por esse motivo de pertencer à consoante segundo o princípio das três fases.

Se aceitarmos, porém, o princípio que presidiu à determinação do *Abglitt* como fase vocálica, a fase α - β pertencerá, implicitamente, à vogal. Por essa mesma razão lhe chamamos *Abglitt*.

¹ Ver Menzerath-Lacerda, *Koarticulation, Steuerung und Lautabgrenzung*.

Como o *Abglitt* da vogal era o *Anglitt* da consoante, para que a análise dum traçado se tornasse possível teríamos de aceitar uma convenção, isto é, considerar a fase α - β como fazendo parte da vogal ou então como fase inicial da consoante.

Não aceitando uma convenção os resultados fornecidos pela análise das curvas não seriam comparáveis, o que infelizmente acontece com muitos trabalhos. Admitindo um ou outro princípio assim será maior ou menor a duração da vogal, o mesmo se dizendo a respeito da consoante. Também não seria admissível atribuir a parte referida, primeiramente à vogal e depois à consoante visto que dessa forma resultaria uma duração total do complexo sonoro, maior do que a soma das durações dos seus elementos.

As observações expostas são suficientes para mostrar como qualquer dos artificios esquecia a realidade dos factos falseando os seus valores representativos.

Para evitar divisões de opinião e tornar comparáveis os resultados da análise das curvas, propusemos, como aceitável, o seguinte princípio: Se a existência duma convenção é absolutamente necessária é preferível tratar de per si a fase articulatória α - β , que poderemos designar pelo nome de «som transicional» e que tanto pode ser atribuído à vogal como à consoante. Desta forma, quer seguindo este ou aquele princípio, serão comparáveis os resultados. Teríamos, então, a distinguir dois casos principais: a) vogal + som transicional + oclusiva; b) vogal transicional + oclusiva. Vogal transicional seria a vogal que era condicionada desde o seu início pela oclusiva¹.

Salvaguardada a intenção da nossa proposta, fomos os primeiros a observar os seus inconvenientes. Uma série de experiências sobre os sons labiais, chamando-nos a atenção para o valor acústico dos fonemas, revelou-nos o caminho a seguir.

Se analisarmos o complexo sonoro indicado, sob o ponto de vista acústico obtemos um resultado inteiramente diverso daquele a que chegamos se adoptarmos o princípio articulatório. Só excepcionalmente será possível obter resultados idênticos seguindo este ou aquele princípio.

Já Menzerath, como vimos, dividira a fase α - β em duas zonas: uma zona vocálica e uma zona consonântica, o que nos mostra ter adoptado nessa delimitação o princípio acústico. Se pretendesse, porém, aplicar o mesmo princípio na interpretação dum labiograma

¹ A. de Lacerda: «Die Abgrenzung der Labiallaute u. s. w.» (*Archives Néerlandaises de Phonétique Expérimentale*, t. VII).

não o poderia fazer pela simples razão de que um labiograma só nos traduz movimentos articulatórios, não nos dizendo se êsses movimentos são acompanhados de valor sonoro que mais ou menos modificaram. É verdade que um labiograma pode ser acompanhado duma curva laringea, sincrónica, como succede com o labiograma tomado para exemplo; mas note-se que a actividade laringea nem sempre implica actividade oral ou nasal e é a actividade oral ou nasal que geralmente tem valor sonoro, isto é, apreciável como excitante auditivo¹.

O simples labiograma só nos permite interpretações sob o ponto de vista articulatório, ao passo que a curva oral tem sido interpretada articulatória e acusticamente. Foi essa a razão que nos levou a pôr em discussão uma curva oral duma oclusiva antes de terminar as nossas considerações a respeito do seu labiograma.

Curva oral

A interpretação da curva oral tem motivado grandes divergências e acarretou grandes dificuldades para a fonética experimental. Dependendo a delimitação dos fonemas da interpretação da sua curva oral, a interpretação terá necessariamente de corresponder à realidade dos factos. Se as interpretações divergem variam os valores encontrados sem que todavia se tivesse dado qualquer variação nos fenómenos que é nosso intento analisar. Se não fôr possível delimitar com a máxima exactidão as curvas representativas dos fonemas será absurdo pretender falar do seu grau ou lugar de sonoridade, da sua duração absoluta ou relativa².

Todavia, bastará analisar a referida crítica de Meyer para se constatar a diversidade completa de opinião e de critério no que diz respeito à simples delimitação dos sons labiais. O próprio foneticista, autor de tam acerada crítica, pretendendo resolver o problema, limitou-se a apresentar uma interpretação que não lhe foi possível demonstrar como verdadeira. E de facto a sua interpretação é também inexacta.

Interessando demarcar o ponto α ou seja o início do *Anglitt* e o ponto β ou seja o final do *Anglitt*, Rousselot e seguidamente, entre

¹ Ao tratarmos os fenómenos da actividade laringea veremos os motivos que tornam impossível a delimitação dos fonemas por meio da sua curva laringea.

² Die Lautabgrenzung ist sozusagen die Grundlage der Mehrzahl der phonetischen Arbeiten... Ver A. de Lacerda: «Neue Untersuchungen und Ergebnisse über das Problem der Abteilung».

outros, Chlumský e Menzerath, cometeram, diz Meyer, um erro de maior importância¹.

Depois de nos dar, a título de exemplo, o traçado da palavra «bo:t», interpreta a sua curva oral² segundo o critério adoptado pelos foneticistas mencionados, terminando por afirmar que uma tal interpretação é errónea. O ponto em que a curva oral inicia a sua rápida descida para a linha-zero — esclarece o foneticista —, deve, na realidade, indicar-nos o momento em que teve lugar a oclusão. O *Abglitt* da vogal teve o seu início num momento anterior ao momento correspondente a esse ponto da curva, e esta só raramente nos fornece um ponto delimitativo que nos permita estabelecer com segurança o início do *Abglitt*³.

O ponto que os outros foneticistas consideravam como revelador do início da implosão era, portanto, interpretado pelo crítico como revelador do início da oclusão. Duas interpretações que diferem inteiramente. Segundo Meyer, a parte da curva em questão não correspondia às três fases articulatórias da oclusiva.

Todavia, como o autor da nova interpretação não demonstrou, como prometera, a sua afirmação, era natural perguntar-se: go ponto indicado pelo crítico corresponde, na verdade, ao início da oclusão?

A única forma de solucionar a questão seria tratar o problema experimentalmente, tentando vencer as dificuldades de ordem técnica que a nossa decisão implicava. Uma longa série de experiências levou-nos por fim a caminho seguro.

Tratando-se da interpretação articulatória dum som labial, pareceu-nos, logo de comêço, que a melhor forma de atacar o problema seria procurar obter um traçado da actividade articulatória inscrevendo simultâneamente as curvas labiais e a curva oral. Atendendo ainda a que a subida ou descida da curva oral é condicionada pela massa de ar empregada na fonação, achamos conveniente ins-

¹ ...«Hier haben nun Rousselot und, ihm folgend, unter anderen Chlumský und nun auch Menzerath einen schwerwiegenden Irrtum begangen, der alle Lautdauerbestimmungen dieser Forscher, sofern sie die Folge Vokal + Verschlusslaut betreffen, ungenau und in vielen Fällen völlig unbrauchbar macht. (Vox, art. cit).

² Ver o gráfico a que aludimos na Vox, Heft 2, 1930.

³ «Der Punkt, in welchem die Oralkurve in scharfem Knie steil zur Nulllinie hin abstürzt, bezeichnet in Wirklichkeit den Zeitpunkt, in welchem der Verschluss soeben vollzogen ist, also den Beginn der t-Verschlussstellung, des t-Verschusses. Der Abglitt des e: zum t-Verschluss hin liegt vor dem y-Punkt der Oralkurve; der Beginn des Abglitts ist in Mundlautstromkurven selten sicher zu bestimmen».

crever, também simultaneamente, uma terceira curva que nos traduzisse a variação do volume de ar.

Esta terceira curva viria de certo modo controlar as restantes.

Não possuindo, então, a fonética experimental um aparelho nas condições indicadas que nos permitisse a inscrição simultânea das

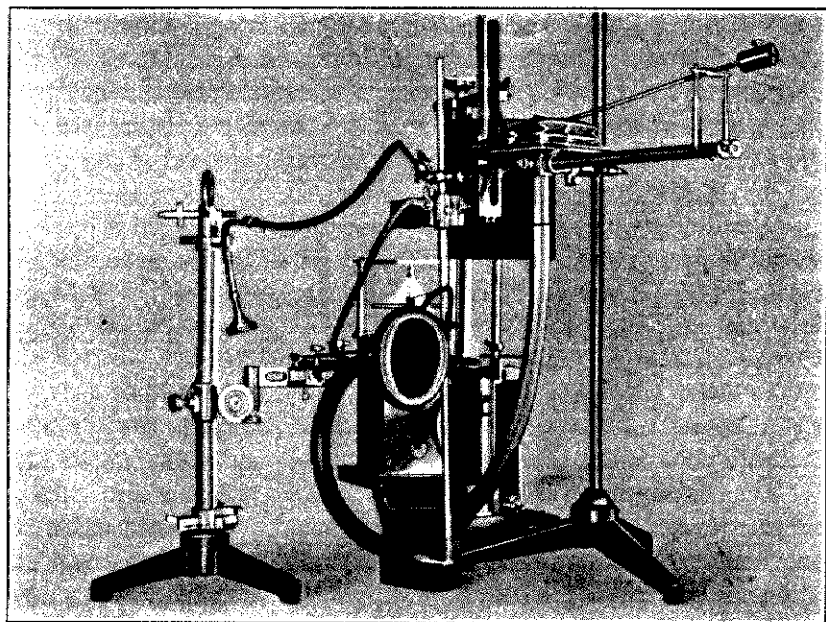


Fig. 3

quatro curvas indicadas, principiámos por mandar construir o labiógrafo-inscritor-oral a que já nos referimos no artigo anterior.

A fig. 3 mostra-nos o primeiro modelo de labiógrafo-inscritor-oral associado a um inscitor de volumes de Wethlo. Como se vê pela figura, poderá associar-se ainda, ao dispositivo, um inscitor laringeo.

Labiograma e Curva Oral

Realizada a inscrição duma oclusiva intervocálica, experiência que repetimos várias vezes empregando o método simultâneo indicado, constatamos imediatamente que o labiograma e a curva oral nos forneciam dados diversos. As conclusões foram as seguintes:

—o ponto *b* (fig. 2) pode revelar-nos o início da oclusão e não o início da implosão. A primeira fase articulatória da consoante ini-

cia-se, nesse caso, antes de *b* como nos revela o labiograma respectivo.

—a parte *b-c* não tem significação alguma para a delimitação. Indicar-nos há que a oclusão se deu em *b*: Tendo cessado a corrente de ar com a oclusão labial, a membrana da cápsula reveladora baixou e com ela o inseritor.

—o ponto *d* marca, de facto, o momento da explosão, mas por meio da curva oral não se pode estabelecer o momento em que o afastamento labial atingiu o seu valor máximo.

Recordando a opinião de Meyer, e confrontando-a com os resultados obtidos, parecia ter ficado demonstrada a sua interpretação da curva oral.

Além da sua confirmação, o método simultâneo teria apenas permitido estabelecer o ponto da curva oral em que se iniciou o *Anglitt* da consoante.

Contudo, não nos fornecera a experiência dados inalteráveis; mas só mais tarde nos foi possível corrigir os resultados. O mesmo se dirá quanto aos resultados obtidos com auxilio da curva de volume de ar, como vamos ver.

Curva de volume de ar

Aplicando, simplesmente, um inseritor de volumes, a curva obtida¹ para os sons labiais da classe que nos interessava e em posição intervocálica, apresenta as seguintes características gerais:

—a partir dum ponto *a*, a curva principia a afastar-se da linha-zero até atingir um ponto *b*. A partir dêste ponto o inseritor do mensurador de volumes inscreverá uma linha que se mantém paralela à linha-zero até atingir um ponto *c*.

Em *c*, dá-se uma subida rápida, de pequena duração, e que termina em *d*. A partir dêste ponto *d* a curva continua a subir mantendo um elevado grau de inclinação, embora de valor apreciavelmente menor ao do ângulo de inclinação que se nota em seguida ao ponto *c*.

A primeira zona *a-b* pode, ainda, apresentar duas sub-zonas: uma zona anterior *a-a'* de pequeno grau de desvio e uma segunda sub-zona *a'-b* de inclinação mais acentuada.

¹ Ver «Die Abgrenzung der Labiallaute», fig. 5 (*Archives Néerlandaises de Phonétique Expérimentale*, t. VII).

Interpretação:

a-a': Início da corrente de ar surdo em *a*; em *a'* entram em acção as pregas vocais que passam a modular a corrente de ar segundo uma dada frequência.

a'-b: Intensificação da corrente de ar necessária para fazer vibrar as pregas vocais. (Em relação ao seu afastamento).

b-c: Ausência de corrente de ar. Pausa motivada pela oclusão.

c-d: Ângulo máximo de desvio provocado pela explosão.

d-e: Desvio motivado pela vogal final.

Comparando agora a curva de volume de ar com o respectivo labiograma, verificamos que a zona *b-c*, ou seja a relativa à oclusão, nos revela uma duração igual à obtida por meio do labiograma. Isto é: tanto o labiograma como a curva inscrita pelo mensurador de volumes indicam-nos que o ponto *b* da curva oral (fig. 2) corresponde ao momento em que se iniciou a oclusão.

Rectificação:

À primeira vista tudo nos parece indicar como verdadeiros os resultados obtidos, e poderá até pensar-se que é possível delimitar os fonemas do grupo em questão por meio da sua curva de volume de ar. Vamos ver, porém, as precauções com que é preciso interpretar as curvas registadas para que não sejamos conduzidos a resultados inexactos ou duvidosos.

Quanto à curva registada pelo inscriptor de volumes, apesar de se tratar do mensurador de Wethlo com que obtivemos os melhores resultados e observando ainda que as curvas do género podem fornecer dados muito importantes e curiosos, diremos que o dispositivo além de apresentar outros inconvenientes não pode garantir-nos trabalho exacto.

Se repararmos na fig. 3, vemos que o sistema se compõe, essencialmente, dum distensor, parte susceptível de se desdobrar, subindo à medida que o volume de ar expirado vai aumentando, e dum inscriptor ligado ao distensor.

Se o distensor não estivesse aliado ao braço duma alavanca cujo braço menor sustenta um contrapêso móvel destinado a equilibrar as forças actuantes, quando se desse a saída do ar empregado na fonação este tenderia a fazer subir a parede superior, móvel, do distensor, mas o ar introduzido no sistema ficaria sob uma pressão superior à pressão exterior. E à medida que o distensor fôsse subindo iria aumentando essa pressão. Ora se a pressão interior não

fôr igual à pressão exterior, a compressão do ar contido no sistema provoca a sua diminuição de volume. O desvio do inscitor será tanto menor quanto maior fôr essa compressão, e a escala do sensor que é aferida para a pressão normal deixará de ser aplicável. Aferir os valores da escala não resolveria a seguinte objecção: A saída do ar fonatório e ainda a actividade laríngea, dependem do valor da diferença existente entre a pressão sub-glótica e a pressão exterior.

Por outro lado, o artifício destinado a equilibrar o distensor aumenta a inércia do sistema tornando menor o seu grau de sensibilidade.

Daqui resulta:

a) O início da corrente de ar surdo ou sonoro não nos é revelado com precisão;

b) O inscitor não cessa de subir no momento em que cessa a corrente de ar e os seus desvios não correspondem ao aumento ou diminuição da corrente de ar. O momento em que cessou a corrente de ar terá sido mais ou menos anterior ao momento revelado pela curva, segundo a massa e a velocidade adquirida pela parte móvel do sistema.

Abstraindo dos erros de inscrição motivados pelo dispositivo, observamos que a curva nos pode apenas acusar o início da corrente de ar e não o início da vogal, visto que a vogal pode ser antecipada por uma corrente de ar surdo de maior ou menor duração. Essa parte da curva (*Vorhauch*) não deve ser atribuída à vogal, como veremos mais tarde.

Razão semelhante nos explica o facto de não indicar o final da vogal inicial, visto que a corrente de ar sonoro pode ser seguida duma corrente de ar surdo de duração variável.

Temos já os elementos suficientes para deduzir que o comprimento da parte *b-c* da curva, cujo desvio se mantém constante, não equivale à duração da oclusão.

Em seguida ao momento da explosão a curva não apresenta um ponto de demarcação. Dá-se uma saída de ar surdo ou desmodulador, de muito maior intensidade, e que a partir dum dado ponto volta a ser modulado pelas vibrações da vogal seguinte.

A curva de volume de ar não nos permite, portanto, uma delimitação dos fonemas do grupo nem pode revelar com exactidão o momento oclusivo.

Labiograma

Vemos que o labiograma nos indicava, igualmente, o ponto *b* (fig. 2) como correspondendo ao momento em que se iniciou a oclusão. Ao contrário do que se passa com um mensurador de volumes do tipo Wethlo, temos para o caso do labiograma um dispositivo de transmissão directa, e portanto uma possibilidade de erro muito menor. Como duvidar do resultado obtido? Respondemos:

a) A oclusão pode, na verdade, iniciar-se no ponto *b*, mas isso não significa que o ponto *b* numa outra curva oral correspondente ao ponto *b* nos revele o momento oclusivo;

b) Durante a implosão da consoante intervocálica deu-se uma saída de ar oral; durante a implosão a capacidade da cavidade oral foi diminuída de forma que mesmo no caso de ter cessado a corrente fonatória teria de se dar uma saída de ar oral. Tal como a curva oral tem sido interpretada, vemos que durante a implosão o desvio de linha-zero vai decrescendo. Como explicar a descida do inscridor perante uma saída de ar motivada pela própria implosão? Esta objecção é, porém, facilmente posta de parte: essa saída de ar provocada pela diminuição da capacidade da cavidade oral tem um valor que o grau de ventilação do sistema inscridor oral pode anular originando a descida da curva. Os graus do desvio efectuado pelo inscridor oral dependem do grau de abertura do sistema adoptado.

Todavia, a implosão é geralmente acompanhada duma saída de ar considerável e nesse caso deixará de ser compreensível a descida da curva. E desde que a descida da curva não pode geralmente corresponder à implosão da consoante, o ponto *b* deixará de marcar o início da sua primeira fase articulatória;

c) Esclarecemos no artigo anterior que não é possível estabelecer a duração exacta da oclusão por meio do labiograma, e referimo-nos à continuidade do movimento articulatório¹.

Confronto das curvas do traçado

Analisando as curvas obtidas simultaneamente com auxílio do segundo dispositivo labiográfico — a que nos referimos nesta revista ao tratar do capítulo «Labiografia e seus métodos de investigação» — poderemos esclarecer, finalmente, o problema.

¹ Ver: Menzerath-Lacerda, *ob. cit.*

De facto não nos pode revelar um labiograma o momento oclusivo, mas terá necessariamente de nos acusar o momento em que se inicia a implosão se a vogal inicial do grupo não tiver sido emitida em sentido implosivo. A partir de determinado ponto, as curvas labiais deixarão de ser paralelas e o afastamento interlabial principia a diminuir. A fig. 4 dá-nos um exemplo para os grupos «ápa», «apá».

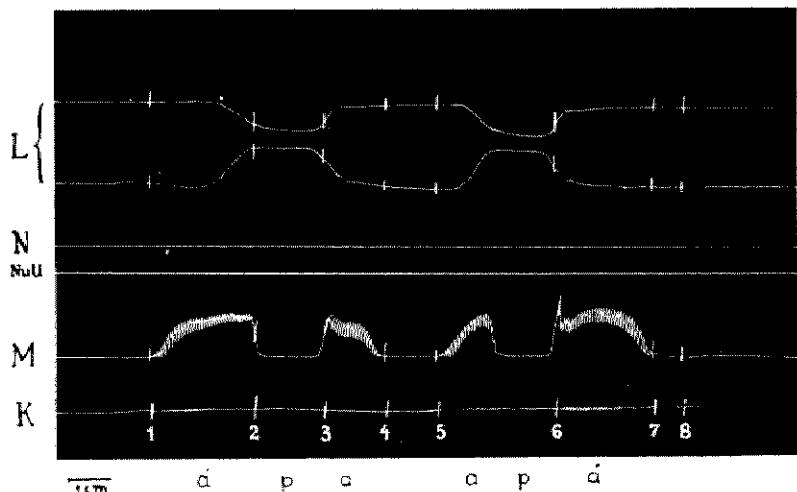


FIG. 4

Compõe-se o traçado de seis curvas: *K*—inscrição laringea; *M*—curva oral; *Null*—linha-zero; *N*—inscrição nasal; *L*—labiograma.

Os pontos 1, 2, 3, 4, etc., foram encontrados por meio dum rectificador de correspondência dos inscriteores.

Observando, novamente, a curva oral representada na fig. 2, vimos que as interpretações mais gerais eram:

a) De *-a-* a *-b-* corresponde à vogal inicial.

De *-b-* a *-e-* corresponde à consoante.

De *-e-* a *-f-* corresponde à vogal final.

Esclarecia-se: Em *b* inicia-se a implosão, fase esta que vai até *e*; de *-e-* a *-d-* tem lugar a oclusão e de *d* a *e* a explosão da consoante.

b) A implosão inicia-se depois de *a* e antes de *b*, isto é, entre *a* e *b*. Em *b* inicia-se a oclusão.

Relembradas as interpretações, vejamos o que nos revela o labiograma da fig. 4 e deduziremos:

—que a implosão pode iniciar-se antes do ponto *a* ou ter lugar durante qualquer ponto da parte da curva que vai de *-a-* a *-b-*, por

exemplo em a_1 . Mas a oclusão pode mesmo iniciar-se entre b e c ou depois de c , facto este que está em discordância com a doutrina de Meyer e que nos é revelada por outros labiogramas, como teremos ocasião de ver no nosso próximo artigo em que discutiremos o problema sob um novo aspecto aproveitando os elementos de que já dispomos.

ARMANDO DE LACERDA.

A «Vida e feitos de Julio Cesar»

Conforme o prometido, começa hoje o *Boletim de Filologia* a publicação do manuscrito português quatrocentista da Biblioteca do Escorial (Q. I. 17)¹. Trata-se da tradução da obra francesa *Li Fait des Romains*, composta na primeira metade do século XIII e de que estão publicadas duas edições antigas e raríssimas, uma de 1490, outra de 1500.

Sabia-se até agora que o livro tinha tido grande voga em França e irradiara largamente para Itália. O recente e documentado estudo do Sr. Flutre acaba de o pôr em evidência². Não se conhecia porém que no século XV fôra feita uma tradução para português do famoso texto. Ou antes, conhecia-se que na livraria do desditoso Condestável D. Pedro andava uma *Vida de Julio Cesar em vulgar português*, tradução de Suetónio. O catalogador teve o cuidado de nos dizer, como para os outros livros, as palavras com que termina o penúltimo fólio: «Feneix la penultima carta *muytas noytes*»³. Ora o fólio 273 r, penúltimo do manuscrito português do Escorial, acaba efectivamente por êsses dizeres, com a mesmíssima ortografia. Significa isto que estamos em presença do próprio texto de D. Pedro, e que a sua data deverá forçosamente colocar-se antes de 1466, ano em que morreu o Condestável e foi inventariada a sua livraria⁴. A data da sua cópia —note-se; porque o códice Q. I. 17 é já reprodução de outro português, mais antigo, possivelmente do que andava na livraria de D. Duarte, com o título de *Julio Cezar*. A maneira errada ou

¹ A cota do ms. veio errada no *Boletim de Filologia*, I, 52, porque o próprio códice traz efectivamente escrita a cota antiga J. Q. 17.

² Louis-Fernand Flutre, «*Li Fait des Romains*» dans les *Littératures française et italienne du XIII^e au XVI^e siècle*. Paris, Hachette, 1932.

³ D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *Tragédia de la insigne Raina Doña Isabel*, 2.^a ed. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922, p. 124.

⁴ Note-se além disso a significação das iluminuras na primeira página do códice. Fr. Julián Zarco Cuevas descreve-o assim, no recente catálogo dos mss. portugueses: «El fol. 1.^o r. con orla historiada, en oro y colores, y en la margen inferior dos ángeles sostienen un escudo con las cinco quinas en campo de plata. orlado con castillos de oro sobre fondo rojo. Por los lados del escudo remata una cruz verde en cuatro flores de lis, y en la parte superior del mismo un rastrojo, o tres barrotes plateados unidos a uno común». — *Catálogo de los manuscritos catalanes, valencianos, gallegos y portugueses de la Biblioteca de El Escorial*, Madrid, 1932, p. 127. Traz a fotogravura do primeiro fólio.

arbitrária de transcrever certas letras e resolver certas abreviaturas não deixam disso a menor dúvida. Não é ousado supor que a tradução do texto francês fôsse feita por algum homem que tivesse estado na corte de Borgonha, talvez por incumbência do Infante D. Pedro, pai do Condestável. É pois, em qualquer das hipóteses, um texto da 1.^a metade do século xv.

O valor literário e até histórico do texto francês tem sido reconhecido de há muito. É uma compilação inteligente de Salústio, Suetónio, Lucano, César e outros. Dos méritos do seu autor acaba de dizer o Prof. Sneyders de Vogel: «C'est un homme intelligent et instruit, bon latiniste, qui comprend bien même des auteurs difficiles comme Lucain et Suétone... il s'est penché patiemment sur les textes latins pour en pénétrer le sens et pour les rendre intelligibles à ses contemporains; il a fait une étude comparative de ses sources, très méritoire pour l'époque; il s'est livré à un travail de composition qui lui a demandé un effort soutenu: la façon par exemple dont il a greffé Salluste sur Suétone est remarquable. Mais ce même savant — je ne crains pas de me servir de ce terme — ce même savant, qui se penche patiemment sur les textes latins, qui en fait la critique, qui les combine intelligemment pour donner un récit clair, logique, bien écrit, reste pourtant un homme du moyen âge... Il est, à la fois, savant et peuple; il aime, comme Rabelais, les œuvres latines, mais comme Rabelais aussi, il se délecte dans les beaux coups d'épée, les hauts faits d'armes; son style est vif, clair, plein d'expressions familières»¹.

Há pois todo o interesse lingüístico em verificar como o tradutor português soube reproduzir em vernáculo as particularidades do original. Satisfazemos hoje essa curiosidade, encetando a publicação do códice. As notas em baixo da página elucidam sobre as fontes da compilação; por vezes é necessário aduzir o passo latino e sempre, em casos duvidosos ou curiosos, o lugar correspondente do códice francês. Tenham-se presentes desde já as seguintes abreviaturas: *CC* = «Conjuração de Catilina», por Salústio; *VJC* = «Vida de Júlio César», por Suetónio; *FR* = «Li Fait des Romains».

Guiados pelas indicações do Sr. Flutre², coincidentes nisto com a opinião de Sneyders de Vogel, escolhemos o ms. 1391, do antigo fundo francês da Biblioteca Nacional de Paris, como o mais fiel e

¹ *Neophilologus* (Groningen), vol. xix (1933-1934), pp. 180-181.

² Veja-se a sua tese complementar *Les manuscrits des «Faits des Romains»*, Paris, Hachette, 1932.

mais antigo. É esse que nos servirá de ponto de comparação com o texto português. Como porém infelizmente a esse manuscrito faltam umas folhas finais, diligenciaremos obter cópia do ms. da Vaticana n.º 893, que se pode comparar em valor diplomático ao da Biblioteca Nacional de Paris. É desse códice que tomamos desde já o capítulo final, reproduzido no livro do Sr. Flutre. Um confronto entre os dois textos logo mostrará o carácter da tradução portuguesa, que por vezes omite um ou outro passo:

Vida e feitos de Julio Cesar

Escorial, ms. Q. I. 17

Depoys foy o fogo hordenado no campo de Marçe junto cõ o sepulcro de Jullya, sua filha. Hy ouve hũa casa dourada sobre hũa ymagẽ hu tiinhã os preytos em Roma. Hy foy posto huñ leyto de marffym e o corpo cuberto de purpura e d'ouro, sua coroa de loureyro em sua cabeça cõ a rroupa cõ que el morrera e cantavã hy polla piedade de sua [fl. 273 d] morte, segundo o costume da terra e diziam cantando: «Eu guardava aquelles que me destroyrã». Antonyo fez apregoar que lhe fezessem todallas honrras que devyã fazer a deus e a homẽ. As mayas honrradas pessoas de Rroma levarõ o corpo a ssens collos no leyto de marffim da casa ataa o templo donde vos flalamos. Assy como huñs dizyam que levassem o corpo a queymar ao templo de Jovis do Capitollyo e os outros na corte de Pompeeo, hu el morreo, dous veeerõ ao diantado de subito cõ as espadas çintas e dous dardos em suas maãos e chantarõ em elle dous çirios arden(den)tes. E entom a outra companhia das gentes deytarõ hy rramos meudos secos em que o fogo se açendeo de ligeyro. Os cantadores dos theatros espedaçavã suas rroupas e deytavã-nas no fogo; os cavalleiros ligioões suas armas e as vyuvas os corregimentos que trazyã, os moços suas saynhas; todallas estranhas gentes que hy estavã faziã seus prantos

Li Fet des Romains

Vaticana, ms. lat. n.º 893

Puis fu li feus ordenez en Champ Marcein, delez le sepulere Julia sa fille. Cria l'en que chascuns oïssist de la vile par la ou il voudroit por porter lor osfrandes au feu; car se tuit oïssissent par une porte, li jors n'i poist pas s'esfire. Il ot une meson dorree sor une ymage ou len ou l'en tenoit les plez a Rome en mi la vile, al entrer dou temple Veneris. Hee fu mis uns liz d'ivuire, et li cors ou lit coverz de porpre et d'or, sa corone de lorier a son chief, od la robe ou il ot esté ocis. L'en i chantoit por pitié de sa mort, selone la costume du païs, et disoient en chantant: «Ge gardeoie cels qui m'out destruit». Antoinies fist crier que l'en li feïst totes les honors que l'en devoit fere a Dieu et a home. Les plus honorables persones de Rome porterent le cors a lor cols ou lit d'ivuire, de sa meson jusqu'au temple dont nos avons parlé. Einsi con l'un disoient que l'en portast le cors ardoir el temple Jovis dou Capitoile, li autre en la cort Pompée ou il fu ocis, dui saillirent avant soudainement lor espées ceintes, ij darz en lor meins, et ficherent ij cierges enz toz ardan; et lues l'autre torbe des genz i giterent menuz reïssiax sès ou li feus se prist de legier; et puis les faudestues as baillis tribuns ot toz les dons que chascuns i aportoït. Li chanteor dou theaitre desciroient lor robes, que aa

sua guysa arredor do corpo, e os gregos meesmos guardaron muytas noytes [fl. 274 a] o sepulcro por honrra. O poboo e os mesteyraes de Rroma se forô aas casas de Casio e Bruto, logo como se partirô da sepultura; mais elles acharô as casas tam fortes e tam guarneçydas que assaz fezera quô os tomara. Henilus Çima foy em contra delles aa tornada, ca era tarde, e cuydarô que fosse huû Cornille, que mal fallara sobre Çesar o dia dantes perante mytots. Este Co[r]nille buscavam elles e cortarô a cabeça aaquelle que encontraron em logo do outro e tancharô a cabeça em çima de hũa lança e levarô-na polla villa; e des hy fez fazer o poboo a Çesar huû moymêto de pedra numidiana quadrada sobre quatro esteos de cobre, altos de viinte pees e massyo e em çima poseron a çinza do corpo de Çesar em hũa maçaã de cobre donrada. As leteras da calûpna diziam: «Este he padre da terra». Logo fezerô hy sacrificios e votos e juravam hy de suas querellas: «Per Çesar, assy e assy he». Taaes ouve hy dos amigos de Çesar que nô curavam de mays viver por que non era santificado e por esto desprezavam a rreligiam dos sacrificios [fl. 274 b] e outras cousas assaz que seus amigos lhe avyam por sanctidade. Taaes hy ouve que cuydaron que se fyassee tanto nos juramentos daquelles derradeyros senadores que cada huû lhe jurara tam firmemente que ell tirou darredor de ssy a guarda dos espanhoos e dos francezes, que ssoyã guardar sua cabeça com as espadas. Os outros diziam o contrayro, que ell non fiava em elles, mais nem curava por se dar a perillgo, por que o comuñ avya mayor proll em sua vyda que el meesmo e faryã seu dâpno se o matassem mays que a ele, porque longo ouvera honrra e avôdamento e sse el morrya o comuñ non serya longamente em paz e se levau-

il orent a ce prestes, et gitoient ou feu; li legionario chevalier lor armes; les matrones les aornemenz qu'elles portoient; li enfant lor noches et lor goneles. Totes les estranges genz qui estoient a Rome fesoient lor pleins a lor guises environ le cors, meesment li Geŷ, qui meinte nuit continuel gaiterent le sepulere por honor. Li pueples et li maiestires de Rome si alerent as mesons Casse et Brute lues que il se departirent de la sepulture; mès il troverent les mesons si forz et si garnies, assez fu qui les en mist arriere. Hevilus Cynna fu encontrez d'els ou retor, et quiderent par error, car tart estoit, que ce fust uns Cornilles qui griefmient ot parlê sor Cesar le jor avant oiant plusors. Ce Cornille queroient il, et trencherent la teste a celui que il encontrerent en leu de celui, si ficherent la teste en som une lance et la porterent par la vile. Puis fist fere li pueples a Cesar une pyramide de pierre numidienne quarrée sor quatre golz de coivre, haute de vingt piez et massice. En som fu mise la cendre del cors Cesar en un pomel de coivre doré. Les letres de la columbe disoient: «Ce est au pere dou païs». Lonc tens firent illec sacrifices et veuz, et juroient illec de lor quereles: «Par Cesar, ainsi est». Tex i ot des amis Cesar qui disoient qu'il n'avoit cure de plus vivre por ce que il n'estoit pas santeys, et por ce despisoit la religion des sacrifices, et autres choses assez que si ami li looient a fere por santé. Tex i ot qui cuiderent que il se fiasst tant es sairemenz de ces derriens senators, que chascuns li avoit juré foauté, que il avoit ostée d'entor soi la garde des Espaignox et des François qui seulent son chief garder as espées. Li autre disoient encontre que il ne se fioit pas, mès [ne] li chaloit d'abandoner soi a perill por ce que li comuns avoit greignor preu en sa vie

tarya guerra antre os çidadaãos, mais todos cuydarõ e afirmarom aa derra-deyra que elle meesmo levantara aquella maneyra de morte, por que em outro tempo, quando el vyo em huũ livvro de Zenoffontis que Tirus, rrey de Perssya, morrera tarde por longa doença, elle desprezou tã tardiva morte e desejou que sua morte fosse de subyto e trigosa quando veesse. O dia ante de sua morte comya elle na casa de Marco Lepido e preguntarõ sobre mesa qual maneyra de fflym [fl. 274 c] e de morte devyam mays desejar. E el rrespondeo que a morte que viinha de subyto era a mylhor, que a morte tardinheyra nõ lhe prazia.

Elle morreo aos çincoocenta e seys annos de sua ydade e poserõ-no os rromaãos no conto dos deuses e todos o acordarom, e aynda o poboo mendo o rrequereo. E des que Augusto seu sobrynho ouve seu altar sagrado, segundo o custume aos outros deuses, comete, hũa estrella, appareço sete dias continuados e começo a luzyr açerca das onze oras da noyte e cuydou o poboo que era a alma de Çesar que sobira aos çeeos e por esto fezerom elles hũa estrella na cabeça da sua ymagem em çima, e a corte de Pompeeo, hu o matarõ; foy tapada, e se acharem em alguũ lugar que el morreo no Capytollyo, non he desacordo, ca onde quer que o Senado se ajuntava era bẽ Capytollyo, ca o Capytollyo non foy feito senom pera os ajuntar principalmente. O dya da sua morte foy chamado parocyda e estabelleçerom que nũca o Senado fosse ajuntado aaquelle dia. Nehũu daqueles que o

que il meisme, et feroient lor doma-che, se il l'ocioient, plus que le soen; car lunc tens avoit eue honor et puis-sance a grant habundance: se il mor-roit, le commun ne remandroit pas longuement en pès et sordroient guer-res entre les citeains a noax a lor oes que il n'estoient a son tens. Mès il tuit cuidèrent et affermerent au der-rien que il meisme avoit itel maniere de mort esleue, car jadis, quant il ot leu en un livre Xenofontis que Cyrus le roi de Perse estoit mort lentement par longue maladie, il dispit si lente mainere de mort et desirra que la soe morz fust soudaine et hastive quant ele vendroit. Et le jor devant sa mort menjoit il en la meson Marcus Lepi-dos et fu demandé sor table quels maniere de fin ou de mort l'en devoit plus desirrer et voloir. Il respondi que la morz qui venoit soudaine, dent l'en ne se prenoit garde, estoit la mieldre; longue lengors ne li pleroit pas.

Il morut el cinquantisme et sisième an de son aage, et le mistrent li Ro-main ou nombre des diex. Tuit s'i acorderent, neis li meenz pueples le requist. Et quant Augustus ses oirs li ot sacrez uns geus selonc la custume as autres diex, comete, une estoile crin-ne, apparut vij continuels jors et comança a lui[re] entor l'ousième hore de la nuit; e crut li pueples que ce estoit l'ame Cesar qui estoit mon-tée es ciels, et por ce ffirent une es-toile en son le chief a s'ymage. La corz Pompée ou il fu ocis fu estoupée. Se l'en troeve en aucun leu que il fu ocis ou Capitoile, ce n'est pas des-corde, car ou c'onques li senaz s'as-sambloit ce estoit bien Capitoiles; car li Capitoiles ne fu fez forz por els assamblar principalement. Li jors de sa mort fu apelez paricides, et es-tabli l'en que li senaz ne fust jamès assamblez ce jor. De cels qui le fe-rèrent ne sorvesqui nus plus de iij

matarom nõ vyveo depoy[s] [fl. 274 d]
mais de tres annos, nem nõ huũ non
morreo de sua morte: hũus morrerõ
em batalhas, outros morrerom no
mar; taes hy ouve que se matarõ
com os stillos meesmos cõ que elles
matarom Cesar.

Aquy acaba Subtonyo a vyda e os
feytos de Cesar. Deo gracias.

aus, n'onques nus n'en morut de sa
mort: li un morurent en bataille, li
autre noierent en mer; tex i ot qui
s'ocistrent de ces grefes meisme dont
il orent Cesar ocis.

[Louis-Fernand Flutre, *Les manuscrits
des «Faits des Romains», 24-26*].

A edição segue com a maior fidelidade o texto e alguns dos seus erros evidentes. É sobretudo característica a estropiação dos nomes próprios, por vezes devida à lição do código francês, mas muito mais vezes proveniente de precipitações do escriba, que confundia o *c* e *t*, *u* (*v*) e *n*, *e* e *o*, etc. Em nota damos a verdadeira lição. Em um ponto entendemos dever fazer uma pequena alteração no manuscrito. O escriba resolveu por vezes a abreviatura final *g* do código que tinha em frente de si, em *-us*, em palavras como *mygtus*, *dinheirus*, etc. Modificámos a grafia, tanto mais que é perfeitamente legítimo reduzir aquela abreviatura a *-os*; em nota indicamos sempre a lição do código. Nos lugares porém em que no nosso manuscrito aparece o sinal de abreviação *g*, adoptamos o principio de o resolver em *-us* nos nomes próprios e em palavras como *seus*, *dous*, etc., e em *-os* para todas as outras. Conservam-se inalteradas as grafias dos nomes próprios, já resolvidas no manuscrito em *-us* e *-os*.

Para outro ponto convém chamar a atenção do estudioso. O sinal de til nas vogais geminadas tem por via de regra inclinação pronunciada para a segunda vogal, às vezes afecta-a sem dúvida possível. Tomamos em consideração o facto, colocando geralmente o til sobre a segunda vogal: *huũ*, *alguũ*, *homeẽs*, etc. Quando porém o sinal está nitidamente sobre o primeiro elemento, respeitamos também o código. O melhor seria para estes casos arranjar um tipo de letra, em que o til abrangesse os dois elementos vocálicos, que eram, na realidade, ambos nasais.

A pontuação, resolução de abreviaturas, o regime das minúsculas e maiúsculas, a alteração do *u* em *v* e do *j* em *i* ou *i* em *j* é da nossa responsabilidade.

RODRIGUES LAPA.

Nota.— Informa-nos o Sr. Flutre que descobrira em Agosto de 1933 as relações do código escorialense com a obra francesa, e enviara para a revista *Romania* um pequeno artigo sobre o caso. O atraso desta revista não permitiu que até hoje apparecesse o seu trabalho. Ficam-lhe pois devolvidas as honras da prioridade

Vida e feitos de Julio Cesar

(Escorial, ms. Q. I. 17)

Grãde debate foe ätre os anciaãos por saber como a cavalaria poderia seer mais exalçada, se per força de corpo ou per virtude e engenho¹; por que ante que o homẽ faça cousa, deve de tomar consselho, e depois do consselho se deve de seguir o feito; e acordarom que nom valia nem hũa cousa ho consselho [fl. 1 b] sem obra, nem obra sen consselho. E porem se emsayavã alguũs em aquellas cousas que pertenciam a engenho e outros em manhas e en aquelas cousas que a força conviñham, por que entendiam que siso e engenho podia muyto aproveytar nas batalhas con a força. E depois que os reys começaram a mover guerras, primeiramẽte por razom² de averem de acrecentar seus ssenhorios, que, antes que as guerras comessem, os homeẽs eram sem cobiiça e abastava a cada huũ aquello que aviam³; e enton estudavam os homeẽs mais de vontade en ssiso e em engenho ca em apanhar aver, entendendo que o que os homeẽs aviam nom era ssenom emprestado; e assy o testemunha Çigero, que diz: «a cousa que me pode seer tolhida nom he minha»; mais agora nem huũ nom cuyda senõ en conquistar e aver, e os huũs amam mais preguiça que trabalho e os outros luxuria ou orgulho mais que castidade [fl. 1 c] nem direito. E muytos⁴ hi ha taaes que nom cuydam senõ em comer e beber e dormir e rrepousar seus corpos, mais das almas nom lhes dá nada, nẽ sse trabalhã de percalçar nẽ huũ engenho nẽ louvor; mais aqueles que mais seguem rrazõ e direito que as dileitagoẽs, que fazem os grandes feitos e os tragem aa memoria e os poẽ em scripto, estes som de louvar; por que no rrecontamento das obras anciaãs aprende homẽ o que deve de fazer e o que deve de leixar. E por esso ercrepvmos nós aquy os feytos dos rromaãos que por seus sisos e suas discripçoẽs conquistaram muytas terras, por que nos seus feitos⁵ pode homẽ achar assaz de conhecimento de fazer bem e se guardar do mal. E começaremos primeiramẽte nosso conto en Julyo Cesar e acabaremos em Domicio, o dezeno⁶ emperador; e em este conto me-

¹ virtute animi CC, 1. Cf. ou par vertu et par sens de cuer FR. ² premieremant por achoison de lor soignories acroistre FR. ³ a chascun ce que il avoit FR. ⁴ muytus. ⁵ feitos. ⁶ dezeno. *Erro evidente por dozeno.* Cf. li dolzismes FR.

teremos muytas perssoas que ouverõ desvairadas dinydades ã Rroma no tempo dos doze emperadores, dos quaaes Julyo Çesar foe o primeyro. E por melhor [fl. 1 d] continuarmos nossa estorea contaremos que dinydades e que valias¹ ouve en Rroma antes que hi ouvesse êperadores.

Seys governarom primeiramête a çidade de Roma e Romolus foe o primeiro; e este estabeleço dez cortes de senadores e cõ cada corte avia tres hostes; e eram anciaãos homeês que per seu siso ajudavã a governar a çidade e chamavã-lhe escriptos² padres, por que, quando Romolus os estreitou, screpveo seus nomes em hûas tavoas d'ouro. Tarquyno, ho orgulhoso, foe o derradeiro rey de Rroma; aquelle foe dhi desterrado por sua crueldade e estabaleçerom os rromaãos que dous honrrados homeês ffossem sobre os senadores, que conselhassõ a çidade e estes que fossem mudados ã cada huñ anno, por tal de nõ averõ tamanho aazo de mall fazerẽ. Huñ tiinha carrego de cõselhar a çidade das cousas [fl. 2 a] de dentro e o outro se antremetya das cousas de fora, assy como de conquistar e doutras semelhantes cousas; e estes eram chamados cõssules; e esta foe a primeira dignydade despoys dos reys e nem huñ nom se governava em ella tam lealmente que ouvesse lugar do poboo pera a teer mais de huñ anno; mais depois que passavã trres ou quatro annos podiam bem tornar a esta dignydade. E aos cinco annos depois que Tarquinos foe lançado de Roma, estabaleçerõ os rromaãos outra dignydade; aquella³ dignydade aviã trres honrrados homeês e chamavan-lhe ditadores, por que o que estes deziã todo era feito, como o dito daquelles que erã mandadores e mestres do mehudo poboo; e esta dignydade durava çinco annos e porem era mayor que a dos consulles, que nõ durava mais que huñ; e estes trres provyam as cousas que cõpria ao proveyto do comuñ [fl. 2 b] e os dous hyam ffora aas batalhas em desvairadas comarcas. E estas dignydades eram as mayores, mais aynda hy avia outras mais pequenas, assy como tribum, questor, edil⁴ b[is]po, pretor⁵, patriçe⁶, ssenssor, çiliarçe⁷, çenturiam, decuryam. Tribuñ[s] erã aquelles que faziam direito e ajuda ao poboo; estes forõ estremados huñ anno despoys dos dytadores, e foe aos seis annos

¹ quels dignetez et quels baillies *FR.* ² peres escriz *FR.* ³ en cele digneté avoit iij prodomes *FR.* ⁴ e ele. *Cf.* edile *FR.* ⁵ apreçar. *Cf.* pretor *FR.* ⁶ patriçe. *Cf.* patriçe *FR.* ⁷ ciliarche *FR.*

depois que os reys dhy forõ lançados; e a estes chamavam tambem defendedores, por que elles defendyã o poboo¹ do comuñ meudo, quando lhe os ssenadores faziam alguñs agravos; e estes erã os enqueredores dos dereitos e dos tortos e estes erã os que hordenavã as caças e os jogos e deziã as oras e os dias que devyã de caçar e jogar e enssynavam os lugares onde avyam de fazer os jogos e faziã aparelhar as casas comuñes, assy como o Capitolio e o templo e os theatros; b[is]pos eram aqueles que tiñhã encarrego dos sacrificios e os [fl. 2 c] outros saçerdotes da cidade e que guardavam os templos; pretores eram os mandadores e guardadores; patricios erã aquellos que a seu poder guardavã o povoo²—o padre a seu filho; çẽssores eram aquelles que julgavam os patrimonyos e os moviis; çeliarçe era condeestabre de mil cavalleyros e çenturiam de cento e decuriã de dez. E de sobre estas degnidades veo o nome de emperador; e Julyo Cesar foe o primeyro que sse per tall nome fez chamar, assy como ouvirees adyante.

*

Quando veo o tempo que Gayos Julyo Cesar ouve de nascer, sua madre arrebentou por hũa ilharga e ele sayo per aly; e quando naceo tragia os cabellos muy compridos e porem lhe poserõ nome Çesar, por que esta palavra Cesar quer dizer cabeladura ou cortadura. Gayos foe seu principall nome e ffoe chamado Julyo por que foe da linhagem [fl. 2 d] de Julyo, filho de Eneas, assy o diz Vergillio.

Julyo Cesar era de dez e sseis annos, quãdo seu padre morreo, e os consules que forom, ho anno passado³, fezerõ-no prioste de huñ templo de Rroma, onde avia monjas virgeẽs, que servyam lá hũa sua deessa, a que elles chamavam Vesta. E a primeira molher de Julyo Cesar ouve nome Cussuçia, a quall era de lynhagẽ de cavaleiros e muyto rrica, e fora afyuzada de huñ nobre rromaão que avia⁴ nome Protexatus⁵, ante que Julyo com ella casasse. E esta leixou Julyo Cesar e tomou hũa filha de Cume⁶, que fora consull quatro vezes,

¹ il aideient le menu pueple a deffandre FR. ² qui a lor pooir gardoient le pueple com fait li peres son enfant FR. ³ li dui consele qui furent l'an apres FR. ⁴ que a avia. ⁵ Má tradução do texto latino: quae, familia equestri, sed admodum dives, praetextato desponsata fuerat VJC, 1. O erro proveio do texto francês: cele avoit esté fiancée d'un noble Romain qui ot non Pretextatus FR. ⁶ Erro por Cinne = Cina. Cf. Cynne FR.

e chamavã-lhe Curmilla¹ e ouve della hũa filha, que ouve nome Julia; e nũa tão pode fazer Lucius Silla, que entom era dytador, que elle leixasse esta segunda molher por a primeira; e porem lhe fez [fl. 3 a] tolher todas suas herdades e movees e o officio de prioste e andava-sse estorçendo² de huũ cabo a outro, elle e sua segunda molher, e pero que elle tremya quartaã conviinha-lhe cada noute de mudar pousada. E quando o achavam os homees da justiça e o queriam levar preso, elle lhe dava tantos dinheiros que o leixavã; e aa derradeira lhe perdoou Silla, a rrogo das virgees, de cujo templo elle fora prioste, e de seus amigos Mamertus³ e Mulmus⁴ e Aurelius Contã⁵, que muyto eram nomeados e parentes de sua molher, empero que Lucyo Silla muytas vezes rrefusara o rrogo destes e de muytos⁶ outros nobres rromaãos que por elle lhe rrogarom e sse trabalharom de fazer antre elles anbos paz; e, aa derradeira, quando o ouverõ vencido, anojado, lhes disse:—Tanto me avees rrogado pella paz de Julyo Cesar que me avees vencido. Eu nom ssey se esto he por vontade divinall ou [fl. 3 b] por vêtura; mais de tanto sã certo que elle fará aynda nojo a muytos⁷ honrrados senhores e senadores da cidade, de cuja parte vós averees de seer tãbem como eu; e nom vos maravilhees desto que eu digo, por que vós verees que Cesar ha de seer tall como Maryos, que muyto mall fez a Rroma, o quall eu vëey e desbaratey em batalha. E verdadeiramente assy aconteeo como ell dysse, por que Cesar nũa amou os senadores e depois o matarom no Capitolio, e em esto bem foe Ssilla profecia.

A primeira hoste en que Cesar foe, passou a terra d'Asia, en aquella parte a que chamã Bithimya⁸, honde morreo Sam Lucas Evangelista. Lá o⁹ envyrou Mireus¹⁰ Thermus, huũ prioste de Roma, pera ajuntar hũa frota de naaos pera destruyr Mythilama¹¹. E esta he hũa ylia honde quebrou hũa naao de Sam Paullo. Nicomedes era rey de Bithima¹²; e Jullyo Cesar esteve com ell em quanto ajũ-[fl. 3 c]-tou sua frota, e foe entanto que el-rey ouve maa nomeada

¹ Curmilla por Cornelia. Cf. Cornille FR. ² et s'aloient reponant ça et la FR. ³ Mamertus por Mamercus. Cf. Mamertus FR. *Contado em alguns mss. vem Mamercus.* ⁴ e Mulmus por Emilius. ⁵ Contã por Cotta. Cf. Coeta FR. *Couta no ms. francês V3.* ⁶ muytus. ⁷ muytus. ⁸ Bithimya por Bithinya. ⁹ leaao envyrou. Cf. La l'envoia FR. ¹⁰ Mireg. Por Marcus. ¹¹ Mithilama por Mitilena. *Talvez Mythilaina, do francês Mitelaine. Mitilene FR.* ¹² Bithima.

delle¹; e entom se partyo cõ sua frota e tomou per força a ylha de que vos² avemos contado e Marcus Curryus³ lhe deu coroa de vitorrya por este feito; e depois o levou conssygo Servilius, huũ condestabre de Rroma, a terra de Cilente⁴; mais elle se tornou logo por que ouvyo dizer que Lucius Silla era morto e que hũa discordia era começada em Rroma, da qual Marcos Lepidos era cabeça. E elle cuydou que a morte de Lucius Silla e esta discordia seria aazo de seu acrecentamento. E esta discordia começou em esta guisa⁵. Lucius Tullius e Marcus Lepidus eram consules. Lucius Antromius⁶ e Lucius Sille forõ nomeados pera ho anno seguinte, mays foe achado que derom peyta aos senadores e por esto o nom forõ, âte⁷ o forom Lucius Cota e Lucius Torcatus. Catellyna meesmo, que o cuydou de seer, nõ o foe, porque achavã que negava hũa dyvyda a huũ que [fl. 3d] lhe emprestou seu aver. E quando veerom Lucius Antronyus e Lucius⁸ Silla e Catelyna, achegou-sse a elles huũ homẽ mãcebo, que avya nome Pisa⁹, de grande linhagem e de grande hordenamento e ardimẽto, mais era prove. E jurarõ que o primeiro dia de janeiro matassem os dous consules no Capitolio e alguũs dos ssenadores; mais esta cõjuraçom foe torvada por que Pisa foe enviado em Espanha, pello conselheiro do senado, cõ grande hoste, e Marcus Crassus, por o logar¹⁰ da cidade homẽ rrevoltoso e esso meesmo por abaixar a força de Ponpeo, que elle desamava, que entõ era em Espanha, por que quando alguũ capitam viinha sobr' ell, o poder do primeiro fallecia, e muytos¹¹ ouve hy de taaes, que cuydavam que Marcus Crassus e Julio Cesar eram desta cõjuraçom; e Tamissius¹² e Marcus Bibulus e Curyo Pater o testemunhã em seus scriptos¹³ e Çiçeram meesmo o afirma em hũa epistolla. E diz que

¹ *Mã tradução do texto latino: non sine rumore prostratae regi pudicitiae.*—Suetônio, *Vida de J. C.*, II. Cf. et i fu tant que li rois ot mauvaïse renomée de lui FR. ² *vg.* ³ Curryus por Thermus. ⁴ Cilente por Cilicia. *Num ms. francez* Cilince. ⁵ *O que se segue é tirado de Salústio, Conj. Catil.*, xviii, e de Suetônio, *Vida de J. C.*, ix. ⁶ Antromius por Antonius. Lucius Publius Antonius et Publius Silla FR. ⁷ *ainz le firent FR.* ⁸ Lucius Publius Antonius et Publius Silla et Catiline FR. ⁹ Pisa. *Falta talvez o til. Vid. Cicerõ e Cicerã. Nos mss. francezes há Piso e Pisa.* ¹⁰ por o logar. *Deve ser por alongar. Cf. quippe foedum hominem a republica procul esse volebat CC.*, xix. *Li senaz le loa por eslongier de la cité home qui noisous estoit FR.* ¹¹ *muyto.* ¹² Tamissius por Tanusius.—Suetônio, *VJC*, ix. Cf. Thanusius FR e Thamisius em VJ. ¹³ scriptus.

[fl. 4 a] jurarom Marcus Crassus e Julio Cesar e Catelina, Pisolitus¹ Antroynus e Publius Sille que viinriã ao Capitolio no primeiro dia do anno e matariam os dous consulles e os mais honrrados dos senadores e que entom seria Marcus Crassus ditador e Julio Cesar principe da cavalaria e Lucius Antroinus e Publius Sille consulles e assy poderiam fazer do comuã da villa a ssua vontade. E muytos² cuydavã que essa mortindade ficou por fazer por que Marcus Crasus nõ veo ao dia assynado por medo ou por sse arrepender do juramento, mas Jullyo e Piso jurarom outra vez que huã ajudaria o outro: Jullyo moveria novas rrevoltas em Rroma contra os senadores e Piso isso meesmo em Espanha. Mais o consselho de huã e do outro foe tornado a nada, por que Piso foe morto em Espanha dos³ cavaleiros, que nom poderom sofrer sua cruellidade. Quando Jullyo Cesar foe tor-[fl. 4 b]-nado [de] Callit⁴ a Rroma por esta cõjuraçom, Marcus⁵ Lepidos lhe prometeo muyto, por tall que tevesse⁶ da sua parte, e Jullyo Cesar nom curou da sua companhia, por que era arteiro⁷ e nom avia tamanho poder como Marcus Crasius⁸.

Quando aquella rrevolta e aquella conjuraçom foe apagada, Jullyo Cesar se partyo pera hir aa ilha do meestre de Rodes, por aprender de huã grande meestre que llã estava, que avya nome Apelloyne Mylom⁹ e pera estar allã atees que aquelle feito fosse esqueecido; e em passãdo prenderõ-no cossairos acerqua de hũa ilha a que chamã Farmacusa e teverõ-no preso quarenta dias, atees que lhe pagou cinquoenta [talentos]¹⁰ de rrendiçom. E, tanto que os cossairos o poserom na rribeira, elle nom atendeo mais, mais elle com seus servidores, que lhe a rrendiçom trouverõ, ãtrarõ nos navyos que estavam na rribeira e seguirom a naao daquelles cossairos e prenderõ-nos e tomarõ-lhe ho aver que lhe pagarõ e atormen-[fl. 4 c]-tou-os, assy como lhe prometera muytas vezes em jogo, quando era em sua prisom; e depois se foe a Rodes e esteve hy

¹ Pisolitus. *Erro por Piso, Lucius. Alguns mss. franceses trazem Pisolicus G. P₃, P₁₈, P₁₉. Cf. L.-F. Flutre, Les manuscrits des «Faita des Romains», p. 179. Piso, Lucius Antronius FR.* ² muytus. ³ fu ociz en Espaigne des chevaliers FR. ⁴ Callit. *É erro por Cellicia ou antes Çallica. Cf. fu retornez de Cylice a Rome FR.* ⁵ Marcus Marcus Lepidos. ⁶ li fist mainte offre que il se tenist devers lui FR. ⁷ arteiro. Cf. ingenious FR. ⁸ Crasius por Crassus. ⁹ O nome do celebre mestre é Apollonius Molo. Cf. Apolloine Milon FR. ¹⁰ cinquante talanz en paia FR.

atees que ouvyo dizer que Metridâtes¹, rrey d'Asya, destroya as comarcas d'arredor, e entom se foe de Rrodes a Asya com tanta gente como pode aver e lançou da terra o prioste² del-rey Metridantes e teve e guardou as cidades na fé de Rroma, que nom sabiam aynda com quem aviam de teer e duvidavam se terriam com el-rey Metridantes ou nõ; e depois desto tornou-sse a Rroma e os senadores o fizeram tribuñ, pera ajuda do poboo meudo. Lucius Sillus³ avya abaixada e miguada⁴ esta dignydade quando foe ditador, mas Julyo Cesar a tornou a sseu direyto e ao primeiro ponto; e fez viür aa cidade de Rroma Lucius Ciniite⁵ a irmaã de sua molher e outros que fugirom pella cõjuraçom, de que vos já avemos contado.

Logo como Julyo Cesar foe questor, elle sse foe, assy [fl. 4 d] como era custume, a huñ lugar onde tiñ[h]am os [preitos]⁶ e avia nome proste⁷, que quer dizer [bico]⁸ de navyo, por que lá eram os dos navyos d'Africa, dos quaaes Cartago foe tomada, em rreve-rêça da vitorya dos Rromaãos; e lá louvou Cesar perante todos Jullya sua tya, irmaã de seu padre, e Cornelya, sua molher, que eram mortas. E disse de sua tya que descendera da linhagem dos reys da parte de sua madre e seu padre da linhagõ dos deoses, e que por esto era seu linhagem alteza e santidade. E, em lugar de Cornellia, casou com hũa filha de Quinta Ponpee⁹, que avya nome Ponpea, e Lucius Silla era seu tyo¹⁰ dela; e esta leixou elle por que era dito geeraalmente que Publius Claudius a tevera e foe sabudo que elle se vestira huñ dia como molher e fora allá perante as gẽtes que faziam os sacrificios, a quall cousa os senadores ouverõ por grande mall, por quanto o sacrificio fora avyolado. E depois desto envyaram os senadores de [fl. 5 a] Rroma Jullyo Cesar aa derradeira a Espanha¹¹ por fazer dereito e por enderençar os feitos daquella comarquaa. E tanto andou que chegou a hũa cidade d'escla-

¹ Metridâtes por Metridates. Cf. Mitridates FR. ² prioste. Cf. prevost FR. ³ Sillus por Silla. ⁴ miguada Cf. affoibloïée et amenuisiée FR. ⁵ A frase está errada; deve ser: Lucius Cinna, o irmão de sua molher. Cf. Suetônio, VJC, v, e FR: Luce Cynne, le frere sa fanme. ⁶ [preitos]. Cf. leu ou l'en tenoit les plaiz FR. ⁷ proste. Talvez porrostre. Cf. Cil leus avoit non prorostr FR. Era a tribuna popular do Forum: defunctas laudavit e more pro rostris VJC, vi. ⁸ [bico]. Cf. qui aone bec de nef FR. ⁹ Êrro por Quinto Ponpeo. Cf. Quinte Ponpée FR. ¹⁰ Silla era seu avô: Lucii Sullae neptem VJC, vi. Cf. Lucus Silla fu oncles a la dame FR. ¹¹ Deveria ser aa derradeira Espanha. No texto latino: ulterior Hispania Cf. en la derrainne Espagne FR.

vos¹ e entrou em huũ templo dos pagaãos, honde Hercoles seu deus era adorado, e lá achou Jullyo Cesar hũa imagẽ del-rroy Alexandre e hoolhou-a e gemeo e teve-sse por preguiçoso e disse en ssy meesmo²:

—Como eu sã maaõ, que nom tenho feita cousa, pela qual mereça de seer louvado! E aquelle cuja imagẽ eu aqui vejo, avia conquistado ho mûdo, quando era da minha hydade!

Entom lhe creceo ardimento e penssou que elle sse antremeteria de mayores cousas que fezera atees ally, e se trabalharia de montar em mayor estado³. Aquella noute, lhe parecia en jazendo dormindo que dormia com sua madre carnalmente e desto ffoe muyto espantado. Mais os adivinhadores, que sse antremetyam de adivinhar e declarar as cousas e sonhos, o confortarõ muyto por que elles lhe disserõ:

—A terra he madre de to-[fl. 5 b]-dos e assy he tua; e em esto que tu vias tua madre sã ty, segnefica que tu averás toda a terra en tua maõ em grande sogeiçõ e serás senhor de todo o mundo.

Esto o pôs en grande esperanza de grandes cousas começar. Entom lhe aconteceu que sse ffoe a terra de Labor⁴ aalem de⁵ Rroma a hũas estranhas gentes que allá veerõ por aquella terra guaanhar, e movê-os⁶ Cesar em alguũ ardimento contra os senadores; mais os consullles tiveram as legioẽs dos cavalleiros por temor desto e os fezerõ detardar, ataa que estas gẽtes forom assessegadas, e des y enviarõ-nos a Celit⁷, honde era hordenado hirem.

Nom tardou muyto que Cesar ffoe edilles⁸; e fê-llo⁹ tam bem en aquella denydade que guanhou de todos gram louvor e rrepairou e ãmendou o logar onde davã as degnidades e a mayor parte dos outros logares comuũes. Marcius¹⁰ Bibulus ffoe seu companheiro ã aquella degnidade; mais acõteceo assy que elle avia graça de [fl. 5 c] quanto fazia per ssy soo e isso meesmo por seu companheiro; e tam bem das comuũes despesas avya elle meesmo o louvor. E dizia Marcius Bibulus que a el acontecera como a Pollos, por que Castor e Pollus erã dous irmaãos e os rromaãos os cõtavam por seus deo-

¹ il vint a Gades, une cité d'Esclavons *FR.* Cf. Gadesque venisset *VJC*, vii. ² fist il a soi maisme *FR.* ³ et voldroit monter en gregnor pris *FR.* ⁴ en terre de Labor oltre Rome *FR.* ⁵ de de Rroma. ⁶ Et les eust escomeuz Cesar a aucun ardement *FR.* ⁷ Por Celicia. Cf. Cylice *FR.* ⁸ ediles *FR.* ⁹ *Galicismo evidente*: et le fist si bien en cele baillie *FR.* ¹⁰ Por Marcus.

ses e tiinhã¹ ambos huñ templo em Rroma; e quando o aviam de nomear nũca o nomeavã senom de questor; e que esso meesimo elle e Jullyo Cesar faziam as despesas do comuñ e Jullyo soomẽte avya o louvor.

Outrossy acrecentou Cesar o conto daquelles que sse combatiam cõ as espadas no theatro por aver prez; na maneira que vos diremos. Em Rroma avia hũa grande praça, cercada d'alto muro, que chamavã Cerlle² ou êfitiautre, porque cheantres³ nõ he todo rredondo, ante he em mea redondeza, mais o emfitiãtres he rredondo como cerco. E aquelle emfi[t]iantres avya duas portas, hũa contra ho ouriente e a outra oucidinte; e per estas duas portas entravam dous [fl. 5 d] cavalleiros armados ã cima de senhos cavallos brancos com ellmos d'ouro e combatia-sse huñ com o outro das espadas tanto, ataa que huñ cortava a cabeça ao outro; e aquelle que vencia seu cõpanheiro honrrava-o o poboo e coroavã-no de loureiro.

O cõto destes cavalleiros acrecẽtou Cesar e muyto mais ajutarõ⁴, mais seus imiigos foram espantados como ell acrecẽtava sua companhia tanto e como sse pera elle viinhã muytos servidores; mais os senadores estabellecerom certo conto daquelles cavalleiros, assy que Cesar nem outro nem huñ⁵ que fosse daquella dignidade nom podesse mais acrecentar. E os senadores se nenbravã bem do que Lucius Silla lhe dissera: — Guardaae-vos do valante⁶ mal cingido que he cheo de grande sotilleza. E este era Jullyo Cesar, que tragia sempre a cinta larga.

Depois que Cesar ouve guaanhado o amor do poboo en esta dignidade, elle se tra-[fl. 6 a]-balhou muyto, per a⁷ ajuda dos tribuñs, que o Ssenado e o poboo lhe outorgassem a guarda e guovernança do Egipto, por que aquelles d'Alexandria desterrarom seu rrey da terra; mais os senadores e o poboo nõ lho quyserom outorgar, por que aviam el-rey d'Alexandria por amigo e companheiro, e de mais que nõ prazia aas gentes mehudas do Egipto de aqueles d'Alexandria

¹ tiinha ambos. ² Cerlle. Cf. que l'en apeloit cercle ou amphitheatre *FR.*
³ cheantres. *Por* theautres. Cf. car voiremant theatres *FR.* *O s do ms. português corresponde ao s do caso sujeito francês.* ⁴ ajuntarõ. *Êrro por* ajuntara Cf. Et molt plus en eust estaubli et assemblé *FR.* ⁵ nem hun. ⁶ valante. *Êrro por* valete = moço: unde emanasse Syllae dictum, optimates saepius admonentis ut male praecinctum puerum caverent *VJC*, xlv. Cf. Gaitiez vos dou vaslet mau coint *FR.* ⁷ pera ajuda. Cf. par l'aide des tribuns *FR.*

desterrarem assy sseu rrey. Entom ffoe ssanhudo Jullio Cesar contra os ssenadores, por que nõ quiserõ outorgar, e fez rrefazer em rrespeito¹ dos senadores huũs arcos que elles aviam derribados e em estes arcos eram escriptas as vitoryas que Marius ouvera de Juruguta e dos de Ethiopia. Juruguta era huũ rrey dos Mendiaães²; aquelle trouve Mauryo preso e legado a Rroma e fezerõ os rromaãos huũs arcos, honde aquella vitoria foe scripta, e fezerom saltar Juruguta de huũ dos arcos ã terra, assy que morreo. E por que Maurius foe depois des-[fl. 6 b]-amado dos senadores, ã sua desonrra derribarom aquelles arcos, depois que Lucius Silla o venceo em batalha. Estes arcos fez rrefazer Jullyo Cesar por vingar³ a dignydade dos senadores e por mostrar que os desamava, por que lhe nõ quiserõ outorgar a provençia do Egito; e mais fez contra elles: que os degradados e desterrados de Rroma, que os senadores avyã perdoados e lhe derom aver do comuũ, por que trouverom as cabeças dos cidadãos de Rroma, que forom mortos em hũa batalha que foe antre Lucius Silla e Maurius, elle os teve por danados e jullgou-os por treedores; e fez rretar de trayçom huũ nobre homẽ, que avia nome Gayos Rrabiirus⁴, por que fora em ajuda do Senado, quando tolherõ a Lucius Saturim⁵ a denygdade do tribum, pello arroydo; e este danou Cesar e julgou, todo por desonrra do Senado.

Depoys que Jullyo Cesar vio que avya perduda a esperanza do Egito, elle [fl. 6 c] se trabalhou por seer bispo e pera aver esta dignydade e ajûtou muyto aver. E quando avia d'hir ao logar donde davã as dygnidades, abraçou sua molher⁶ e disse-lhe:

—Eu nom tornarey oje a minha casa se nõ bispo; por que elle avia grande esperanza nos dinheiros que levava.

E assy aconteceo que em aquelle dya ouve aquella dignydade. Quintus Naculus⁷ ouve desto gram sanha, por que elle a cuydava a aver, por quãto era homẽ rrico e mais velho que Cesar e que ouvera mais dinydades. Piso huũ outro gẽtill homẽ foe desto muy triste, por aazo de hũa sentença que Cesar dera contra elle, ca este Piso

¹ rrespeito. *Certamente erro por despeito. Cf. en haine des senators FR. Alguns mss. en despit. Vid. Flutre, Les manuscrits, 194.* ² Talvez erro por Numidiaãos. *Cf. Numidiens FR.* ³ vingar. *Erro por minguar. Cf. por amenusier l'autorité del senat FR.* ⁴ Por Rabinus. ⁵ Por Saturnius. ⁶ No texto latino diz-se que beijou a mãe (Suetônio, VJC, XIII). *Cf. il acola sa norrice et la baisa FR.* ⁷ Por Catulus;

ferira huñ homẽ por dinheiros que lhe devya e Jullyo Cesar julgou que perdesse os dinheiros¹ por ello. Mais aynda que a elles ambos pesasse, nom leixou elle porem de seer bispo², por que o poboo o ajudava.

En aqueste tempo se alevantou hũa conjuraçõ, fleita per Catelina, en que erã muytos³ nobres, a qual nom escrep-[fl. 6 d]-vemos, por que Salustrio, famoso istoriograffo, a rrelata largamente⁴; soomente poemos aqui as sentenças de Julyo Cesar e Catã por seerẽ em elegante estillo e por que, por a sentença de Cesar, foe auida algũa prosunçõ que Çesar fora metido naquela conjuraçom. E assy foe que, presos Lentulus, Cethegus e Estatimos⁵ e Gabinos⁶ e outros cõjurados, Cicerõ, em aquella sazom conssul, se ffoe ao Capitolio e, depois de pronũciada sua sentença e avidas as de alguũs senadores, pregũtou a Cesar por seu parecer. Aquell se allevantou e disse:

—Senhores padres conscriptos⁷, todos aquelles que querem dar dereito consselho das duvidosas cousas nõ devem d'esguardar a sanha nõ a malquerẽça nõ amor nõ piedade, por que estas quatro cousas podẽ⁸ homẽ desvairar da carreira direita e do booo julgamẽto. O ssiso nõ vall nada aaquelle que de todo quer servir sua vontade. [fl. 7 a] Eu poderia nomear assaz principes, que leixarem de teer dereito consselho por que eram arrevatados de sanha e outros por averem piedade sã razom. Mais eu quero falar daquello que os ançiaãos sages homeẽs⁹ desta cidade fizeram algũas vezes, quando elles leixavam de seguir suas vontades e se tũham¹⁰ cõ aquelo que booa hordem enssyna, a quall cousa se tornava a proveito do comuñ.

(*Continua*).

¹ dinheiro. ² mes ne remest por nul de ces ij que Juilles ne fust vesques *FR*. ³ muitq. ⁴ *FR* narra agora aqui (fls. 4 b-8 c) os vários episódios da conjuração de Catilina, que o ms. português omite. O discurso de César começa em *FR* a fl. 8 c. ⁵ Por Estatílios. ⁶ Por Gabílios. ⁷ escrit *FR*. ⁸ pode. Erro por podẽ. Cf. poent *FR*. ⁹ li saige home ancien *FR*. ¹⁰ et tenoient ce que bons ordres ensoignoit *FR*.

Os nomes germânicos na toponímia portuguesa

(Continuado do Tómo II, p. 140)

B

101. *Babe (Bragança).

Bruckner, *Langobarden* 48, regista um nome langobardo BABO, BAVO = velho alemão BABO F. 195. Desta raiz deriva sem dúvida o ptg. arc. BAEILO, donde OM BABILON (< *BABILONEM) n. h. 1258, *Inquir.* 91² BABILONIS, OM BABILLON sec. xv. A base de BABE pode ser naturalmente o genet. *BABI de *BABUS, forma latinizada de BABO, mas será mais razoável, em vista das formas documentadas em Portugal, ver neste nome *BABILI de *BABILUS. Cf. também OM (adit.) BABI (?). Na *Autroponímia* de Leite de Vasconcellos, p. 322, encontro um passo curioso tirado dos *Livros de Linhagens* 382 onde se diz a respeito deste nome: «Ruy Gomçallvez Babilon foi-sse a terra de Babilonia a fazer suas cavallarias pera gaanhar algo, como o faziam os cavalleiros em aquel tempo, ca hiam servir os senhores com seus cavallos e com suas armas, e tiravam delles algo e proll». Esta linda história revela porém só a preocupação de quem escreveu aquelas linhas de narrar algo de interessante sobre a vida do tal cavaleiro. É manifestamente uma construção «post festum» que por motivos fáceis de entrever não se pode tomar a sério.

102. Bade (Valença, Via).

Corresponde este nome a OM BADI 1258, cf. também OM BADEMONDI 995 = BAAMONDE, Cor., VAAMONDE, Cor. Or. P². Apesar da flagrante semelhança, não acredito que BADE seja idêntico ao elemento BADE- de BADEMONDI. Pelas razões seguintes: se admitirmos o étimo *BADU «luta», que para os topónimos citados está fora de dúvida, não se pode justificar de maneira alguma a conservação do D intervocálico. De facto o D germânico é tratado em Portugal da mesma maneira que o D de proveniência latina, quer dizer, cai, e isso muito cedo. Sachs 20 conclui duma forma VILLA VERMUI documentada em 994 que este fenómeno se produziu antes desta data. Esta observação é justíssima e confirmada por outros exemplos: cf. os artigos ADRÃO e ARGIVAL. A explicação de BADE encontro-a

em Wrede, *Ostgoten* 80, que mostrou que em nomes de mimo se produz por vezes uma assimilação do L à consoante seguinte, citando (além de ABBO de ALBO, WOFFO de WOLFO) um nome BADDO de BALDO, onde não é difícil reconhecer o nosso BADE. Esta mesma assimilação observa-se num documento (n.º 79) dos *Dipl. et Chart.*, onde ELDEGES alterna constantemente com EDDEGES, ver S 41. Sobre o étimo veja-se o art. BALDE. Há mais duas povoações chamadas BADE na Galiza (Lu, Or).

[103. **Badela** (Ponte de Lima, Via)].

Deve ser o mesmo nome que o anterior, com o suf. românico -ELLUS, -ELLA. A formação pode comparar-se à de GODELA. Não tenho contudo a certeza.

104. **Badim** (1. Monsão, Via; 2. Amarante, P; Guimarães, B).

Outro derivado de BADE. Sobre o suf. -IM < INUS veja-se o art. ALVARIM. A forma BADIM é citada OM 1091. É verdade que o topónimo ABADIM (Cabeceiras do Basto, P) nos podia induzir a ver em BADIM ABBATINUS «o que pertence a um abade», mas não se conhecem formas antigas com A-, enquanto que BADIM já é documentado, como vimos, no fim do séc. XI. Há também um BADIN na província de Orense.

105. **Bagunte** (Vila do Conde, P).

No primeiro elemento reconheço a raiz VALA- (BALA-) que encontramos também no nome do rei ostrogodo VALAMER (Βαλαμης, VALAMIR, etc.) e outros. Segundo Schönfeld 251 pertence a got. WALIS «escolhido», «amado» e WALJAN «escolher». Wrede, *Ostgoten* 57, propõe outros étimos, menos prováveis (*WALHA «celero», «velox», «alacer» e *WALA «montão de mortos numa batalha», velho alto alem. WAL «clades». Sobre -GUNTE veja-se o art. ARGONTE (e duma maneira geral os artigos que principiam por GOND-, GONT-, GUND-, GUNT-), sobre -NT- ANTEMIL.

[106. **Baião** (1. Lagos, Faro; 2. Arcos de Valdevez, Via; 3. Beja; 4. Góis, Coim; 5. Baião, P)].

Não sei se em vista da única forma antiga, OM BAIAN, de 1066, podemos ver em BAIÃO um diminutivo gótico *BADILA, -AXEM que viria de BADE (veja-se este artigo). O facto de o nome se encontrar também nos distritos de Beja e Faro torna-o um pouco suspeito. Do ponto de vista formal nada se pode dizer contra a forma BAIAN

de 1066, visto a queda do D e do L se ter produzido realmente por aquela época; veja-se o artigo *BADE* e *OM BRANDIA* 1099 = *BRANDILA*. Por outro lado existem povoações chamadas *Baiãs* (Silves, Faro), *Baiões* (Sinfães, Vis; Viana do Alentejo, Év; S. Pedro do Sul, Vis), *BAIONA* (Guimarães, B; Elvas, PA; Beja), *BAIONITA* (Vidigueira, B), cujos sufixos e distribuição geográfica representam um forte argumento contra a origem germânica de *Baião*. Não se relacionará todo este grupo de nomes com o adj. *BAIO* «que tem cor de ouro desmaiado», «amarelo torrado», «amulatado»?

107. **Balde** (Baião, P).

O elemento *BALD-* encontra-se em muitos nomes germânicos, cf. F 233 ss. Significa «audaz», cf. gót. *BALTHEI* «audácia» e *BALTHI*, nome duma família real visigoda que Jordanes explica por «*id est audax*», Sch 43. Também no onomástico arcaico português *BALD-* é frequentíssimo: *OM BALDEMIRO* 972, *BALDEREDO* 964, *BALDERIZ* 1258, *BALDEI* 1258, *BALDOI* 1008, *BALDOSENDI* 1220, etc; cf. também os art. *BALTE* e *BADE*. Na Galiza há *VILABALDE* (Lu) e *PORTO DA BALDE* (Pon).

108. **Baldomar** (1. Ponte de Lima, Via; Felgueiras, P).

O *OM* cita as formas *BALDOMAR* e *BALDAMAR* 1220. O primeiro elemento é idêntico ao nome anterior. Sobre *-MAR* veja-se o artigo *ARMAMAR*. Chamam-se assim mais três povoações na Galiza. Ver também *VALDOMAR*.

109. **Baltar** (1. Paredes de Coura, Via; 2. Felgueiras, P; 3. Guimarães, B; 4. Paredes, P; 5. Castro Daire, Vis).

Vimos no art. *ANTEMIL* que o *TH* gótico pode, depois de *N* e *L*, ser representado tanto por *D* como por *T*. *BALTAR* relaciona-se por tanto com os dois nomes anteriores. Em *-AR* só posso ver o genetivo *-ARIU* do suf. *-ARIUS*, que não é do ponto de vista germânico um sufixo mas o elemento *-HARJIS*, *-HARJUS* «exército»; cf. *OM VILLA BALTARI* 1059, *BALTARIO* 1009, *BALTARIT* 1059, *BALTARIZ* 950, *BALTARE* 1258. Na Galiza há mais 15 povoações com este nome.

110. **Balte** (Ponte do Lima, Via).

Veja-se o art. *BALDE*. Sobre *-LT-* o anterior.

111. **Balteira** (Fundão, CB).

Veja-se o artigo seguinte.

112. **Balteiro** (1. Poiares, Coim; 2. Guimarães, B; 3. Felgueiras, P; 4. Armanar, Vis; 5. Barcelos, B; 6. Viana do Castelo; 7. Braga; 8. Guimarães, B).

Não é difícil ver que é o mesmo nome que **BALTAR**, com a diferença que aqui **-ARIUS** mostra a evolução portuguesa para **-EIRO**. Explico a coexistência das duas formas **BALTEIRO** e **BALTAR** da maneira seguinte: Depois do elemento **-HARIUS** «exército» se ter fundido no sufixo latino **-ARIUS**, é natural que quem pronunciasse **BALTARIO** substituísse a terminação pelo familiar **-EIRO**, cuja identidade histórica com **-ARIU** ainda sentia. Era uma substituição espontânea. O caso, porém, era diferente em **BALTARI**, na forma do genetivo, porque não se sentia este caso como tal e porque a evolução fonética para **-ARE**, **-AR** tinha destruído a possibilidade de reconhecer em tal terminação o sufixo **-EIRO**. A forma **BALTEIRO** aparece no *OM* já em 883 (1), outra vez em 1087. Ver também S 108.

113. ***Balter** (Vila Nova da Cerveira, Via).

Este nome é certamente idêntico a **BALTAR**. Não se pode ver-se a metáfora do A provocada pelo I longo de **BALTARI**, mas seria necessário explicar porque é que esta metáfora não se deu nos outros casos. Como por outro lado nas línguas germânicas ocidentais o A tónico é representado por E, não vejo inconveniente em considerar **-ÉR** como a forma sueva de **-AR** (ver também S 109) tanto mais que **BALTER** não é um exemplo isolado. Temos também **VILLABALTER** na província de Lugo.

114. **Baralde** (Ponte do Lima, Via).

Sachs 42 separa **BAR-** de **BER** (ver o art. **BEIRE**) e relaciona este elemento, embora com pouca convicção, com o velho alto alem. **BAR** «homem», e conclui daí que **BAR-** (por a sua vogal não estar conforme ao vocalismo gótico) é de origem sueva. Em apoio da sua tese cita mais dois nomes: **BARROSENDE** e **BARIZ**. O primeiro elemento é, como é próprio confessar, pouco seguro; ver mais adiante. Fica portanto só **BARIZ**, que também se pode explicar por **BADU-: *BADARICI > *BAARIZ**. Mas como este lugar se encontra na Galiza, onde se conserva em geral a grafia com dois AA, esta última hipótese também não convence. **BARALDE** é sem dúvida alguma o **BARUALDO** do *OM* 976, *ML* 26 **BARVALDUS**. Meyer-Lübke juntou-o aos nomes com **BER-** < **BAIRA**, e parece-me que viu bem. O primeiro A pode muito bem ser o resultado da assimilação do E ao A. Ver outra explicação possível no artigo 116.

115. *Barrosenda (Guimarães, B).

Ver o artigo a seguir.

116. *Barrosende (Amarante, P).

O segundo elemento dêste nome é nitidamente germânico: -SENDE < SINTHS «caminho», «expedição» que aparece dúzias de vezes na toponímia. Isto leva-me a crer que BARRO- não é o apelativo respectivo, mas que se esconde nêlo outra raiz germânica. Pode ser BER- (ver os art. BARALDE e BEIRE), mas pensei também em WARS «atento», WARJAN «defender», «guardar» e imagino que o nome soava primitivamente *VAROSENDE, deturpado mais tarde (talvez só por compiladores de dicionários; não tenho a possibilidade de saber qual a pronúncia local) em BARROSENDE. Falta dizer que o w inicial germânico é representado indiferentemente por v ou por gu. O único inconveniente que vejo nesta interpretação é de -VAR < WARS se encontrar geralmente como segundo elemento, ver os artigos 25, 38, 39, 40 e 51.

117. *Beire (1. Santo Tirso, P; 2. Feira, Av; 3. Paredes, P).

Sobre a raiz dêste nome há várias hipóteses: vejam-se ML 19, Wrede, *Ostgoten* 94, Sch 50, S 38. O mais natural é ver em BEIRE o got. *BAIRA «curso» (que se pode comparar quanto ao significado com UFE). O nome BEIRO citado no OM (adit.), do séc. XIII, permite-nos reconstruir um nome *BAIRUS, de que BEIRE seria o genetivo. Pergunta-se contudo se não será melhor separar as formas BEIR-, com ditongo, das com monotongo, BER-. Veja-se também o art. 114. Encontro porém no OM uma VILLA BARIUS 989 que é naturalmente o BEIRO citado mais em cima. ¿Será êste BARIUS uma latinização de *BAIRUS? ¿Ou será um nome latino VARIUS? No primeiro caso há ainda outra dificuldade. O AI do gótico wulfilano não passa da grafia duma vogal breve E, e neste caso antes de R e H não se pode justificar.

118. *Beirigos (Sinfães, Vis).

Sobre o primeiro elemento veja-se o artigo precedente. Sobre -RIGO(s) o art. 24.

119. *Beiriz (1. Póvoa de Varzim, P; 2. Guimarães, P).

Ver os dois artigos anteriores. Sachs 39 explica o ditongo EI dizendo que *BERERICI havia de dar, por dissimilação do primeiro

R, (V)EERIZ 1258, donde BEIRIZ. Esta explicação é muito plausível, mas como explicar BEIRE, que também tem EI sem ter havido dois R?

120. *Beloi (Gondomar, P).

Sachs 44 cita uma forma antiga dêste nome, BILOY 1122, do OM, tirada das *Dissertações Cronológicas*, III, 76, de J. P. Ribeiro, exemplo isolado donde tira uma raiz germânica BIL- que significaria «bom», «afável» ou «espada». Esta construção está (abstraindo mesmo de dificuldades de ordem fonética como a conservação do L intervocálico) completamente no ar. A grafia com I aparece no OM uma única vez, e num texto de segunda mão, ao passo que temos BELLOY 929, BELOI 1002, BELOY 1258, donde se conclui que a forma com E é a boa e que BILOI é uma grafia posterior duma época em que o E átono se pronunciava i, como ainda hoje no Brasil. Além disso êste elemento BELL- (BELOI exige absolutamente uma raiz com dois LL) é freqüentíssimo, ver OM 49-50: VILLA BELLI 981, BEL 1258, BELECO 976, VILLA BELMIL 1033, BELMIRUS 870, BELSARE 1220, etc. O facto de se ligar a elementos indubitavelmente germânicos como -MIRUS, -ECO, -OI exclui, parece-me, a possibilidade de se tratar de BELLUS «bonito». Eu queria ver em BELOI a mesma raiz que no nome do célebre general de Justiniano, BELISÁRIO. Procópio, livro V, 1, 11, diz expressamente; Ὁ δὲ ὁ Βελισάριος ἐκ Γερμανίας, ἡ Θερωνίων τε καὶ Ἰλλυρίων μετὰ καί τετι «Belisário abalou da Germânia, que fica entre as regiões dos Trácios e dos Ilírios». Houve várias tentativas de interpretação dêste nome: duas germânicas, uma celta, uma trácia e até uma eslava. Schönfeld 49, que cita todos estes trabalhos, chega à conclusão que a origem germânica dêste nome continua sendo duvidosa. Sem me ser possível explicar as duas raízes que êste nome contém, posso afirmar contudo que ambas são de facto germânicas. Para BEL- já o mostrámos. A mesma coisa se pode afirmar de -SAR: cf. OM SAROI 1034, SARAN 1047, SARANIZ, SARONIZ 1035, VILLA SAREZ (= SARIZ) séc. XV, SARILI 1021.

121. *Bergontes, Quinta de (Baião, P).

Sôbre BER- veja-se o art. BEIRE e seguintes, sôbre -GONTES o art. ARGONTE. Cf. também BRAGUNDA Via, BRAGUNDE e BERGONDE. Cor.

122. *Bertal (Feira, Av).

Os nomes que começam por BERT-, BRET- contém a raiz BAIHTS «claro», «ilustre» que, contrariamente ao que supôs Meyer-Lübke 28, é bastante fértil em Portugal, como se depreende dos nomes que

seguem. Cf. S 40. Sobre o AI do gótico wulfilano veja-se o artigo BEIRE. Quanto à segunda parte de BERTAL, não se pode naturalmente tratar do suf. românico -AL. A sua função exclui esta possibilidade. Por esta razão inclino-me a ver em -AL o mesmo elemento que aparece freqüentemente na forma -ALDE e que pertence ao verbo WALDAN «administrar». Os argumentos que forneço para esta afirmação são: Sch ADALWAL, nome dum rei langobardo, que normalmente se escreve ADALWALD, e SINDVAL *Σινδβαλ*, nome dum hérulo que em langobardo se chama SINDVALD. Na passagem de LD para L pode ver-se uma espécie de assimilação que é a mesma que observamos em ERMEGIL ao lado de ERMEGILDE e MADAIL ao lado de FAILDE. Ver também BERTUAL.

[123. *Bertão Quinta do (1. Sintra, Lisb; 2. Loures, Lisb)].

Este nome é talvez idêntico a BELTRÃO, apelido usado em Lisboa, cf. Leite de Vasconcellos, *Antroponímia* 297, OM BERTRANUS 1115, BELTRAN, 1273, S 39 MOMBELTRAN, Son BELTRÁN, TORREBELTRANS, VILABERTRAN. Não se deve tratar dum nome gótico mas do francês BERTRAND, que, por sua vez, é de origem francónica.

[124. *Berteira, Herdade da (Beja)].

Apesar de ML 28 BERTIARIUS, OM BERTIARIO 965 parece-me duvidosa a origem germânica deste nome. ¿Trata-se de um nome feminino feito sobre *BERTEIRO? Também não está excluída a possibilidade de BERTEIRA estar por ABERTEIRA e ser um derivado de ABERTO. Veja-se também BRITEIRO.

125. Bertelhe (Vis).

Sobre BERT- ver o art. BERTAL. A terminação -ELHE já a encontramos noutro sítio. É o genet. -ELLI do sufixo latino -ELLUS, que por sua vez é uma adaptação do sufixo diminutivo gót. -ILA (-ILUS). Veja-se o artigo ARILHE.

126. Bertelo (1. Boticas, VR; 2. S. Marta de Penaguião, VR; 3. Castelo de Paiva, Av; 4. Felgueiras, P).

Trata-se exactamente do mesmo nome que o anterior, com a única diferença que o sufixo -ELLU aparece aqui no caso oblíquo.

127. Bertiaandos (Ponte do Lima, Via).

Sobre BERT- vejam-se os artigos anteriores e BERTO. Sobre -ANDOS consultar FRIANDE. Ver também BRITIANDE.

128. **Berto** (Santo Tirso, P).

Vejam-se os artigos anteriores e BRETO.

[129. ***Bertual** (Loulé, Faro)].

É um nome muito duvidoso. Veja-se o art. BERTAL.

130. **Bertufe** (1. Águeda, Av; 2. Ovar, Av).

É o genetivo dum nome *BERTULFUS cuja composição não exige comentário.

[131. ***Bitarães** (1. Paredes, P)].

¿Será este nome de origem germânica? Parece-me poder entrever um elemento BETE- (de que BIT- seria uma grafia fonética) em OM BETERIGU 938, BETTOY séc XI (?), BETOY 1258, BETOM 1258, BETOTI (?) 1258, ao lado de BITOUTO, BITOUTI 1258 (== -ALTU?), BITTACO 936. BITARÃES é documentado OM 1258. Parece-me que este elemento BET- é idêntico a Sch 51 BETTO, também F 226, que é um nome de mimo com assimilação hipocorística (cf. o art. BADE) dum nome composto com BERT-, cf. Stark, *Kosenamen* 281 «BERT-THRANNO sive BETTONICUS», citado por Schönfeld. Para BETOM, BETTOY e BETERIGO esta derivação parece-me estar fora de dúvida.

132. ***Boivães** (Ponte da Barca, Via).

Vejam-se o artigo seguinte. É o genet. dum nome *BAUDILA.

133. ***Boivão** (Valença, Via).

O OM cita das Inquirições de 1258 este nome, que oferece as grafias e formas seguintes: BOYVA, BOYVAM, BOVIAS, BOY, (BOYMIA). A primeira questão a resolver é verificar a proveniência do ditongo oi. Não pode ser naturalmente o reflexo dum AU, visto este ditongo soar naquela época ainda ou. O i deve portanto provir da sílaba seguinte. Uma outra particularidade que se nos depara é que alternam formas com v e sem v, donde se pode concluir que este v provém da consonantização duma semivogal u. A forma que deste modo obtemos é *BOUYA na qual sem dificuldade se pode ver um nome *BAUDILA, -ANIS, diminutivo dum nome que principia por BAUD-. Este BAUD é um elemento bastante frequente no onomástico germânico: cf. Sch BAUDO, BAUTO, BAUDIO, BAUD-VALDUS, BAUD-CLIFUS, BAINO-BAUDES, CANNA-BAUDES, FULLO-BAUDES, etc. A evolução afigura-se-me ser a seguinte: *BAUDILANEM > *BOULAM > (com consonantização do y) *BOVIAM, > BOIVAM. O último passo desta evo-

lução não precisa de justificação visto ser um fenómeno vulgar no vocalismo português: ver CORIU > COIRO, KUBEU > RUIVO, etc. BAUD- deriva do verbo gót. BIUDAN (em Wulfila ANA-BIUDAN) «oferecer». Sachs 44 admite de facto esta origem para alguns nomes principiando por Boi-: BOIMIR, BOIMIL, BOIMONTE, BOIRIZ, mas sem fornecer argumentos. BOVIAZ do OM representa *BAUDILACI; Boy é BAUDILI, genet. de BAUDILUS, BOYMIR (que é hoje um nome na provincia de Corunha) *BAUDIMIRUS. Ver também BOUMILO, BORIZ e BOUZENDE.

134. *Bolfiar (Águeda, Av).

Parece-me ver neste nome WULFS «lôbo» mais -AR < HARPIS «exército», ver o art. BALTAR. É verdade que o w inicial germânico é geralmente representado por GU, cf. GULFE, GOLFAIR etc., mas há também casos em que aparece V, que, como se sabe, se pronuncia em muitas regiões B.

[135. *Borgonha (Ponte do Lima, Via)].

Se realmente este nome fôr idêntico ao da actual provincia francesa, deve ser de data relativamente recente. Não se pode comparar em todo caso a BORGUNYÀ e BORGONÀ nas provincias de Gerona respectivamente Barcelona, que pelo seu sufixo mostram derivar de um nome BURGUNDIO F 350 «o borgonhês», cf. Sachs 43. O OM cita uma BREGONHA (nação) de 1453, que contudo não se refere a esta localidade.

136. Boriz (Valença, Via).

Sobre BO- veja-se o art. BOIVÃES. BORIZ é o genet. *BAUDIRICI dum nome BAUDIRICUS do CIL XII 3472 citado por Schönfeld. Ver também S 44. É também possível que se relacione com o elemento BOR- do artigo seguinte e que seja o mesmo nome que BURIZ.

137. *Bormil (Barcelos, B).

Sachs 42 tem uns nomes que principiam por BUR-, que relaciona com o gót. BAUR «filho».

138. *Boumilo Casal de (Vila Real).

Dêste nome e do seguinte podemos tirar um elemento BOU- que é sem dúvida alguma de proveniência germânica. Mas como interpretá-lo? Lembrei-me de Sch BALLO-MARIUS, nome dum rei marcomano, FRED-BALUS, rei vândalo, ANDONNO-BALLUS, hérulo. Um

nome *BALO-MIRUS não teria, parece-me, nada de extraordinário; mas para dar BOUMILO era preciso que tivesse realmente um único L, o que infelizmente não parece ser o caso. Podia ser também *BADU-MIRUS, mas também aqui há uma dificuldade: é que os nomes formados com o elemento BAD(U)- «luta» têm como vogal de transição sempre um A, ver BAAMONDE, VAMONDE, BAGUNTE, etc. A boa explicação deve ser *BAUDO-MIRUS ou *BAUDI-MIRUS, cujo primeiro exemplo se explicou no art. BOIVÃO. A derivação é, sob o ponto de vista formal como do fonético, correctíssima. Na provincia de Corunha há duas povoações chamadas BOIMIL e outra BOIMIR, cf. S 44. Veja-se também OM Boymir 1258.

139. *Bouro (1. Vila Verde, B; 2. Amares, B; 3. Castelo de Paiva, Av; 4. Póvoa de Lanhoso, B; 5. Amares, B; 6. Alenquer, Lisb; 7. Guimarães, B).

Sachs 7 cita só três exemplos dêste nome na Galiza. Há, como se vê, mais em Portugal, cf. também o mapa n.º 2. No parágrafo 2 da introdução disse que «todos os topónimos são, sem excepção, na sua origem nomes de pessoas». Esta afirmação precisa duma ligeira modificação. Parece existir de facto um ou outro relikto dum apelativo. Os casos são porém pouco seguros. Sachs cita BURGO, Louvo e o presente nome. Há muita probabilidade de que BOURO venha realmente do gótico ou suevo *BÛR «casa» que é abundante na toponímia francesa. A forma portuguesa com -ou-, que S. estranha, deriva dum arc. BURIO, BORIO OM 1220 que passou para BUIRO, BOIRO. Nesta última forma o oi evoluciona para ou como em DOIRO > DOURO. A base *BORIO facilmente se deixa reconstruir através de BURIO, BORIO «abegoaria» que vem citado no *Glossarium* de Du Cange. Esta última identificação deve-se a Joaquim da Silveira, *Rev. Lus.*, VII, 118, que aponta mais notícias históricas sobre BOURO.

140. Bouzende (1. Macedo de Cavaleiros, Bça; 2. Paredes, P).

Veja-se a respeito do primeiro elemento, BOU-, o artigo anterior. Sobre -SENDE o art. 69.

141. Bragunda (Ponte de Lima, Via).

O primeiro elemento é *BAIRA, cf. o art. BEIRE. A troca de BER- para BRE-, BRA- não tem nada de extraordinário, visto estes grupos serem hoje foneticamente idénticos, o que explica que mesmo pessoas cultas hesitem entre grafias como PERGUNTA e PREGUNTA. Ver também Leite de Vasconcellos, *Lições* 46: BRETIANDE e BERTIAN-

dos. O *a* de Bragunda é devido a proximidade fonética de *a* e *e* átonos. Sobre -GUNDA veja-se ARGONDE. Ver também ML II 75 e S 40. Na Galiza há BERGUNDE, BERGONDO, e BRAGUNDE.

142. *Brailhe (Paredes, P).

Identifico este nome a *OM* BERILLI 1076, BERILI 1258. O primeiro elemento foi tratado no artigo anterior. Sobre -ILHE veja-se o art. ARILHE.

143. Branda (Paredes de Coura, Via).

Meyer-Lübke 20 identificou esta raiz com *BRANTHS, genetivo *BRANDIS «espada». Ver também S 44.

144. Brandal (1. Paços de Ferreira, P; 2 Vila Nova de Famalicão, B).

Sobre -AL veja-se BERTAL.

[145. Brandão (Monchique, Faro; 2 Barreiro, Lish)].

Ponho este nome entre parênteses porque o facto de se encontrar só no distrito de Faro e Lisboa e de *OM* citar formas como SÃO BRANDAM e BRANDOM só para o séc. XV prova que não tem relação directa com os outros nomes em BRAND-. Por este motivo acho a opinião de Sachs 45 razoável, que lembra que BRANDÃO poderia ser o nome do santo irlandês BRANDAN. No BRANDUM do *OM* 1220 será melhor não ver uma variante de BRANDOM. A terminação é invulgar e deve representar uma raiz própria, a mesma que temos em *OM* UNIONE 983, UNOM e UNAM 1258 de que tratarei na devida altura. Não existe nenhum lugar no distrito de Viana do Castelo chamado BRANDÃO, que Sachs regista como tal.

146. *Brandara (Ponte de Lima, Via).

BRANDARA aparece no *OM* 1258. Sobre BRAND- veja-se o art. BRANDA. A questão é de saber como havemos de interpretar o elemento final -ARA. O mais simples seria explicá-lo por HARSIS «exército», mas esta raiz confundiu-se, como vimos no art. 112, com o suf. -ARIU, sendo os seus reflexos portugueses no caso oblíquo -ARIO, -EIRO, e no genet. -ARI, -AR: BALTEIRO, BALTAR. Só na Galiza encontramos um nome que se pode comparar a BRANDARA: GUITARA, província de Lugo, que tem ao seu lado GUITAR. Reservo a explicação das formas com -ARA para outra ocasião.

147. **Brandariz** (1. Santo Tirso, P; 2. Paredes, P).

O *OM* cita BRANDARIZ e BRANDORIZ 1258. É BRAND- mais o genitivo -RICI < RICUS (REIKS), cf. art. 24.

148. **Brandião** (1. Paredes, P; 2. Guimarães, B).

Representa o caso oblíquo *BRANDILANE(M) de *OM* BRANDILA 915, BRANDIA 1099, BRANDILAZ 1041, BRANDILAZI 1033, BRANDILIZ 991, BRANDILIZI 989.

149. **Brandim** (Montalegre, VR).

Sobre BRAND- vejam-se os artigos anteriores. Sobre -IM, ALVARIM.

150. **Brandinhães**. (Maia, P).

Para a terminação consultem-se ALVARIM e ALVARINHA. Parece-me que se chamaram assim os descendentes duma BRANDINHA.

[151. **Brandôa**, Casal da, Monte da, Quinta da (1. Oeiras, Lisb; 2. Redondo, Év; 3. Vila Franca de Xira, Lisb)].

O que disse a respeito de BRANDÃO vale também para BRANDÔA. O simples facto duma forma feminina -ôa forjada sobre -ão (como CAPITÃO-CAPITÔA) prova, além das razões geográficas que também aqui se podem alegar, que se trata dum nome relativamente recente que exclui a hipótese duma proveniência germânica.

152. ***Brantães** (Vila Nova de Gaia, P).

Deve representar *BRANDANIS do nome BRANDA que já estudámos. Sobre a troca de -ND- para -NT- veja-se o art. 67.

153. **Brete** (Baião, P).

O elemento BRET- que aparece neste nome e nos seguintes é idêntico a BERT- que já tratei, ver BERTELHE. Sobre a metátese de BER- para BRE- ver o art. BORMIL. BRETE e o genet. *BERTI do nome a seguir.

154. **Breto** (Santo Tirso, P).

A *Chor. Mod.* e Sachs citam este nome na forma BERTO. Ver a este respeito o artigo anterior e BERTELHE. O *OM* cita: BERTO 951, BRETUS 915, BRETO 1258, BRETIZ 1075. Trata-se, como se vê, dum *BERTUS, nome que se encontra ainda hoje em nomes como ALBERTO; cf. também *Dipl. et Chart.* 223 e *OM* BRECTUS 1014.

[155. *Briando (Portalegre)].

Apesar do seu aspecto, não me parece que se trate dum nome germânico. Em BRI- podíamos ver com alguma boa vontade o elemento BER-, cf. o art. BEIRE, e relacionar -ANDO com AND- do artigo ANDÃO, mas este último nome nunca se encontra como segundo elemento. A situação geográfica de BRIANDO é bastante suspeita. Ou será um nome composto com -NAND cf. FRIANDE, e o elemento BRI-, o mesmo que *OM BRIO*, BRIA 1258?

156. *Brigo (Barcelos, B).

Não é possível que este nome derive de *BERE-RICUS, que admitimos a propósito de BEIRIZ, com dissimilação do primeiro R. A redução da primeira sílaba não permite tal hipótese. BRIGO é certamente idêntico a Sch *BERIC, príncipe godo mencionado por Jordanes, e nome dum huno de que fala Prisco. As grafias são: BERIC (sem flexão) e Βέριος, onde se reconhece facilmente um nome de carinho com o suf. diminutivo -ICA: *BAIRICA, hipocorismo dum nome em que BAIR-, BER- «curso» entrava como primeiro elemento. Mais tarde este nome encostou-se aos nomes em -RICUS, -RIGO, o que, visto o grande papel que estes desempenham, era inevitável.

[157. *Brirães (Barcelos, B).

Cito este nome com muita hesitação. Lembro-me que se poderia dividir em *B(E)RI-RANES, podendo-se aproximar -RANES do elemento RAN- que encontramos em Sch RANA, RAN-ILDA, RAN-VICUS, RAGNA-RICH; ML 87 RANI-VERTA, RANE-MIRUS, etc.

[158. *Brita (1. Viana do Alentejo, Év; 2. Elvas, PA; 3. Arronches, PA; 4. Sintra, Lisb)].

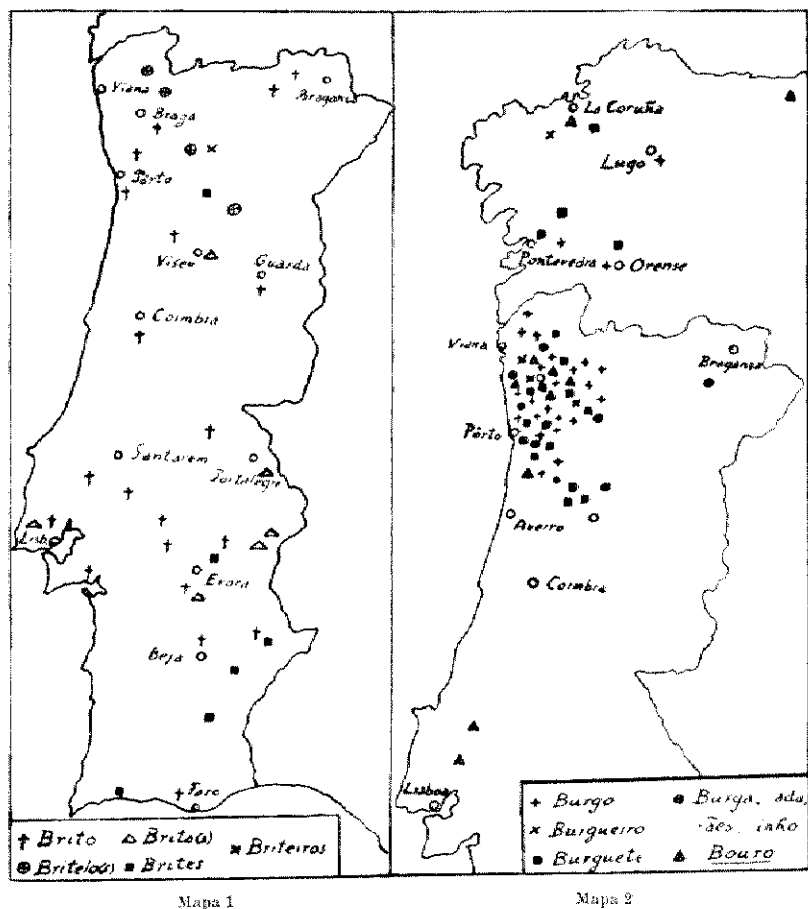
Este nome não é de origem germânica. Basta ver, para convencermos, a distribuição geográfica: BRITA pertence exclusivamente ao sul. Citei-o, porque facilmente nos poderíamos inclinar a ver nele o feminino de BRITO (ver este artigo). Não é porém o caso. BRITA deve ser um substantivo deverbal de BRITAR e designar um sítio onde há pedras britadas. Esta afirmação é confirmada pelo facto de BRITA só aparecer como complemento: MONTE DA BRITA, ou em formas como BRITA-OSSOS, BRITA-MONTES onde BRITA é a 3.^a pessoa do presente ou o imperativo do respectivo verbo. Ver o mapa 1.

[159. Britas Quinta das (Elvas, PA).]

Veja-se o artigo anterior.

160. *Briteiros (Guimarães, B).

Vejo neste nome o mesmo que *BERTEIRO, cf. o art. BERTEIRA. Vimos que BERT- e BRET- são idênticos. Como o i de BRITEIRO está



em sílaba átona, podia muito bem ser uma grafia do e. Se não queremos aceitar esta explicação, pode-se também explicar o i por influência do nome Barro, cf. o respectivo artigo.

161. *Britelo (1. Celorico de Bastos, B; 2. Ponte da Barca, Via; Penedono, Vis).

É idêntico a BERTELØ; cf. este artigo e o anterior.

162. *Britelos (Vila Verde, B).

Veja-se o artigo anterior.

- [163. ***Brites** (1. Mértola, Beja; 2. Redondo, Év; 3. Moura, Beja; 4. Vila Nova de Portimão, Faro; 5. Serpa, Beja)].

Este nome não se relaciona com os antecedentes. Basta olhar para a situação geográfica das localidades mencionadas para ver que BRITES, apesar do seu aspecto (lembra de facto os patronímicos em -ES < -ICI) não pode ser germânico. Trata-se dum nome de mulher visto aparecer quasi sempre ligado a «Donas»: HERDADE DE D. BRITES, MONTE DE D. BRITES, etc. Leite de Vasconcellos explicou-o na *Antrop.* p. 511: É BEATRIZ, que tem mais as formas seguintes: BREATIZ, BRIATIZ, BRIATRIZ. Ver também, do mesmo autor, *Opusc.* III, 87.

164. **Britiande** (Lamego, Vis).

E o mesmo nome que BERTIANDO(s). Ver este artigo e S 39.

- [165. **Brito** (1. Alcochete, Lisb; 2. Guimarães, B; 3. Vinhais, B; 4. Paços de Ferreira, P; 5. Vila Nova de Gaia, P; 6. Vinhais, B; 7. Gavião, PA; 8. Loulé, Faro; 9. Moura, Beja; 10. Vouzela, Vis; 11. Mora, Év; 12. Coruche, Sant; 13. Coimbra; 14. 15. Évora; 16. Guarda; 17. Lisboa; 18. Setúbal, Lisb)].

É um nome muito obscuro cf. ML², 81 e v. Grienb. 545. Não pode ser uma metátese de BERT-, cf. art. 122. As formas do OM são: BRITTO 1047, BRITO 1080, BRECTUS (?) 1014. Hoje não se encontra fora de Portugal. Sobre a distribuição geográfica veja-se o mapa 1.

166. **Britos** (1. Azambuja, Lisb; Estremoz, Ev; 3. Beja).

Veja-se o artigo precedente.

167. ***Brofe** (Vila Verde, B).

É idêntico a BRUFE do artigo seguinte, decompondo-se em BER-, cf. art. BEIRE, e -OFFE < WULF «lôbo». As formas com «o» são relativamente raras, compare-se contudo ESMOLFE Vis, TRIOLFE, RANDOLFE, SANDOLFE todos na provincia de Lugo, cf. S 15. Voltaremos ainda a este problema. O OM tem BEROFE 1258.

168. **Brufe** (1. Viseu; 2. Terras do Bouro, B; 3. Vila Verde, B; 4. Ponte do Lima, B; 5. Vila Nova de Famalicão, B).

Ver o artigo anterior. Sobre -UFE consulte-se o parágrafo 3 da introdução. As formas do OM são: Vila BERULFI 1081, BERULFIZ 1008, BERULFIT 1013, BERUFO 1220, S. MARTINO DE BERUFI 1220, BERUFFI 1258, BURUFO, BURUFI 1220.

[169. **Brunhaes** (1. Valpaços, VR; 2. Barcelos, B; 3. Póvoa do Lanhoso, B)].

Sachs 45 cita este nome, mas enganou-se, lendo BRUNHÃES, forma que a *Chor. Mod.* traz também. Neste nome e em *OM* BRUNEIRO 1258 quer ver uma raiz BRUNJO «courage». É claro que BRUNHAES é simplesmente o plural de BRUNHAL = ABRUNHAL «sítio onde se encontram abrunhos», do lat. *PRUNEUS. Ver os numerosos sítios chamados BRUNHEDO, BRUNHEIRA(s), BRUNHEIRO, BRUNHEIRINHO, -A, BRUNHÓS, BRUNHOSINHO, BRUNHOSO, etc. O BRUNEIRO do *OM* não passa duma grafia de BRUNHEIRO, que o próprio Sachs cita. Pode portanto cortar-se o artigo BRUNJO.

[170. ***Bruntães** (Vila Nova de Gaia, P)].

Registo este nome com muita hesitação. O segundo elemento -UNT- poderia talvez aproximar-se de UNDE-PERTUS, ONDIE-MARUS citados por Bruckner, *Langobarden* 314. Sobre -NT- = -ND- veja-se o art. ANTEMIL. Bruckner quer ver neste elemento o velho sax. ŪDHIA, velho alto alem. UNDA «onda».

171. **Bruzende** (1. Ponte da Barca, Via; 2. Baião, P)].

A composição deste nome é clara. É BER- de *BAIRA, cf. os artigos que principiam por BER- e BR-, mais -SENDE de SINTH «caminho». É a Vila BEROSENDI 1258 do *OM*.

[172. **Burga** (Macedo de Cavaleiros, Br)].

[173. **Burgada** (Póvoa de Varzim, P)].

[174. **Burgães** (1. Macieira de Cambra, Av; 2. S. Tirso, P)].

[175. **Burgão** (Guimarães, B)].

[176. **Burgo** (1. Castelo de Paiva, Av; 2. Mongão, Via; 3. Arouca, Av; 4. 5. Lousada, P; 6. Celorico de Basto, B; 7. Paredes de Coura, Via; 8. 9. Póvoa do Lanhoso, B; 10. 11. 12. Vila Nova de Famalicão, B; 13. Arcos de Valdevez, Via; 14. Braga; 15. Amares, B; 16. Ponte da Barca, Via; 17. Guimarães, B; 18. Felgueiras, P; 19. Marco de Canaveses, P; 20. Amarante, P; 21. S. Tirso, P)].

Existe uma extensa bibliografia sobre Burgo (cf. Sofer, *Latínisches und Romanisches aus den Etymologiae des Isidorus von Sevilla* 85 s.) que não pretendo enriquecer. Trata-se de um vocábulo comum à maioria das línguas românicas, que provém da fusão do grego πόργος «pequeno castelo» com o germ. BERG «praça fortificada» e se

encontra em inscrições desde o séc. II DC. Em Portugal BURGO e os seus derivados aparecem relativamente tarde, e deve ter razão Viterbo, *Elucidario* 215, admitindo que viesse de França. O significado é «arrabalde ou lugar pequeno junto duma cidade, ou vila, mosteiro ou catedral». Uma proveniência directa do gót. BAURGS parece-me inadmissível. O grupo de nomes incluídos nos arts. 172-182 mereceria um estudo à parte que interessaria bastante à história da colonização medieval. Não entra propriamente no quadro deste trabalho. Limitei-me a desenhar a sua distribuição geográfica, cf. o mapa 2, pelo qual se vê que não passam para o sul do rio Vouga. Ver também o art. BOURO.

- [177. **Burgos** (1. Guimarães, B; 2. (Monte de) Bouças, P)].
- [178. **Burgueiros** (1. Ponte do Lima, Via; 2. Fafe, B; 3. Vila Verde, B)].
- [179. **Burgueta** (1. 2. S. Pedro do Sul, Vis)].
- 180. **Burguete** (Arcos de Valdevez, Via; 2. 3. Celorico de Basto, B; 4. 5. Marco de Canaveses, P).
- [181. **Burgueto** (Felgueiras, P)].
- [182. **Burguinho** (Celorico de Basto, B)].
- 183. **Buriz** (Marco de Canaveses, P).

Vejam-se os artigos BORIZ, BORMIL e BRUFE.

(*Continua*).

JOSEPH M. PIEL.

Subsídios para o estudo da assimilação em português

(Continuado do Têmo II, p. 172)

II—Vogal mais consoante

85. Quando uma vogal e uma consoante se sucedem no corpo de uma palavra, sobretudo quando formam sílaba, há sempre tendência maior ou menor para se influenciarem mutuamente, ou para uma influenciar a outra.

Antes de entrar pròpriamente na matéria dêste capítulo, convém dar uma rápida idea do consonantismo português, e da comparação da estrutura dêle com a do vocalismo (cf. § 14).

86. CLASSIFICAÇÃO DOS FONEMAS PORTUGUESES¹.—Os fonemas portugueses da linguagem normal podem ser classificados como se vê no quadro seguinte.

¹ Tenho em preparação um *Manual de Fonética Portuguesa*, onde procurarei tratar minuciosamente da classificação e da descrição dos fonemas portugueses. Como não temos por ora um *Manual* dêsses, que possa recomendar aos leitores, para bem compreenderem as doutrinas que aqui vou expor acêrca da assimilação, vejo-me forçado a abrir êste parênteses.

As notas que aqui deixo, ainda que aparentem certa minuciosidade, não passam de ligeiros apontamentos, redigidos *ad hoc*, que terão de ser inteiramente refundidos no referido *Manual*.

Ao dizer que não temos por ora um *Manual* dêsses, que possa recomendar aos leitores, não se pense que pretendo apoucar os trabalhos de Gonçalves Viana. Quem pensasse isso esquecia-se de que a cada momento cito e transcrevo neste estudo muitos passos do nosso grande foneticista.

O *Essai de phonétique*, o *Português* e a *Exposição da pronúncia normal portuguesa* são trabalhos de real valor, cheios de informações preciosas, mas falta-lhes muito para satisfazerem aos fins que pretendo: são pouco claros para a maior parte das pessoas; são pouco minuciosos nas descrições dos fonemas; e são muito raros.

Além dos trabalhos de Gonçalves Viana, há outro mais recente e mais metódico, mas além de não ser original do A., contém erros de tal natureza que melhor é considerar que êle não existe.

Quem quiser ter uma idea dêste último trabalho pode consultar a revista *A Língua Portuguesa*, vol. II, pp. 286-296, 374-385, 412-426.

Quadro da classificação dos fonemas portugueses

Classificação	Orais (§ 94)		Nasais (§ 94)		Exemplos
	Surdas (§ 95)	Sonoras (§ 95)	Surdas (§ 95)	Sonoras (§ 95)	
Vogais (§ 88)	-	á, é, ê, é, í, î	-	á, é, ê, é	-
	ã, õ	á, â, â, ẽ	-	á, â, â, ẽ	-
	ü	á, ó, ô, ô, ú, û	-	á, ó, ô, ô, ú	pã, pãhã
Semi-vogais (§ 88)	-	í	-	-	pãh, kãh
	-	û	-	-	fãh
	f	v	-	-	sãh
Fricativas (§ 90)	ç	x	-	-	xó, já
	x	j	-	-	pótã, páh
	r	r	-	-	pãh
Vibrantes (§ 92)	-	ʀ	-	-	pãh
	-	ʀ	-	-	pãh
	-	ʀ	-	-	lãh
Laterais (§ 93)	-	l	-	-	êh, kãh
	l	l	-	-	pãh
	p	b	m	m	pãh, bãmã
Oclusivas (§ 89)	t	d	n	n	tãh, dãmã
	k	g	ɲ	ɲ	kãh, gãmã
	-	ʈ	-	-	bãmã
Africadas (§ 91)	-	ʈ	-	-	bãmã
	-	ʈ	-	-	dãmã
	-	ʈ	-	-	gãmã
Consoantes (§ 88)	-	q	-	-	gãmã
	-	q	-	-	gãmã
	-	q	-	-	gãmã

87. Em estudo especial, que será oportunamente publicado neste *Boletim*, explicarei minuciosamente o sistema de transcrições fonéticas que aqui adopto. Por ora limito-me às seguintes indicações gerais:

1.^a Evito, tanto quanto possível, o emprêgo de letras estranhas ao alfabeto latino, de letras invertidas, de letras de fantasia e de letras de tipo diferente, para representar os fonemas portugueses: procuro empregar o mais possível o mesmo tipo da minúscula *itálica*;

2.^a Para as modalidades, que as letras só por si não podem representar, sirvo-me de sinais diacríticos, mais ou menos conhecidos, apostos às letras;

3.^a Considero dois acentos: o acento *tónico* e o *átónico*; e três aberturas: a *aberta*, a *média* e a *fechada*;

4.^a O acento agudo representa a vogal aberta e tónica; o grave, a vogal aberta e átona; a vírgula sobreposta, a média e tónica; a virgula de concavidade voltada para a direita, a média e átona; o circunflexo, a fechada e tónica; o circunflexo invertido, a fechada e átona (cf. §§ 16 e 17);

5.^a O til representa a vogal nasal;

6.^a O ponto sobreposto, o fonema palatalizado; e o sotoposto, o fonema velarizado (cf. §§ 15, 17);

7.^a O círculo sotoposto representa o fonema ensurdecido;

8.^a O sinal de breve latino, quando sobreposto ao *i* e ao *u*, representa que estes fonemas são semi-vogais; quando sobreposto ao *e*, representa que este é o *a* neutro no grau mais fechado (cf. §§ 15 e 23);

9.^a O sinal de breve latino invertido, que a princípio empreguei sobreposto ao *l* e ao *n*, para representar que estes fonemas são palatalizados (cf. v. g. os exemplos do § 78), substituo-o agora pelo do ponto sobreposto, para haver coerência (cf. a indicação 6.^a, supra);

10.^a O traço horizontal sobreposto indica que o fonema é longo. Sobreposto ao *r*, que ele é múltiplo, o que mantém a coerência, visto que os *rr* múltiplos são longos em relação ao simples (cf. §§ 110, 111 e 112);

11.^a O traço horizontal a cortar as oclusivas *b*, *d*, *g*, dêste modo: *ḃ*, *ḋ*, *ḡ*, indica que estes são africados;

12.^o O traço oblíquo, que a princípio empreguei a cortar o *l*, para representar que este fonema é velarizado (cf. § 20), substituo-o agora pelo ponto sotoposto, para haver coerência (cf. indicação 6.^a, supra);

13.^a Dois pontos sotopostos ao *r* representam que êste é, por assim dizer, duplamente velar (cf. § 111); sobrepostos ao *s*, que êste é lateral, o que não denota incoerência, visto que o seu ponto de articulação é palatal (cf. § 106);

14.^a Represento sistematicamente o acento e a abertura de tôdas as vogais das palavras, visto que os sinais diacríticos que representam a abertura também representam o acento, e a abertura das vogais em português convém que seja sempre indicada.

88. VOGAIS, SEMI-VOGAIS E CONSOANTES. — ¿Que são *vogais*, que são *semi-vogais* e que são *consoantes*? Eis três noções que convém estabelecer com clareza, pois que sem elas vários dos fenómenos adiante tratados não seriam por muitos devidamente compreendidos.

Oiçamos Roudet: «On ne peut définir avec précision les voyelles et les consonnes qu'en se fondant sur leurs conditions acoustiques et physiologiques de production. Au point de vue acoustique, une voyelle est un phonème pendant la production duquel les organes forment un résonateur, parfois deux, renforçant une note qui est un son musical, d'une hauteur déterminée et qui caractérise chaque voyelle. Au point de vue physiologique, une voyelle est un phonème pendant la production duquel les organes restent assez ouverts pour qu'aucun bruit perceptible ne se produise dans le canal vocal.

Mais en réalité, il n'y a pas de limite tranchée entre la voyelle et la consonne. Les consonnes et les voyelles font partie d'une *série naturelle dont les extrêmes seuls sont nettement séparés* (Roussetot). Dès que le resserrement du canal vocal est tel que l'air produit un bruit en le traversant, le son devient une consonne, mais il peut arriver en même temps que les organes articulatoires forment un résonateur très peu différent de celui d'une voyelle déterminée. Ainsi dans le son initial des mots français: *yeux, huit, oui*, les organes sont assez resserrés pour qu'on entende un frottement faible, mais très net, et en même temps on entend un timbre très voisin de celui des voyelles *i, u, u*. Ces sons intermédiaires entre la voyelle et la consonne sont appelés semi-voyelles.

L'absence de limites bien tranchées entre les voyelles et les consonnes explique les transformations fréquentes de voyelle en consonne ou de consonne en voyelle que l'on peut constater dans les évolutions phonétiques»⁴.

Estas palavras de Roudet são de tal maneira transparentes, que bastam para se ter uma noção exacta das diferenças existentes entre *vogais*, *semi-vogais* e *consoantes*.

Não obstante isto, alguma cousa mais vou acrescentar:

1.º *a*, *e*, *i*, *o*, *u* são vogais em *pá*, *pé*, *vi*, *dó*, *mu*, porque, durante a sua produção, o canal bucal se mantém mais ou menos aberto, sim, mas sempre com a abertura *bastante* para que o ar expirado saia livremente, sem atritos que provoquem ruídos¹.

2.º *i*, *u* que são as vogais mais fechadas, e que podem ser mais ou menos fechadas, como ficou dito nos §§ 14, 27, 28, 32 e 33, proferem-se em certas circunstâncias com um estreitamento tam grande, que a voz resultante não é pura, ou melhor, não é de uma vogal pura, mas acompanhada de ruídos mais ou menos pronunciados. Quando êsses ruídos são pouco pronunciados, o *i* e o *u* nem são vogais, nem consoantes propriamente ditas, mas semi-vogais; quando êsses ruídos são muito pronunciados, aqueles fonemas passam à categoria de consoantes.

Nos ditongos crescentes e decrescentes, o *i* e o *u* são proferidos na linguagem normal portuguesa, como semi-vogais. Assim: *pái*, *piár*, *päu*, *küäl*.

No ditongo crescente latino *ie* de *hodie*, o *i* devia ter sido pronunciado tam fechado, provávelmente pela inércia do *d*, que, depois da queda dêste, êle se consonantizou em *j*, o que determinou a nossa forma *hoje*.

No ditongo crescente latino-lusitânico *ua* de **viua*, proveniente de **viuda* (por *vidua*; cf. esp. *viuda*), o *u* devia ter sido pronunciado tam fechado na sua última fase, isto é, na da distensão (cf. § 69), provávelmente pela predisposição (cf. § 5) para pronunciar o *d*, que, depois da queda dêste, êle se consonantizou em *v*, que é labial como o *u*, o que determinou a nossa forma *viuva*.

3.º A respeito das consoantes nada digo aqui, visto que nos parágrafos seguintes vou tratar delas desenvolvidamente.

89. CONSOANTES OCLUSIVAS (cf. §§ 96-101).—¿Que devemos nós entender por consoantes oclusivas? São aquelas cuja articulação é acompanhada, no início, de uma oclusão completa do canal bucal em um dos seus pontos de articulação, para impedir momentaneamente a saída do ar pela boca, e permitir que êle saia bruscamente em certo momento. São *p*, *b*, *t*, *d*, *k*, *g*; *ŋ*, *m*, *n*, *ɲ*, *ɳ*, *ɺ*, *ɽ*.

¹ Cf. Gonçalves Viana, *Portugais*, § 25.

A *intensão* (cf. § 69), que corresponde ao início dessa oclusão, tem o nome particular de *implosão*; a *tensão*, que corresponde ao período durante o qual a saída do ar está totalmente obstruída, chama-se *oclusão*; a *distensão*, que corresponde ao momento em que se desobstrui a saída do ar, é a *explosão*¹.

As oclusivas nasais, independentemente do timbre, têm no seu mecanismo um factor importante que as distingue das oclusivas orais: é que a implosão e a explosão delas é fraca, por ser a sua oclusão apenas bucal². Por outro lado, porque durante a sua produção o ar sai pelas fossas nasais, é-nos possível prolongar esses fonemas tanto quanto nos permite a respiração, como sucede com qualquer fricativa.

90. CONSOANTES FRICATIVAS (cf. §§ 104-108).—Chamam-se fricativas as consoantes cuja articulação é acompanhada em toda a sua duração de um apêto do canal bucal em um dos seus pontos de articulação, para dificultar a saída do ar, e provocar um ruído especial que caracteriza o timbre dessas consoantes. São *f, v, s, z, x, j*.

91. CONSOANTES AFRICADAS (cf. § 102).—Quando as oclusivas sonoras *b, d, g* se proferem com a oclusão imperfeita, de tal modo que a explosão não seja nitidamente caracterizada, tomam o nome de *africadas*.

Com esta designação pretende-se indicar que tais consoantes nem são puramente oclusivas, nem puramente fricativas: são um intermédio.

Note-se que em português só são as oclusivas sonoras que podem ser pronunciadas africadamente; as surdas não, pelos motivos apontados no § 95.

92. CONSOANTES VIBRANTES (cf. §§ 109-112).—¿Que devemos entender por consoantes vibrantes? Roudet diz a este respeito: «On appelle vibrante une consonne pendant la production de laquelle le canal est barré en un de ses points par un organe élastique qui exécute des vibrations, de sorte que le passage de l'air est périodiquement interrompu»³.

Esta definição de Roudet não me parece verdadeira com aquele advérbio *périodiquement*. Em presença dela, uma de três conclusões

¹ Cf. Roudet, *ob. cit.*, §§ 63 e 76.

² Grammont, *Traité*, p. 94.

³ *Ob. cit.*, § 73.

se pode tirar: ou o A. não atribui a *périodiquement* a ideia de *repetição*, que se encontra implícita no sentido desse advérbio, ou não considera vibrante o *r* simples, ou por inadvertência empregou aquele advérbio em vez de dizer: «le passage de l'air est interrompu une ou plusieurs fois».

É de crer que seja a última conclusão a verdadeira. Com essa modificação temos, a meu ver, a conveniente noção de *consoantes vibrantes*.

Emquanto em francês apenas há uma modalidade² de vibrantes, o *r* velar¹, e em espanhol há duas³, o *r* e o *rr*, ambos apicais, o primeiro simples e o segundo múltiplo³, em português há quatro, isto é, o *r* apical simples, o *rr* apical múltiplo (ambos como no espanhol), o *r* velar múltiplo (como no francês), e o *r* uvular múltiplo.

A primeira modalidade, o *r* apical simples, é geral em todo o país; as outras concorrem ao lado umas das outras, não como particularidade de um ou outro indivíduo, mas de muitos, e provavelmente de carácter dialectal. Não posso dizer por ora qual predomina, mas creio que é *rr*.

Gonçalves Viana no seu opúsculo *Portugais*, p. 19, diz: «La prononciation uvulaire de *rr*, mais non pas de *-r-*, comme *R*, se répand de plus en plus dans les villes. Cependant, on la regarde encore comme vicieuse, le *rr* apical étant toujours préférable au grasseyement du *R*, qui individuellement est plus profond qu'en français ou en allemand».

93. CONSOANTES LATERAIS (cf. §§ 113-115).—Designam-se assim o *l*, o *ʎ*, o *ʟ* e o *ʟ̃*, porque, em vez de o ar ser expelido segundo a linha média do canal bucal, o ápice da língua (cf. §§ 113-114), ou o pre-dorso (cf. § 115), adaptando-se mais ou menos ao pre-palato, obstrui a saída do ar segundo essa linha média, enquanto os bordos laterais e o médio-dorso se abaixam para permitir que o ar saia por ambos os lados da língua, ou só por um deles.

O palatograma do *l̃* dorso-palatal (cf. § 115) dá-nos a impressão de que este fonema é oclusivo. Isso, contudo, não é assim, visto que nos é possível prolongá-lo tanto quanto nos permite a respiração, o que já não acontece com qualquer oclusiva. O que se passa com o mecanismo deste fonema é semelhante ao que se passa com o do *f*,

¹ Refiro-me à linguagem normal.

² Cf. Roudet, *ob. cit.*, § 73.

³ Cf. Navarro Tomás, *Manual de Pronunciación Española*, §§ 112, 116.

por exemplo: a oclusão faz-se tam frouxamente, que o menor impulso do ar a destrói.

94. FONEMAS ORAIS E NASAIS (cf. §§ 96 sgs.).—A diferença que há entre vogais orais e nasais consiste nisto: durante a proferência das vogais nasais o véu palatino toma a posição de indiferença, para permitir que o ar saia simultâneamente pela bôca e pelas fossas nasais; durante a proferência das vogais orais o véu palatino adapta-se às paredes da faringe para impedir que o ar saia pelas fossas nasais.

Quando uma vogal não é proferida assim durante tôda a sua duração, isto é, com o véu palatino na posição de indiferença, mas com o véu palatino primeiramente na posição de indiferença e depois adaptado ao pos-dorso da língua, em vez da vogal puramente nasal, o que temos são dois fonemas que importa distinguir, e que são: uma vogal nasal, e o *ŋ* velar. É o que se observa correntemente na palavra *irmã*, que se ouve pronunciar *irmã*, *irmân* e *irmã*, com o *a* desnasalado¹.

As consoantes orais proferem-se sempre com o véu palatino adaptado às paredes da faringe, para impedir a saída do ar pelas fossas nasais. Quanto às consoantes nasais, elas caracterizam-se pela posição de indiferença do véu palatino, quando são *m* ou *n*, ou pela

¹ A propósito das vogais nasais portuguesas diz Roudet: «Les voyelles nasales portugaises ne sont pas des voyelles homogènes comme les voyelles nasales françaises; elles se terminent par une consonne nasale pendant la durée de laquelle l'air sort uniquement par le nez. Cette consonne est un [n] vélairé, comme il résulte clairement des recherches faites au moyen du palais artificiel». (*Ob. cit.*, p. 104).

O foneticista francês não indica a natureza da pessoa ou pessoas com quem fez a experiência, nem dá abonações. Creio que a doutrina não é inteiramente falsa, mas também não é inteiramente verdadeira, pelo que respeita o português normal. O que se observa é que quando um português quer mostrar a um estrangeiro como se pronuncia uma vogal nasal, em regra reforça a nasalidade da vogal nasal com a consoante nasal velar *ŋ*.

Vejamos o que nos diz Gonçalves Viana sôbre isto: «La nasalisation des voyelles peut être plus ou moins perceptible à l'oreille. On en peut établir deux degrés: la *nasalité* des voyelles polonaises et portugaises, indiquée par le signe (°) *ã*, *ê*, *õ*, et la *nasalité* plus forte des voyelles françaises, due à un abaissement plus grand du voile palatin et qu'on peut représenter par cet autre signe (°°) *ã*, *ê*, *õ*, modification du premier. En effet, ces deux espèces de nasalisation sont assez différentes par leur impression acoustique, pour exiger un signe particulier pour chacune d'elles. La nasalisation française rappelle vaguement la

sua adaptação ao pos-dorso da língua, quando é η^1 , e, portanto, pela saída do ar pelas fossas nasais, durante as fases de intensão e tensão dessas consoantes². O problema das nasais em português é complexo, e por isso aqui limito-me a isto.

95. FONEMAS SURDOS E SONOROS (cf. §§ 96 sgs.). — As pessoas menos versadas em estudos de fonética sabem de uma maneira geral que FONEMAS SONOROS são aqueles cuja produção é acompanhada de vibração das cordas vocais, e que FONEMAS SURDOS são aqueles cuja produção não é acompanhada dessa vibração. Sabem também mais ou menos distinguir as consoantes sonoras das surdas, mas outro tanto já não sucede com as vogais.

Aqueles que nunca estudaram fonética supõem em geral que as vogais são sempre sonoras. Contudo, em português as vogais surdas são tam abundantes, que convém chamar para elas a atenção dos não iniciados.

No decorrer dêste trabalho muitos casos tenho apontado e muitos mais terei de apontar de vogais surdas em português. Como esclarecimento de carácter geral, é bom indicar desde já o seguinte: em português, na linguagem corrente e despreocupada, as vogais átonas finais precedidas de consoante surda são surdas, por inércia (cf. § 6). Assim, diz-se em regra: *pértŷ, kápă, kásă, tăfŷ, kôxă*.

consonne nasale postéro-palatale de l'allemand *klang*, la portugaise nasale medio-palatale de l'espagnol *sueño*, *gn* français de *lignes*. (*Portugais*, § 7).

No *Essai*, p. 3, diz: «La nasalité de ces voyelles à Lisbonne, ainsi que dans tout le sud du royaume, est du premier degré, c'est-à-dire qu'elle n'est pas accompagnée de gutturalisation, comme dans les voyelles nasales françaises».

Na p. 7 da mesma obra acrescenta: «Je répète que la nasalité en portugais est bien différente de la nasalisation des voyelles françaises: d'abord parce qu'elle n'est point accompagnée de gutturalisation, et puis parce que le timbre de la voyelle ne change pas». Numa nota longa a êste passo diz ainda: «Les nasales de Entre Douro e Minho sont presque partout gutturalisées comme en français».

¿Roudet teria feito experiências com algum habitante de Entre Douro e Minho?

¹ Roudet diz: «Mais le voile du palais peut aussi s'abaisser, ouvrant à l'air un double passage à travers le canal vocal et les fosses nasales». (*Ob. cit.*, p. 118). Esta doutrina não me parece bem: se fôr o η velar, não há *dupla passagem*, visto que a oclusão se faz à entrada da cavidade bucal, isto é, na região velar. Foi por isso que tive o cuidado de considerar de um lado o *m* e o *n*, e de outro lado o η .

² Cf. Roudet, *ob. cit.*, p. 152.

As consoantes surdas são também chamadas *fortes*, e as sonoras *brandas*¹. Porquê?

Comparemos primeiramente as oclusivas sonoras com as oclusivas surdas.

Antes da explosão de uma oclusiva surda, quem nos ouve e não está acompanhando com a vista os movimentos dos órgãos da fala, não sabe nem deduz que fonema vamos produzir.

Antes da explosão de uma oclusiva sonora, porém, quem nos ouve e não está acompanhando com a vista os movimentos dos órgãos da fala, pode calcular com maior ou menor segurança que fonemas vamos produzir, pelo timbre da voz que precede a explosão².

Por isso, para que uma oclusiva surda seja convenientemente interpretada pelo ouvido de quem nos ouve falar, e não acompanha com a vista os movimentos dos órgãos da fala, o que a maior parte das vezes sucede, é necessário que a articulemos com precisão rigorosa, visto que é a articulação o único elemento que nos permite identificá-la³.

Pelo contrário, para que uma oclusiva sonora seja convenientemente interpretada pelo ouvido de quem nos ouve falar, e não acompanha com a vista os movimentos dos órgãos da fala, é desnecessário que a articulemos com precisão rigorosa, visto que, além da articulação, outro elemento tem que nos permite identificá-la, que é o timbre da voz que precede a explosão.

Deve ser devido à sua *fôrça* que as oclusivas surdas intervocálicas latinas não caíram na passagem para o português, e se limitaram

¹ Sem dar disso razão, Navarro Tomás diz: «Impropriamente suele llamarse, a las sordas, fuertes, duras o ásperas, y a las sonoras, débiles, dulces o suaves». (*Manual*, § 15).

² É fácil de compreender a diferença dos timbres de voz que precede a explosão das oclusivas *b*, *d*, *g*: antes da explosão de *b*, o ar expelido dos pulmões armazena-se em toda a cavidade da faringe e da boca, visto que a oclusão se faz nos lábios, podendo essa cavidade tornar-se mais ou menos espaçosa pela distensão das bochechas; antes da explosão de *d*, o ar expelido dos pulmões armazena-se em toda a cavidade da faringe e em parte da da boca, isto é, na que é limitada pela abóbada palatina e pela língua, visto que a oclusão se faz na região alveolar; antes da explosão de *g*, o ar expelido dos pulmões só pode armazenar-se na cavidade da faringe, visto que a oclusão se faz na região velar. Que é que resulta daqui? Que as cavidades diferem de capacidade e de condições de ressonância: as condições de ressonância determinam o timbre daqueles fonemas, e a capacidade determina-lhes a quantidade ou duração.

³ Determinam esta precisão a oclusão bem feita, e a intensidade da expiração.

a abrandar-se, isto é, a assimilar-se (cf. § 10); e deve ter sido devido à sua *brandura* que as oclusivas sonoras intervocálicas latinas, excepto o *b*, caíram na passagem para o português, e que as actuais oclusivas sonoras portuguesas intervocálicas, incluindo o *b*, se tornam muitas vezes africadas (cf. § 91).

Quanto à oclusiva sonora latina *b* intervocálica, devia ter passado em português para *v* pela mesma razão e do seguinte modo: pela sua *brandura*, o *b* ter-se-ia tornado africado; ora, o *b* africado tem um timbre semelhante ao do *v*, com a diferença de que este é lábio-dental, enquanto aquele é bi-labial. Porque há essa semelhança, porque não há em português *v* bi-labial, e porque a queda dos fonemas se não dá sem reacção¹, deve ter-se procurado conservar esse *b* muito africado (com valor de *v* bi-labial), mas, para isso, este teve de se amoldar aos nossos hábitos fonéticos, alterando-se o seu modo de articulação bi-labial para lábio-dental, isto é, passando definitivamente para *v*.

Pôsto isto, comparemos agora as fricativas sonoras com as fricativas surdas.

Aqui as coisas passam-se de modo análogo, se bem que não idêntico: as fricativas sonoras fornecem-nos dois elementos de interpretação, que são a *sonoridade*, produzida pela vibração das cordas vocais, e o *ruído*, produzido pela vibração do ar ao atravessar o canal bucal.

Por isso, para que uma fricativa surda seja convenientemente interpretada pelo ouvido de quem nos ouve falar, e não acompanha com a vista os movimentos dos órgãos da fala, é necessário que a articulemos com certa precisão, para que o timbre produzido pela vibração do ar seja bastante claro.

Pelo contrário, para que uma fricativa sonora seja convenientemente interpretada pelo ouvido de quem nos ouve falar, e não acompanha com a vista os movimentos dos órgãos da fala, é desnecessário que a articulemos com grande precisão, visto que, além do timbre da vibração do ar, outro elemento tem que nos permite identificá-la, que é o timbre da vibração das cordas vocais, o que não sucede com as surdas.

¹ A *reacção* é uma força da mais alta importância na evolução de uma língua: fala-se em fonética em quedas, transformações, assimilações, dissimilações, etc., mas estes fenómenos não se dão bruscamente. Antes que se dêem, o povo *reage*, o povo esforça-se mais ou menos inconscientemente para não adulterar a prosódia legítima.

96. OCLUSIVAS BI-LABIAIS ORAIS: *p*, *b* (cf. §§ 89 e 97)¹. — Pronunciam-se do seguinte modo: as mandíbulas tomam, por antecipação, (cf. § 5), a abertura preparatória², para a produção do fonema que se lhes segue no corpo da palavra; os lábios unem-se para impedir a saída do ar pela boca antes do momento da explosão; a língua toma, por antecipação, a posição preparatória para a produção do fonema que se lhes segue no corpo da palavra; os lábios no seu conjunto tomam, por antecipação, a posição preparatória para a produção do fonema que se lhes segue no corpo da palavra; o véu palatino adapta-se às paredes da faringe para impedir a saída do ar pelas fossas nasais; no momento da implosão (cf. § 89) as cordas vocais começam a vibrar para o *b*, mas não para o *p*; se o *b* está entre vogais, a vibração das cordas vocais começa com a primeira vogal, isto é, antes da implosão, o que se verifica facilmente nas inscrições quimográficas.

Não contribuindo a língua para a produção destes fonemas, necessariamente alguma mancha que apareça no palato artificial, quando proferimos êsses fonemas com outro ou outros em sílaba, pertence a estes e não àqueles. Contudo, pela conformação da boca de certas pessoas, cuja mandíbula inferior tem um grande encaixe³ na superior, por vezes aparece no palatograma uma mancha na região dos

¹ A descrição de um fonema pode ser feita de duas maneiras: ou se considera o fonema isoladamente, ou no corpo da palavra. As oclusivas não podem ser consideradas isoladamente; as fricativas, as vibrantes e as laterais podem, mas, como o que nos interessa é o fonema no corpo da palavra, as descrições que se seguem fundam-se neste critério.

Dessas descrições se verá que os fonemas não são rígidos: tomam modalidades, mais ou menos perceptíveis, conforme a situação em que se encontram; amoldam-se mais ou menos sob a acção uns dos outros, e por isso elimino a indicação da abertura mandibular. Essa mobilidade é um produto da assimilação.

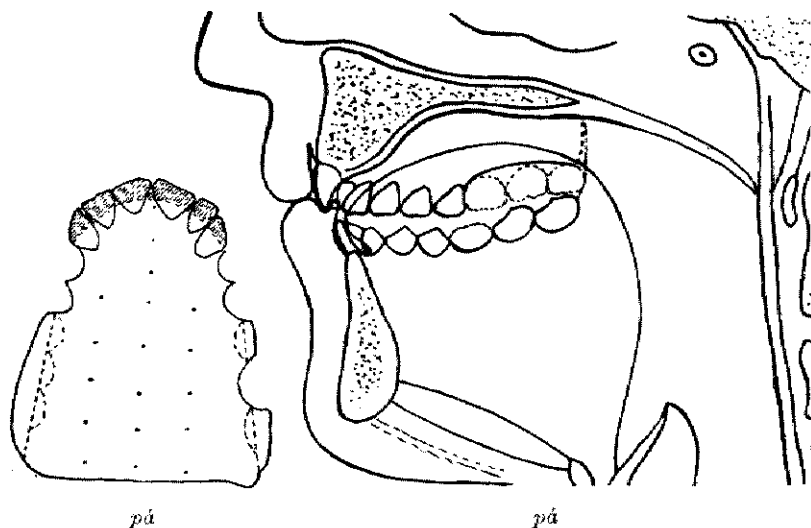
Além disso não só a abertura mandibular, como a posição das partes móveis da boca, dependem em grande parte da conformação dos diferentes órgãos da fala: a posição da mandíbula inferior em relação à superior; a forma e a concavidade da abóbada palatina; a falta de dentes, etc.

² Note-se que tomar *posição* ou *abertura preparatória* não é tomar a posição ou a abertura definitiva: esta expressão equivale a estotra: os órgãos, de uma maneira geral, vão-se preparando para tomar a posição definitiva para pronunciar o fonema seguinte.

³ Como é sabido, a mandíbula inferior pode tomar uma de três posições em relação à superior: ou a inferior é mais avançada, ou é menos avançada, ou estão as duas a mesma altura. Quando é menos avançada, a mandíbula inferior *encaixa*, mais ou menos na superior, na parte dos incisivos. É a isto que chamo *encaixe*.

incisivos superiores, provocada pelo lábio inferior, como me sucede a mim¹, o que pode verificar-se nos palatogramas seguintes.

Os seguintes esquemas² da boca e os seguintes palatogramas mostram as posições que tomam os diferentes órgãos na produção destes fonemas em concurso com outros nas palavras portuguesas³:

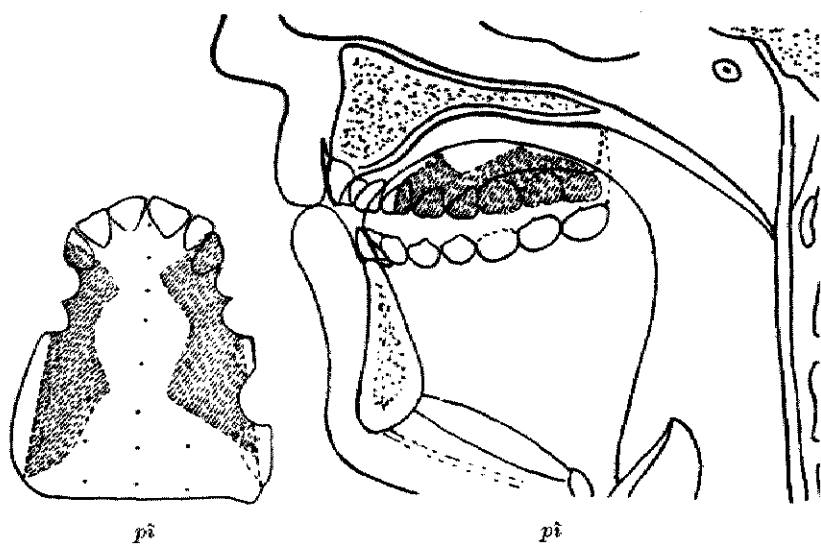


Esta posição do lábio inferior é absolutamente natural em mim. Não fiz ainda experiências com outras pessoas, mas creio que o mesmo se pode observar em todos aqueles que têm certo encaixe.

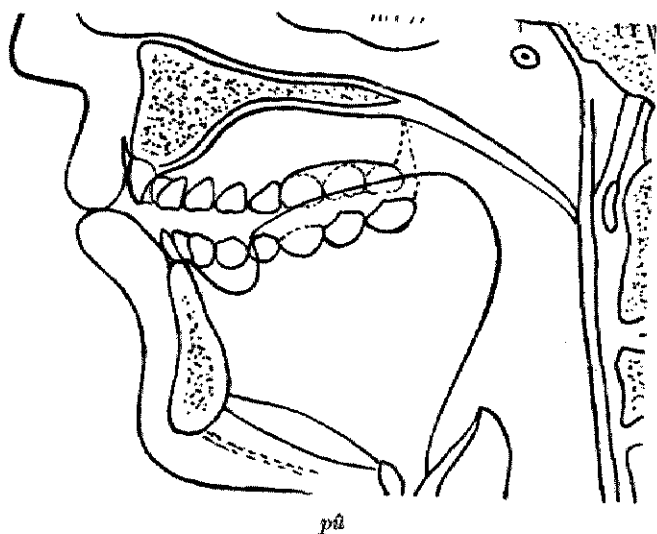
¹ Esta mancha aparece mais nitidamente em *pi*, depois em *pê*, depois em *pé*, e finalmente em *pá*. Em *pó* e em *pu* não aparece, porque os lábios se projectam para a frente. Por isso me limito a dar os palatogramas de *pá* e de *pi*.

² Nos tratados de fonética é costume fazer-se um esquema à mão, sem o mínimo rigor nem de dimensões nem de forma, podendo o mesmo esquema servir para todos os casos. Aqui emprego o esquema da minha boca, feito com o maior rigor que me foi possível, não só na linha da abóbada palatina, que foi determinada segundo o corte longitudinal do molde de godiva, como nas dimensões de todos os órgãos, e nas disposições e distâncias do maxilar inferior em relação ao superior. Represento também todos os dentes superiores e inferiores, porque eles nos fornecem elementos preciosos para determinar as posições que a língua toma na articulação dos vários fonemas. Os dentes que me faltam vão indicados na linha tracejada. Pelo que diz respeito às manchas dos palatogramas, procuro transportá-las com o maior rigor possível para os esquemas. As figuras que seguem foram tôdas reduzidas a dois terços do seu tamanho natural.

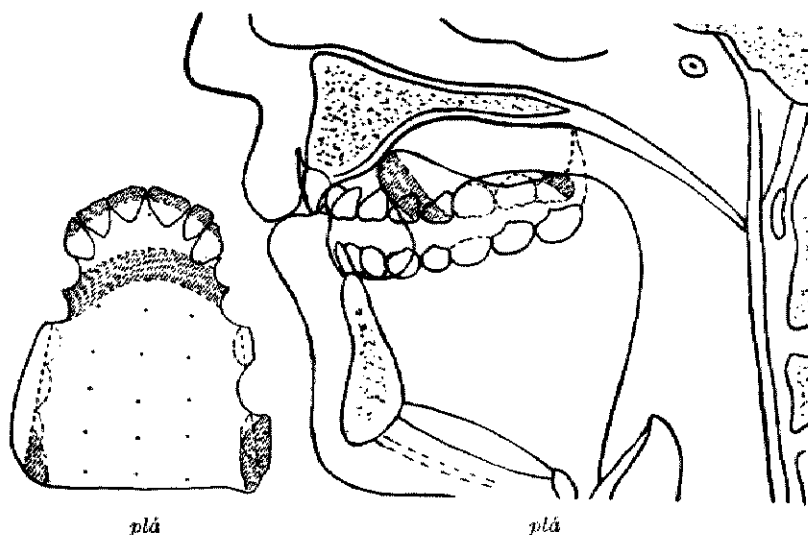
³ Cf. sobre o *b* e o *v* o que diz Gonçalves Viana, *Essai*, p. 25.



Neste palatograma do *pi*, a mancha é exclusivamente representativa da posição da língua na articulação do *i*: o *p* não deixa mancha nenhuma, como indica a posição dos lábios do esquema da boca.



A articulação da sílaba *pu* não dá palatograma, como mostra o esquema da boca: a língua em ponto nenhum toca a abóbada palatina, e os lábios estão projectados para a frente.



97. OCLUSIVAS BI-LABIAIS NASAIS: *m, m* (cf. §§ 89, 94 e 96).—Pronunciam-se do mesmo modo que as oclusivas bi-labiais orais (cf. § 96), com a diferença apenas de que nestas o vèu palatino se mantém na posição de indiferença, para permitir que o ar saia simultaneamente pelas fossas nasais durante tôdas as fases de articulação, e pela boca logo que se dá a explosão (cf. § 89). Tomando em consideração esta diferença, os palatogramas e os esquemas do § 96 são aplicáveis a estes fonemas.

Êste fonema pode iniciar e terminar sílaba, quando é sonoro; mas quando é surdo só pode terminar; outro tanto succede com os ápico-dentais *n, n*; os dorso-velares só podem terminar sílabas.

No início de sílaba encontramos-lo em palavras como: *mátŷ, módŷ, rêmár, kŷmŷnŷjmŷ, kŷminŷ*; no fim da sílaba só o encontramos, como succede com *n, n, n*, como elemento de transição de uma vogal nasal para uma consoante oclusiva: *kŷnpŷ, lômbŷ, tântŷ, vêndŷ, ŷŷŷkŷ, lôngŷ*.

Em 1883 Gonçalves Viana dizia isto: «La consonne *n*, lorsqu'elle ne se trouve pas devant une voyelle dans le même mot, ne sert qu'à rendre nasale la voyelle qui la précède. Ainsi non seulement on prononce *canto*, comme si l'on écrivait *kātu*, mais encore les deux mots *lan azul*, par exemple, se prononcent *lā azul*, sans faire aucune liaison entre la nasale *ā* et la voyelle initiale du mot suivant. Il en est de même de la nasale labiale *m*: on écrit *rombo* et *com a casa*, et l'on prononce *rōbu, kō a kaza*. Cette nasalité d'une

voyelle devant une autre voyelle se retrouve dans le corps d'un mot dans les dialectes de Minho et Douro:...¹.

«Il faut se rappeler que *am*, *em* ne sont pas des diphtongues dans le corps des mots devant *p*, *b*; elles n'y sont qu'une simple variation orthographique de *an*, *en*, et la voyelle qui les précède se prononce comme une nasale simple, *ã*, *ẽ* (z, lorsque *em* est initial).²

Do que fica exposto se deduz que Gonçalves Viana não considerava aqui que as consoantes nasais podiam terminar sílaba, como elemento de transição de uma vogal nasal para uma consoante oclusiva.

Em 1903, porém, já diz: «La nasale *n* ne se retrouve en portugais que comme son de transition entre une voyelle nasale et une post-palatale, c'est-à-dire qu'elle forme des groupes avec *k*, *g*; ex.: *brãnkũ*, «blanc», *frãngũ*, «poulet», *frãnkĩã*, «franchise» (de droit), *ĩngũã*, «anguille».

«Les nasales *n*, *n*, *m*, et les liquides *l*, *r*, sont aphones devant des consonnes sourdes; ex.: *sĩnkũ*, «sinc»; *sãntũ*, «saint»; *kãmpũ*, «champs»; *fãlkãũ*, «falcon»; *ãrkũ*, «arc»³.

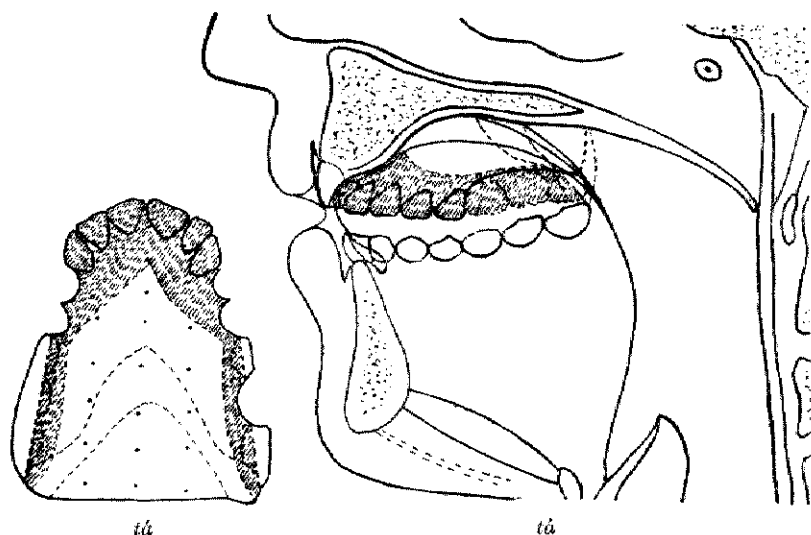
98. OCLUSIVAS ÁPICO-DENTAIS ORAIS: *t*, *d* (cf. §§ 89 e 99).— Pronunciam-se do seguinte modo: as mandíbulas tomam, por antecipação (cf. § 5), a abertura preparatória, para a produção do fonema que se lhes segue no corpo da palavra; os lábios entreabrem-se e, por antecipação, tomam a posição preparatória para a produção do fonema que se lhes segue no corpo da palavra; a periferia da língua adapta-se em toda a sua extensão a toda a fiada dos dentes superiores, bem como a toda a região alveolar respectiva, para impedir a saída do ar pela boca antes do momento da explosão; a língua no seu conjunto toma, por antecipação, a posição preparatória para a produção do fonema que se lhes segue no corpo da palavra; o véu palatino adapta-se às paredes da faringe para impedir a saída do ar pelas fossas nasais; no momento da implosão as cordas vocais começam a vibrar para o *d*, mas não para o *t*; se o *d* está entre vogais, a vibração das cordas vocais começa com a primeira vogal, isto é, antes da implosão.

¹ *Essai*, p. 22.

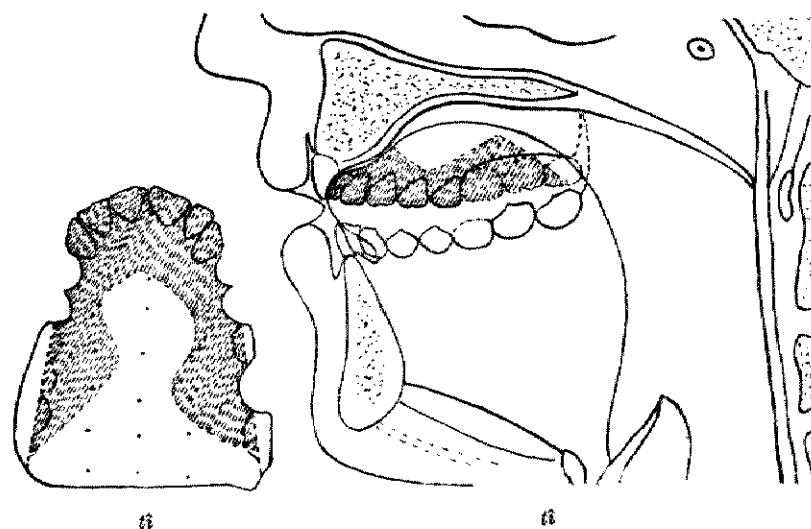
² *Essai*, p. 23.

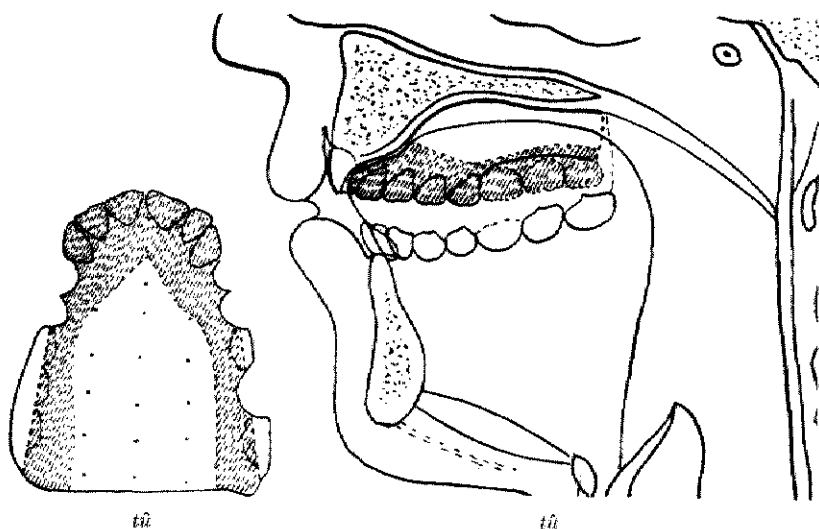
³ *Portugais*, §§ 42 e 43.— Por não haver na tipografia os caracteres de que se serve Gonçalves Viana, os exemplos dêste passo vão com a transcrição que adopto.

A adaptação da periferia da língua a toda a extensão da região dental e alveolar superiores é comprovada pelos palatogramas seguintes; a superfície tocada da região alveolar pode ser maior ou menor, conforme a energia com que se proferem êsses fonemas, e conforme o ponto e o modo de articulação do fonema que se lhes segue no corpo da palavra, o que se pode verificar pelo exame do palatograma seguinte:



As linhas tracejadas do palatograma anterior representam as extensões que as manchas podem atingir.





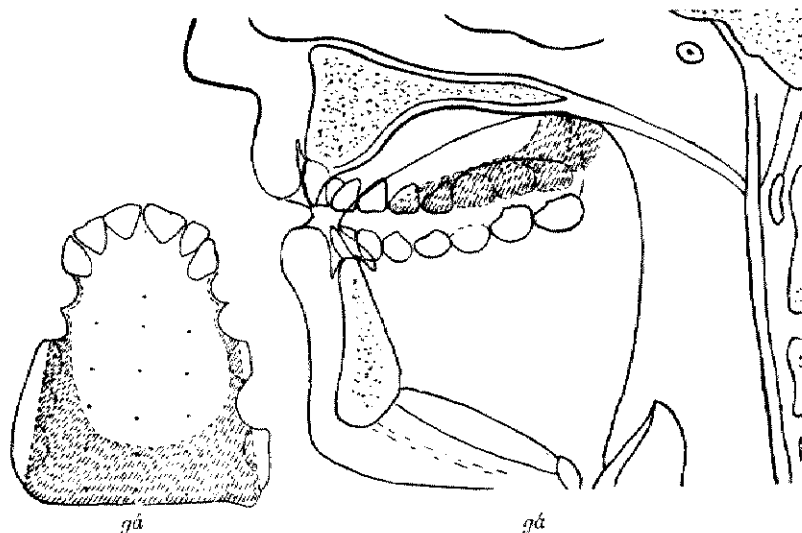
99. OCLUSIVAS ÁPICO-DENTAIS NASAIS: *ɣ*, *n* (cf. §§ 89, 98, 94).—Pronunciam-se do mesmo modo que as oclusivas ápico-dentais orais (cf. § 98), com a diferença apenas de que nestas o véu palatino se mantém na posição de indiferença, para permitir que o ar saia simultaneamente pelas fossas nasais durante tôdas as fases de articulação, e pela boca logo que se dá a explosão. Tomando em consideração esta diferença, os palatogramas e os esquemas do § 98 são aplicáveis a estes fonemas.

Quanto à posição que podem ocupar na sílaba, são aplicáveis a estes fonemas o que ficou dito no § 97.

100. OCLUSIVAS DORSO-VELARES ORAIS: *k*, *g* (cf. §§ 89, 101).—Pronunciam-se do seguinte modo: as mandíbulas tomam, por antecipação, a abertura preparatória para a produção do fonema que se lhes segue no corpo da palavra; os lábios entreabrem-se e, por antecipação, tomam a posição preparatória para a produção do fonema que se lhes segue no corpo da palavra; o pos-dorso da língua eleva-se e adapta-se à região pos-palatal, na linha que separa esta da região velar, para impedir a saída do ar pela boca antes do momento da explosão; a língua no seu conjunto toma, por antecipação, a posição preparatória para a produção do fonema que se lhes segue no corpo da palavra; o véu palatino adapta-se às paredes da faringe para impedir a saída do ar pelas fossas nasais; no momento da implosão as cordas vocais começam a vibrar para o *g*, mas não para o *k*; se

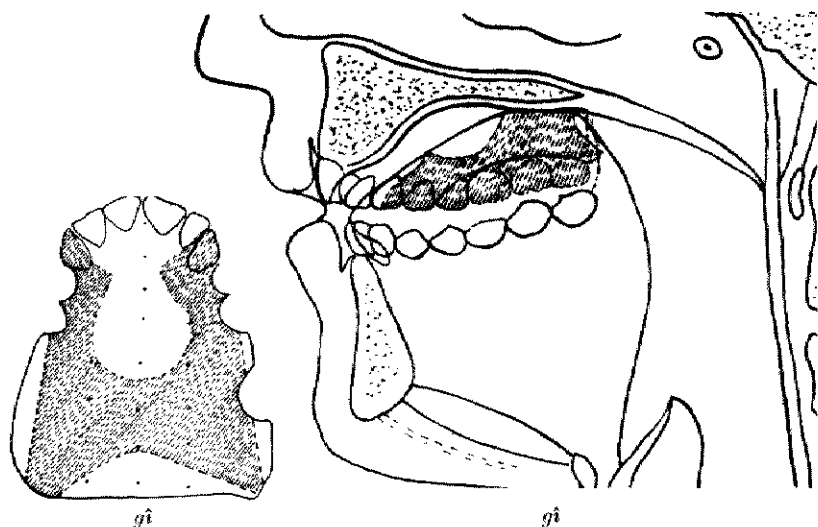
o *g* está entre vogais, a vibração das cordas vocais começa com a primeira vogal, isto é, antes da implosão¹.

A adaptação do pos-dorso da língua à região pospalatal é comprovada pelos palatogramas seguintes; a região tocada pode ser mais ou menos posterior, conforme o ponto de articulação do fonema que se lhes segue no corpo da palavra, o que se pode verificar pelo confronto dos palatogramas e dos esquemas seguintes:

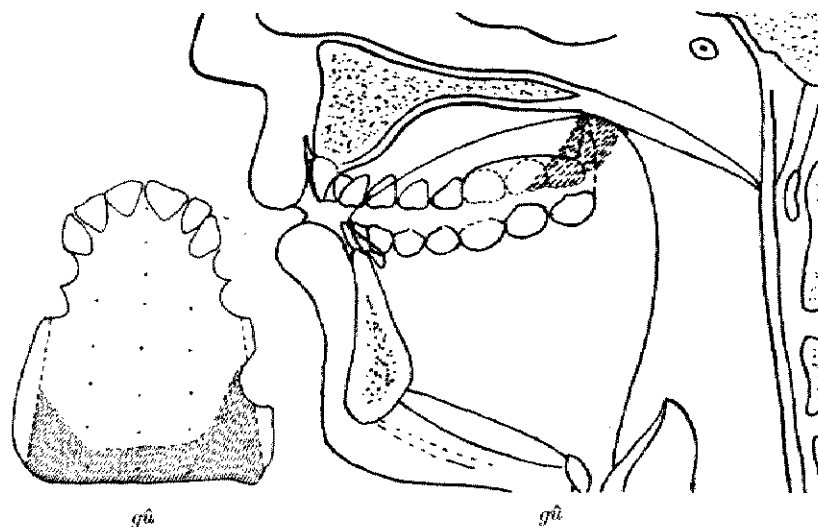


Como no caso do parágrafo anterior, a superfície tirada da região velar pode ser maior ou menor, conforme a energia com que se proferem êsses fonemas, e conforme o ponto e o modo de articulação do fonema que se lhes segue no corpo da palavra, o que facilmente se pode verificar pelo exame do palatograma precedente com os seguintes. Nestes palatogramas, a mancha da superfície tocada da região velar varia de extensão por causa da articulação do fonema seguinte. Se repetissemos as experiências, variando a energia, as manchas também variariam.

¹ Fernão de Oliveira descreve assim estas consoantes: «*c.* Pronunciasse dobrando a lingua sobre os dentes queyxaes: fazendo hũ çerto lombo no meyo della diante do papo: casi chegando cõ esse lóbo da lingua o çeo de boca e empedindo o espirito: o qual per força faça apartar a lingua e faças e quebre nos beyços com impeto». (*Gramatica da linguagem portuguesa*, pp. 33-34, da 3.^a ed.). — A respeito do *g* diz: «A pronunção do *.g.* e como a do *.c.* cõ menos força do spirito». (*Ibidem*, p. 34).



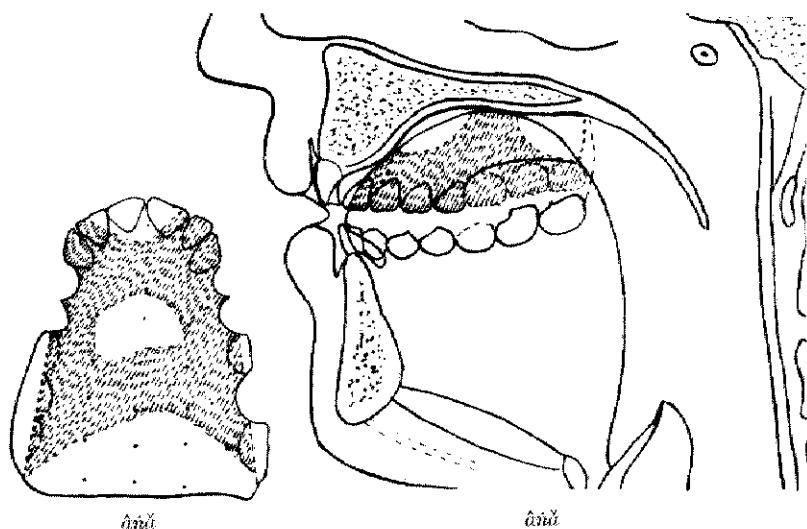
Compare-se este palatograma do *gî* com o da p. 262.



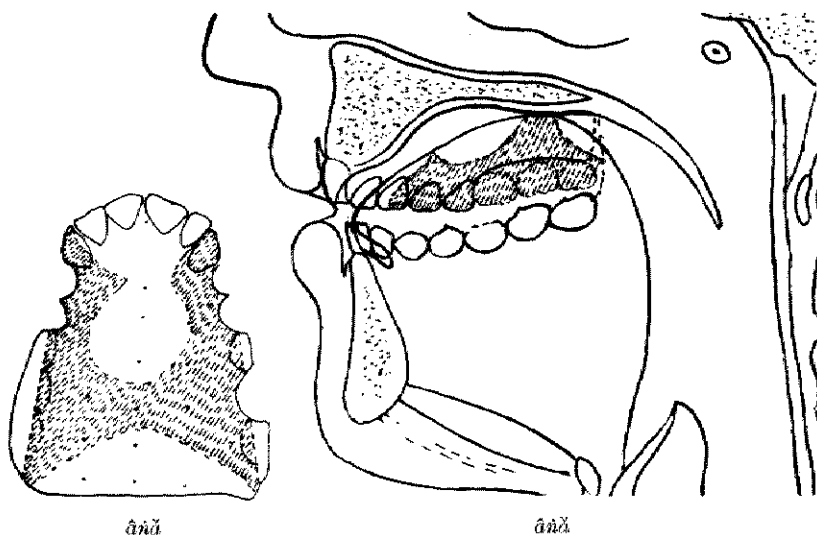
101. OCLUSIVAS DORSO-VELARES NASAIS: *ŋ*, *ɲ* (cf. §§ 89, 94, 100).—Pronunciam-se como as oclusivas dorso-velares orais (cf. § 100), com a diferença de que nestas o véu palatino se mantém na posição de indiferença, para permitir que o ar saia simultaneamente pelas fossas nasais durante tôdas as fases de articulação, e pela boca logo que se dá a explosão. Considerando esta diferença, os palatogramas e os esquemas do § 100 são aplicáveis a estes fonemas.

102. OCLUSIVA DORSO-PALATAL NASAL: *ñ* (cf. §§ 89, 94).—Pronuncia-se do seguinte modo: as mandíbulas tomam, por antecipação, a abertura preparatória para a produção do fonema que se lhe segue no corpo da palavra; os lábios tomam, por antecipação, a posição preparatória para a produção do fonema que se lhe segue no corpo da palavra; o médio-dorso da língua adapta-se ao palato e à região alveolar dos molares superiores, para impedir a saída do ar pela boca; o ápice da língua toca os incisivos inferiores; o véu palatino mantém-se na posição de indiferença, para permitir que o ar saia simultaneamente pelas fossas nasais durante tôdas as fases de articulação, e pela boca logo que se dá a explosão; durante a expiração as cordas vocais vibram.

A comparação dos palatogramas e dos esquemas seguintes mostra que nem sempre o pre-dorso da língua se adapta ao pre-palato, o que depende da maior ou menor tensão com que pronunciamos êste fonema. O claro que se vê ao centro do palatograma, e que resulta da forma da concavidade da abóbada palatina, pode ser maior ou menor, conforme a tensão.



O confronto do seguinte palatograma do *ñ* com o do *gi* (cf. § 100) e do *i* (cf. § 96, no palatograma de *pi*, cuja mancha pertence ao *i*, e não ao *p*), mostra-nos que na formação dêste fonema há o concurso de uma consoante palatal e da vogal *i*. No decurso dêste trabalho estudarei êste assunto com certa minuciosidade.



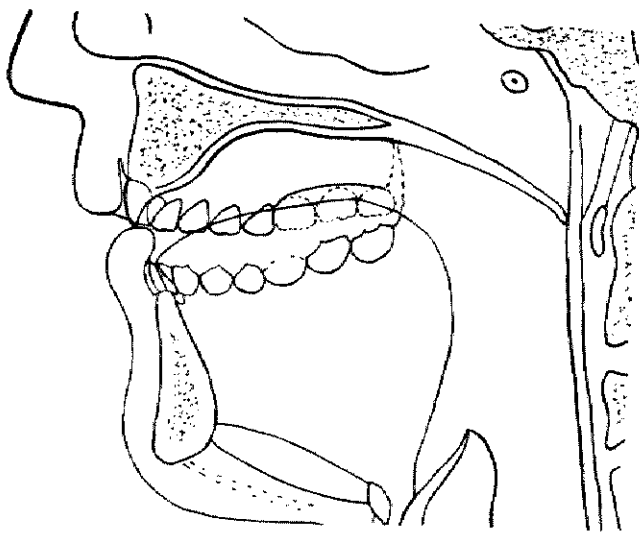
103. OCLUSIVAS AFRICADAS: *b*, *d*, *g* (cf. § 91).—Pronunciam-se do mesmo modo que as oclusivas puras correspondentes (cf. §§ 96, 98, 100), com a diferença apenas de que, enquanto as oclusivas puras têm uma oclusão perfeita, as africadas a têm imperfeita. Tomando em consideração esta diferença, os palatogramas e os esquemas dos referidos parágrafos são aplicáveis a estes fonemas.

A propósito das africadas diz Gonçalves Viana: «Les trois consonnes *b*, *d*, *g*, ainsi que la modification plus palatale de la dernière, *g*, ne sont pas absolument des fricatives, c'est-à-dire qu'elles ne sont pas identiques à *v*, *ð*, *g* de notre alphabet. Le contact se forme comme pour prononcer *b*, *d*, *g*, lesquels peuvent toujours les remplacer, sans dénaturer les mots; seulement ce contact est très léger, il cesse immédiatement après qu'il s'est établi et avant de devenir un obstacle au passage de l'air, lequel s'échappe librement, produisant un certain bourdonnement comme s'il n'y avait pas eu de contact. On peut dire de ces trois articulations qu'elles commencent comme des plosives et finissent comme des fricatives; ex.: *bobu*, «fou», *dadu*, «dé», *gagu*, «bègue». La friction est moins perceptible pour *b* que pour *d*, et encore moins pour *g*»¹.

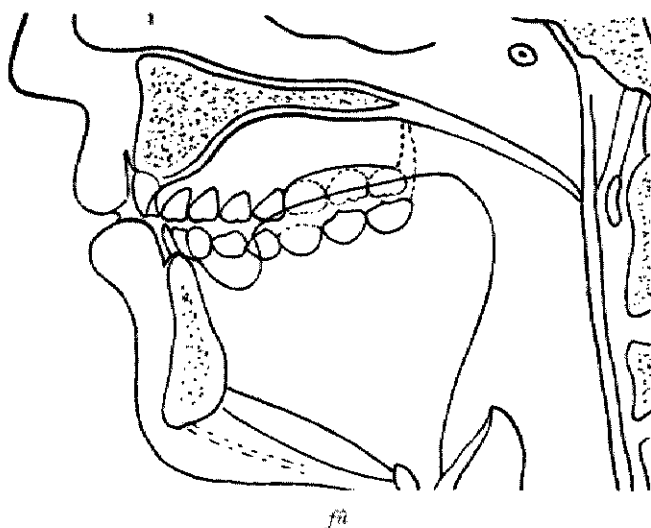
104. FRICATIVAS LÁBIO-DENTAIS: *f*, *v* (cf. § 90).—Pronunciam-se do seguinte modo: as mandíbulas tomam, por antecipação, a

¹ *Português*, § 41.

abertura preparatória para a produção do fonema que se lhes segue no corpo da palavra; o lábio inferior eleva-se um pouco, de modo que, inclinando-se ligeiramente para dentro, para entre os incisivos superiores e inferiores, toque naqueles muito ao de leve, para que o ar saia, digamos assim, semi-livremente e produza um timbre de quási sibilo; apesar desta posição especial que o lábio inferior tem de tomar, os lábios no seu conjunto tomam, por antecipação, a posição preparatória para a produção do fonema que se lhes segue no corpo da palavra; a língua toma, por antecipação, a posição preparatória para a produção do fonema que se lhes segue no corpo da palavra; o véu palatino adapta-se às paredes da faringe, para impedir a saída do ar pelas fossas nasais; durante a expiração, as cordas vocais vibram para o *v*, mas não para o *f*.

*fá*

É de notar que as pessoas a quem faltam os incisivos superiores, não pronunciam este fonema com pureza, visto que, para a sua articulação, são os incisivos superiores órgãos essenciais. Nesse caso, o lábio superior supre a falta desses incisivos, isto é, em vez de se pronunciar um *f* lábio-dental, pronuncia-se um *f* bilabial. Na linguagem normal portuguesa não se observa o *f* bilabial. Contudo, quando falamos rápida e despreocupadamente, pode-se ouvir o *v* bilabial, resultante de um *t* muito fricativo (cf. § 103), embora em regra isso só seja perceptível aos foneticistas.



105. FRICATIVAS ÁPICO-DENTAIS: *s*, *z* (cf. § 90).—Pronunciam-se do seguinte modo: as mandíbulas tomam, por antecipação, a abertura preparatória para a produção do fonema que se lhes segue no corpo da palavra; os lábios entreabrem-se para dar livre saída ao ar, e, por antecipação, tomam a posição preparatória para a produção do fonema que se lhes segue no corpo da palavra; a periferia lateral da língua adapta-se à região alveolar dos molares superiores, para impedir a saída do ar pelos lados; o pre-dorso adapta-se à região alveolar superior, deixando um canal na linha média, de modo que o ar saia, digamos assim, semi-livrementemente e produza um timbre de quasi sibilo; o ápice apoia-se nos incisivos inferiores¹ de modo que a corrente de ar expirado passe entre uma parte rija, óssea (a face interna dos incisivos superiores), e uma parte mole,

¹ Na *Exposição da pronúncia normal portuguesa*, p. 47, diz Gonçalves Viana: «*s*, na orthographia commun *s*, *ss*, *sc*, *ç*, *x*: é quasi o *s* inicial francês, *ss* alemão; deve porém ter-se em attenção que é proferido com a lingua convexa de encontro ás gengivas dos incisivos superiores, encostando-se a ponta á parte interna dos incisivos inferiores; . . . » (Sôbre o *z*, cf. p. 48). Quanto à semelhança do *s* e do *z* portugueses aos franceses, já dizia o mesmo no *Essai*, p. 24: «*Dans presque tout le domaine de la langue portugaise, s et ç, s et z, x et ch sont identiques deux à deux, et répondent à peu près aux lettres françaises s, z, ch*».

No *Portugais*, § 38, descreve G. Viana como segue estas duas fricativas: «*...; pour les fricatives s, z, le bout de la langue s'appuie sur les gencives des incisives inférieures, et c'est la partie supérieure de la langue convexe qui se*

carnuda (a face superior do pre-dorso e do ápice da língua); apesar desta posição especial que a periferia, o ápice e pre-dorso da língua tomam, a língua no seu conjunto toma, por antecipação, a posição preparatória para a produção do fonema que se lhes segue no corpo da palavra; o véu palatino adapta-se às paredes da faringe para impedir a saída do ar pelas fossas nasais; durante a expiração as cordas vocais vibram para o *z*, mas não para o *s* (cf. § 106).

O meu *s* e o meu *z* normais são diferentes dos que ficam descritos: eles são laterais (cf. § 106). No parágrafo seguinte dou um palatograma e um esquema meus do *s* e do *z* normais, mas devo advertir que os pronunciei afectadamente. Para contraprova, dou um palatograma do Sr. Dr. Rodrigues Lapa, que pronuncia estas fricativas normalmente.

106. O que ficou dito no parágrafo anterior refere-se ao *s* e ao *z* normais da pronúncia do centro do país. Esses fonemas, contudo, apresentam outras modalidades, que por ora não sei localizar, nem mesmo discriminar. Limito-me a apontar estas duas: *š*, *ž* reversos, *š̌*, *ž̌* laterais.

Acêrca do *s* e do *z* reversos, diz Gonçalves Viana: «*s*, na orthographia commun *s*, *ss* (confundido há muito tempo com o *ç* := *s* no dialecto culto, e assim também em todo o sul, do Mondego para baixo): som originário e dialectal do norte, differente do *ç*: é um *s* reverso, isto é, proferido com a parte anterior, um tanto concava, da ponta da língua no convexo das gengivas dos incisivos superiores, como o *s* vascongo e castelhano: lembra no effeito acústico *sz* reunidos; (*f*)»¹.

Quanto ao *s* e ao *z* laterais, que são os meus, pronunciam-se do seguinte modo: as mandíbulas tomam, por antecipação, a abertura preparatória para a produção do fonema que se lhes segue no corpo

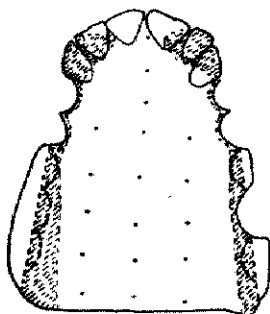
rapproche des incisives supérieures pour former la fente, à travers laquelle l'air en passant produit la friction audible».

Como se vê, Gonçalves Viana diz aqui que a ponta da língua se apoia nas gengivas dos incisivos inferiores, o que não diz na *Exposição*, e subentende-se que não diz no *Essai*, visto que identifica estas nossas fricativas com as correspondentes francesas, e estas pronunciam-se com a ponta da língua apoiada nos incisivos inferiores: «En français, la pointe de la langue s'appuie assez fortement contre les dents incisives inférieures, le canal se forme entre le dos de la langue et les incisives supérieures». (Roudet, *Éléments*, § 70). Grammont corrobora esta descrição com estas palavras: «Dans les sifflantes françaises la pointe de la langue est appuyée derrière les incisives inférieures». (*Traité*, p. 69).

¹ *Exposição da pronúncia normal portuguesa*, p. 47 (cf. p. 48 para o *z*).

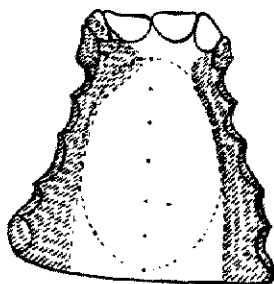
da palavra; os lábios entreabrem-se para dar livre saída ao ar, e, por antecipação, tomam a posição preparatória para a produção do fonema que se lhes segue no corpo da palavra; a periferia lateral da língua adapta-se à região alveolar dos molares superiores, para impedir a saída do ar pelos lados; o ápice da língua apoia-se nos incisivos superiores, para impedir a saída do ar segundo a linha média do canal bucal, como no *l* (cf. § 111); a periferia, vizinha do ápice, forma com a região alveolar superior dois canais na direcção dos dois incisivos laterais, de modo que o ar saia, digamos assim, semi-livrementemente e produza um timbre de quasi sibilo, provocado pela vibração do ar entre uma parte rija, óssea (a face interna dos incisivos superiores), e uma parte mole, carnuda (a periferia da língua, vizinha do ápice); apesar desta posição especial que a periferia e o ápice da língua tomam, a língua no seu conjunto toma, por antecipação, a posição preparatória para a produção do fonema que se lhes segue no corpo da palavra; o véu palatino adapta-se às paredes da faringe para impedir a saída do ar pelas fossas nasais; durante a expiração as cordas vocais vibram para o *z*, mas não para o *s* (cf. § 105).

O palatograma e o esquema seguintes ilustram esta descrição:



sá

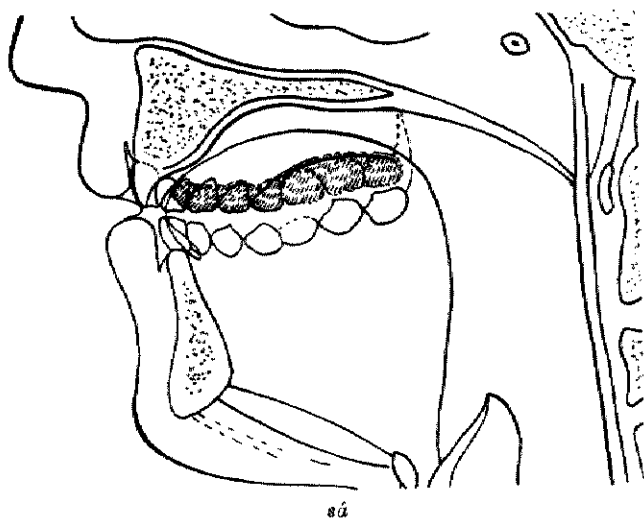
Palatograma meu
com pronúncia afectada



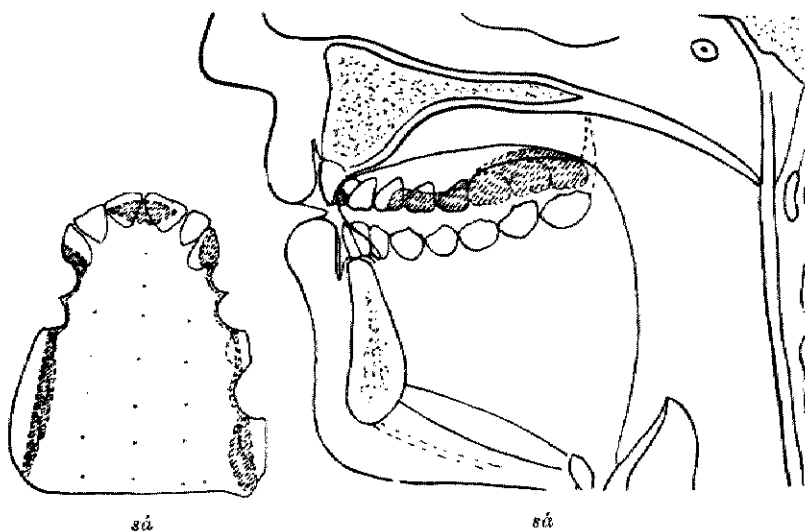
sá

Palatograma
do Dr. Rodrigues Lapa,
com pronúncia normal

Confrontando estes dois palatogramas, nota-se que o ponto de articulação deste meu *s* é mais avançado, do que o do *s* do Dr. Rodrigues Lapa. Isto deve ser motivado pela forma da concavidade da abóbada palatina: a abóbada palatina do Dr. Rodrigues Lapa é mais côncava, e por isso o ápice e o pre-dorso da língua vêem-se forçados a acomodar-se numa região mais recuada, como sucede na articulação do *l*.



Esquema da minha boca, na posição de pronunciar a sílaba *sá*, afectadamente



Palatograma meu
com pronúncia normal

Esquema da minha boca
na posição de pronunciar a sílaba *sá* normalmente

107. Do que fica exposto se vê que o *s* e o *z* são fonemas pouco estáveis: basta um pequeno desvio do ápice da língua para que o seu timbre se modifique mais ou menos perceptivelmente.

Como documentação destinada a facilitar o estudo destas fricativas portuguesas, vou transcrever as descrições que alguns autores

fizeram delas, embora seja licito supor-se que essas descrições não traduzem fielmente a pronúncia normal do tempo.

«O .s. singelo diz quítiliano e letra mimosa e qñdo a pronúnciamos aleuātamos a pōta da lingua pera o çeo da boca e o espirito assonia pellas ilhargas da lingua.

O .ss. dobrado pronúnciasse como o outro pregãdo mais a lingua no çeo da boca.

A pronúnciação do .z. zine antre os dentes çerrados com a lingua chegada a elles: e os beyços apartados hũ do outro: e e nossa propria esta letra»¹.

Esta descrição parece condizer com a do *s* lateral (cf. § 106).

«A letra *C* humas vezes sōa na pronunciação como *C*, v. g. *Ce*, *Ci*; e outras sōa como *Q*, v. g. *Ca*, *Co*. Quando sōa como *C*, pronuncia-se com a extremidade anterior da lingua, tocando nos dentes quasi fechados, em quanto sahe o seu som, que he brando, e suave; como se percebe nestas palavras *Cea*, *Cear*, *Cinto*, *Cinza*, etc. Quando sōa como *Q*, pronuncia-se applicando o meio da lingua quasi junto ao paladar com os beiços abertos; v. g. *Cabello*, *Coco*, etc.

Ja dissemos que o *C* como *C* se pronuncia com a extremidade anterior da lingua, tocando nos dentes quasi fechados, em quanto sahe o seu som, que he suavemente brando. O *S* pronuncia-se com a ponta da lingua moderadamente applicada ao paladar, junto aos dentes de cima com os beiços abertos, em quanto sahe hum som quasi assobiando do meio da bocca, como se percebe nestas palavras *Sancto*, *Sá*, *Sé*, etc. Pois se esta he a rigorosa, e propria pronunciaçã do *S*, como se equivoca com a do *C*, que he taõ diversa? Se os sons saõ diversos, como pôde ser consonancia a mesma? Demos a cada humas destas letras a diversidade da sua pronunciaçã, e logo se perceberá a diversidade de *Sá*, ou *Ça*, *Sé*, ou *Ce*, *Si*, ou *Ci*, *So* ou *Ço*, *Su*, ou *Çu*. Pronuncie-se *Çapato*, e *Sapato*; *Massa*, e *Massa* (sic); e diga quem não he surdo a differença que percebe entre hum, e outro som»².

Esta descrição, se não condiz com a do *s* lateral, deve condizer com a do reverso (cf. § 106). É de notar que o A. era trasmontano, como observa Leite de Vasconcelos³, o que explica não só a maneira

¹ Fernão de Oliveira, *Gramatica da linguagem portuguesa*, p. 35 da 3.ª ed. (1933). A 1.ª ed. é de 1536.

² João de Moraes Madureyra Feyjó, *Orthographia ou arte de escrever e pronunciar com acerto a lingua portuguesa*, §§ 76 e 79, da ed. de 1789.

³ *Lições de Filologia Portuguesa*, p. 225 (2.ª ed.).

de pronunciar o *s*, como a preocupação em distinguir a pronúncia do *s* da do *c*, mormente nestes passos:

«A duvida que aqui achão todos, e difficultosa, he assignar regra certa para sabermos quando, e que palavras se haõ de escrever com *C*, ou com *S*; porque dizem elles, que o *C* como *C*, e o *S* se equivocaõ no som da pronunciação, e fica a dúvida se havemos de escrever *Çapato* v. g. ou *Sapato*»¹.

«Ja dissemos na letra *C*, que a letra *S* se pronunciava com a ponta da lingua applicada moderadamente ao paladar, junto aos dentes de cima, de maneira que sahe hum som como assobiando, ou como sibilo; e por isso os antigos a figuravaõ como serpente enroscada. Se os nossos orthografos bem advertiraõ neste sibilo, ou assobio do *S* no som da sua pronunciação, nunca diriaõ que o *S* tinha som de *C*, e que se equivoca com elle; porque pouco sabe da pronunciação portugueza, quem não percebe como sôaõ diversamente *Sa*, *se*, *si*, *so*, *su*, de *Ça*, *ce*, *ci*, *ço*, *cu*»².

«P. Quando o *C* se ajunta com as Vogaes *e*, *i* como se pronuncia?

R. Fazendo *ce*, *ci* pronuncia-se com suavidade applicando brandamente a extremidade anterior da lingua aos dentes superiores»³.

«P. Como se pronuncia o *S*?

R. *S* pronuncia-se applicando moderadamente a ponta da lingua ao paladar junto aos dentes superiores, e impelindo o ar, como quem assobia»⁴.

«P. Quando vale o *C* por *S*?

R. Todas as vezes, que se pronuncia com as Vogaes *a*, *o*, *u*, e leva por baixo huma risquinha, ou cedilho, como: *Çafra*, *Pedaço*, *Çumo*, etc.»⁵.

Esta descrição também não condiz com a de hoje: se não condiz com a do *s* lateral, deve condizer com a do reverso. (Cf. § 106). Ela mostra-nos ainda que, ao menos para o autor, a confusão do *s* e do *c* era já definitiva.

108. FRICATIVAS PALATO-DENTAIS: *x*, *j* (cf. § 90).—Pronunciavam-se do seguinte modo: as mandíbulas mal se abrem, podendo-se

¹ Madureyra Feyjó, *ob. cit.*, § 78.

² *Idem*, *ibidem*, § 192.

³ João Pinheiro Freire da Cunha, *Breve tratado da orthographia*, p. 50 da ed. de 1788.

⁴ *Idem*, *ibidem*, p. 53.

⁵ *Idem*, *ibidem*, p. 62.

mesmo proferir êsses fonemas com elas cerradas; os lábios entreabrem-se para dar livre saída ao ar, e, por antecipação, tomam a posição preparatória para a produção do fonema que se lhes segue no corpo da palavra; o pre-dorso da língua adapta-se à região pre-palatal, deixando um canal na linha média, de modo que o ar saia, digamos assim, semi-livrementemente e produza um timbre de quasi sibilo; o ápice da língua recua um pouco de modo que a corrente de ar expirado passe entre duas partes rijas, ósseas, que são os incisivos superiores e inferiores; apesar desta posição especial que o ápice da língua toma, a língua no seu conjunto toma, por antecipação, a posição preparatória para a produção do fonema que se lhes segue no corpo da palavra; o véu palatino adapta-se às paredes da faringe para impedir a saída do ar pelas fossas nasais; durante a expiração, as cordas vocais vibram para o *j*, mas não para o *x*.

Os tratadistas costumam chamar a estes fonemas *palatais*. Com isto fica-se com uma idea errada da génese e da natureza dêstes fonemas.

Oiçamos Roudet sôbre êste assunto: «Ces fricatives appelées souvent, d'un terme assez vague, *palatales*, peuvent s'articuler de plusieurs façons très différentes; c'est pourquoi on remarque beaucoup de diversité dans les descriptions qu'en donnent les phonéticiens. La fricative *s*, *z* se produit toutes les fois que la langue s'écarte reculée de manière à laisser un espace libre derrière les deux rangés de dents, un courant d'air suffisamment intense peut passer librement entre les dents supérieures et les dents inférieures. Il est assez indifférent d'ailleurs que la pointe de la langue soit dirigée vers le bas ou vers le haut. La condition essentielle de cette consonne est l'existence d'une chambre de résonance située immédiatement derrière les dents. Il s'en suit qu'il peut exister un grand nombre de variétés de cette fricative.

En français, la pointe de la langue est redressée vers le palais et retirée un peu en arrière, la surface se creuse, les deux côtés sont pressés contre les molaires et leurs alvéoles, les lèvres sont très franchement projetées en avant. Il se forme donc trois chambres de résonance, la première derrière les dents, la seconde entre la langue et le palais, la troisième entre les dents et les lèvres. C'est la première qui a la plus d'importance. C'est bien à tort que plusieurs phonéticiens (Sievers, Beyer) ont affirmé que *s* français se prononce avec la pointe de la langue abaissée»¹.

¹ *Éléments*, p. 130.

Confrontemos esta descrição com estoutra de Grammont: «Les *chuintantes* ont leur point d'articulation sur le palais dur entre les alvéoles des incisives supérieures et le sommet de la voûte palatine. Elles sont caractérisées par la formation d'une cavité servant de chambre de résonnance entre la partie antérieure de la langue et les deux rangées de dents. La pointe de la langue peut être dirigée vers le bas, comme dans l'Allemagne du Sud, mais le plus ordinairement elle l'est vers le haut (allemand du Nord, anglais, français, etc.).

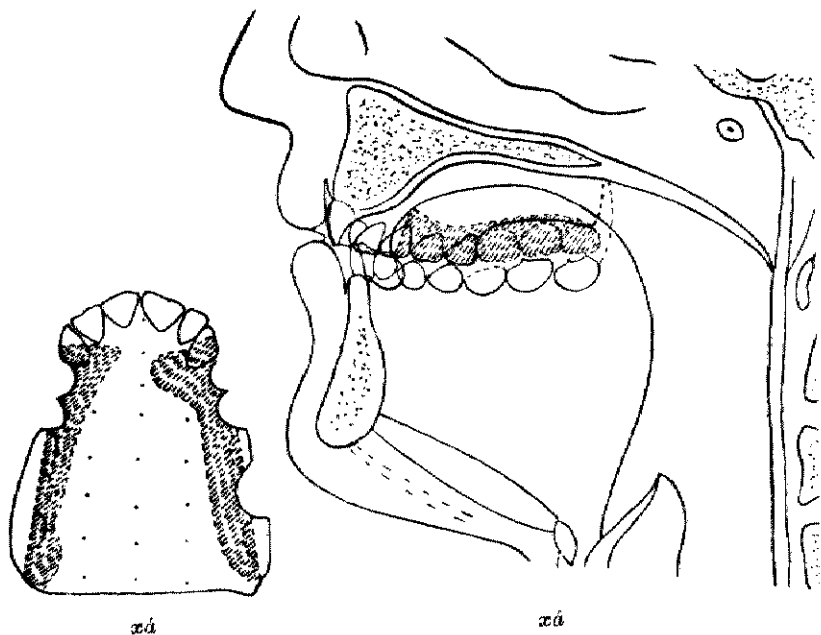
«En français la pointe de la langue, rapprochée de la partie antérieure du palais en arrière des alvéoles, laisse une cavité considérable entre le dessous de la langue et les dents; en même temps la langue se masse en arrière et son dos s'abaisse laissant un espace libre au-dessous du sommet de la voûte palatine; enfin les lèvres se projettent nettement en avant formant une troisième cavité entre les dents incisives et l'orifice plus ou moins arrondi formé par les lèvres. Avant d'arriver au dehors le souffle traverse donc successivement trois chambres de résonnance, dont la réunion est nécessaire pour lui donner son timbre parfait, que rappelle la dénomination onomatopéique de *chuintante*. Les dents incisives sont très rapprochées les unes des autres, mais généralement ne se touche pas. On notera que le souffle suit en ligne droite la ligne médiane de la bouche et que les côtés de la langue forment un barrage contre les molaires pour l'empêcher de s'échapper latéralement; que les chuintantes françaises sont des phonèmes brefs, violents et uniformes; que le jeu des lèvres ajoute aux caractères essentiels de ces phonèmes un élément labial qui n'est pas négligeable»¹.

Como se vê, nenhum destes tratadistas se refere à particularidade por mim apontada de contribuir para a caracterização do timbre deste fonema a circunstância de passar o ar expirado *entre duas partes rijas*, que são os incisivos superiores e inferiores.

Experiências, que fiz com um indivíduo desprovido de todos os dentes, mostraram-me que é possível proferir o *x* e o *j* sem o concurso dos incisivos, mas neste caso o timbre apresenta alguma diferença, semelhante à que tem o *f* bilabial do *f* lábio-dental (cf. § 104). Não me foi dado ainda fazer uma comparação rigorosa que me permita chegar a uma conclusão definitiva, mas creio que o *x* pronunciado por uma pessoa desprovida de dentes, ou pelo menos dos

¹ *Traité*, pp. 69-70.

incisivos, é semelhante ao *ch* alemão de *ich*. O pre-dorso da língua desempenha as funções dos incisivos inferiores, e o pre-palato as dos superiores.



109. VIBRANTES SIMPLES: *r*, *r* (cf. § 92).—Pronunciam-se do seguinte modo: as mandíbulas tomam, por antecipação, a abertura preparatória para a produção do fonema que se lhes segue no corpo da palavra; os lábios entreabrem-se e, por antecipação, tomam a posição para a produção do fonema que se lhes segue no corpo da palavra; o ápice da língua, num rápido movimento, sai da posição de repouso ou da adequada à produção do fonema anterior, e toca uma vez, mais ou menos completamente, a região incisival ou a alveolar superiores, para produzir um estalido, que caracteriza o timbre deste fonema; os bordos laterais da língua tocam ligeiramente a região alveolar dos molares superiores, não provavelmente com um fim fonético, mas em consequência do esforço muscular que exige o movimento brusco do ápice, aliado à pequena abertura mandibular; a língua no seu conjunto toma, por antecipação, a posição preparatória para a produção do fonema que se lhes segue no corpo da palavra; o véu palatino adapta-se às paredes da faringe para impedir a saída do ar pelas fossas nasais; durante a expiração, as cordas vocais vibram para o *r*, mas não para o *r*.

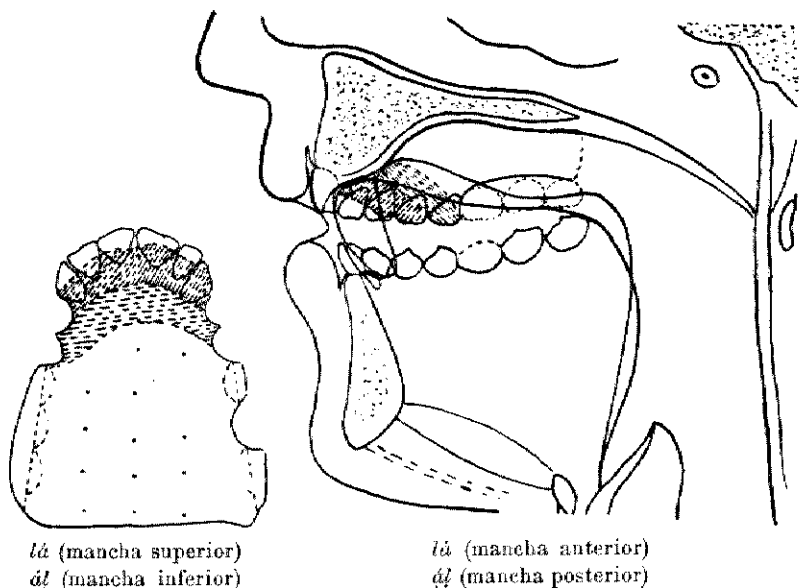
110. VIBRANTE MÚLTIPLA APICAL: $\bar{r}$ (cf. § 92).—Pronuncia-se na generalidade do mesmo modo que o r apical simples (cf. § 109). A diferença está em que o ápice da língua repete duas ou mais vezes sucessivas o seu movimento vibratório, conforme a ênfase com que se fala.

111. VIBRANTE MÚLTIPLA VELAR: $\bar{x}$ (cf. § 92).—Pronuncia-se na generalidade do mesmo modo que o x múltiplo uvular (cf. § 112). A diferença está em que, em vez de ser a úvula a vibrar, é o véu palatino que vibra.

112. VIBRANTE MÚLTIPLA UVULAR: $\bar{x}$ (cf. § 91).—Pronuncia-se do seguinte modo: as mandíbulas tomam, por antecipação, a abertura preparatória para a produção do fonema que se lhe segue no corpo da palavra; os lábios entreabrem-se e, por antecipação, tomam a posição preparatória para a produção do fonema que se lhe segue no corpo da palavra; o pos-dorso da língua eleva-se o bastante para que a úvula o toque no seu movimento vibratório; a língua no seu conjunto toma, por antecipação, a posição preparatória para a produção do fonema que se lhe segue no corpo da palavra; a úvula distende-se e entra em vibração contra o pos-dorso da língua e o véu palatino, repetindo duas ou mais vezes sucessivas êsse movimento vibratório; o véu palatino adapta-se às paredes da faringe para impedir a saída do ar pelas fossas nasais; durante a expiração as cordas vocais vibram.

113. LATERAL ÁPICO-DENTAL: l (cf. § 93).—Pronuncia-se do seguinte modo: as mandíbulas tomam, por antecipação, a abertura preparatória para a produção do fonema que se lhe segue no corpo da palavra; os lábios entreabrem-se e, por antecipação, tomam a posição preparatória para a produção do fonema que se lhe segue no corpo da palavra; o ápice da língua adapta-se aos incisivos superiores ou à região alveolar dêstes, para impedir a saída do ar segundo a linha média do canal bucal (como no s lateral. Cf. § 106); os bordos laterais da língua abaixam-se para permitirem a saída do ar por ambos os lados ou só por um; independentemente destas posições que o ápice e os bordos laterais da língua tomam, a língua no seu conjunto toma, por antecipação, a posição preparatória para a produção do fonema que se lhe segue no corpo da palavra; o véu palatino adapta-se às paredes da faringe para impedir a saída do ar pelas fossas nasais; durante a expiração as cordas vocais vibram.

114. LATERAIS ÁPICO-ALVEOLARES: *l̥, l* (cf. § 93).—Pronunciam-se na generalidade do mesmo modo que o *l* ápico-dental (cf. § 113). A diferença está em que neste o ápice da língua recua um pouco mais, e o pos-dorso eleva-se um tanto, o que determinou que se chamasse *velar* a este *l*.



115. LATERAL DORSO-PALATAL ORAL: *l̥* (cf. § 93).—Pronuncia-se do seguinte modo: as mandíbulas tomam, por antecipação, a abertura preparatória para a produção do fonema que se lhe segue no corpo da palavra; os lábios entreabrem-se e, por antecipação, tomam a posição preparatória para a produção do fonema que se lhe segue no corpo da palavra; o ápice da língua apoia-se nos incisivos inferiores; o pre-dorso da língua adapta-se à região pre-palatal, para impedir a saída do ar segundo a linha média do canal bucal; os bordos laterais da língua abaixam-se para permitirem a saída do ar por ambos os lados ou só por um; independentemente destas posições que o ápice e os bordos laterais da língua tomam, a língua no seu conjunto toma, por antecipação, a posição preparatória para a produção do fonema que se lhe segue no corpo da palavra; o véu palatino adapta-se às paredes da faringe para impedir a saída do ar pelas fossas nasais; durante a expiração as cordas vocais vibram.

(*Continua*).

R. DE SÁ NOGUEIRA.

Miscelânea

Nomes de sítios

Na introdução a um estudo dos elementos germânicos que existem na toponímia portuguesa, o qual principiou a publicar-se neste *Boletim*, t. II, fasc. 2.º, e que deixa antever que terá grande desenvolvimento, diz o seu ilustre autor, o Sr. Dr. Joseph M. Piel, o seguinte: que prestaria inestimável serviço à Filologia portuguesa o Ministro das Finanças que mandasse recolher das matrizes prediais de todos os concelhos listas alfabéticas dos nomes de lugar que ali estivessem inscritos, já que ninguém, excepto o Governo, poderia empreender tal trabalho. A par de *nomes de lugar*, o A. emprega a expressão *nomes de termo*, com a qual quer significar *nomes de sítio* ou *de sítios*. Ainda acrescenta que, havendo estado em Bragança, foi à repartição de Finanças onde colheu uns tantos nomes de aspecto germânico, que reproduz em nota.

Sem querer, de modo algum, diminuir o valor da lembrança do Sr. Piel, e pelo contrário aplaudindo-o, devo ponderar que há longos anos, no tempo ainda da monarquia, me ocorreu a idea de pedir ao antigo Ministério da Fazenda que obtivesse das respectivas repartições concelhias listas como as de que fala o Sr. Piel: só eu não pensava em alfabetamento, que depois se faria em Lisboa, pensava em listas simples, postas em tiras, escritas de um lado do papel, com letra clara, e com espaço entre cada uma, para se formarem verbetes. Estive para isso sempre à espera que sobraçasse a pasta da Fazenda pessoa das minhas relações pessoais, para lhe falar no caso, e assim conseguir mais facilmente o *desideratum*.

Ou porque essa pessoa não chegou a aparecer, ou porque eu não podia com facilidade distrair-me dos meus trabalhos oficiais e dos literários, ou porque, cansado, como andava, de subir constantemente a escadaria do Ministério das Obras Públicas em serviço do Museu Etnológico que dêle dependeu, me aborreceria subir paralelamente as do Ministério das Finanças inúmeras vezes, o que por força vinha a acontecer: é certo, que descurei o assunto, não obstante nunca de todo desistir dêle, e julguei mais prático tomar sobre os meus ombros —em parte diminuta, já se vê— o encargo que eu queria pedir na totalidade ao Estado.

Comecei, pois, quando a ocasião se me proporcionava, a visitar as repartições de Fazenda e de Finanças das vilas aonde eu ia, e a copiar das matrizes prediais aqueles nomes que eu via que me serviriam para estudos toponomásticos: e coligi assim boa porção de nomes, a que juntei outros, collidos de variadas fontes, tais como jornais de provincia (avisos de arrematações judiciárias, etc.), e a que tencionava juntar, como juntarei, extractos de anúncios do *Diário do Governo* (foros, etc.), riquíssimo neste ponto.

A afirmação, que fiz, de tencionar dirigir-me ao Ministério da Fazenda ou das Finanças, não a posso provar presentemente senão com a minha própria palavra, pois parece-me que não me referi a isto na imprensa (pelo menos, não me recordo). Ora, quanto a buscas de nomes de sítios em matrizes prediais de repartições de Fazenda ou de Finanças, aludi a elas em algumas publicações minhas, por exemplo:

- na *Revista Lusitana*, I, 47, correspondente a 1887-1889 (= *Opusculos*, III, 315): importância geral das matrizes, a que acrescentei os anúncios do *Diário do Governo*;
- ibidem*, VIII, 67 (= *Opusculos*, III, 451-454): buscas nas matrizes dos Arcos de Valdevez, em 1902;
- ibidem*, XIII, 137 (= *Opusculos*, III, 454-455): buscas nas matrizes de Vila do Conde, em 1910, ou antes;
- no *Archeologo Português*, XXII, 3 e 31 (= *De terra em terra*, I, 67 e 92): buscas nas matrizes de Chaves, em 1915;
- ibidem*, 33-34 (= *De terra em terra*, I, 94): buscas nas matrizes de Valpaços, na mesma data, do que apresentei exemplos;
- ibidem*, 38 (= *De terra em terra*, I, 97): buscas nas matrizes de Bragança, na mesma data;
- ibidem*, 330 (= *De terra em terra*, I, 189): buscas nas matrizes de Pinhel em 1916.
- nos *Opusculos*, III, 467: buscas nas matrizes de Ponta Delgada em 1924.

Além disso tenho falado com funcionários de repartições de Finanças, a quem devo listas de nomes, por exemplo, de Monchique (o Sr. Guerreiro Gascón), de Odemira (o mesmo), de Sabrosa (o Sr. Tomás Leite), de Vinhais (o Sr. Miguel Rodrigues).

Tôdas as minhas listas, que, apesar da quantidade de nomes que reûni, são imperfeitíssimas (não o nego) — porque não pude explorar

devidamente e por inteiro as fontes que enumerei — espero publicá-las com o plano que vai indicar-se: e se não as publiquei ainda, dependeu isso de duas razões principais: faltar-me tempo, e estar em dúvida se havia de anotar ou não os nomes, visto que tenho também em mente dar a lume, em ocasião oportuna, um tratado de *Toponímia Portuguesa*, já por vezes anunciado.

O plano da publicação dos materiais toponímicos de que me aqui ocupo é o seguinte:

Colectâneo de nomes portugueses de sítios

Províncias: Norte, Centro (Beira), e Sul.

Em cada província os distritos alfabetados.

Em cada distrito os concelhos

Em cada concelho as freguesias

Em cada freguesia os nomes de sítios

} tudo também alfabetado de per si.

Eis a lista dos concelhos de que ao presente possuo maior ou menor número de apontamentos (os quais, até o momento da publicação, de certo serão aumentados): Alandroal, Albergaria-a-Velha, Albufeira, Alcácer do Sal, Alcanena, Alcoutim, Alenquer, Algarve, Almeida, Amarante, Arcos de Valdevez, Arronches, Aveiro, Avis, Baião, Barcelos, Bouças, Bragança, Cadaval, Campo Maior, Cascais, Castelo Branco, Castelo de Vide, Colorico da Beira, Chaves, Cinfães, Coimbra, Faial, Famalicão, Feira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Guarda, Guimarães, Lamego, Leiria, Lousã, Macedo de Cavaleiros, Maia, Meda, Melgaço, Mesão Frio, Miranda do Corvo, Miranda do Douro, Mirandela, Monção, Monchique, Mondim da Beira, Montalegre, Odemira, Oliveira de Azeméis, Paredes, Penafiel, Penaguião, Penamacor, Pesqueira, Pinhel, Ponta Delgada, Ponte de Sôr, Portalegre, Sabrosa, Sabugal, Santarém, Seia, Sinfães (vid. *Cinfães*), Sintra, Taboão, Tarouca, Torres Vedras, Trancoso, Valongo, Valpaços, Viana do Castelo, Vila do Bispo, Vila do Conde, Vila Franca do Campo, Vila Pouca de Aguiar, Vimioso, Vinhais.

De alguns concelhos, por exemplo, Almeida, Aveiro (ria), Bragança, Chaves, Ponta Delgada, possuo listas mais abundantes do que de outros, e aqui e além curiosas, por causa das anotações lexicográficas que provisoriamente lhes apus.

J. LEITE DE VASCONCELLOS.

Livros e Revistas

Manuel da Silva Gaio, *Bucolismo*. I. *Bernardim Ribeiro*; II. *Cristóvão Falcão*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932 e 1933, 192 e 173 páginas.

A leitura do último dos dois volumes que o Dr. Manuel da Silva Gaio consagrou ao *Bucolismo*, feita no intuito de escrever para este *Boletim* esta rápida nota que a sua estima há tanto esperava, foi-me interrompida pela leitura da inesperada notícia da sua morte! .

O leitor compreenderá que eu junte aos motivos por que todos lamentam a perda do poeta, do crítico e do homem de bem que foi Silva Gaio, o motivo pessoal de ter deixado partir para a grande sombra, sem lhe haver renovado, no cumprimento duma velha promessa, a certeza do muito aprêço em que tinha o seu talento, o seu carácter e o seu coração.

Que estas palavras do amigo, mais do que a nota do crítico, sejam a minha homenagem ao espírito gentilíssimo que a morte roubou à nossa convivência — e à nossa colaboração.



Os dois volumes do *Bucolismo* — *Bernardim Ribeiro* e *Cristóvão Falcão* — são o desenvolvimento dos capítulos escritos para a *História da Literatura Portuguesa*, do Sr. Forjaz de Sampaio.

Silva Gaio alia, nestes volumes, à mais meticulosa paciência na inventariação, ordenação e crítica dos documentos e de quanto se tem escrito sobre os dois quinhentistas, a sua impressionabilidade estética de poeta. Escreveu, por isso, dois livros úteis, pelo resumo e metódica disposição das investigações que sobre o assunto têm sido feitas e ainda pelo interesse que, para além do anedótico da biografia, lhe mereceu a própria obra dos autores estudados, cujos valores estéticos o seu bom gosto sabe pôr em vivo relêvo.

Não são, porém, sem defeitos. Que a sua memória me releve notar-lhos, tanto mais que são comuns às obras congêneres, todo o erro do escritor consistindo em aderir a erros que vêm de toda a parte — e de muito alto.

É justo dizer que não trouxe o autor dados novos para a solução dos problemas d'este capítulo da *História da Literatura Portuguesa*.

Não lhe faltam independência, lucidez e sagacidade críticas — e é com prazer que se segue o inteligente confronto que faz entre a obra de Bernardim e a ecloga *Crisfal*, como com simpatia se lêem as correções que a si próprio fez, depois da leitura do *Poeta do Neiva*, do Sr. Sousa Machado. Todavia, não podemos deixar de notar as deficiências — ou excessos — a que o poeta sujeitou o crítico. Dir-se-ia que aquele não levou êste a percorrer documentos, páginas de historiadores da literatura, versos dos dois poetas, senão para satisfazer o ansioso desejo de se comover na convivência com os seus irmãos do passado...

De aí, as minuciosas questões por que se interessou — e a maneira fácil, excessivamente pressurosa, como as considerou solucionadas.

Por exemplo:

«Não nos informaram claramente D. Carolina Michaëlis e Teófilo Braga sobre se Bernardim Ribeiro e Sá de Miranda teriam partido juntos ou se se teriam encontrado já na Itália...

É também ponto ignorado se Bernardim Ribeiro acompanhou Sá de Miranda a todas as cidades da Itália e da Sicília...

Sómente dei com esta referência em D. Carolina Michaëlis: que não seria impossível que B. R. se houvesse entusiasmado em Roma ou Florença não só pelo espírito do Renascimento, mas também pelo *dolce stil nuovo*...

Procurar informações sobre tal assunto em qualquer coisa que não sejam os documentos coevos ou a própria obra dos autores estudados, só pode denunciar o *poeta* que colabora com o *crítico* e indiscretamente, insistentemente, de qualquer maneira e a todo o custo, lhe exige imagens de realidade humana, resurreições do próprio viver anedótico, tudo quanto sugira a impressão da convivência por que se empenha.

É justo, todavia, notar que esta devassa biográfica está nos nossos hábitos, mesmo que a imaginação poética nos não dote. Em face do mistério que envolve os nomes mais ilustres das nossas letras, dir-se-ia que os pósteros procuram, com excessos de curiosidade quasi bisbilhoteira, compensá-los da meia indiferença com que os contemporâneos nêles fixaram a atenção, pois nem os factos de maior relêvo da sua vida se deram ao trabalho de registar.

Assim, constitui tema de lucubrações saber, por exemplo, se Bernardim estanciou por Cabeceiras de Basto, e porque teria sido para ali levado pelo seu amigo Sá de Miranda, ou seja, de que novos tormentos morais êste lhe queria distrair o espirito e curar os nervos; ou ainda saber onde e quando Bernardim compôs o romance chamado por Garrett *Cuidado e Desejo*.

E já não falo das investigações para identificar a *Quinta dos Lobos*, tentadas por Freitas e Baena, ou para identificar as personagens da *Menina e Moça*, tomada por Teófilo Braga como uma mascarada de embaçados senhores dos que figuram nas genealogias, a que era preciso, custasse o que custasse, tirar as máscaras...

O que vale é que, quando a curiosidade é assim, também a satisfação é fácil. E se a solução não ocorre, o próprio prazer de sobre o caso discorrer já explica, por exemplo, as páginas que Silva Gaio consagra, no seu *Bernardim Ribeiro*, ao problema de *situar* o romance a que aludi.

Há um trabalho a fazer, que eu nem sequer esboçarei por falta de tempo: é o de estabelecer o grau de credibilidade dos documentos publicados pelo Visconde de Sanches de Baena—a genealogia dos Ribeiros e Zagalos e, sobretudo, aquele que o professor António Maria de Freitas encontrou no arquivo da falecida baronesa de Erick—o instrumento judicial de 1642. Com razão, julgo eu, o sábio Prof. Teixeira Régio duvidava da sua autenticidade. Êle é, na verdade, tão insólitamente rico de pormenores biográficos, que mais parece disposto para a solução dos problemas literários levantados no nosso tempo, do que para a solução do pleito do século xvii... ; Que serviço não prestaria à história literária quem pudesse mostrá-lo a um perito, que lhe averiguasse da autenticidade! ; Mas quem é o seu possuidor?

E também não será mau que se proceda à revisão das conclusões da exegese do texto mirandino e ribeiresco. As precipitadas interpretações que lhe têm alterado o sentido! Um exemplo, entre muitos: Delfim Guimarães, que tam pacien-

temente a ela procedeu, no capítulo v do seu *Bernardim Ribeiro*, epigrafado—*Bernardim afastado da Côrte, no Minho (?)*, escreve:

«Na dedicatória da écloga Basto, Sá de Miranda diz ao seu amigo Nuno Álvares Pereira:

*Ambos nos temos à banda
De Gil, que aí vos envia.
Por onde a menos gente anda,
Eu, porém, não aporrio.
Que a cada um seu gôsto manda.*

No pastor *Gil*, como já tivemos ensejo de referir, está personificado B. R., que no seu retiro do Minho ficava *entre Sá de Miranda e os senhores de Basto*, como julgamos depreender-se dos dizeres dos versos reproduzidos».

Antes de mais: é indubitável esta identificação de *Gil* com Bernardim Ribeiro? Como considerá-la tal, lembrando que na *Écloga* vi, pela primeira vez publicada por D. Carolina Michaëlis, e que é uma réplica da citada por Delfim Guimarães, se esta o não é daquela, o pastor *Gil* fala do seu *bom Ribeiro amigo*? Mas o que acima de tudo importa notar é a interpretação dos versos, como significando a situação de Bernardim, no Minho, *entre Miranda e os senhores de Basto*. Na écloga, *Gil* disputa com Bieito, encarecendo aquele as vantagens do isolamento, e éste os encantos da sociabilidade. A expressão—*ambos nos temos à banda de Gil*—que ontra cousa quererá dizer, senão que ambos êsses fidalgos, alheados da côrte, são da opinião de *Gil*? Leia-se novamente a estrofe sob êste critério, e ver-se há como o sentido é claramente êste.

Não obstante serem desta força probante as razões invocadas para instalar Bernardim Ribeiro nas margens do Neiva, Manuel Gaio deixou-se ir ao sabor da tradição, até exprimir-se sobre tal hipótese com acentos de perfeita certeza:

«Bernardim Ribeiro, se não partiu com ele, (S. de M.) foi ter ao Minho talvez em companhia de seu primo João Ribeiro—*o de Paris*... Ia Bernardim Ribeiro trabalhar ali durante alguns anos. (E aqui insere-se o que o biógrafo entende que o poeta então teria escrito)... Ao voltar do Minho para Lisboa, entre 1540 e 1545...».

É notável a facilidade, comum a todos os biógrafos de Bernardim, quasi todos fundindo a imaginação de poetas com a paciência de esmiuçadores de biografias, com que a hipótese, uma vez formulada, logo solidifica em certeza, meia dúzia de linhas adiante. Os exemplos são numerosos. Nem faltam na grande mestra D. Carolina Michaëlis, que alude à convivência de Bernardim com Miranda no Minho como facto averiguado... Em Silva Gaio, poeta de tam comoveda vibratidade, não admira que a *hipótese* de terem insinuado «os do grupo do valido (D. António de Ataíde) que os dois Poetas não seriam estranhos à composição ou à idea da irreverente sátira» (a sátira anónima attribuindo impurezas judaicas ao sangue do mesmo Ataíde), lhe inspirasse palavras onde é sensível, no calor pessoal que o caso lhe desperta, a certeza incontrovertível que lhe attribui: «mas —escreve Silva Gaio— tam grande foi a indignação de Sá de Miranda, enojado com o feio enredo, que veio a aludir sarcásticamente ao *Castanheira na Écloga Alexo*:

*D'aquel gran pino a la sombra
Que a tal dicha se plantó
Que el prado e sargas cubrió
Y los vecinos asombra...»*

Ora, para se averiguar a certeza dêstes sarcasmos, completemos a estrofe:

No ha i pero mucho, no,
Vine por Ríbero ver,
Como otras vezes solia,
(Quan presto fuio el prazer!)

¿Como sentir nisto uma *alusão sarcástica*, mesmo tomando-a como referente ao Conde de Castanheira? Repare-se que D. Carolina Michaëlis põe um ponto final no fim do 4.º verso. Mas é intuitivo que uma vírgula esclareceria melhor o sentido — e é precisamente esta pontuação que ocorre na lição da mesma écloga, publicada em *Novos Estudos sobre Sá de Miranda*.

O poeta afirma, segundo esta lição, que procurou o amigo à *sombra do grande pinheiro que cobre prado e sarças e assombra os vizinhos*. E, sendo assim, ¿como sentir um sarcasmo no 2.º, 3.º e 4.º versos, mais do que uma expressão de simpatia no primeiro?¹

Não me permite a escassez do tempo que desenvolva estas notas. Elas ficarão apenas para denunciar a necessidade de uma revisão exegética que possa, na *História da literatura portuguesa*, fazer a destriça entre as *certezas* e as *hipóteses*, relegando definitivamente para o romance ou as construções biográficas feitas sobre documentos de fé duvidosa, ou aquelas que, como as de *Nostradamus* sobre as *razos* contidas nas poesias dos provençais, se têm erguido sobre os anagramas e a ficção das éclogas. Pode muito bem ser, na verdade, que *Franco de Sandoir* seja tanto Sá de Miranda, como *Célia* foi Isabel Freire... até às objecções de Delfim Guimarães.

O que desde já cumprirá fazer, é pôr os alunos de Liceus e Universidades em guarda contra uma bisbilhotice que, além de, em geral, destituída de interesse, faz perder com as sêcas ficções dos biógrafos o tempo que se devia utilizar, saboreando as ficções poéticas dos biografados, infinitamente mais interessantes.

E é o ensejo de salientar o que Silva Gaio ajuntou de meritório à parte do seu livro que ora passei rapidamente em revista: — a impressão crítica, quasi tãda de aceitar, que sobre a poesia de Bernardim, como sobre a de Falcão, nos legou a sua lúcida sensibilidade de poeta, bem superior a uma capacidade de historiador que lhe não permitiu romper contra uma tradição tam pouco sólida, que ainda há pouco não ofereceu resistência de maior à engenhosa hipótese com que o Prof. Teixeira Rêgo tentou uma biografia completamente diferente do poeta Bernardim Ribeiro — a mais original de tãdas e tam bem fundamentada, pelo menos, como qualquer delas.

HERNANT CIDADE.

¹ Só por necessidade de me circunscrever ao ponto que me interessa — a facilidade com que se converte a hipótese em certeza — é que não me refiro à objecção levantada pelo Sr. Sousa Machado, contra a interpretação dada a estes versos.

Antenor Nascentes, *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, edição do Autor, 1932, XLVIII-829 páginas.

Chegou, finalmente, a ocasião de o *Boletim de Filologia* arquivar nas suas páginas a notícia desta recente e muito louvada publicação lingüística. É tarefa gratíssima, sobre honrosa, porque o *Dicionário etimológico*, além de grandioso no tômo e no aspecto gráfico, aparece monumental no recheio, sejam quais forem as deficiências naturais que nêle descobrirmos. Em presença dêle, e por entre tôdas as restrições, uma única atitude é devida: a do respeito e gratidão pelo enorme esforço despendido, e que só quem não lida nos ásperos campos da Filologia não saberá apreciar.

Antenor Nascentes, antes da edição do *Dicionário*, era já o autor de numerosa bibliografia filológica, e sobretudo se distinguira pela elaboração dos quatro volumes, todos com reedições, de *O idioma nacional*, que, começando nos primeiros elementos do português, vai até à gramática histórica, e concilia o intuito de divulgação com o critério rigorosamente científico. O *Dicionário*, porém, veio consagrar em definitivo o filólogo brasileiro, pela vastidão do trabalho realizado e benemerência dos propósitos.

Se bem que não nos falem bons estudos etimológicos parciais, como os das *Apostilas* de G. Viana e os dos *Opúsculos* do Dr. Leite de Vasconcellos, ou muitos artigos de Revistas onde se explanem origens dos nossos vocábulos, não tínhamos até aqui Dicionário exclusivamente etimológico, em português, e elaborado com método moderno e seguro. As obras de Adolfo Coelho, Cândido de Figueiredo e de outros deram apenas a etimologia como complemento; e um ensaio especial, como o de Silva Bastos, *Dicionário etimológico, prosódico e ortográfico da língua portuguesa*, apesar de muitas vezes útil, não preenche, com a sua modéstia de proporções, as exigências duma obra desta natureza. Por outro lado, algumas tentativas mais profícuas, ou têm permanecido isoladas, ou ainda não foram levadas a termo. Estão neste número algumas valiosas contribuições do Sr. Augusto Magne (já ilustre autor das *Apostilas etimológicas*), as quais têm sido insertas na *Revista de philologia e de historia*, do Rio de Janeiro, e que muito desejaríamos ver passar a um volume, atenta a riqueza das informações e a curiosa novidade do sistema, pois a etimologia é dada a partir das formas originárias para as modernas, com a disposição dos vocábulos por famílias.

Em vista dêste estado de cousas, tudo me leva a saudar o aparecimento da obra de Nascentes, reconhecendo que ela fica bem, por todos os títulos, na companhia dos mais modernos Dicionários Etimológicos, tais como os que Clédât, Bloch e Gamillecheg escreveram para o francês.

Enriquecido por um Prefácio do grande romanista Meyer-Lübke sobre a importância da etimologia, o *Dicionário* abre por vasta Introdução, que muito o ilustra. Expõem-se aí, primeiro, as razões particulares e de interesse geral que levaram o A. à feitura da obra; entra-se depois no resumo do trabalho efectuado, seguido de comentários sobre a etimologia, a tarefa do etimologista, o valor das obras congêneres anteriores; e faz-se, a seguir, com a base num conspecto do léxico português, a separação dos grupos de elementos que o compõem, a indicação de dados estatísticos presumíveis, e a discriminação minuciosa dos elementos quanto à origem (exceptuando os latinos e os do grego antigo), o que tudo se completa com explicações finais dos processos adoptados. Temos assim ordenação conscienciosa, porque, se intimamente importa ao Dicionário Etimológico

duma língua o inventário prévio dos seus elementos, também é parte indispensável o comentário dos meios de trabalho, da orientação seguida; e é ainda elemento valorizador, se bem que não urgente, uma nota histórica sobre a ciência etimológica, suas vicissitudes e seus avanços nos tempos modernos.

No decurso da Introdução, quando algum deslize se nota, esse é principalmente o de, na «Distribuição dos elementos por origem» (pp. xxv-xxxvi), se apresentarem por vezes vocábulos cuja fonte é para o próprio A. duvidosa ou, não o sendo, carece de elucidação conveniente. Cito ao acaso, dentre muitos outros, este exemplo: o vocábulo *monge* é dado, a p. xxvii, na lista dos elementos catalães, quando a etimologia, ou melhor, a origem imediata, tem muito de discutível, e não há no artigo respectivo nenhum abono da hipótese catalã, recolhida de Meyer-Lübke. Mas este e quaisquer senões do mesmo género são perfeitamente naturais em obra de tam grande volume, causadora de tantas censuras; e devemos inclinar-nos perante a modéstia do A., que não se esconde deficiências, e antes, sobre a própria extensão das suas listas de elementos, escreveu com sinceridade: «Estes resultados não são definitivos».

Depois da Introdução há uma bibliografia, um índice de abreviaturas e uma nota de erratas. A bibliografia é valiosa e alonga assim várias citações feitas nas páginas introdutórias.

Passando ao corpo da obra, o meu gosto seria fazer uma análise minuciosa, na generalidade do material compendiado por Antenor Nascentes. Faltam-me, contudo, para isso forças e tempo, pois não se apreciam com a leitura de meses, e ainda assim inconstante e esparsa, o que foi labor de muitos anos. Tam pouco me disponho a uma série de notas avulsas sobre vocábulos de fontes diversas, porque seria recensão muito fragmentária, sem grande finalidade. Prefiro por isso circunscrever-me à matéria que mais particularmente tenho estudado no capítulo da etimologia portuguesa: os elementos gregos. Para mais, entendo que o melhor serviço que se pode prestar a um etimólogo — longe de vãos enciclopedismos lingüísticos — é cada qual dar-lhe o que possa na medida da respectiva especialização.

Quanto aos elementos gregos de introdução popular, há em geral muito boas informações. O A. tem, além disso, o cuidado de indicar as vias por que essas palavras chegaram ao português, pois, aceitando as conclusões mais recentes, reconhece que não há grande probabilidade de importações directas do grego. Tenho, contudo, algumas objecções a fazer.

Nos artigos sobre palavras que vieram através do latim, haveria talvez vantagem em se referir o primitivo carácter, culto ou popular, que elas tiveram nessa língua. Assim resultariam proveitos como estes: observar o leitor o destino de vários helenismos que venceram no latim palavras nacionais; apreciar a contribuição notável do latim da Igreja, que, partindo embora de processos cultos, permitiu a popularização e a transmissão ao português — assim como às outras línguas românicas — de copioso vocabulário grego. Bem se sabe que a minúcia nesta matéria levaria o *Dicionário* para o campo da Gramática Histórica; mas não erio que breves notas, leves indicações a esse respeito destoassem da índole da obra. Notarei ainda a omissão dum vocábulo importante: *evangelho* <lat. eccl. *euangelium* <gr. εὐαγγέλιον.

Entre os vocábulos trazidos pelo árabe, há pelo menos dois que não estão estudados convenientemente: *Almajesto* e *albricoque*. Diz o A. do primeiro: «Do

grego *megistē*, «muito grande», pelo ár. *almagistī*. O título da obra capital de Claudio Ptolemeu era *hē megatē syntaxis* e não *megistē*. Esta obra, traduzida em árabe no tempo do califa Almamun (833), no latim medieval soava *Almagestum*. Há, como se vê, redacção obscura, porque não se percebe a razão de o qualificativo *megistē* ter dado o nome árabe da célebre obra astronómica: o A. devia dizer que êle veio de comentários especiais feitos por gregos, nos quais precisamente se qualificava de «muito grande» a *Syntaxis* de Ptolemeu. Quanto a *albricoque*, conviria mais larga e documentada explanação, pois a palavra tem provocado muitos comentários, já desde Dozy e Engelmann (cf. também os meus *Elementos gregos*, pp. 25-26).

Já noutra categoria, as palavras vindas do grego medieval nem sempre têm o étimo indicado com regularidade de expressão: algumas vezes o A. diz vagamente «do grego», sem indicar a época da língua; e nem mesmo recorrendo à lista da Introdução se pode ver o seu pensamento, porque nem todos os vocábulos a que se atribui essa origem aí figuram (v. g. *furot*, *guitarra*, *tapiz*). Por outro lado, entendo que o uso muito variado das expressões *médio grego*, *grego medieval*, *grego bizantino* e *baixo grego* não devia ser feito sem explicação prévia: apesar da sinonímia, tal variedade presta-se a confundir os consulentes menos experimentados. Demais, na lista da Introdução diz-se apenas: «grego bizantino».

Também não deixarei sem reparo o estudo dos vocábulos que o A. supõe derivados do grego moderno. Afora o carácter duvidoso de certas origens, que o A. supõe verdadeiras (vid. p. ex. o vocábulo *calouro*), estranho que não se tenha frisado a feição acentuadamente erudita de alguns termos, como *arquiferecila*, *palicário*, *turcópolo*, de uso aliás raríssimo em português.

Daqui passamos aos helenismos lexicais cultos, que formam numeroso núcleo na língua portuguesa, mesmo um dos mais numerosos que a compõem.

Tratando-se de uma grande parcela vocabular que, pelas necessidades literárias e científicas, está em constante desenvolvimento, não pode por certo exigir-se a um dicionarista, e tam pouco a um dicionarista-etimólogo, um registo completo ou ao menos próximo da totalidade. Há de facto um avolumar contínuo de vocabulário dessa espécie, e importa não esquecer que as suas criações estão por vezes sujeitas aos maiores caprichos, de forma e dimensão, reclamando urgente trabalho de terapêutica, e ficando com justiça fora da citação dicionarística. Mas, se por isso mesmo não pedimos a Antenor Nascentes que nos cite essas criações teratológicas, sobretudo da medicina, que os pretenciosos às vezes querem impor; se achamos natural que êle não acolha tôdas as novidades e fantasias que às vezes, por ignorância, se pretende juntar ao património helénico; já repararemos, pelo contrário, na omissão de muitas palavras cuja citação não seria supérflua. Contando com os muitos casos em que faltam compostos de criação moderna, não obstante aparecerem palavras dêles derivadas — omissões estas que o A. não deixa entender — e contando ainda com casos de outro género, há inúmeras palavras que ficaram por indicar, entre as quais algumas que, por pertencerem à ciência glotológica, não deveriam ter escapado a um distinto lingüista. Eis umas quantas, de vária natureza: *agiológio*, *alópata* (cita *alopatia*), *antroponímia*, *diatermia* (cita *diatérmico*), *filólogo* (cita *filologia*), *hemeroteca*, *hinólogo*, *perífrase* e *perifrástico*, *proparoxítono*, *psicanálise* (ou *psico-análise*), *xenofobia*. A estas e a muitas outras palavras poderemos juntar exemplos

de algumas formas reduzidas de substantivos (completamente gregos ou híbridos) que o *Dicionário* não regista, mas que mereciam inclusão pelo extenso emprêgo moderno; exemplos: as formas *auto* por *automóvel* e *cine* por *cinema*, comparáveis a *quilo* por *quilograma*, que o A. averba (cf. também no francês *kilo* por *kilogramme*, *métro* por *métropolitain*, etc.).

A este reparo sobre as omissões acrescento uma observação acôrca da história das palavras. Note que o A. citou algumas vezes os nomes dos criadores, e até dos primeiros empregadores em Portugal: assim, a respeito de *morfema*, neologismo de Baudouin de Courtenay, feito à semelhança de *fonema* < *φωνημα*; *semantema*, neologismo de Vendryes, obtido pelo mesmo molde; *semasiologia*, criação de Reisig; *hipocorístico*, empregado a primeira vez entre nós por Adolfo Coelho (vid. Leite de Vasconcellos, *Antroponímia*, p. 454). E há nestas citações curiosidade filológica, intimamente ligada à história da língua, embora, no campo literário, importem menos os criadores das palavras do que os seus vulgarizadores, os que lhes insuflam vida. Penso, porém, que o A. deveria ir mais longe neste caminho: não lhe faltariam elementos para novas abonações, e até poderia referir algumas, embora poucas, criações portuguesas. Lembro a propósito, entre casos modernos, o vocábulo *dissemia*, criado pelo Dr. Leite de Vasconcellos em 1884, para significar a perturbação no emprêgo dos símbolos da linguagem, e que foi citado e consagrado pelo *Dictionnaire des termes techniques de médecine*, de Garnier e Delamare (s. v. «*dyssémie*»).

Ainda um outro ponto a frisar é que o A. não cuidou, como tanto importava a um Dicionário Etimológico, da referência das línguas mediadoras na transmissão de helenismos ao português. É certo que aparecem neste campo dificuldades insuperáveis, contudo muito havia por onde indicar esses veículos linguísticos e insistir em especial na influência da língua franceesa.

Mas não é tudo. Objecto de mais importantes objeções vamos tê-lo em matérias de natureza gramatical.

Seja em primeiro lugar a ortografia. Discordo, por exemplo, da escrita do vocábulo *kirie*, assim meio grega, meio portuguesa, e que contraria a nossa tradição gráfica, pela qual lhe foi já dada a grafia com *qu*: há registos de *quirie* nos Dicionários (demais o próprio Nascentes escreve *quirie-cléison*) e até João de Barros, na *Cartinha*, fez já uso da forma mais aportuguesada *quirios*. Não se querendo assim, e preferindo-se manter a côr grega do vocábulo, que então se escrevia *kýrie*, para não haver, como na forma do nosso dicionarista, uma miscelânea gráfica dispensável. Também não estou de acôrdo — para só citar alguns casos — com a grafia *megalossauro* (por *megalosauuro*), que desrespeita a pronúncia normal portuguesa e a lei gráfica da duplicação do *s* medial (cf. *octossilabo*); com a grafia *celidônia*, em vez de *quelidônia*, como pede o χ da forma grega $\chi\epsilon\lambda\acute{\iota}\delta\acute{\omega}\nu$, e a identidade do composto *quelidoxantina*, registado pelo A.; com a grafia *calidoscópio*, por *calidoscópio*, que o uso ainda não impôs, mas que será de fácil vulgarização; finalmente, com a escrita de *barómetro*, *boedrômio*, *cerimônia*, *criptônimo*, *fenômeno*, *gênese*, *proêmio* e muitas outras palavras, nas quais o acento circunflexo, se representa por vezes a pronúncia brasileira de vogal fechada antes de nasal, não reproduz todavia a pronúncia normal portuguesa.

Sobre a acentuação em especial, reparo ainda que o A. omite muitas indicações necessárias sobre o lugar do acento. E penso a propósito que, embora não se possa fazer nesta matéria uma rectificação geral, nem tam pouco impô-la, pois são muitas em português as acentuações errôneas de helenismos cultos, e é difícil

contrariar o uso comum, por vezes muito radicado, contudo o dicionarista-etimólogo poderá olhar à maioria dos erros, frisando qual deveria ser a ortoépia de acôrdo com a prosódia etimológica. Assim contribuirá até para alguns resultados proveitosos, desde que o seu esforço não fique isolado, e o acompanhem gramáticos e puristas. Por tudo isto me atrevo a notar alguns vocábulos, que o A. regista com a acentuação usual, sem indicar a correcta: *autocrata*, *democrata*, *erisipela*, *miópe*, *nefelibata*, *omoplata*, *pentágono*, *peripécia*, cujo lugar do acento se regula, através das reais ou supostas formas intermédias latinas, pela quantidade da penúltima sílaba nas formas etimológicas, respectivamente *αὐτοκρατής*, *δημος*- e *-κρατής* (à semelhança do anterior), *ἐρισίπελος*, *μυωπὸς-μύωπος* (cf. lat. acus. *myōpem*), *νεφέλη* e *-βας*, *ὀμοπλάτη*, *πεντάγωνος*, *περιπέτεια*. Também não satisfaz que o A. nos dê por vezes a forma já apurada, como faz s. vv. *encyclopedia* e *ortopedia*, de *ἐγκυκλοπαιδεία* e *ὀρθοπέτεια*, sem aludir, por condenação, ao vulgar acento incorrecto.

Depois da grafia e da acentuação, atendemos às formas das palavras, mormente às terminações, e vemos que o Dicionário não cumpriu completamente neste ponto a sua missão, embora alguns subsídios muito valiosos tenha trazido. Dão-se aqui e além opiniões próprias, eitam-se ainda juízos autorizados (vid. s. v. *parasita* e outras palavras), porém escaparam muitos comentários sôbre formas defeituosas, que são frequentíssimas na língua, e nalgumas das quais se poderá fazer trabalho de correcção. Ora, se não houvesse estas faltas, ficaria mais nítida, no espírito dos leitores, a certeza de que para essas imperfeições lingüísticas principalmente têm concorrido duas razões: a aceitação impensada e arbitrária dos modelos franceses e a inadvertência lamentável de certos gramáticos. Alguns exemplos de tais omissões: o A. aceita sem explicação uma forma como *psiquiatra*, em vez de *psiquiatro*, de *ψυχῆ* e *ιατρός* (conquanto escreva *hipiatro*, de *ἵππις-τρος*), o que não convém, porque há aí cópia escusada da língua francesa; regista sem comentário da terminação as formas *cefalópodo*, *gasterópodo* (só diz ser melhor *gastropodo*), *pseudópodo*, as quais derivam por certo de concordância indevida com algum gramático moderno (vid. a discussão destas grafias em R. Galvão, *Dicionário*, s. v. *cephalopode*, e C. de Figueiredo *Problemas de linguagem*, I, 60-61). E digo indevida, porque, sabendo-se que aqueles compostos têm no segundo elemento a palavra grega *πῶς* -*ποδς*, e considerando-se por exemplo o modelo grego *τρίπους* -*τρίποδς*, donde veio o lat. *tripus* -*tripodis*, e dêste, pelo acusativo, o port. *trípode*, só convirá dizer e escrever *cefalópode*, *gastropode*, *pseudópode*.

Não quero terminar sem dizer que o leitor muito lucraria, se, no decurso dos artigos sôbre helenismos cultos, houvesse indicações bibliográficas mais frequentes. Tantos são os problemas gramaticais sugeridos por essa matéria, que há todo o interesse em encontrar, num Dicionário Etimológico, o maior número de fontes de informação. E confessarei a propósito que uma lista bibliográfica da Introdução, na secção dos «Elementos gregos», também me não parece suficientemente ampla, pois, mencionando o A. trabalhos portugueses da especialidade, e juntamente com eles alguns dos congêneres estrangeiros (Carré, *Mots dérivés du latin et du grec*; Moreau, *Racines grecques*), poderia ir mais longe na menção dêstes últimos (que às vezes até nos dão comentários aplicáveis à nossa língua) e citar por exemplo: para o italiano—Zanbaldi, *Le parole greche del uso italiano*, e M. A. Canini, *Dizionario etimologico dei vocaboli italiani d'origine ellenica*; para o espanhol—F. López, *Etimologías griegas* e até o ensaio *Dos elementos gregos que se encontram no espanhol*, escrito pelo próprio Nascen-tes; para o alemão—Adolf Hemme, *Was muss der Gebildete von Griechischen*

wissen. Além disso, dado que a interpretação dos helenismos cultos modernos, dos critérios particulares que têm servido à sua formação, não se alcança muitas vezes com propriedade senão nos Dicionários especiais das várias sciências, ainda não seria descabida uma citação destes livros. Há já muitos trabalhos desta natureza, se bem que alguns sejam posteriores ao *Dicionário*, como a *Terminologie linguistique* de Marouzeau, ou o *Vocabulaire technique et critique de la philosophie* de André Lalande.

Aqui deixo o que sei dizer, numa rápida resenha, do *Dicionário Etimológico* de Antenor Nascentes, livro digno do carinho e admiração de todos os portugueses. Merecia decerto mais larga referência, juízos mais seguros e acertados. Sirva entretanto tudo o que disse elogioso, e o pouco que escrevi de objecção respeitosa, para mostrar quanta atenção eu dei à obra monumental e quanta sinceridade ponho neste voto: que o *Dicionário Etimológico*, longe de ficar na «primeira e única edição» — conforme a nota do frontispício — venha a ter, ainda que a expensas oficiais, novas e muito melhoradas edições, para lustre do autor e glória da Filologia luso-brasileira.

F. REBELLO GONÇALVES.

Emerita (Boletín de lingüística y filología clásica), tomo I, semestres 1.º-2.º Edição do Centro de Estudios Históricos, Madrid, 1933.

Tem direito à nossa maior simpatia e aplauso a iniciativa da publicação deste Boletim. A decadência a que chegaram em Espanha, por motivos muito diversos, os estudos gregos e latinos, justifica bem a edição duma revista em que se discutam os modernos problemas das línguas e literaturas antigas, se assinala quanto neste vasto campo se ensina e escreve pelo mundo, e, por meios directos ou indirectos, se estimule a melhoria dos estudos clássicos assim na Escola Secundária como na Universidade.

Em Portugal, apesar de todas as deficiências naturais, e bem explicadas pelo nosso isolamento e condições de vida, tem sido um pouco melhor a sorte do grego e do latim. Ambas as línguas mantêm posição regular no quadro dos estudos superiores, e o latim, mau grado frequentes vicissitudes, ocupa nos Liceus lugar que ainda não encontrou nos Institutos espanhóis. Seja porém como fôr, impõe-se ainda muito trabalho novo, e o exemplo agora vindo de Espanha, com a publicação de *Emerita*, também a nós poderá servir.

Entre os principais colaboradores deste primeiro tomo, prefaciado pelo douto romanista Menéndez Pidal, contam-se os Srs.: J. Manuel Pabón, professor da Universidade de Salamanca¹; V. Garcia de Diego e C. Hernando Balmori, professores de ensino secundário, o primeiro muito conhecido pelas suas obras romanísticas; e Giuliano Bonfante, professor de Universidade de Nápoles. Deram

¹ Já depois de composta esta nota, chegou-nos a *Revue des études latines*, vol. XII, fasc. 1.º, onde este mesmo professor insere um artigo sobre a história dos estudos latinos em Espanha, bem digno de ler-se pelas alusões aos recentes projectos do «Centro de Estudios Históricos».

todos colaboração linguística ao Boletim — artigos morfológicos, sintácticos e etimológicos —, o que afasta, desta vez, aquela variedade e amenidade sempre de desejar numa revista onde a língua não exclui a literatura. Mas, mesmo assim, a boa qualidade compensa essa falta, e há muito para aproveitar nos estudos agora insertos. Saliento, em especial, o artigo do Sr. Balmori, «Observaciones para el estudio de los verbos deponentes», ainda a continuar, e que manifesta seguro conhecimento da teoria das vozes em grego e latim, a par com boa documentação bibliográfica.

À margem dos estudos doutrinários, têm ainda muita utilidade, logo na abertura de volume, uma lista das abreviaturas a usar e um quadro da nomenclatura fonética; e, a terminá-lo, a resenha de revistas estrangeiras e a crítica de livros, que serão secções habituais do Boletim. Sobretudo na resenha de revistas há benemérito trabalho de noticiário. Chamo para ela a atenção dos nossos leitores, que aí podem ter, pela minúcia dos sumários e atraente resumo dos artigos, rica matéria para muito se informarem e recrearem.

F. REBÉLO GONÇALVES.

O escudeiro Joan de Gaia

A pp. 69-70 d'êste tômo dissemos que nada nos garantia de modo absoluto que aquele Joan de Gaia, filho de Estêvam Aues de Gaia e de Teresa Migueis, legitimado por D. Denis em 1319, fosse o trovador do *Cancioneiro da Vaticana*. Ora sucede que no Nobiliário de D. Pedro vem mencionado, como filho do clérigo Estêvam Aues, precisamente Joan de Gaia, «que foi mui boo trovador e mui saboroso» (*Scriptores*, 272). A identidade ainda não ficou estabelecida de modo absoluto; todavia há noventa e nove probabilidades contra cem de que sejam uma e a mesma pessoa. Cf. H. Lang, *Das Liederbuch des Königs Denis*, xli, n.º 9; Carolina Michaëlis, *Cancioneiro da Ajuda*, II, 587, n. 1.

R. L.

Correcção

Corrija-se nêste tômo, p. 213, l. 9 a contar do fim: «escrepvemos»

Boletim de Filologia

publicado pelo

Centro de Estudos Filológicos

Tômo II

1934

Fascículo 4

Os nomes germânicos na toponímia portuguesa

(Continuado do Tômo II, p. 240)

C

184 *Cachadoufe (Vila Verde, B).

Tentei explicar¹ o primeiro elemento dêste nome e dos seguintes por *CASTULU, *CASTLU, diminutivo de CASTRUM, sem que esta interpretação me tivesse satisfeito completamente. Um derivado *CASTULUM é de facto difícil de justificar do ponto de vista da gramática latina. Visto CACH- se encontrar frequentes vezes em nomes cujo segundo elemento é sem dúvida de origem germânica, poderia suceder o mesmo com CACH-. É o que admite realmente Sachs 58, que cita CACHOUFE e CACHOUZENDE, relacionando-os com a raiz gótica GASTS «estrangeiro». Os seus argumentos resumem-se a três linhas. Diz que segundo García de Diego, *Gram. Gallega* 49 o grupo -st- latino se transforma em galego em -ch-: DIXISTI > dijeche, FUSTI > foche e que «parece existir no N. de Portugal um fenómeno idêntico desconhecido da língua literária». Mas Sachs não vê qual a natureza do fenómeno a que se refere. É que esta palatalização do grupo -st- é provocada por um i da sílaba seguinte. A raiz GAST- existe realmente na toponímia, mas soa CAST-, ver CASTAIDE, CASTENDO etc., e não CACH-.

¹ *Biblos*, vol. VII, 520.

A explicação de CACH- deve ser outra. Não deve ser um elemento germânico, mas um apelativo românico que os dicionários não registam, mas cujos derivados CACHADA(s), CACHADINHA, CACHADELA etc. se encontram dúzias de vezes na toponímia. Só para CACHADA(s) contei uns 75 exemplos. Trata-se dum vocábulo caracteristicamente minhoto, visto todos os exemplos se repartirem pelos distritos de Viana do Castelo, Braga e Porto. Como os cinco topónimos que principiam por CACH- são da mesma região, não se pode duvidar que CACHADOUE seja *CACHADA ULFI «cachada dum chamado Ulfus», ou melhor, visto ULFUS não se encontrar isolado, *CACHADA AULFI (cf. *OM AUFO*, AUFIZ) cujo primeiro elemento é provavelmente AUTHS «riqueza» S 36. Esta última explicação quadra também melhor com os nomes a seguir formados sem preposição. CACHO-, CACHA- e CACHADA encontram-se também na toponímia galega, cf. CACHAGONZA, CACHOSENANDE ao par de CACHOMARIA (Orense). O dicionário de Figueiredo explica CACHADA, cuja origem desconheço, por «alqueive; queima do mato para adubar as terras». Resta ainda uma dificuldade: explicar as formas arcaicas com s, cf. *OM CASCHO*, CASCHI, CASCHAS, CASCHOPADRE, CASCITA, e outras com r: CRASCHO AYRAS, CRASCHOUSENDA etc. Também não vejo como se há-de interpretar o nome CACHIUS e os apelidos CACHO e CACHEIRO de 1258. Veja-se a este respeito o art. CASCAREU.

185. *Cachafrõe (1. Ponte da Barca, Via; 2. Paredes, Via).

Sobre o primeiro elemento veja-se o artigo anterior. CACHAFRÕE é sem dúvida o CASCHAFROY do *OM* 1258. -FRÕE deve representar *OM* FROILI 883, genet. de FROILO 897, que pertence à raiz FRAUJA «senhor». Não sei donde -FRÕE tem o til. ; Trata-se duma nasalização espontânea com em SIM < SIC ou será simplesmente um erro do compilador do *Dicc. Post.* ou do tipógrafo?

186. *Cachamondinho (Arcos de Valdevez, Via).

Veja-se o art. CACHADOUE. Sobre o segundo elemento cf. MONDINHO.

[187. *Cachaões (1. Ponte da Barca, Via; 2. Paredes, Via)].

Veja-se o artigo CACHADOUE. Há pouca probabilidade de em -ÕES se esconder um elemento germânico.

188. *Cachoufe (Arcos de Valdevez, Via).

Deve ser CACHO ou *CACHA AUFI formado como *CACHADA AUFI respectivamente *CACHA DE AUFI, cf. CACHADOUE.

189. *Cachousende (Guimarães, B).

Sôbre -OUSENDE veja-se o art. OUSENDE.

[190. *Cadem (1. 2. Ponte do Lima, Via)].

É um nome duvidoso. Sôbre CAD- veja-se o artigo CADILHE. Não sabendo a pronúncia do nome, se é CÁDEM ou CADÉM, não posso explicar o segundo elemento. Contudo é provável que se trate da mesma terminação como em CARTEM. Veja-se êste artigo.

[191. *Cadema (1. Arruda dos Vinhos, Lisb; 2. Alvito, Beja)].

A primeira localidade chama-se CASAL DA C., a segunda HERDADE DA C. Parece ser um apelativo e não ter nada que ver com CADEM e CADIMA.

[192. *Cadilhe (Póvoa do Varzim, P)].

A terminação -ILHE já nos é familiar, cf. o art. ARILHE. É o genet. -ELLI do sufixo -ELLUS. Na base do c inicial deve estar, como em muitos casos que se vão tratar, um g gótico. CAD- pertence a uma raiz GAD- S 54 que conhecemos do nome dum rei godo, GADARICUS Sch 98, cf. F 563 ss, e que se relaciona com o velho alto alem. GE-GATA «companheiro», gót. GADILIGGS «primo, parente». O nome gótico hipocorístico que se pode reconstruir é *GADDILA (formado como TOTTHILA cf. a introdução parágrafo 3.º) que me parece poder reconhecer em OM CADELA, CADELO, CADELI 1258, que não pode ser o apelativo românico correspondente a CATILLA, CATELLUS, visto haver também CADILIU, CADILO, CADILI 1258. CADILI é sem dúvida o representante medieval de CADILHE. A evolução dêste nome afigura-se-me ser a seguinte: *GÁDDILA, *GÁDDILO-CÁDILUS, CADÍLIUS-CADELLUS geretivo CADELLI. A raiz GADD- encontra-se várias vezes no OM: GADEMIRO 1092, GADANIS 1258 (<hipocorístico *GADDA).

[193. *Cadima (Cantanhede, Coim)].

Outro nome duvidoso. O segundo elemento pode identificar-se com bastante certeza com Sch 146 IMMO mencionado por Amiano, e OM LAMA DE IMA 1258. CAD- dificilmente pode ser o mesmo elemento que temos no nome anterior. O mais simples é interpretar CADIMA como *CAS' D' IMA, sendo CAS uma forma reduzida, proclítica de CASA, familiar ao português arcaico. Consagrarei a IMA um artigo à parte.

[194. ***Cadimas** (Vis)].

Veja-se o artigo anterior.

[195. ***Cadinha** (Feira, Av)].

Veja-se o artigo seguinte.

[196. ***Cadinho** (Viana do Castelo)].

Se não existisse também a forma feminina CADINHA, não haveria inconveniente em considerar CADINHO como sendo GAD- mais o suf. -INUS representando o got. -EINS; cf. art. ALVARIM. Por esta razão talvez seja melhor estudar este nome juntamente com o topónimo CADOUÇO, CADOÇO (11 vezes) que deve ser um derivado de CADUS REW 1456.

197. ***Cadoi** (Braga).

Corresponde a GADOY na provincia de Corunha. Sobre GAD- ver o art. CADILHE, sobre -OI BELOI.

198. ***Cagida** (Ferreira do Zêzere, Vis).

Veja-se o artigo seguinte.

199. ***Cagide** (Vila Verde, B).

O primeiro elemento continua sendo o mesmo que nos artigos anteriores, verificando-se aqui apenas a queda do D. A razão da conservação ou não-conservação do D parece-me ser a seguinte. O D desaparece só quando o segundo nome principia por uma consoante, o que torna necessária a interpolação duma vogal de ligação («Fugen-vokal»), neste caso A: GAD-GILDI *GADAGILDI. O segundo elemento, -GILD, que significa «imposto, décima» aparece sob diferentes aspectos: -GILDA, -GILDE, -GIDE e -GIL. As formas terminadas em E são naturalmente genetivos. Em -GILDA podemos ver ou a terminação primitiva gótica em -A, que caracteriza os nomes masculinos, ou um feminino românico refeito sobre -GILDUS. Em -GIDE produziu-se uma assimilação do L ao D atestada pelas grafias alternativas ELDEGES e EDDEGES no dipl. 79 dos *Dipl. et Chart.*; cf. S 107. Ver também os artigos AGILDE, BADE e GILDE.

200. ***Cagil** (Ponte da Barca, Via).

Este nome, com muita probabilidade idêntico ao anterior, mostra outra evolução de -GILD. Aqui parece ser o D que se assimilou ao L. Os diferentes tratamentos de -GILD são antigos: cf. OM GILMIRO 971

ao lado de GILDO 951 e GIDEMIRO 1037. Não deve porém excluir-se de todo a possibilidade de -GIL, GILDE- representar outra raiz germânica.

201. ***Cahida** Quinta da (Macedo de Cavaleiros, Bça).

A primeira impressão que se tem dêste nome é que se trata dum particípio perfeito de CAIR, e que CAHIDA está por CASA, ÁRVORE, CRUZ, etc. CAÍDA, mas a sua origem germânica está fora de dúvida como provam os dois topónimos a seguir.

202. ***Cahide** (1. Guimarães, B; 2. Vila Nova de Famalicão, B; 3. Ponte do Lima, Via; 4. (de Rei), Lousada, P).

Mantenho a grafia com H porque corresponde, embora se trate duma coincidência casual, a uma realidade etimológica. De facto -HIDE representa um genet. -HILDI de -HILDUS derivado da raiz *HILDIS «luta»; cf. *OM* CAIDI, CAYDI 1059, CAIDO séc. XV. Em -IDE deu-se a assimilação do L ao D que observámos também acêrca de -GILDE, -GIDE no art. CAGIDE.

[203. ***Caima** (Oliveira de Azeméis, Av)].

Veja-se CADIMA, com que CAIMA poderia ser idêntico.

204. ***Calmar** (Resende, Vis).

Êste nome parece ser o mesmo que GALAMAR(ES) no concelho de Sintra. O primeiro elemento é *GALA-, cf. *OM*. GALAMAR 1154, GALAMIRUS séc. XI, GAAMIR 1258, cujo significado não posso indicar. Nem Meyer-Lübke nem Sachs conhecem esta raiz. Talvez se possa aproximar de GALICA, CELLICA, e CHILICA Wrede, *Ostgoten* 67 e F 462/466. A evolução do c inicial para g já a observámos em CADILHE e nos outros nomes derivados de GAD-. O *OM* cita um apelido GALA 1258 que poderia ser a forma hipocorística *GALLA com geminação do L. Sobre o segundo elemento, -MAR, veja-se o art. 86.

205. ***Camondos** A dos (Arruda dos Vinhos, Lisb).

Subentende-se naturalmente ALDEIA, QUINTA ou outro apelativo. CAMONDO(s) deve ser *GALA-MUNDUS, formado como GALA-MIRUS citado no artigo anterior.

206. **Candemil** (1. Amarante, P; 2. Oliveira de Frades, Vis; 3. Vila Nova da Cerveira, Via).

A raiz CAND- < GAND- dêste nome, que nem Förstemann 594, nem Wrede, *Wandalen* 64, nem Meyer-Lübke 86 souberam interpretar,

foi explicada por Sachs 56 por *GANTS. Mas como desconhecemos o significado desta palavra (ver também ARGANDE) não nos adianta muito. O *OM* cita um CANDEMIR (S. Christophano de) 1220 que deve ser idêntico a CANDEMIL. Cf. na Galiza CANDAMIL, CANDOMIL (Lugo), CANTOMIR (Corunha). Outros exemplos do *OM* em que entra CAND-: CANDEREDI 1021, CANDEREDICI 1013 (?), CANDILACI 1037, etc.

207. ***Cando** (1. Arouca, Av; 2. Arcos de Valdevez, Via; 3. Chaves, VR; 4. Sernancelhe, Vis)].

Registo este nome apenas para frisar que não tem nada que ver com a raiz germânica *GANTH-, CAND- dos artigos anteriores. Os derivados CANDINHA, CANDÓS, CANDOSO, CANDOSA, CANDAL e CANDEDO provam claramente que se trata dum apelativo românico que deve designar uma planta ou uma árvore, cf. *REW* 1579 a *CANDENA, «nome duma planta branca» cf. CANDIDUS. Talvez os glossários regionais registem este vocábulo. Encontro apenas no dicionário de Cândido de Figueiredo CANDO, prov. transm. «pernada sêca de árvore».

208. ***Cantelães** (Vieira, B).

Deve representar um genet. *GANDILANIS de *OM* GANDILA 924 com o patronímico GANDILAZ. Sobre a identidade de GAND- e CAND- já se falou no art. CANDEMIL. O caso obliquo de GANDILA está conservado no topónimo CANDEAN na prov. de Pontevedra. Em CANTELÃES há contudo duas anomalias. A primeira é o t em vez de d, que temos também em Cantomir citado em cima. Sachs 57 tem perfeitamente razão supondo tratar-se duma assimilação do d à consoante inicial surda. Era mesmo escusado, como mostra CANTELÃES, admitir a intervenção de CANTO. Revela-se em CANTELÃES o eterno jogo da dissimilação e assimilação, da tendência para diferenciar os sons e para os aproximar. *GANDILANIS passa para *CANDILANIS e logo o c inicial exerce a sua atracção sobre o d. Para a conservação do l não posso dar nenhuma explicação que mereça este nome.

209. **Cantim** (1. Barcelos, B; 2. Resende, B; 3. Santo Tirso, P).

Corresponde a *OM* GANDIN que representa o genet. *GANDINI de GANDINUS. Sobre a raiz veja-se o art. CANDEMIL, sobre o t em vez de d o artigo precedente.

210. ***Cardelhe** (Ponte da Barca, Via).

Este nome corresponde a *OM* CARDELI 1220, genet. de *CARDELLUS de *GARDILA representado no *OM* talvez por GARDIA 1258.

Também na raiz dêste nome alternam, como em GAND- e CAND-, as formas com consoante sonora com as formas com consoante surda. Ver a este respeito os artigos anteriores. O étimo da raiz GARD-, CARD- é o gót. GARDS «quinta», cf. o alem. mod. GARTEN, ingl. GARDEN, etc. Ver S 57.

211. **Cardia** (1. Castelo de Paiva, Av; 2. 3. Sernancelhe, Vis; 4. Marco de Canaveses, P).

Eis aqui sem dúvida o nome *GARDILA que reconstruímos através de CARDELHE e OM GARDIA no artigo anterior. Em virtude da terminação, a possibilidade de se tratar dum derivado de CARDO, sem ser indiscutível, é diminuta.

212. ***Cardido** (1. Guimarães, B; 2. Ponte do Lima, Via).

Sobre CARD- veja-se CARDELHE, sobre -IDO o art. ATAIDE. Que se trata no segundo elemento realmente de *HILDIS, e não do suf. -IDO = -EDO < -ETUM prova-o a forma seguinte.

213. ***Cardide** (1. Barcelos, B; 2. Vila Nova de Famalicão, B).

Vejam-se os arts. CARDELHE e CARDIDO. CARDIDE é o genetivo dêste último nome.

214. **Cardim** (Elvas, PA).

Pode tratar-se dum nome *GARD-INUS, sendo o primeiro elemento o mesmo que nos nomes anteriores. A situação geográfica de CARDIM torna contudo possível que derive de CARDO. Na Galiza há uma povoação chamada CARDIN (prov. de Pontevedra). Veja-se também CARTIM.

215. ***Caride** (1. Barcelos, B; 2. Vila Nova de Famalicão, B).

Na primeira componente só posso ver GAIR. *GAIS «lança»; ver a lista de nomes formados com esta raiz em Bruckner, *Langobarden* 252: GAIRO, GAIMUNDUS etc., e, com contracção de AI em A diante R: CÂRO, GÂRILO, GÂRIMUNDUS etc. O OM cita CARIDI 1220, CARITUS 973 (?) e GARIDA 1258. CARITUS parece ser uma falsa latinização de CARIDUS. CARIA 960 deve representar um diminutivo *CARILA.

216. ***Carido** (1. Amarante, P; 2. Ribeira da Pena, VR; (Casal do) Mafra, Lisb).

É o caso obliquo respectivamente «casus generalis» do nome precedente.

217. *Carigos (Trancoso, Guar).

Parece ser a contracção dum nome *GARI-RICUS formado como GARI-MUNDUS citado no art. CARIDE. Sobre -RIGOS veja-se o artigo *ALDRIGO.

218. *Carim (1. Guimarães, B; (Monte de) Odemira, Beja).

¿Será o genet. *CARINI dum nome *CARINUS formado com o suf. -INUS a substituir a terminação gótica -EINS? Ver CARDIM e CARTIM.

[219. *Carteado (Viana do Castelo)].

A formação deste nome pode comparar-se à de OM GONT-ADO, sendo -ADO a raiz tratada no art. 60 e CART- o elemento tratado no art. CARDELHE. O que admira é a presença de duas vogais de transição. A forma que se esperaria seria antes *CART-ADO. Por isto tenho certas dúvidas sobre esta explicação.

220. *Cartem (Amares, B).

Não cheguei ainda a uma conclusão acerca da terminação -EM, que já encontramos em CADEM e que volta a aparecer em CASTEM e COTEM. ¿Haverá uma relação entre CARTEM e CARTIM (ver mais adiante) e qual? O OM cita um nome de homem CARTENIO 1038. O respectivo genet. *CARTENII daria de facto CARTEM, ¿mas como interpretar este elemento? CARTENIO pode ser também uma grafia por *CARTINIO. Em LEBREM, TOUREM, ALDAREM citados por S 114 (= -REI de -REDI genet. de -REDU < *RETHS?) temos -REM e não -EM. Por outro lado parece-me inadmissível separar CARTEM de CARTIM, CARTEMIL etc. lendo CAR-TEM, apesar de -TEM poder representar o elemento THIWIS «criado» tratado por ML 79 e que temos em AGOSTEM¹. De facto esta raiz parece-me estar limitada ao nome GUDESTEO «criado de Deus».

221. Cartemil (1. Ponte do Lima, Via; 2. Santo Tirso, P).

Deve ser o CARTAMIRI (villa) 1054, CARTIMIR 951, com o patronímico CARTEMIRIZ 1009, de CARTEMIRO 870, CARTOMIRO 1021 do OM. Note-se a grande variedade da vogal de transição: A, I, E, O. O primeiro elemento deste nome foi tratado no artigo CARDELHE. É GARDS «quinta». Ver ML 70 CARTEMIRUS, e S 57. Na provincia de Pontevedra há dois CARTIMIL, na de Corunha um CARTOMIL. Veja-se também o art. CARTOMIL.

¹ Este nome falta no meu trabalho. Os topónimos omitidos serão tratados nos ADITAMENTOS.

222. *Cartim (Macieira de Cambra, Av).

É o mesmo nome que CARDIM. A troca do D por T, que observamos já no art. CANTELÃES, é uma assimilação à surda inicial. Esta variante com T prova que CARDIM não tem nada que ver com CARDO. O sufixo aliás seria também de admirar.

223. Cartomil (Santo Tirso, P).

Veja-se o art. CARTEMIL.

224. *Cartões (Ponto da Barca, Via).

Trata-se sem dúvida do genet. *CARTONIS dum nome *CARTO cujo caso oblíquo é representado por OM CARTOM, GARDOM 1258, forma hipocorística dum nome que tinha como primeiro elemento a raiz GARDS tratada no art. CARDELHE. Se o «O» de CARTO é primitivo, temos aqui um nome suevo que se pode comparar quanto à formação com MIRO, rei suevo do século VI.

225. *Carude (1. Vieira, B; 2. Vila Verde, B).

O OM cita um nome CARUDO 1220. CARUDE é o respectivo genetivo. Sobre o primeiro elemento, CAR-, ver o art. CARIDE. -UDE deve ser a mesma terminação que -ULDE em SEZULDE, com assimilação do L ao D como em -ILDE, -IDE; cf. o art. CAGILDE. Vem de WULTHUS «esplendor» que se encontra em vários nomes germânicos: cf. Sch ULD-IDA, bispo dos visigodos espanhóis, VULT-VULF, rei godo, SIGIS-VULTUS, ostrogodo, GIB-ULDUS, rei alamanco e OM Gos-ULDI 967.

226. *Cascareu Quinta do (Lamego, Vis).

Parece tratar-se dum nome *CASCARE-REDUS formado como OM ALDE-REDO 924, cf. o art. ALDERETE, sendo o segundo elemento *RETHS «conselho». O primeiro elemento aparece também independentemente: OM CASCA, CASCHO, CASCHI 1258. Que se trate dum elemento germânico está fora de dúvida, como provam CASCHA-GOI, CASCHA FROY OM 1258. Mas o que significa? Veja-se também o artigo CACHADOUE.

[227. *Casmilo (Condeixa-a-Nova, Coim)].

¿Será CAS' MILO = CASA-MILO, de MIRO formado como CASALVABO (Vila Verde, B) = CAS' ALVARO, ou o nome moderno CASIMIRO?

228. *Castaide (Trancoso, Guar).

O primeiro elemento é o gót. GASTS «estrangeiro» que Sachs tinha reclamado para CACHADOUE, ver este artigo. Compare-se este

nome com Sch GASTI-NASIUS, *OM CASTEMIRUS* 1016, CASTE-UGO 1258. Sobre -IDE ver o art. 96. Também aqui se verifica a passagem do G inicial para C como em GARD- CART-, GAR- CAR-, GAND- CAND- dos artigos anteriores.

229. *Castendo (Penalva do Castelo, Vis).

A explicação de CAST- encontra-se no artigo anterior. Em -ENDO vejo a mesma raiz que encontramos como primeiro elemento em Sch CHINDA-SUINTHUS, CHINT-ILA, nomes de reis visigodos. Já a estudámos no art. 97 a propósito de ATAINDE. A diferença da vogal que observamos em -ENDE e -INDE é fácil de explicar. ATAINDE é um genetivo *ATAINDI, cujo -I final longo fez passar o E tónico para I (metafonia), caso que se pode perfeitamente comparar ao de FÉCI > FIZ, o que nos dá o direito de afirmar que o fenómeno da meta-fonia, que tanta importância tem para a história do vocalismo português, é posterior às invasões germânicas. A raiz CHIND-, HIND-, que nem Meyer-Lübke nem Sachs conhecem, encontra-se também como primeiro elemento, ver *OM ENDERQUINA* 897, *ENDERKINA* 976.

230. *Castorigo (Alijó, VR).

Sobre CAST- vejamos os dois artigos antecedentes, sobre -RIGO o art. ALDRIGO.

231. *Castromil (Paredes, P).

Representa *CASTRUM MIRI (de MIRUS > MIRO *OM* 915), a não ser que se trate primitivamente de *CASTOMIL = CASTEMIRUS 1016, cujo primeiro elemento foi interpretado como CASTRO. Sobre -MIL vejamos os artigos 75, 77, 87, 94, etc., e a introdução parágrafo 3.º

232. *Castrovães (Águeda, Av).

Afigura-se-me ser CASTRUM *UBANIS, castro dum chamado *UBA, nome que reconstituo através de *OM UBECO* = OVECO n. h. 875 em que -ECO é um sufixo diminutivo. Sobre a raiz deste nome não posso dizer nada. ¿Haverá alguma relação com o nome dum vândalo OBADUS citado por Sch 173? Cf. Wrede *Wandalen* 67 ss. e *OM CASTRO OUBIL* 1055, *VILLA OUIL* 1066.

233. *Cavadoude (Guarda).

Parece-me que temos de decompor este nome em CAVA D'*OUDE ou CAVA *DOUDE. OUDE teria um paralelo em *OM OUDENGA* 1220, DOUD em S 46 UILLARDODILA. Cf. também Sch OVIDA, nome dum

rei godo. CAVA é naturalmente um elemento românico; encontra-se várias vezes na toponímia (Oleiros, CB; Vila Verde, B). CAVADOUDE vem citado no *OM* na forma CAVADOUDY e CAVADOUDI 1199.

234. **Cavanes** (Macieira de Cambra, Av).

Dove ser *CAVA ANEZI. O patronímico ANEZI vem citado no *OM* 983. Virá dum nome hipocorístico ANNO, ANNA (com geminação do n de ANA-) citado por Schönfeld.

235. **Cebido** (Melgaço, Via).

Sobre o primeiro elemento veja-se CEVES, sobre -IDO o art. 96.

236. **Cedães** (Mirandela, Bça).

Seria simples interpretar CEDÃES como *SIDANIS, genet. de SIDA, rei suevo citado por Schönfeld dos *Anais* de Tácito (xii, 29) e representado no *OM* por CIDA n. m. 1033 e VILLA SEDA 1271. A raiz dêste nome seria o gót. *sidus*, alem. mod. *sitte* «costume». Ver também SEDA nome dum «ignucius et cubicularius» do rei Teodorico, Wrede, *Ostgoten* 134 e Förstemann 1110. Quanto ao significado de *SIDUS* pode comparar-se aos nomes compostos com *ἵθος*, vide Fick, *Griech. Personenn.* 114. Contra esta derivação há contado duas dificuldades. A primeira é que a grande maioria dos nomes portugueses arcaicos que se poderiam relacionar com *SIDUS* se escrevem com c e não com s. É necessário citar os exemplos do *OM*: CIDA 1033, CIDEL 1092, CIDELIZ 1045, CIDELO 984, CIDELLO 1016, CIDI 1002 e 1237, CIDIZ 1059, CIDICI, CIDIZI 1078, CEDI 1258, CEDOM, CEDOES 1258. Com s temos só SIDI 1041, SIDONIZ 1090, SEDA 1271, SEDIN 1125 e SED-EGES. Admitir uma base com s é, como se vê, difícil. O étimo deve ter um k. O único exemplo até hoje conhecido dum k inicial gótico é fornecido pelos derivados de *KINTHS «criança» que dá em velho português QUENDE e CENDE: ver o artigo CENDUFE. Também na raiz CED- encontramos o mesmo duplo tratamento do k, que ora se conserva: *OM* KETICI 919, KETIZI 985, KETENANDO 993, KETESINDO 1067, QUEDAZI 1068, QUEDERIZ 984, QUEDERIZI 960, QUEDINO 1060, QUEDIZ 1038, ora passa, como nos exemplos citados acima, para c = ç. Meyer-Lübke, *Einführung*³ 162 atribui com muita razão a diferença entre QUENDE e CENDE ao facto da palatalização de k(c) diante e, i, ser contemporânea das invasões germânicas ou pelo menos exercer a sua influência ainda depois desta época. Ver também David Lopes, *Actes du III^e Congrès des Orientalistes* III, 242 ss., e Sachs 20. A explicação de CEDÃES por *SIDUS*

oferece ainda outra dificuldade: a conservação do D que cai normalmente entre vogais. Além disto há também grafias antigas com T: *OM CETY* 924, *CETI* 1258. A raiz de *CEDÂES*, que é certamente de origem germânica, cujo significado não posso porém indicar, deve soar *KIT. Veja-se contudo *F* 110 a 776 *CITHERUS*, *CITHEO* (-ONIS), *CITEUS*, etc. Wrede *Ostgoten* 93 cita um nome *TZITTA*, de 535, com o genet. *TZITTANI* e as variantes *TZITTA*, *TAZITTA*, *ZITA*. *tz* e *z* podem muito bem ser as grafias do *κ* palatalizado, e não é impossível que se trate do mesmo elemento que se esconde em *CEDÂES*. Veja-se também o art. *CEIDÃO*.

237. *Cedainhos* (Mirandela, Bça).

Ver o artigo anterior. Trata-se naturalmente dum diminutivo de *CEDA*. Só pode haver dúvida sobre a idade desta formação. *CEDÂES* foi interpretado como *CEDANES*, donde facilmente se poderia formar um *CEDAINHOS*. ¿Ou tratar-se há em *CEDÂES* de facto de *CEDANES* e não *CEDANIS*? O mesmo problema já se pôs para *ADÂES* do art. 1.

238. *Ceia* (id., Guarda).

A justa ortografia é *SEIA*, cf. *OM SENA* 1023. Trata-se dum elemento *SEN-* que é frequente no onomástico medieval: *OM SENA-MIR*, *SENA-MONDO*, *SENA-REI*, *SENO-RIZ*, etc. Ver o art. *CEM*. O ditongo *ei* tem a mesma origem como em *VEIA* < *VENA* onde o *i* é uma simples vogal de transição.

239. **Ceidão* (Tondela, Vis).

É o caso obliquo dum nome **CEIDA* ou **CEIDO* de que o *OM* regista os patronímicos respectivamente genéticos *CEIDE* 935, *VILLA CEIDES* 1217, *CEIDI* 1032, *CEIDIZ* 1258, *CEIDONES* 1064, *CEIDONIZ*, *CEIDONES* 1220. Há muita probabilidade de que a raiz *CEID-* seja idêntica a *CED-* tratada no artigo *CEDÂES*.

240. **Ceivães* (Monsão, Via).

Explico *CEIVÂES* como **CEVIÂES* de *OM SEVIO* 1258 = **SE- VILO* (?), *SEVELIO* 936, *CEVELI* 1258, *CIVELAS* 1258, *ARCOS CIVES*, *SEGUI* 1258. ¿O que significará esta raiz *SEW-* (ou *KEW-*)?

241. **Cem* (1. Marco de Canaveses, P; 2. 3. Felgueiras, P; 4. Arcos de Valdevez, Via).

Schönfeld cita o nome dum «comes» de Teodorico, *SENARIUS*, que identifica a **SIN(1)-HARJIS* que teria um paralelo em gr. Παλι-στροφος. *SIN-* pertenceria a gót. *SIN-ISTA* «o mais velho», burguinhão

SINISTUS «sacerdos omnium maximus». Em CEM deve estar o mesmo elemento que em CEIA; veja-se este artigo. A grafia justa seria também aqui SEM, que representaria o genetivo SENILI de *SENILUS, forma latinizada de Sch SENILA (F 1296 SÂNULO); cf. OM CENAMIR (S. Pelágio de) 1220 e SENAMIRO 1071, SENAMIR 1258, SENHIZ 1258. ¿Não será o mesmo nome que SENEM (Ponte da Barca, Via)? O OM regista também um apelido SEN 1340.

242. **Cendufe** (1. 2. Arcos de Valdevez, Via).

O mais simples é interpretar o primeiro elemento d'este topónimo como vindo de KINTHS «criança» que evoluciona ora para QUEND- e ora para CEND-, como se explicou no art. CEDÃES. Pode ser que a segunda forma, CEND-, se tenha confundido nalguns casos com SEND- de SINTHS «caminho». Contudo não há necessidade de identificar CENDUFE com OM SENDULFUS n. h. dum documento do mosteiro de Lorvão de 992. A raiz KINTHS encontra-se freqüentes vezes no onomástico arcaico: OM CENDUS 933, CENDI 1258 (= CENDE na prov. de Pontevedra e talvez SENDE, Monção, Via), CENDON 967 (CENDON, na prov. de Corunha e SENDÃO nos distritos de Guarda e Pôrto). As formas com c na Galiza correspondem como se vê freqüentemente a formas com s em Portugal, o que torna impossível separar nitidamente KINTHS de SINTHS. Ver mais nomes galegos derivados de KINTHS em Sachs 72.

243. ***Cenoi** (Paredes de Coura, Via).

Sobre CEN- veja-se o art. CEM, sobre -oi o art. BELOI.

244. ***Centas** (Batalha, Lei).

Parece ser um patronímico em -az do nome de homem OM SENTA 968, cf. CENDAS 906 e KEMDAS, o que indica claramente um derivado de *KINTHS «criança». Ver os arts. CENDUFE e CEDÃES.

245. **Cergude** (Barcelos, B).

Vejam-se os artigos SERGUDE e SESGUDE.

246. ***Cermil** (Ponte da Barca, Via).

É esta a forma do *Dicc. Post. A Chor. Mod.* escreve CEROMIL. Deve ser o mesmo nome que SERAMIL; ver este artigo. Sachs explica o primeiro elemento SER-, CER- por SWERS «honrado», mas poderia também tratar-se em CERMIL do nome SELMIRUS OM 870, de sêls «bondoso» cf. ML 45. A passagem de SELMIR para SERMIL, CERMIL não precisaria de justificação. Ver também o art. SESMIL.

247. *Ceta (Vila do Conde, P).

Veja-se o artigo a seguir.

248. *Cete (Paredes, P).

Este nome representa OM CETY 924, SETTI 1068, CETI 1258. Trata-se do genetivo do nome do art. anterior: CETO = OM SETO 1009 do *Livro de D. Mumadona* dipl. 129, com as variantes CITA 995 (?), CITO 1258, CITI 984, CITIZ 1038 e QUIT-ILA 924, QUIT-INO 1087, QUIT-ONIS 1059 (genet. de CITO, QUITO), KETIZI 919, KETICI 985, KETE-SINDO 1097, KETE-NANDO 993, etc., que indicam claramente um étimo com K inicial, veja-se o art. CEDÂES. ¿Haverá alguma relação entre CETE e CED-ÂES e qual? ¿Mas como explicar a conservação do T intervocálico? ¿Tratar-se há dum nome *KITTO, com geminação hipocorística da consoante, duma raiz *KIT-, como em IBBA, ANNA, TOTRILA a que me referi na introdução, parágrafo 3.º? Mas o T aparece também em nomes compostos como KETE-NANDO, etc. ¿O que significa esta raiz *KIT-?

249. *Cetos (1. Castro Daire, Vis; 2. Resende, Vis).

Veja-se o artigo anterior.

250. *Ceves (1. Marco de Canaveses, P; 2. Lamego, Vis).

¿Será um patronímico de OM SEVELIO 936, SEVIO 1258, CEVELI 1258? Deve ser o mesmo elemento que aparece em CEBIDO, CEIVÂES, CEVIDAIA e CIBÔES. Parece-me que podemos relacionar estes nomes com Sch SIBIA, nome dum ostrogodo, que representa o gót. *SIBJA (tema em -N) derivado de SIBJA (tema em -JO, feminino) «parentesco». A grafia justa seria neste caso SEVES, que realmente se encontra duas vezes; veja-se o respectivo artigo.

251. *Cevidaia (Mondim de Basto, VR).

Sobre o primeiro elemento ver o artigo anterior, sobre o segundo, DAIA.

252. *Cezil (Guimarães, B).

É o genet. SESILLI 982, CEZILLI 1025, CEZIL 1258 do OM. A raiz SES-, CES vem de SISUS «encanto» cf. S 89, de que tratarei à letra s. -IL deve ser uma variante de -ILDE, -IDE, de *HILDIS, que tem um paralelo em -GILDE, -GIDE, -GIL; cf. o art. CAGIL.

253. *Charilhe (Amares, B).

Identifico este nome com *OM SABIL* 1021. A respeito da transformação de s inicial em CH ver Nunes *Gram. Hist.* 94 e Sachs 23. CHARILHE poderia juntar-se a ZARAMIL, na prov. de Corunha, que Sachs faz derivar de SARWA «armas» ou SWARAN «jurar», mas trata-se dum exemplo completamente isolado que se explicaria melhor por SWERS «honrado» S 94; cf. CERMIL e SARAMIL. A raiz SAR-, que estudarei na devida altura, encontra-se também em *OM SARAN* 1047 (= *SARA, -ANIS?), SARANIZ e SARONIZ 1035, SAROI 1034.

[254. *Chasco (Vila Verde, B)].

Ver o art. ADCHASCO. A origem germânica é duvidosa; cf. na toponímia CHASQUEIRA (= CHAVASQUEIRA prov. trasm. «terra ruim» Figueiredo?).

[255. *Chinfrões (Baião, P)].

Sobre o segundo elemento veja-se o art. CACHAFRÕE. Em CHIN- poderia esconder-se a raiz SEN- tratada no art. CEM, com palatalização do s inicial provocada talvez pelo i seguinte. Esta explicação é contudo pouco segura.

[256. *Chunfão (Baião, P)].

Outro nome muito obscuro. De *OM CHUFFONEM* 1258? ¿Ou trata-se da raiz SUNJA «verdade» ML 48, S 91, cujo s realmente se palataliza nalguns casos, como em JUFREU e JUFFE? Desisto de dar uma explicação. O elemento -FÃO pode comparar-se a AFÃO.

257. *Cibões (Terras de Bouro, B).

Vejo neste topónimo o genet. *SIBJ-ONIS dum nome *SIBJO correspondente a Sch SIBJA a que me referi no art. CEVES. Ver também Wrede, *Ostgoten* 130, que explica SIBJA como nome de mimo formado dum nome em que entrava como primeiro elemento o gót. SIBJA, cujo significado primitivo de «paz», «amizade» se pode ter conservado neste caso. A forma arcaica de CIBÕES é *OM SIBÖES*, com s, como deve ser.

258. Cidacos (Oliveira de Azeméis, Av).

Ver os arts. CIDE e CEDÃES. ¿Qual será aqui a função do sufixo -ACOS. Terá um significado depreciativo como em VELHACO, ROUBACO?

259. **Cide** (1. Braga; 2. Guimarães, B; 3. Paços de Ferreira, P).

Veja-se o art. CEDÃES. O e dêste nome não deve passar duma grafia dum i primitivo. Contudo a relação entre CED-, CEID- (cf. CEIDÃO) CID- e CET- (cf. CETE) é pouco clara. Pode tratar-se de duas raízes diferentes. Às grafias com qu(k), c(ç), e s deve juntar-se a com z: OM ZIDI 907, e no mesmo documento de 993, ZITI (o que prova que CETE e CIDE pertencem de facto à mesma raiz), ZIDIZI 1058, ZITIZ 1041. O que fica para explicar é a diferença da vogal em CETE e CIDE.

260. ***Cidelo** (Braga).

É o nome precedente com o suf. românico -ELLUS que substituiu talvez a terminação gótica -ILA (tipo de declinação). O OM cita CIDELO 984, CIDELLO 1016, CIDEL 1092, CIDELIZ 1045.

261. ***Cidões** (Vinhais, Bça).

Este nome representa o genet. *CIDONIS de CIDO, forma latinizada de CIDA, -ANIS, cf. CEDÃES, ou a forma sueva correspondente a CIDA. CIDÕES não deve ter nada que ver com o nome de povo SIDONES (Estrabão e Ptolemeu) citado por Schönfeld.

262. ***Contim** (1. Montalegre, VR; 2. Armanar, Vis; 3. Vinhais, Bça; 4. Resende, Vis).

Ver os arts. GONDIM e GONTIM. Vem de *GUNTHS «luta» mais o suf. -INUS = gót. -EINS. A forma arcaica é GONTIM OM 1258. -IM representa naturalmente a forma do genet. -INI. A substituição do g inicial por c já a encontramos freqüentes vezes, cf. arts. CADILHE, CASTAIDE, etc. O t a substituir um primitivo th, (ð) tem um paralelo em CANTELÃES ao par de CANDEMIL.

263. ***Continha** (1. Lamego, Vis; 2. Vouzela, Vis).

CONTINHA deve ser o GONDINA 1039, GONTINA 1072 nomes masc. (!) do OM. Ver o artigo precedente.

264. ***Contins** (Mirandela, Bça).

Temos aqui o patronímico OM 1046 GONTINIZ de GONTINO 1012. Ver o art. CONTIM.

265. **Contomil** (1. Pôrto, bairro ocidental; 2. Oliveira de Aze-meis, Av).

Ver GONDOMIL, GONTOMIL e os artigos anteriores.

266. **Contriz** (1. Póvoa de Varzim, P; 2. Barcelos, B).

Ver os arts. GONDORIZ e GONTARIZ.

267. ***Contumilo** (Tábua, Coim).

Ver os arts. CONTOMIL, GONDONIL e GONTOMIL.

[268. ***Corigos** (Sintra, Lisb)].

O segundo elemento -RIGO(s) parece indicar um nome germânico.

[269. ***Cornes** (1. Arouca, Av; 2. Vila Nova da Cerveira, Via)].

Deve ser o SANTA CHRISTINA DE CORNIS (villa) do OM 1258. Os nomes do OM CORNIAS 1097 (= patronimico de *CORNILA), villa CORNADO 1008, CORNEIRO 1258 tornam uma origem germânica de CORN- possível.

[270. ***Cornide** (1. Penacova, Coim; 2. Vila Nova de Famalição, B; 3. Braga; 4. Sever de Vouga, Av)].

Sobre CORN- ver o artigo anterior. Sobre -IDE o art. ATAIDE.

[271. ***Cornidos** (Paredes, P)].

Ver os artigos anteriores.

272. ***Corvite** (1. Castelo de Paiva, Av; 2. Guimarães, B).

Sobre o primeiro elemento veja-se o art. CORNES, sobre -VITE o art. ALVITE.

273. ***Cotões** (S. Pedro do Sul, Vis).

É o genet. *COTANIS de OM COTA 1220 ou o plural OM COTANES 1078, COTAES, cf. ADÂES. Outras formas antigas: OM COTO 1055 com os patronímicos COTI e COTES 1056, COTINO 1055, COTIM (?), patron. COTINIS. Esta raiz deve, parece-me, juntar-se a COTTO de Schönfeld, que Holder no seu *Alt-Celtischer Sprachschatz* considera celta. Os exemplos portugueses citados tornam uma origem germânica muito mais verosimil. Um dos bispos do 1.º concílio de Braga (561) chama-se também COTTO.

274. ***Cotão** (Arcos de Valdevez, Via).

Temos aqui *COTANEM ou *COTONEM, caso obliquo de COTA respectivamente Coro do artigo anterior. O topónimo Cotão apa-

rece mais quatro vezes no Sul, mas sempre na forma CASAL DO COTÃO, QUINTADO COTÃO etc., o que me leva a crer que não é o mesmo nome que COTÃO do Norte mas que se explica pelo apelativo COTÃO «lanugem de alguns frutos».

275. *Cotares (Monsão, Via).

Trata-se dum patronímico de *COT-AR, sendo -AR = HARJIS, cf. art. ANS-AR. Sobre COT- ver COTÃES e COTÃO.

276. *Cotarinho (Sinfães, Vis).

É uma forma deminutiva ou simplesmente em -INUS de *COTAR do artigo anterior.

277. *Cotarinhos (Póvoa de Lanhoso, B).

Ver os artigos anteriores.

278 *Coteiro (Feira, Av).

Já encontrámos -EIRO em BALTEIRO. Representa a forma latinizada de HARJIS. COTAR(ES) e COTEIRO são portanto variantes do mesmo nome.

279. *Cotem (Caldas da Rainha, Lei).

Sobre -EM ver o art. CARTEM. O OM cita um patronímico COTEMIZI 926.

280. *Coteres (Póvoa de Varzim, P).

Ver COTARES e COTEIRO. É naturalmente um patronímico. O E deve provir da metafonia provocada pelo i de -IZI, -IZ.

[281. Coterro (Mesão Frio, VR)].

Como explicar -ERRO? Não se deverá antes ler *COTERO que facilmente se poderia juntar a COTERES, COTEIRO e COTARES?

282. *Cotiães (Guimarães, B).

Deve ser o genet. *COTTILANIS do deminutivo *COTTILA de COTTA do art. COTÃES.

[283. *Cotimos (Trancoso, Guar)].

Não posso explicar -IMOS. Será um patronímico *COTIMES que se poderia comparar quanto à formação a COTEMIZI do art. COTEM?

284. *Creixomil (1. 2. Guimarães, B; 3. Barcelos, B).

Este nome é muito freqüente no onomástico medieval: *OM* CREIXEMIRO 957, CREXUMIRI 959, CREXEMIRIS 973, CREXIMIRI 959, CREXIMIR 1058, CREXEMIR 1220, CREIXIMIR 1220, CREISEMIRI, CRESEMIRI (villa) 1063, CREYSIMIR 1043, CREIX-INO 1258, CREIX-ITUS 1012, CREIX-ELO 1258. ¿Como interpretar este elemento CREIX-? Julgo que se trate de CHRISTO que, como já vimos na introdução, se liga por vezes a um elemento germânico, ver p. ex. ML CHRISTOPERTUS, *OM* CRESTOVAL 1066, CRESTOVALO 1010, CRISTEIRO 1258 Bruckner 274 CRISTELMO etc. A derivação de CREIXOMIL de *CHRISTI-MIR(i) tem a sua justificação em *OM* CRESTIMIR 1064, CRESTIMIRO 1220 (também CRASTIMIRO?) e CREST-ILLI 1067. Sobre a evolução de -STI- para -CH- ver Nunes, *Gramat. Hist.* 148: CHRISTIANU > CRECHÃO (no arc. SANCRECHÃO «sacristão», SEBASTIANU > SAVACHÃO, COMESTIONE > COMICHÃO, etc.) É verdade que nestes casos se trata sempre da semivogal i enquanto que em *CHRISTI-MIR o i é oral¹.

[285. *Criz Quinta do (Santa Comba Dão, Vis)].

Talvez seja o genet. CORAXII, COREIXE citado na nota pertencente ao art. CREIXOMIL.

[286. *Cucojães (Oliveira de Azeméis, Av)].

¿Donde poderia vir este nome de aspecto tão estranho? A terminação exclui, parece-me, a possibilidade de se tratar do CUCCO. O *OM* cita as formas seguintes: CUCCO 1258, CUK-EIRO 1097, CUCA-IZ 1258, CUCU-FATI (sancti) 943, CUCU-UATI era 1102. CUCUIAENS aparece só no séc. xv. ¿Quem será este santo CUCUFATO? O elemento CUCU pode aproximar-se de Sch COCCA, Kézzz, nome dum godo citado por Procópio.

287. *Cuide (Ponte da Barca, Via).

Vejo neste topónimo um nome *KUNI-HILDIS (latinizado -HILDUS, genet. -HILDI) formado como Sch CUNI-MUNDUS, Κυνιμουνδος e CUNI-GASTUS, sendo o primeiro elemento a raiz germ. KUNI «linhagem» ou gót. KŌNS, velho alto alem. CHOUNI, alem. mod. KÜHN «audaz», que é representado talvez no onomástico medieval por CUNIA < *CUNILA. CUNHA pode naturalmente ser idêntico ao apelativo CUNHA.

¹ ¿Mas o que será *OM* CORAXIA n. m. 954, CORAXII 1258, CORAXES 1088 COREIXO, COREIXE, COREIXIS, COREXIS, todos de 1258?

D

288. **Dade** (Vis).

O *OM* regista este nome como apelido de homem 1258, e um patronímico DATIZ 1093. Em DADE pode ver-se *DADILI, genet. de *DADILUS, cf. *OM* DADILA 998 e TADILO 982. Sachs propõe como étimo DADDJAN «amamentar», mas a raiz DAD- pode também relacionar-se com Sch DATIUS, acus. Δάτιον, nome dum hérulo, e F 406 ILIS-DATIS, que ainda não foram suficientemente explicados. A grafia TADILO faz também lembrar o nome dum ostrogodo ou vândalo TATA em Cassiodoro e Procópio. Ver F 286-390.

289. **Dadim** (1. Chaves, VR; 2. Monção, Via; 3. Braga).

É o nome anterior com o sufixo -INUS no genetivo. O *OM* tem DATINUS 1010 e DADINE 867-912. Na Galiza há três povoações chamadas DADIN.

290. ***Daém** (Viana, B).

Vejase o artigo DEM.

291. ***Dafões** (Celorico de Basto, B).

A origem de DAFÕES afigura-se-me ser o genetivo em -ONIS dum nome *DAGA-LAIFO idêntico ao DAGALAIFUS, Δαγλαίφος (com as variantes DACALAIFUS, GADALAIFUS, DALACAIFUS, que não passam de metáteses gráficas) citado por Schönfeld. Esta derivação não oferece dificuldade de ordem fonética. A sílaba intertónica cai normalmente, a mesma coisa sucede com o L intervocálico, sendo aquele fenómeno cronologicamente o primeiro. Quanto ao ditongo AI, que em visigodo soa ê, não é de estranhar que esteja representado por A, visto estar em sílaba átona e se ter fundido no A da primeira sílaba. Os dois elementos de composição de DAGALAIFUS são DAGA «dia» (cf. alem. mod. TAG e DAGO-BERTO «brilhante como o dia») e LAIBA «resto»: ver Sch 69 e F 390 ss, 996 ss. Infelizmente o *OM* não fornece nenhuma indicação que viesse apoiar esta explicação de DAFÕES. Por isto imponho-me uma certa reserva. Pode também ser que o D inicial seja, como noutros topónimos que se vão seguir, a preposição DE, e que o nome a interpretar seja AFÕES que se teria de aproximar de *OM* ADAFONES, ADAFFOES 1258,—ver os artigos AFÃO, AFÄES e AFE.

292. *Dages (Marco de Canaveses, P).

Trata-se certamente do patronímico *DAGICI de *OM* DAGO 995, forma hipocorística dum nome que tinha como primeiro elemento de composição DAGA «dia» a que me refiro no artigo anterior.

293. Daia (Castelo de Paiva, Av).

Pode identificar-se com muita certeza com ML 22 = *OM* DANILA 933. A explicação de Meyer-Lübke que se trata de *DANS «danês» ou seja «dinamarquês» é confirmada directamente por *OM* CASAL DANI 1258 e Sch 71 DANUS. A raiz DAN- entrava de facto na composição de nomes pertencentes a vários povos germânicos, facto que se explica pela grande reputação que os dinamarqueses tinham junto d'êstes. A mesma cousa sucede só com SUÁB (SUEBUS), WANDIL (WANDILIUS), ANGIL e WARIN, cf. Mällenhoff, *Beowulf* 29 e ML 22. — Visto o G diante I desaparecer em português (MAGIS > MAIS), a explicação de DAIA poderia ser outra: DAGILA ML 21, Sch 70, de DAGA que aponteí nos dois artigos anteriores. O *OM* traz uma forma DAILA que já se encontra em Cassiodoro, o que faz supor que a queda do G se produziu no próprio visigótico, talvez em virtude da pronúncia espirante desta consoante: ver Wrede, *Ostgoten* 174 e Schönfeld, arts. ARIGERNUS, ARIERNUS.

294. *Daires (Tondela, Vis).

Temos aqui a preposição DE mais o patronímico AIRES, cf. *OM* AIRE 1250, ARIES 959 e o art. AIRÃES. O *Dicc. Post.* cita uma variante ADAIRES = A D'AIRES.

295. *Daivões (Ribeira de Pena, VR).

Também neste topónimo o D deve ser preposição. *AIVÕES explica-se por *AVILONIS de *AVILO, correspondente a AVILA citado por Idácio, cf. Sch 40, hipocorismo dum nome formado com AWI- «bom» (?), cf. AVEMARUS ML 18 e AWI-GAOZ, AWI LEIB F 218. Do *OM* citarei VILLA AVILA 1166, AVILENZ 1043, AVILLE 897 e AVIADO (?) 1162.

296. *Dalhães (Marco de Canaveses, P).

A existência de *OM* DALIDIZI 1037 e DALLIDIZI 1047 não nos permite separar neste caso o D inicial como se fosse preposição. É sem dúvida o genet. *DALLIANIS dum nome *DALLIA, talvez idêntico a *OM* DALIA (rio). ¿Mas como explicar esta raiz DALL-?

297. *Dalvares (Tarouca, Vis).

Veja-se o art. ALVARES.

298. Damonde (Oliveira de Azeméis, Av).

Há várias possibilidades de interpretar este nome. Pode relacionar-se primeiro com *DANS do art. DAIA (*DANA-MUNDI), segundo, pode ser também a preposição DE mais AMONDE do art. 53.

299. *Danaia (Ponte da Barca, Vis).

O *Dicc. Post.* junta depois deste nome «A», o que indica claramente que o D é preposição e que o nome a explicar é ANAIA. Este ANAIA é certamente o ANANIA n. h. de 1063 que só posso interpretar como *ANNANILA, diminutivo do nome OM ANANA, apel. de homem 1258, cf. ANAIA 1046, ANAYA, ANAYAZ 1258. O nome reconstruído *ANNANILA, cuja formação não deixa de ser bastante estranha, pode comparar-se a ANARELOS 967 onde o segundo elemento parece ser de facto o suf. diminutivo -ILO. Sobre ANA- ver o art. ANHA.

[300. *Dão (Oleiros, CB)].

¿Será o DANUS citado por Schönfeld? Ver o art. DAIA. Como a Beira Baixa só tem pouquíssimos topónimos de origem germânica, a probabilidade é pequena.

301. *Dardavaz (Tondela, Vis).

Deve ler-se d'ARDAVAZ. Sobre o primeiro elemento, ARD-, veja-se o art. ARDÃOS. O segundo é novo. Identifico-o com *-VAZI, genitivo de *VACUS, forma latinizada de Sch 248 WACCA, WACCO, *Ūzaxiz*, etc., que vem de WAKAN «vigiar», cf. Wrede, *Ostgoten* 102. O v intervocálico germânico conserva-se portanto¹.

302. Darei (Mangualde, Vis).

Sachs 46 junta este topónimo sem necessidade a *DANS do artigo DAIA. DAREI é sem dúvida alguma o VILLA DAGAREDI OM 929, de DAGAREDUS 850-866, que se decompõe em DAGS: vid. art. DAFÕES, e *RETHS, REDUS «conselho» que já nos é também familiar. Vejo que Nunes 589 é da mesma opinião.

303. *Decermilo (Sátam, Vis).

Aqui DE é também preposição. Ver o art. CERMIL.

¹ ¿Ou não será antes o patronímico OM ARDEGAZI 1081, de ARDEGA 1087, veja-se o art. ARDEGAO?

304. *Decide (1. Vouzela. Vis; 2. Macieira de Cambra, Av).

Existem várias localidades chamadas CIDE, ver o art. 259, mas o *OM* regista também um nome DECUS 1033 que pode ser o primeiro elemento de DECIDE. Não posso nada dizer sobre esta raiz DEC- (DAIK-?). Lembro só o DACCIO de Schönfeld. Sobre -IDE ver ATAIDE.

[305. *Degodana (Ourique, Beja)].

Relacionar-se há com GODA, GODÃO, etc.?—Vejam-se estes artigos. A situação geográfica não o torna provável.

306. *Degodinha (Santo Tirso, P).

Vejam-se o art. GODINHA.

307. *Deguilhas (Marco de Canaveses, P).

Deve decompor-se em DE GUILHAS, que é um patronímico de *OM* GUILLA 1258, GUILO 1096 = Sch 265 WILLIA de gót. WILJA «vontade». Ver os arts. GUILHÃO, GUILHADE, etc.

308. Deilão (1. Bragança; 2. Valpaços, VR).

Pode ser o caso obliquo *DANILANEM de DANILA do art. DAIA. Sachs 46 estranha a conservação do *l* intervocálico. É que estamos a dois passos das «Terras de Miranda» que conservam esta consoante. DEILÃO pode explicar-se ainda de outra maneira. Pode ser *d**EILÃO, do *OM* EILO 883, EILON 1034, EILAN 1033 = EGILO 989, EGELO 991, EGELA 922, duma raiz EG- de que me hei de ainda ocupar. Meyer-Lübke 24 vê em DEILÃO o nome DAGILA.

309. *Delães (Vila Nova de Famalicão, B).

Deve tratar-se de *OM* 1220 ELAES (S. Salvatore de), genetivo dum nome hipocorístico *ELLA, cf. *OM* ELO séc. xv, LAMA DEELA 1258, DELLIZ 1065, da raiz ELL- que encontramos em nomes como ELE-MUNDUS, rei gépido, ELE-ARIUS etc., citados por Schönfeld e cujo significado não se conhece.

[310. *Dem (1. 2. Caminha, Via)].

O *Censo* escreve DAÊM. Convenci-me que não se trata dum nome germânico. DEM deve ser *DĪGNI, genet. de DĪGNUS, com *i* breve = ê. A evolução do grupo -GN- pode comparar-se a AGNES(E) > EINÊS, INÊS, com vocalização do *g*, ou ao meio-latinismo (por causa da conservação do *i*) DINO «digno» (p. ex. em Camões). *DENI evoluciona para DÊM como SERENI de SERENUS para SEREM. Que DIGNUS

existiu no onomástico medieval prova-o *OM DIGNO* 1059 com o patronímico *DIGNIZ* 1041.

311. ***Demenderes** (Tondela, Vis).

Veja-se o art. *MENDARES*.

312. ***Derdão** (S. Pedro do Sul, Vis).

Deve ser o caso obliquo **DELTONEM* de Sch *DELDO*, rei dos bastarnos, cf. F. TALTO e *OM DELDEMIRO*.

313. ***Derizes** (S. Pedro do Sul, Vis).

Tenho a impressão que estamos em presença dum duplo patronímico *ERIZIZI*, de *OM ERIZI* 1068, que por sua vez vem de *ERUS* 897, *ERO* 922. A mesma raiz *ER-*, cujo significado desconheço, encontra-se em Sch *ER-ARIUS*, *ERE-LEUYA* e *ERI-ULFUS*. Os patronímicos em *-IZIZI*, *-ICICI* não são raros no onomástico medieval.

314. ***Dero** (Ponte da Barca, Via).

Eis aqui o nome *ERO* que apontei no artigo anterior.

315. ***Destriz** (Oliveira de Frades, Vis).

Veja-se o art. *ESTRIZ*. O *D* é preposição como no nome anterior.

316. ***Diça** (S. Pedro do Sul, Vis).

Teremos sem dúvida que ler *d'IÇA*. Êste *IÇA* é idêntico a *OM ICIA* 1097, *ICILA* 1075, *ICZILA* 1044, *ICILA* 999, *IKILA* 938, diminutivo de *F* 942 *Iko*, representado no onomástico medieval por *IGU* 985, *Igo* 957. A palatalização do *c* diante *i* é normal em português: **ERICIUS* *REW* 2897 > *OURIÇO*; o que é curioso é que nos nomes de origem germânica esta evolução se dá algumas vezes, outras não. Além das grafias apontadas acima temos *IQUILA* 933, *IQUILO* 1088, *IQUIA* 1258 e na toponímia hodierna *INQUIÃO* e *ANQUIÃO* (com nasalização «espontânea» da vogal inicial). O último destes dois nomes falta na minha lista, mas concordo plenamente com Sachs 71 quando o faz derivar de *IKILA*. O duplo tratamento de *ci* não se observa unicamente neste caso, cf. *OM RIQUILA* 946 a par de *RIZILA*, e hoje *REÇOMIL* a par de *REQUIÃES*: ver o art. *CEDÃES* onde procurei dar uma explicação deste fenómeno.

[317. ***Dinsa** (Ponte do Lima, Via)].

Não é impossível que êste nome seja o mesmo que o anterior. A nasalização espontânea já a encontramos em *INQUIÃO*.

318. *Donai (Bragança).

A raiz de que é formado este nome já figura em ML 22 com um ponto de interrogação. Meyer-Lübke que cita dos *PMH* DONADILDI, DONADILLI e DONAILI não chega a nenhuma conclusão no que diz respeito à proveniência deste elemento DON-. Lembra que os nomes citados poderiam vir de DONATUS a que se teria juntado hibridamente um elemento germânico, (Lognon tinha também interpretado o DONEFREDUS no *Polyptychon Irminionis* desta maneira), mas acrescenta logo que tais composições híbridas são raríssimas na península. Para mim o carácter germânico desta raiz está fora de dúvida. É frequentíssimo no onomástico da Idade Média. O *OM* cita um apelido masculino (!) DONA 1258, DONO 1053, DONON 955, DONAM 944, DONNAN 995, DONELA 1008, etc. DONAI representa indubitavelmente *OM* DONNANI 924, DONANI 978 genet. dum nome *DONNANUS = *OM* DONAO 1258. As grafias com MN: DOMNANI 1009, DOMNICA 1067, DOMNICON 974 foram influenciadas por DOMINO = DOMINUS. Ver também DONELO, DONIM e DONÕES e F 417.

319. Donde (Monsão, Via).

Sachs limita-se a citar este nome sem comentário. DONDE deve aproximar-se de DONDI, DONDULUS, DONDOLINO, DONDONI apontados em Dante Olivieri, *I cognomi della Venezia Euganea* in *Biblioteca dell'Archivum Romanicum*, série II, n. 6, p. 159. Pode também ser que seja DE mais o elemento END- de *OM* UNDA (villa) 1258.

320. *Donelo (Sabrosa, VR).

É a raiz DONN- do art. DONAI. O *OM* tem DONELLUS 968, DONNELLO 1076, DONNELLIZ 1014, DONELOM 1057, DONELA 1008.

321. *Donim (Guimarães, B).

Ver os arts. DONAI e DONELO. DONIM é o genetivo (patronímico) dum nome *DONN-INUS = *OM* DONINO 1045.

322. *Donões (Montalegre, VR).

Trata-se do genet. *DONN-ONIS dum nome *DONNO representado no *OM* pelo obliquo DONON 955; ver o art. DONAI.

323. *Domsumil (Mesão Frio, VR).

O primeiro elemento é DOM = DOMINUS, o segundo relaciona-se com *OM* SUNIE-MIRI, 906, patronímico de SUNIE-MIRUS 1013, de SUNJA «verdade» e MIRUS «célebre». Na província de Leão há um VILLASUMIL, S 91.

[324. *Dordelinho (Sever do Vouga, Av)].

Será um *DORDELLUS mais -INHO? Veja-se o artigo a seguir.

325. *Dordio (Pedrógão Grande, Lei).

É um nome *DORDILUS que podemos reconstruir através de *OM DORDIA* 1033 (= *DORD-ILA), *DORDIZ* séc. xv, *DURDIE* 1258. Não posso dizer nada sobre esta raiz DORD-. Como conhecemos o nome *ULDIDA* (com a variante *ULDILA*), dum bispo dos visigodos hispânicos, cf. Sch 245, pode também tratar-se da preposição *DE* mais **ULDIDUS*. A raiz *ULD-* vem de *WULTHUS* «esplendor». Contra esta última interpretação fala a diferença da vogal tónica.

(*Continua*).

JOSEPH M. PIEL.

A «Vida e feitos de Julio Cesar»

(Continuado do Tómo II, p. 223)

A cidade de Rrodes teve¹ contra nós na batalha que nós ouvemos cõtra Perssyo, rrey de Macedonia. E quando aquella batalha foe acabada, o Ssenado e os consulles julgaram que aquelles de Rrodes nom fossem destruydos, por as gentes nom cuydarem que sua destruyçom fora mais por cobiça de suas rriquezas que por feito que fizessem. Aqueles de Cartago nos erraram² outro tempo assaz nas guerras que nós ouvemos contra os d'Affrica e quebrantarõ as tregoaes e pazes que com nosco avyã, e empero nossos meestres³ nõ [fl. 7 b] esguardarom aquello que elles ben poderiam fazer, por que elles os poderom bem destroyr, ante os rreteve bem de direito e piedade⁴. Esto meesimo devees vós, senhores, de fazer, que ho erro e o maaõ feito daquelles que sson presos nom deve de sobrepojar⁵ a nossa dignydade e o nosso duçor⁶; mais devemos d'esguardar nossa booa nomeada que nossa sanha. Aquelles que ante mÿ derom sentença ham⁷ assaz fremosamente mostrado o mal que poderia viir ao comuõ polla conjuraçõ, a quall era cruellidade de batalhas⁸ e forçamento de moças virgees e desonrra das nobres donas e rroubamento dos templos e honrradas casas, matar e queymar e encher a cidade dos corpos dos mortos; e esto som taes cousas en que nõ devem falar, por que mais pode mover a piedade o coraçom do homõ a cruellidade da obra que a ssanha della meesma⁹ e nom ha nõ huõ tall que nom agrave sua desonrra e alguõs agrava mais daquello que ho rrazom. Mais homẽ cõsente¹⁰ a huõ que nõ consentira ao outro, ca sse huõ baixo homẽ [fl. 7 c] herrou algũa cousa por sua sanha¹¹, poucos o ssabem; mais ho erro do grande

¹ se tint contre nos *FR.* ² nos firent *FR.* ³ ne porquant nostre maistre n'esgarderent pas ce que il pooient faire deis *FR.* ⁴ ainz les retint douçor et debonairetez *FR.* ⁵ ne sormont *FR.* ⁶ nostre douçor *FR.* ⁷ ha ham. ⁸ cruelté de bataille, prendre puceles a force, esraigier les anfaiz des braz es peres et as meres, faire force et honte as dames, despoillier templos et maisons, occirre, ardoir, emplir la cité de charoignes et de sanc et de plor *FR.* ⁹ de ce ne covient il ja parler, car plus puet moveir a pitié le cuer del home la cruauté de tel oeuvre que li recorcz del oeuvre *FR.* ¹⁰ mes i chaut ce a un qui ne chaut pas a autre *FR.* ¹¹ por mon error *FR.*

homẽ, ora seja contra justiça ou em quallquer outra cousa, de todos he sabudo. Se homẽ de pequeno estado faz alguũs erros, dizem que foy com sanha, mais se o faz o de grande estado contã-lho por orgulho. E por esto devemos nós d'esguardar a nossa nomeada. A mãy parece que ho herro dos conjurados sobrepoja todallas penas; mais quando homẽ atormenta alguũ, se o tormento he muyto¹ aspero, taes li ha² que leixam de falar no erro do tormento e falam na cruellidade do atormõtador. Eu creio bem que Decius Sillanus á dicto aquello³ que disse por proveito do comuũ sem amor e sem malquerẽça; esto conhoço eu em suas palavras e ã sua temperança e em sua sentença nõ cruell⁴, por que cruellidade nõ pod[e]ria seer feita contra tall gõte, mais todavia⁵ ella nõ he convinhaavell ao nosso comuũ. Sillanus he forte homẽ e nobre estremado pera seer consull⁶ e julgou-os a morte por medo do [fl. 7 d] mall que faziam, se os leixassẽ viver, mais os medos em este caso nõ ham lugar, por que Citheros⁷, nosso consull, he tã direito⁸ e tam guarnido d'armas e de cavaleiros que nós nõ avemos que temer. Da pena direy eu o que me parece: se estes forem mortos, a morte nom he tormẽto, antes he fym de tormentos e de catividades⁹, a morte acaba todallas penas¹⁰ e depois della nõ ha prazer ñem tristeza. E Sillanus diz que elles sejam atormõtados primeiro e que os matẽ. Lex ha hy que defendem que os homeõs julgados a morte nõ sejam primeiro feridos. E algũas lex defendẽ que nõ matem o cidadão danado, mais que o degradem pera todo sempre. Senhores conscriptos, paraae mentes ao que fazees: aas vezes faz homẽ cousa por bem, que lhe saae depois a mall. Quando os de Maçedonya ouverõ tomado Atenas, elles estabeleceron triinta homeõs, que erã meestres do comuũ; aquelles matavam no começo os maos [fl. 8 a] homeõs e desleaaes, sem outro julgamento, e o poboo era alegre e dizia que faziã bem. E depois creceo o custume¹¹ e a licença pouco a pouco, ã tall guisa que elles

¹ auques aspres FR. ² tex i a qui bien sevent blasmer le torment et del mesfait ne tienent nulle parole FR. ³ daquello. *Erro por aquello. Cf. a dit ce que il a dit FR.* ⁴ tant conois je ses mors et sa temprence, ne sa sentence ne m'est pas cruels FR. *O texto português deveria dizer: e sua sentença nõ é cruell.* ⁵ mes totes voies FR. ⁶ eslenz a consele FR. *Decius Sillanus estava designado cônsul para o ano seguinte. Cf. FR, fl. 8 c: Decius Sillanus unus nobles senators qui estoit nomez et esleuz a estre consele l'an après.* ⁷ Por Ciceros. ⁸ si de-crez FR. ⁹ de chetiveté FR. ¹⁰ totes poignes terrienes FR. ¹¹ crut la costume FR.

matavã aas suas vontades os boos e os maaos, tanto que os outros foram espantados e foe a cidade em tall servidoõe que òtenderom bem que a ssua alegria era tornada em tristeza. Lucius Silla foe muyto louvado por que matou Demasipe¹ e outros que foram contra o comuã de Rroma; mais aquella cousa foe começoamento² de grande mall, por que depois, como cada huũ cobliçava da villa algũa casa ou rroupa dalguũ outro, elle o acusava; e destes eram muytos cõdenados a torto por seus averes, en tall guisa que aquelles, que foram alegres da morte de [De]massipe e dos outros, forõ depois sanhudos, por que Silla nõ cessou em esta maneira de matar, ataa que seus cavalleiros foram todos cheos d'aver; empero que de tall cousa [fl. 8 b] nõ he duvida en este tempo³, em quanto Marcus Tullius Citheros he conssul, mais em tã grande cidade ha muytos⁴ desvairados homeẽs e cheos d'artaria⁵ e, per tempo, poderia seer que cada hũ delles viinria seer consnull⁶; e sse matassem alguũ homẽ a torto por esta rrazõ, poderia dello viir huũ grande mall.

Aquelles que foram ante nós ouverom siso e entendimento⁷, e orgulho nom lhes tolheo que elles nom tomassem boo exemplo de rrazõ dos estrangeiros; quando elles achavam em seus iniĩgos algũa booa manha⁸, eles o sabiã bem poer em obra em suas casas, e amavã mais de segair o bem que aver enveja. E elles faziã os cidadaaõs aa maneira de Grecia⁹; quando os malles começarom de crecer foy dada ley¹⁰ que os danados fossem degradados. Pois por que tomamos nós agora novo consselho? Assy o fizerom nossos antecessores e mayor virtude ffoe em elles que en nós, por que elles eram poucos e conquistarõ com pouca rriqueza esto que a maas penas¹¹ nós agora pode-[fl. 8 c]-mos rreteer e guardar. Ora que faremos nós? Leixaremos hir estes prisoneiros pera acrecẽtar na hoste de Catelina? Certamente nõ; antes he minha sentõça que seus averes sejam provicados e postos em mouta¹² e seus corpos seram¹³ em desvairadas prisodẽs fora desta cidade en fortelezas bem guarnidas e

¹ Por Damasippus. ² commencement *FR.* ³ ne por quant de cel chose n'ai je delte en ces tens, meismement tant com Marcus Tullius Ciceeron est con-seles, mes *FR.* ⁴ muytus. ⁵ pleins d'angin *FR.* ⁶ el tens a autre consele porroit aucuns metre avant fals por voir *FR.* ⁷ hardement *FR.* ⁸ toiche *FR.* ⁹ Il faisoient les citeains forzez a la guise de Grece *FR.* ¹⁰ lois furent donçes *FR.* ¹¹ que nos poons a peñnes ne tenir ne garder *FR.* ¹² que lor avoirs soit publiez et mis en avent *FR.* ¹³ soient *FR.*

nõ huñ nom falle por elles ao Senado nem ao poboo e o que o cõ-
traíro fazer será¹ posto com elles em prisom.

Quando Cesar ouve assy fallado, huñ dezia hũa cousa e outros
outra. Mais Çicerom mandou a Marco Cato que dissesse sua sen-
tença; e elle sse levantou e disse:

—Senhores paadres conscriptos, quando eu paro mentes aa con-
juraçõ e ao periigo que sse dello pode seguir, contrapensso² em mÿ
meesmo a sentença de cada huñ e eu pensso o contraíro do que
Cesar e outros alguñs disserõ. Elles ham falado soamente da pena
dos conjurados, que hã aparelhadas batalhas a sua [fl. 8 d] terra e
destroyçõ a seus templos e a ssuas casas; mais mayor mester³ he
que homẽ tome cõselho como se poderá guardar delles e do periigo
que elles aparelharom, que da pena que hã d'aver, por que sse sse
homẽ nõ percebe em tall guisa que o periigo nom venha, em balde
seria o consselho da pena⁴; por que, se a cidade fosse tomada per
força, os vencidos nõ teem nem hũa atenda⁵, mais todo será leixado
a Deus e a aventura. Ora fallarey a vós, que mais vós vos traba-
lhaes de averdes vellas⁶ e moradas e tavoas d'ouro que do proveito
comuñ. Se vós estas cousas que tão amaaes querees guardar e que-
rees manter vossos deleitos en occiosidade e follgança, avisaa-vos
e penssaee de guarecerdes o comuñ⁷, por que, se o comuñ perecer-
como escaparees vós? Este feito nõ he de jogo⁸, ante he de defen-
sson de nossa⁹ franqueza e de nossos¹⁰ corpos, que som em periigo.
Senhores, eu ey muytas vezes fallado e me ey aquerellado [fl. 9 a]
ante vós da avareza e da luxuria, da cobiça dos nossos cidadãos,
polla quall cousa eu ey a mallquerença dalguñs, por que eu nom
perdoe ligeiramente ho erro doutrem, do quall eu en mÿ nom sento
tacha, nõ per dom dalguñ maaõ feito eu nom queria doutrẽ guaa-

¹ soit mis en prison come uns dels FR. ² et je contrepois... je pans tote
autre chose FR. ³ mes grandes mestiers est FR. ⁴ por neant iroit len a con-
soil quant il seroit avenuz FR. A tradução portuguesa significa: «seria inútil
tratar em conselho da pena aplicável ao delicto». ⁵ li voincu n'i ont rien d'a-
tante, tot sera en la mine FR. No texto atenda será substantivo verbal formado
de atender, ou decaique sobre o termo francês. O sentido da frase é: «os vencidos
não têm nada a esperar». Cf. capta urbe, nihil fit reliqui victis CC, LII. ⁶ Por
villas. Cf. viles FR. ⁷ et pensenz dou comun garantir FR. ⁸ ceste besoigne
n'est pas de touleu ne de peaigne ne de querele de compaignons FR. ⁹ vostre
franchise FR. ¹⁰ vos cors FR.

nhar graça¹; e se vós desto nom daaes nada e vossas rriquezas vos fazem muytas cousas poer em esqueecimêto, todavya era o de-reito estado mais firme que agora²; mais aquy nom se fala do bem viver ou de mall viver nê de acrecentamento do senhorio dos rromaños; ante nos cõvem de veer se he justo que nós avemos poder e que dar e seer nosso³, ou será de nossos iniigos, o que nom deve nê huñ de fallar de cortesia nem de concordia, por que dar a outrem beês era nossa cortesia e ora em mall fazer he nossa virtude; e por esto vay a nosso comuñ assy a decrinaçõ. Ora podees vós seer piedosos⁴ contra aquelles que nê hũa cousa vos nê cuydam do leyxar e que cuidã rroubar os [fl. 9 b] comuñs thesouros? Avee delles piedade⁵, assy que todollos boos homeês vão a perdiçom! Em esto que vós perdoaaes a huñs poucos de malfieitores, [soes] destruydores de grande multidode de booa gente. Cesar falou fremoso e afeytadamête da vida e da morte, quando disse que depois da morte nã ha cuydado nem alegria; mais quando elle assy falou eu creio que elle cuydava em aquello que homê acha dos do Inferno: que os maaos estam de fundo⁶ dos boos e entram en logares negros e espantosos e fedoreentos; e depois julgou que seus averes fossem publicados e elles postos em guarda e em prisom em desvairadas fortelezas fora de Rroma; duvidava⁷ elle que sse elles fossem guardados em Rroma que os da conjuraçom ou outros alguñs os tirassem per força da prisom. Nom ha maa gente senom em esta cidade! E em todos cabos podem seer chamados⁸ maaos homeês. E em balde se temya Çesar se elle cuydava que elles nã podiam seer tam bem guardados em Rroma como fora; e sse [fl. 9 c] elle soo nom ha medo que elles escapem daquellas prisoees, onde elle diz que sejam postos, e elle soo nom teme o periigo do comuñ, eu som o que ey medo de

¹ Car je ne pardonoie pas legierement a autru le mesfait dont je ne sentoie nule theche en moi; et de nul forfait por doner je ne queroie autru grace avoir *FR.* ² totes voies estoit li comuns en droit estate et plus fers que ore *FR.* ³ se ce que nos avo[n]s nos puet remanoir et estre nostre *FR.* *O texto português deveria ser:* «se isto que nós avemos em poder quedará e seerá nosso». *Cf.* sed cujus haec cumque modi nostra an nobiscum una hostium futura sint *CC, LI.* ⁴ pitos *FR.* *A margem do texto português:* e meter o poobo é aventura e podees seer piedosos. ⁵ Donez lor nostre sanc si que tuit li predomme aillent a perdicion et en ce que vos esparnerez un pou de malfaitors si destruez une grant torbe de bone gent *FR.* ⁶ li mauvais sunt desevré des bons *FR.* ⁷ doltoit-il *FR.* ⁸ por tot puet len trover malvais homes *FR.* *Erro por achados.*

mÿ e de vós outros. E por esto vós devees de saber que [a]quello que vós julgardes dos prisioneiros deve de seer julgado de toda a companhia de Catelline e, se vós fezerdes destes aspera justiça, todos os da hoste de Cateline serã espâtados, e se o fezerdes fracamente, vós os verees viir contra nós, cruees e fortes¹. E nom cuydees vós que vossos² antecessores ouverom acrecentado o ssenhorio do comuñ soamente per armas, pero que³ sse assy fosse muyto o poderíamos nós agora fazer melhor que elles, que nós avemos mais eidadeãos e mayor avondança de cavallos e d'armas; mais em elles ouve outras cousas, pollas quaaes foram de grande nomeada e de grande prez. E destas cousas nom som agora muytas en nós, ca elles eram sages⁴ ã suas casas e bem costumados e davam direitos mandamêtos aos de fora; seus corações [fl. 9 d] eram francos e seus spritos⁵ livres⁶ pera dar consselho, sem nem hũa sospeiçom e sogeiçõ de pecado que elles tevessem e sem seguir maa vontade. Mais em logar destas cousas pode homẽ achar em esta⁷ luxuria e avareza, geerall proveza e especiall rriqueza⁸. Nós nom fazemos nem huñ departamento⁹ do bem e do mall, mais todo he tornado a cobiiça¹⁰; esta he a ssua soldada de virtude¹¹; e nom he maravilha quando cada huñ de vós tem sua carreira e seu consselho¹²; vós serviis ã vossas casas aos delloitos e trabalhaaes-vos de seguir vossas vontades, e de fora por apanhar e aver¹³ e gnaanhar a graça dos outros; e desto vem que os conjurados guerreem o comuñ e o querem deströyr. Mais destas cousas que vós em tall maneira fazees nõ direy ora mais; mais tornãdo a nossa rrazõ: nobres cidaadaãos ham feito jura que queimariam¹⁴ a villa e ajuntariam assy por mover batalha¹⁵ gentes de França, que nom amã o senhorio nem a nomeada de Rroma. Ca-[fl. 10 a]-teline, o duque¹⁶ de nossos imiigos, vem sobre nós con todo seu esforço. Ora tardaas vós e duvidaas do que avees de fazer

¹ cruels et fiers *FR.* ² nostre encessor aient acreue *FR.* ³ car se la chose alast ainsi *FR.* ⁴ soige et vezis *FR.* ⁵ spritus. ⁶ lor cuer avoient franc esperit et delivré a doner conseil sanz nule subjection de pechié que il creensissent *FR.* ⁷ len puet trover nos *FR.* Talvez em esta [idade]. ⁸ commune poverté, privée richece *FR.* ⁹ dessevrement *FR.* ¹⁰ tot est torné a covoitisse *FR.* A idea de *Salústio é de que a cobiça obtém o prêmio só devido à virtude: omnia virtutis praemia ambitio possidet CC, LII.* ¹¹ ce est li loers de vertu *FR.* ¹² et ce n'est pas mervoile quant chascuns de vos tient sa voie et son conseil por soi meisme *FR.* ¹³ servez ou a avoir amasser ou... *FR.* ¹⁴ arderont *FR.* ¹⁵ por mover bataille *FR.* ¹⁶ li dux de nos enemis *FR.*

de vossos inígnos, que teendes presos de dentro destes muros! E sse for julgado que vós ajaaes me[r]çee delles dizendo que sô homẽ[s] mançebos e que o fezerõ com sandiçe e com maa cobiça e os leixardes hir¹, eu me temo que esta piedade e esta duvida² nom sse vos torne a mizquindade e amargura; por que a cousa de ssy he aspera e maravilhosa³; vós outros nom avees medo e eu som bem certo que ssy; mais a preguiça e a fraqueza⁴ e maldade de vossos coraçõẽs fazẽ que huũs sse teerã aos outros⁵. Vós pocẽs vossa fiança en vossos deoses e dizees que elles ham a guarda do comuũ e cuydado de o livrar de malles e periigos; mais a ajuda de Deus nom vem aa vontade daquelles que querẽ viver como molheres, mais as cousas vem bem aaquelles que sse querem trabalhar de bom fazer e de darem boõ conselho. Embalde chama Deus o que sse lança⁶ a preguiça e a malda-[fl. 10 b]-de. Marcus⁷ Torquatus, huũ dos nossos duques anciaãos, mandou matar sseu filho por que ferio em Fríça⁸ em hũa batalha seus inígnos contra seu mãdamento, e por tall erro morreo aquelle nobre mancebo; e vós mataaes⁹ e fazees justiças destes cruees patricidas, que querẽ destroir a cidade, leixando-os vós por ssua booa vista e por sua boa vida. Nom morreria Lentullus pella dignidade de seu linhagẽ¹⁰! Se elle em alguũ tempo amou castidade ou a nomeada ou sse amou Deus ou perdoou a alguũ homẽ? Nom moura [Ce]thegos e ajã piedade de sua mancebia! E sse elle nũca allevantou arroydo nem batalha em esta terra? Gabinus Estatilius e Ceparius¹¹ quem som, pera eu delles aver de fallar? Que sse em elles ouvera algũa dereitura, elles nom fezerom conselheiro de destroyr o comuũ; aa derradeira eu vos digo, senhores e padres, par Deus, que, sse eu fosse certo d'escapar, que eu soffreria bem que vós fossẽes castigados per suas obras; mais eu digo esto por quan-

¹ et les laissez aler toz armez FR. ² ceste dolçors ne vos tort a misere FR. ³ perilosse FR. ⁴ la moletez FR. ⁵ fait que l'un de vos s'atent a l'autre FR. ⁶ qui s'abandonne FR. ⁷ Marcus está rasurado. Erro por Manlius. Cf. Manlius. Torquatus FR. ⁸ fraça. ⁹ vos demorez a faire justice de cels cruels patricides FR. No texto português deveria estar: e vós tãdaes em fazer. ¹⁰ laissez le vos por lor bone vie? Ne muire pas Lentulus por la dignetẽ de son lignaige! Se il ama onque chaastẽ? Se il ama onques dieu? Se il esparna onques home? Ne muire pas Cetegus, ait l'en pitiẽ de sa jovente! Se il ne mut onques mes noise en cest pais ne bataille? Gabinus et Statilius et Ceparius quel sont? Que en doi-je dire? FR. O texto português falha aqui, comparado com o original.

¹¹ Cepariq.

tos¹ somos ençarrados em periigos de to-[fl. 10 c]-das partes; que Cateline con toda sua hoste é llá fora a nossos olhos [e] nos cuydava de sorver²; e en esta villa per todos cabes sô outros muytos, per tall guisa que nós nom nos podemos aparelhar nem conssehar de nê hũa cousa que os nossos iniigos nã saibam. E porem eu dyrey tall sentença: verdade he que o comuñ he posto em periigo pollo maldito consseho dos cidadãos e escomũgados e desleaaes³; e elles o quiserom negar, mais foy-lhe provado pellos messegeiros de França e per Vulterius⁴ e como quiserom queymar a villa e matar e destroyr os millores da terra e forçar donas e donzellas e fazer outras cruelldades; e por esto eu dou sentença e julgo por sentença que seja feito delles como de treedores e d'omecidas⁵.

Marcos Catam e Jullyo Cesar foram iguaaes em muytas cousas, assy como em linhagẽ, por que hũu era de tam booa gente como ho outro e em hydade e em bem falar e em forteleza⁶ e em ardimento [fl. 10 d] de coraçom. Em estas cousas eram elles acerqua yguaaes, a nomeada e a gloria de huñ era tall como a do outro; mais esto era per desvayradas guisas⁷. Cesar era de grande nomeada per boondade e per dar, como aquelle que graadamente despendia. E Catão era nomeado de castidade⁸ e de limpeza e pureza de divida⁹. Jullio Cesar era piedoso e misericordioso¹⁰. E Marcos Catam era aspero, e forte¹¹ em guardar direito e manteer justiça. Cesar conquistava gloria per dar e per ajudar, Catã conquistou gloria sem nê hũa cousa dar. Jullyo Cesar era rrefregerio¹² dos cativos e Marcus Catã era destroyçõ dos maaos. Jullyo Cesar era ligeiro [e] prestes¹³ a fazer muytas proezas; Marcus Catã era firme e estaavell nas direitas obras. Jullyo Cesar avia vontade de trabalhar e cuydar nos feitos de seus amigos, e dos seus nom dava nada nê negava cousa

¹ por ce le di, que nos soumes enclos et en peril *FR.* ² et nos cuide englo tir *FR.* ³ por le maudit conseil de citiains escommuniez et desloiaux *FR.* ⁴ Tyte Vultier *FR.* ⁵ O texto português omite, depois disto, o pequeno capítulo do original francês (fl. 10 c, d), em que se faz referência à impressão decisiva do discurso de Catão no Senado, traduzido do livro de Salústio, cujo comentário moral o escritor francês refere. ⁶ en fierté *FR.* ⁷ mes il i entendoient diversement *FR.* ⁸ estoit renomez par netée et par entiereté de vie *FR.* ⁹ divida. Erro por vida. ¹⁰ estoit debonaires, pitos et misericors *FR.* ¹¹ estoit aspres et fers et roides en droiture garder *FR.* ¹² refuges as chetis *FR.* ¹³ estoit legiers et movanz a faire *FR.*

que fosse pera dar¹; e elle cobiiçava grande degnydade e grande hoste e no-[fl. 11 a]-vas batalhas, onde sua virtude e sua gloria podesse parecer e esclarecer. Marcos Catam est[ud]ava² em mesura e honrra e em vertude e em lealldade mãteer e nom se enclinava³ a nem huã torto por amor nem por mallquerença nem por peita, nem avia cuydado de debater⁴ contra os homeês rricos por rriqueza nã contra os treedores per trayçom, ante paya virtude⁵ contra virtude e vergonha com mesura e a ssentença⁶ com ynoçençia e ante seer boo que o parecer. E o por que elle menos cobiiçava prez e o louvor e gloria por esso avya menos⁷.

Segundo que diz Sogeytones⁸, depois que o Ssenado sse acordou de matar os conselleiros de Cateline, segundo vos avemos contado e segundo foe julgado per Catã, Jullyo Cesar nom cessou por esso d'enpachar⁹ suas mortes em quanto pode, entanto¹⁰ que os cavalleiros d'armas que guardavã os presoeiros tiraram suas espadas contra elle [fl. 11 b], por que os queria muyto defêder por suas palavras, e muytos dos que estavam acerqua de Cesar se arredarom affora cõ temor e outros o cubrirom cõ seus braços e com seus mantos. E ell sse partio entom da corte tan espãtado¹¹ que en todo o rremanête daquelles nũca hi mais tornou. Outra vez, segundo diz Sugeitones, foe nomeado antre os companheiros de Catelline. E Luçius Vestius¹² o nomeou davante huã questor que avia nome Moucos o negro¹³ e Quintus Curius o nomeou no Ssenado e disse que Catelline meesmo lho enviara dizer que elle era da sua cõjuraçom; e a este era prometido guallardom do comuã por que descobrira primeiramête a cõjuraçom. E Luçius Vestius dezia que Jullyo Cesar dera seu escripto a Catelline en que a cõjuraçom era confirmada.

¹ nes condisoit riens qui feist a doner FR. ² s'estudioit en mesure, en honor en vérité et en loiauté maintenir FR. ³ ne se flainchist uns tort por nul loier, ne por amor ne por haine FR. ⁴ d'estriver FR. ⁵ ainz metoit vertu contre vertu FR. ⁶ austinnence FR. No original português estaria austerença. ⁷ et por ce que moins covoiitoit loenge, pris et gloire, plus en avoit FR. ⁸ Après revient Sallustres a sa matiere et dist. Quant li Senaz FR. O texto francês conta aqui o fim da conjuração de Catilina (fl. 11 a - fl. 13 b). O texto português omite todo este lugar e vai retomar FR a fl. 13 b. ⁹ ne laisa pas por ce que il n'enpéchast lor mort FR. ¹⁰ si que FR. ¹¹ lors se parti de la cort si espoantez que il n'i entra puis en tot le remenent de cel an FR. Cf. VJC, xiv. ¹² Vettius FR. Êrro por Vettius. Cf. VJC, xvii. ¹³ Novius li noirs FR. Novius Niger VJC, xvii.

E Jullyo Cesar se escusou fremosamête¹ e deu a Citerom por testemunha que elle ho avisara e conssellhara de muytas cousas que elle soubera da conjuraçõ. E ffez tâto que Quintus Tullyus² perdeo ho guallardom que lhe era prome-[fl. 11 c]-tido do comuñ. E Lucius Vestius perdeo quanto avya e a pouco lhe mingou que o poboo ho nõ fez morrer³ e Cesar o meteo em cadea; e Novyos, o questor, foe posto em cadea, por que consentyo que Jullio Cesar fosse acusado per dant'elle, por que tiinha mais allto officio que o ssea.

No primeiro dia que Jullyo Cesar ffoe pretor, chamou Quintus Catulus per vontade do poboo e mãdou que o Capitolio flosse rrefeyto; mays quando vyo que nom prazia⁴ ao Ssenado leyxou-q assy estar. Cezillius Metellus era huñ tribum forte e aspero e contrairo ao Senado e a ssens companheiros ã muytas cousas e Cesar era sen familiar⁵ e o ajudava a defender cõtra todos, entanto⁶ que o Senado julgou que huñ nem o outro nom ouvessem officio que pertecesse ao comuñ. Mais cõtra todo esto husou Cesar de seu officio e dava sentenças assy como soya, atees que o Senado enviou cavalleiros armados que per força lho defenderom. E quando [fl. 11 d] elle soube que por esto eram viindos, elle sse foe⁷ muy caladamente a ssua casa e penssou de estar em paz e de sse nõ antremeter de nem hũa dignidade, atee que visse lugar e tẽpo; e dous dias depois desto veho grande mulltidoõ de gente a ssua casa e preguntaron-lhe que dignidade queria elle e elles se trabalharyã que a ouvesse. E Cesar rrespõdeo que nom fezessem, que elle nom tiinha de ffazer cõ as dignidades, pois viia que nom prazia ao Ssenado de as elle aver e que elle as nõ queria contra sua vontade delles. E quando o Ssenado soube que offerecera o poboo ssua ajuda em tall guisa e que Cesar a rrefusara⁸, enviarom os mays dous honrrados homeẽs da villa a ssua casa e agradescerõ-lhe por que nõ quisera mover o poboo contra elles; e por tirar aazo⁹ d'arroydo chamarõ-no aa corte e foe allã louvado dos senadores por muytas palavras e tornarõ-lhe seu officio tã cõpridamente como antes avia [fl. 12 a].

¹ en fist bel escondit *FR.* ² *Êrro por Curius. Cf. Curius FR.* ³ et pres que li pueples nel tua en mi le plaideoir *FR. Cf. VJC, xvii.* ⁴ que li senaz en estoit contre lui *FR.* ⁵ ses familiers *FR.* ⁶ tant que li senator *FR.* ⁷ il s'en foi tot coïement *FR.* ⁸ l'ot refusée *FR.* ⁹ Et por oster achoison de noise *FR. Ver sôbre isto VJC, xvi.*

Aconteceo que na¹ provincia da derradeira Espanha cayo na parte de Jullyo Cesar e entom veherõ a elle aquelles a que elle devia e quiserõ-no rreeter, ataa que suas dividas fossem pagadas; mais Cesar lhes prometeo e os pôs ã booa esperanza, que o leixarom hir². Entom chegou a Espanha e hordenou-a e pacificou toda a terra aa ssua vontade; des hi que nõ quys tardar³ tanto que os cõssulles e os senadores enviassem ssucessor, que ouvesse de guardar a terra, antes se trigou de tornar a Rroma pera seer o dia⁴ ã que davã as dignydades, por que elle avya enteencõ de seer cõssull. E quando chegou acerca de Rroma demandou duas cousas ao comuõ: hũa que lhe aparelhassem triunfõ e a outra que o fozessem consull. Triunffõ he huũa maneira de hõrra e de alegria que os rromãos ffaziam aaquelles que erã enviados em estranhas terras e quando tornavã e aviã vencidas as batalhas e conquistas e comarcas a que eram enviados, entom os vestiam de vesti-[fl. 12 b]-duras brancas e poynham ã suas cabeças cor[õ]a de loureiro e cavalgavã-nos sobre huũ carro qu'y tiravã cavallos brãcos, e todo o poboo de Rroma o ssaya a rreecer e aa entrada da cidade eram acerca do carro aa parte deestra homões e molheres que cantavã e ffaziam alegrias e da parte esquerda eram os prisioneiros e cativos que vii-nham chorando e braadando, como aquelles que de suas terras eram tirados per força⁵. Os senadores enviarõ dizer a Jullio Cesar que nõ seria ouvido de nem hũa cousa que ell demandasse, se ell non emtrasse em Rroma com pouca mesnada e sem multidoõe de gẽto⁶; e enton cuydou elle que leixaria estar o triũffo⁷ e que mais lhe valleria de sse callar daquell ffeito que perder a degnidade do consull. Na cidade avya dous homeẽs de grande poder que tiñham teençom de seerõ consulles: huũ avia nome Lucius⁸ Luceyos⁹ e o outro Marcus Bibullus; e este fora companheiro de Jullyo Cesar quando Jullyo fora edillos¹⁰. Cesar queria [fl. 12 c] ante que Lu-

¹ Sem dúvida erro por a, grafado ha. Cf. *Après avoir que la province, ce est la contrée d'Espagne la plus loingtaine eschai a sa prevosté FR.* ² *lor promist tant et les mist en si bone esperance que FR.* ³ *Après n'i volt onques demorer tant que li consele FR.* ⁴ *por estre a tens au jor que l'en recevoit les dignetez FR.* ⁵ *come cil qui de lor pais estoient gité FR.* ⁶ *se il n'entroit en en la cité a escherie mesme sanz presse de gent FR.* ⁷ *lors se porpensa que il leroit ester le triumphe FR.* ⁸ *Lucig.* ⁹ *Luceceius FR.* Cf. *Lucius Luceceius VJC, xix.* ¹⁰ *ediles FR.*

cius Luceryos¹ fosse seu companheiro em esta dignidade que o outro. E disse-lhe:

—Eu ey a graça do poboo mais que vós e vós avees mais aver que eu; e eu vos² estremarey por meu companheiro per tall conveça³ que vós paguees os soldadeiros⁴ por mÿ e por vós em nome d'ambos; e o ffarees assy dizer e publicar aos condes estabres⁵ daquelles que foram em Espanha comigo.

O Ssenado, que entendeo que sse Cesar ffosse em tam grande dignidade e que faria muytas cousas contra elles per consselho de Lucius, se ffosse seu companheiro em esta dignidade, e porem ffizerom a Marcos Bybulus que lhe offereceo a fazer aquello meesmo do seu aver, e os mais hy poserom dos sseus⁶. Catã meesmo nã contradisse que as suas soldadas⁷ nã fossem pagadas do comuñ. E desta guisa foe Marcos Bibulus⁸ consnull com Cesar. E despois hordenarom os senadores que em aquelle anno os conssulles se nã tremettessem⁹ senom de pequenas cousas; e todo por minguar o poder de Cesar, da quall cousa elle ouve grande sanha¹⁰; e em aquelle tempo Ponpseo nom amava o Ssenado, [ff. 12 d] por que lhe nom quisera cõfirmar a vitorya que ouvera de Metridantes¹¹, rey d'Asia. E Cesar, em despeito¹² do Senado, começou a servir e a honrrar Ponpseo quanto podia e fez paz antre elle e Marcus Crassus, que sse desamavã despois que ambos foram conssulles juntamente, por que sse nã acordarom bem em aquelle offiçio; e foe o amor tam cõfirmado antre todos tres; que nem huñ homẽ do comuñ nã ousava de fazer cousa que desprovesse a nã huñ delles. E despois desto hordenou Julio Cesar algũas lex antre o comuñ e o Ssenado que ataaly nã foram hordenadas. E hordenou que hũa festa que sse antiigamente soya de fazer aos conssulles e sse entom já nã fazia que sse tornasse a ffazer¹³. E aconteçeo que o Ssenado deu hũa ley¹⁴ que

¹ Luceius *FR.* ² *vg.* ³ *gè vos eslira a compaignon par tel covent FR.* ⁴ *soldoiers FR.* ⁵ *conestaublies FR.* ⁶ *Li senaz quant il sot ce si dolta que Cesar se il estoit en cele grant digneté ne feist mainte chose contre els par le consentement de Luce Luccée, se il estoit ses compains; dont il avint que il firent que Marcus Bibulus li offri a faire ce meisme de son avoir et li plusor il mistrent don lor FR.* ⁷ *cels soudees FR.* ⁸ *Bibulg.* ⁹ *ne s'entremeissent cal an FR.* ¹⁰ *Ceste chose li torna a grant desdaing FR.* ¹¹ *Mitridate FR.* ¹² *en despit del Senat FR.* ¹³ *FR menciona os costumes das luminárias e do séquito de sacrificadores em honra dos cônsules (ff. 14 b–14 c).* ¹⁴ *dona une loi FR.*

era huũ pouco agravosa aa meuda gente; e Marcus Bibulus¹, compaheiro de Cesar, a começou² de pronũciar na praça e nos lugares onde faziam audiências de Rroma, contra sua vontade; e Julyo Cesar foe alá cõ gêtos [fl. 13 a] armadas e feze-o hir daly per força; e elle foe-sse em outro dia querellar ao Ssenado, mais elles nõ ousarõ de dar nõ hũa sentença contra Cesar. Porẽ foe Bibullus desasperado e todo o rremanẽte³ do anno nõ ousou de pubricar ao comuũ, ante⁴ era em sua casa como apousentado,⁵ e sse algũa cousa aviam de pronũciar mandavã-lho dizer per messegeiros⁶; e daly adeante fez Çesar e julgou dos feitos do comuũ aa ssua vontade, em tall guisa que quando alguũs cidadaaõs queryam fazer estormẽtos escrevya de jogo⁷: «quando este estormẽto foy ffeito, Cesar e Bibullus⁸ nõ erã consulles, mais era-o Jullyo Çesar, seu compaheiro⁹». E assy o nomeavã duas vezes, hũa per seu nome e outra per seu sobrenome e trariam na villa em proverbio¹⁰ estes dous verssos em latim:

Nom Bibulo quidam nuper, sset Cesar fauctũ est.
nõ Bibullo fieri...¹¹

E a sentença destes verssos em esta linguagem he: «esto he feito de sã¹² Çesar, por que disse¹³ Bibullus¹⁴ nom sse faz nõ hũa cousa.

Julyo dava a todos aquelles que lhe requeriam, sem lho contradizer [fl. 13 b] nem huũ, se ella era cousa que elle dar podesse. E sse alguũ querya fazer sembrante pera lho contradizer, elle o espantava de tall guisa que lhe conviinha de sse callar. Marcos Catam fez elle levar fora da corte e meter em cadeia, por que lhe ousava contradizer algũas cousas. Lucius Letullus¹⁵ fallou mais ardidamento que nem huũ dos outros contra esto: que Catam era tam boo homẽ

¹ Bibulq. ² la commenda a pronuncier FR. ³ de tot le remenant dou tens FR. ⁴ ançois FR. ⁵ come se il fust repoz FR. ⁶ et mandoit por mesaiges ce que il devoit pronuncier FR. ⁷ quant il voloient aucun testament seeler en joent il estrisoient et disoient FR. ⁸ Bibulq. ⁹ mes Julius et Cesar FR. O texto português não traduz a subtiliza irónica do francês, que é de resto explicada logo a seguir em ambos os textos. Cf. VJC, xx. ¹⁰ en proverbe FR. ¹¹ Non Bibulo quiddam nuper sed Cesare factum est | nam Bibulo fieri consule nil memini FR. ¹² dessoz Cesar FR. ¹³ car desolz Bibulo ne set nuls que l'en face FR. O texto português deveria ser corrigido: de sã Bibullus. ¹⁴ Bibullq. ¹⁵ Êrro por Lucullus. Cf. Lucullus FR.

e fora preso¹; mais elle foe tam espantado de palavras que lhe Jul-lyo dysse que nõ ousou mais de fallar temendo de lhe assacarê² algũas cousas come a Catam, por que o prendessem; por que quallquer que era consull era mais temudo e avia mayor poder que nõ huũ dos outros, afora os ditadores. Clodius, que era imiigo de Çesar por sua molher, leixou³ o Ssenado e tornou-sse ao poboo. E alguũs lhe prometeram que lhe dariam peita⁴, por tal que dissesse que lhe davã consselho que matasse Ponpeo. E Cesar o ffez chamar ao lo-gar d'audiencia e lhe pregũtou quaaes eram aquelles que lhe davam aquelle consselho; e elle começou de nomear⁵ huũs e outros, em tall guisa que Cesar entendeo que aquello era revolta⁶ [fl. 13 c] e que nom parecia verdade o que elle dezia e feze-o levar aa cadea e al-guũs dizem que morreo lá de peçonha, que lhe foe dada a çietê⁷.

(Continua).

¹ de ce que Catons, qui si preudom estoit, ert menez en prison *FR.* ² que il dohta que l'en ne li meist sus aucun forfait *FR.* ³ voloit guerpier le Senat... si fist il *FR.* ⁴ loier *FR.* Foi Vettius que Cesar subornou. Cf. *VJC*, xx. ⁵ commença a nommer uns et autres *FR.* ⁶ baraz *FR.* ⁷ qui li fu a escient donez *FR.*

Fonética experimental

A delimitação articulatória dos quimogramas

Continuando o nosso estudo, no sentido de esclarecer o problema da delimitação dos fonemas por meio dos respectivos qui-

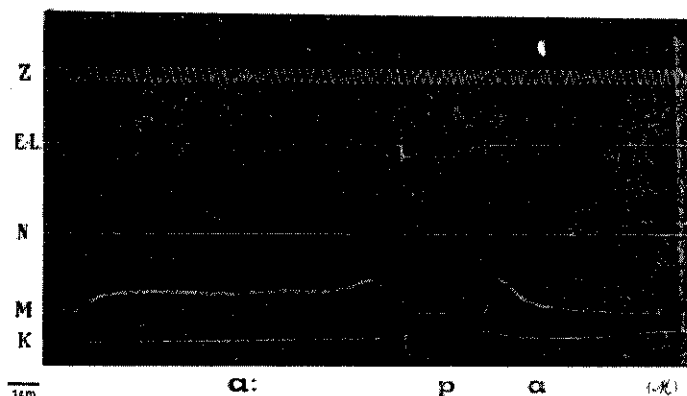


Fig. 1

mogramas, principiaremos por observar a curva oral obtida para o grupo *a:pa*, reproduzida na fig. 1.

O facto de se tratar duma oclusiva precedida de vogal longa facilita o nosso propósito.

Aplicando o antigo critério que presidia à delimitação, diríamos que o ponto em que cessam as ondas da vogal inicial e antecede a rápida descida da curva oral (*M*) nos revela o início da implosão da consoante e que o ponto seguinte em que se inicia a parte horizontal do gráfico nos marca o princípio da sua oclusão.

Deve, porém, notar-se que o ponto da curva oral em que se inicia a oblíqua descendente nem sempre coincide com o ponto em que cessam as vibrações orais e que esse mesmo ponto, por insuficiência do método quimográfico, nem sempre revela o momento em que cessou, de facto, a emissão de ar sonoro.

No caso de o primeiro ponto delimitativo ser seguido de ondas, dizia-se, muito simplesmente, que a implosão da consoante era em parte ou no seu todo sonora, revelando, portanto, a consoante

êste ou aquele grau de sonoridade. A inscrição laríngea (K) permitia-nos determinar com suposta exactidão o lugar e grau dessa sonoridade. (Phonotopie e Phonoposotie).

Os quimogramas mostram-nos que a própria oclusão é por vezes acompanhada de vibrações laríngeas, como se vê no traçado do grupo referido. O mesmo se constata para o grupo *apá*, que nova-

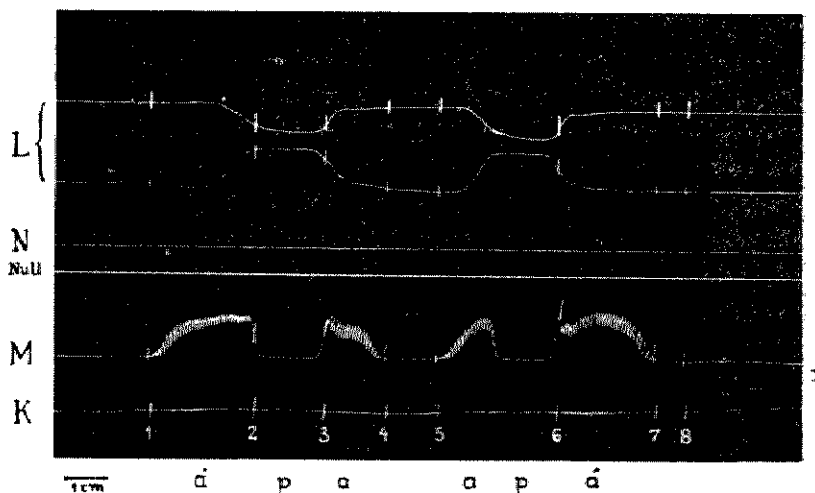


Fig. 2

mente reproduzimos na fig. 2. A curva oral dêste complexo sonoro revela-nos vibrações vocálicas até ao ponto em que se inicia a parte horizontal da inscrição.

Para o grupo *ápa*, do mesmo traçado, seria fácil marcar o ponto inicial da oblíqua descendente, o que já se não dá para o grupo *apá*. Teríamos, apenas, um meio: aceitar como primeiro ponto delimitativo, o ponto mais alto da primeira série de vibrações. Este ponto seria, segundo Meyer, o início da oclusão, visto afirmar-nos que o ponto em que a curva oral inicia a sua rápida descida para a linha-zero, deve, na realidade, indicar-nos o momento em que teve lugar a oclusão ¹.

No caso apontado não seria preciso o auxílio do labiograma para nos provar quanto é errónea a doutrina exposta pelo fonetista mencionado. A ser verdadeira, teríamos de admitir a existência de vibrações orais durante a oclusão. Uma oclusão pode ser acompanhada, em parte, de vibrações laríngeas, embora em

¹ Ernst A. Meyer, *Vox*, 1930, Heft 2.

muito menor grau do que se supõe, mas nunca de vibrações orais visto que os lábios se encontram cerrados.

Sabemos bem que um inscritor oral, suficientemente sensível, nos pode revelar uma série de vibrações executadas pelo ar contido na cavidade oral apesar de se encontrarem fechados os lábios, mas este caso é possível para fonemas muito especiais que nada têm que ver com o nosso exemplo. A própria curva oral e a inscrição laríngea o atestam.

Seguindo a doutrina oposta à de Meyer, tomaremos o ponto mais alto da curva como início da implosão. Enfim, o labiograma registado simultaneamente, mostra-nos que nenhuma das doutrinas é admissível.

Do exposto resulta tornar-se impossível a delimitação da curva oral do grupo *a:pa* (fig. 1). A inscrição laríngea apenas nos indica o início e final das duas zonas sonoras e da zona surda intercalar.

Interessando-nos marcar com exactidão o ponto correspondente ao início da oclusão e não se tornando, portanto, aconselhável o emprêgo dum labiógrafo-inscritor-oral, procuramos resolver a dificuldade com auxílio dum labiógrafo eléctrico.

Electrolabiograma

Como se vê na fig. 1, além da curva oral (*M*) o traçado apresenta o electrolabiograma (*E-L*) do grupo *a:pa*, registado simultaneamente. As inscrições *Z*, *N*, *K*, respectivamente, cronograma, linha de referência e inscrição laríngea, completam o gráfico.

O electrolabiograma mostra-nos que o inscritor magnético descreveu, primeiramente uma paralela à linha de referência, revelando-nos afastamento dos terminais do labiógrafo e consequentemente dos lábios. Segue-se um desvio do traçado que nos assinala o momento oclusivo.

Aplicando um rectificador de correspondências, a fim de encontrarmos o ponto da curva oral correspondente ao ponto que nos foi indicado pelo electrolabiograma como revelador do início da oclusão, achamos um ponto da curva oral que vem confirmar a nossa doutrina. Dissemos no artigo anterior ¹ que o ponto da curva onde se inicia a parte horizontal poderia ser, mesmo, anterior ao ponto correspondente ao momento oclusivo.

¹ «A interpretação de curvas simultâneas e o problema da delimitação» (*Boletim de Filologia*, t. II, fasc. 3).

Vejamos agora como obtivemos o gráfico apresentado, a fim de criticarmos o seu valor demonstrativo:

Curva oral: Foi obtida pelo método quimográfico usual com sistema inscitor munido de abertura lateral.

Labiograma: Foi obtido com um labiógrafo eléctrico associado ao inscitor oral; a sua construção obedeceu a um único objectivo: marcar o momento oclusivo.

O electrolabiógrafo, construído para este fim no laboratório de fonética da Universidade de Bonn², é duma grande simplicidade, de forma a não afectar a inscrição oral.

Dois fios de cobre de pequeníssima secção, cerca de 4 centímetros de comprimento e isolados, foram descobertos nos seus extremos anteriores e batidos sobre uma superfície até atingirem cerca de 3 milímetros de largura. Os extremos, assim espalmados, formaram os terminais. A parte destinada a tocar os lábios foi novamente revestida duma fina capa isoladora. Entre os dois fios foi intercalada uma espécie de cunha de borracha que os obrigava a manter um pequeno afastamento. Este dispositivo foi fixado no interior e ao centro dum bocal de Scripture, de forma tal, que os lábios fechando-se motivavam o contacto dos terminais.

Uma fonte de energia eléctrica e um magnete registador, devidamente ligado aos fios de cobre e à fonte de energia, completaram o sistema, actuando o labiógrafo, propriamente dito, como simples interruptor da corrente.

O cerramento dos lábios, motivando o contacto dos terminais, fechava o circuito e provocava um desvio do inscitor magnético.

Relembrando a nossa crítica ao método electrolabiográfico¹, serão formuladas as seguintes objecções:

a) Provar que o contacto se efectua no mesmo momento em que os lábios se tocam;

b) Quando os terminais se tocam, permitindo a passagem de corrente que vai originar o desvio do inscitor magnético, os lábios mantêm um afastamento igual ao da espessura dos terminais;

c) O inscitor magnético pode deixar de reagir no mesmo momento em que os terminais se tocaram.

² Ver Menzerath-Lacerda, *Koartikulation, Steuerung und Lautabgrenzung*, p. 43. (Os gráficos que acompanham este artigo são reproduções das gravuras publicadas no livro indicado).

³ «A labiografia e os seus métodos de investigação» (*Boletim de Filologia*, t. II, fasc. 1).

Respondemos:

a) O contacto dos terminais, pode, na verdade, ter lugar num momento anterior ao do cerramento dos lábios, mas, cerrados os lábios, os terminais não podem deixar de se tocar. O momento revelado pelo inscridor pode ser, portanto, anterior ao momento oclusivo e nunca posterior pela razão apontada;

b) A espessura dos terminais, reduzida a cerca de $\frac{4}{10}$ de milímetro, só pode antecipar o momento da oclusão;

c) O facto do inscridor poder reagir num momento posterior ao momento em que se iniciou a oclusão, levou-nos a repetir a experiência um grande número de vezes com o fim de reduzir a possibilidade do erro.

Pretendendo demonstrar que a oclusão se pode dar num momento muito posterior ao que se julgava na interpretação de curvas orais quimográficas, só a terceira objecção pode afectar o valor da nossa demonstração experimental, visto que o labiograma não nos permite asseverar com absoluta certeza que o momento oclusivo não possa ser revelado posteriormente pelo inscridor.

Não nos tendo sido possível afastar a possibilidade do erro, embora muito pouco provável, repetimos a experiência procedendo da forma seguinte:

O grupo *a:pa* foi registado grande número de vezes e a vogal inicial foi propositadamente emitida com uma despesa de ar fonatório que aumentou de experiência para experiência e tam regularmente quanto possível.

Repetimos a experiência nas mesmas condições, substituindo a vogal longa por uma vogal breve e seguidamente a consoante pela nasal do mesmo tipo.

Provocámos, portanto, modificações dos movimentos de massa, originando curvas de volume de ar de maior amplitude.

Resultado:

Comparando os electrolabiogramas registados simultâneamente, constatamos que o ponto motivado pela oclusão e indicado pelo inscridor magnético era, em geral, tanto mais posterior ao ponto indicado pela curva oral quanto maior o desvio do inscridor oral em relação à duração da emissão.

Objecção:

Os fonemas emitidos devem ser considerados fonemas artificiais e não fonemas regulares duma dada linguagem.

Argumentamos:

Se fizermos o registo de palavras pronunciadas normalmente, para determinados sons e em determinadas posições, encontraremos o mesmo resultado. Certas acentuações, a intonação ou o ritmo provocam modalidades dos fonemas que os tornam semelhantes aos empregados na experiência. A objecção só pode ser aceite desde que se prove que os fonemas proferidos nunca aparecem como elementos constituintes do discurso.

Inscrição duma ampola inter-labial

A inscrição electrolabiográfica permitiu-nos registar o momento em que se inicia a oclusão, mas nada nos pode revelar quanto à implosão. Interessando-nos provar que a implosão pode iniciar-se num momento muito diverso do que se julgava pela análise dos quimogramas, e ainda com o fim de confirmar os resultados obtidos com o labiógrafo-inscritor-oral, substituímos o dispositivo labiográfico, associado ao bocal de Scripture, por uma ampola inter-labial.

Uma pequenina ampola de borracha (alguns milímetros de diâmetro), maleável e resistente, foi aplicada num bocal de Scripture de forma a ficar intercalada nos lábios quando estes se fechassem. A ampola foi, por sua vez, ligada a uma cápsula inscritora vulgar por meio de um tubo de borracha. O sistema constava, portanto, dum inscitor oral ligado ao bocal e dum segundo inscitor labial ligado à ampola ¹.

A fig. 3 reproduz o gráfico obtido para o grupo *apa* registado duas vezes. O gráfico consta de quatro inscrições: cronograma (*Z*), linha de referência (*Null*), inscrição labial (*Ag*) e inscrição oral (*M*).

Os pontos marcados onde o traçado labial deixa de ser paralelo à linha de referência, revelam-nos os momentos em que a ampola foi tocada pelos lábios. Os pontos que lhes correspondem na inscrição oral foram encontrados com auxílio dum rectificador. Os dois primeiros arcos de círculo, cortando as inscrições labial e oral, marcam o assincronismo existente.

Como o inscitor labial se desvia a partir do momento em que os lábios tocaram a ampola, principiando só então a comprimi-la, os pontos que nos são revelados pela inscrição antecedem, respectivamente, os momentos oclusivos.

¹ Ver Menzerath-Lacerda, *ob. cit.*, p. 40 e sgs.

O gráfico mostra-nos, mais uma vez, que o ponto em que se inicia a rápida descida do traçado oral só casualmente pode acusar o momento em que os lábios se tocaram. A segunda inscrição do grupo *apa* prova-o claramente: no momento em que se iniciou a

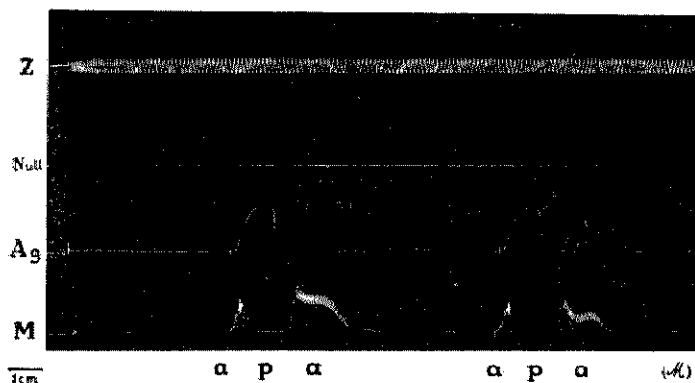


FIG. 3

«obliqua descendente os lábios mantinham ainda um afastamento igual ao diâmetro da ampola.

A primeira inscrição do grupo prova-nos que a implosão não principiou no mesmo momento em que se iniciou a obliqua descendente.

Inscrições orais duplas

Se a dúvida permanece ainda quanto ao valor dos pontos delimitativos fornecidos pela curva oral quimográfica, bastará realizar uma série de inscrições orais duplas e a conclusão será isenta de reparos. Para obter uma dupla inscrição oral basta associar uma segunda cápsula registadora ao dispositivo vulgar.

Intercalar um tubo em *T* entre o bocal de uma cápsula reveladora; esta derivação, que divide o tubo de ligação em duas partes, permite aplicar ao sistema de transmissão pneumática um segundo tubo que, por sua vez, é ligado a uma segunda cápsula inscritora.

Para maior facilidade de demonstração, esta segunda cápsula deverá ter um diâmetro bastante maior ou menor do que o diâmetro da primeira.

Não é necessário sincronizar os inscritores.

Operando nas condições indicadas, obter uma série de quimogramas duplos de grupos formados por vogal-oclusiva-vogal.

Delimitar as fases articulatórias da oclusiva e encontrar a sua duração por meio dos quimogramas registados pelo primeiro e pelo segundo inscridor.

Resultado:

Procedendo da forma indicada constatamos que os quimogramas do mesmo grupo, provocados pela mesma emissão fónica, apresentam valores que divergem, por vezes, consideravelmente.

Comentamos:

Os dados fornecidos pelas curvas orais quimográficas variam segundo os sistemas empregados ¹.

As zonas delimitadas pelos pontos de referência, oferecidos pela inscrição oral, apresentam, portanto, valores que não dependem unicamente da emissão fónica.

Se, em vez de variar a dimensão da cápsula reveladora ², for aumentada ou diminuída a capacidade do sistema, por qualquer outra forma, modificando as dimensões dos tubos de ligação, encontraremos, também, resultados diversos para um e o mesmo som.

A desigualdade das tensões das membranas, a diversidade das alavancas inscridoras e muitos outros factores de modificação ³, provocam grandes divergências.

¹ «Die Form jeder Kurve ist, worauf bisher kaum Rücksicht genommen wurde, in weitem Masse von der Aufnahmetechnik abhängig. Man braucht zum Beweis nur Kurven zu vergleichen, die mit verschiedener Technik gewonnen sind, wie mit Gummimembran, Ölseide usw.; ferner — und vor allem — die mit offener bzw. geschlossener Übertragung hergestellten, so lassen sich ohne weiteres wichtige Unterschiede entdecken. Diese Unterschiede sind aber in ihrem Wesen zum erheblichen Teil durch die Technik bedingt, nicht aber sind sie irgendwie eigentlich phonetisch begründet.

Das Gesagte gilt sogar für etwas scheinbar so Nebensächliches wie die verschiedene Hebelführung, gleichgültig, ob es sich dabei um eine Eigenspannung der (Gummi-)Membran handelt oder um eine Belastung durch Drahtspiralen, Gummifäden usw., an der Achse oder durch Federdruck am Hebel selbst. Jedesmal bekommt man für bestimmte Einzelheiten ein etwas verändertes Bild». (Menzerath-Lacerda, *ob. cit.*, p. 17 e sgs.).

² A alteração não foi apenas no diâmetro da cápsula; muitos outros factores variaram: tensão da membrana, atritos a vencer, etc.

³ Ver A. de Lacerda, «Die Chromographie» (*Archives Néerlandaises de Phonétique Expérimentale*, t. x).

Delimitação articulatória

A curva oral não nos pode revelar, de facto, o momento inicial da implosão nem o momento oclusivo, o que seria suficiente para tornar impossível uma delimitação dos quimogramas sob o ponto de vista articulatório.

Outras dificuldades acompanham, como já tivemos ocasião de esclarecer, o método labiográfico.

Todavia, abstraindo das conclusões a que nos levaram as experiências realizadas, suponhamos que nos é possível registar com a maior exactidão os períodos articulatórios. Admitida esta possibilidade, preguntamos: na análise fonética das curvas orais devemos procurar delimitar os traçados articulatórios? É claro que nos interessa uma análise sob o ponto de vista articulatório, mas não se deverá confundir análise articulatória com análise acústica, como tantas vezes tem sucedido. Uma fase articulatória tem, implicitamente, valor fonético, mas pode carecer de valor acústico. Dividir um som ou grupos de sons nos seus elementos acústicos, por meio da sua inserição, não é o mesmo que dividir esse som ou grupo de sons nas chamadas fases articulatórias.

Confundi-se análise articulatória com análise acústica, observaram-se os sons isoladamente, não se atendeu, a maior parte das vezes, aos aspectos variadíssimos que os sons apresentam quando influenciados por este ou aquele outro fonema em posição anterior ou posterior ¹. As divergências não podiam deixar de se acentuar e vimos já como eram variados os critérios no que diz respeito à delimitação fonética dos quimogramas.

Relativamente aos sons labiais, já há muito que chamamos a atenção dos foneticistas para o chamado princípio das três fases articulatórias, dando como exemplo a bilabial oclusiva surda em variadas posições fonéticas ².

Seguidamente, Maurice Grammont, no capítulo intitulado «Les Oclusives», do seu tratado de fonética ³, refere-se à variação

¹ «Les phonèmes isolés sont rares dans la parole; la plupart des phonèmes ne peuvent être considérés isolément (comme on vient de le faire) que par abstraction». (Maurice Grammont, *Traité de Phonétique*).

² «...Was den Plosivlaut betrifft, kann er eine verschiedene Zahl von Phasen, wenn man den Ausdruck beibehalten will aufweisen je nach seiner Stellung...» (*Proceedings of the International Congress of Phonetic Sciences*, Amsterdão, 3 de Setembro de 1932).

³ *Ob. cit.*, p. 36 e sgs.

do número de fases como já o fizera, por exemplo, Roudet ¹, anteriormente, mantendo o velho conceito articulatório nas suas análises experimentais.

Delimitação acústica

Se pretendemos, pela análise dos traçados, conhecer os valores dos elementos sonoros, devemos analisar os sons como tais e não como uma série de movimentos articulatórios.

Vejam os casos possíveis para a bilabial oclusiva surda nos grupos: *pa*, *ap*, *apa*:

pa. — Em posição inicial e antecedendo uma vogal, a oclusiva apresenta apenas a fase explosiva. Implosão e oclusão carecem de valor acústico. (Supõe-se o grupo isolado).

ap. — A oclusiva é antecedida por um valor acústico, o que faz com que a oclusão actue como pausa. O grupo apresenta duas fases: oclusão e explosão. Quanto à implosão da consoante esta poderá actuar como pausa ou como factor de modificação da vogal, ou ainda: em parte como factor de modificação e em parte como pausa. Se actuar como pausa, a sua duração soma-se à duração da oclusão; se actuar como factor de modificação da vogal, actuará como vogal. Finalmente, se actuar em parte como factor de modificação e em parte como pausa, actuará como vogal e como oclusão.

apa. — A oclusiva em posição intervocálica apresenta apenas a fase oclusiva. Quanto à implosão diremos o que se observou a respeito do grupo anterior, *ap*. A explosão funciona como factor de modificação da vogal. (Não nos referimos aqui ao grupo *ap(h)a*).

A única fase que existe sempre, diz Grammont, é a do meio (*la tenue*); é por tal razão que esta fase representa o momento mais característico na produção duma oclusiva, embora não seja durante esta fase que se produz o som de *p*, visto tratar-se duma fase inteiramente muda ².

Não é esta, porém, a nossa opinião, e já o manifestámos ao tratar o grupo formado pela oclusiva em posição inicial e antecedendo uma vogal.

¹ Léonce Roudet, *Éléments de Phonétique Générale*.

² «La seule phase qui existe toujours est celle du milieu, la tenue; c'est pourquoi cette phase est le moment le plus caractéristique de la production d'une oclusive, comme il a été dit au commencement du chapitre. Et pour-

Sob o ponto de vista puramente articulatório, a oclusiva pode, quando isolada, apresentar ou não a fase implosiva, conforme os lábios se encontrem fechados ou abertos no momento em que nos decidimos a pronunciar o som em questão. Se os lábios já estavam fechados, dá-se apenas uma preparação da explosão. Articulatoriamente teremos, portanto, a distinguir implosão, oclusão e explosão, ou só oclusão e explosão. Mas deverá notar-se que sob o ponto de vista acústico o ouvido só é atingido pela explosão, que poderá ou não ser seguida por uma série de vibrações.

O próprio autor citado diz-nos que nunca se deve esquecer que na fala são os sons que nós interpretamos e não os movimentos articulatórios ¹. Não se pode dizer, todavia, que seja este o critério seguido pelo foneticista na interpretação dos traçados.

No caso da oclusiva ser antecedida por uma vogal, partimos duma posição em que os lábios se encontram afastados e para se dar a oclusão os lábios fecham-se; mas durante essa diminuição do afastamento interlabial tem geralmente lugar o *Abglitt*, no todo ou numa parte, da vogal. Apresenta duas fases que interessam o ouvido: a final como produtora duma deslocação de ar, perceptível, e a anterior que separa o efeito produzido pelo movimento de massa do efeito produzido pelas vibrações vocálicas.

Se pronunciamos um *p* no início duma frase, partindo do estado de repouso, lábios abertos, este *p*, diz Grammont, terá as suas três fases como se estivesse entre vogais. Mesmo articulatoriamente, diremos: para atribuir as três fases à consoante teremos de suprimir o *Abglitt* da vogal inicial e o *Anglitt* da vogal final.

Sob o ponto de vista sonoro constatamos: duas séries de vibrações vocálicas intercaladas por uma pausa e uma deslocação de ar que afecta, mais ou menos, a série final de ondas.

Tratando-se do grupo *ap* a vogal pode ser emitida de tal forma que as ondas orais durem até ao momento oclusivo. Seguindo o critério articulatório interpretaríamos como parte da consoante a parte da vogal que o ouvinte distingue como vogal. A diminuição do afastamento labial modificou a vogal mas esta não deixou por esse motivo de agir como vogal.

tant ce n'est pas pendant cette phase que se produit le son de *p*; cette phase est absolument muette». *Ob. cit.*

¹ «... Il ne faut jamais oublier que la parole est un système de signes acoustiques et que lorsqu'on nous parle ce sont des sons que nous interprétons et non pas les mouvements articulatoires qui ont servi à émettre ces sons et qui pour la plupart nous échappent». Grammont, *ob. cit.*, p. 38.

Façamos a seguinte experiência: O experimentador, voltado de costas para o ouvinte, profere um *a* implosivo. (Os lábios deverão fechar-se naturalmente durante a emissão da vogal). O ouvinte dirá ter ouvido um *a* e não um *p*.

Se o experimentador se dispõe a pronunciar o grupo *ap* ou *apa* e, sem alteração, consegue interromper a emissão no momento oclusivo, um ouvido muito apurado poderá, quando muito, distinguir uma vogal modificada de certa forma por influência dum fonema

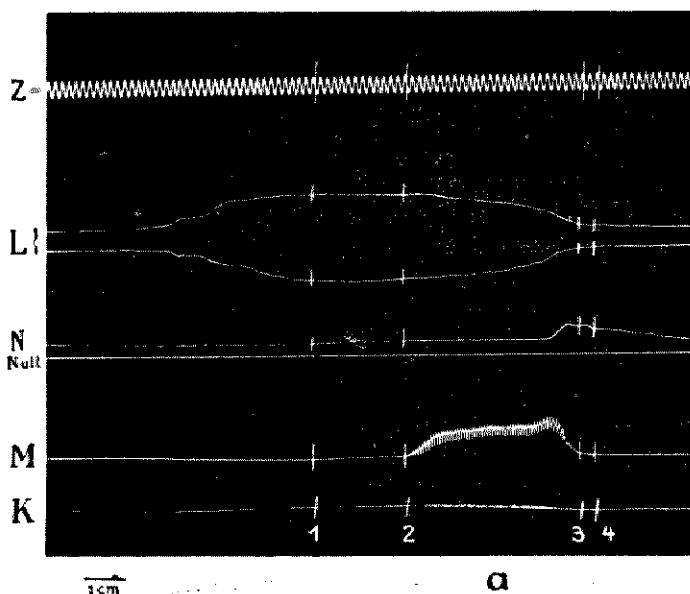


FIG. 4

que não determinará facilmente e que se teria seguido se a fonação não tivesse sido interrompida no momento em que os lábios se tocaram. Como esclarecimento bastará notar que o período que antecede a oclusão dum *p* é, geralmente, acompanhada duma intensificação da corrente de ar, além de outros fenômenos que em devida altura estudaremos ¹. Seja como for essa modificação, o ouvido distingue uma vogal. Contudo, uma delimitação articula-

¹ É nossa intenção registrar uma série especial de grupos de fonemas, aplicando os novos métodos electro-acústicos. A parte posterior ou anterior ao fonema que desejamos analisar será suprimida em todos os gráficos. A reprodução sonora das curvas isolará as variadas modalidades no efeito acústico dum fonema por influência do som ou sons seguintes, ou do som ou sons anteriores.

tória do quimograma respectivo dir-nos há tratar-se duma fase da consoante e não da vogal.

A fig. 4 dá-nos o traçado duma vogal tal como a que acabamos de descrever. Vejamos a sua interpretação:

Labiograma: Mostra-nos que os lábios, primeiramente cerrados, se abriram até ser atingido um determinado grau de afastamento que se manteve, durante algum tempo, mais ou menos constante; os lábios voltam em seguida à posição primitiva.

Curva oral: Deixa, a certa altura, de ser paralela à linha de referência (*Null*); marcamos o ponto em que se inicia o desvio com o primeiro traço. Corresponde-lhe o ponto 1 na inscrição laríngea (*K*). Em 2 principiam as ondas sonoras, tanto orais como laríngeas, dando-se uma saída de ar sonoro que apresenta algumas oscilações, atinge um desvio máximo e decresce depois até ao ponto 4. No ponto 3 cessam as vibrações orais, que são ainda seguidas de algumas vibrações laríngeas. A partir do ponto 4 o traçado oral volta a ser paralelo à linha de referência.

Segundo a interpretação clássica da vogal ¹, teríamos:

Anglitt ². — Durante o primeiro desvio ascendente da curva e iniciando-se com as primeiras vibrações. Isto é, no momento em que a corrente de ar surdo que vai de 1 a 2 se sonorizou.

Fase plena (*Vollphase*). — Desde o final do *Anglitt* até ao ponto em que se inicia a rápida descida da curva.

Abglitt. — Desde o ponto em que se inicia a descida da curva até ao momento em que cessaram as vibrações orais ³.

Confrontando, agora, as duas curvas, o labiograma revela-nos que toda a vogal foi proferida de 2 a 3, ou seja durante a diminuição do afastamento labial. Seguindo o antigo critério e interpretando a curva oral isoladamente, dir-se-ia que o movimento implosivo se iniciou com o desvio descendente da curva oral.

Seguindo ainda o antigo critério e observando o labiograma simultâneo teríamos de admitir que no caso de se ter seguido um *p*, toda a vogal era parte inicial da consoante, o que é absurdo.

¹ «Diese einfache a-Kurve ist wohl eine des frappantesten, die man bei den Aufnahmen überhaupt erhalten kann». Ver Menzerath-Lacerda, *ob. cit.*, p. 13.

² Para evitar confusões não procurámos traduzir os termos já consagrados, *Anglitt* e *Abglitt* (*on-glide*, *off-glide*), tanto mais que não concordamos com a significação que lhes é atribuída.

³ Alguns autores atribuem ao fonema as zonas 1-2 e 3-4.

Apresentando como exemplos os grupos *ap*, *am*, *at*, *ab*, diz-nos Roudet que as oclusivas podem deixar de apresentar a fase explosiva e que se dá o caso dos lábios permanecerem fechados e contudo ter lugar a sensação auditiva ¹. Vejamos:

Grupos: *ap*, *at*. — Se a corrente de ar sonoro foi completamente interceptada, o *p* de *ap* ou o *t* de *at* não serão audíveis, visto que

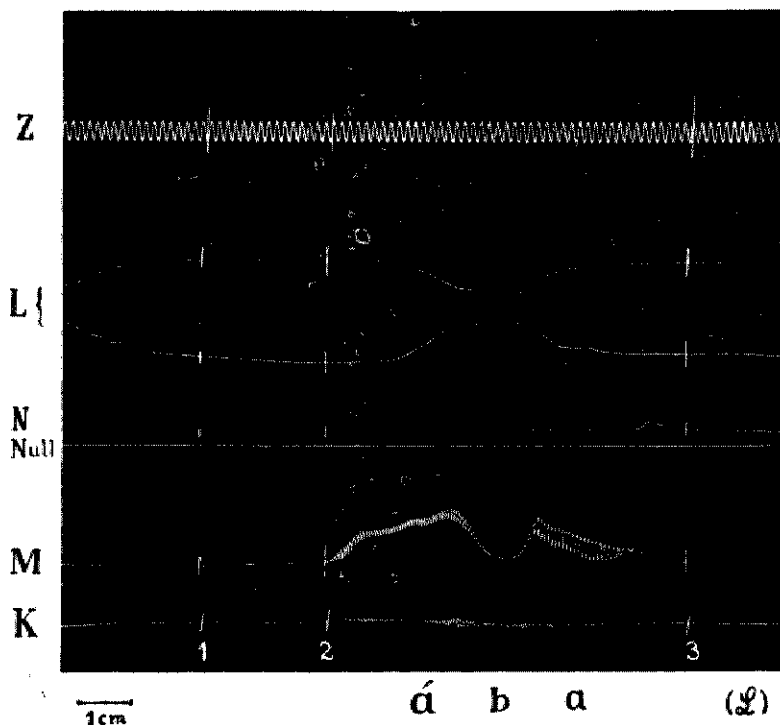


FIG. 5

a sensação auditiva tem forçosamente de cessar desde que cessem as vibrações sonoras e não haja a constatar movimentos de massa.

O *a* de *ap* não é o mesmo *a* de *at* e será essa, como já dissemos, a única diferença que o ouvido poderá distinguir e que foi motivada pela preparação da oclusiva. A prova de que a explosão é essencial está no facto de o ouvido não distinguir senão a vogal.

¹ «... D'autres fois c'est l'explosion qui fait défaut. Ainsi lorsqu'on prononce des combinaisons telles que *ap*, *am*, *at*, *an*, il se peut que les organes restent fermés, l'occlusive fera cependant une impression sur l'oreille. (Roudet, *ob. cit.*, p. 142).

Grupos: *am*, *an*. — Deverá notar-se que a saída de ar passa, a certa altura, a ser nasal e a sua sonoridade é geralmente afectada no tom pela diversidade de articulação que distingue as duas nasais *m*, *n*.

Apresentando como exemplo o som *t*, diremos que não é durante o período em que a língua se vai apoiar contra os dentes (ou contra os alvéolos) ou durante o período em que a língua executa a compressão e descompressão oclusiva que se ouve um *t*. Se os órgãos não atingiram ainda a posição necessária para a produção dum *t*, não podemos dizer que êsse fonema já existia. O período de preparação só afecta o som ou sons anteriores, e um *a* ou um *o* modificados não deixam de ser um *a* e um *o*.

É exactamente no momento em que os órgãos abandonam a posição tomada para uma dada oclusiva surda que a corrente de ar passa, novamente, produzindo êste ou aquele efeito acústico. (Momentâneas).

Analizando o traçado reproduzido na fig. 5, do grupo *aba*, vê-se como se torna impossível a delimitação quando se trata duma consoante sonora inter-vocálica.

O grupo foi pronunciado por um português, notando-se o característico do som *b* da nossa língua quando entre vogais: O labiograma revela-nos uma simples aproximação dos lábios que, podendo tocar-se, não chegam a comprimir-se¹.

Procurar delimitar a consoante por meio do labiograma seria tentar uma delimitação articulatória e, de resto, o labiograma só nos pode revelar o momento em que se inicia a diminuição do afastamento labial. Por sua vez, a curva oral, quer sob o ponto de vista articulatório, quer acústico, não nos fornece pontos delimitativos. Aproveitar os pontos em que a curva atinge desvios máximos, seria, como já esclarecemos, inaceitável.

Quando a curva oral apresenta zonas surdas e zonas sonoras intercaladas, os pontos, onde cessam ou se iniciam as vibrações, são pontos delimitativos na interpretação dos quimogramas, mas tratando-se dum fonema sonoro intervocálico a série de vibrações é contínua.

¹ «... Da es sich aber dabei nicht um ein Verschluss-b, sondern um eine reduzierte Variante handelt, wie sie im Spanischen und Portugiesischen zwischenvokalisch vorkommt, bei der also — besonders nach dem Akzent — nicht ein regelrechter Verschluss gebildet wird, weil man sich mit dessen Andeutung begnügt, so isto auch auf M zunächst keine genaue Grenze der Laute a und b zu finden». Menzerath-Lacerda, *ob. cit.*

Perante a dificuldade alguns foneticistas atendiam, quando possível, à diversidade de comprimento de onda da consoante e muitas vezes a qualquer diferenciação do traçado, esquecendo que as diferenciações que pode apresentar um quimograma dependem de muitas e variadas circunstâncias que não permitem formular deduções.

A continuidade do movimento articulatório

As curvas orais e os labiogramas, registados separadamente, prestaram-se a reforçar a doutrina das fases articulatórias. A par disto, tanto a curva oral como o labiograma davam-nos uma figura que era interpretada articulatoriamente, ignorando-se que a sua forma dependia das características dos dispositivos empregados nas inscrições e que não correspondia aos movimentos articulatórios. E como até certa altura não foi possível obter, simultaneamente, a curva oral e o labiograma dum dado som, applicou-se a interpretação do labiograma à curva oral. Assim, a oblíqua descendente representava a implosão, a horizontal a oclusão e a oblíqua ascendente a explosão.

Tudo parecia indicar que a oclusiva era divisível em três estados perfeitamente distintos; a esses estados deu-se o nome de fases. Esclarecia-se: quando pronunciamos um *p*, os lábios principiam por se aproximar, cerram-se durante um certo tempo e reabrem-se com a explosão. Este velho conceito das fases que não corresponde à realidade dos factos, quando applicado na análise dos traçados, originou falsas interpretações.

O que há de mais característico no movimento articulatório é a sua continuidade. Os órgãos variam constantemente de posição e um dado estado articulatório só excepcionalmente se mantém durante um certo tempo, como succede por exemplo na emissão das vogais ultra-longas.

Essa continuidade de movimento é bem revelada pelos traçados dos labiógrafos de inscrição completa no que respeita aos sons labiais. Apesar das insuficiências dos sistemas labiográficos, vemos que o traçado só em casos especiais nos oferece o aspecto esquemático — oblíqua-horizontal-oblíqua.

As curvas da actividade maxilar, obtidas com o dispositivo de L. Kaiser ¹, manifestam, igualmente, continuidade de movimento.

¹ «Kieferbrille». Ver *Bericht über die I Tagung der Internationalen Gesellschaft für experimentelle Phonetik in Bonn*.

Se pronunciarmos um *p*, naturalmente, e observarmos o que se passa com os lábios, vemos que estes depois de se terem tocado não mantêm essa posição; segue-se uma compressão labial que atinge um maior ou menor grau de intensidade, dando-se em seguida a sua descompressão. Dizer-se que na oclusão há a distinguir duas sub-fases: uma sub-fase inicial de compressão e uma sub-fase final de descompressão, pode ser apreciado duma forma pouco conveniente. É exactamente o conceito geral de estados articulatórios que nós queremos pôr de parte.

O movimento labial no sentido implosivo não cessa no momento em que os lábios se tocam; continua durante a compressão dos lábios e muda então de sentido sem ter havido um período em que os lábios mantivessem uma mesma posição. E o que sucede com os lábios sucede com todos os órgãos interessados na fonação. Em vez da figura esquemática — oblíqua-horizontal-oblíqua, teremos uma oblíqua seguida por outra oblíqua de sentido contrário. Outras vezes será uma curva a figura representativa.

Registando palavras ou frases, onde os fonemas em vez de isolados e produzidos mais ou menos artificialmente, se apresentam como verdadeiros elementos da fala, a continuidade do movimento articulatório é manifesta.

A palavra *tenue*, tam empregada pelos foneticistas, tem uma significação oposta à realidade dos factos e convém portanto evitar o seu emprêgo na acepção que lhe é dada.

Procurando esclarecer o seu significado, diz-nos Grammont que a palavra *tenue* traduz um estado de tensão que se mantém durante determinado período. Articulatòriamente êsse estado de tensão a que se refere o foneticista, existe, na verdade, e é essencial; mas está, porém, sujeito a uma contínua variação. Dá-se geralmente o nome de *tenue*, diz ainda o mesmo autor, ao prolongamento duma dada nota, mas a *tenue* dum *p* é uma fase muda e não é, portanto, susceptível de ser mantida ¹.

¹ «... Il faut d'abord se mettre au clair sur ce mot *tenue*. On donne généralement le nom de *tenue* à la prolongation d'une note donnée; lorsqu'on tient ou plutôt qu'on maintient pendant un certain temps une note ou un son on dit que cette note ou ce son sont tenus ou simplement qu'il y a *tenue*. Or la *tenue* d'un *p* est une phase muette; le bruit du *p* ne peut se produire que dans les autres phases, et il n'est pas prolongeable, il n'est pas susceptible de *tenue*. De quoi cette phase est donc la *tenue*? C'est la *tenue* d'une tension, c'est une tension continue plus ou moins longue». *Ob. cit.*, p. 40.

Notamos que é, pelo contrário, sob o ponto de vista acústico que a palavra *tenue* poderia ser aplicada. Dissemos já várias vezes que os sons nos interessam principalmente sob o ponto de vista acústico e vimos que a oclusão tem na maioria dos casos valor acústico; mesmo como pausa pode esta ser mantida durante mais ou menos tempo. Constatamos um mesmo efeito acústico com esta ou aquela duração.

São os variados efeitos acústicos que nos interessa delimitar, auxiliados por novos métodos.

Sob o ponto de vista articulatorio não se procure reduzir os fonemas a uma série de estados delimitáveis; a característica da articulação é o variar constante dos elementos interessados nessa actividade.

ARMANDO DE LACERDA.

Associação vocabular natural

I

A psicologia experimental veio chamar a atenção para um facto que extremamente interessa aos filólogos — o das palavras naturalmente associadas¹: êle dá a chave para a explicação de vastos fenómenos lingüísticos e faz ver inúmeros factos a uma luz nova. Repartem-se tais fenómenos e factos pelos seguintes campos, entre outros:

1. Analogias antonímicas, sinonímicas, e seriais;
2. Formações antonímicas e sinonímicas picarescas;
3. Compostos lexicais de elementos contrastantes;
4. Arredondamentos de elementos opostos, sinonímicos ou seriais;
5. Denominações de carácter opositivo e serial;
6. Expressões polares;
7. Antropónimos polares e topónimos seriais;
8. Superlativações por elementos oponentes, sinonímicos e seriais;
9. Formações copulantes e disjuntivas e comparações de carácter polar;
10. Ironias e sátiras;
11. Etimologias populares por decomposição de vocábulos;
12. Criações semânticas.

Também certos fenómenos literários são esclarecidos, uma vez que se considerem em função da associação vocabular. Seccionam-se êles, entre outras, pelas seguintes divisões:

1. Introitos de concordância ou discordância do poeta com a natureza;
2. Estilo antitético;
3. Rimas de palavras antipodais;
4. Composições de frases contraditórias;
5. Cenas, cadeias vocabulares e definições por oposições picarescas;
6. Contrastes fraseológicos para traduzir a hesitação.

¹ Veja-se, por exemplo, Th. Erismann, *Psicologia aplicada*, trad. Carreras Artau, 2.ª edição, Coleção *Labor*, Barcelona, pp. 123-126.

Ainda certos fenómenos de natureza ideológica são iluminados pela verbo-associação. Distribuem-se eles pelos seguintes domínios, entre outros:

1. Construções paremiológicas;
2. Apodos locais;
3. Contra-sensos e exageros conceptuais;
4. Comentários graciosos;
5. Superstições;
6. Inverdades históricò-geográficas, e erros científicos.

Tais fenómenos são de algum modo compensáveis até pela:

1. Restituição de textos literários;
2. Averiguações etimológicas;
3. Compreensibilidade de frases de línguas estranhas;

que igualmente facilita em grau maior ou menor a associação verbal mais espontânea — a de carácter contrastante.

O experimentalismo psicológico revelou a existência de casais de palavras, em que um elemento é de tal modo solidário com o outro, que, basta que o primeiro surja no foco da consciência, para que o segundo apareça também. São estas parelhas de vocábulos — o de estimulação, que se pronuncia primeiro, e o de reacção, com que se responde — da mesma categoria gramatical, e une-as um laço lógico que é, no comum, de opposição, ainda com certa frequência, de contigüidade, e fortuita ou esporadicamente, de semelhança. Se se pronunciarem perante uma pessoa, a título de palavras estimulantes, vocábulos como: *velho*, *rir*, a resposta será invariavelmente: *novo*, *chorar*; se se disserem, com função indutora, termos como: *homem*, *carapau*, as palavras induzidas serão, quasi sem divergência também: *mulher*, *sardinha*; se se fizer ouvir, como reagente, o vocábulo *confessar*, a resposta será, na maioria dos casos, *comungar*; e se se articular, como termo estimulador, *comer*, quasi sem discordância se retorquirá com *beber*.

Esta associação é tam natural que na cólera — que nos torna primitivos — rompem os casais de vocábulos polares. Um exemplo do *Auto da Barca do Inferno*, de Gil Vicente, em que ao Fidalgo, nada disposto a embarcar para a Ilha dos Danados, e que estupefacto pergunta:

Que? Que? Que? E assi lhe vay?

o diabo responde com estas frases de cortante exaspêro:

Vay ou vë, embarcay prestes
Segundo la escolhestes
Assi ca vos contentay¹.

Estas parelhas são reversíveis: pronunciado um elemento acode naturalmente o outro à boca do interlocutor.

Além destes tipos, associadamente perfeitos, outros há em que a correlação se faz em mais que um sentido — e ainda com certa reversibilidade — ou num sentido apenas — o ascendente, e então de modo irreversível. Dest'arte, se apresentarmos *pai, cão*, como palavras de reacção, os termos induzidos, na maioria dos casos, são respectivamente *mãe e filho, cadela e gato*, com dupla associação contrastante, uma lateral, outra longitudinal.

Igualmente *Lisboa* provoca *Madrid, Paris, Berlim*, com contigüidade lateral, e *Pôrto, Coimbra, Braga*, com contigüidade longitudinal.

A dupla associação é visível nas seguintes cantigas populares: Primeira, em que se aliam *sol e lua*:

És o sol, eu sou a lua,
Qual é o que se estima mais?
As rosas pelas janelas.
Os cravos pelos quintais.²

Segunda, em que se aliam *sol e sombra*:

Eu sou sol e tu és sombra
Qual de nós será mais firme
Eu como sol a buscar-te
Tu, como sombra a fugir-me.³

Em séries verbais ou numéricas é o elemento imediatamente superior que surge de ordinário no foco da consciência, quando um outro é pronunciado: se se disser indutoramente *almooar*, a resposta será, no comum, *jantar*; e se se pronunciar *jantar*, a resposta será de ordinário *cear*. A quem disser *sábado* retorque-se, no geral, com *domingo*, e a quem diz *domingo* responde-se habitualmente com *segunda-feira*, como a quem pronuncia *dois* se retorque de ordinário com

¹ Ed. Marques Braga, pp. 256-7.

² *Rev. Lusitana*, 1931, p. 82.

³ *Rev. Lusitana*, 1931, p. 81.

três e quem profere *três* se replica comumente com *quatro*. O seguinte provérbio reflecte esta associação numérica ascencional:

Onde vai um português
Vão dois ou três.

Além das palavras fortemente associadas, outras há que não têm parceiras — e que, pronunciadas, suscitam respostas em absoluto descoincidentes. Se se proferir, por exemplo, *camínhar*, como termo estimulante não se obterá nenhuma resposta, ou ter-se hão diversíssimas, o que igualmente revelará a inexistência do casal lógico. Convém ainda notar que, enquanto nas palavras estreitamente associadas basta ouvir a indutora para imediata e automaticamente se pronunciar a induzida, naquelas que não acasalam o tempo de reacção é muito longo e o seu encontro requiere dispêndio de esforço mental.

Cremos, no entanto, que não são para desprezar as reacções excepcionais produzidas por palavras que têm outras intimamente associadas. Fixamos a nossa atenção particularmente nas que podem chamar-se de semelhança e contigüidade. Assim, pronunciando, perante um grupo de vinte e cinco estudantes da Escola Normal Primária, *rijo*, como palavra indutora, surgiu, num caso, ao lado de *mole*, palavra induzida natural, o sinónimo ou semelhante ideológico *duro*. Também ao apresentar perante os mesmos alunos *vida* como palavra de reacção, a qual automaticamente faz saltar o contra-nome *morte*, houve o caso de uma resposta no domínio do cognatismo vocabular, isto é, com contigüidade ideológica, e semelhança formal — *viver*. Verificamos ainda que ao darem-se como palavras-anzóis vocábulos que, na linguagem geral, eram elementos de frases estereotipadas havia certa tendência para elas trazerem consigo a restante parte da locução fixa. Assim, nas reacções de um grupo de dez experimentandos universitários, o substantivo *carapau*, apresentado como palavra indutora, determinou uma vez a resposta *carapau do gato*; e, nas reacções de um grupo de quinze, *anão*, que provoca a associação contrastante normal, *gigante*, determinou, uma vez também, a resposta *Anão dos Assobios*, que foi apódo de certa figura popular lisboeta. Noutro grupo de dez experimentandos appareceu três vezes, para o numeral *três*, que provoca normalmente a resposta de tipo ascendente *quatro*, uma associação mixta de contigüidade e de semelhança — contigüidade em relação à frase estereotipada aderente, semelhança quanto aos sons tónicos dos elementos extremos — *é a conta que Deus fez*, frase explicável pela existência das trindades místicas — *Padre-Filho-Espírito Santo, Jesus-Maria-José*.

II

1. As palavras intimamente associadas influenciam-se com frequência formalmente: a nasal de *non*, *não*, comunicou-se ao antónimo *si* de *sic*, produzindo *sim*, e atingindo igualmente a nasalização a partícula nas composições *assim*, arcaico *assi*, e *outrossim*, arcaico *outrossi*.

Tudo isto diz, ao referir-se ao advérbio de afirmação *sim*, o Sr. Dr. José Joaquim Nunes, no seu excelente *Compêndio de Gramática histórica portuguesa*: «A nasalidade desta partícula afirmativa, que a língua arcaica desconhecia, deve-lhe ter provindo da sua antónima, comunicando-se também àqueles vocábulos em que entrava, como *assim*, *outrossim*»¹.

O cultismo *ausência*, do latim *absentia*, com vocalização do *b* — como no arcaico *ausoluto*, de *absolutu*, e no populismo *austinado*, de *obstinatu* — modificou a formação popular antónima *presença*, do latim *praesentia* — em *presencia* no falar beirão — e tanto mais facilmente quanto é certo alternarem a cada passo, em termos da língua comum, os sufixos cultos *-ência* e *-ancia* com os populares *-ença* e *-ança*. Igualmente o povo diz *celestre* — o *r* parasitário é, no entanto, muito frequente — por influxo do seu antónimo *terrestre*. Em francês *rendre*, de *reddere*, tem a nasal de *prendre*, de *prehendere*.

Já o latim vulgar transformara o termo clássico *gravis* em *grevis*, por influência do seu oposto *levis*. É a segunda forma que explica o provençal *greu*, que veio até nós juntamente com o seu antónimo *leu*, e se encontra, por exemplo, no seguinte passo da narrativa religiosa medieval *O monge e o passarinho*:

Des i foi-ss'a passarinha
de que foi a el mui greu².

Leu, que, na forma etimónica tivera forças para transformar *gravis*, não as possuía, no entanto, depois para manter em uso o seu contranome *greu*. Emquanto este deixou de existir na língua moderna, aquele vive hoje ainda em expressões *andar ao léu*, *pôr-se ao léu*, como notou a Sr.^a D. Carolina Michaëlis, no *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*³.

¹ Lisboa 1919, p. 355.

² J. J. Nunes, *Crestomatia arcaica*, 2.^a ed., p. 421.

³ s. v. «greu».

Aconteceu aliás outro tanto a *immundo*, que não teve forças para segurar *mundo*, morto talvez por circunstâncias de profilaxia vocabular, visto colidir com o substantivo sinónimo de globo e da gente que o povoa, e que o latinizante Camões empregou na forma feminina do plural no seguinte passo dos *Lusiadas*:

Debaixo deste circulo, onde as mundas,
Almas divinas gozam, que não anda,
Outro corre tam leve e tam ligeiro,
Que não se enxerga: é o mobile primeiro¹.

Igualmente o latim vulgar modificou *sinistru* em *sinestru* por influência do antónimo *dextru*. Referindo-me à primeira destas formas escrevi no estudo *O eufemismo e o disfemismo na língua e na literatura portuguesa*: «Apenas na língua italiana há o termo continuador do latino: *sinistro*. Muitas das linguas românicas tiveram, no entanto, na sua fase arcaica, formas de origem latina: no antigo castelhano houve *sinistro*; no antigo francês e provençal *senestre*; e no antigo português *sestro*. Estas formas assentam em *sinestru* — ou *sinextru* —, e provém do encontro de *dextru* com *sinistru* — encontro muito natural psicologicamente, pela facilidade associativa das ideias contrastantes»².

Foi ainda uma analogia de contrários que fez evolucionar de maneira excepcional as formas arcaicas *perco*, da primeira pessoa do indicativo do verbo «perder», e *perca*, do conjuntivo do mesmo verbo, e que assentavam, uma na forma popular analógica — *perdeo*, por *perdo*, como *petio* por *peto*, outra na forma normal *perdeam*.

Segundo a Sr.^a D. Carolina Michaëlis é uma analogia disfémica da forma *parca*, do verbo *parcír*, com a forma *perça* do verbo *perder*, antónimo do primeiro, que produz *perca*. Assim nota o facto no *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*: «*Perco, perca* (*perca* em primeiro lugar) provém da fórmula imprecatória *que Deus te perca*, com que a maledicência respondia na Idade média à usadíssima benção *que Deus* (ou Santa Maria) *te parca* (de *parcír*)»³.

Pode ainda notar-se que a analogia dos contrários será explicadora de certas formações tidas como estrangeiradas. Haverá, porventura, um desses casos lingüísticos em *vendável*, que à primeira vista parece feito sobre o galicismo *vendable*. Em francês é que há concorrência entre *-ible* e *-able*: este idioma teve *nuisable* antes de

¹ x, 85.

² Lisboa 1927, p. 565.

³ *Rev. Lusitana*, xxiii, p. 66.

nuisible; admitiu *lisible* e *pénable* ao lado de *lisible* e *pénible*; e ainda hoje possui *faisable* e *faisible*. O latim originário é *vendibilis*, além de que em português *-avel* é sufixo só para verbos da conjugação em *ar*; nos demais o sufixo é *-ível*. Do latim *vendibilis*, ou do português *vender*, só pode vir, pois, *vendível*, que é a forma paralela ao castelhano *vendible* e ao italiano *vendibile*, e Camões usou, como tantos outros adjectivos do mesmo tipo possibilístico, na feição etimónica:

Diz-lhe que mande vir toda a fazenda
Vendibil, que trazia, para terra,
Para que de vagar se troque e venda;
Que quem não quer comercio busca guerra¹.

Não será, no entanto, despropositado admitir uma analogia de *vender* com o seu oposto *comprar*. E, a ser assim, de *vendível* chegava-se, por influxo simplesmente de *comprável*, à forma *vendável*, que já se encontra no seguinte passo — aliás de boa moral — da *Aulegrafia*, de Jorge Ferreira de Vasconcelos: «Como ellas não tem rosto, logo querem remedear-se per graças: e eu queria-lhe os resabios e galantaria nos termos da virtude: que o al, que seja aprasível, não he vendavel»².

Parece inclusivamente favorecer esta hipótese outra analogia vocabular — esta voluntária e graciosa — do mesmo verbo *vender*. O povo, pela intersecção dêste verbo e do também seu oposto *dar*, criou a formação *vendar*, que os negociantes empregam para significar que entregaram a mercadoria ao comprador por um preço vil e desbeneficiante, e que é paralela a *emprestadar*, em que o mesmo verbo *dar* concorre com o, por igual oponente, *emprestar*.

A respeito da possível influência de *comprável* sobre *vendável* havia já dito o Dr. Sá Nogueira, nas *Questões de linguagem*:

«É provável que seja adaptação do francês *vendable*, mas é também provável que seja uma criação nossa, por analogia com *comprável*, graças à conexão de ideias existente entre *vender* e *comprar*»³.

Uma analogia de carácter mórfico, filiável na associação polar, é a que tornou masculina a palavra *fim*, outrora feminina, como se vê nos seguintes versos de uma glosa de Camões:

A tão grande extremo vim
Que consinto em minha fim

¹ *Lusiadas*, VIII, 92.

² Lisboa 1619, p. 153.

³ P. 163.

ou ainda no adágio que António Delicado apresenta:

Mula que faz him
E mulher que sabe latim
Raramente tem boa fim

e se observa no próprio falar dialectal em expressões como a *fim do mundo*. Será menos o hermafroditismo etimónico de *finis*, — em latim era a um tempo masculino e feminino — que o antónimo *princípio*, o modificador do género do vocábulo, pois que nome e contra-nome se associam a cada passo, como se vê inclusivamente em frases do povo do tipo da seguinte: «*Se o mundo teve principio também há-de ter fim*».

Também o latim *vallis*, feminino, deve ter no romance mudado o género por via do antónimo *mons*. As duas palavras associam-se até na locução *por montes e vales*. Na onomástica francesa ainda hoje é visível a forma de género feminino condizente com o latim *vallis*: é freqüente o apelido *Laval*, e não faltam terras do tipo de *La Valbonne*, localidade perto de Lião.

Outra analogia morfológica de género, filiável na associação polar, está no caso do neutro singular *mare*, que dando, como é de regra, formas masculinas no romance — português *o mar*, espanhol *el mar*, italiano *il mare* — produziu excepcionalmente no francês *la mer*. Nyrop, depois de notar este facto no excelente estudo que sobre a formação do género deu a lume no volume terceiro da sua monumental *Grammaire historique de la langue française*, faz o reparo explicador: «Il est devenu féminin en français et ce changement surprenant pourrait s'expliquer par l'influence de son opposé, la terre»¹.

O grande filólogo nórdico podia acrescentar que no próprio português está atestada a forma feminina, proveniente do influxo de terra, em *baixa-mar*, e ainda em *preia-mar*, que o povo, desconhecedor do elemento adjectival continuador do latim *plena*, e divergente mais moderno de *cheia*, deforma, por um processo de falsa revisão etimológica, de que está longe de ter o exclusivo, em *praia-mar*.

A analogia pode ter carácter sintáctico: um verbo pode mudar de construção por influência do seu antónimo. Boileau, — foi ainda

¹ § 672.

Nyrop quem o notou¹—, no seguinte verso das *Épîtres*, faz acompanhar *hair* da preposição que normalmente rege *aimer*:

Tel qui *hair* à *se voir peint* en de faux portraits
Sans chagrin voit tracer ses véritables traits².

Terá sido possivelmente a associação antonímica quem converteu a frase *fazer pedaços* em *fazer em pedaços*: o elemento prepositivo ocorre realmente na expressão oposta: *desfazer em pedaços*.

A associação sinonímica é encontrável em certas formações. No dialectismo *brosque*, por *bosque*, vejo eu o *r* de *brenha*. Em *estrela* de há muito os filólogos notaram a presença do *r* de *astro*. Ainda em *siso*, de *sensu*, está o *i* de *juízo*, de *iudiciu*, e em *antejo*, no sentido de *enjôo*, estará um cruzamento das formas do mesmo significado: *entejo* e *nojo*.

Gil Vicente deu-nos o curioso caso do cruzamento de uma palavra com o eufemismo de si própria. O encontro dos vocábulos *demo* e *decho* produziu *dexemo*, que aparece no seguinte passo do *Auto Pastoril Português*:

Aperfia tu, perfia
Que co'ò dexemo te metes³

Por associação sinonímica podem explicar-se ainda formações como *corcôdea*, e *cafurna*. Na primeira estará a primeira sílaba de *cortiça* e o vocábulo *côdea*, e na segunda a primeira sílaba de *caverna* e o termo *furna*. É também possível que no populismo lisboeta *desapear*, por *apear*, esteja a primeira sílaba do sinónimo *descer*.

A acção da contigüidade ideológica e semelhança formal é visível em casos como o do francês *amour*, com uma evolução da vogal tónica só explicável pelo adjectivo cognato *amoureux*.

A série nominal—*januariu*, *februariu*, *martiu*, *maiü*, *juniu*, *juliu*, de final em *-iu*,—e ainda *augustu*, de final em *-u*,—devem ter no português rasoirado as terminações em *-re* dos outros meses do ano—*septembre*, *octobre*, *novembre*, *decembre*. Parece que foi *-iu*, terminação de maior número dos meses, e não *-u*, terminação do mês contactante dos de final dispar, que operou o nivelamento. Leva a crê-lo o antigo espanhol *decembrío*, que presuppõe *decembriu*, e o

¹ *Ob. cit.*, v, § 34.

² *Ep.* ix, vv. 61-62.

³ Hamburgo 1834, i, p. 135.

próprio português *outubro*, que necessita, para o o tónico de *octobre* evolucionar para *u*, da presença de um *t* depois dêle, ou seja, por consequência, de uma forma *octobriu*: é nestes casos que surge tal tipo metafónico, como se vê de nomes próprios e comuns como *Nón-niu* e *Antonici*, que produziram *Nuno* e *Antunes*, e *testimoniu* e *querimonia* que provocaram *testemunho* e *caramunha*.

Na série pessoal pronominal o dativo clássico *mihi*, contraído em *mi* no latim do vulgo e no próprio latim culto dos poetas, transformou, por analogia, os outros dativos clássicos *tibi* e *sibi* em *ti* e *si*. O Sr. Dr. José Joaquim Nunes, no *Compêndio de Gramática histórica portuguesa*, dá particular relevo ao facto: «Advirta-se que a contracção principiou por *mi*, que em vez de *mihi* ocorre principalmente nos poetas, depois naturalmente por analogia essa contracção estendeu-se também às formas *tibi* e *sibi*»¹.

Por sua vez *mim*, de *mi*, por comunicação da nasal inicial, — que se vê também nos populismos *manjor*, *nonte* — influenciou analogicamente as outras formas da série: na Beira Alta ouve-se correntemente *tim* e *sim*, em frases como *isto não é para tim*, *isto não é para sim*. O Sr. Dr. Leite de Vasconcellos encontrou *tim*, na seguinte cantiga popular ouvida a uma velha de Penaguião, e arquivada nas *Lições de Filologia Portuguesa*:

Mandei-te vir, tu vieste,
Adeus cravo do jardim!
Tu fizeste-m'a vontade
Tamem t'a faço a *tim*»².

E, por sua vez, há a forma *sim*, como observa José Joaquim Nunes no *Compêndio de Gramática histórica portuguesa*³, em obras cultas, no número das quais sobressai a *Chronica do Principe dom Joham*, de Damião de Goes, donde se tira, de entre muitos passos exemplificadores, o seguinte: «pois estes dois scriptores que ambos foram quasi deste tempo diferem entre *sim*, que fara quem de tam longe ha dir buscar has cousas que quer tratar na verdade»⁴.

Deve ter mais força, nos casos de *tim* e *sim*, a acção analógica progressiva de *mim* que a própria tendência geral da língua para nasalar o *i* tónico final — e que se vê no moderno *talim*, clássico *talí*, e no popular *saguim*, culto *sagüí*.

¹ Lisboa 1919, p. 237, nota 2.

² Lisboa 1911, p. 54.

³ Lisboa 1919, p. 291, nota 2.

⁴ 1.^a ed., Lisboa 1567, cap. II.

Na série pessoal verbal formas originariamente graves, como a primeira e segunda do plural do pretérito imperfeito do indicativo *amabamus*, *amabatis*, tornaram-se no português — o galego neste caso acompanha inda o latim — de ritmo exdrúxulo, mercê da acção analógica das outras pessoas do singular e da terceira do plural do mesmo tempo.

E ainda uma forma como a do pretérito perfeito *feci* produziu, por refracção, metafonia total ou assimilação completa do *e* tónico ao *i* final, — cuja existência se prolongou até tarde, atestando-a formas do português arcaico ainda não influenciadas como *fezi*, e já influenciadas como *fizi* — a forma ainda antiga *fize*, moderna *fiz* —, que comunicou depois o seu *i* a *fezemos*, *fezestes*, *fezerom*, em que o *e* originário seria inalterável sem acção analógica da forma da primeira pessoa.

É possível que seja ainda tóda uma série fraseológica — *tôda a manhã*, *tôda a tarde*, o principalmente *tôda a noite* — que provoque, o o aberto da locução *todo o dia*, que na pronúncia dialectal soa *todôdia*.

Na série numérica o latim vulgar *quattro*, metátese normal de *quattor* — do clássico *quattuor* —, perturbou a evolução do elemento imediatamente superior *cinque*, ainda existente no português arcaico, e que é a dissimilação do latim clássico *quinque* em *cinco*.

Vê-se bem quanto é normal esta associação por contigüidade ascendente em frases como:

As duas por três;

Entre as dez e as onze.

Também não será impossível a analogia no sentido oposto — em filologia o percurso de um caminho postula o do contrário — ou seja do número maior sobre o immediato menor. Tais os casos, notados pelo Sr. Dr. Leite de Vasconcellos, nas *Lições de Filologia Portuguesa*, do cardinal *cinco* grafado com *s* — *sinco* e ainda *sinquo* — na nossa literatura antiga, por influência dos vizinhos superiores *seis* e *sete*, e do ordinal *sesmo* ou *sesmo* que a língua arcaica possuía — e inda hoje vive no seu derivado toponímico *sesmaria* — e que provém de uma forma *seximus*, criada na língua oral por analogia com *septimus*.

Ainda que a forma decrescente nunca surgisse nas experiências por mim feitas, a verdade é que há as contagens mingadoras, empregues como remédio contra a insónia, e as séries numéricas decedentes utilizadas também terapêuticamente pelo vulgo. Tal o

caso da oração de talhar as lombrigas, que o Sr. Dr. Leite de Vasconcellos arquivou nos *Ensaíos Etnograficos*:

Santo Elói teve nove filhos:
De nove ficaram oito;
De oito, sete;
De sete, seis;
De seis, cinco;
De cinco, quatro;
De quatro, três;
De três, dois;
De dois, um;
De um, nenhum;
Bichas, bichais,
Delidas sejas.

Um cantar beirão mostra a um tempo as duas associações por contiguidade—a ascendente e a descendente:

Amores, amores,
Eu só tenho um:
Falando a verdade
Não tenho nenhum.

Amores, amores,
Eu só tenho dois:
Falando a verdade
Menti ao depois.

Amores, amores,
Eu só tenho três:
Falando a verdade
Menti outra vez.

Esta associação serial descendente ou regressiva aparece fora do domínio aritmético. Um exemplo de outro cantar beirão:

Ó parreira dá-me um cacho
Ó cacho dá-me um baguinho,
Dá-me cá tu um abraço
Que eu te darei um beijinho.

A associação numérica ascendente admite formas interrompidas: elas aparecem quando intervém outra associação—a de semelhança. Um exemplo está na expressão de equivalência polar: *Ou oito ou oitenta*.

É ainda fruto do mesmo tipo de associações a substituição francesa *paradouze*, por *paradis*.

O fenómeno da analogia descendente também toma muitos outros aspectos. Um exemplo do campo gráfico está na comunicação analógica do *h* de *hoje*, de *hoc die*, a *ontem*, de *ad noctem*. Ainda estará de algum modo no campo da analogia descendente uma prolepse fonética, como a que se vê na frase proverbial: *Quanto mais depressa mais devagar*, em que o elemento prepositivo do composto adverbial *devagar* se antecipou, comunicando-se, porque existe também um advérbio antónimo *depressa*, ao substantivo *pressa*. O adágio só pode ser: *Quanto mais pressa mais devagar*. Assim o indica por exemplo o francês *Plus on se presse moins on va vite*, e assim o requiere a lógica. *Depressa* é uma forma de movimento, como *devagar*: portanto *quanto mais depressa mais devagar* é tam disparatado como *quanto mais alto mais baixo*, a não se admitir, —mas importa muita parcimónia nestas hipóteses, pois as cousas analisam-se e explicam-se como são, e não como supomos que deviam ser—, a existência de elipses como: *Quanto mais depressa se quiere ir mais devagar se vai; Quanto mais alto se quiere subir mais baixo se desce*.

Outras analogias seriais provêm da semelhança entre equivalentes materiais ou funcionais. Assim, o português *cafeteira* possui a terminação de *chocolateira*, e não o sufixo normal *-eira* precedido ou não do infix *z*, —atente-se em *caféiro* e *cafézeiro*—, porque o primeiro objecto tem função paralela à do segundo, e é até de algum modo seu sucedâneo específico, visto como se ouve inda hoje frequentemente na Beira Alta, na boca das pessoas velhas, a catacrese: *chega cá a chocolateira do café*, enquanto a gente nova diz já: *põe a cafeteira ao lume*.

E o espanhol tem *mientras*, em que o *a* de formas do tipo de *contra*, *fuera*, *nunca* e o *s*, das do tipo de *atrás*, *después*, *más*, *menos*, se comunicaram à partícula formada da conjunção *dum* e do advérbio *interim*, e que de *domientre* evoluciou para *demientre* e *mientre*, por confusão com os compostos em que entra *de*, e em que tal partícula duplica com formas simples dela desprovidas, como *demás* e *más*¹.

2. Há vocábulos graciosos nascidos da opposição ideológica, como *bebestíveis* e *bebitiva*. Já ouvi expressões como: *gosta mais dos bebestíveis que dos comestíveis; pertence mais à bebitiva que à comitiva*.

Também por associação sinonímica se fizeram certos vocábulos grotescos. No calão do vulgo de Lisboa há *percevejo*, fusão de *per-*

¹ Menéndez Pidal, *Manual de Gramática histórica espanhola*, Madrid 1918, pp. 269-270.

cebo e vejo, e a expressão — *não te exalteres*, em que cruzam as formas verbais *exaltes* e *alteres*. Ainda no final do seguinte verso de uma cantiga afadistada ou rufónica da capital:

Quando a sorte é maniversa

vejo o encontro de dois sinónimos *maligna* e *adversa*, com troca assimilativa do *l* em *n*.

3. Em certos compostos lexicais é também visível a associação por contraste. Há-os cultos e populares, fundidos gráficamente, ou ligados por traço ou por simples cópula. Dos tipos fundidos na escrita servem de exemplo *agridoce* e *alçapão*, este constituído pelas formas imperativas dos verbos *alçar* e *pôr*, a segunda das quais era na língua arcaica *pon*, e depois modificou a nasal para *ão*, como, por analogia com os nomes que em latim terminavam em *anu*, fizeram os nomes acabados em *on*.

Como tipo ainda não fundido gráficamente pode apresentar-se *mulher-homem* que às vezes funciona alcunhantemente. De emprêgo popular existe o composto *tudonada*, que Camilo Castelo Branco soube aproveitar neste passo de *A Morgadinha de Val d'Amores*: «Olha que o snr. morgado ainda ha todonada me esteve dizendo que elle anda por aqui de noute»¹.

Noto ainda que Vieira de Almeida, na *Nocturna*, criou a formação esbelta *tumulo-berço*:

Morre em neblina e dor — tumulo-berço
Da velha torre².

Sou ainda tentado — se bem que nada dê pela explicação — a ver em *capicua* um nome composto de elementos contrastantes: de um lado *capí* querendo dizer cabeça, do outro lado *cua* igual a *coa*, que foi forma arcaica de «cauda».

4. Em certos arredondamentos é bem visível a acção das palavras associadas. No seguinte que se recita satiricamente em Lisboa:

Rita
Carrapita
Carapau
Sardinha frita.

¹ Ed. de 1908, p. 139.

² P. 2.

carapau, que a aliteração opulenta *carrapita* provocou, determina por sua vez o aparecimento de *sardinha*, que é a sua parceira verbal, e acompanhada do adjetivo participio *frita*, por exigência da rima.

Sei de um arredondamento com elemento polar que levou a uma curiosa alcunha eufemizante. Para ocultar o nome corrosivo designador da mulher de mau porte o povo beirão emprega a palavra *curta*, que o evoca na vogal tónica e na sílaba final. Como, porém, o termo velador fosse com o tempo adquirindo transparência, aliou-se-lhe o antónimo, pelo que passou a dizer-se que a tal ou tal mulher chamaram *curta e comprida*. E o caso é que este antónimo arredondador ficou como nome de guerra de uma raparigota cuja vida é desonesta.

Os arredondamentos de tipo sinonímico e serial são vulgares em frases estereotipadas e fórmulas rítmicas. Um exemplo, em que há semelhança ideológica, está na locução: *ajunta-se a fome com a vontade de comer*.

Diz uma cantiga popular:

Êste ano há pouco trigo
Casamentos vai haver:
Há-de se casar a fome
Co'a vontade de comer.

A associação por contigüidade de ideias está no desdobramento agressivo do nome de um lente coimbrão, Pedro da Rocha, em *Pedro Penedo da Rocha Calhau*.

Outro caso de associação serial está num acréscimo popular da locução *Doutor da mula ruça*, o qual é uma espécie de *João Semana*, de Júlio Denis, de que já fala Ribeiro Chiado no *Auto das Regateiras*:

O doutor da mula ruça
Vos dará são como a palma.

A locução arredondada é:

O doutor da mula ruça
Põe o chapéu, tira a carapuça.

Um dos mais curiosos arredondamentos seriais — pela extensão que tomou — é o que nasceu do advérbio *assim*. A essa forma aliou-se, por via dos sons iniciais, o participio *assado*. E depois à construção *assim e assado* juntou-se ainda *frito e cozido*.

Estes arredondamentos seriais são vulgares no domínio eufémico. Cito neste campo um gracioso passo de um artigo do Sr. Dr. Agos-

tinho de Campos: «Foi ela a primeira rapariga fina que se apresentou entre nós com as unhas pintadas de verde, como tinha visto nas horizontais e oblíquas de Deauville»¹.

De arredondamentos mixtos —seriais e polares— está um belo exemplo no seguinte passo de uma crónica de política internacional, publicada no jornal *A Voz*:

«Ora as dificuldades internas da Alemanha são muitas e hão-de aumentar em género, número e caso. Para manter a massa numa vibração constante, para desviar a sua atenção das dificuldades caseiras, Hitler fará, como o «Duce», discursos troantes, em que ameaçará a terra, o mar e o mundo»².

5. De denominações de carácter opositivo há um exemplo na antiga locução *Leste e Oeste*, que se vê no seguinte passo da *Farsa dos Almocreves*, de Gil Vicente:

Se vós pudesseis achar
A altura de Leste e Oeste³.

Na *Farsa dos Fisicos* o mesmo autor emprega também a locução e arredondada com *Brasil* por necessidades rítmicas:

Topei alli com Mestre Gil
E com Luiz Mendes, assi
Que praticamos alli
O Leste e o Oeste e o Brasil
E lá lhe dei razão de mi⁴.

Estas denominações polares são frequentes em associações secretas. Vejo, por exemplo, nos jornais que na Iugo-Eslávia a sociedade militar chamada a *Mão Negra* declarou guerra à *Mão Branca*, que há anos ocupa o poder⁵.

Há denominações de carácter opositivo nos domínios da literatura. Camilo Castelo Branco, por exemplo, escreveu os romances: *Estrêlas Funestas* e *Estrêlas Propicias*, e *Amor de Perdição* e *Amor de Salvação*, em que há a curiosidade romântica dos títulos desventurosos precederem sempre os felizes ou risonhos.

¹ *Diário de Notícias*, de 22-ix-932.

² Número de 3-vii-934.

³ *Hamburgo*, III, p. 213.

⁴ *Hamburgo*, III, p. 317.

⁵ *Diário de Notícias*, de 24-v-932.

Fitas de cinema que aproveitem o contraste denominativo há-as sobretudo no campo cómico. Lembro o título francês de uma película: *Ma femme homme d'affaires*, e recorro a tradução portuguesa de outra: *Estica e Bucha*.

Até a titular secções de jornal a associação polar se topa. Recorro a que no hebdomadário parisiense *Candide* se denomina *Oui et non*.

Nos anúncios começa também a aparecer a associação polar. Um exemplo: *Semfilistas, sim; Sem Philips, não*.

A associação polar pode estar inclusivamente nos dois elementos do mesmo vocábulo composto. Vejo um exemplo no título de um livro para crianças da escritora Sr.^a D. Emília de Sousa Costa: *História da Feialinda*.

Chega-se mesmo à curiosidade de encontrar uma mesma cousa designada — sem ironia — por nomes polares. Tal o caso da planta ou flor *mal-me-quere*, que também é *bem-me-quere*, como notou Bluteau, que regista as duas formas e as explica pelo costume popular do desfolhamento: «Tomão os rapazes uma flor daquellas e a vão desfolhando, e tirando a primeira folha dizem *bem me queres*, e logo à segunda *mal me queres*, e assim alternada e sucessivamente vão dizendo até à ultima folha, a qual se acaba em *bem me queres*, para a innocencia daquella idade fica provado que lhe quer bem a pessoa sobre quem se faz o exame, e o contrario se acaba em *mal me queres*».

Estas experiências de sentimento amoroso vêm de longe, pois já Camões, num soneto, tem os versos:

E vós, douradas flores, porventura
Se Ignez quizer fazer de meus amores
Experiencias na folha derradeira,

Mostrae-lhe, para ver minha fé pura,
O bem que sempre quiz, formosas flores,
Que então não sentirei que mal me queira¹.

Curioso também, porque tem dois casais de nomes polares, é o jogo chamado do *Rapa-põe-tira-e-deixa*.

Denominações de carácter serial vemo-las na astronomia popular. O vulgo de alguns pontos da região pastoril beiroa dá a estrélas e

¹ Soneto VII, 2.

constelações que mais lhe ferem a atenção e indicam, pela sua posição celeste, as horas da noite, nomes associados serialmente:

Pastor
Zagal
Cabras
Cajado
Cajadinho
Pifano.

As estrêlas, por associação de contiguidade que o nome da constelação *Cajado* provoca na mentalidade dos pegureiros, recebem inclusivamente o doce nome de *ovelhinhas de Deus* na seguinte esbelta quadra:

Setestrêlo vai em pino
E o cajado vai virando:
As ovelhinhas de Deus
A volta que vão levando.

Outra denominação de carácter serial é a italiana *Jesu-Maria*, designadora da cartilha de primeiras letras—pois que o aprendizado da leitura se iniciou outrora por orações. Entre nós a gente aldeã quando alguém espirra — o espirro é considerado cousa diabólica— usa também invocar a trindade religiosa *Jesus-Maria-José*, pronunciando-a economicamente *Jesu-Mari-Zé!*

De denominação por associação numérica ascendente há um exemplo no cinema de verão, construído em Lisboa sobre o lago do Parque Eduardo VII, e cujo chamadoiro—*I. F. 2* é a natural réplica à fita alemã *I. F. 1*.

Em títulos de obras vê-se também este tipo de denominações. Gil Vicente, por exemplo, deu-nos as três obras hieráticas, depois chamadas naturalmente: *Auto da Barca do Inferno*, *Auto da Barca do Purgatório*, *Auto da Barca da Glória*.

É curioso, no entanto, pôr em relêvo que não ocorreu inicialmente a Gil Vicente a idea da trilogia: só o agrado despertado pela primeira alegoria—o *Auto da Barca do Inferno*, levou o autor a realizar a segunda—o *Auto da Barca da Glória*, como só o acolhimento obtido por estas duas polarmente associadas fêz que se completasse finalmente a série com o *Auto da Barca do Purgatório*¹.

¹ Óscar de Pratt, *Gil Vicente*, p. 184 sgs.

6. Outro tipo de expressões associadas naturais são as chamadas polares. Elas têm por vezes grande expressividade, pois que a ideia totalitária é dada pela enunciação de extremos. Um exemplo da língua francesa antiga encontra-se nas formações prepositivas *amont* e *aval* que vivem hoje ainda em *vent d'à mont* e *vent d'aval*, que, por sua vez, produziu o português e o espanhol *vendaval*.

Na *Chanson de Roland* há o verso:

guardet a val si guardet a mont

e Montaigne escreveu empregando as formas prestes a cair em desuso:

je marche plus sur à mont qu'à val.

Também a cada passo se diz que foi feita a *torto* e a *direito* uma coisa em que de direito nada há, porque é só torta, ou *que não tem pés nem cabeça* outra em que são quatro os pés e a cabeça nenhuma.

Equivalentes ao pronome indefinido *nada* emprega o povo a cada passo: *nem pouco, nem muito, nem sim, nem não*; em frases como: *não ter nem pouco nem muito, não dizer nem sim nem não*. Para indicar que toda a gente conhece uma coisa diz-se: *já não há cão nem gato que não saiba isso*. E para declarar que se desconhece inteiramente outrem emprega-se a frase: *não sei se é alto, se é baixo*.

Também algumas destas expressões têm sinónimos de outro tipo associativo. Assim: *não dizer sim nem não* tem como frase do mesmo valor semântico: *não dizer uma nem duas*.

São de um grande relêvo para traduzir ideias de transição ou fronteira as expressões em que entram palavras polares. Um exemplo está na frase: *estar entre a vida e a morte*.

O povo tem destas associações polares, nas suas trovas e fórmulas rimadas. Um exemplo da canção coreográfica—*O Vira*, em que a contrapõem *norte e sul*:

Ora vira ao norte
Ora vira ao sul:
Quando vira ao norte
Fica o céu azul.

Outro do domínio dos frutos gentis e preciosos que servem para imagens designadoras sobretudo da mulher:

Ó Rosa tu és a lima
E teu pai é o limão:
Casaste, fizeste bem,
Fizeste a tua obrigação¹.

¹ *Rev. Lusitana*, vol. xxxi, p. 280.

Até com topónimos há associação contrastante, como se vê na trova beiroa:

Adeus Castelo Branco
Para mim Castelo Negro,
Lá anda o meu amor
A cumprir o seu deêdo¹.

Ainda uma fórmula arredondante do discurso, em que contrastam vacas e bois:

Ora pois:
morreram as vacas
ficaram os bois.

Também na interpretação verbal de sons e ruídos naturais a associação polar de vocábulos nos aparece. Um exemplo está na fórmula com que se traduz nalguns pontos do país o arfar das máquinas dos combóios:

Pouca terra,
Muita calha.

Pouca terra,
Muita calha.

Nos próprios diálogos do povo com os animais a associação polar é freqüente. Uma avezita —a trepadeira— parece que diz em seu canto auroral—*frio! frio!* O povo comenta a matizada com esta ou análoga frase: *Espera que logo vem calor!* E à ovelha que ao tossir parece dizer: *café! café!*, o povo responde também com o comento: *Queres café, logo há-de ser chá!*

Os literatos recorrem também com freqüência a estas expressões polares. Lá diz um Camões:

Dará saude a hum vivo e vida a hum morto²

E na *Fênix Renascida* comenta-se o provérbio polar:

O vilão
dão-lhe o pé
e toma a mão.

do modo seguinte:

Dai-me o pé que vos prometo
De vilão não parecer:
Pois não tomarei a mão
Se vós me deres o pé.³

¹ Jaime Lopes Dias, *Etnografia da Beira*, II, p. 17.

² *Lusiadas*, v, 85.

³ VI, 249.

A expressão polar não se realiza só com termos de significado oposto: pode fazer-se com o mesmo vocábulo, precedido ou sucedido, ao repetir-se, de partícula negativa. É o caso do nome-expressão *era-não-era*, que quer dizer «inconstante», ou do começo do anfiguri em que os mesmos elementos surgem:

Era não era
Andava na serra;

e ainda de *pernã*, nome feito de *par-não* — e apresentando o contracaminho do *e* átono junto de *r*: o habitual é *e* evolucionar para *a* nessas condições, como se vê em *número*, popular *nũmaro*, — talvez por via de uma etimologia popular assimilante a *pernil*, que é saliência pontuda — e que provém da enunciação seqüente das formas opostas: *par*; *par-não*, igual a *não-par*. O francês arcaico possuía *non-per*, que depois foi substituído por *impair*. E do plural *pares-não*, arcaicamente *pares-non*, e por atracção *pares-nones*, — note-se a expressão popular *vinde e um mil rei* —, poderá provir a redução *nones* — atente-se no vocábulo *avo*, do sufixo do cardinal *oitavo* —, depois *nunes* — repare-se no arcaico *testemõia*, hoje *testemunha*.

Exemplos literários desta modalidade há-os a basto. Um, de Jorge Ferreira de Vasconcelos, na *Eufrosina*: «E nam me dependuro muito que seja musica nem desmusica, que parece muito observancia de poeta»¹.

Outro, de Almeida Garrett, nas *Viagens na minha terra*: «Esta é a opposição natural do Progresso, o qual tem a sua opposição como todas as coisas *sublunares* e *superlunares*»².

Uma modalidade polar, levemente diferente das anteriores, encontra-se na — aliás bem pedagógica — trova do povo:

Sim, senhor; não, senhor,
Foi a minha criação:
Quem quiser ser estimado
Há-de dar a estimação.

7. De antroponímia polar — e curioso até pela falsa etimologia em que assenta — está um exemplo no seguinte caso arquivado pelo sábio Dr. Leite de Vasconcellos: «O mais curioso nome que conheço, devido à fantasia, é *Volta*, dado a uma menina que nasceu depois do

¹ Acto III, sc. 2, p. 152.

² Vol. I, Lisboa 1904, p. 85.

falecimento de uma irmã chamada *Ida* (tomou-se *Ida*, que é na origem hipocorístico alemão, pelo substantivo participial *Ida*, de *ir*, e imaginou-se *Ida* e *Volta*)»¹.

De topónimo serial está um exemplo na designação por *Sobran-celha* do local, que, em S. Pedro de Moel, fica sobranceiro à nascente que abastece a povoação e se denomina *Ólho*.

8. A associação polar determina igualmente expressões superlativas favoráveis ou desfavoráveis. Assim, aos anónimos, que num dado momento pretendem o disfrute de situações ou honrarias indevidas, é costume dar a qualificação de *ilustres desconhecidos*, a que o adjectivo de sentido favorável requinta a deslisonja.

O teatro e o cinema sabem explorar, para titular comédias, denominações do jaez da anterior. Percorreu já os cinematógrafos de Lisboa a farsa — *Inimigos inseparáveis*. Na Beira Alta tenho ouvido à gente aldeã dizer de alguém que come devoradoramente: *tem um fastio comedido*.

Topo uma expressão do teor artístico das anteriores no soneto de Camões que começa:

Cara minha inimiga, em cuja mão
Pôs meus contentamentos a Ventura.

O Sr. Dr. Eugénio de Castro utilizou também a aliança de adjectivo e substantivo contrastantes, neste verso dos *Oaristos* que é um deslumbramento:

Seus negros olhos são duas auroras negras;²

e o Sr. Dr. Garcia Pulido a do verbo e substantivo opositivos, neste verso do *Fogo sagrado* que é uma maravilha:

Espectros falando silencias de esfinge.³

Também o Sr. Dr. Alfredo da Cunha, nos *Ditames e Ditérios*, lembrou a frase polar cognata *amititia inimica*, com que S. João Crisóstomo se referiu à dedicação da mulher pelo seu semelhante.

S. João Crisóstomo, doutor da Igreja,
das filhas de Eva aspérrio adversário
Acha-as um grande mal — *mal necessário!*

¹ *Antroponímia Portuguesa*, p. 90.

² II, p. 35.

³ P. 61.

É assim que lhes chama, com desdouro
 —quando em termos severos lhes castiga
 a «amizade inimiga»—
 aquele a quem chamaram—*Boca de Ouro!*¹

Às vezes a opposição existe entre o advérbio superlativador em *-mente* e o adjectivo superlativado: tal caso do alemão familiar que chama a uma mulher *terrivelmente gentil*—*furchtbar nett*. Aubigné, nas *Aventures du Baron de Foeneste*, ridicularizou já os superlativos dêste jaez. Um foi: *il est doux furieusement*.

A superlativação pelo recurso às impossibilidades naturais anda às vezes no campo da associação polar. Tal o caso da expressão —em que aliás a impossibilidade é menor do que se julga— *querer endireitar a sombra de uma vara torta*.

De superlativação de carácter sinonímico e serial são exemplo expressões como: *bater sem dó nem piedade, dizer cobras e lagartos*.

9. De formação copulante de carácter opositivo encontra-se um belo exemplo no verso por que começa um soneto de Camões:

Aquela triste e leda madrugada.

A disjunção anda igualmente no campo da associação polar: emprega antónimos com *ou, ora, quer* de permeio: *vá ou fique, ora sai ora entra, quer coma quer beba*, e substitui o antónimo pela repetição do elemento com a partícula de negação—*queira, não queira*, ou dispensa mesmo tal repetição com a simples presença da partícula desfalcadora: *quer queira, quer não*. Na *Chanson de Roland* há o verso:

Vueillet o non, a terre chiet pasmet.²

Uma fórmula rimada popular reza:

Queira, não queira,
 o burrinho há-de ir à feira.

Também são inúmeras as comparações de tipo polar. Assinalo dois casos dos mais típicos —aquele em que se compara com o antónimo— por exemplo: *é um rapaz como há poucas raparigas*—e aquele em que se compara com cousa que lembra ou evoca o antónimo: por exemplo: *aprumado como um corcunda; direito como uma linha num bôlso*.

¹ Vol. II, p. 126.

² v. 485, de Gaston Paris.

10. A ironia assenta também nesta fácil passagem do espírito de um polo para o seu oposto. O dialecto anglo-americano dá ao prêto o nome de *Mr. White*, como o calão francês o denomina *Boule de neige*. Entre nós também aparece a graça hiperbólica de organização sinonímica—*Clara Branca das Neves*.

Na Beira Alta encontrei a alcunha de *Mil homens*, aplicada a um individuo de pequena estatura: este chamadouro irónico corresponde de algum modo a outro lisboeta de carácter metafórico—*Meio Kilo*.

No romance *André Cornelis*, de Paulo Bourget, há um estudante chamado *Bel-Œil* pelos seus camaradas de colégio, porque é vesgo ou torto dos olhos. Assim reza o passo respectivo: «Dediot se trouve placé en classe à côté de Scelles, le fils du libraire, celui que nous avons surnommé Bel-Œil parce qu'il est louche»¹.

Entre nós é freqüente ainda designar por *açucareiros de veneno* aquelas pessoas que, dulcorosas de maneiras, são, no entanto, alfinetantes e agressivas nos comentários.

São também freqüentes respostas graciosas de tipo irónico, como a seguinte que se dá a quem, por meio da frase—*Como vai?*, pergunta pela saúde de outrem: *Vai-se desandando*.

Gil Vicente, no *Auto da Barca do Inferno*, utilizou o processo no diálogo do Diabo com o Corregedor. Êste, informado de que o batel conduz ao Inferno, pergunta arrogante:

Como? à terra dos demós
ha-de ir um corregedor?

E o Diabo responde com ironia retalhante e glacial:

Santo descorregedor
Embarcai e remaremos.

Tam natural é o gracejo pelos antónimos, que é, por assim dizer, obrigatório nas carruagens dos combóios raspar a partícula de negação nos seguintes avisos, mais salubres de idea que de forma: *Pede-se para não fazer uso da retrete durante as paragens*.

Até as crianças compreendem facilmente o gracejo de tipo popular. Na Beira Alta tenho ouvido fazer a pequenos, de quem se não sabe a ascendência, a seguinte pergunta irónica: *De quem és tu pai?* e que às vezes logra, dos de mais lume no olho, esta resposta embaçante para o preguntador: *Dos seus filhos*.

¹ Ed. définitive, p. 56.

De gracejo por sinonímia pode servir de exemplo a frase que se diz muito entre o povo: *Nem mexer-lhe quanto mais tocar-lhe.*

De sátira serial — e esta regressiva — tenho um exemplo no comentário uma vez ouvido a respeito de um indivíduo de nome *Domingos*, que desempenhava altas funções públicas: *Sábados é que êle devia chamar-se, porque o sábado é que é o último dia da semana.*

Ao professor da velha escola era muito simpático o interrogatório de alunos por processos irónicos. Um exemplo colhido de boca magistral: *¿Diga-me, José Agostinho de Macedo, era grande admirador de Camões?*

E a associação polar anda às vezes de mãos dadas com a rima, em casos como o do provérbio psicológico:

Bêca de mel
Coração de fel.

11. Ainda certas etimologias populares de tipo decompositivo, ou com atribuição, à decomposição, de valor vocabular, andam no domínio das associações opositivas. Tal o caso do provérbio arcaico: *Salamanca a uns «sara» a outros «manca»*, e da sátira com que os partidários dos governos de força reprovam o que entendem ser contemporização do regime ditatorial com os seus inimigos: *Isto não é ditadura é dita... mole!*

12. Certas criações semânticas deverão filiar-se também um tanto na associação polar. Assim, *analfabeto*, que se formou de *alfabeto* com o prefixo privativo, trouxe a êste último vocábulo o sentido de pessoa que sabe ler e escrever, desde o que lê por cima e escreve por baixo até à pessoa de vastas letras e aparada pena. Verifica-se inclusivamente que se adere um significado novo a uma palavra velha à sua oposta aderirá também novo e contrastante sentido. Na guerra maior os indivíduos que cachapinaram na base das operações foram a dada altura chamados *básicos*. Pois logo o oposto *ácidos* passou a significar os que se chamuscavam nas linhas de fogo.

Outros novos significados filiam-se em associações de outros tipos, como o de contigüidade ideológica ou verbal. Designando-se no calão do Colégio Militar a vassoura por *caneta de tinta permanente*, o acto de varrer o quartel passou a ser chamado *escrever à família*.

Também a associação por contigüidade verbal tem curiosas conseqüências semânticas: apesar de surgir mais raramente, leva, no entanto, à formação de certas expressões especiais, que conservam contra-ellipticamente o sentido do elemento de carácter genérico.

Um exemplo encontra-se logo na frase popular aldeã *estar nos altos-Pirenéus*, que equivale, se bem que com certo matiz superlativo, a *estar nos altos*; e dois outros estão nas frases lisboetas, empregues quasi sempre no trato com crianças, por disfemismo eufémico: *é um maluquinho de Arroios*, *é um comilão de Almada*, provindas de tipos de rua que se tornaram célebres e que equivalem às respectivas expressões sem determinante: *é um maluquinho*; *é um comilão*.

Novo exemplo, bem típico, topa-se na expressão *é um fidalgo da Casa Mourisca*, equivalente semântico de: *é um fidalgo*, e que temos ouvido empregar freqüentemente com sentido desdenhoso ou irónico. Tal frase foi arrancar-se ao título de um romance de Júlio Denis, e é por si só um índice da simpatia ou popularidade de que goza o idílico escritor.

Já outra obra literária—a *História de Carlos Magno e dos doze pares de França*, que em toda a Ibéria teve eco enorme, produziu o emprêgo de *par de França* em sentido simplesmente dual. Aqui, porém, houve, não só a utilização da locução com o valor do elemento inicial, senão ainda a inteligência de *par*, não como nobre ou grande de nascimento, mas como casal ou grupo de dois indivíduos. A esta confusão nos havíamos já referido no estudo *O eufemismo e o disfemismo na língua e na literatura portuguesa*: «Entre nós chama-se hoje a cada passo *par de França*, não a um grande de nascença, de bens ou de influência—acepção de algum modo próxima da inicial ainda há pouco existente na designação da câmara alta —Câmara dos Pares— e que chegou até ao povo através da obra maior da literatura de cordel encontrável nas bibliotecas resumidíssimas do aldeão —essa *História de Carlos Magno e dos doze pares de França*, que, com o romance *D. Beltrão*, representa o formidável eco peninsular da epopeia carolínea— mas a um grupo de dois indivíduos que por qualquer circunstância provocam comentário irónico: um *par de França*, não é um grande senhor, ou alguém com fumaças disso, é um par ou casal de pessoas —normalmente marido e mulher, namorado e namorada— ridículo ou disfarçável aos olhos chasqueadores de outrem»¹.

Júlio Verne, com o romance *Matias Sandorff*, também deu uma contra-elipse curiosa para o calão estudantil. No falar das escolas várias vezes ouvimos apodar com aquele título de obra literária alguém a quem se queria chamar simplesmente *Matias*, nome pessoal

¹ *Arquivo da Universidade de Lisboa*, vol. XII, 1927, p. 537.

que, por começar pelos mesmos sons de *matuto*, veio a servir-lhe de eufemismo, hoje, porém, pouco velador já, como com o tempo vem a acontecer às palavras empregues em função atenuante.

A contra-elipse corrente no momento actual é a que provém do título de um notável romance alemão de Erich Maria Remarque que tem por assunto a guerra-maior, e de que se fez uma fita cinematográfica de queimar os nervos. É tal contra-elipse *Nada de novo na frente ocidental*. Recorto o seguinte passo do jornal *A Voz*, em que se encontra, em vez do simples *nada de novo*, a expressão titulante da obra alemã:

«O novo governo francês vai iniciando os primeiros passos. Por enquanto, está claro, nada de novo na frente ocidental...»¹.

Esta contra-elipse presta-se a gracejos pitorescos. Numa ilustração de jornal intitulada *Pintura nutritiva* topa-se o seguinte diálogo: «— Mas que mulher tão gorda! — Não vês que é um quadro pintado a óleo... de figado de bacalhau».

Também neste título do semanário humorístico *Sempre Fize* deparo com a contra-elipse: *Um aquarelista a toque de caixa... das tintas*².

(Continua)

JOÃO DA SILVA CORREIA.

¹ Número de 11-11-933.

² Em 5-iv-934.

Livros e Revistas

Luís de Camões, *I Lusíadas*. A cura di S. Pellegrini. Torino, Un. Tip. Editrice, 1934, 261 págs.

I

Às traduções italianas de *Os Lusíadas*, devidas a Paggi, Gazzano, Nervi, Briccolani, Belloti e Bonaretti¹, acresce agora a do Sr. S. Pellegrini, pertencente à colecção *I grandi scrittori stranieri*, publicada sob a direcção de A. Farinelli, da Academia de Itália.

Reconhece o novo tradutor que deve não pouco à 2.^a edição do comentário do Prof. Epifânio Dias, especialmente para as notas que, por vezes, acompanham o texto, e das versões estrangeiras do poema cita principalmente a de W. Störck.

Pelo que toca à sua versão, declara o escritor italiano que a elaborou procurando conciliar o respeito pelo original com as exigências de uma prosa que decorresse sem muitos solavancos (*inciampi*) e sem ir muito de encontro ao gosto do leitor moderno; mas ainda assim tem a certeza de que a sua tradução de *Os Lusíadas*, aqui e além, se há de mostrar «excessivamente pedestre». Acrescenta, porém, que a culpa não é só sua; é também do Poeta, que «no original pôde velar muitos defeitos com uma sonoridade não raro mais física do que interior» (p. 13).

E nesta ordem de ideas espraia-se o novo tradutor em várias considerações que não podem passar sem reparo. Vejamos.

a) «O Camões épico, diz êle, não atinge a elevação do Camões lírico. Vê-se que o primeiro entrevê um nobre ideal de grandeza e de sublimidade estética; mas sente-se que, ao querer realizá-lo, êsse ideal lhe fica muito abaixo do que sonhara» (p. 7).

Não há dúvida que, em Camões, o lírico é superior ao épico; mas também se não pode contestar que o épico realizou plenamente o seu fim, legando-nos uma obra a respeito da qual o Prof. suíço Dr. A. Rüegg com razão dizia há poucos anos o seguinte: «Se o poema de Camões não está inteiramente isento dos vestígios que nêle deixou a vida atribulada do seu autor, nem dos defeitos da época em que êste viveu, os Portugueses têm, contudo, o direito de perguntar: «¿Que nação moderna há aí que possua, como nós, um monumento poético das suas realizações históricas, no qual tôdas as gerações possam afervorar o sentimento nacional e adquirir energias para novos feitos, um monumento poético da elevação e da beleza do nosso?»². E o mesmo escritor prossegue: «*Os Lusíadas* são sem dúvida o maior poema histórico-nacional que existe, uma das mais nobres epopeias da literatura universal, e entre as do renascimento, aquela que mais impregnada se acha da grandeza do antigo espírito helénico e latino e lhe renova as formas pela maneira mais feliz».

¹ A primeira destas versões data de 1658 e foi reimpressa logo no ano seguinte; a última é de 1880. Cf. a *História da Literatura Portuguesa*, publicada sob a direcção de A. Forjaz de Sampaio, II, 288-289.

² *Luís de Camões und Portugals Glanzzeit im Spiegel seines Nationalepos*. Basileia, 1925, p. 227. Livro em que há muito que aproveitar para a exegese da nossa epopeia nacional.

São os mesmos conceitos já anteriormente enunciados por W. Storek, quando, por exemplo, chama a Camões «o génio mais genuinamente nacional entre todos os Portugueses»; quando qualifica *Os Lusíadas* de «o baluarte mais poderoso e mais nobre da nacionalidade lusitana»; quando escreve que «os Portugueses gravaram o seu nome indelêvelmente e para sempre nos anais da humanidade» e que a sua literatura «ocupa um lugar excelso, predominante sobre as restantes literaturas do ocidente cristão, no momento em que hasteia uma obra sublime nacional: *Os Lusíadas*».

E todavia, segundo o novo tradutor italiano, Camões, escrevendo *Os Lusíadas*, ficou «bastante abaixo do nobre ideal que havia sonhado (*assai al di sotto del sogno*)» (p. 7).

Bem mais justos com o Camões épico são os dois professores estrangeiros que ficam citados.

b) «Frequentemente, a natureza dramática dos acontecimentos e a grandeza dos riscos são muito mais evidentes na prosa dos cronistas do reino e dos descobrimentos marítimos, que Camões segue de perto, e mesmo excessivamente de perto, do que nos versos do «cisne» lusitano. Aqui, as roupagens solenes, a gravidade do frasendo, o emprêgo do maravilhoso e do sobrenatural, os concílios no Olimpo, as rixas e intervenções dos numes acerca dos que iam à busca de noz moscada e de canela, rebaixam, em vez de a engradecerem, a empresa de Vasco da Gama, cujo conteúdo épico e dramático está na luta do homem contra o poder imane dos elementos e contra o imenso ignoto, luta que no poema é continuamente enunciada, mas raro se torna poesia» (p. 7).

Vamos por partes.

1) Pena é que o tradutor não exemplifique os casos a que se quer referir o princípio desta transcrição. Sem os termos presentes, não é possível avaliar o fundado da crítica.

2) Não é de estranhar que Camões siga de perto as suas fontes históricas, pois assim o exigia a índole do poema. E se nêle aparecem, por vezes, passos que mal se podem compreender sem a presença das respectivas fontes, ou sem comentário baseado nelas, é isto devido à necessidade de apresentar resumidamente tantos acontecimentos históricos que tinham de ser englobados no poema, dado o âmbito que o seu autor lhe traçou.

3) Estranha o Sr. Pellegrini o emprêgo do maravilhoso, tratando-se de gente que ia atrás da canela e da noz moscada. Mas para Camões a expedição marítima de Vasco da Gama e as que a precederam e prepararam tem uma significação muito mais elevada. Basta ler a exposição feita ao Samorim em viii, 70-73. Havia muito que os reis de Portugal se tinham proposto descobrir os confins do Oceano, quaisquer que fossem os perigos e trabalhos que a isso se opusessem. E foi assim que Vasco da Gama chegou à Índia.

E foi assim também que o Poeta, em ii, 54, pôs na bôca de Júpiter este vaticínio, relativo aos Portugueses:

E sogeita a rica Áurea Chersoneso,
Ató o longineo China navegando
E as ilhas mais remotas do Oriente,
Ser-lhe-há todo o Oceano obediente.

¹ W. Storek, *Vida e obras de Luís de Camões*, 1.^a parte, pp. 29 e 36. Versão de D. Carolina Michaëlis, Lisboa, 1897.

E em VII, 14, depois de fazer uma resenha do estado em que então se achava a Europa, tôda envolvida em guerras, pôde dizer, cheio de legítimo orgulho:

Mas entanto que cegos e sedentos
Andais de vosso sangue, ó gente insana,
Não faltaram cristãos atrevimentos
Nesta pequena casa Lusitana:
De África tem marítimos assentos;
É na Ásia mais que tôdas soberana;
Na quarta parte nova os campos ara,
E, se mais mundo houvera, lá chegara.

E eis-nos muito longe «dei cercatori di noce moscata e di cannella»; eis-nos em presença de feitos que bem mereciam uma epopeia e que a tiveram.

4) O maravilhoso pagão a que o poeta recorre não amesquinha a empresa de Vasco da Gama, pois ninguém se esquece, ao ler *Os Lusíadas*, de que se trata apenas de uma ficção poética, tam conforme com as ideas correntes na época do renascimento.

Também não amesquinha a acção da *Jerusalém Libertada* o facto de Torcato Tasso, por exemplo, logo no canto 1, nos dizer que o Padre Eterno mandou ordem pelo arcanjo Gabriel a Godofredo de Bulhão para pôr cerco a Jerusalém.

Uma cousa são os factos históricos e outra a exposição poética dêsses factos, pois os poetas têm liberdades de que não podem usufruir os historiadores.

Mas essas liberdades não vão até o ponto de meter sempre poesia onde a não há. *Os Lusíadas* são um poema, é certo, mas um poema de conteúdo histórico-geográfico, que, embora momentâneamente perca de vista a realidade, a ela tem de voltar. Camões não tinha a liberdade de que dispunha, por exemplo, o autor do *Orlando Furioso*.

Na história de Portugal escolheu o poeta a empresa característica que dá a este país o direito a ter um capítulo especial na história da humanidade e em volta dessa empresa agrupou, pelo processo já usado desde a *Odisseia*, as porfiadas guerras com os mouros e com os cristãos da península para a formação e consolidação da nacionalidade, as lutas que no Oriente, até certo tempo, se seguiram à primeira ida do Gama e a rápida descrição das terras que o esforço português tornou conhecidas do Ocidente.

É este o vasto campo de acção de *Os Lusíadas*; é dêste conjunto que resulta serem êles um poema *sui generis*, um poema nacional, que, apesar dos defeitos provenientes da época em que foi escrito e das circunstâncias especiais em que viveu o seu autor, tem o direito a figurar entre as pouco numerosas epopeias da literatura universal.

c) «As qualidades poéticas do vate português estão em desacôrdo com o quadro vergiliano e homérico, obrigatório para um poema do século de quinhentos. Em desacôrdo, não tanto pela razão geral (e mais ou menos applicável a quantos depois de Homero quiseram fazer poemas épicos, seguindo-lhe os passos) de que a epopeia homérica exprimiu uma forma de espírito e de vida que se não pode fazer renascer com um simples acto de vontade e de fantasia, mas ainda e sobretudo porque a alma de Camões era inadapável à tradição da épica clássica. *Os Lusíadas* têm a estrutura, o andamento, os artificios típicos dos modelos do género épico; mas carecem essencialmente do espirito épico. O feito do poeta é de tal natureza que o drama lhe escapa da mão, torna-se lindo na bucólica e enlanguescce suspiroso e acariciador no madrigal... Queria elevar

clangores de tubas aguerridas e acaba por dedilhar guitarra e bandolim. Máximamente instrutivo sob este aspecto é o longo episódio do Adamastor, gabado por alguns como uma concepção grandiosa e como tal realmente se inicia, mas em breve se ofusca em um catálogo de predições não isentas de toques idílico-sensuais e numa resenha pouco interessante de desventuras eróticas, mais ridículas do que lastimáveis. Daqui o sentimento de frieza que acompanha a acção principal do poema português e a impressão que este suscita no leitor, como de voz que quer cantar, mas não soube escolher o tom musical que lhe convinha» (pp. 7-8).

Nada direi a respeito da incompetência de Camões para poeta épico. Ai estão *Os Lusíadas* para mostrarem como é infundada esta opinião. Ai estão para a invalidar os juízos que sobre elles se têm emitido desde o século xvi, até nossos dias.

Um exemplo da parcialidade do escritor italiano encontra-se na maneira como elle aprecia uma parte do episódio do Adamastor. «Serão pouco interessantes as predições relativas à morte do descobridor do Cabo da Boa Esperança e à de D. Francisco de Almeida, e as três estâncias que se occupam do lastimoso naufrágio de Sepúlveda, e que só por si valem mais que o poema de Córte Real, que ninguém lê? E a história do que fôra o Cabo antes de ser transformado, e que é um complemento indispensável da sua aparição, não rivaliza com algumas das mais belas metamorfoses de Ovidio?

d) «A intervenção do Olimpo gentilico na acção de *Os Lusíadas* impressiona desagradavelmente, não pela razão de ordem religiosa, tantas vezes proclamada, de que é indecorosa em um poema cristão, que se propõe exaltar a fé; mas por uma razão mais intima, de carácter estético: os deuses de Camões não são figuras retóricas ou símbolos ou personificação de forças obscuras ou perversas; mas verdadeiras e próprias divindades; divindades em que ninguém crê; nem o leitor, nem o poeta, nem os personagens do poeta; elles próprios não crêem em si; tanto isto é verdade, que no principio do 2.º canto se pode assistir ao espectáculo grotesco de Baco transformado em sacerdote cristão e occupado em erigir um altar ao Deus «verdadeiro»; são por isso divindades absurdas e ilógicas e elementos estranhos, não só racionalmente, mas mesmo pelo lado poético» (pp. 8-9).

Escrevendo na época do renascimento, sob a influência das literaturas clássicas, Camões encontrou nestas literaturas duas epopeias, a *Odisséia* e a *Encida*, que pelo assunto e pela maneira de o tratar muitos pontos de contacto apresentavam com a que elle projectava. Ora nestas desempenhavam os deuses do Olimpo um largo papel, quer dirigindo ou favorecendo os agentes humanos, quer contrariando-os, quer lutando até entre si por causa d'elles, sem que estas intervenções fôsem consideradas como ilógicas e absurdas.

E foi nestas condições que o nosso poeta recorreu aos deuses do paganismo, cuja inanidade, porém, expressamente reconhece em mais de um lugar, quer professando o evemerismo extremo:

... Júpiter, Mercúrio, Febo e Marte,
Eneas e Quirino e os dois Tebanos,
Ceres, Palas e Juno, com Diana,
Todos foram de fraca carne humana;

quer pondo a seguinte declaração na bôca da própria Tethys:

..... Eu, Saturno e Jano,
Júpiter, Juno, fomos fabulosos,
Fingidos de mortal e cego engano;
Só para fazer versos deleitosos
Servimos, e se mais o trato humano
Nos pode dar, é só que o nome nosso
Nestas estrêlas pôs o engenho vosso;

x, 82.

quer recorrendo ao simbolismo, isto é, fazendo de Júpiter o representante da Providência Divina, e dos outros deuses, anjos bons ou anjos maus:

E também porque a Santa Providência,
Que em Júpiter aqui se representa,
Por espíritos mil que tem prudência,
Governa o mundo todo que sustenta,
.....

Quer logo aqui a pintura que varia,
Agora deleitando, ora ensinando,
Dar-lhe nomes que a antiga poesia
A seus deuses já dera, fabulando.

x, 83-84.

E o poeta não tem escrúpulo em chamar deuses mesmo aos anjos maus, porque a isso o autoriza a linguagem bíblica¹.

O «grotesco» do falso deus a adorar o verdadeiro desaparece em face do texto. Baco quer fazer supor aos Portuguezes mandados a terra que em Mombaca havia cristãos e para isso recorre ao expediente do altar perante o qual presta culto como verdadeiro crente. Era um embuste que perfeitamente se harmonizava com o papel desempenhado por Baco.

e) «A todos os defeitos de índole geral acresce uma ampla fraqueza de expressão. A afirmativa de A. F. de Castilho que nenhum bom poeta moderno, por mais inferior que seja a Camões, se resignaria a assinar uma única estância dos dez cantos, exprime com energia uma inegável realidade. Nos quasi nove mil versos do poema é difficil encontrar um fragmento de algumas dezenas de versos de que se possa dizer que é verdadeiramente uma eriação artistica perfeita... Quasi não há oitava, mesmo dos episódios mais celebrados, em que o canto se mantenha firme do principio até o fim sem alguma desafinação ou sem cair em tom menor. No conjunto de poucos periodos, muitas vezes no corpo da mesma oitava, apparece e reaparece com monótona insistência este ou aquele vocabulo: sinal de íntima sequidão e de pobreza de fantasia. Encontram-se por vezes ver-

¹ Na cit. est. 84, continua o poeta:

Que os anjos de celeste companhia
Deuses o sacro verso esta chamando;
Nem nega que esse nome preminente
Também aos maus se dá, mas falsamente.

Alusão ao texto do salmista: *Omnes dii gentium daemonia.*

sos mètricamente inexactos e rimas descuidadas. Assim, a impressão total que deixa a leitura do longo poema é a de imperfeição e de negligência, como obra a que faltou a última lima ou veio à luz com insauável e irredutível linfatismo» (p. 9).

Na introdução à edição fac-similada da verdadeira 1.^a edição de *Os Lusíadas*, publicada pela Biblioteca Nacional (Lisboa, 1921), cheguei às seguintes conclusões: «Escrivendo *Os Lusíadas* para imortalizar os feitos heróicos dos portugueses, Camões deixou patentes no seu poema os indícios da colaboração que nele tiveram muitos escritores nacionais... Mas não é só isto. Em *Os Lusíadas* não há só a colaboração dos poetas, dos cronistas, dos historiadores, dos eruditos, dos mestres da língua que precederam o poeta ou foram seus contemporâneos. Também aí se acham intencionalmente arquivadas muitas particularidades de fonética, de construção gramatical, de ortografia, de métrica, que nêles ocorriam. Isto é: *Os Lusíadas* são ao mesmo tempo um poema e um museu; são um monumento duplamente nacional, erigido pelo génio do poeta, para glorificar a pátria, com materiais buscados principalmente em obras portuguesas» (pp. xxxiii-xxxiv).

É com este critério que devem ser estudados *Os Lusíadas*, desaparecendo assim tantas imperfeições que têm sido atribuídas ao poeta e algumas das quais costumam ser indevidamente expungidas pelos editores. *Os Lusíadas* são um poema difícil, mas não uma obra a que faltasse a última lima, nem, em caso nenhum, uma produção congénitamente atacada de linfatismo. ; *Os Lusíadas* atacados de linfatismo, quando a cada passo nêles vibra o entusiasmo pelos feitos dos portugueses! ; Quando a cada passo se patenteia o vigor mental de quem os elaborou!

II

A tradução reproduz, em geral, com fidelidade o texto corrente, que nem sempre é o da 1.^a edição. Acresce ainda que no texto desta — é convicção minha — se fizeram algumas pretensas correções, antes de ser entregue à imprensa e sem a intervenção do poeta. As notas só uma vez ou outra é que precisam de ser modificadas. Casos principais que merecem especificação:

CANTO I. a) Em I, 6, 8, seria insensato dizer-se que D. Sebastião foi enviado ao mundo por Deus para o reger todo. O «o» de «todo o munde» deve estar em vez do castelhanismo «os», que também aparece no *Palmeirim*, com muita frequência, e em Diogo Bernardes uma vez.

A emenda deve ter sido feita pelo revedor da Inquisição.

b) Na est. 42 os navios não entram no Oceano Índico, pois já navegavam nêle desde o Cabo da Boa Esperança. Agora já iam passando o Prasso, que não corresponde nem ao Cabo Delgado, como supõe o Sr. Pellegrini, nem tampouco ao das Correntes. É um cabo imaginário, que Barros, levado pela latitude que lhe dá Ptolomeu, coloca na ilha de Moçambique (*Déc.* I, l. 4, e. 4, e l. 8, e. 4), onde tal acidente geográfico não existe. Para Camões, o Prasso fica um pouco ao sul desta ilha. É talvez, como o foi para D. João de Castro, a ponta de Mocambo ou de Bajona, a 5 léguas antes de chegar àquela ilha.

c) Em 72, 6, deve ter havido uma emenda análoga à de I, 6, 8: «despedidos», emendado para «recebidos», por causa do v. 2. Foi a comitiva do xeque quem dêle se despediu. O «obsequente ajuntamento» deve ser a «muita gente» que, segundo Castanheda, acompanhou o xeque na visita a Vasco da Gama.

d) Est. 82, v. 2 e 3. O sujeito de «lançou» não é o Mouro do v. 2; é o «rege-dor» de Moçambique. É um caso da chamada mudança de sujeito, de que não faltam outros exemplos. É um dos muitos vestígios que em *Os Lusíadas* aparecem da época em que o elemento psicológico prevalecia ainda na língua.

CANTO II. a) Est. 51, nota. Goa ainda hoje é a capital das possessões portuguesas na Índia.

b) Est. 103, v. 6 e 7. Em «o menos... e o mais» temos uma expressão polar, equivalente a «tudo», repetido.

c) Est. 111. O desejo de ouvir o Gama é cada vez maior; cresce com o tempo que vai decorrendo.

CANTO III. a) Est. 7. Quem viu o senhorio dos Gregos foi o mar Egeu. Tróia ficou triunfante deles. Segue aqui o poeta a opinião de Dião Crisóstomo, que encontrou nas *Enéadas* de M. A. Coccio Sabélico. Cf. também o *Orlando Furioso*, xxxv, 27, 7.

Isto, porém, não impede Camões de seguir em outros passos a opinião corrente (III, 57; VI, 19; VIII, 5).

b) A asserção de que os Mareomanos são Polónios é dada em nota à est. 11 como inexacta. E com razão. É que o poeta, de conformidade com a respectiva fonte (Sabélico), deve ter escrito Massovitias.

c) Na est. 100 omite-se o epíteto «Gótica». É efectivamente uma inexactidão, que deve ser atribuída ao revedor do Santo Offício. A fonte (Sabélico) mostra que o poeta devia ter escrito «Húnica».

CANTO IV. a) Nota à est. 49. Para Camões, o monte Ábila é a península de Almina, em cujo istmo fica Ceuta.

b) Est. 54. O texto do poema chama a D. Afonso V «único herdeiro» de D. Duarte. É um erro histórico, que não pode ser atribuído ao poeta. Este deve ter escrito «primo herdeiro» (o «primogénito herdeiro» da crónica que lhe serviu de fonte).

O Sr. Pellegrini traduz «legittimo crede», afastando-se do texto actual.

CANTO V. a) Na est. 5 deve ter havido alteração no texto do poema, pois «nome» e «fama» são expressões sinónimas. O poeta deve ter escrito, aproveitando o «a» final do verso anterior: «a» mais célebre por nome e pela fama¹. O Sr. Pellegrini parafraseia: «essa non ha fama letteraria».

b) Est. 7, v. 3. É necessário traduzir ou pontuar de maneira que não pareça fazer-se dizer ao poeta que os negros estão sob o trópico de Câncer.

CANTO VI. a) Est. 18. No texto português a palavra «amarões» do v. 5 está repetida no v. 7 e deve manter-se, apesar do que têm feito alguns editores. O que falta é a conjunção «e» no v. 8: «Às costas, e co a casca».

b) Est. 39, v. 5 e 6. O v. 5 forma por si uma oração e «estregando» tem por complemento não «os olhos», mas «os membros». «Estregando» está por «estre-gando-os». É um caso de haplogogia.

c) Est. 92, v. 6. O Sr. Pellegrini traduz «mares» por «pericoli». Efectivamente, «primeiros mares» aqui não é nada. «Mares» deve ser erro da imprensa, por «mêdes», com a significação de «perigos», como em II, 47, 2; VI, 82, 1; etc.

d) Est. 93, v. 1. O poeta não quer dizer: esta é a Índia, mas: esta é a terra, a cidade, da Índia.

¹ Não faltam no poema casos destas ligações do final do verso com o princípio do seguinte. Veja-se II, 13, 3-4; 41, 5-6; III, 10, 2-3; 69, 2-3; IV, 63, 7-8; etc.

e) Est. 96. O v. 5 deve ler-se antes do 4, ligando-se êste directamente com o 6. A tradução atenua esta transposição, de que há mais exemplos em *Os Lusíadas*, no *Cancioneiro* de Resende, etc. Cf. o *Orlando Furioso*, III, 33, e XI, 69.

CANTO VII. a) Na est. 50, v. 1, Vasco da Gama vai chegar aos régios apouentos do Samorim, «não passos lentos», não indo devagar. Há aqui um caso de fonética sintáctica, o alongamento de «ão» em «ão a».

Na tradução: «depo non breve strada», o que não é a mesma cousa. Devo dizer que os editores portugueses costumam eliminar êste e outros casos de fonética, que o poeta empregou, de conformidade com o que encontrava nos poetas e, por vezes, nos prosadores portugueses.

b) Na est. 70, v. 5 («e na Africana»), há um caso de «e» ilógico, o «analogisches et» de Löfstedt, que herdamos do latim popular e de que o poeta encontrou frequentes exemplos. O tradutor italiano atenua-o, seguindo, aliás, os editores portugueses. O mesmo acontece ao outro exemplo que aparece em VIII, 55, 6.

Comparem-se estes dois versos do Dante:

E ciò che fa la prima, e l'altre fanno.

Purgatório, III, 82.

E quanto uom più va su, e men fa male.

Ibid., IV, 90.

CANTO VIII. a) Na est. 3, v. 5, em

Do Douro, Guadiana e campo ufano,

usa o poeta da fonética sintáctica: «Douro» por «Dourò» = «Douro ao». Na tradução: «del Douro e della Guadiana». É pouco. Camões quer referir-se ao território que recebeu o nome de Lusitânia.

O «já dito Elisio», que o Sr. Pellegrini omite, é uma falsa emenda do revisor do manuscrito do poema. Camões com certeza escreveu «Lisio», visto que faz derivar a palavra Lusitânia de Luso ou Lisa (III, 21.)

b) Na est. 11 parece que o tradutor se scandalizou com estas palavras do poeta, relativas a D. Afonso Henriques:

Por quem no Estigio lago jura a fama
De mais não celebrar nenhum de Roma,

pois retirou a referência a Roma. E agora compreendo a omissão da palavra «Romano» em I, 75, v. 7, e a sua substituição por «Trajano», contra o que pede a simetria:

Mas há-se de sofrer que o Fado desse
A tão poucos tamanho esforço e arte,
Que eu, co grão Macedónio e Romano,
Dêmos lugar ao nome Lusitano?

Verdade é que o tradutor chama a D. Afonso Henriques «Benjamin do Céu», e diz-nos que, por grandeza, pode equiparar-se a todos os maiores heróis da antiguidade. Mas não é o que está no texto do poema. E desvios dêstes tiram a autoridade a quem a ôles recorre. Não é o patriotismo que os pode justificar.

c) Na est. 21 Geraldo Sem-pavor desce pela lança, segurando na mão as duas cabeças dos vigias, mas a fonte do poeta não permite esta interpretação. É que o 1.º verso deve desligar-se do 2.º Êste forma outro quadro.

CANTO IX. a) Est. 21. É preciso ler no v. 6: «De África e de Ásia co terreno seio». O poeta coloca a Ilha dos Amores no mar que fica entre a Índia e a

África, na grande enseada que ali forma o mar. A palavra «mãe» foi posteriormente introduzida, para dar ao verso uma aparência de sentido. Dizer que aquela ilha ficava na imensa extensão das águas que circunda a terra por todos os lados equivalia a nada dizer.

b) Est. 26, nota. O poeta não diz que fôsse o Amor quem levou Acteão a surpreender Diana no banho¹. O que faz é advertir D. Sebastião de que não seja vítima da sua paixão pela caça.

c) Est. 34, nota. «O mancebo de Assíria» é Nino, filho da depravada Semiramis. Cf. VII, 53.

CANTO X. a) Est. 2, v. 5. A rainha é *Tethys* (genet. latino, *Tethyos*), a filha de Celo e Vesta (IX, 85), e não *Thetis*, *idos*, a filha de Nereu e de Dôris e mãe de Aquiles.

b) Est. 7. A incongruência cronológica pode explicar-se pela *denominatio a potiori*, de que há outros exemplos no poema. Assim em VIII, 25, 8, nos sete caçadores entra um mercador.

Em 122, v. 8, o «error nefando» não é o «feio ajuntamento» dos vv. 2-3. É o «error» caracterizado por êste epíteto.

Recapitulando: A não serem as propositadas alterações do texto de I, 75, 7, e VIII, 11, não há muito que notar na tradução do Sr. Pellegrini que seja da sua responsabilidade. Já não direi o mesmo acerca do conceito que êle forma de Camões, como poeta épico.

JOSÉ MARIA RODRIGUES.

Armando Cotarelo Valledor, *Los hermanos Eans Mariño, poetas gallegos del siglo XIII*. Madrid, Tipografia de Archivos, 1933, 32 páginas.

Já em 1902 e até antes, em 1886, o erudito López Ferreiro se occupava dos Marinheiros, poetas dos Cancioneiros. No tomo V da sua *Historia de la Iglesia de Santiago de Compostela*, deu sobre os irmãos trovadores algumas noticias escassas, mas preciosas (pp. 372-3). Pedr' Eanes Marinho, Martim Eanes Marinho, Osoir' Eanes Marinho eram filhos do rico senhor de Valadarez, João Froilaz Marinho, que fez testamento em 1220. López Ferreiro cita expressamente êsse testamento, que evidentemente conhecia, faz menção da prole do testador e noticia que o seu filho Osoir' Eanes tinha estudado em Paris, fôra cônego de Compostela e fizera em 1236 o seu testamento, que se encontrava no Tombo C, fl. 346, da Catedral de Santiago.

No rasto destas indicações, acaba agora o Sr. Cotarelo Valledor de nos dar o presente estudo, no qual nos oferece cópia dos dois testamentos, o do pai e o do filho, e uma edição dos três trovadores. Fica pois assente para a actividade artistica dêstes homens uma data, mais ou menos oscilante: segundo quartel do

¹ Acteão foi dar involuntariamente com Diana, quando ela, rodeada de ninhas, tomava numa gruta um banho de aspersão. É o que se lê nas *Metamorfoses* de Ovídio. Mas segundo as *Genealogiae deorum* de Boccaccio (l. 4, cap. 44), Acteão encontrou Diana despida, a banhar-se na fonte de Gargáfia. Cf. *Os Lusíadas*, II, 35, e IX, 73. É outro exemplo de divergência sobre o mesmo ponto, como a referida em a nota a III, 7.

século XIII. Em face dos documentos que nos fornece o Sr. Cotarelo, aliás com deficiências de transcrição, não nos parece que possam restar dúvidas sobre a verdadeira personalidade dos três trovadores. D. Carolina, em 1904, perante os dados, demasiado lacónicos, de López Ferreiro, pareceu hesitar (*Canc. da Ajuda*, II, 582). Fixada porém a época acima aludida, temos de recuar um pouco o tempo em que viveu o famoso e fecundo João Airas, burguês de Santiago, pois que, como nos diz a rubrica de CV 523, andou embrulhado em disputa poética com Per' Eanes Marinho, que vivia ainda em 1236, ao tempo do testamento do seu irmão¹. Logo, a actividade poética de João Airas não devia andar longe dos meados de século XIII. Se veio a Portugal nos fins do reinado de Afonso III, como supõe D. Carolina (*C. da Ajuda*, II, 611) deveria ser já homem de boa idade; pelo que será melhor admitir, como López Ferreiro, que ele tivesse florescido por meados do séc. XIII (*Hist. de la Iglesia de Santiago*, v, 374).

Passemos agora à edição que Cotarelo nos dá das cantigas. É muito deficiente, descontando mesmo as dificuldades que se topam neste género de trabalhos. Na cantiga de Afonso Soares, CV 1155-1156, interpreta mal *pozel*; o verso deve ser *pero x'el é mancebo quer x'ela mais menino*. No último verso deverá ler-se *ca d'ome*.

A cantiga de Per' Eanes, CV 523, sugere-nos os seguintes reparos: no v. 1 deverá ler-se *foi misclar*; no v. 5 não se deve fazer a interpolação da causal, embora abonada pelas outras *cobras*—a contagem métrica não o permite; no v. 13 deverá ler-se *E, meu amor*.

A cantiga de Martin Anes Marinho, CV 1154, também necessita de algumas correcções: v. 2, leia-se *guarnir-nos-á don Fdão*; 4, deve preferir-se a lição de CBN, com melhor sentido: *d'ũa gualdrapu de peixe que ten?* 5, *e as calças*; 8, 10, 13, *bõa*; 12, *destas*; 20, *de Leon*; 21, *Outeiro*; 22, *ca quanto sabor*, ou *con quanto sabor?* 23, é preferível a lição de CBN, *de chufas vilada* = escarnecida; 26, *mençonha* = mentira; 27, *e tan lev' era que ben de Coronha* = Corunha; 31, *Gualdrapa Fariz avia nom' a espada*; todavia fica o verso com uma sílaba a mais, salvo se fizermos *avia* bissilábico; 33, *e perpoen* (ou *perponte*?) *me prometeu*. A *cobra* final é, com leves variantes, uma repetição da 4.^a Talvez não valha a pena considerá-la.

Passemos agora às cantigas de Osoir' Eanes: CBN 37, CA 320.—V. 4. Cotarelo transformou mal *nha* em *miña*. D. Carolina acrescentou desnecessariamente [ar]. O verso é *quen mi a tal senhor tornou*. O v. 6 está também errado. V. 12, corrija-se *soi* em *foi*. V. 17, a verdadeira lição é *x'esto* e não *ca esto*. V. 22, altera os mss. pondo uma sílaba a mais no verso; leia-se *pois* e não *despois*. V. 25, aqui terá de se seguir a lição de CA, *são*, para acautelar a medida do verso. V. 32, não é legítima a forma *erga* mas sim *ergas*, com *s* analógico: *certo-certas, ergo-ergas*.

CBN 38, CA 321.—V. 3, substitui sem razão aquele expressivo *ca* pelo inexpressivo *e*. V. 18, interpreta *posa osmar*; deve ser *poss(o) osmar*. V. 20, modifica mal *salrrá* em *salirá*. V. 29, *presará*. Não havia esta forma do futuro em galego-português arcaico. A lição de CA é perfeita: *per será*. V. 30, seguiu a lição de CBN; parece-nos preferível a de CA: *mais non xi vo-lo sentir á* = «mas não há de suceder isso da parte dela».

¹ A transcrição de Cotarelo deverá estar errada, porque o testamento, na sua lição, traz a data de 1284, que corresponde ao ano de 1246 e não de 1236.

CBN 39, CA 322.—V. 3, *soubó*. Um dos defeitos dos editores galegos da poesia arcaica é um excessivo zelo de galeguização dos textos. Cotarelo moderniza excessivamente as cantigas dos Marinheiros.

CBN 39 bis, CA 323.—V. 4. Cotarelo preferiu a lição de *CBN*, que tem mais uma sílaba e fere a lógica da frase. V. 8-10, lição e pontuação erradas.

CBN 40, CA 324.—V. 3, *gãades* e não *ganhades* é a verdadeira lição dos códices; é muito provavelmente em *CBN 38*, v. 8, deverá ler-se *gãei* em vez de *guanhei*. V. 9, *asegurades* não é abonado por nenhum dos mss. Aquele *segurades* de *CA* deverá ser erro, quanto a nós, por *segudades*, como parece indicar a lição de *CBN segudides*. O termo seria um provençalismo (*segudar*) com o sentido de «perseguir», «afastar». A frase assim adquire mais clareza e mais expressividade. O sentido não será pois, como julga C. Michaëlis, «seria justo que me protegesseis contra aquela que mais amei... contra vós própria!», que suporia o verbo no conjuntivo (*seguredes*). A frase é interrogativa e mais lamentosa: «será justo que da pessoa que mais amei, precisamente dessa me afastais... de vós própria?» E segue-se a demonstração da injustiça. V. 11, *ouir amor*. Cotarelo preferiu a lição de *CBN*, que não faz sentido, à de *CA*, que oferece também dificuldades. Nobiling nota com razão o carácter excepcional daquela grafia *ver* < *VIDERE* e, fundado na variante de *CBN*, propõe que (*Zu Text und Interpretation des «Caneioneiro da Ajuda»*, 34). Somos de outra opinião: ou aquele *ver* é um latinismo ou provençalismo, de *VERUS*, ou, o que nos parece mais provável se trata simplesmente de *outr'amor*. Cf. *CV 212*, 17 *ouiro bem* = outro bem. O primeiro caso oferecia-nos uma ideia requintada: o poeta certificava à senhora que não desejava «verdadeiro» amor senão nela; confessava portanto uma infidelidade com mulheres de mais baixo preço. O segundo caso alude a outra afeição, verdadeira ou suposta, que fazia andar a dona em ira. Trata-se pois dum repúdio por ciúme. V. 20, deverá ser *pensar*, como está nos mss. V. 26, *recuar*; modificação arbitrária de *rancurar*, provençalismo que significa «aqueixar-se»; D. Carolina traduz por «schmollen» = amuar-se. V. 27, *membrado*. Ambos os códices trazem *nembrado*. O sentido ainda não foi esclarecido. C. Michaëlis traduz o verso: «e fazer como se lhes prestasse atenção». Julgamos tratar-se ainda dum provençalismo, tradução de *membrat* = prudente, cauteloso. O sentido é: «e proceder como homem prudente para não revelar o segredo deste amor». V. 49, *a tal*. Deverá escrever-se *atal*, visto não tratar-se do artigo.

CBN 41, CA 325.—V. 9. Cotarelo conserva a lição de C. Michaëlis, mas sem a pontuação. Nobiling notou que os versos não fazem bom sentido e propôs em lugar de *perdevus ei que—perderedes quen* (*Archiv f. d. St. d. neu. Spr. u. Lit.*, cxxii (1909), p. 202). Propomos, modificando menos o texto: *perder-vos-eis quen*. Aquele *vos* é um dativo ético. Note-se que a tradução que C. Michaëlis faz dos vv. 8-9, *bin ich verloren und Ihr seid es mit mir und durch mich*, parece dizer que há em *perder-vus-ei* erro de impressão, por *perder-vus-eis*. V. 11. Cotarelo preferiu com infelicidade a lição de *CBN*, que dá mais duas sílabas e transforma por completo o sentido. V. 14. Nobiling supõe que *sofrer* está por *prender* (*Archiv*, p. 202).

É pena que os erros de imprensa sejam tam frequentes e que Cotarelo se levasse em capricho de galeguizar o texto.

5 de Abril de 1934.

RODRIGUES LAPA.

Edições do Centro

M. Rodrigues Lapa:

- Livro de Falcoaria de Pero Menino.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931, LXVII-91 páginas 12\$00
- Lições de Literatura Portuguesa. Época medieval.* Lisboa, Tip. da «Seara Nova», 1934, 345 páginas . . 15\$00

F. Rebêlo Gonçalves:

- A fala do Velho do Restelo. Aspectos clássicos deste episódio camoniano.* Lisboa, Imprensa Nacional, 1933, 76 páginas 7\$50

NO PRELO

F. Rebêlo Gonçalves:

De vocibus Graecis in sermone latino vulgari.

Textos de Literatura Portuguesa

1. Afonso X, o Sábio, *Cantigas de Santa Maria* (Rodrigues Lapa). Lisboa, Imprensa Nacional, 1933. 12\$50
2. Gil Vicente, *Triunfo do Inverno* (Marques Braga). Lisboa, Imprensa Nacional, 1934 7\$50

NO PRELO

3. Lopo d'Almeida, *Cartas de Itália* (Rodrigues Lapa).
4. Gil Vicente, *Auto da Feira* (Marques Braga).